

OBRAS ESCOLHIDAS
DE
MAO TSETUNG

Tomo I

EDIÇÕES EM LÍNGUAS ESTRANGEIRAS
PEQUIM 1975

Primeira edição 1969

Terceira edição 1975

A presente tradução está conforme à nova edição das Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Tomo I (Edições do Povo, Pequim, Julho de 1952).

Nas notas introduziram-se alterações, para atender as necessidades de edição em línguas estrangeiras.

Impresso na República Popular da China

NOTA DE PUBLICAÇÃO

A presente selecção inclui vários artigos importantes do camarada Mao Tsetung, redigidos nos distintos períodos da revolução chinesa. Há já alguns anos que, em muitos pontos do país, se vinham multiplicando as edições das Obras Escolhidas de Mao Tsetung, mas nenhuma tinha sido revista pelo autor, os artigos não obedeciam a uma ordenação justa, registaram-se erros de transcrição e certos textos importantes não ficaram incluídos. Na presente edição, os textos estão em ordem cronológica e segundo os períodos históricos que se seguiram à fundação do Partido Comunista da China. Na medida do possível, a selecção recolhe as obras de maior importância não publicadas nas edições anteriores, nos vários pontos do país. Todos os textos foram examinados pelo autor, que introduziu certas correcções de estilo, em alguns artigos, e acrescentamentos e correcções de conteúdo neste ou naquele trecho. Alguns esclarecimentos relativos à presente edição:

1. A selecção não está de todo completa — a camarilha reaccionária do Kuomintang destruiu muitos dos documentos revolucionários, e outros perderam-se ao longo dos muitos anos de guerra, razão por que não é actualmente possível dispor da totalidade dos escritos do camarada Mao Tsetung, sobre

tudo inúmeras cartas e telegramas, que representam uma boa parte da sua obra.

2. De acordo com uma proposta do próprio autor, algumas das obras divulgadas no passado, por exemplo, *Investigação no Campo*, não foram integradas na presente selecção, e, do artigo intitulado *Questões Económicas e Financeiras*, só foi transcrito o primeiro capítulo, “*Balanço Geral do Nosso Trabalho*”.

3. Os textos estão acompanhados de notas, umas relativas ao título, inseridas a baixo da primeira página de cada artigo, e outras, de carácter político ou técnico, no final de cada artigo.

4. A selecção publica-se em duas edições — uma em tomo único e outra em quatro tomos. Na edição em quatro tomos o material está assim disposto: no primeiro tomo, as obras escritas durante a Primeira e a Segunda Guerra Civil Revolucionária; no segundo e terceiro, as escritas no período da Guerra de Resistência contra o Japão, e, no quarto, as relativas à Terceira Guerra Civil Revolucionária.

PERÍODO DA PRIMEIRA GUERRA CIVIL REVOLUCIONARIA

Comissão do Comité Central do
Partido Comunista da China para
a Edição das Obras Escolhidas de
Mao Tsetung

25 de Agosto de 1951

ANÁLISE DAS CLASSES NA SOCIEDADE CHINESA*

(Março de 1926)

Quem são os nossos inimigos? Quem são os nossos amigos? Esse problema é de importância primordial para a revolução. A razão básica por que as anteriores lutas revolucionárias na China obtiveram tão fracos resultados está no facto de não se ter sabido fazer a união com os verdadeiros amigos para atacar os verdadeiros inimigos. O partido revolucionário é o guia das massas, não podendo portanto a revolução alcançar a vitória se este as conduz por uma via errada. Para não dirigirmos as massas pela falsa via, para estarmos seguros de alcançar definitivamente a vitória na revolução, devemos prestar atenção à unidade com os nossos verdadeiros amigos para

* Artigo escrito pelo camarada Mao Tsetung para combater dois tipos de desvios que então se registavam no Partido. Os partidários do primeiro tipo, representados por Tchen Tu-siu, interessavam-se apenas pela colaboração com o Kuomintang e esqueciam os camponeses. Era o oportunismo de direita. Os partidários do segundo tipo, representados por Tcham Cuo-tao, dispensavam toda a sua atenção ao movimento operário e esqueciam igualmente os camponeses. Era

atacar os nossos verdadeiros inimigos. Para distinguir os verdadeiros amigos dos verdadeiros inimigos, impõe-se proceder a uma análise geral da situação económica das distintas classes da sociedade chinesa, bem como da atitude que estas tomam frente à revolução.

Qual é pois a situação das diferentes classes na sociedade chinesa?

A classe dos senhores de terras e a burguesia compradora. Na China, país economicamente atrasado e semi-colonial, a classe dos senhores de terras e a burguesia compradora são uns vassallos perfeitos da burguesia internacional; a sua existência e desenvolvimento dependem do imperialismo. Tais classes representam as relações de produção mais atrasadas e mais reaccionárias, e constituem um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas na China. A sua existência é de todo incompatível com os objectivos da revolução chinesa. Isso é particularmente verdadeiro com respeito à classe dos grandes senho-

o oportunismo de “esquerda”. Os partidários dessas duas correntes oportunistas sentiam bem a insuficiência das forças em luta ao lado da revolução, mas não sabiam onde ir buscar as forças indispensáveis e encontrar um aliado que fosse numeroso. O camarada Mao Tsetung demonstrou então que os mais numerosos e fiéis aliados do proletariado chinês eram os camponeses, resolvendo assim o problema do aliado principal da revolução chinesa. Além disso, o camarada Mao Tsetung esclareceu que a burguesia nacional constituía uma classe hesitante, em cujo seio haveria de produzir-se uma cisão logo que se verificasse a expansão da revolução, passando-se a respectiva ala direita para o campo do imperialismo. Os acontecimentos de 1927 forneceram a respectiva confirmação.

res de terras e à classe dos grandes compradores, os quais estão invariavelmente ao lado do imperialismo e constituem a força contra-revolucionária extrema. Os seus representantes políticos são os estadistas¹ e a ala direita do Kuomintang.

A média burguesia. Essa classe representa as relações capitalistas de produção nas cidades e nas zonas rurais da China. Por média burguesia entende-se, sobretudo, a burguesia nacional. A sua atitude com respeito à revolução chinesa é contraditória: quando sente com dor os golpes que lhe vibra o capital estrangeiro, assim como o jugo que lhe é imposto pelos caudilhos militares, ela entende a necessidade da revolução e aprova o movimento revolucionário dirigido contra o imperialismo e os tais caudilhos; mas assim que o proletariado do nosso país se lança dum maneira ousada e vigorosa na revolução, assim que o proletariado internacional começa a prestar à revolução uma ajuda activa a partir do exterior, logo que a média burguesia começa a sentir que a realização do seu sonho mais caro — elevar-se ao nível da grande burguesia — periga, as dúvidas passam a dominá-la relativamente à revolução. A sua plataforma política é a criação dum Estado onde uma classe, a burguesia nacional, deve reinar. Certo indivíduo, que se apresenta como um “verdadeiro discípulo” de Tai Tsi-tao², declarou no Tchempao³ de Pequim: “Levantem o vosso punho esquerdo para abater o imperialismo e o direito para abater o Partido Comunista.” Tais propósitos expressam claramente a posição contraditória da burguesia nacional e o receio que a atormenta. Essa classe pronuncia-se contra a interpretação, segundo a teoria da luta de

classes, do princípio do bem-estar do povo formulado pelo Kuomintang, pronuncia-se contra a realização, por este, duma aliança com a Rússia e pronuncia-se contra a admissão de comunistas⁴ e elementos de esquerda no seio do Kuomintang. Mas a aspiração dessa classe de criar um Estado onde reine a burguesia nacional é absolutamente irrealizável, uma vez que a situação internacional actual se caracteriza pelo combate decisivo de duas forças gigantescas: a revolução e a contra-revolução. Essas duas forças gigantescas levantaram dois grandes estandartes: um, o estandarte da revolução, a bandeira vermelha, foi levantado pela III Internacional, chamando todas as classes oprimidas do mundo a unirem-se à sua volta; o outro, o estandarte da contra-revolução, a bandeira branca, foi levantado pela Sociedade das Nações, a qual chama todas as forças contra-revolucionárias do mundo a unirem-se sob essa bandeira. Muito em breve, no seio das classes intermédias produzirá-se inevitavelmente uma cisão: umas irão à esquerda, de encontro à revolução, e outras, à direita, de encontro à contra-revolução. Para elas, não haverá qualquer possibilidade de ocuparem uma posição “independente”. Assim, a concepção da média burguesia chinesa, sonhando com uma revolução “independente” em que assumiria o papel principal, é pura ilusão.

A pequena burguesia. Pertencem à pequena burguesia sectores tais como o dos camponeses-proprietários⁵, os proprietários de empresas de artesanato, as camadas inferiores dos intelectuais — estudantes, professores de escolas primárias e secundárias, pequenos funcionários, pequenos empregados, pequenos advogados — e

os pequenos comerciantes. Tanto do ponto de vista do número como do ponto de vista da sua natureza de classe, a pequena burguesia merece que se lhe preste uma séria atenção. Os camponeses-proprietários, como os proprietários de empresas de artesanato, estão empenhados em explorações que se caracterizam pelas dimensões reduzidas da respectiva produção. Embora os diferentes sectores da pequena burguesia se encontrem todos na situação económica característica da pequena burguesia, eles dividem-se em três grupos. O primeiro compõe-se de gente desafogada, noutros termos, pessoas que, depois de satisfazerem as necessidades que lhes são próprias, dispõem ainda, anualmente, dum certo excedente em dinheiro ou cereais, produto de trabalho manual ou intelectual. Tais indivíduos aspiram muito acen-tuadamente a enriquecer, sendo com o maior zelo que se inclinam diante do Marechal Tchao⁶. Sem sonhar com grandes riquezas, aspiram a ascender ao nível da média burguesia. Em geral, quando pensam nos pequenos ricos com direito a honrarias, babam-se de desejo. Mas são cobardes: têm medo das autoridades, e a revolução inspira-lhes igualmente um certo receio. Muito próximos, pela situação económica, da média burguesia, são dados a crer na propaganda desta e têm dúvidas quanto à revolução. Esse grupo representa uma minoria no seio da pequena burguesia, da qual constitui a ala direita. O segundo grupo compõe-se de pessoas cuja situação económica permite que satisfaçam, no essencial, as suas necessidades. Tais indivíduos distinguem-se duma maneira sensível dos do primeiro grupo. Também sonham com riquezas, mas o Marechal Tchao

não lhas permite de modo algum; aliás, a opressão e a exploração a que os submetem o imperialismo, os caudilhos militares, os senhores de terras feudais e a grande burguesia compradora, opressão e exploração que recentemente se reforçaram de modo considerável, obrigaram-nos a compreender que os tempos antigos já se foram. Eles dão-se actualmente conta de que, trabalhando como antes, correm o risco de não poder continuar a assegurar a existência, sendo--lhes necessário alongar a jornada de trabalho, labutar de manhã à noite e redobrar de esforços nas suas profissões. E ei-los que começam a expressar-se com injúrias, tratando os estrangeiros de “diabos es-trangeiros”, os caudilhos militares de “extorsionários” e os déspotas locais e os maus nobres de “esfolado-res”. Pelo que respeita ao movimento anti-imperialista e anti-militarista, duvidam do respectivo sucesso (pensam que o poder dos estrangeiros e dos caudilhos militares é muito grande) e, não ousando arriscar-se a tomar parte nele, preferem adoptar uma posição neutra. Mas de maneira nenhuma agem contra a revolução. Esse grupo é muito vasto, constituindo cerca de metade do conjunto da pequena burguesia. Ao terceiro grupo pertencem indivíduos cujas condições de vida pioram de dia para dia. Na sua maioria, trata-se de indivíduos que outrora levavam uma existência cómoda, mas a quem se tornou agora difícil conseguir o mínimo indispensável para viver, agra-vando-se-lhes progressivamente a situação. No final de cada ano, quando fazem as suas contas, exclamam aterrados: “Como! Ainda défices?”. Como outrora viviam relativamente bem, e agora vêem a situação agravar-se de ano

para ano, engrossando-se-lhes as dívidas e passando a levar uma existência miserável, “a simples evocação do futuro provoca-lhes calafrios”. Eles sofrem tanto mais moralmente quanto é certo que ainda conservam uma recordação particularmente viva dos dias melhores, tão diferentes dos actuais. Como são bastante numerosos, a sua importância para o movimento revolucionário é grande. É a ala esquerda da pequena burguesia. Em tempo normal, as atitudes desses três grupos da pequena burguesia com respeito à revolução são diferentes. Mas em tempo de guerra, isto é, nos períodos de expansão revolucionária, desde que a aurora da vitória começa a luzir, vêem-se participar na revolução não só os elementos de esquerda da pequena burguesia, mas igualmente os elementos que aí ocupavam uma posição de centro; e mesmo os elementos de direita, levados pelas ondas revolucionárias do proletariado e dos elementos de esquerda da pequena burguesia, são constringidos a juntar-se às fileiras da revolução. As experiências do movimento de 30 de Maio de 1925 e do movimento camponês em diversas regiões, demonstram a justeza de tal afirmação.

O semi-proletariado. Aqui, por semi-proletariado entendemos: 1. a esmagadora maioria dos camponeses semi-proprietários⁸; 2. os camponeses pobres; 3. os pequenos artesãos; 4. os empregados comerciais⁹; 5. os mercadores ambulantes. A esmagadora maioria dos camponeses semi-proprietários e os camponeses pobres formam uma massa rural enorme. Aquilo que se designa por problema camponês é, no essencial, o problema relativo a essas categorias. As explorações dos camponeses semi-proprietários, dos campone-

ses pobres e dos pequenos artesãos são caracterizadas por uma produção ainda mais reduzida do que a dos camponeses proprietários e a dos proprietários de empresas de artesanato. Embora a maioria esmagadora dos camponeses semi-proprietários e os camponeses pobres constituam o semi-proletariado, essas duas categorias, tomadas em conjunto, dividem-se ainda, segundo a situação econômica, nas camadas superior, média e inferior. A existência dos camponeses semi-proprietários é mais penosa do que a dos camponeses-proprietários, pois os cereais que possuem não lhes chegam, geralmente, para mais de seis meses, de tal maneira que, para adquirirem meios suplementares de subsistência, vêem-se contrangidos a tomar terras em arrendamento, ou a vender parte da sua força de trabalho ou, enfim, a exercer um certo comércio. Nos fins da Primavera e começos do Verão, quando a colheita do ano cessante começa a esgotar-se e a próxima está ainda em erva, eles vêem-se obrigados a obter dinheiro a alto juro e a comprar cereais a preços elevados. Essa parte da população camponesa tem pois de levar uma existência mais difícil que a dos camponeses-proprietários, os quais não dependem de quem quer que seja, embora os semi-proprietários tenham uma vida melhor que os camponeses pobres. Com efeito, estes não dispõem de quaisquer terras, cultivam terras alheias e, pelo seu trabalho, recebem metade, ou até menos, da respectiva colheita. Embora os camponeses semi-proprietários recebam também metade ou menos da produção das terras que tomam em arrendamento, nada os impede que guardem a totalidade da colheita proveniente da sua própria terra. É por isso

que os camponeses semi-proprietários têm um espírito mais revolucionário que os camponeses-proprietários, mas menos revolucionário que os camponeses pobres. Os camponeses pobres são rendeiros e encontram-se submetidos à exploração dos senhores de terras. Segundo a situação econômica, eles podem dividir-se em dois grupos. O primeiro dispõe dum material agrícola que, em termos relativos, é suficiente, assim como de certos meios financeiros. Esses camponeses recebem uma parte da colheita, parte que pode atingir a metade daquilo que produzem com o seu trabalho anual. Eles compensam o que lhes falta semeando cereais secundários, pescando, criando aves e porcos ou vendendo uma parte da sua força de trabalho; dessa maneira chegam a assegurar, mal ou bem, a subsistência, esperando, no meio da sua pobreza e penúria, sobrepujar o ano. A vida que levam é mais penosa que a dos camponeses semi-proprietários mas, de qualquer modo, mais fácil que a dos camponeses pobres do segundo grupo. Têm um espírito mais revolucionário que os camponeses semi-proprietários, mas menos que os camponeses pobres do segundo grupo. Pelo que respeita a estes últimos, regista-se uma falta de material agrícola suficiente, bem como de meios financeiros; carecem de adubos e apenas conseguem poucas colheitas. Uma vez pagas as rendas, já não lhes fica grande coisa. Por isso têm maior necessidade de vender uma parte da sua própria força de trabalho. Nos anos de fome, nos meses difíceis, para compensar mendigam empréstimos, junto dos parentes e amigos, dumas quantas medidas de cereal, que lhes permitam manter-se ainda que seja por três ou cinco dias; as suas dívidas engros-

sam e convertem-se num fardo insuportável. Constituem a parte mais miserável da população camponesa, e são muito sensíveis à propaganda revolucionária. Nós incorporamos os pequenos artesãos no semi--proletariado. Com efeito, se bem que disponham de meios primitivos de produção e exerçam profissões “livres”, eles também se vêem frequentemente constringidos a vender parte da sua força de trabalho; a sua situação económica corresponde, sensivelmente, à dos camponeses pobres. O pesado fardo das despesas familiares, a desproporção entre o salário e o mínimo vital, as privações incessantes, o medo de perder o trabalho, tudo isso os aparenta aos camponeses pobres. Os empregados comerciais são os trabalhadores assalariados das casas de comércio. Eles têm de manter a família com o seu magro salário; ora, como o preço das mercadorias aumenta de ano para ano, enquanto que os aumentos de salário não se verificam senão uma vez em cada vários anos, esses indivíduos lamentam-se perpetuamente da sua sorte todas as vezes que os encontramos. A sua situação não difere muito da dos camponeses pobres e pequenos artesãos, sendo por isso muito sensíveis à propaganda revolucionária. Os mercadores ambulantes, quer transportem as mercadorias suspensas numa vara, quer as exponham em lojas ambulantes, têm um capital insignificante, não lhes chegando o pouco que ganham para viver. Encontram-se sensivelmente na mesma situação que os camponeses pobres e estão, do mesmo modo, interessados numa revolução que mude a ordem actual das coisas.

O proletariado. O proletariado industrial moderno conta, actualmente, cerca de dois milhões de

indivíduos. Esse número reduzido explica-se pelo atraso do nosso país no plano económico. Esses operários são empregados essencialmente em cinco sectores — caminhos de ferro, minas, transportes marítimos, indústria têxtil e construções navais — encontrando-se uma parte importante deles sob o jugo de empresas estrangeiras. Embora os efectivos do proletariado industrial moderno sejam reduzidos, é ele quem representa as novas forças de produção e constitui a classe mais progressiva da China moderna, tendo-se transformado na força dirigente do movimento revolucionário. A simples observação da força que se revelou nas greves dos quatro últimos anos, por exemplo, a dos marinheiros¹⁰, a dos operários ferroviários¹¹, a dos operários das hulheiras de Cailuan e das hulheiras de Tsiaotsuo¹², a greve de Chamien¹³, e as grandes greves de Xangai e de Hong Kong¹⁴ após os acontecimentos de 30 de Maio, mostra, de maneira convincente, o grande papel que o proletariado industrial desempenha na revolução chinesa. Isso é-lhe possível: primeiro, pela sua concentração, nenhum outro grupo pode rivalizar com ele nesse plano, e, segundo, porque os operários da indústria encontram-se numa situação económica extremamente penosa. Estão privados de meios de produção, não dispõem mais do que dos seus próprios braços e não têm qualquer esperança de enriquecer, encontrando-se, ademais, submetidos a um tratamento ferocíssimo por parte dos imperialistas, dos caudilhos militares e da burguesia. Essa a razão por que se mostram particularmente capazes para a luta. As forças dos cúlis das cidades merecem igualmente que se lhes dispense uma séria atenção. No inte-

rior deste grupo, a maioria é constituída por estivadores de cais e condutores de carrinhos de mão, contando-se igualmente nele os limpadores de latrinas, estradas, etc. Não têm mais do que os próprios abraços. Pela situação económica, estão próximos dos operários da indústria, não lhes cedendo a não ser no grau de concentração e na importância do seu papel na produção. A agricultura capitalista moderna está ainda fracamente desenvolvida na China. Sob a designação de proletariado agrícola compreendem-se os assalariados agrícolas que trabalham ao ano, ao mês ou ao dia. Esses trabalhadores não dispõem nem de terras nem de material agrícola, nem de quaisquer meios financeiros, não podendo portanto subsistir a não ser vendendo a sua força de trabalho. Do ponto de vista da duração da jornada de trabalho, magreza do ganho, ignomínia de condições de existência e insegurança de emprego, estão em situação ainda pior que os demais operários. Essa parte da população rural está submetida às mais pesadas privações e ocupa, no movimento camponês, uma posição tão importante como a dos camponeses pobres.

Existe também um numeroso lumpen-proletariado, composto de camponeses que perderam as suas terras e de operários-artesãos sem trabalho. São os elementos mais instáveis da sociedade. Eles mantêm por toda a parte organizações de carácter secreto, como o Sanho-huei nas províncias do Fuquien e do Cuan-tum, o Quelaohuci nas províncias do Hunan, Hupei, Cuedjou e Setchuan, o Tataohuei nas províncias do Anghuei, Honan e Xantum, o Tsailihuei na província do Tchili e nas três províncias do Nordeste, o Tchim-pam1” em Xangai

e outras localidades, organizações que, originariamente, eram de ajuda mútua na luta política e económica. A atitude com relação a esse grupo constitui um dos problemas difíceis que se apresentam à China. Tais indivíduos são capazes de lutar com a maior coragem, mas são propensos a acções destrutivas. Conduzidos de maneira correcta, podem converter-se numa força revolucionária.

De tudo quanto acaba de ser dito ressalta que os nossos inimigos são todos os que estão conluiados com o imperialismo — os caudilhos militares, os burocratas, a classe dos compradores, a classe dos grandes senhores de terras e o sector reaccionário dos intelectuais que lhes é anexo. A força dirigente da nossa revolução é o proletariado industrial. Os nossos mais chegados amigos são a totalidade do semi--proletariado e a pequena burguesia. Quanto à média burguesia, sempre vacilante, a sua ala direita pode transformar-se em nossa inimiga e a esquerda, em nossa amiga, devendo no entanto mantermos constantemente em guarda e não permitir que tal classe venha criar confusão nas nossas fileiras.

NOTAS

1 Trata-se do punhado de vis políticos fascistas que fundaram a Liga da Juventude “Estatal” da China, organização que mudou em seguida o nome para Partido da Juventude da China. Recebendo subsídios dos diferentes grupos reaccionários no poder, assim como dos imperialistas, os “estadistas” especializaram-se em intervenções contra-revolucionárias dirigidas contra o Partido Comunista da China e a União Soviética.

2 Tai Tsi-tao: um dos velhos membros do Kuomintang. Em certa altura ocupou-se de especulações na bolsa, com Tchiang Kai-chek. Após a morte de Sun Yat-sen, em 1925, organizou uma campanha de perseguição ao Partido Comunista da China, com o que preparou moralmente o golpe de Estado contra-revolucionário de Tchiang Kai-chek de 1927. Durante um longo período foi o cão fiel de Tchiang Kai-chek, um dos seus cúmplices na actividade contra-revolucionária. Em Fevereiro de 1949, constatando que a dominação de Tchiang Kai-chek corria para o desmoronamento inevitável e vendo que a sua própria situação não tinha saída, suicidou-se.

3 Tchempao: órgão publicado em Pequim pelo grupo político dos “investigadores”, um grupo que apoiava a dominação dos caudilhos militares do Norte.

4 Em 1923, com a ajuda do Partido Comunista da China, Sun Yat-sen decidiu a reorganização do Kuomintang, a colaboração deste com o Partido Comunista e a admissão de comunistas no Kuomintang e, em Janeiro de 1924, no I Congresso Nacional do Kuomintang, convocado por ele em Cantão, formulou as suas três grandes políticas: aliança com a Rússia, aliança com o Partido Comunista, ajuda aos camponeses e operários. Participaram nesse Congresso os camaradas Mao Tsetung, Li Ta-tchao, Lin Po-tsui, Tsui Tchiao-pai e outros. Essa participação nos trabalhos do Congresso foi de grande importância, na medida em que ajudou o Kuomintang a adoptar uma via revolucionária. Foi nessa mesma época que alguns desses camaradas foram eleitos membros, efectivos ou suplentes, do Comité Central Executivo do Kuomintang.

5 O camarada Mao Tsetung refere-se aos camponeses médios.

6 Marechal Tchao, também chamado Tchao Cum-mim, é o deus da riqueza na mitologia popular chinesa.

7 Trata-se dum movimento nacional anti-imperialista, em protesto contra o massacre do povo chinês perpetrado pela polícia inglesa, a 30 de Maio de 1925, em Xangai. Em Maio de 1925, num certo número de fábricas japonesas de têxteis, em Tsintao e em Xangai, rebentou um movimento de greve que tomou enormes proporções. Esse movimento foi esmagado pelos imperialistas japoneses e seus lacaios, os caudilhos militares do Norte. A 15 de Maio, no segui-

mento das medidas de repressão tomadas pelos patrões contra os operários das fábricas japonesas de têxteis de Xangai, o operário Cu Djem-hom foi morto a tiro, registando-se mais de uma dezena de feridos. A 28 de Maio, sob ordem das autoridades reaccionárias, foram executados oito operários em Tsintao. A 30 de Maio, no território das concessões estrangeiras, mais de 2.000 estudantes de Xangai passaram à agitação em favor dos operários em greve, e no sentido da devolução das concessões à China. Depois, mais de 10.000 xangaineses realizaram uma concentração diante do comando geral da polícia da concessão inglesa. Os manifestantes gritavam as palavras de ordem de “Abaixo o imperialismo!”, “Povo chinês, une-te!”, etc. A polícia inglesa abriu fogo, matando e ferindo numerosos estudantes. Tais acontecimentos torna-ram-se célebres sob a designação de “Acontecimentos Sangrentos de 30 de Maio”. Essa repressão selvagem suscitou a cólera do povo chinês e uma vaga de manifestações e greves de operários, estudantes e comerciantes percorreu o país, culminando num imenso movimento anti-imperialista.

8 O camarada Mao Tsetung pensa aqui nos camponeses indigentes que, não possuindo suficiente terra própria, têm de tomá-la de arrendamento.

9 Na China, os empregados comerciais dividem-se em várias camadas. O camarada Mao Tsetung pensa aqui na maioria; os outros — os da camada inferior — encontram-se na mesma situação material que os proletários. 10 Trata-se da greve dos marinheiros de Hong Kong e da dos barqueiros do Yangtsé, nos começos de 1922. A primeira durou oito semanas. Face a uma luta encarniçada e sangrenta, as autoridades imperialistas britânicas de Hong Kong viram-se constrangidas a satisfazer as reivindicações dos grevistas: aumento dos salários, restabelecimento dos sindicatos, libertação dos operários detidos e pagamento de pensões às famílias dos mártires. Pouco depois, os barqueiros e os operários dos portos do Yangtsé começaram uma greve que durou duas semanas e terminou, igualmente, com a vitória dos grevistas.

11 Após a sua fundação, em 1921, o Partido Comunista da China entregou-se a um trabalho de organização no seio dos operários

ferroviários e, em 1922 e 1923, nas principais ferrovias do país, passou-se a um movimento de greves dirigido pelo Partido Comunista. A mais célebre foi a greve geral dos ferroviários da linha Pçquim-Hancou, que começou a 4 de Fevereiro de 1923, sob o signo da luta pelo direito de organizar livremente um sindicato único. A 7 de Fevereiro, apoiados pelo imperialismo britânico, Vu Pei-fu e Siao Iaonan, caudilhos militares do Norte, iniciaram uma feroz repressão contra os operários em greve, repressão que ficou conhecida na História da China pela designação de “Acontecimentos Sangrentos de 7 de Fevereiro”.

12 Hulheiras de Cailuan é o nome geral das minas de Caipim e Luandjou, na província de Hopei. Essas hulheiras formavam uma importante bacia que ocupava mais de 50.000 operários. Durante o Movimento dos Boxers, em 1900, o imperialismo inglês apoderou-se das minas de Caipim. Posteriormente, os chineses criaram a Companhia Hulheiras de Luandjou, incorporada mais tarde na Administração Mineira de Cailuan. Ambas as minas passaram a estar sob o controle exclusivo do imperialismo britânico. A greve dos mineiros de Cailuan ocorreu em Outubro de 1922. As hulheiras de Tsiaotsuo situavam-se no Honan. Actualmente situam-se no oeste da província de Pim-ian. São muito conhecidas na China. A greve de Tsiaotsuo começou em 1 de Julho de 1925 e terminou em 9 de Agosto do mesmo ano.

13 Chamien: antiga concessão dos imperialistas britânicos em Cantão. Em Julho de 1924, os imperialistas britânicos que exploravam Chamien introduziram uma nova regulamentação policial, nos termos da qual cada cidadão chinês residente em Chamien devia apresentar um cartão de identidade, com a devida fotografia, cada vez que entrasse ou saísse da concessão. A medida não se estendia aos estrangeiros. A 15 de Julho, os operários de Chamien desencadearam uma greve para protestar contra tal discriminação. Finalmente, os imperialistas britânicos viram-se obrigados a anular a regulamentação policial.

14 Após os Acontecimentos de Xangai de 30 de Maio de 1925, estalou uma greve geral nessa cidade, no dia 1 de Junho. A 19 de Junho, começou uma greve geral em Hong Kong. Mais de

200.000 trabalhadores participaram na greve de Xangai, e 250.000 na de Hong Kong. Esta última, que beneficiou do apoio de todo o povo chinês, durou um ano e quatro meses e foi a greve mais longa que se registou na história do movimento operário mundial.

15 San-ho-huei, Quelaohuei, Tataohuci, Tsailihuei, Tchim-pam, eram sociedades secretas, primitivas, com ramos entre a massa da população. No fundamental, essas organizações congregavam camponeses arruinados, artesãos desempregados e elementos do lumpem-proletariado. Na época feudal, o que aglutinava todos esses elementos era, muitas vezes, um preconceito religioso. Essas sociedades, que se designavam por diversos nomes, regiam-se por uma forma de organização patriarcal. Algumas possuíam armas. Os seus membros es-forçavam-se por assegurar-se ajuda mútua nas diferentes circunstâncias da vida e, em certos momentos, serviam-se das sociedades para organizar lutas contra os opressores, burocratas e senhores de terras. Como é evidente, o pertencer a essas organizações de carácter retrógrado não podia constituir uma saída para os camponeses e artesãos. Acontecia até que, com frequência, os senhores de terras e os demais tiranos estabeleciam sem dificuldades um controle sobre elas, utilizando-as para fins egoístas. Além disso, notava-se nessas sociedades uma tendência à destruição cega, razão por que algumas se transformaram numa força reaccionária. Em 1927, por ocasião do seu golpe de Estado contra-revolucionário, Tchiang Kai-chek utilizou essas organizações retrógradas como um instrumento para destruir a unidade do povo trabalhador e abater a revolução. Desde que começou a verificar-se uma expansão poderosa das forças do proletariado industrial moderno, os camponeses, sob a direcção da classe operária, criaram a pouco e pouco organizações inteiramente novas, que lhes eram próprias. Desde então, a existência das tais organizações primitivas e retrógradas perdeu todo e qualquer sentido.

RELATÓRIO SOBRE UMA
INVESTIGAÇÃO FEITA NO HUNAN A
RESPEITO DO
MOVIMENTO CAMPONÊS*

(Março de 1927)

A GRAVIDADE DA QUESTÃO
CAMPONESA

Durante a minha recente viagem pelo Hunan1 procedi a uma investigação directa a respeito da situação em cinco distritos: Siantan, Siansiam, Henxan, Lilim e Tchancha. Em trinta e dois dias, desde 4 de Janeiro a 5 de Fevereiro, tanto nas aldeias como nas sedes de distrito, convoquei, para reuniões de informação, camponeses experimentados e camaradas em actividade no movimento camponês, escutei atentamente o que me comunicaram e recolhi um vasto material. Muitos dos como e porquê do movimento camponês são exactamente o contrário do que ouvi

* O presente artigo foi escrito como resposta às acusações que, tanto dentro como fora do Partido, se faziam na época à luta revolucionária dos camponeses. O camarada Mao

à classe dos nobres em Hancou e Tchancha. Vi e ouvi muita coisa estranha, coisas de que anteriormente nunca havia tido conhecimento. Pens\> que o mesmo acontece em muitas outras regiões. É preciso eliminar rapidamente todos os ditos contrários ao movimento camponês. Todas as medidas erradas que as autoridades revolucionárias tomaram com relação ao movimento camponês devem ser rapidamente corrigidas. Só assim se poderá favorecer o futuro da revolução. Com efeito, a expansão actual do movimento camponês constitui um acontecimento colossal. Em muito pouco tempo, nas províncias do Centro, Sul e Norte da China, várias centenas de milhões de camponeses hão-de levantar-se como um poderoso furacão, uma tempestade, uma força tão vertiginosa e violenta que nenhum poder, por maior que seja, poderá deter. Eles quebrarão todas as cadeias que os acorrentam e lançar-se-ão no caminho da liber-

Tsetung passou trinta e dois dias em investigação pela província de Hunan, e preparou o referido relatório para responder a tais acusações. Dentro do Partido, os oportunistas de direita, encabeçados por Tchen Tu-siu, recusaram-se a aceitar os pontos de vista do camarada Mao Tsetung e persistiram nas ideias erradas que defendiam. O erro principal dos oportunistas residia no facto de, amedrontados pela corrente reaccionária no Kuomintang, não ousarem apoiar as grandes lutas revolucionárias das massas camponesas, luás já em curso, umas, e outras prestes a estalar. Para apaziguar o Kuomintang, eles preferiam abandonar o campesinato, o aliado principal na revolução, deixando assim isolados e sem ajuda a classe operária e o Partido Comunista da China. Foi sobretudo por poder explorar essa fraqueza existente no próprio seio do Partido Comunista que o Kuomintang ousou trair a revolução, desencadear a “deputação do partido” e fazer a guerra contra o povo, no Verão de 1927.

tacão. Sepultarão todos os imperialistas, caudilhos militares, funcionários corrompidos, déspotas locais e maus nobres. Todos os partidos revolucionários e todos os camaradas revolucionários serão postos à prova pelos camponeses, sendo aceites ou rejeitados segundo a escolha que tiverem feito. Há três alternativas: marchar à frente dos camponeses e dirigi-los? Ficar atrás deles, gesticulando e criticando? Erguer-se diante deles para combatê-los? Cada chinês está livre para escolher dentre essas três alternativas, e os acontecimentos forçarão toda a gente a fazer rapidamente a escolha.

ORGANIZAM-SE

Em termos globais, o movimento camponês no Hunan pode ser dividido em dois períodos, isto relativamente aos distritos do centro e do sul da província, onde tal movimento já está desenvolvido. O primeiro, de Janeiro a Setembro do ano passado, foi o período de organização. Nesse período, Janeiro a Junho foi a época de actividade subterrânea, e Julho a Setembro, quando o Exército Revolucionário repelia Tchao Henti2, a época de actividade às claras. Durante o primeiro período, o volume de membros das associações camponesas não excedeu a ordem dos trezentos mil a quatrocentos mil, as massas sob imediata direcção destas subiam a pouco mais de um milhão, não havia praticamente luta nas regiões rurais e, como consequência, registaram-se bem poucas críticas às associações nos diversos sectores do país. Como os mem-

bro das associações camponesas podiam ser utilizados como guias, batedores ou carregadores, em benefício do Exército da Expedição do Norte, houveste oficiais que se exprimiram em termos favoráveis a cias. O segundo período, de Outubro passado a Janeiro deste ano, foi um período de acção revolucionária. O número de membros das associações saltou para dois milhões e as massas sob direcção imediata destas au-mentaram para dez milhões. Como, em geral, os camponeses inscrevem apenas um nome para cada família que ingressa nas associações camponesas, uma lista de dois milhões de membros representa uma massa incorporada de dez milhões. Quase metade dos camponeses dc Hunan está actualmente organizada. Nos distritos como Siantan, Siansiam, Liuiam, Tchan-cha, Lilim, Ninsiam, Pinqiam, Sian-im, Henxan, Hen--iam, Lei-iam, Tscncien e An-hua, quase todos os camponeses entraram para as associações camponesas, sub-meteram-se à respectiva direcção. Foi na base dessa organização extensiva que os camponeses passaram à acção, estalando uma grande revolução no campo num espaço de quatro meses, uma revolução que não tem paralelo na História.

ABAIXO OS DÉSPOTAS LOCAIS
E OS MAUS NOBRES!
TODO O PODER ÀS ASSOCIAÇÕES
CAMPONESAS!

Para os camponeses, os alvos principais de ataque são os déspotas locais, os maus nobres e os senhores

22 de terras sem lei, mas também golpeiam de passagem a ideologia e o sistema patriarcais, os funcionários corrompidos das cidades e os maus costumes existentes nas regiões rurais. Em matéria de força, o ataque é tempestuoso; os que a ele se submetem sobrevivem, e os que lhe resistem morrem. Como consequência disso, os privilégios milenários de que gozavam os senhores de terras feudais estão a ser reduzidos a nada. Os mais pequenos sinais de dignidade e prestígio forjados pelos senhores de terras vão sendo varados para o lixo. Com o desmoronamento do poder dos senhores de terras, as associações camponesas passaram a ser os únicos órgãos de autoridade, e a popular palavra de ordem de “todo o poder às associações camponesas” converteu-se numa realidade. Mesmo as insignificâncias, por exemplo as disputas entre sogros, são levadas às associações camponesas. Nada pode decidir-se sem a presença de alguém que pertença às associações camponesas. São estas quem regula efectivamente todos os assuntos rurais e, tal como se diz, “tudo quanto afirmam cumprem”. Mesmo os que não pertencem às associações vêem-se obrigados a dizer bem delas; não há quem possa dizer mal delas. Os déspotas locais, os maus nobres e os senhores dc terras sem lei foram privados do menor direito à palavra, e nenhum ousa sequer balbuciar a palavra “não”. Frente ao poderio das associações camponesas, os déspotas locais e os maus nobres de primeira categoria fugiram para Xangai, os de segunda para Hancou, os de terceira para Tchancha e os de quarta para as sedes de distrito, enquanto que os da quinta e demais categorias capitularam frente às associações camponesas, nas aldeias.

“Aqui estão dez yuan. Por favor, deixem-me entrar para a associação camponesa.”, dizem os menos importantes dentre os maus nobres.

“Fora! Ninguém quer o vosso dinheiro fedorento!”, respondem os camponeses.

Muitos senhores de terras médios e pequenos, muitos camponeses ricos, e mesmo camponeses médios, que anteriormente se opunham às associações camponesas, procuram agora em vão conseguir uma admissão. Nas visitas às várias localidades encontrei-me muitas vezes com gente dessa, que me pedia: “O senhor, que é membro de comité, vindo da capital de província, por favor, seja meu patrono!”

Durante a dinastia Tsim, no censo realizado pelas autoridades locais havia um registo regular e um “outro” registo, sendo o primeiro para as pessoas honestas e o último para os bandidos e demais elementos nocivos. Agora, em certas localidades, os camponeses servem-se disso para ameaçar os que antes se opunham às associações. Eles dizem-lhes: “Vamos inscrever-vos os nomes no ‘outro’ registo!”

Com medo de serem lançados no “outro” registo, tais indivíduos tentam todos os meios para conseguir a admissão nas associações camponesas, e não se tranquilizam enquanto não vêem o seu nome inscrito nos respectivos registos. Acontece, porém, com frequência, que as associações lhes impedem em absoluto a admissão, pelo que passam então a viver num estado de pavor permanente; com as portas das associações fechadas, ficam como quem não tem eira nem beira ou, como se diz no campo, “gente à parte”. Numa palavra, aquilo que há uns

quatro meses era desprezado como uma “quadrilha de camponeses”, passou agora a ser visto como a mais honrosa das instituições. Aqueles que antes se prostravam frente ao poder dos nobres, rastejam agora ante o poder dos camponeses. Seja quem for, todos reconhecem que os mundos, de antes e depois de Outubro passado, são mundos diferentes.

“MUITO MAU” E “MUITO BOM”

A revolta dos camponeses nas regiões rurais desfez os lindos sonhos dos nobres. Quando as novas do campo chegaram à cidade, causaram uma imediata agitação entre os nobres. Assim que cheguei a Tchan-cha, encontrei-me com toda a espécie de gente e ouvi muitas histórias. Desde a camada média da sociedade à ala direita do Kuomintang, não havia uma só pessoa que não resumisse tudo com a frase: “muito mau”. Sob o choque das opiniões dos que diziam “muito mau”, opiniões que então reinavam na cidade, mesmo os mais revolucionários ficavam abatidos ao idealizarem, de olhos fechados, o que se estava passando no campo, sendo incapazes de negar que fosse efectivamente “mau”. Os mais progressistas diziam: “Sim, é mau, mas trata-se de algo inevitável numa revolução.” Em suma, ninguém era capaz de negar de todo a expressão “mau”. Mas, como já se disse, a realidade é que as grandes massas camponesas se levantaram para cumprir a sua missão histórica, as forças da democracia levantaram-se para derrubar as forças do feudalismo no campo. Desde há milénios

que a classe feudal-patriarcal dos déspotas locais, maus nobres e senhores de terras sem lei constitui a base da autocracia, sendo sobre ela que se apoiam os imperialistas, os caudilhos militares e os funcionários corrompidos. Derrubar essas forças feudais constitui o verdadeiro objectivo da revolução nacional. Em poucos meses, os camponeses realizaram aquilo que o Dr. Sun Yat-sen queria mas não pôde realizar durante os quarenta anos que devotou à revolução nacional. Trata-se dum feito que nunca tinha sido realizado até então, nem nos quarenta anos nem ao longo dos milénios. É, portanto, muito bom. De modo nenhum é “mau”. Será tudo menos “muito mau”. Como é evidente, “muito mau” é a teoria que defende os interesses dos senhores de terras e combate o levantamento dos camponeses. Sem dúvida alguma, é uma teoria da classe dos senhores de terras, para preservar a velha ordem feudal e impedir o estabelecimento da nova ordem democrática; está claro que se trata duma teoria contra-revolucionária. Nenhum camarada revolucionário deve fazer eco a tal tolice. Quando, com concepção revolucionária firmemente estabelecida, se vai às aldeias e olha em redor, é infalível que se sente uma alegria nunca antes experimentada. Milhares e milhares de escravos — os camponeses — derrubando o inimigo que lhes chupava o sangue. O que fazem os camponeses está absolutamente certo, é muito bom! “Muito bom” é a teoria dos camponeses e de todos os outros revolucionários. Cada camarada revolucionário precisa de saber que a revolução nacional exige uma grande mudança no campo. A Revolução de 19113 não conseguiu realizar tal mudança, o que foi a causa do

seu fracasso. Essa mudança está a registar-se agora, o que constitui um factor importante para a realização integral da revolução. Todos os camaradas revolu-dooários devem apoiá-la, pois, de contrário, estarão tomando a atitude da contra-revolução.

A QUESTÃO DOS “EXCESSOS”

Outros há que dizem: “Sim, as associações camponesas são necessárias, mas estão a cometer realmente muitos excessos”. É a opinião dos centristas. Mas qual é, afinal, a situação real? É verdade que, em certo sentido, no interior do país os camponeses agem um pouco “sem regra”. Convertidas em autoridade suprema, as associações camponesas não permitem uma palavra aos senhores de terras, abatem--lhes o prestígio, o que é o mesmo que atirá-los ao chão e pôr-lhes um pé em cima. Os camponeses ameaçam (“vamos inscrever-vos os nomes no ‘outro’ registo”), aplicam multas aos déspotas locais e aos maus nobres, exigem-lhes contribuições e desmantlam-lhes os palanquins. As massas irrompem pelas casas dos déspotas locais e maus nobres opostos às associações camponesas, abatem-lhes os porcos e tomam-lhes o arroz; inclusivamente chegam a deitar-se uns minutos nas camas luxuosas reservadas às senhoritas e às jovens senhoras das mansões dos déspotas locais e maus nobres. Frente às provocações, os camponeses procedem a detenções, coroam os detidos com altos carapuços de papel e levam-nos em desfile pelas aldeias,

dizendo: “Mau nobre, agora já ficas a saber quem somos nós!”. Fazendo o que bem lhes apetece, revolvendo tudo, os camponeses instauraram uma espécie de terror nas zonas rurais. É isso que alguns definem como “excessos”, como “entortar no acto de endireitar”, como “abusos”. Aparentemente, todos esses ditos são razoáveis, mas, na realidade, estão igualmente errados. Em primeiro lugar, foram os déspotas locais, os maus nobres e os senhores de terras sem lei quem forçou os camponeses a agir assim. Geração após geração, eles vinham usando do seu poder para tiranizar os camponeses e mantê-los de baixo da bota; essa a razão por que estes se lhes opõem agora com tanta violência. Sem excepção, as revoltas mais violentas e as desordens mais graves têm ocorrido nos lugares onde os déspotas locais, os maus nobres e os senhores de terras sem lei cometeram as piores violações. Os camponeses vêem claro, sabem quem é mau e quem não é, quem é o pior e quem não é assim tão perverso, quem merece castigo severo e quem merece certa clemência, sabem fazer boas contas e é muito raro que as penas excedam os crimes. Em segundo lugar, uma revolução não é o convite para um jantar, a composição duma obra literária, a pintura dum quadro ou a confecção dum bordado; ela não pode ser assim tão refinada, calma e delicada, tão branda, tão afável e cortês, comedida e generosa. Uma revolução é uma insurreição, é um acto de violência pelo qual uma classe derruba outra. A revolução no campo é a revolução por meio da qual a classe camponesa derruba o poder da classe feudal dos senhores de terras. Sem empregar um máximo de força, os camponeses não podem liquidar a autoridade

dos senhores de terras, autoridade milenária e profundamente enraizada. As regiões rurais necessitam duma enorme onda revolucionária, já que só isso pode despertar o povo por milhões e convertê-lo numa força poderosa. Todos os “excessos” que mencionámos atrás são um efeito da força despertada entre os camponeses pela enorme onda revolucionária que se desenrola no campo. Era absolutamente necessário que tudo isso se desse no segundo período do movimento camponês (no período da acção revolucionária). Em tal período, impunha-se estabelecer a autoridade absoluta dos camponeses. Era preciso proibir a crítica malévola às associações camponesas. Impunha-se liquidar toda a autoridade dos nobres, atirá-los ao chão e pôr-lhes, inclusivamente, um pé em cima. Há um significado revolucionário em todos os comportamentos, “excessos”, desse período. Para falar franco, é necessário, durante um breve período, instaurar o terror em todas as regiões rurais, pois doutro modo será impossível liquidar as actividades dos contrarrevolucionários no campo e derrubar a autoridade dos nobres. Endireitar implica entortar, sem entortar não é possível endireitar⁵. Os ditos dos que criticam os “excessos” são, à primeira vista, diferentes do “muito mau” a que nos referimos mais atrás, mas, na essência, partem todos dum mesmo ponto, são a teoria dos senhores de terras, uma teoria que protege os interesses das classes privilegiadas. Como essa teoria impede a expansão do movimento camponês, como nas suas consequências sabota a revolução, não podemos deixar de opor-nos firmemente a ela.

“MOVIMENTO DE PÉS-DESCALÇOS”

A ala direita do Kuomintang diz: “O movimento camponês é um movimento de pés-descalços, de camponeses preguiçosos”. É uma opinião muito corrente em Tchanca. No campo, entre os nobres, ouvi dizer o seguinte: “Está bem que se criem associações camponesas, mas a gente que nelas actua não presta. É preciso substituí-la!”. Essa opinião não difere do que dizem os direitistas. Para as duas opiniões, está bem que exista um movimento camponês (o movimento já existe, ninguém ousa dizer outra coisa), só a gente que nele participa é que não presta; as duas expressam ódio, particularmente com relação aos homens das associações camponesas de base, a quem chamam de “pés-descalços”. Resumindo, aqueles que os nobres tinham desprezado e lançado para o pântano, os que não tinham lugar na sociedade, os que não tinham direito a falar, levantam agora bruscamente a cabeça. E não é apenas um levantar de cabeça, pois estes asse-nhorearam-se também do próprio poder. Actualmente, eles são os donos das associações camponesas de circunscricão^” (escalões mais baixos das associações camponesas), associações que, nas suas mãos, já se transformaram em algo que mete medo. Levantaram a mão rústica e calosa de trabalho e deixaram-na cair sobre as cabeças dos nobres. Amarram com cordas os maus nobres, coroam-nos com altos carapuços de papel e levam-nos em desfile pelas aldeias (no Siantan e em Siansiam chamam a isso “parada pelo tuarí” e, em Lilim, “parada pelo Ion”). Não se passa um dia sem que atirem duras

e impiedosas palavras de denúncia às orelhas dos nobres. Eles dão ordens e dirigem tudo. Os que de costume estavam no lugar mais baixo encontram-se agora nos lugares mais altos, o que se diz ser uma anormalidade.

VANGUARDA DA REVOLUÇÃO

Duas afirmações opostas sobre uma mesma coisa ou pessoa são um resultado de dois pontos de vista opostos sobre essa coisa ou essa pessoa. “Muito mau” e “muito bom”, “pés-descalços” e “vanguarda da revolução”, são um bom exemplo disso.

Ficou dito atrás que os camponeses cumpriram uma tarefa revolucionária que estava há muitos anos por cumprir e realizaram um importante trabalho para a revolução nacional. Mas poderá porventura dizer-se que toda essa enorme tarefa revolucionária, todo esse importante trabalho revolucionário, foi feito pela totalidade dos camponeses? Não. Flá três ordens de camponeses: os ricos, os médios e os pobres. As três vivem em condições diferentes, tendo por isso diferentes pontos de vista sobre a revolução. No primeiro período, o que atraía os camponeses ricos era o que se dizia a propósito da esmagadora derrota sofrida pelo Exército da Expedição do Norte, em Quiansi, sobre o facto de Tchiang Kai-chek ter sido ferido numa perna⁵ e regressado em avião para Cuan-tum⁶, e ainda sobre a reconquista de Iuédjou, por Vu Pei-fu⁷. Dizia-se que de certeza as associações camponesas não poderiam manter-se por muito tempo nem os Três Princípios do Povo⁸ prevalecer, visto tratar-se de algo

sobre que nunca se ouvira falar anteriormente. Se um responsável duma associação camponesa de circunscrição (geralmente um “pé-descalço”) se dirigisse, de registo na mão, à casa dum camponês rico e dissesse: “Convidamo-lo a ingressar nas associações campo-nesas”, que responderia esse camponês rico? Se não fosse muito hostil, diria: “Há dezenas de anos que moro aqui e lavro as minhas terras; nunca ouvi falar de associações camponesas e, no entanto, sigo vivendo. Aconselho-os a não se meterem nisso.” Mas se se tratasse dum camponês rico francamente hostil diria: “Associação camponesa? Uma associação onde todos acabarão com a cabeça cortada? Não arranjem complicações aos outros!”. A surpresa, porém, foi que as associações camponesas criaram-se há vários meses e tiveram até a audácia de tomar posição contra os nobres. Nos arrabaldes, os nobres que se recusaram a entregar os cachimbos de ópio foram detidos pelas associações e levados em desfile através das aldeias. Nas sedes de distrito, aliás, procedeu-se inclusivamente à execução de alguns dos grandes nobres, como foi o caso de Ien Jum-tsiu, em Siantan, e Iam Tche-tse, em Ninsiam. No aniversário da Revolução de Outubro, por ocasião do mítin anti-britânico e durante as grandes celebrações da vitória da Expedição do Norte, dezenas de milhares de camponeses, em todas as circunscrições, empunharam bandeiras grandes e pequenas, muniram-se de varapaus e enxadas e, em imponentes desfiles, manifestaram em massa. Aí os camponeses ricos começaram a ficar perplexos e alarmados. No decorrer das grandiosas celebrações da vitória da Expedição do Norte, chegaram-lhes a notícia de que Quiouquiam tinha sido ocupado,

Tchiang Kai-chek não sofrera qualquer ferimento nas pernas e Vu Pei-fu tinha, enfim, sido derrotado. Mais do que isso, eles puderam ler palavras de ordem tais como “Vivam os Três Princípios do Povo!”, “Vivam as associações camponesas!” e “Vivam os camponeses!”, escritas com toda a clareza em “cartazes vermelhos e verdes”. “Vivam os camponeses! Acaso deverá olhar-se agora para esta gente como se se tratasse imperadores?”, espantavam-se os camponeses ricos, perplexos e alarmados. As associações camponesas passaram a ganhar proporções de grande senhor. Os homens das associações dizem para os camponeses ricos: “Vamos inscrever-vos os nomes no ‘outro’ registo!” ou, então, “Um mês mais e a admissão custará dez yuan por pessoa!”. Só assim é que os camponeses ricos começaram, embora tardiamente, a aderir às associações⁹, tendo alguns que pagar cinco jiao ou um yuan pela admissão (a quota regular de entrada não custava mais do que 100 wen(2)) e outros, que garantir a admissão por meio de pedidos de apadrinhamento feitos a terceiros. Não obstante, há um bom número de obstinados que até hoje não aderiram às associações. Quando os camponeses ricos aderem às associações, dão geralmente o nome de um familiar dos mais idosos, um velho de sessenta ou setenta anos de idade, pois recebem sistematicamente a “consciência”. Uma vez ingressados nas associações, os camponeses ricos não mostram qualquer entusiasmo por estas. Mantêm-sc invariavelmente inactivos.

E os camponeses médios? Quanto a estes, a sua atitude é oscilante. Pensam que a revolução não lhes trará maiores benefícios. O arroz continua a cozer-se-

-lhes nos tachos e não receiam que os credores lhes venham bater à porta pela meia-noite. Por outro lado, como nada viram antes de semelhante, franzem o sobrolho e pensam lá para consigo: “Poderão realmente as associações camponesas subsistir?”, “Poderão realmente acabar por prevalecer os Três Princípios do Povo?”. A sua conclusão é: “Pouco provável!”. Crêem que tudo depende da vontade dos deuses e pensam: “Associações camponesas! Mas quem poderá dizer se os deuses as desejam ou não?”. No primeiro período, os homens das associações poderiam, de registo na mão, apresentar-se em casa dum camponês médio e dizer: “Convidamo-lo a entrar nas associações?”, ao que o camponês médio responderia: “Mas não há razão para pressas!”. Só no segundo período, quando as associações camponesas passaram realmente a dispor de grande poder, é que os camponeses médios aderiram a elas. Dentro das associações, eles mostram-se melhores que os camponeses ricos mas, por agora, não são muito entusiastas, ainda preferem esperar e ver. Para as associações camponesas é essencial obter a adesão dos camponeses médios e fazer um melhor trabalho de explicação entre eles. Nas zonas rurais, os camponeses pobres têm constituído sempre a força principal desta luta encarniçada. Eles têm combatido activamente, tanto no período de acção clandestina como no período de actividade às claras. São os que melhor aceitam a direcção do Partido Comunista. São um inimigo mortal dos déspotas locais e dos maus nobres, a quem atacam sem a menor hesitação. “Há já muito que aderimos às associações camponesas”, dizem eles aos camponeses ricos, “por que razão vocês ainda

estão tão hesitantes?”. Troçando, os camponeses ricos respondem-lhes: “Acaso existe qualquer coisa que vos impeça de aderir? Vocês não têm uma só telha para cobrir a cabeça nem um palmo de terra onde assentar os pés!”. Na verdade, os camponeses pobres não receiam perder coisa alguma. É um facto que muitos deles “não têm uma só telha para cobrir a cabeça nem um palmo de terra onde assentar os pés”. O que poderia pois impedi-los de aderir às associações? Segundo o recenseamento do distrito de Tchancha, os camponeses pobres representam setenta por cento da população das regiões rurais, os camponeses médios vinte por cento e os senhores de terras e camponeses ricos dez. Os setenta por cento de camponeses pobres podem subdividir-se em duas categorias, a dos que nada têm e a dos que têm muito pouco. Os que nada têm cifram-se em vinte por cento, estão destituídos de tudo, quer dizer, não dispõem de terras nem de dinheiro, faltam-lhes todos os meios de vida e são forçados a abandonar os locais onde vivem para converter-se em mercenários, em trabalhadores assalariados, ou deambulam como mendigos. Os que têm muito pouco¹¹, os restantes cinquenta por cento, são os que se encontram parcialmente destituídos de haveres, quer dizer, apenas dispõem duma reduzida nesga de terra ou duns quantos fundos, gente que ganha menos daquilo que necessita consumir, vivendo esgotada e na miséria durante o ano inteiro. É, por exemplo, o caso dos artesãos, dos rendeiros (excluídos os rendeiros ricos) e dos camponeses semi-proprietários. Representando setenta por cento da população rural, essa grande massa de camponeses pobres constitui o suporte das associações camponesas, a

vanguarda na liquidação das forças feudais, e é o pioneiro glorioso que executa a grandiosa tarefa revolucionária que tinha ficado por cumprir há muitos anos. Sem a classe dos camponeses pobres (esses mesmo que os nobres chamam “pés-descalços”), não teria sido possível chegar-se à situação revolucionária que existe actualmente no campo, nem derrubar os déspotas locais e os maus nobres e concluir a revolução democrática. Como são os mais revolucionários, os camponeses pobres conquistaram a direcção das associações camponesas. Tanto no primeiro como no segundo período, quase todos os presidentes e membros de comités das associações camponesas de base eram camponeses pobres (no distrito de Henxan, dentre os que trabalham nas associações de circunscrição os que nada têm cifram-se em cinquenta por cento, os que têm muito pouco, em quarenta por cento e os intelectuais pobres, em dez por cento). É absolutamente necessário que a direcção esteja entre as mãos dos camponeses pobres. Sem camponeses pobres não haveria revolução. Se os rejeitamos, rejeitamos a revolução e, se os atacamos, atacamos a revolução. Em nenhum momento eles erraram quanto à direcção geral da revolução. Eles desacreditaram os déspotas locais e os maus nobres. Atiraram ao chão os déspotas locais e os maus nobres, tanto os pequenos como os grandes, e puseram-lhes um pé em cima. Muitos dos seus “excessos” no período da acção revolucionária eram, na realidade, medidas exigidas pela própria revolução. No Hunan, dentre os governos de distrito, quartéis gerais de distrito do Kuomintang e associações camponesas distritais, alguns cometeram certas faltas, chegando-se até a enviar tropas

para efectuar prisões entre o pessoal das associações camponesas de base, a pedido dos senhores de terras. Muitos dos presidentes e membros dos comités das associações de circunscrição foram lançados para as cadeias dos distritos de Henxan e Siansiam. Trata-se dum erro muito grave que encoraja a arrogância da reacção. Para se concluir que isso é um erro, não é preciso mais do que observar o quanto se põem contentes os senhores de terras sem lei e como se acentua a atmosfera reaccionária nas localidades em que são presos os presidentes e os membros dos comités das associações camponesas. Há que combater o palavreado contra-revolucionário sobre o “movimento de pés-descalços”, sobre o “movimento de camponeses preguiçosos”, e ter o especial cuidado de não cometer o erro de ajudar os déspotas locais e os maus nobres nos seus ataques à classe dos camponeses pobres. É verdade que uns tantos líderes, entre os camponeses pobres, tinham certos defeitos, mas, agora, a maior parte já se modificou. São eles próprios quem está sendo enérgico na proibição do jogo das cartas e outros jogos, bem como na repressão do banditismo. Onde as associações camponesas são fortes, o jogo terminou e desapareceu o banditismo. É uma pura verdade que em certas localidades as populações não ficam com os objectos que encontram perdidos, nem trancam as portas pela noite. Segundo o inquérito feito em Henxan, oitenta e cinco por cento dos líderes entre os camponeses pobres são já muito bons e mostram-se muito competentes e muito esforçados no trabalho. Só quinze por cento conserva ainda certos maus hábitos. O mais que pode dizer-se é que se trata duma “minoria má”, não

devido pois fazer-se eco a essa condenação indiscriminada de “pés-descalços” lançada pelos déspotas locais e pelos maus nobres contra os camponeses pobres. O problema da “minoría malsã” só pode ser resolvido com a palavra de ordem de fortalecimento da disciplina das associações camponesas, com propaganda no seio das massas, com educação da “minoría malsã” e elevação da disciplina das associações; de maneira nenhuma se deve passar arbitrariamente ao envio de soldados para que procedam a prisões, pois isso apenas prejudicaria o prestígio da classe dos camponeses pobres, e encorajaria a arrogância dos déspotas locais e dos maus nobres. Essa é uma questão que exige uma atenção particular.

QUATORZE CONQUISTAS IMPORTANTES

Dum modo geral, os que condenam as associações camponesas alegam que estas fizeram muita coisa má. Já sublinhei que o ataque lançado pelos camponeses contra os déspotas locais e os maus nobres foi uma atitude absolutamente revolucionária que não se deve condenar. Os camponeses fizeram muitas coisas e, para responder aos que os condenam, devemos examinar de perto todos os seus actos, um a um, para ver qual foi realmente o trabalho realizado. Eu procedi a uma classificação e balanço da actividade dos camponeses nos últimos meses. Sob a direcção das associações camponesas eles realizaram, no total, as quatorze conquistas importantes seguintes:

1. ORGANIZAÇÃO DOS CAMPONESES EM ASSOCIAÇÕES CAMPONESAS

Essa foi a primeira grande conquista dos camponeses. Nos distritos como Siantan, Siansiam e Henxan, quase todos os camponeses estão organizados e não se encontra praticamente um “rincão perdido” onde não estejam em movimento. São os melhores distritos. Noutros, por exemplo I-iam e Huajum, o grosso dos camponeses está organizado, sendo reduzido o sector a que ainda falta organização. Esses distritos vêm, portanto, em segundo lugar. Noutros ainda, como Tchempu e Linlim, só um pequeno sector está organizado, permanecendo o grosso dos camponeses sem organização. Tais distritos ocupam o terceiro lugar na escala. O Hunan ocidental, controlado por Iuan Tsu--mim¹², ainda não foi atingido pela propaganda sobre as associações e, em muitos dos seus distritos, os camponeses permanecem sem qualquer organização. É o quarto lugar da escala. Em termos globais, os distritos do Hunan central, com Tchancha como centro, são os mais avançados, os do sul do Hunan vêm logo a seguir e os do Hunan ocidental apenas começam a organizar-se. Segundo os números recolhidos em Novembro passado pela Associação Camponesa Provincial, em trinta e sete dos setenta e cinco distritos da província foram criadas organizações com um total de 1.367.727 membros. Desses membros, cerca de um milhão foi organizado em Outubro e Novembro do ano passado, quando o poder das associações já tinha crescido muito, pois, em Setembro, o volume de membros andava entre os trezentos mil a quatrocentos mil. Nos meses de Dezembro e Janeiro, o movimento cam-

ponês continuou o seu crescimento vertiginoso e, pelos fins de Janeiro, o volume de membros deve ter atingido, no mínimo, os dois milhões. Como cada ramília, ao integrar-se, usa apenas um nome, embora tendo, em média, cinco membros, a massa deve andar à volta dos dez milhões. Essa aceleração surpreendente da taxa de expansão constitui a razão por que os déspotas locais, os maus nobres e os funcionários corrompidos têm sido isolados, o público estremeceu ao ver um mundo novo substituir-se ao mundo velho, e se realiza uma tão grande revolução no campo. Essa é a primeira grande realização dos camponeses dirigidos pelas suas próprias associações.

2. GOLPE POLÍTICO VIBRADO NOS SENHORES DE TERRAS

Assim que os camponeses criam as suas organizações, a primeira coisa que fazem é destruir, no domínio político, o prestígio da classe dos senhores de terras, sobretudo o dos déspotas locais e maus nobres, isto é, abater a autoridade dos senhores de terras e instaurar a autoridade camponesa na sociedade rural. Essa é a luta mais grave e vital. É o eixo da luta no segundo período, no período da acção revolucionária. Sem uma vitória nessa luta, nenhuma vitória seria possível na luta económica para reduzir as rendas e as taxas de juro, para garantir a terra e outros meios de produção, etc. Em muitos pontos do Hunan, por exemplo nos distritos de Siansiam, Henxan e Siantan, isso não constitui, evidentemente,

um problema, uma vez que a autoridade dos senhores de terras foi inteiramente abatida e os camponeses são a única autoridade que aí existe. Nos distritos como Lilim, porém, há ainda algumas regiões (por exemplo os sectores oeste e sul de Lilim) onde a autoridade dos senhores de terras parece mais fraca do que a dos camponeses mas, na realidade, em razão de a luta política não ter sido encarniçada, bate-se sub-repticiamente contra esta. Nessas regiões, ainda é muito cedo para dizer que os camponeses conquistaram a vitória política; eles têm de lutar politicamente com um vigor ainda maior, e até que a autoridade dos senhores de terras seja completamente arrasada. Feitas todas as contas, os métodos usados pelos camponeses para golpear politicamente os senhores de terras são os seguintes:

Controle de contas. Ao administrarem os dinheiros públicos locais, acontece com muita frequência que os déspotas locais e os maus nobres se locupletam com os dinheiros públicos, e a contabilidade não está em ordem. Com o controle de contas, porém, os camponeses têm abatido um grande número de déspotas locais e maus nobres. Em muitas localidades foram criados comités de controle de contas, especialmente encarregados do ajuste de contas financeiras com esses déspotas locais e maus nobres, os quais se põem a tremer assim que vêm aparecer os tais comités. Têm-se realizado campanhas desse género por todos os distritos onde o movimento camponês se mostra activo. Não sendo de muita valia quanto à recuperação dos dinheiros públicos, tais campanhas são contudo importantes como meio de dar publicidade aos crimes dos déspotas locais e dos maus nobres,

e como meio de eliminar as posições políticas e sociais de que estes disfrutam.

Penas pecuniárias. Com o controle de contas descobriam-se desvios de fundos e brutalidades perpetradas contra os camponeses no passado, bem como sabotagens contra as associações camponesas no presente, ou violações à proibição do jogo das cartas e outros jogos, ou ainda recusas à entrega de cachimbos de ópio. De acordo com as faltas cometidas, os camponeses decidem que determinado déspota local pague tanto, que certo mau nobre pague mais tanto, variando as somas desde algumas dezenas aos milhares de yuan. Como é natural, os que são condenados pelos camponeses a essas penas perdem a face.

Contribuições em dinheiro. Os senhores de terras gananciosos e cruéis são obrigados a contribuir para o socorro dos pobres, para a organização de cooperativas e sociedades camponesas de crédito, ou ainda para a realização de outros objectivos. Embora mais suaves que as penas pecuniárias, essas contribuições constituem também uma espécie de punição. Para evitar complicações, muitos dos senhores de terras contribuem voluntariamente para as associações camponesas.

Interrogatórios menores. Quando alguém ofende por actos ou palavras uma associação camponesa, mas a ofensa é considerada de gravidade menor, os camponeses juntam-se em massa e deslocam-se à casa do ofensor, a quem fazem um interrogatório não muito cerrado. Em geral, este livra-se redigindo uma “confissão”, onde se compromete, expressamente, a pôr um termo às palavras ou actos difamatórios das associações camponesas.

Manifestações. Grandes multidões concentram-se para manifestar contra determinado déspota local, ou mau nobre, que se tenha revelado mais odioso às associações. Os manifestantes irrompem-lhe pela casa adentro, abatem-lhe os porcos e tomam-lhe o arroz. E não são poucos os casos desse tipo. Recentemente, verificou-se um caso assim em Maquiaho, distrito de Siantan, onde uma multidão de quinze mil camponeses irrompeu pela mansão de seis maus nobres e subme-teu-os ali mesmo a um interrogatório. A questão prolongou-se por quatro dias, tendo sido abatidos mais de cento e trinta porcos. Terminadas as manifestações, os camponeses passam geralmente à aplicação das penas pecuniárias.

Desfile pelas aldeias com grandes carapuços de papel. Isso verifica-se por toda a parte e é muito frequente. Um grande carapuço de papel é enfiado pela cabeça de determinado déspota local ou mau nobre, com a inscrição “fulano de tal, déspota local” ou “fulano de tal, mau nobre”, indo o homem preso por uma corda e escoltado, à frente e atrás, por grande multidão. Algumas vezes, tocam-se gongos e agitam-se estandartes para atrair as atenções. Mais que qualquer outra, essa forma de punição faz tremer os déspotas locais e os maus nobres. Coroados com o grande carapuço, perdem a face e nunca mais podem levantar a cabeça. É por isso que muitos ricos preferem ser punidos em dinheiro a ter de enfiar o tal carapuço. Mas quando os camponeses insistem, eles são obrigados a enfiá-lo. Mais astuta, uma associação camponesa de circunscrição prendeu um mau nobre e anunciou que o coroaaria com o carapuço nesse mesmo dia. O homem ficou lívido de medo. Pos-

teriormente a associação decidiu não enfiar-lhe o carapuço nesse dia. Se lhe tivessem posto logo o carapuço, o homem ficaria desesperado quanto ao seu destino e deixaria de ter medo, razão por que foi melhor que o tivessem deixado voltar à casa, aguardando que em outro dia lhe enfiassem o carapuço. Na incerteza sobre o dia da “coroação”, o homem caiu numa angústia permanente, tendo ficado incapaz de sentar-se ou deitar-se tranquilamente.

Encarceramento nas prisões distritais. Trata-se duma punição mais pesada que a imposição do grande carapuço de papel. Certos déspotas locais e maus nobres são presos e lançados nas cadeias distritais, onde aguardam que o chefe de distrito competente os julgue e condene. Agora, os que vão para as cadeias já não são os que iam antes. No passado, eram os nobres que metiam os camponeses na prisão mas, hoje, passa-se o contrário.

Proscrições. Os camponeses não têm o menor desejo de proscrever os criminosos mais notórios dentre os déspotas locais e maus nobres. Pelo contrário, eles preferem prendê-los ou executá-los. Levados pelo medo à prisão ou execução, os criminosos fogem. Nos distritos onde o movimento camponês está desenvolvido, quase todos os déspotas locais e maus nobres importantes fugiram, o que dá o mesmo resultado que uma proscrição. Dentre eles, os de primeiro plano fugiram para Xangai, os de segundo plano para Hancou, os de terceiro para Tchancha e os de quarto para as capitais de distrito. Dentre os déspotas locais e maus nobres que fugiram, os que se encontram mais a salvo são os que foram para Xangai. Alguns dos que fugiram para Hancou, como

os três de Huajum, acabaram por ser capturados e trazidos de volta. Os que fugiram para Tchancha vivem numa situação de perigo ainda maior, pois podem ser capturados em qualquer momento pelos estudantes dos seus próprios distritos que se encontram na capital da província. Eu vi, com os meus próprios olhos, como foram capturados dois deles em Tchancha. Apenas os da quarta categoria buscaram refúgio nas capitais de distrito, mas os camponeses, como têm aí muitos olhos e ouvidos, podem facilmente descobri-los. As autoridades explicaram as dificuldades financeiras encontradas pelo governo provincial do Hunan como um resultado de os camponeses proscreverem os ricos, o que dá uma ideia do quanto são intoleráveis os déspotas locais e os maus nobres nas suas próprias aldeias de origem.

Execuções. Isso é algo que está limitado aos mais importantes dentre os déspotas locais e maus nobres, e é uma medida tomada pelos próprios camponeses, juntamente com outros sectores do povo. Por exemplo, Iam Tche-tse de Ninsiam, Tchou Quia-can de Iué-iam e Fu Tao-nan e Suen Po-tchu de Huajum, foram fuzilados pelas autoridades governamentais por exigência dos camponeses e outros sectores do povo. Em Siantan, foram os próprios camponeses e outros sectores do povo que obrigaram o chefe do distrito a entregar-lhes o preso Ien Jum-tsiu, para que eles próprios o executassem. Liu Tchao, de Ninsiam, foi morto, a golpes, pelos camponeses. A execução de Pom Tchi-fan de Lilim, e de Tchou Tien-tsiue e Tsao Iun de I-iam, está pendente da decisão do “tribunal especial para julgar os déspotas locais e os maus nobres”. A execução de um só déspota local ou mau

nobre de tão grande categoria repercutiu-se por todo o distrito e é de muita eficácia para extirpar as sobrevivências feudais. Todos os distritos têm os seus déspotas locais e maus nobres de grande categoria, em alguns há mesmo várias dezenas, mas noutros apenas uns quantos, de modo que a única via eficaz para eliminar a reacção é executar, em cada distrito, pelo menos alguns, os culpados dos crimes mais odiosos. Enquanto os déspotas locais e os maus nobres tiveram força, massacraram os camponeses sem pestanejar. Ho Mai-tchiuan, que foi durante dez anos comandante dos corpos de defesa na vila de Sincam, em Tchancha, era pessoalmente responsável pelo assassinato de quase um milhar de camponeses indigentes, que ele descrevia, eufemisticamente, como “execução de bandidos”. Em Siantan, distrito de que sou originário, Tam Tsiun-ien e Luo Chu-lin, que dirigiram os corpos de defesa na vila de Intien, mataram mais de cinquenta pessoas e enterraram vivas quatro outras, nos quatorze anos que se contam desde 1913. Das cinquenta e tal pessoas que mataram, as duas primeiras eram mendigos absolutamente inocentes. E Tam Tsiun-ien dizia: “Abramos a conta com a morte desse par de mendigos!”. Assim foram roubadas as duas vidas. Tal era a crueldade dos déspotas locais e dos maus nobres no passado, tal era o terror branco que tinham instaurado no campo. E agora que os camponeses se levantaram, fuzilaram uns quantos déspotas locais e maus nobres e criaram um relativo terror para esmagar os contra-revolucionários, poderá haver alguma razão para dizer-lhes que não devem agir assim?

3. GOLPE ECONÓMICO INFLIGIDO AOS SENHORES DE TERRAS

Proibição do envio de arroz para o exterior, proibição da alta forçada dos respectivos preços e da armazenagem com fins de especulação. Esse é um dos maiores acontecimentos dos últimos meses na luta económica dos camponeses do Hunan. Desde Outubro passado, os camponeses pobres têm impedido a fuga do arroz dos senhores de terras e camponeses ricos para o exterior, e proibiram a alta forçada dos preços do arroz, bem como a armazenagem com fins de especulação. Como resultado, os camponeses pobres atingiram em cheio os seus objectivos— cessou a fuga do arroz, os preços respectivos baixaram consideravelmente e acabaram as armazenagens para especulação.

Proibição do aumento das rendas e depósitos, propaganda em favor da redução das rendas e dos depósitos. Em Julho e Agosto passados, quando as associações camponesas ainda eram fracas, uns após outros, e no seguimento da sua velha prática de exploração ao máximo, os senhores de terras comunicaram aos rendeiros que as rendas e os depósitos iam de certeza subir. Em Outubro, porém, como as associações camponesas tivessem crescido apreciavelmente e os camponeses se levantassem em bloco contra o aumento das rendas e depósitos, os senhores de terras não ousaram dizer mais uma palavra sequer sobre o assunto. A partir de Novembro, como tivessem ganho ascendência sobre os senhores de terras, os camponeses intensificaram a propaganda para reduzir as rendas e os depósitos. “Que pena, diziam,

que as associações camponesas não fossem já suficientemente fortes no Outono passado, na época do pagamento das rendas, pois tê-las-íamos reduzido logo nessa altura”. Os camponeses estão a fazer uma vasta propaganda para a redução das rendas no próximo Outono, e os senhores de terras perguntam--se como irá fazer-sc tal redução. Pelo que respeita à redução dos depósitos, ela já está a fazer-se no distrito de Henxan e noutros distritos.

Proibição do cancelamento de arrendamentos. Em Julho e Agosto do ano passado, ainda houve muitos casos de senhores de terras que cancelaram arrendamentos para procederem a novos arrendamentos. Depois de Outubro, porém, ninguém mais ousa cancelar um arrendamento. Actualmente, tais práticas estão já fora de questão, o único problema que existe é saber se um arrendamento pode ou não ser cancelado nos casos em que o senhor de terras pretende cultivar pessoalmente as suas terras. Em certas localidades os camponeses nem sequer permitem isso. Noutras, o cancelamento é permitido, quando o senhor de terras quer cultivá-las pessoalmente, mas aí surge a questão do desemprego entre os rendeiros. Ainda não há uma solução uniforme para o problema.

Redução das taxas de juro. Dum modo geral, as taxas de juro foram reduzidas em An-hua, tendo-se registado também reduções noutros distritos. Nas regiões em que as associações camponesas são poderosas, o empréstimo rural desapareceu praticamente, pois os senhores de terras “recusam-no” em absoluto, com medo dc verem os seus bens “comunizados”. O que correntemente sc designa por redução da taxa de juros limita-se aos empréstimos antigos. E não se trata

apenas duma redução das taxas de juro dos empréstimos antigos, pois, actualmente, também está proibida aos credores qualquer pressão para obterem o pagamento do principal da dívida. A resposta dos camponeses pobres é a seguinte: “Não me julgue mal, o ano foi mau, houve calamidades naturais, pagarei no ano que vem.”

4. LIQUIDAÇÃO DA DOMINAÇÃO FEUDAL DOS DÉSPOTAS LOCAIS E DOS MAUS NOBRES - ESMAGAMENTO DOS TU E DOS TU AN13

Os velhos órgãos do poder político nos tu (sub--distritos) c nos tuan (circunscrições), e especialmente ao nível dos tu, portanto imediatamente abaixo do distrito, estavam quase exclusivamente nas mãos dos déspotas locais e dos maus nobres. Os tu tinham jurisdição sobre uma população de dez mil a cinquenta ou sessenta mil pessoas, e dispunham de forças armadas próprias, como os corpos de defesa, dispondo ainda dc poderes fiscais próprios, por exemplo, o de lançar taxas sobre cada mu de terra¹⁴, assim como poderes judiciais que os habilitavam a deter, encarcerar, interrogar e punir a bcl-prazer os camponeses. Os maus nobres que compunham esses órgãos eram praticamente os reis no campo. Em termos relativos, os camponeses não consideravam muito o presidente da república, o governador militar¹⁵, os chefes de distrito. Os seus verdadeiros “senhores” eram esses monarcas do campo. Ao mais pequeno grunhido de tais senhores, os camponeses sabiam logo que deviam ficar alerta. Como consequência da actual revolta

no campo, o prestígio da classe dos senhores de terras ficou de modo geral abatido, e os órgãos da administração rural, dominados pelos déspotas locais e pelos maus nobres, desmoronaram-se naturalmente. Os chefes dos tu e dos tuan esconderam-se do povo, não ousam mostrar a ponta do nariz, e descarregam todos os assuntos locais sobre as associações camponesas. Despacham todas as pessoas que a eles se dirigem dizendo: “Isso não é comigo!”.

Sempre que a conversa recai sobre os chefes dos tu e dos tuan, os camponeses exclamam, coléricos:

“Esses tipos? Eles já estão arrumados!”.

Efectivamente, a expressão “estão arrumados” traduz com fidelidade a situação dos velhos órgãos da administração rural nas localidades varridas pelas ondas da revolução.

5. DESMANTELAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS DOS SENHORES DE TERRAS E CRIAÇÃO DE FORÇAS ARMADAS DOS CAMPONESES

As forças armadas da classe dos senhores de terras eram mais reduzidas no centro do Hunan que na parte ocidental e sul dessa província. Com uma média de 600 espingardas por distrito, o total seria de 45.000 para os setenta e cinco distritos, mas, na realidade, deve haver mais do que isso. No sul e no centro, onde o movimento camponês está desenvolvido, a classe dos senhores de terras não pôde aguentar-se em virtude do ímpeto avassalador com que os camponeses se levantaram, re-

sultando que a maioria das forças armadas dessa classe capitulou frente às associações camponesas e adoptou a posição dos camponeses, como é o caso dos distritos de Ninsiam, Pinquiam, Liuiam, Tchancha, Lilim, Siantan, Sian-siam, An-hua, Henxan e Hen-iam. Em alguns distritos, como Paotchim, um pequeno sector das forças armadas dos senhores de terras está a assumir uma posição neutral, apresentando-se porém com tendência à capitulação. Outro sector, também pequeno, opõe-se às associações camponesas, por exemplo nos distritos de Itchan, Linvu e Quiaho, mas os camponeses estão a atacá-lo e podem liquidá-lo em pouco tempo. As forças armadas assim conquistadas aos senhores de terras reaccionários estão a ser reorganizadas em “unidades permanentes de milícias de casa-a-casa”¹⁶, e colocadas sob a autoridade dos novos órgãos rurais de administração autónoma, órgãos rurais do poder político dos camponeses. A assimilação das forças armadas antigas constitui um processo de os camponeses criarem as suas próprias forças armadas. Um novo processo é a criação de corpos de lanças subordinados às associações camponesas. As lanças são longas e terminam por um ferro com ponta de dois gumes. Actualmente, só no distrito de Siansiam, há 100.000 lanças desse tipo. Noutros distritos, como Siantan, Henxan, Lilim e Tchancha há, em cada um, setenta mil a oitenta mil lanças, ou cinquenta mil a sessenta mil ou trinta mil a quarenta mil. Em todos os distritos onde se registou um movimento camponês regista-se um rápido crescimento de corpos de lanças. Os camponeses assim armados constituem as “unidades não permanentes de milícias de casa-a-casa”. Esses homens armados

de lanças são um efectivo superior às velhas forças armadas mencionadas atrás, são o poder armado recém-criado cuja simples aparição faz tremer os déspotas locais e os maus nobres. As autoridades revolucionárias no Hunan devem cuidar por generalizar efectivamente esse tipo de forças armadas entre a população de mais de vinte milhões de camponeses dos setenta e cinco distritos da província, de modo que todos eles, jovens e adultos, tenham uma lança, devendo igualmente impedir que se imponha qualquer restrição a tais forças na base de que são algo que mete medo. São sem dúvida cobardes todos os que se amedrontam à simples vista dum corpo de lanças! Só os déspotas locais e os maus nobres têm motivos para amedrontar-se frente a isso, os revolucionários nada têm a temer.

6. LIQUIDAÇÃO DO PODER POLITICO DOS RESPEITÁVEIS CHEFES DE DISTRITO E RESPECTIVOS BAILIOS

Já ficou comprovado em Haifom, província de Cuantum, que é impossível sanear o governo distrital enquanto os camponeses não se levantam. Desta vez dispomos de provas plenas sobre isso, com relação ao Hunan. Nos distritos em que o poder está nas mãos dos déspotas locais e dos maus nobres, todo o chefe de distrito, seja ele quem for, é quase sempre um funcionário corrompido. Nos distritos onde os camponeses se levantaram, o governo é são, independentemente da pessoa do chefe de distrito. Nos distritos que visitei, seja para o que for os chefes de distrito têm que consultar, a tempo, as associações camponesas. Nos distritos onde o poder

camponês é muito forte, as palavras das associações camponesas fazem milagres. Se, pela manhã, exigem a detenção dum déspota local ou dum mau nobre, os chefes de distrito não ousam deixar o assunto para o meio-dia, e se a detenção é exigida pelo meio-dia, não ousam atrasá-la para a tarde. Enquanto o poder dos camponeses começava apenas a fazer-se sentir nas regiões rurais, os chefes de distrito trabalhavam em ligação com os déspotas locais e os maus nobres, contra os camponeses. Quando o poder dos camponeses cresceu a ponto de se equiparar ao dos senhores de terras, os chefes de distrito passaram a tentar ajeitar tanto os senhores de terras como os camponeses, aceitando algumas das sugestões das associações camponesas, e rejeitando outras. A observação de que as palavras das associações camponesas “fazem milagres” serve apenas para os casos em que o poder dos senhores de terras foi completamente abatido pelo poder dos camponeses. Presentemente, a situação política nos distritos como Siansiam, Siantan, Lilim e Henxan, é a seguinte:

1) Todas as decisões são tomadas por um conselho conjunto, formado pelo chefe do distrito e pelos re-presentantes das organizações revolucionárias de -r.assas. O conselho é convocado pelo chefe do distrito e reúne-se na sede da administração. Em alguns distritos esse conselho toma a designação de “conselho conjunto do governo local e das organizações de massas” e, noutros, a de “conselho dos negócios do distrito”. Além do chefe do distrito, os participantes são representantes da associação camponesa distrital, do sindicato geral, da associação de comércio, da associação de mulheres, da associação do

pessoal das escolas, da associação de estudantes e do quartel general do Kuomintang no distrito¹⁷. Nesses conselhos, o chefe de distrito é influenciado pelos pontos de vista das organizações de massas e submete-se, invariavelmente, à vontade destas. A adopção dum sistema de comité democrático de governo distrital não apresentaria portanto grandes dificuldades no Hunan. Os actuais governos de distrito são já bem democráticos, tanto na forma como na essência. Essa situação existe apenas desde os últimos dois ou três meses, isto é, desde que os camponeses se levantaram por todo o campo e derrubaram o poder dos déspotas locais e dos maus nobres. Agora, acontece até que os chefes de distrito, vendo os seus velhos apoios desmantelados e necessitando de novos apoios para continuarem nos seus cargos, começam a buscar as boas graças das organizações de massas, o que conduz à situação referida acima.

2) Os juízes não têm casos a julgar. O sistema judicial no Hunan continua tal que o chefe de distrito está também encarregado das questões judiciais, dispondo de um assistente que o ajuda a dar andamento aos processos. Querendo enriquecer, o chefe de distrito e os seus subordinados servem-se geralmente da imposição de taxas e contribuições, e do recrutamento de homens e provisões para as forças armadas, bem como realizam extorsões no desenrolar dos processos cíveis e criminais, invertendo o verdadeiro e o falso, o que constitui a sua fonte mais segura e regular de rendimentos. Nos últimos meses, com a queda dos déspotas locais e dos maus nobres, desapareceram os monopolizadores dos processos judiciais. Mais, os problemas dos camponeses, grandes

ou pequenos, são agora resolvidos nas associações camponesas dos diversos escalões. Assim, o juiz distrital nada tem realmente para fazer. Um juiz do distrito de Siansiam disse-me: “Quando não havia associações camponesas, em média submetiam-se diariamente ao governo de distrito uns sessenta processos cíveis e criminais mas, agora, apenas quatro ou cinco.” As bolsas dos chefes de distrito e respectivos subordinados têm pois dc andar vazias.

3) Os guardas armados, a polícia e os bailios desapareceram todos da circulação, já não ousam aproximar-se das aldeias para realizarem as suas extorsões. Antes, os aldeãos tinham medo da gente da cidade, mas agora passa-se o contrário. Sobretudo essa matilha feroz mantida pelos governos dos distritos — polícias, guardas armados e bailios — agora tem medo de ir às aldeias e, quando lá vai, já não ousa entregar-se a extorsões. Eles tremem à simples vista dum lança camponesa.

7. LIQUIDAÇÃO DA AUTORIDADE CLÂNICA DOS TEMPLOS DOS ANTEPASSADOS E DOS MAIS VELHOS DENTRO DOS CLÁS, DA AUTORIDADE DOS DEUSES DAS CIDADES E DAS DIVINDADES LOCAIS, E DA AUTORIDADE MARITAL

Na China, os homens estão geralmente sujeitos a três sistemas de autoridade: 1) O sistema de Estado (autoridade política), que vai do governo nacional, passando pelo provincial e distrital, até ao de cir-

cunscrição; 2) O sistema de clã (autoridade clânica), indo do templo central dos antepassados, com todas as suas ramificações, até aos chefes de família; 3) O sistema sobrenatural (autoridade religiosa), indo do rei dos infernos aos deuses das cidades e divindades locais, que fazem parte do mundo dos mortos, e do imperador dos céus aos vários deuses e espíritos, que pertencem ao mundo celestial. Com respeito às mulheres, além de estarem submetidas a esses três sistemas de autoridade elas encontram-se ainda sujeitas aos homens (autoridade marital). Essas quatro formas de autoridade — política, clânica, religiosa, marital — encarnam o conjunto da ideologia e sistema feudal-patriarcal, e constituem as quatro cordas grossas que amarram o povo chinês, em especial os camponeses. Mais acima descreveu-se já como os camponeses derrubaram, no campo, a autoridade política dos senhores de terras, a qual constituía a espinha dorsal de todos os outros sistemas de autoridade. Derrubada essa autoridade, a autoridade clânica, a autoridade religiosa e a autoridade marital começam a oscilar. Onde as associações camponesas são poderosas, os mais velhos dos clãs e os administradores dos fundos dos templos dos antepassados já não ousam oprimir os escalões mais baixos dentro da hierarquia clânica, nem desviar os fundos dos clãs. Como os déspotas locais e os maus nobres, os piores dentre os mais velhos dos clãs e os administradores dos clãs foram derrubados, ninguém mais se atreve a recorrer à crueldade das penas corporais nem à pena de morte, que anteriormente se aplicavam nos templos dos antepassados, como a condenação a ser vergastado nas nádegas, a ser afogado ou enterrado vivo.

A velha regra que excluía as mulheres e a gente pobre dos banquetes rituais nos templos dos antepassados foi igualmente abolida. As mulheres de Paicuo, distrito de Henxan, juntaram-se em massa e entraram pelo templo dos antepassados, instalando-se sem cerimónia nos cadeirões e tomando parte na comida e bebida, sem que os venerandos anciãos do clã tivessem podido fazer mais do que deixá-las agir livremente. Numa localidade onde os camponeses pobres haviam sido excluídos dos banquetes rituais, uma parte destes penetrou no templo dos antepassados e comeu e bebeu até faltar, enquanto os déspotas locais e os maus nobres, com os seus vestidos compridos, fugiam aterrorizados. Por toda a parte a autoridade religiosa oscila à medida que se desenvolve o movimento camponês. Em muitas localidades, as associações camponesas transformaram os templos dos deuses em locais de trabalho. Por toda a parte elas defendem a apropriação dos bens desses templos, com vistas à criação de escolas camponesas e ao pagamento das despesas das associações, ao que chamam “fundos públicos da superstição”. No distrito de Lilim, a proibição das práticas supersticiosas e a destruição dos ídolos tornaram-se coisa corrente. Nos sub-distritos norte desse distrito, os camponeses proibiram as procissões com queima de incenso, destinadas a acalmar os lares e o deus da peste. No templo da colina de Fupo, em Lucou, havia muitos ídolos mas, assim que se necessitou de maior espaço para o quartel general do Kuomintang no sub-distrito, tudo foi empilhado a um canto, tanto os ídolos grandes como os pequenos, e nenhum camponês levantou qualquer objecção. Desde então, os sacrifícios aos

deuses, a observação dos ritos religiosos e a oferta de lanternas sagradas nos casos de morte de alguém numa família praticam-se muito raramente). Como, nesse domínio, a iniciativa foi tomada por Suen Siao-xan, presidente da associação camponesa, este passou a ser muito odiado pelos sacerdotes taoistas. No convento de religiosas dc Lonfum, no terceiro sub--distrito norte, os camponeses e os professores primários partiram os ídolos de madeira e usaram--nos como combustível na preparação de pratos de carne. Mais de trinta ídolos do monastério de Tun-fu, na zona sul, foram queimados numa acção conjunta de estudantes e camponeses, escapando apenas duas pequenas estatuetas de Pao Cum, que beneficiaram da protecção dum velho camponês que gritava: “Não cometam tal sacrilégio!”. Nas regiões onde o poder dos camponeses predomina, só os homens de idade avançada e mulheres continuam a acreditar nos deuses, pois os camponeses jovens, e também os adultos, já não pensam assim. Uma vez que são estes últimos quem controla as associações, a queda da autoridade religiosa e a liquidação da superstição estão a verifi-car-se por toda a parte. Entre os camponeses pobres, a autoridade marital foi sempre mais débil, uma vez que a necessidade económica obrigava as mulheres a realizar um maior trabalho físico que as mulheres pertencentes às classes ricas, o que lhes dava um maior direito à palavra e um maior poder dc decisão nos assuntos familiares. Nos últimos anos, com a ruína crescente da economia rural, a base da dominação dos homens sobre as mulheres ficou minada. Recentemente, com o desencadeamento do movimento

camponês, em muitas localidades as mulheres passaram a organizar-se em associações rurais. Chegou o momento de levantarem a cabeça, e a autoridade marital oscila cada dia mais. Numa palavra, o conjunto da ideologia e sistema feudal-patriarcal está sofrendo um abalo com o aumento do poder camponês. Actualmente, porém, os esforços dos camponeses estão concentrados na liquidação da autoridade política dos senhores de terras. E onde quer que esta já tenha sido completamente abatida, eles começam a concentrar os seus ataques sobre as outras três autoridades, a clânica, a divina e a marital. Esses ataques, porém, estão apenas “no início”, não podendo verificar-se uma liquidação radical dessas três autoridades enquanto os camponeses não tiverem conquistado uma vitória total na luta económica. Por consequência, a nossa tarefa actual é levar os camponeses a despender os seus maiores esforços na luta política, de modo que o poder dos senhores de terras seja de todo eliminado. A luta económica deve vir logo a seguir, de forma que o problema da terra e os demais problemas económicos dos camponeses pobres possam, no essencial, ser resolvidos. A eliminação do sistema dc clãs, superstições e desigualdade entre homens e mulheres há-de registar-se como uma consequência natural da vitória nas lutas políticas e económicas. Se, rígida e prematuramente, fizermos demasiado esforço no sentido dessa abolição, os déspotas locais e os maus nobres aproveitarão isso como pretexto para avançar a sua propaganda contra--revolucionária segundo a qual “as associações camponesas não respeitam os antepassados”, “as associações camponesas ofendem os deuses e destro-

em a religião”, “as associações camponesas são pela comunidade das mulheres”, tudo para sabotar o movimento camponês. Um exemplo gritante foi o que aconteceu recentemente em Siansiam, no Hunan, e em Iansin, no Hupei, onde os senhores de terras exploraram a oposição de alguns camponeses relativamente à destruição dos ídolos. Os ídolos foram criados pelos camponeses, e serão os próprios camponeses quem os há-de pôr a um canto, no momento devido. Não é necessário que alguém venha, prematuramente, fazer isso em seu lugar. A esse respeito, a política do Partido Comunista em matéria de pro-paganda deve ser a de “vergar o arco sem disparar, esboçar apenas o gesto”¹⁸. São os próprios camponeses que devem pôr os ídolos a um canto, destruir os templos para o sacrifício das virgens e os arcos para celebrar as viúvas castas, as viúvas fiéis; é errado pretender fazer isso em seu lugar.

No campo, entre os camponeses, eu fiz propaganda contra a superstição. Dizia:

“Vocês acreditam nos oito caracteres porque esperam uma melhor sorte; acreditam na geomancia porque esperam beneficiar da localização do túmulo dos antepassados. Acontece, porém, que, este ano, em poucos meses os déspotas locais, os maus nobres e os funcionários corrompidos caíram todos dos seus pedestais. Será acaso possível aceitar que, até há poucos meses eles tenham tido sorte, tenham gozado do benefício da boa situação das sepulturas dos seus antepassados e, subitamente, nos últimos meses, essa sorte lhes tenha falhado e as sepulturas dos antepassados tenham deixado de exercer boa influência? Os déspotas locais e os maus nobres riem-se

das associações camponesas e dizem: ‘Que estranho! Agora, o mundo é dos membros dos comitês. Imaginem que nem sequer se pode urinar sem dar logo com um deles!’. Isso é absolutamente verdade. Nas cidades e aldeias, nos sindicatos e associações camponesas, no Kuomintang e no Partido Comunista, em todo o lado, há membros dos comitês executivos — é realmente o mundo dos membros dos comitês. Mas será isso devido aos oito caracteres ou à localização das sepulturas dos antepassados? Que estranho! Os oito caracteres de todos os pobres do campo tornaram-se repentinamente de bom agouro! As sepulturas dos antepassados começaram de súbito a exercer uma influência benéfica! E quanto aos deuses? Podem venerá-los. Se vocês tivessem o deus Cuan e a deusa da misericórdia, mas não dispusessem das associações camponesas, poderiam porventura derrubar os déspotas locais e os maus nobres? Os deuses e as deusas são miseráveis objectos. Vocês veneraram-nos durante séculos e eles não derrubaram um só dos déspotas locais ou maus nobres em vosso benefício! i\ gora pretendem uma redução das rendas. Pois bem, eu pergunto: Como hão-de conseguir isso? Acreditam nos deuses ou acreditam nas associações camponesas?”

Com as minhas palavras os camponeses desataram a rir às gargalhadas.

8. GENERALIZAÇÃO DA PROPAGANDA POLÍTICA

Acaso teria sido possível, mesmo se se tivessem aberto dez mil escolas de leis e política, estender em

tão curto período de tempo uma educação política aos homens e às mulheres, aos velhos e aos novos, até aos mais íngíquos recantos do país, como fizeram as associações camponesas? Penso que não. “Abaixo o imperialismo!”, “Abaixo os caudilhos militares!”, “Abaixo os funcionários corrompidos!”, “Abaixo os déspotas locais e os maus nobres!”, são palavras de ordem políticas que voam mesmo sem asas e penetraram na juventude, na gente de meia-idade e nos velhos, bem como nas crianças e mulheres, de aldeias e mais aldeias; são palavras de ordem que lhes entraram na alma e lhes estão na ponta da língua. Basta, por exemplo, observar um grupo de crianças brincando. Se uma se zanga com outra, esboga os olhos, bate com o pé e cerra os punhos, ouve-se imediatamente o grito estridente de “Abaixo o imperialismo!”.

Na região de Siantan, quando as crianças que apascentam os bois brincam às guerras, uma faz de Tam Chem-tchi e outra, de Ie Cai-sin¹⁹; e quando uma é derrotada e foge, correndo a outra em perseguição, a que persegue faz de Tam Chem-tchi e a perseguida, de Ie Cai-sin. Quanto à canção intitulada “Abaixo as potências imperialistas!”, nem é necessário dizer que todas as crianças das cidades a sabem cantar e, presenteemente, muitas crianças no campo também a cantam.

Alguns camponeses conhecem até de memória o testamento do Dr. Sun Yat-sen; e anotam certas expressões, como “Liberdade”, “Igualdade”, “Três Princípios do Povo”, “Tratados desiguais”, que, de maneira rígida, aplicam na sua vida diária. Quando, por um caminho, alguém que tenha o ar dum nobre encontra um camponês e se mostra altivo, recusando ceder passagem,

este grita-lhe furioso: “Eh! déspota local, mau nobre, será que tu não conheces os Três Princípios do Povo?”. Antes, quando os camponeses das hortas dos arredores de Tchancha iam à cidade vender a respectiva produção, eram geralmente maltratados pela polícia; mas, agora, já descobriram uma arma, os Três Princípios do Povo. Se um polícia bate ou insulta um vendedor de hortaliças, o camponês riposta imediatamente, invocando os Três Princípios do Povo, o que paralisa o polícia. Aconteceu uma vez que, em Siantan, quando uma das associações camponesas de sub-distrito não podia entender-sc com certa associação camponesa de circunscrição, o presidente desta última declarou: “Opomo-nos aos-tratados desiguais da associação camponesa de sub--distrito!”

A generalização da propaganda política através das regiões rurais é, integralmente, uma realização do Partido Comunista e das associações camponesas. Simples palavras de ordem, cartazes e discursos, conseguiram produzir um vasto e rápido efeito entre os camponeses, de tal maneira que todos estão como se tivessem passado por uma escola política. Segundo os relatórios dos camaradas empenhados no trabalho no campo, a propaganda política foi extensiva por ocasião das três grandes concentrações de massas — a manifestação contra a Inglaterra, a comemoração da Revolução de Outubro e as grandes celebrações da vitória da Expedição do Norte. Nessa altura, a propaganda política foi feita, em extensão, por toda a parte onde havia associações camponesas, mobiliando-se com grande eficácia todo o campo. Para futuro, há que cuidar por aproveitar todas as oportunidades de, gradualmente, enriquecer o conteúdo e es-

clarecer o significado dessas simples palavras de ordem.

9. INTERDIÇÕES PROCLAMADAS PELOS CAMPONESES

Quando as associações camponesas dirigidas pelo Partido Comunista estabeleceram a sua autoridade nas zonas rurais, os camponeses começaram a proibir e a restringir tudo quanto não lhes parecesse bem. As cartas, os demais jogos de azar, o ópio, eis as três proibições mais estritas estabelecidas pelos camponeses.

Cartas. Onde as associações camponesas são fortes, o majongue, o dominó e o jogo das cartas foram completamente banidos.

A associação camponesa do XIV tu de Siansiam queimou dois cestos cheios de jogos de majongue.

Quem vai ao campo já não vê jogar um só desses jogos, e os que violam as proibições são punidos prontamente e sem qualquer indulgência.

Outros jogos de azar. Até mesmo os que, no passado, eram jogadores “inveterados” estão agora a lutar contra os jogos de azar. Esses vícios também foram eliminados nas regiões onde as associações camponesas são fortes.

Ópio. A proibição é rigorosíssima. Quando as associações camponesas ordenam a entrega dos cachimbos de ópio, ninguém ousa opor a mais pequena objecção. No distrito de Lilim, um dos maus nobres que não entregou os seus cachimbos foi detido e levado em desfile pelas aldeias.

Pelo seu rigor, a campanha feita pelos camponeses para “desarmar os fumadores de ópio” não causa menor impressão que a campanha do Exército da Expedição do Norte para desarmar as tropas de Vu Pei-fu e Suen Tchuan-fuam²⁰. Muitos familiares, respeitáveis, dos oficiais do Exército Revolucionário, velhos viciados no ópio e inseparáveis dos seus cachimbos, foram “desarmados” pelos “imperadores” (expressão depreciativa com que os maus nobres designam os camponeses). E não foram apenas a cultura e o fumo do ópio que os “imperadores” baniram, pois proibiram também o respectivo transporte. Um grande carregamento de ópio que ia de Cueidjou para Quiansi, passando pelos distritos de Paotchim, Siansiam, lucien e Lilim, foi interceptado e queimado mesmo na estrada. Tudo isso afecta os rendimentos do governo. Assim, tendo em vista as necessidades financeiras do Exército da Expedição do Norte, a Associação Camponesa Provincial ordenou às associações dos escalões mais baixos que “suspendessem temporariamente a proibição de transporte”. Fosse como fosse, isso chocou e desgostou os camponeses.

Além dos três citados, ainda há mais casos para os quais os camponeses estabeleceram proibições ou restrições. Por exemplo:

Huacu. Trata-se de representações teatrais indecentes; foi proibido em muitas regiões.

Palanquins. Em muitos distritos, especialmente em Siansiam, houve inclusivamente casos de destruição de palanquins. Como detestam profundamente as pessoas que se servem de palanquins, os camponeses estão sempre prontos a destruí-los, sendo as próprias

associações camponesas que os impedem de chegar a tal ponto. Os homens das associações dizem aos camponeses: “Quando vocês quebram os palanquins, o que protegem é o dinheiro da gente rica, e fazem os carregadores perder o seu trabalho. Não será isso prejudicar a nossa própria gente?”. Compreendido o problema, os camponeses adoptam uma nova táctica — aumentam consideravelmente as tarifas exigidas pelos carregadores, para castigo da gente rica.

Fabrico de bebidas alcoólicas e de açúcar. O emprego de arroz para fabricar bebidas alcoólicas e açúcar foi proibido por toda a parte, o que provoca queixas constantes dos fabricantes. O fabrico de bebidas alcoólicas não foi proibido em Futiempu, distrito de Henxan, mas os preços foram fixados muito por baixo, de modo que os fabricantes, sem perspectivas de lucro, tiveram de abandonar a produção.

Porcos. Como os porcos se alimentam de arroz, foi limitado o número de cabeças por cada família. Galinhas e patos. No distrito de Siansiam, a criação de galinhas e patos foi proibida, o que provoca objecções entre as mulheres. Em Iantan, distrito de Henxan, cada família só pode criar três cabeças e, no Futiempu, cinco. Em muitas regiões, a criação de patos foi totalmente proibida porque estes, além de se alimentarem de arroz não descascado, destroem as respectivas plantações, são mais prejudiciais que as galinhas.

Festins. Dum modo geral, os grandes festins foram proibidos. Em Chaoxan, distrito de Siantan, foi decidido que a recepção de convidados não deve exceder três pratos — galinha, peixe e porco. E está igual-

mente proibido servir rebentos de bambu, algas marinhas e aletria. No distrito de Henxan, foi estabelecido que nos banquetes não se servirão mais do que oito pratos. Apenas são permitidos cinco pratos no III sub-distrito oriental do distrito de Lilim, e três pratos de carne e três de legumes no II sub-distrito norte, estando absolutamente banidos os festins de Ano Novo Lunar no III sub-distrito ocidental. No distrito de Siansiam, estão proibidas as “festas do bolo do ovo”, festas que, aliás, não eram sumptuosas. Quando uma família do II tu do distrito de Siansiam deu uma “festa do bolo do ovo” por ocasião do casamento de um dos filhos, os camponeses, ante a violação da proibiçã, entraram-lhe pela casa adentro e acabaram com a festa. Na vila de Quiamo, distrito de Siansiam, a população abstem-se de consumir comidas caras e oferece apenas fruta nos sacrifícios aos antepassados.

Bovinos. O gado bovino constitui um tesouro para os camponeses. “Se matares um boi nesta vida, serás boi na próxima encarnação” tornou-se quase um preceito religioso; nunca se deve matar um boi. Antes da conquista do poder, os camponeses podiam valer-se dos preceitos religiosos para opor-se ao abate de bois, mas não tinham força real para bani-lo. Após a criação das associações camponesas, porém, a jurisdição destas estendeu-se também ao problema do gado bovino, proibindo-se o abate de bois nas cidades. Dos seis talhos da sede do distrito de Siantan, cinco foram encerrados e o que resta só abate os animais que sejam mais fracos ou impróprios para o trabalho. O abate de bois está totalmente proibido em todo o distrito de Henxan. Assim, uma vez que um boi, pertencente a um camponês, quebrou uma perna,

o dono foi consultar a associação camponesa antes de decidir-se a matá-lo. Quando a Câmara de Comércio de Tchudjou matou, sem mais rodeios, uma vaca, os camponeses foram à cidade e exigiram explicações, vendendo a Câmara obrigada a pagar uma multa e a estoirar foguetes em sinal de arrependimento.

Vagabundos. Uma resolução adotada no distrito de Lilim proibiu que se pedissem esmolas cantando louvores ao som de tambores e gongos em honra do dono de cada casa, pela entrada da Primavera, ou que se esmolasse com louvores e toques de gongo e baquetas de bambu, ou ainda que se pedissem esmolas ao som de rimas cantadas e toques de baquetas de bambu. Há mais distritos onde se observa a mesma proibição e, noutros, essa mendicidade tem desaparecido naturalmente, ninguém mais mendiga assim. Os “mendigos-ladrões”, os “vagabundos” muito agressivos, já não têm outra saída senão a submissão às associações camponesas. Em Chaoxan, distrito de Siantan, os vagabundos costumavam utilizar o templo do deus da chuva como refúgio regular e não temiam fosse quem fosse, mas desapareceram desde que se formaram as associações camponesas. No distrito de Siantan, a associação camponesa de circunscrição de Huti prendeu três desses vagabundos e obrigou-os a trabalhar no transporte de argila para as olarias. Também se adoptaram resoluções proibindo os maus costumes relacionados com as visitas de Ano Novo Lunar.

Além dessas, foram estabelecidas muitas outras proibições, menores, em várias regiões, por exemplo as proibições de Lilim, que baniram as procissões de queima de incenso para apaziguar o deus da peste, a

compra de produtos típicos do sul e guloseimas para oferendas rituais, a queima de fatiotas de papel durante a festa das almas e a colagem de postais de boa-sorte pelo Ano Novo Lunar. Em Cuchuei, distrito de Siansiam, estabeleceu-se até uma interdição de fumar cachimbos de água. No II tu, os foguetes e os petardos de três bocas para as cerimónias foram proibidos, havendo multas de um yuan e dois jiao para o primeiro caso e dois yuan e quatro jiao para o segundo. Estão proibidos os ritos religiosos nos VII, e XX tu e, no XVIII tu, proibiram-se as oferendas aos mortos. Coisas como estas, impossíveis aliás de enumerar, podem designar-se pela expressão geral de interdições camponesas.

As interdições são de grande significado em dois aspectos. Primeiro, representam uma insurjeição contra os maus hábitos sociais, como o jogo de cartas, os demais jogos de azar, o ópio. Esses costumes têm a sua origem nos meios políticos corrompidos da classe dos senhores de terras, e desaparecem quando o poder destes é eliminado. Segundo, são uma forma de auto-defesa contra a exploração realizada pelos comerciantes urbanos. É o que sucede com relação à interdição de festins e compra de produtos típicos do sul e guloseimas para oferendas rituais. Os artigos de origem industrial são muito caros, os produtos da agricultura são extremamente baratos, os camponeses estão empobrecidos e são explorados cruelmente pelos comerciantes, essa a razão por que não podem deixar de encorajar a frugalidade como medida de auto-protecção. Quanto à interdição, atrás mencionada, da saída de arroz, explica-se como uma medida destinada a evitar a alta dos preços, pois os camponeses

pobres não dispõem do suficiente para alimentar-se e têm que comprar no mercado. A causa de tudo está na pobreza dos camponeses e nas contradições existentes entre a cidade e o campo; não se trata portanto duma questão de rejeitar a produção da indústria ou de rejeitar o comércio entre as cidades e o campo, cm defesa da chamada teoria da cultura oriental²¹. Para se protegerem economicamente, os camponeses precisam de organizar cooperativas de consumo para a compra em comum dos artigos. Também é necessário que o governo ajude as associações camponesas a estabelecer cooperativas de crédito (empréstimo). Se isso sc fizer, os camponeses acharão naturalmente desnecessário proibir a fuga do arroz como medida para manter baixos os preços, tanto como deixarão de impedir a entrada de certos produtos da indústria como medida de auto-protecção económica.

10. ELIMINAÇÃO DO BANDITISMO

Em minha opinião, nenhum governante, em nenhuma dinastia, desde os imperadores Lu, Tãm, Ven e Vu aos imperadores Tsim c aos presidentes da república, conseguiu mostrar-se tão possante na eliminação do banditismo como as associações camponesas hoje em dia. Onde quer que estas sejam poderosas, não há o mais pequeno sinal de banditismo. O que mais surpreende é o facto de, em muitos lugares, ter até desaparecido o roubo dc legumes. Em certos pontos, porém, ainda há alguns ladrões. Nos distritos que visitei, incluindo os que antes estavam infestados de bandidos, já não havia nem rasto disso. A razão

é a seguinte: primeiro, os membros das associações camponesas estão em toda a parte, nos montes e nos vales, armados de lanças e mocas e prontos a entrar imediatamente em acção, às centenas, de tal maneira que os bandidos não têm onde esconder-se. Segundo, desde a eclosão do movimento camponês, o preço do arroz baixou, era a seis yuan o dan(Z) na última Primavera, e passou a dois yuan no Inverno passado; o problema da alimentação do povo já não é tão grave como antes. Terceiro, os membros das sociedades secretas²² aderiram às associações camponesas, podendo, do interior destas, desempenhar aberta e legalmente o seu papel de heróis e vingar as ofensas recebidas, não havendo assim mais razões para a existência dc organizações secretas como a “montanha”, o “templo”, o “incenso” e a “água”^{2’1}. Ao matarem os porcos e carneiros dos déspotas locais e dos maus nobres, ao imporem-lhes pesadas taxas e multas, eles têm bastantes oportunidades para concretizar a sua cólera contra a classe dos déspotas locais e maus nobres que os oprimia. Quarto, os exércitos recrutam grandes levas de soldados, tendo-se incorporado muitos dos “fora-da-lei”. O flagelo do banditismo terminou pois com a eclosão do movimento camponês. Xesse domínio, até os nobres e a gente abastada têm aprovado as associações camponesas. O seu comen-:ário é este: “Associações camponesas? Falando francamente, nem tudo nelas é mau”.

Ao proibirem o jogo das cartas, os demais jogos de azar e o ópio, bem como ao eliminarem o banditismo, as associações camponesas conquistaram a aprovação geral.

11. ABOLIÇÃO DAS TAXAS EXORBITANTES

Enquanto o país não estiver unificado e Os forças dos imperialistas e dos caudilhos militares não forem liquidadas, será impossível remover as pesadas cargas que representam as taxas e as contribuições, quer dizer, os fornecimentos ao Exército Revolucionário, impostos aos camponeses pelo governo. Contudo, as contribuições exorbitantes impostas aos camponeses quando os déspotas locais e os maus nobres dominavam a administração rural, por exemplo, as sobrecargas em cada mu de terra, têm sido abolidas, ou pelo menos reduzidas com a eclosão do movimento camponês e a queda dos déspotas locais e dos maus nobres. Isso também deve ser registado como uma das realizações das associações camponesas.

12. MOVIMENTO CULTURAL

Na China, a cultura tem sido, desde sempre, um privilégio dos senhores de terras, não havendo para os camponeses qualquer acesso a ela. Não obstante, essa cultura dos senhores de terras deve-se aos camponeses, pois ela tem como ponto de partida o suor e o sangue destes. Na China, noventa por cento da população não tem acesso à cultura e não recebe qualquer espécie de instrução, acontecendo que, desse número, os camponeses formam a imensa maioria. O movimento cultural dos camponeses iniciou-se assim que o poder dos senhores de terras foi derrubado no campo. Vejam como os camponeses, que antes detestavam a escola, são agora tão zelosos em criar

curios noturnos! Os camponeses nunca gostaram das “escolas de tipo estrangeiro”. Nos meus tempos de estudante, quando regressava ao campo e via os camponeses contra as “escolas de tipo estrangeiro”, também me pronunciava como os “estudantes e professores de tipo estrangeiro” e punha-me do lado de tais escolas, ficando sempre com a impressão de que os camponeses estavam, de certo modo, enganados. Só em 1925 é que, ao viver seis meses no campo, e sendo já então membro do Partido Comunista, detentor dum ponto de vista marxista, compreendi o quanto estava eu errado e os camponeses certos. Os textos usados nas escolas primárias rurais tratavam exclusivamente de realidades urbanas e não se harmonizavam com as necessidades do campo. Além disso, a atitude dos professores das escolas primárias frente aos camponeses era muito má, não ajudavam os camponeses, pelo contrário, tinham-se transformado em gente detestada por estes. Daí que os camponeses preferissem as escolas de tipo antigo (“cursos chineses”, assim é que eles as designavam) às escolas modernas (chamadas por eles “cursos estrangeiros”), e os professores das escolas de tipo antigo aos professores das escolas primárias modernas. Actualmente, os camponeses estão a criar por toda a parte cursos noturnos, a que chamam escolas camponesas. Algumas escolas já abriram, outras estão em vias de organização, havendo em média uma escola por cada circunscrição. Os camponeses estão muito entusiasmados com a criação de tais escolas e vêem-nas, só a elas, como as suas próprias escolas. As verbas para os cursos noturnos saem dos fundos públicos da superstição, dos fundos dos templos dos antepassados e doutros fundos

ou propriedades públicas não afectados. Os birôs de educação do distrito pretendem empregar esse dinheiro na criação de escolas primárias, quer dizer, “escolas de tipo estrangeiro”, inadequadas às necessidades dos camponeses, enquanto que estes querem usá-lo para escolas camponesas, disputa de que resulta terem, uns como os outros, conseguido certas quantias. Há lugares onde os camponeses conseguiram a totalidade desse dinheiro. O desenvolvimento do movimento camponês tem redundado numa rápida elevação do nível cultural dos camponeses. Não vem longe o momento em que dezenas de milhares de escolas surgirão por todas as aldeias da província, o que difere em absoluto do palavreado vazio que os intelectuais e os chamados “educadores” têm estado a propalar por todos os cantos sobre a “educação universal”, e que, no fim de contas, não é mais do que pura frase sem conteúdo.

13. MOVIMENTO COOPERATIVO

Os camponeses necessitam realmente de cooperativas, sobretudo de cooperativas de consumo, de revenda e de crédito. Eles sofrem uma exploração por parte dos comerciantes sempre que compram no mercado; são roubados por estes quando vendem a sua produção agrícola e são depenados cruelmente pelos usurários sempre que pedem um empréstimo de dinheiro ou de arroz. É essa a razão que faz com que eles estejam tão vivamente interessados em encontrar uma solução para esses três problemas. No Inverno passado, quando, em virtude das operações no

vale do Yangtsé, as estradas comerciais ficaram cortadas e o sal encareceu bastante no Hunan, muitos dos camponeses organizaram cooperativas de compra de sal. Assim que os senhores de terras cessaram deliberadamente os empréstimos, em muitos pontos houve tentativas dos camponeses no sentido de organizarem agências de crédito para satisfazer as suas necessidades de dinheiro. Um problema grave é a falta de regras de organização detalhadas e gerais. Como, frequentemente, essas cooperativas organizadas de modo espontâneo pelos camponeses não se conformam com os princípios próprios às cooperativas, os camaradas que trabalham entre os camponeses reclamam com insistência um “estatuto”. Com uma orientação adequada, o movimento cooperativo pode generalizar-se por toda a parte, à medida que se forem desenvolvendo as associações camponesas.

14. REPARAÇÃO DE ESTRADAS, RESERVATÓRIOS E DIQUES

Aqui também se trata duma realização das associações camponesas. Antes da formação das associações camponesas as estradas no campo eram horríveis. Como não podiam ser reparadas sem dinheiro e os ricos não queriam abrir a bolsa, as estradas eram deixadas em mau estado. Qualquer trabalho que porventura se fizesse nesse domínio era tido como um acto de caridade; umas quantas moedas eram recolhidas dentre as famílias “desejosas de ganhar méritos para a outra vida”, e construía-se então uma estrada, má e estreita. Com a criação das associações cam-

ponesas foram dadas ordens especificando a largura requerida — três, cinco, sete chis ou um chiam[^], segundo as exigências de cada estrada — e dada senhor de terras que more ao longo da berma da estrada está responsabilizado pela reparação do respectivo sector. E quem iria então desobedecer às ordens uma vez dadas? Em muito pouco tempo, surgiram várias estradas muito boas. Aí não se trata mais de actos de caridade, mas sim de compulsão, e as pequenas compulsões desse tipo não são de modo algum coisa má. O mesmo é verdadeiro com respeito aos reservatórios e diques. Os senhores de terras eram cruéis e estavam sempre prontos a arrancar o que pudessem dos arrendatários, jamais se dispendo a gastar um só centavo com a reparação dos reservatórios e diques. Como apenas se preocupavam com a renda, eles podiam até deixar secar os reservatórios e morrer de fome os rendeiros. Agora que existem associações camponesas, é possível ordenar sem rodeios aos senhores de terras que reparem os reservatórios e os diques. Quando algum dos senhores de terras se recusa, as associações camponesas dizem-lhe com cortesia: “Muito bem! Você não faz a reparação, mas então tem que contribuir com um dou{5} de arroz por cada dia de trabalho!”. Como isso seria um mau negócio para o senhor de terras, este apressa-se a fazer as reparações. Como resultado, muitos reservatórios e diques já em desuso voltaram a ser postos em bom funcionamento.

As quatorze conquistas atrás enumeradas foram todas realizadas pelos camponeses sob a direcção das associações camponesas. Poderá o leitor pensar nelas e dizer que há uma má na sua essência ou significado

revolucionário? Quanto a mim, os que as qualificam como más não são outros senão os déspotas locais e os maus nobres. O que é bastante curioso, segundo informação vinda de Nantcham²⁴, é o facto de Tchiang Kai-chek, Tcham Tsim-quiam²⁵ e outros senhores da mesma espécie, não aprovarem a acção dos camponeses do Hunan. Essa opinião é partilhada por Liu Iué-chi²⁶ e outros líderes da direita, em Hunan, que dizem: “Eles passaram a ser pura e simplesmente vermelhos!”. Sim, mas onde estaria a revolução nacional sem essa ponta de vermelho? Falar diariamente em “despertar as massas populares” e morrer de medo quando estas se levantam, acaso diferirá do amor do lorde Ie pelos dragões²⁷?

NOTAS

1 A província de Hunan era, na altura, o centro do movimento camponês na China.

2 Na época, Tchao Hen-ti era governador do Hunan e agente dos caudilhos militares do Norte. Em 1926 foi derrubado pelo Exército da Expedição do Norte.

3 A Revolução de 1911 foi a revolução que derrubou a dinastia despótica dos Tsim. No dia 10 de Outubro de 1911, impulsionada pelas organizações revolucionárias burguesas e pequeno-burguesas, uma parte do Novo Exército passou à rebelião, em Vutcham, no que não tardou a ser seguida por outros levantamentos em várias províncias. A dominação dos Tsim desmoronou-se rapidamente. No dia 1 de Janeiro de 1912 formou-se, em Nanquim, o Governo Provisório da República da China, sendo Sun Yat-sen eleito Presidente Provisório. A vitória da revolução deveu-se à aliança estabelecida entre a burguesia, por um lado, e os camponeses,

operários e pequena burguesia urbana, por outro. Contudo, como o bloco dirigente da revolução era de tendência conciliadora, não satisfazia os interesses reais dos camponeses e ajoelhava-se ante a pressão das forças imperialistas e feudais, o poder acabou por cair nas mãos de Iuan Chi-cai, caudilho militar do Norte, do que resultou a derrota da revolução.

4 O velho ditado chinês, “entortar no acto de endireitar”, significa que na correcção dos erros foram ultrapassados os justos limites e era frequentes vezes invocado como um freio para restringir a acção. Apenas se permitiam as reformas que se mantivessem dentro dos limites da ordem estabelecida, proibindo-se as acções que visassem a destruição completa da velha ordem. Olhavam-se como um “endireitar” todas as acções que se mantivessem dentro daqueles limites, e descreviam-se como “entortar” todas as que visassem a destruição integral da velha ordem. Essa era também a teoria dos re-formistas e oportunistas no seio das filas revolucionárias. O camarada Mao Tsetung refutou esse tipo de pensamento reformista. A observação, no texto, segundo a qual “endireitar implica entortar, sem entortar não é possível endireitar”, significa que, para acabar com a velha ordem feudal, devem adoptar-se métodos revolucionários de massas e não métodos revisionistas — métodos reformistas.

5 No Inverno de 1926 e na Primavera de 1927, enquanto o Exército da Expedição do Norte fazia a sua marcha sobre o vale do Yangtsé, Tchiang Kai-chek não se tinha ainda revelado de todo como contra-revolucionário e as massas camponesas julgavam-no do lado da revolução. Como os senhores de terras e os camponeses ricos estivessem descontentes, espalharam o boato de que o Exército da Expedição do Norte sofrera derrotas e Tchiang Kai-chek ficara ferido numa perna. Tchiang Kai-chek acabou por revelar-se um completo contra-revolucionário com a realização do golpe de Estado de 12 de Abril de 1927, em Xangai e outros lugares, massacrando os operários, reprimindo os camponeses e atacando o Partido Comunista. A partir de então, os senhores de terras e 05 camponeses ricos mudaram de atitude e começaram a apoiá-lo.

6 Quantum foi a primeira base revolucionária no período da Primeira Guerra Civil Revolucionária (1924-1927).

7 Vu Pei-fu era um dos mais conhecidos caudilhos militares do Norte. Como Tsao Cun, famoso pela sua eleição à presidência da república, em 1923, graças à prática do suborno, Vu Pei-fu pertencia à camarilha de Tchili (Hopei) dos caudilhos militares do Norte. Apoiou a ascensão de Tsao à chefia dessa camarilha, sendo os dois geralmente designados por “Tsao-Vu”. Em 1920, depois de ter derrotado Tuan Tchi-juei, caudilho militar da camarilha de Anghuei, Vu Pei-fu passou a controlar o governo dos caudilhos militares do Norte, como agente dos imperialistas anglo-norte-americanos. Foi ele quem ordenou o massacre dos operários em greve ao longo da via férrea Pequim-Hancou, em 7 de Fevereiro de 1923. Foi derrotado em 1924, numa guerra contra Tcham Tsuo-lin (guerra geralmente conhecida por “guerra entre as camarilhas de Tchili e Fcntien”), perdendo assim o poder em Pequim. Em 1926, como juntasse as suas forças às de Tcham Tsuo-lin, a instigações dos imperialistas japoneses e ingleses, regressou ao poder. Quando, a partir do Quantum, o Exército da Expedição do Norte avançou para o Norte, em 1926, ele foi o primeiro inimigo a ser derrubado.

8 Os Três Princípios do Povo são os princípios e o programa formulados por Sun Yat-sen para a revolução democrática burguesa na China, relativamente aos problemas do nacionalismo, democracia e bem-estar do povo. Em 1924, no “Manifesto do I Congresso Nacional do Kuomintang”, Sun Yat-sen deu uma nova explicação sobre os Três Princípios do Povo, interpretando o nacionalismo como oposição ao imperialismo, e expressando um apoio activo aos movimentos dos operários e camponeses. Os velhos Três Princípios do Povo, desenvolvidos assim em novos Três Princípios do Povo, constituem as três grandes políticas, quer dizer, aliança com a Rússia, aliança com o Partido Comunista e ajuda aos camponeses e operários. Os novos Três Princípios do Povo oferecem uma base política de cooperação entre o Partido Comunista da China e o Kuomintang, no período da Primeira Guerra Civil Revolucionária. Ver “Sobre a Democracia Nova”, secção 10, Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Tomo II.

9 Os camponeses ricos não deviam ser aceite nas associações camponesas. Esse era um ponto que as massas camponesas não compreendiam ainda em 1927

10 A expressão “os que nada têm”, usada pelo camarada Mao Tsetung, abrange o assalariado agrícola (proletariado rural) e o lumpen-proletariado rural.

11 Trata-se do semi-proletariado rural.

12 Iuan Tsu-mim era um caudilho militar da província de Cui-djou que controlava o oeste do Hunan.

13 No Hunan, os tu e tuan correspondiam, respectivamente, aos sub-distritos e às circunscrições. Os velhos órgãos administrativos dos tu e tuan eram instrumentos da dominação dos senhores de terras sobre os camponeses.

14 A contribuição por mu de terra era uma carga para além dos impostos regulares sobre a terra, extorquida ferozmente aos camponeses pelo regime dos déspotas e nobres.

15 No regime dos caudilhos militares do Norte, o chefe militar de cada província tinha a designação de “governador militar”. Era praticamente o ditador na província, dispondo tanto de poder militar como político. Em conexão com os imperialistas, cada governador mantinha um regime feudal-militar independente na sua província.

16 As unidades permanentes de milícias de casa-a-casa eram uma das instituições armadas no campo. A expressão “de casa-a-casa” vinha-lhes do facto de quase todas as famílias serem obrigadas a participar nelas. Em várias localidades, depois da derrota da revolução em 1927, essas milícias passaram a ser controladas pelos senhores de terras, transformando-se numa instituição armada da contra-revolução.

17 Dentre os quartéis gerais kuomintanistas de distrito, dirigidos nessa época pelo Comité Executivo Central do Kuomintang, em Vuhan, muitos observavam as três grandes políticas do Dr. Sun Yat-sen — aliança com a Rússia, aliança com o Partido Comunista e ajuda aos camponeses e operários e eram órgãos da aliança revolucionária entre os comunistas, ala esquerda do Kuomintang e outros elementos revolucionários.

18 A expressão é extraída de Meneio. Significa que, ao ensinarem a sua arte, os mestres de tiro ao arco vergam o arco sem disparar a flecha, muito embora dêem a impressão de que a vão deixar partir no segundo seguinte. O autor serve-se dessa expressão para mos-

trar que os comunistas devem sobretudo orientar os camponeses de modo que atinjam uma plena consciência política, deixando depois que, por iniciativa própria, voluntariamente, estes liquidem as superstições e demais práticas prejudiciais, mas nunca dar-lhes ordens ou fazer as coisas em seu lugar.

19 Tam Chem-tchi era um general que se colocou do lado da revolução, participando na Expedição do Norte. Le Cai-sin era um general partidário dos caudilhos militares do Norte que combateu a revolução.

20 Suen Tchuan-fuam era um caudilho militar cujo jugo abrangia as cinco províncias do Sudeste da China. Foi o responsável pela repressão sangrenta das insurreições operárias de Xangai. O seu exército principal foi esmagado, no Inverno de 1926, pelo Exército da Expedição do Norte, em Nantcham e Quiouquiam, província de Quiansi.

21 A “cultura oriental” era uma teoria que se contentava com a preservação do método atrasado de produção agrícola e da cultura feudal do Oriente, afastando a cultura científica moderna.

22 Ver, no presente tomo, a nota 15 ao artigo “Análise das Classes na Sociedade Chinesa”.

23 “Montanha”, “templo”, “incenso” e “água” eram nomes usados por certas seitas entre as sociedades secretas primitivas.

24 Quando Nantcham foi tomada pelo Exército da Expedição do Norte, em Novembro de 1926, Tchiang Kai-chek; aproveitou a ocasião para estabelecer ali o seu quartel general. Ele reuniu à sua volta os membros da ala direita do Kuomintang, bem como um certo número de políticos dentre os caudilhos militares do Norte, e, em convivência com os imperialistas, arquitectou uma conspiração contra-revolucionária contra o Vuhan revolucionário de então. Finalmente, a 12 de Abril de 1927, deu um golpe de Estado contra-revolucionário assinalado por enormes massacres em Xangai.

25 Tcham Tsim-quiam, um cabecilha da ala direita do Kuomintang, era, na altura, concelheiro de Tchiang Kai-chek.

26 Na época, Liu Lué-chi era o cabecilha da “Sociedade de Esquerda”, um importante grupo anti-comunista no Hunan.

27 De acordo com o que se narra em Sinsiu, obra escrita por Liu Siam na dinastia Han, lorde Le era tão apaixonado

por dragões que tinha as suas armas, objectos pessoais e palácio inteiramente adornados com desenhos e pinturas representando dragões. Mas quando, ao saber disso, um dragão desceu do céu, mostrou a cabeça por uma janela e serpenteou a cauda pelo salão de lorde Ie, este empalideceu, fugiu de medo e perdeu os sentidos. Donde se vê que o amor de lorde Ie não era pelos dragões, mas, sim pelas coisas que se assemelhavam aos dragões. No texto, o camarada Mao Tsetung usa essa metáfora para mostrar que, embora Tchiang Kai-chek e os seus pares falassem sobre a revolução, na realidade tinham-lhe medo e opunham-se a ela.

NOTAS DO TRADUTOR

(1) A mais pequena das unidades administrativas da China de então. Cada circunscrição era integrada por algumas aldeias.

(2) Yuan, jiao, fen e wen eram unidades monetárias chinesas. O yuan, o nao e o fen eram moedas de prata. Um yuan equivalia a dez jiao e um jiao a dez fen. Cada yuan--prata continha cerca de 24 gramas de prata pura. O wen era uma moeda de cobre. Alguns wen perfaziam um fen.

(3) Unidade de peso chinesa. No antigo sistema, um dan correspondia a 60 quilos, mas como os critérios variavam segundo as regiões, em algumas localidades o dan excedia esse peso. No sistema actual um dan corresponde a 50 quilos.

(4) Chi e chiam são unidades de comprimento chinesas. Um chi equivale a dez chiuns e um chiam, dez chis. Três chis na China correspondem a um metro.

(5) Medida chinesa com a capacidade de dez litros.

PERÍODO DA SEGUNDA
GUERRA CIVIL REVOLUCIONARIA

PORQUE PODE EXISTIR NA CHINA O PODER VERMELHO?*

(5 de Outubro de 1928)

I. A SITUAÇÃO POLÍTICA NO PAÍS

O actual regime dos novos caudilhos militares do Kuomintang permanece, como no passado, o regime da burguesia compradora, nas cidades, e da classe dos déspotas e nobres, no campo, regime que, no domínio das relações exteriores, capitulou diante do imperialismo e, em política interior, substituiu os antigos caudilhos militares por novos caudilhos e reforçou a exploração económica e a opressão política da classe operária e da classe camponesa. As classes dos compradores, dos déspotas e nobres apodcraram--se da direcção da revolução democrático-burguesa iniciada no Cuantum, revolução que não tinha ainda feito mais do que a metade do caminho, e desviaram-

* O presente texto faz parte duma resolução redigida pelo camarada Mao Tsetung para a Segunda Conferência da Organização do Partido da Região Fronteiriça Hunan-Quiansi. O seu título primitivo era: "As Questões Políticas e as Tarefas das Organizações do Partido na Região de Fronteira".

-na imediatamente em direcção da contra-revolução.

Quanto aos operários e camponeses, quanto às pessoas simples da China, e mesmo quanto à burguesia¹, eles sofrem, como no passado, o jugo dum regime contra-revolucionário, e não obtiveram a menor liberdade no plano político e económico.

Antes da tomada de Pequim e de Tientsim, entre as quatro camarilhas dos novos caudilhos militares do Kuomintang — Tchiang, Cuei, Fom e Len² — existia uma aliança provisória contra Tcham Tsuo-lin³. Após a tomada de Pequim e de Tientsim, a aliança desfez-se imediatamente e começou uma luta encarniçada entre aquelas quatro camarilhas; além disso, está a preparar-se uma guerra entre a camarilha de Tchiang Kai-chek e a do Cuans^L. As contradições e a luta entre as diversas camarilhas de caudilhos militares reflectem as contradições e a luta entre os países imperialistas. Assim, enquanto a China se encontrar dividida pelos países imperialistas, a possibilidade dum entendimento entre essas camarilhas permanecerá absolutamente excluída e todo o compromisso a que elas possam chegar não poderá ter mais do que um carácter provisório. O compromisso provisório de hoje está prenhe duma guerra ainda maior para amanhã.

A China tem necessidade urgente da revolução democrático-burguesa, e esta só pode ser realizada sob a direcção do proletariado. Como o proletariado não tivesse manifestado suficiente decisão no exercício da sua hegemonia, a direcção da revolução que, nos anos de 1926-1927, se estendeu do Cuantum à bacia do Yangtsé, foi usurpada pelas classes dos compradores, dos déspotas e nobres, e a revolução cedeu lugar à contra-revolução. A revolução democrático--burguesa sofreu uma

derrota provisória. Essa derrota vibrou um golpe sério no proletariado e nos camponeses chineses. O golpe foi igualmente sentido pela burguesia chinesa (mas não pelas classes dos compradores, dos déspotas e nobres). Contudo, nos últimos meses, e sob a direcção do Partido Comunista, têm-se desenvolvido de forma organizada, quer no Norte quer no Sul da China, greves de operários nas cidades e levantamentos camponeses no campo. Entre os soldados dos caudilhos militares, a penúria de alimentos e vestuário provoca uma séria eferescência. Ao mesmo tempo, a burguesia, inspirada pelo grupo encabeçado por Uam Tsim-vei e Tchen Cum--po, fomentou um movimento reformista⁴ de proporções consideráveis, nas regiões do litoral e na bacia do rio Yangtsé. A extensão desse movimento constitui um facto novo.

Conformemente às indicações da Internacional Comunista e do Comité Central do Partido Comunista da China, a revolução democrática na China deve consistir em derrubar a dominação do imperialismo e dos seus instrumentos, os caudilhos militares; em realizar a revolução nacional e concluir a revolução agrária, que porá fim à exploração feudal dos camponeses pela classe dos senhores de terras. Na prática, um tal movimento revolucionário começou a estender-se, dia a dia, após os acontecimentos sangrentos de Maio de 1928, em Tsinan⁵.

II. RAZÕES DO NASCIMENTO E SOBRE-VIVÊNCIA DO PODER VERMELHO NA CHINA”

A existência prolongada, no nosso país, de uma ou várias pequenas regiões onde reina o poder vermelho, mas rodeadas por todos os lados de territórios onde reina o poder branco, constitui um fenómeno ainda desconhecido na história do mundo. Para que um fenómeno tão extraordinário se tivesse produzido, foram necessárias razões particulares. Tal fenómeno só pode subsistir e desenvolver-se em certas condições:

1. Não pode produzir-se num país imperialista, nem numa colónia que se encontre sob a dominação directa de tal ou tal potência imperialista. Ele só pode produzir-se na China, país economicamente atrasado e semi-colonial, submetido à dominação indirecta do imperialismo, uma vez que um fenómeno tão extraordinário não pode deixar de acompanhar-se doutro fenómeno também extraordinário: a guerra entre os diferentes grupos que representam o poder branco. Uma das características deste país semi-colonial que é a China, consiste na existência continuada, logo desde o primeiro ano da República, de guerras sem tréguas entre as diferentes camarilhas de antigos e novos caudilhos militares, sustentados pelos imperialistas e pelas classes dos compradores, dos déspotas e nobres. Nada de semelhante pode encontrar-se nos países imperialistas ou mesmo nas

colónias que estão sob a dominação directa do imperialismo; um tal fenómeno existe somente nos países sob dominação indirecta do imperialismo, como a China. Esse fenómeno é devido a duas razões: primeiro, a existência duma economia agrícola local (não existe economia capitalista unificada para todo o país); segundo, a política imperialista de divisão e exploração da China pela delimitação de esferas de influência. A cissão e as guerras prolongadas no interior do poder branco criaram condições tais que foi possível, a uma ou várias pequenas regiões vermelhas, dirigidas pelo Partido Comunista, constituírem-se e subsistirem no meio do cerco branco. A base revolucionária na fronteira Hunan-Quiansi constitui justamente um exemplo dessas numerosas pequenas regiões. Alguns camaradas, nas suas horas difíceis e críticas, põem-se frequentemente a duvidar que tal poder vermelho possa subsistir, tornando-se pessimistas. Isso acontece porque eles não conseguem encontrar a explicação correcta das causas que presidem ao nascimento e à sobrevivência desse poder vermelho. Basta considerar que, na China, a cissão e as guerras no interior do campo branco se revestem dum carácter contínuo, para que a possibilidade de o poder vermelho se estabelecer, subsistir e desenvolver dia a dia, não provoque mais dúvidas.

2. Na China, o poder vermelho aparece e pode subsistir longamente, em primeiro lugar, não nas regiões que não sofreram a influência da revolução democrática, tais como Setchuan, Cueidjou, Iunnan ou as províncias do Norte, mas ali onde, em 1926-1927, durante a revolução democrático

-burguesa, se assistiu ao progresso poderoso das grandes massas de operários, camponeses e soldados, por exemplo, em Hunan, Cuan-tum, Hupei, Quiansi, etc. Em várias regiões dessas províncias existia, em tempos, uma larga rede de organizações sindicais e associações camponesas. Nelas se desenvolveu amplamente a luta económica e política dos operários e dos camponeses contra a classe dos senhores de terras, déspotas e nobres e a burguesia. Por isso se viu, na cidade de Cantão, estabelecer-se e manter-se durante três dias um poder popular; e, nos distritos de Haifom e de Lufom (Cuan-tum), no leste e no sul de Hunan, na região fronteira Hunan-Quiansi, no distrito de Huam-an (Hupei), surgiram bases revolucionárias criadas pelos camponeses. Quanto ao Exército Vermelho actual, ele saiu do Exército Nacional Revolucionário, depois deste ter recebido uma preparação política num espírito democrático, e ter sofrido a influência das massas operárias e camponesas. Tropas como as de Ien Si-xan e Tcham Tsuo-lin, que nunca receberam essa formação política num espírito democrático, nem sofreram a influência das massas operárias e camponesas, não podem de maneira alguma fornecer os efectivos necessários à formação dos destacamentos do Exército Vermelho.

3. Quanto ao problema de saber se o poder das massas populares que se estabeleceu em pequenas regiões poderá subsistir longo tempo, a sua solução depende do eventual desenvolvimento da situação revolucionária à escala do país inteiro. Se esse desenvolvimento continua, não há dúvida alguma de que as pequenas regiões vermelhas poderão subsistir durante um período pro-

longado e, o que é mais, tornar-se-ão inevitavelmente numa das múltiplas forças que assegurarão a conquista do poder à escala nacional. Pelo contrário, se a situação revolucionária não se desenvolve, se intervém um período relativamente longo de estagnação, a existência prolongada de pequenas regiões vermelhas tornar-se-á impossível. Actualmente, dada a cissão e as guerras intestinas que prosseguem no campo das classes dos com-pradores, dos déspotas e nobres, assim como no campo da burguesia internacional, a situação revolucionária continua a desenvolver-se na China. Assim, a possibilidade de os pequenos territórios vermelhos subsistirem durante longo tempo não deixa dúvidas. Eles vão inclusivamente crescer, tornando-se assim mais próximo o dia em que conquistaremos o poder em todo o país.

4. A condição indispensável à existência do poder vermelho é a existência dum exército vermelho regular e suficientemente forte. Com simples destacamentos locais da Guarda Vermelha⁹, sem um exército vermelho regular, pode vencer-se a milícia de casa-a-casa, mas não o exército branco regular. Por isso, mesmo que existam massas operárias e camponesas activas, desde que estejam desprovidas de forças armadas regulares e suficientemente possantes, é absolutamente impossível criar bases revolucionárias e, por maior razão ainda, assegurar a sua existência prolongada e o seu desenvolvimento ininterrupto. A ideia de “criar as diferentes bases revolucionárias através das forças armadas dos operários e camponeses” é pois muito importante. Os comunistas e as massas operárias e camponesas das bases revolucionárias devem penetrar-se disso.

5. A possibilidade de o poder vermelho subsistir durante um longo período e desenvolver-se depende, além das condições precitadas, de uma outra condição igualmente importante: é necessário que a organização do Partido Comunista seja forte e a sua política justa.

III. A BASE REVOLUCIONÁRIA NA REGIÃO FRONTEIRIÇA HUNAN- -QUIANSI E A DERROTA DE AGOSTO

A cissão e as guerras entre os caudilhos militares arrastaram o enfraquecimento do poder branco. Assim, foi possível ao poder vermelho estabelecer-se, oportunamente, em pequenos territórios. Mas as guerras entre os caudilhos militares também registam tréguas. Cada vez que, em uma ou várias províncias, se instaura um período de estabilização provisória do poder branco, as classes dominantes dessa ou dessas províncias aproveitam-no fatalmente para unir-se e utilizar todas as suas forças a fim de aniquilarem o poder vermelho. Onde as condições necessárias à criação e consolidação do poder vermelho não estão todas realizadas, surge o perigo de tal poder ser derrubado pelos inimigos. É justamente por essa

razão que o poder vermelho, que se estabelecera num momento favorável, antes do mês de Abril último, em regiões como Cantão, Haifom e Lufom, região fronteira Hunan-Quiansi, sul do Hunan e distritos de Lilim e Fluam-an, foi esmagado pelo poder branco. A partir de Abril, a base revolucionária na região fronteira Hunan-Quiansi passou a estar confrontada com uma situação de estabilização temporária do poder das forças dominantes no Sul. As tropas enviadas de Hunan e Quiansi como “expedição punitiva” contavam, em regra geral, oito a nove regimentos e, algumas vezes, chegavam a dezoito. Com efectivos inferiores a quatro regimentos, nós combatemos, porém, o inimigo durante quatro meses e, dia após dia, conseguimos alargar o território da nossa base, aprofundar a revolução agrária, ampliar os organismos do poder das massas populares e reforçar o Exército Vermelho e a Guarda Vermelha. Isso foi possível porque a política das organizações do Partido da região fronteira Hunan-Quiansi (locais e no exército) estava correcta. A política do Comité Especial do Partido e do Comité do Partido do Exército(1) consistia no seguinte: lutar resolutamente contra o inimigo; instaurar o poder político na parte central da cadeia de montanhas de Luociao¹⁰; lutar contra a tendência para a fuga; aprofundar a revolução agrária no território da base revolucionária; promover o desenvolvimento das organizações locais do Partido com a ajuda das organizações do Partido no exército e promover o desenvolvimento das forças armadas locais com a ajuda do exército regular; concentrar as unidades do Exército Vermelho para combater oportunamente o

inimigo que nos ataca, e opor-se à divisão das nossas forças, de modo a evitar que o inimigo nos esmague unidade por unidade; adoptar a política Me avançar em vagas sucessivas para alargar a nossa base revolucionária, e combater a política do avanço aventureiro. Graças a essas tácticas adequadas, graças ao terreno da região fronteira que nos favorecia a luta e graças à deficiente coordenação entre as tropas invasoras vindas de Hunan e Quiansi, nós fomos capazes de alcançar uma série de vitórias durante os quatro meses que vão de Abril a Julho. Embora nos fosse várias vezes superior em número, o inimigo não foi capaz de destruir a base revolucionária nem mesmo de impedir a sua expansão contínua. A nossa base tende a exercer uma influência cada vez maior no Hunan e no Quiansi. A única razão da derrota de Agosto foi o facto de alguns camaradas, que não tinham compreendido que o período era de estabilização temporária das classes dominantes, adoptarem uma estratégia adequada aos períodos de divisão política no seio dessas classes e dividirem as nossas forças para um avanço aventureiro, causando assim a derrota na região fronteira e no sul do Hunan. Tu Siu-quin, representante do Comité Provincial do Partido em Hunan, sem compreender a situação dessa altura nem ter em conta alguma a decisão da sessão conjunta do Comité Especial, do Comité do Partido do Exército e do Comité do Partido do distrito de Ionsin, executou de maneira literal a ordem do Comité Provincial de Hunan e aderiu à opinião do 29º Regimento do Exército Vermelho que queria abandonar a luta e regressar à sua região de origem. Foi um erro extremamente grosseiro. A

situação criada em resultado da derrota só pôde ser reparada graças às medidas tomadas, depois de Setembro, pelo Comité Especial e pelo Comité do Partido do Exército, como correcção às faltas cometidas.

IV. A IMPORTÂNCIA DA BASE REVOLUCIONÁRIA DA REGIÃO FRONTEIRIÇA HUNAN-QUIANSI PARA AS PROVÍNCIAS DE HUNAN, HUPEI E QUIANSI

A base revolucionária estabelecida pelas forças armadas dos operários e camponeses na região fronteira Hunan-Quiansi, com Nincam como centro, não é, por certo, unicamente importante para os distritos fronteiriços; ela reveste-se igualmente duma grande importância para o desenvolvimento da insurreição operária e camponesa em Hunan, Hupei e Quiansi, que se destina a conquistar o poder nessas três províncias. Trata-se de estender a influência da revolução agrária e do poder popular da região fronteira ao curso inferior dos rios em Hunan e Quiansi e, inclusivamente, estendê-la até Hupei, bem como de aumentar sem cessar os efectivos do Exército Vermelho e melhorá-lo qualitativamente no próprio decorrer dos combates, a fim de que possa assumir a tarefa que lhe cabe no levantamento geral que se prepara nas três províncias em questão. Trata-se de aumentar os efectivos e melhorar qualitativamente

as forças armadas locais nos distritos — a Guarda Vermelha e os destacamentos insurreccionais de operários e camponeses — de maneira que, presentemente, elas possam lutar contra as milícias de casa-a-casa, contra os pequenos destacamentos do inimigo e, no futuro, proteger o poder na região fronteira; fazer com que os quadros locais dependam cada vez menos da ajuda que lhes trazem os quadros do Exército Vermelho, que possam agir absolutamente por si próprios, que façam eles mesmos o trabalho necessário na região de fronteira e que, no futuro, possam fornecer os quadros para o Exército Vermelho e para os territórios que, mais tarde, deverão ser anexados pela base revolucionária. Tais são as tarefas extremamente importantes da organização do Partido na região fronteira, no que respeita ao desenvolvimento da insurreição em Hunan, Hupei e Quiansi.

V. A QUESTÃO ECONÓMICA

Nas condições de cerco total pelas forças brancas, a falta de artigos de primeira necessidade e de dinheiro líquido no exército e entre a população civil provocou um problema dos mais graves. Na região fronteira sob poder vermelho, a escassez e o encarecimento permanentes e extremos dos artigos de primeira necessidade, como o sal, os tecidos e os medicamentos, em resultado do bloqueio cerrado imposto pelo inimigo no decurso do último ano, engendraram por vezes condições de vida de

grande angústia para as massas operárias, camponesas e pequeno-burguesas”, e para os combatentes do Exército Vermelho. O Exército Vermelho tem ao mesmo tempo de combater e procurar os víveres de que necessita. Não só têm os meios para assegurar aos combatentes, além de cereais, cinco fen. de ração quotidiana; a alimentação é insuficiente e há muitos doentes no exército. Os combatentes que são feridos e hospitalizados sofrem mais particularmente. Enquanto não nos tivermos apoderado do poder à escala nacional, é evidente que tais dificuldades serão inevitáveis, mas é extremamente necessário esforçar-se por vencê-las até certo ponto, melhorar as condições de vida e, em particular, por melhorar, tanto quanto possível, o reabastecimento do Exército Vermelho. Se a organização do Partido na região fronteira não chegar a resolver como convém o problema económico, e se o período de estabilização das forças inimigas se mantiver durante um tempo relativamente longo, nós teremos de fazer face a grandes dificuldades no que respeita à existência dessa base revolucionária. Assim, cada comunista deve prestar realmente toda a atenção à solução adequada do problema económico.

VI. A QUESTÃO DAS BASES MILITARES

Uma outra tarefa que se impõe à organização do Partido na região fronteira é a consolidação das bases militares em Vutsim¹² e Quioulom. Tanto a região montanhosa de Vutsim, na fronteira dos dis-

tritos de Ionsin, Lincien, Nincam e Sueitchuan, como a região montanhosa de Quioulom, na fronteira dos distritos de Ionsin, Nincam, Tchalim e Lien-tiua, apresentaram um relevo excelente, em particular Vu-tsim, onde o terreno é dificilmente praticável e estrategicamente importante, e onde, além disso, o exército beneficia do apoio das massas populares. Elas não só constituem importantes bases militares no momento presente, em que se trata simplesmente da região fronteira, mas, o que é mais, permanecerão no futuro, quando a insurreição se desenvolver nas três províncias de Hunan, Hupei e Quiansi. As medidas para a consolidação dessas bases são as seguintes: 1) construção de obras defensivas sólidas; 2) acumulação de víveres em quantidade suficiente; 3) criação dum bom hospital para o Exército Vermelho. A organização do Partido na região fronteira deve consagrar todos os seus esforços ao cumprimento efectivo dessas três tarefas.

NOTAS

1 O camarada Mao Tsetung pensa aqui na burguesia nacional. Em “Sobre a Tática na Luta contra o Imperialismo Japonês” (Dezembro de 1935), e em “A Revolução Chinesa e o Partido Comunista da China” (Dezembro de 1939), o camarada Mao Tsetung explicou, detalhadamente, em que consistia a diferença entre a burguesia nacional e a grande burguesia compradora.

2 Por Tchiang entende-se Tchiang Kai-chek; por Cuei, a camarilha dos caudilhos militares do Cuansi, encabeçada por Li Tsum-jen e Bai Tchon-si; por Fom, Fom Iu-siam; por Ien, Ien Si-xan, caudilho militar da província de Xan-

si. Esses caudilhos coligaram-se contra Tcham Tsuo-lin e tomaram Pequim e Tientsim, em Junho de 1928.

3 Tcham Tsuo-lin era o chefe da camarilha de caudilhos militares de Fontien. Após a derrota de Vu Pei-fu, em 1924, durante a segunda guerra entre os caudilhos militares de Tchili e de Fontien, ele tornou-se no mais poderoso caudilho do Norte da China. Em 1926, aliado a Vu Pei-fu, apoderou-se de Pequim. Ao regressar de Pequim para o Nordeste, em Junho de 1928, Tcham Tsuo-lin, apesar de ter sido sempre um instrumento dos imperialistas japoneses, morreu assassinado por estes, num atentado à bomba.

4 Quando Tchiang Kai-chek começou a empenhar-se, abertamente e sem o menor pudor, na via da conciliação com os agressores japoneses, depois que estes ocuparam Tsi-nan a 3 de Maio de 1928, uma parte da burguesia nacional, que a seu tempo tinha apoiado o golpe de Estado contra-revolucionário de 1927 mas que agia de acordo com os seus próprios interesses, começou gradualmente a fazer-lhe uma oposição declarada. Foi então que se viu aparecer um grupo contra-revolucionário de especuladores políticos, Uam Tsim-wei, Tchen Cum-po, etc, que participou nesse movimento de oposição e, no seio do Kuomintang, formou a camarilha dos “reorganizadores”.

5 Em 1928, com o apoio dos imperialistas anglo-norte-americanos, Tchiang Kai-chek avançou para o Norte da China, a fim de atacar Tcham Tsuo-lin. Esforçando-se por impedir a extensão da influência anglo-norte-americana ao Norte da China, os imperialistas japoneses apoderaram-se pela força da capital de Xantum, Tsi-nan, e cortaram a via férrea de Tientsim-Pucou. A 3 de Maio, as forças ocupantes rípnicas entregaram-se a um massacre em Tsinan, assassinando um número elevado de cidadãos chineses. Essa maranja recebeu o nome de “Acontecimentos Sangrentos de Tsinan”.

6 Pela forma de organização, o poder vermelho na China issemelhava-se ao poder soviético. Como forma de regime político, os sovictes, quer dizer, os conselhos de representantes, foram criados pela classe operária da Rússia durante a revolução de 1905. Na base da teoria marxista, Lenine e Estaline chegaram à conclusão de que a República Soviética constituía a melhor forma de organização política da sociedade, no período da passagem do

capitalismo ao socialismo. Foi em 1917 que, com a Revolução Socialista de Outubro, pela primeira vez no mundo c sob a direcção do Partido Bolchevique dc Lenine e Estaline, se estabeleceu, na Rússia, a ditadura do proletariado — a República Socialista Soviética. Após a derrota da revolução chinesa de 1927, quando, cm diferentes lugares, se produziram levantamentos revolucionários populares sob a direcção do Partido Comunista da China, tendo à cabeça o camarada Mao Tsetung, o poder político das massas populares tomou a forma de conselhos de representantes. Contudo, nessa fase da revolução chinesa, esse poder tinha o carácter duma ditadura democrática popular, realizando uma revolução dc democracia nova, anti-imperialista e anti-feudal, sob a direcção do proletariado. Nisso reside a diferença com a U.R.S.S., onde o poder tinha o carácter duma ditadura do proletariado.

7 Durante a Segunda Guerra Mundial, muitas colónias do Oriente, que se encontravam precedentemente sob a dominação dos imperialistas britânicos, norte-americanos, franceses ou holandeses, foram ocupadas pelos imperialistas japoneses. As massas operárias, camponesas, pequeno-burguesas urbanas e elementos da burguesia nacional desses países, sob a direcção dos respectivos Partidos Comunistas e explorando as contradições entre os imperialistas britânicos, norte-americanos, franceses e holandeses duma parte, e o imperialismo japonês doutra parte, organizaram uma ampla frente única de luta contra a agressão fascista, criaram bases anti-japonesas e realizaram uma guerra de guerrilhas encarniçada contra o Japão. Foi assim que se lançaram as bases da alteração da situação política existente antes da Segunda Guerra Mundial. No fim da guerra, os imperialistas japoneses foram expulsos dessas colónias e os imperialistas norte-americanos, britânicos, franceses e holandeses esforçaram-se por restabelecer a antiga dominação colonial. Contudo, no decurso da guerra contra o Japão, os povos das colónias souberam forjar forças armadas suficientemente importantes e não quiseram, de modo algum, continuar a viver como antes. Além disso, em consequência do reforço do poderio da União Soviética e do desmoronar ou enfraquecimento, no decurso da guerra, de todos os países imperialistas à excepção dos Estados Unidos, e, sobretudo, em resultado da vitória da revolução chinesa,

que abriu uma brecha na frente imperialista, o conjunto do sistema imperialista no mundo ficou seriamente abalado. Foi assim que os povos das colónias do Oriente, pelo menos cm algumas delas, tiveram a possibilidade de, mais ou menos como acontecera na China, preservar bases revolucionárias de dimensões variadas e conservar o poder revolucionário, bem como de fazer com firmeza uma guerra revolucionária de longa duração, cercar as cidades a partir dos campos e passar progressivamente à conquista das cidades, realizando a vitória total nos respectivos países. À luz dessa nova situação, a apreciação de 1928 do camarada Mao Tsetung, sobre a possibilidade de estabelecer o poder revolucionário nas colónias directamente submetidas à dominação imperialista, ficou alterada.

8 Trata-se da resistência oposta em várias localidades pelas massas populares, sob a direcção do Partido Comunista, às forças contra-revolucionárias, no período que seguiu à traição de Tchiang Kai-chek, cm 1927, e à traição ulterior de Uam Tsim-vei. A 11 dc Dezembro de 1927, em Cantão, os operários e os soldados revolucionários sublevaram-se, estabeleceram o poder popular e deram um combate encarniçado às forças contra-revolucionárias que beneficiavam do apoio directo dos imperialistas. Contudo, em resultado da enorme desproporção existente entre as forças em presença, o levantamento popular acabou por sofrer uma derrota. Em 1923-1925, os camponeses dos distritos dc Haifom e Lufom, no litoral oriental do Quantum, desencadearam, sob a direcção dum comunista, o camarada Pom Pai, um possante movimento que proporcionou uma ajuda substancial ao Exército Nacional Revolucionário de Cantão, durante as duas campanhas vhotiosas que este realizou cm direcção a leste, contra a camarilha contra-revolucionária de Tch.cn TcVúom-mim. Após * o golpe de Estado contra-revolucionário de Tchiang Kai-chek, a 12 de Abril de 1927, os camponeses dessa região sublevaram--se por três vezes, em Abril, em Setembro e em Outubro, e estabeleceram o poder revolucionário nos distritos de Haifom e Lufom, poder que se manteve até Abril de 1928. Os camponeses da parte oriental do Hunan, que se tinham sublevado em Setembro de 1927, apoderaram-se duma região que compreendia os distritos de Liuiam, de Pinquiam, de Lilim e de Tchudjou. Na mesma época, algumas dezenas

de milhares de camponeses levantaram-se de armas na mão, nos distritos de Siaccan, Matchem e Huam-an no nordeste de Hupei, e ocuparam a sede do distrito de Huam-an durante mais de 30 dias. No sul do Hunan, os camponeses insurrectos dos distritos de Itchan, Tsendjou, Lei-iam, Ioncim e Tse-cim instauraram, em Janeiro de 1928, um poder revolucionário que durou três meses.

9 Guarda Vermelha: forças armadas das massas no território das bases revolucionárias. Os combatentes da Guarda Vermelha batiam-se sem interromper a produção.

10 Luociao: grande cadeia de montanhas na fronteira do Quiansi com o Hunan. A parte central dessa cadeia é constituída pelas montanhas Tchincam.

11 Aqui, por pequena burguesia o camarada Mao Tsetung entende, para além dos camponeses, os artesãos, os pequenos comerciantes, os membros das profissões liberais e os intelectuais originários da pequena burguesia. Na China, os elementos dessas camadas sociais vivem principalmente nas cidades e vilas, mas também podem encontrar-se, em grande número, no campo. Ver “Análise das Classes na Sociedade Chinesa”.

12 Por região montanhosa de Vutsim, compreende-se a região Tatsim-Siaotsim-Chantsim-Tchuntsim-Siatsim, das montanhas Tchincam, as quais se estendem pelos distritos de Ionsin, Nincam, Sueitchuan no Quiansi ocidental e Lincin no Hunan oriental.

NOTAS DO TRADUTOR

(1) O Comité Especial do Partido é o Comité do Partido Comunista da China para a região especial situada na fronteira Hunan-Quiansi. Era um organismo situado entre o comité provincial e o comité distrital. O Comité do Partido do Exército é o Comité do Partido para o IV Corpo do Exército Vermelho dos Operários e Camponeses, aquartelado na fronteira Hunan-Quiansi.

A LUTA NAS MONTANHAS TCHINCAM*

(25 de Novembro de 1928)

A BASE REVOLUCIONÁRIA NA REGIÃO FRONTEIRIÇA HUNAN-QUIANSI E A DERROTA DE AGOSTO

Actualmente, a China é o único país do mundo em que uma ou mais pequenas regiões, sob poder político vermelho, emergem no meio do cerco realizado pelo regime branco. Ao analisarmos esse fenómeno, vemos que uma das razões disso está nas divisões e guerras incessantes entre as classes dos compradores e dos déspotas e nobres na China. En-quanto durarem essas divisões e essas guerras, a sobrevivência e o crescimento duma base revolucionária armada dos operários e camponeses é possível. Além disso, essa sobrevivência e crescimento requerem as seguintes condições: (1) uma sólida base de massas; (2) uma sólida organização do Partido

* Relatório apresentado pelo camarada Mao Tsetung ao Comité Central do Partido Comunista da China.

- (3) um exército vermelho relativamente poderoso;
- (4) um terreno favorável às acções militares;
- (5) recursos económicos suficientes.

Uma base revolucionária deve variar a sua estratégia contra as classes dominantes que a cercam, adoptar uma estratégia para a altura em que o regime das classes dominantes está temporariamente estabilizado e, uma outra, quando esse regime está dividido. Quando as classes dominantes estão divididas, como aconteceu durante as guerras entre Li Tsum-jen e Tam Chem-tchi, nas províncias de Hunan e Hupei¹ e entre Tcham Fa-cui e Li Tsi-chcn na província de Cuantun², a nossa estratégia pode ser comparativamente mais audaz e a área coberta pela actividade militar, com vistas ao alargamento da base, pode ser comparativamente mais extensa. Contudo, devemos ter o cuidado de estabelecer sólidas raízes nas regiões centrais, de modo a termos algo de seguro em que apoiar-nos quando se desencadeie o terror branco. Num período em que o regime das classes dominantes está comparativamente estabilizado, como aconteceu nas províncias do Sul, depois de Abril deste ano, a nossa estratégia deve ser a do avanço gradual. Nesses períodos, em matéria militar, a pior coisa é dividir as nossas forças para uma progressão aventureira e, no trabalho local (distribuição de terras, estabelecimento do poder político, expansão do Partido e organização das forças armadas locais), a pior coisa é dispersar os nossos homens e descurar o estabelecimento de raízes sólidas nas regiões centrais. As derrotas que muitas das pequenas regiões vermelhas sofreram devem-se ou à ausência de condições objectivas ou a faltas subjectivas no plano

táctico. Os erros tácticos cometeram-se simplesmente em razão da falta de distinção clara entre as duas espécies de períodos, o período em que o regime das classes dominantes está temporariamente estabilizado e o período em que está dividido. Para um período de estabilização temporária do regime das classes dominantes, alguns camaradas defendiam a ideia de dividir as nossas forças para um avanço aventureiro, chegando mesmo a propor que se deixasse a defesa de grandes regiões exclusivamente à Guarda Vermelha, como se ignorassem o facto de o inimigo poder atacar, não só com as milícias de casa-a-casa mas também, em acções concentradas, com as tropas regulares. No trabalho local, eles descuraram absolutamente o estabelecimento de raízes sólidas nas regiões centrais e tentaram uma expansão ilimitada, sem se preocuparem se isso estava ou não dentro das nossas possibilidades. E se alguém defendia uma política de avanço gradual no plano militar, ou uma política de concentração dos nossos esforços no trabalho local, para estabelecer raízes sólidas nas regiões centrais, de maneira a assegurar--se uma posição invencível, era apontado como “conservador”. As suas ideias erradas foram a causa fundamental das derrotas sofridas em Agosto último, na região fronteira Hunan-Quiansi, bem como da derrota sofrida nessa mesma altura pelo IV Corpo do Exército Vermelho, no sul do Hunan.

O nosso trabalho na região fronteira Hunan-Quiansi começou em Outubro do ano passado. Nessa altura, das organizações do Partido nos distritos não restava nem uma. Quanto às forças armadas locais, elas consistiam apenas em duas

unidades, sob o comando de Iuan Ven-tsai e Vam Tsuo, estabelecidas nas proximidades das montanhas Tchincam e munidas, cada uma, de sessenta espingardas em mau estado de conservação. Os corpos camponeses de auto-defesa, nos distritos de Ionsin, Lien-hua, Tchalim e Lincien, tinham sido completamente desarmados pela classe dos déspotas e nobres e o ardor revolucionário das massas tinha sido abafado. Por volta de Fevereiro deste ano, Nincam, Ionsin, Tchalim e Sueitchuan tinham já os seus comités distritais do Partido, Lincien tinha um comité do Partido de região especial e, em Lien-hua, tinha-se começado a criar uma organização do Partido e estabeleciam-se ligações com o Comité Distrital do Partido em Van-an. Todos os distritos, excepto Lincien, dispunham de reduzidas unidades armadas locais. Em Nincam, Tchalim, Sueitchuan e Ionsin, especialmente nos dois últimos distritos, re-gistaram-se várias acções de guerrilhas contra os déspotas e nobres, as quais despertaram as massas e alcançaram um certo êxito. Nesse período, a revolução agrária ainda não tinha avançado profundamente. Os órgãos do poder político passaram a chamar-se Governo dos Operários, Camponeses e Soldados. No exército, foram constituídos comités de soldados. Quando as unidades partiam em separado para as diferentes missões, eram criados comités de acção que as dirigiam. O órgão dirigente superior do Partido era o Comité da Frente (com Mao Tsetung como secretário) que havia sido designado pelo Comité Provincial do Partido no Hunan, durante a Insurreição da Colheita de Outono. Nos começos de Março, a pedido do Comité Especial do 108 sul do Hunan, o Comité da Frente foi abolido e re-

organizado em Comité Divisional do Partido (com Ho Tim-im como secretário), passando a ser um órgão exclusivamente encarregado das organizações do Partido no exército, sem autoridade sobre as organizações locais do Partido. Ao mesmo tempo, as forças de Mao Tsetung foram enviadas para o sul do Hunan, a pedido do respectivo Comité Especial, em consequência do que a região fronteira Hunan-Quiansi foi ocupada pelo inimigo, durante mais de um mês. Em fins de Março sobreveio a derrota no sul do Hunan e, em Abril, as forças de Tchu Te e as de Mao Tsetung, juntamente com o exército de camponeses do sul do Hunan, retiraram-se para Nincam e dedicaram-se à reconstituição da base revolucionária na região fronteira Hunan-Quiansi.

A partir de Abril, a base revolucionária na região fronteira Hunan-Quiansi passou a estar confrontada com uma situação de estabilização temporária do poder das forças dominantes no Sul. As tropas reaccionárias enviadas do Hunan e Quiansi como “expedição punitiva” oscilavam, pelo menos, entre oito e nove regimentos e, algumas vezes, chegavam a dezoito. Com efectivos inferiores a quatro regimentos, nós combatemos, porém, o inimigo durante quatro meses e, dia após dia, conseguimos alargar o território da nossa base, aprofundar a revolução agrária, ampliar o poder político popular e aumentar os efectivos do Exército Vermelho e da Guarda Vermelha. Isso foi possível porque a política das organizações do Partido da região fronteira (locais e do exército) estava correcta. A política do Comité

Especial do Partido na região fronteira (com Mao Tse-tung como secretário) e a do Comité do Exército (com Tchen Yi como secretário) consistiam no seguinte: lutar resolutamente contra o inimigo, instaurar o poder político na parte central da cadeia de montanhas de Luociao e lutar contra a tendência para a fuga; aprofundar a revolução agrária no território da base revolucionária; promover o desenvolvimento das organizações locais do Partido com a ajuda das organizações do Partido no exército, e promover o desenvolvimento das forças armadas locais com a ajuda do exército regular; adoptar a defensiva no Hunan, onde o poder das forças dominantes é comparativamente mais forte, e adoptar a ofensiva no Quiansi, onde as forças dominantes são, comparativamente, mais fracas; despende grandes esforços para desenvolver Ionsin, criar aí uma base revolucionária de massas e preparar-se para uma luta prolongada; concentrar as unidades do Exército Vermelho, para combater oportunamente o inimigo que nos ataca, e opor-se à divisão das nossas forças, de modo a evitar que o inimigo nos esmague unidade por unidade; e, para alargar a nossa base de apoio, adoptar a política de avançar em vagas sucessivas e combater a política do avanço aventureiro. Graças a essas tácticas adequadas, graças ao terreno da região fronteira que nos favorecia a luta e graças à deficiente coordenação entre as tropas invasoras vindas do Hunan e do Quiansi, nós fomos capazes de alcançar uma série de vitórias militares e expandir a nossa base revolucionária de massas, nos quatro meses que vão de Abril a Julho. Embora nos fosse várias vezes superior em número, o inimigo não foi

no capaz de destruir a nossa base e nem mesmo de impedir a sua expansão. A nossa base tende a exercer uma influência cada vez maior no Hunan e no Quiansi. A razão única da derrota de Agosto foi o facto de alguns camaradas, não tendo compreendido que o período era de estabilização temporária das classes dominantes, adoptarem uma política adequada aos períodos de divisão no seio das classes dominantes, e dividirem as nossas forças para um avanço aventureiro sobre o sul do Hunan, causando assim a derrota na região fronteira e no sul do Hunan. Tu Siu-quim, representante do Comité Provincial do Partido no Hunan, e Iam Cai-mim, secretário do Comité Especial do Partido na região fronteira, ambos nomeados pelo Comité Provincial, não compreenderam a situação dessa altura e, aproveitando-se do facto de Mao Tsetung, Uan Si-sien e outros camaradas, que eram energeticamente opostos aos seus pontos de vista, estarem longe, ausentes em Ionsin, não tiveram em conta alguma as resoluções da reunião conjunta do Comité do Exército, do Comité Especial e do Comité de Distrito de Ionsin, resoluções que desaprovavam os pontos de vista do Comité Provincial do Hunan, e, de maneira literal, executaram somente a ordem do Comité Provincial do Hunan, que consistia em marchar para o sul do Hunan, apoiando assim os desejos do 29o Regimento do Exército Vermelho (composto de camponeses de Itchan), que queria abandonar a luta e regressar à sua região de origem. Foi isso que causou a derrota na região fronteira e no sul do Hunan.

Já antes, em meados de Julho, o VIII Corpo das forças inimigas no Hunan, sob comando de Vu Cham,

tinha invadido Nincam, penetrado em Ionsin e tentado em vão travar batalha (as nossas tropas tinham procurado atacá-lo por um caminho lateral mas não o conseguiram) até que, amedrontado pelas massas, se retirou precipitadamente para Tchalim, via Lien-hua. Nesse meio tempo, o destacamento principal do Exército Vermelho, que viera de Nincam para atacar Lincien e Tchalim, modificou os seus planos ao alcançar Lincien, e voltou-se para o sul do Hunan, enquanto cinco regimentos do III Corpo das forças inimigas em Quiansi, sob comando de Vam Tchiun e Quin Han-tim, e seis regimentos do VI Corpo, sob as ordens de Hu Ven-tou, lançavam um assalto conjunto sobre Ionsin. Nessa altura, em Ionsin, dispúnhamos apenas de um regimento que, coberto pelas grandes massas do povo, conseguiu, durante vinte e cinco dias, encerrar os onze regimentos inimigos num raio de trinta lis[^] perto da capital do distrito de Ionsin, por meio de ataques de guerrilhas desferidos em todas as direcções. Finalmente, em virtude do vigor do assalto inimigo, acabámos por perder Ionsin e, mais tarde, Lien-hua e Nincam. Justamente nessa altura, verificaram-se súbitas dissensões no seio das forças inimigas no Quiansi; o VI Corpo comandado por Hu Ven-tou retirou-se apressadamente e atacou, em Tchan-chu, o III Corpo de Vam Tchiun. Os restantes cinco regimentos inimigos do Quiansi retiraram-se igualmente para a capital do distrito de Ionsin. Se o nosso destacamento principal não se tivesse deslocado para o sul do Hunan, teria sido inteiramente possível bater aquelas forças e alargar a nossa base de apoio, de maneira a que incluísse Qui-an, Anfu e Pinsiam, e ligando-a a

Pinquiam e Liuiam. Todavia, como o destacamento principal estava ausente e o regimento que nos restava encontrava-se exausto, decidiu-se que uma parte dos homens ficaria para a defesa das montanhas Tchincam, em cooperação com as duas unidades de luan Ven-tsai e Vam Tsuo, enquanto que eu deveria conduzir a outra parte das tropas para Cueitum, a fim de encontrar-me com o nosso destacamento principal e convidá-lo a regressar. Nessa altura, o destacamento principal das nossas forças retirava-se do sul do Hunan para Cueitum onde, a 23 de Agosto, fizemos a junção.

Logo que o destacamento principal do Exército Vermelho chegou a Lincien, a meados de Julho, os oficiais e soldados do 29o Regimento, que manifestavam certa instabilidade política e desejavam regressar à sua terra natal no sul do Hunan, recusaram-se a obedecer. Nessa mesma altura, o 28o Pvegimento pronunciou-se contra a marcha para o sul do Hunan, pretendendo seguir para o sul do Quiansi, e não aceitando, em caso nenhum, um regresso a Ionsin. Como Tu Siu-quim encorajasse o 29o Regimento a persistir no seu erro e como o Comité do Partido do Exército não tivesse conseguido dissuadi-lo, o destacamento principal partiu de Lincien a 17 de Julho, em direcção de Tsendjou. A 24 de Julho, num combate que travou em Tsendjou contra as tropas comandadas por Fan Chi-chem, o destacamento obteve um sucesso inicial mas acabou por ser derrotado, retirando-se do campo de batalha. Seguidamente, por sua livre iniciativa, o 29o Regimento retirou-se em direcção da sua região dc origem, Itchan, o que levou ao aniquilamento de uma parte

das suas forças, durante um ataque que lhe lançaram os bandos de Hu Fum-tcham, em Lotcham, bem como à dispersão da outra parte dos homens pela região Tsend-jou-Itchan, não se tendo deles qualquer outra notícia até hoje; nesse dia não foi possível reagrupar mais do que uma centena de homens. Afortunadamente, o 28o Regimento, que constituía a força principal, não sofreu grandes perdas e, em 18 de Agosto, ocupou Cueitum. A 23 de Agosto, esse regimento operou uma junção com as unidades vindas das montanhas Tchincam, decidindo-se então que as forças conjuntas deveriam regressar a Tchincam, via Tchon-yi e Chan-iou. Quando chegamos a Tchon-yi, o comandante de batalhão Iuan Tchon-tchuan desertou, arrastando consigo uma companhia de infantaria e uma companhia de artilharia, e, embora estas tivessem sido constringidas a regressar, o nosso comandante de regimento, Vam El-tchuo, perdeu a vida nessa operação. Em 30 de Agosto, aproveitando-se do facto de as nossas tropas, embora já no caminho do regresso, não terem ainda atingido o seu destino, as unidades inimigas do Hunan e do Quiansi atacaram as montanhas Tchincam. Sabendo tirar proveito das vantagens oferecidas pelo terreno, as nossas forças de defesa que, no total, não atingiam os efectivos de um batalhão, ripostaram e derrotaram o inimigo, salvando assim a base.

As causas da derrota de Agosto são as seguintes: (1) alguns dos oficiais e soldados, que estavam hesitantes e desejosos de regressar às suas aldeias de origem, perderam a capacidade de combate, enquanto que outros, não querendo marchar para o sul do Hunan, manifestavam falta de entusiasmo; (2) os

nossos homens estavam esgotados pelas grandes marchas efectuadas na fase mais quente do Verão; (3) tendo-se aventurado em várias centenas de lis no exterior de Lincien, as nossas forças perderam o contacto com a região fronteira, e ficaram isoladas; (4) como as massas do sul do Hunan não tinham sido ainda mobilizadas, a expedição constituía uma pura aventura militar; (5) não estávamos informados sobre a situação do inimigo; (6) a nossa preparação era inadequada e os oficiais e os soldados não compreendiam o significado da operação.

A SITUAÇÃO ACTUAL NA BASE REVOLUCIONÁRIA

A partir de Abril deste ano, as regiões vermelhas começaram a estender-se gradualmente. Depois da batalha de Lom-iuan-cou (nas fronteiras de Ionsin e Nincam), a 23 de Junho, onde derrotámos pela quarta vez as forças inimigas do Quiansi, a região fronteira atingiu o máximo da sua expansão, abarcando os três distritos de Nincam, Ionsin e Lien-hua, os pequenos sectores de Qui-an e Anfu, o sector norte de Sueitchuan e o sector sudeste de Lincien. Nas regiões vermelhas, grande parte das terras já tinha sido distribuída e o restante está sendo também distribuído. Foram criados órgãos do poder político por toda a parte, tanto nos sub-distritos como nas circunscrições. Estabeleceram-se governos de distrito em Nincam, Ionsin, Lien-hua e Sueitchuan e criou-

se um governo de fronteira. Em geral, organizaram-se destacamentos insurreccionais de operários e camponeses nas circunscções, e formou-se a Guarda Vermelha ao nível dos distritos e sub-distritos. Em Julho, as forças inimigas do Quiansi passaram ao ataque e, em Agosto, as forças inimigas do Hunan e Quiansi atacaram conjuntamente as montanhas Tchincam. Todas as sedes de distrito, bem como as planícies da região fronteira, foram ocupadas pelo inimigo. Os laços do inimigo — os corpos de preservação da paz e as milícias de casa-a-casa dos senhores de terras — actuaram arbitrariamente e furiosamente, fazendo reinar o terror branco pelas cidades e campos. A maioria das organizações do Partido e do governo desmoronou-se. Os camponeses ricos e os arrivistas no interior do Partido passaram-se, um após outro, para o lado do inimigo. Só depois da batalha das montanhas Tchincam, a 30 de Agosto, é que as forças inimigas do Hunan se retiraram para Lincien; todavia, as forças do Quiansi continuaram a controlar todas as capitais e a maioria das aldeias nos distritos. Contudo, o inimigo nunca conseguiu apoderar-se das regiões da montanha, incluindo os dois sectores do oeste e norte de Nincam; os sectores de Tienlom, Siao-ciquiam e Vanienxan, respectivamente no norte, oeste e sul de Ionsin; o sector de Chansi, no distrito de Lienhua; o sector de Tchincanxan, no distrito de Sueitchuan; e os sectores de Tchinchicam e Ta-ian, no distrito de Lincien. Em Julho e Agosto, em coordenação com a Guarda Vermelha dos vários distritos, um dos regimentos do Exército Vermelho travou dezenas de batalhas, pequenas e grandes, perdendo apenas trinta

espíngardas até ao momento em que se retirou para as montanhas.

Quando as nossas forças regressavam às montanhas Tchincam, via Tchon-yi e Chan-iou, as tropas inimigas do sul do Quiansi, a 7ª Divisão Independente comandada por Liu Chi-yi, perseguiram-nas até Sueitchuan. A 13 de Setembro, derrotámos Liu Chi-yi, capturámos centenas de espíngardas e ocupámos Sueitchuan. A 26 de Setembro, regressámos às montanhas Tchincam. A 1 de Outubro, em Nincam, atacámos e derrotámos uma das brigadas de Sium Chi-huei, comandada por Tchou Huen-ian, reconquistando inteiramente o distrito de Nincam. Entretanto, 126 homens das tropas inimigas comandadas por Icn Tchom-ju, que estacionavam no Cueitum, pertencentes às forças de Hunan, passaram para o nosso lado, sendo organizados num batalhão especial, sob comando de Pi Tchan-iun. A 9 de Novembro derrotámos um regimento da brigada de Tchou, na sede do distrito de Nincam e em Lom-ian-cou. No dia seguinte, avançámos e ocupámos Ionsin, mas retirámo-nos pouco depois, para Nincam. Actualmente, a nossa base, que a sul se estende das vertentes sul das montanhas Tchincam, no distrito de Sueitchuan, até à fronteira do distrito Lienhua, no norte, abarca todo o Nincam e parte de Sueitchuan, Lincien e Ionsin, formando uma estreita e continuada faixa que segue de norte para sul. O sector de Chansi, no distrito de Lienhua, e os sectores de Tienlom e Vanienxan, no distrito de Ionsin, não estão inteiramente ligados a essa faixa. O inimigo tenta destruir a nossa base de apoio por meio

de ataques militares e bloqueio económico, mas estamos a preparar-nos para esmagar tais ataques.

A QUESTÃO MILITAR

Uma vez que a luta na região fronteiriça é exclusivamente militar, tanto o Partido como as massas tiveram de ser postas em pé de guerra. Como enfrentar o inimigo, como combater, tornou-se o problema central da nossa vida diária. Assim, uma base de apoio deve ser uma base de apoio armada. Seja onde for que se situe, uma base de apoio é imediatamente ocupada pelo inimigo se não possui forças armadas ou se estas são insuficientes, ou ainda se se adoptam tácticas erradas frente ao inimigo. Como a luta vai sendo cada dia mais encarniçada, os nossos problemas são extremamente complexos e sérios.

O Exército Vermelho na região fronteiriça formou-se com: (1) tropas que, originariamente, estavam sob o comando de Ie Tim e Ho Lom, em Tchaodjou e Xantou4; (2) o antigo Regimento de Guardas do Governo Nacional de Vutcham5; (3) camponeses de Pinquiam e Liuiam6; (4) camponeses do sul do Hunan e operários de Chueicouxan8; (5) soldados capturados às tropas comandadas por Chiu Quci--siam, Tam Chem-tchi, Bai Tchon-si, Tchu Pei-te, Vu Cham e Sium Chi-huei; e (6) camponeses dos distritos da região fronteiriça. Depois de pouco mais de um ano de combate, porém, das forças originariamente comandadas por Ie Tim e Ho Lom, do Regimento de Guardas e dos camponeses de Pinquiam e Liuiam,

não resta senão um terço dos efectivos iniciais. E igualmente pesadas foram as perdas entre os camponeses do sul do Hunan. Assim, embora as primeiras quatro categorias continuem até hoje a formar a espinha dorsal do IV Corpo do Exército Vermelho, elas são, de longe, ultrapassadas em número pelas duas últimas categorias. Além disso, destas duas últimas, a maior é a formada por soldados feitos prisioneiros; sem o recomplemento a partir dessa fonte, criar-se-ia um sério problema de efectivos. Ademais, o aumento dos homens não segue de harmonia com o aumento de espingardas. As espingardas não diminuem tão facilmente como os homens, pois podemos ter feridos, mortos, doentes ou desertores. O Comité Provincial do Partido no Hunan prometeu-nos o envio de operários de An--ian° e nós esperamos ansiosamente que o faça.

Quanto à origem de classe, o Exército Vermelho é constituído em parte por operários e camponeses e, em parte, por elementos do lumpen-proletariado. Como é evidente, não é aconselhável ter muitos homens da última categoria. Não obstante, eles são capazes de combater e, como a luta prossegue cada dia com maiores perdas, até dentre tal categoria de indivíduos já não é fácil conseguir homens para o recomplemento. Em semelhantes circunstâncias, a única solução é intensificar a preparação política.

Na maioria, os soldados do Exército Vermelho vêm dos exércitos mercenários, mas o seu carácter modifica-se assim que entram neste. Antes de mais, o Exército Vermelho aboliu o sistema mercenário, fazendo com que os homens sintam que estão com-

batendo para si próprios e para o povo e não para qualquer outra pessoa. Até a data, o Exército Vermelho não tem um sistema de pagamento regular de soldos, realizando-se apenas a distribuição de céieais. dinheiro para a compra de óleo de cozinha, sal, lenha e vegetais, bem como uma certa quantia para as pequenas despesas. A cada um dos oficiais e soldados do Exército Vermelho originários da região fronteira-riça, foi distribuído um lote de terra, apresentando--se, porém, mais difícil a atribuição de terras aos que vêm de outras regiões do país.

Depois que receberam uma educação política, todos os soldados do Exército Vermelho ganharam consciência de classe e adquiriram noções gerais a respeito da distribuição das terras, estabelecimento do poder político, armamento dos operários e camponeses, etc, e sabem que estão lutando para si mesmos, para a classe operária e a classe camponesa. Assim, eles podem suportar sem queixumes os rigores desta dura luta. Cada companhia, cada batalhão ou regimento tem o seu comité de soldados, o qual representa os interesses destes e executa o trabalho político e o trabalho no seio das massas populares.

A experiência provou que não se deve abolir o sistema de representantes do Partido¹⁰. Os representantes do Partido são especialmente importantes à escala das companhias, pois as células do Partido são organizadas na base da companhia. Eles devem velar por que os comités de soldados realizem a educação política, devem guiar o trabalho de massas e funcionar simultaneamente como secretários de célula. Os factos mostraram que quanto melhores são os representantes do Partido, tanto melhor é a companhia, e que só muito dificilmente um comandante

de companhia pode desempenhar um papel político assim tão importante. Como as perdas entre os quadros dos escalões inferiores são muito grandes, é frequente a transformação, em curto prazo, de antigos prisioneiros inimigos em comandantes de pelotão ou companhia; alguns dos soldados inimigos capturados em Fevereiro ou Março deste ano são já comandantes de batalhão. Como o nosso exército se chama Exército Vermelho, à primeira vista pode pensar-se que poderíamos passar bem sem representantes do Partido. No fundo, porém, isso seria um grave erro. Houve um momento em que o 28o Regimento, que se encontrava na altura no sul do Hunan, aboliu o sistema de representantes do Partido, mas teve de restabelecê-lo algum tempo depois. Designar os representantes do Partido por “instrutores” seria confundilos com os “instrutores” do exército do Kuomintang, os quais são detestados pelos soldados inimigos que fazemos prisioneiros. Uma alteração do nome não afecta a natureza do sistema. Daí o termos decidido não fazer essa alteração. Como as perdas entre os representantes do Partido são muito elevadas, embora tenhamos iniciado cursos de formação para o efeito, esperamos que o Comité Central e os Comités Provinciais de Hunan e Quiansi nos enviem, pelo menos, trinta camaradas capazes de servir como representantes do Partido.

Geralmente, um soldado precisa de seis a doze meses de treino para estar apto para o combate; os nossos soldados, porém, foram recrutados ainda ontem e hoje já têm que combater, quer dizer, quase sem preparação. Não possuindo grandes conhecimentos técnico-militares, eles só podem contar com a sua

própria coragem. Como não é possível dispor de longos períodos de repouso e preparação, o que nos resta é tentar evitar, na medida do possível, uns quantos combates, procurando, desse modo, ganhar o tempo necessário à preparação. Neste momento, porém, ainda é difícil dizer se isso será possível ou não. Actualmente temos um curso de 150 homens, em preparação para oficiais de escalão inferior, e pretendemos fazer desse curso uma instituição permanente. Nós esperamos que o Comité Central e os dois comités provinciais nos enviem mais oficiais, do escalão de pelotão ou companhia para cima.

O Comité Provincial do Partido no Hunan pedem-nos que nos ocupemos das condições materiais em que vivem os soldados, fazendo com que o seu nível de vida seja, pelo menos, um pouco melhor do que o dos camponeses e operários. Actualmente, acontece precisamente o contrário. Além dos cereais, cada homem recebe apenas cinco fen diários para óleo de cozinha, sal, lenha e vegetais, mas mesmo isso já é difícil de manter. Mesmo a manutenção desse nível já chega para fazer subir a nossa despesa mensal para mais de dez mil yuan-pzta., soma que exclusivamente se obtém através da expropriação dos déspotas locais¹¹. Actualmente, temos acolchoados de algodão para roupas de inverno dum exército de cinco mil homens, mas ainda nos falta tecido de algodão para vestuário. Com o frio que faz, muitos dos nossos homens continuam ainda a dispor apenas de duas fardas de pano não espesso. Afortunadamente, estamos habituados às dificuldades e, o que é mais, todos sofremos iguais privações; desde o comandante do corpo de exército ao soldado que se encarrega da cozinha,

todos vivem dos seus cinco fen de ração diária, à parte os cereais que recebem. Quanto ao dinheiro para as pequenas despesas, cada indivíduo recebe a mesma quantia, quer se trate de dois jiao quer de quatro jiao¹². Assim, os soldados não podem queixar-se contra este ou aquele.

No fim de cada combate, há sempre alguns feridos. Além disso, muitos oficiais e soldados adoecem por causa da má alimentação, do frio, etc. O nosso hospital instalado nas montanhas ministra um tratamento tanto chinês como ocidental, mas tem falta de médicos e medicamentos. Actualmente há mais de oitocentas pessoas nesse hospital. O Comité Provincial do Partido no Hunan prometeu que nos conseguiria alguns medicamentos, mas até este momento nada recebemos. Nós esperamos também que o Comité Central e os dois comités provinciais nos enviem uns quantos médicos, capazes de aplicar a medicina ocidental, e ainda uma certa quantidade de iodo.

Além do papel desempenhado pelo Partido, a aplicação da democracia no Exército Vermelho constitui a razão por que esse exército se tem mantido tão firme como no passado, não obstante as duras condições materiais e a frequência dos combates. Os oficiais não batem nos soldados; os oficiais e os soldados recebem um mesmo tratamento; os oficiais e os soldados gozam de liberdade de reunião e expressão; o formalismo e as cerimónias inúteis estão abolidos, as contas são abertas à inspecção de todos. Os soldados dirigem as questões relativas à mesa e, dos cinco fen para óleo de cozinha, sal, lenha e vegetais, eles arranjam-se para poupar um pouco para as suas pequenas despesas, conseguindo juntar sessenta ou se-

tenta ver diários por pessoa, ao que chamara “sobras da messe”. Tudo isso agrada fortemente aos soldados. Em particular, os soldados inimigos recentemente aprisionados sentem que o nosso exército e o exército do Kuomintang são dois mundos completamente diferentes. Eles sentem-se espiritualmente libertados, muito embora vejam que as condições materiais no Exército Vermelho são piores do que as existentes no exército branco. Soldados que ainda ontem, no exército branco, não davam mostras dum mínimo de coragem, comportam-se hoje com muita valentia, no seio do Exército Vermelho. Tal é o efeito da democracia. O Exército Vermelho é pois uma forja onde os soldados inimigos feitos prisioneiros se transformam assim que nele entram. Na China, não é só o povo que necessita de democracia; o exército também tem necessidade de democracia. O sistema democrático no nosso exército constitui uma arma importante para destruir o exército mercenário feudal¹³.

A organização do Partido compreende, actualmente, quatro escalões: a célula de companhia, o comité de batalhão, o comité de regimento e o comité de exército! Há uma célula por companhia e um grupo em cada esquadra. “As células do Partido são organizadas na base da companhia”; essa é uma das razões importantes pelas quais o Exército Vermelho tem sido capaz de manter-se indestrutível num combate tão árduo. Há dois anos, quando estávamos no exército do Kuomintang, o nosso Partido não tinha raízes de tipo organizacional entre os soldados, e mesmo no seio das tropas de Ie Tira¹⁴ não havia mais do que uma célula em cada regimento. Foi por isso que não fo-

mos capazes de resistir a provas sérias. Hoje, no seio do Exército Vermelho, a proporção entre membros e não membros do Partido é aproximadamente de um para três, quer dizer, existe, em média, um membro do Partido entre cada quatro militares. Recentemente decidimos recrutar mais membros do Partido entre os soldados combatentes, de maneira a atingirmos uma proporção de cinquenta por cento¹⁵. Actualmente, as células do Partido nas companhias têm falta de bons secretários, por isso nós pedimos ao Comité Central que nos envie um certo número de elementos activos, escolhidos dentre aqueles que já não podem permanecer nas regiões onde agora se encontram. Quase todos os quadros vindos do sul do Hunan fazem o trabalho do Partido no exército. Mas como alguns deles se dispersaram durante a retirada de Agosto no sul do Hunan, não temos gente disponível.

As forças armadas locais compõem-se de destacamentos da Guarda Vermelha e de destacamentos insurreccionais de operários e camponeses. Armados com piques e armas de caça, estes últimos destacamentos estão organizados na base da circunscrição, havendo em cada uma um destacamento cujos efectivos variam segundo a extensão e população da respectiva circunscrição. A sua tarefa é bater a contra--revolução, proteger os órgãos do poder na circunscrição, e prestar assistência ao Exército Vermelho e à Guarda Vermelha, durante os combates destes, e sempre que o inimigo se apresenta. Os destacamentos insurreccionais criaram-se primeiramente em Ionsin, como forças clandestinas, passando a ter um

carácter público depois que ocupámos todo o distrito. Sob a mesma designação, esse sistema estendeu-se depois a outros distritos da região fronteiriça. O armamento da Guarda Vermelha consta, sobretudo, de espingardas de cinco tiros, incluindo também algumas de nove e até mesmo espingardas de um só tiro. A distribuição das armas pelos distritos é a seguinte: 140 espingardas em Nincam, 220 em Ionsin, 43 em Lien-hua, 50 em Tch-alim, 90 em Lincien, 130 em Sueitchuan e 10 em Van-an, o que perfaz um total de 683. A maioria das espingardas foi dispensada pelo Exército Vermelho, mas o restante foi tomado ao inimigo pela própria Guarda Vermelha. Em constante combate contra os corpos de preservação da paz e as milícias de casa-a-casa dos déspotas e nobres, a maioria dos destacamentos da Guarda Vermelha nos distritos está a aumentar dia a dia a sua capacidade de combate. Antes do Incidente de 21 de Maio, todos os distritos tinham corpos de auto-defesa formados por camponeses. A quantidade de espingardas era de 300 em Iucien, 300 em Tch-alim, 60 em Lincien, 50 em Sueitchuan, 80 em Ionsin, 60 em Lien-hua, 60 em Nincam (os homens de Iuan Ven-tsai) e 60 nas montanhas Tchincam (os homens de Vam Tsuo) totalizando 970. Depois do Incidente de 21 de Maio, além das espingardas que estão intactas entre as mãos das tropas de Iuan e Vam, ficaram apenas 6 espingardas em Sueitchuan e uma em Lien-hua, tendo sido todas as outras capturadas pelos déspotas e nobres. Os corpos camponeses de auto-defesa não foram capazes de conservar as suas armas pelo facto de terem seguido uma linha oportunista. Actualmente, a Guarda Vermelha nos distritos tem

muito poucas espingardas; menos do que as forças dos déspotas e nobres. O Exército Vermelho deve pois continuar a fornecer-lhe armas. O Exército Vermelho deve continuar a fazer o máximo por ajudar a armar o povo, sem contudo diminuir a sua própria capacidade de combate. Nós tínhamos estabelecido que cada batalhão do Exército Vermelho devia ser formado por quatro companhias, cada uma dispondo de setenta e cinco espingardas; incluindo a companhia especial, a companhia de metralhadoras e a de morteiros, o quartel general de regimento e os três quartéis gerais de batalhão, atinge-se um total de 1.075 espingardas por regimento. As espingardas tomadas em combate elevem ser usadas, dentro do possível, para armar as forças locais. Os comandantes da Guarda Vermelha devem ser homens escolhidos dentre os que foram enviados pelos distritos para os cursos de instrução do Exército Vermelho e que já terminaram a respectiva preparação. O Exército Vermelho deve enviar cada vez menos gente vinda de fora, para comandantes das forças locais. Tchu Pei-te está a armar os seus corpos de preservação da paz e as suas milícias de casa-a-casa; dados os seus efectivos e a sua capacidade de combate, os destacamentos dos déspotas e nobres nos distritos da região fronteiriça constituem uma força que é de considerar. Isso torna mais urgente do que nunca o aumento das forças armadas vermelhas locais. Para o Exército Vermelho o princípio é o da concentração, enquanto que, para a Guarda Vermelha, é o da dispersão. Actualmente, com o regime reaccionário temporariamente estabilizado, podendo

portanto concentrar importantes forças para atacar o Exército Vermelho, a dispersão não seria vantajosa ao nosso exército. A nossa experiência mostra-nos que a dispersão das forças conduziu-nos quase sempre à derrota, enquanto que a concentração das forças para combater um inimigo numericamente inferior, igual ou ligeiramente superior, conduziu-nos frequentemente à vitória. O Comité Central deu-nos instruções no sentido de desenvolvermos a guerra de guerrilhas no interior duma região muito vasta, estendendo-se por vários milhares de lis de largo e de comprido, o que, provavelmente, se deve a uma sobrestimação da nossa força. Para a Guarda Vermelha, a dispersão é uma vantagem, e ela está a usar actualmente esse método para as acções nos diferentes distritos.

O método mais eficaz de propaganda dirigida às forças inimigas é a libertação dos soldados feitos prisioneiros e o tratamento médico aos prisioneiros feridos. Sempre que aprisionamos soldados, comandantes de pelotão, de companhia ou de batalhão inimigos, fazemos imediatamente um trabalho de propaganda entre eles. Nós dividimo-los em grupos, dum lado os que querem ficar e do outro os que querem partir, dando aos do último grupo dinheiro para a viagem e deixando-os partir livremente. Isso destrói imediatamente as calúnias da propaganda mentirosa do inimigo, segundo a qual “os bandidos comunistas matam toda a gente, sem distinção”. Re-ferindo-se a tais medidas, a Revista Decendial da Nona Divisão de Iam Tchi-chem afirmou: “Que perversidade!”. Os soldados do Exército Vermelho mostram grande solicitude com relação aos prisioneiros e promovem-

lhes grandes adeuses de despedida; em cada “adeus de despedida aos novos irmãos” os prisioneiros respondem com discursos de profunda gratidão. O tratamento médico aos inimigos feridos também produz um grande efeito. Os adversários mais inteligentes, como Li Venpin, recentemente passaram a imitar-nos o método; já não matam os prisioneiros, e tratam dos feridos. Simplesmente, os nossos soldados voltam a juntar-se a nós logo no primeiro combate, trazendo consigo as armas, facto que já se verificou por duas vezes. Além disso, nós fazemos o máximo que podemos de propaganda escrita, por exemplo, pintamos palavras de ordem. Sempre que chegamos a uma localidade, cobrimos os muros com palavras de ordem. Dada porém a nossa falta de desenhadores, pedimos que o Comité Central e os dois comités provinciais nos enviem uns tantos.

Quanto às bases de apoio militares, a primeira, a das montanhas Tchincam, está situada na fronteira de quatro distritos: Nincam, Lincien, Sueitchuan e Ionsin. A distância entre Maopim, na vertente norte, no distrito de Nincam, e Huam-hao, na vertente sul, em Sueitchuan, é de 90 lis. A distância entre Naxan, na vertente leste, distrito de Ionsin, e Chueicou, na vertente oeste, em Lincien, é de 80 lis. A nossa base descreve um círculo de 550 lis que, começando por Naxan, passa por Lom-ian-cou (distrito de Ionsin), Sintchem, Maopim, Talom (distrito de Nincam), Chitu, Chueicou, Siatsuen (distrito de Lincien), Im-pansiu, Taiquiapu, Tafcn, Tuitzetchien, Huam-hao, Vutouquiam e Tchehao (distrito de Sueitchuan) para voltar de novo a Naxan. Nas montanhas há arrozais e aldeias em Tatsim, Siaotsim, Chantsim, Tcnuntsim, Siat-

sim, Tscpim, Siatchuam, Sindjou, Tsaopim, Bai-nihu e Luofu. Todos esses lugares estavam, em regra, infestados de bandidos e desertores mas, actualmente, passaram a fazer parte da nossa base de apoio. A sua população não chega a 2.000 habitantes e a colheita de cereais não chega a 10.000 dans, de tal maneira que a totalidade dos cereais para o nosso exército tem de ser fornecida pelos distritos de Nincam, Ionsin e Sueitchuan. Todas as passagens estratégicas entre as montanhas estão fortificadas. Nas montanhas encontram-se também o nosso hospital, as oficinas de material para camas e fardamento, as oficinas de material militar e os serviços de re-taguada dos nossos regimentos. Actualmente, os cereais são transportados para as montanhas a partir de Nincam. Se o nosso reabastecimento em víveres estiver suficientemente assegurado, o inimigo nunca poderá penetrar na base de apoio. A segunda base, a das montanhas Quioulom, está situada nas fronteiras dos quatro distritos de Nincam, Ionsin, Lien--hua e Tchalim. Trata-se duma base menos importante que a das montanhas Tchincam, mas constitui a base mais recuada para as forças armadas locais dos quatro distritos, tendo-se igualmente realizado aí um trabalho de fortificação. O aproveitamento das dificuldades de terreno que caracterizam as regiões montanhosas é necessário à existência das bases vermelhas que se encontram cercadas pelo poder branco.

A QUESTÃO DA TERRA

A situação agrária na região fronteira. Dum modo geral, mais de 60% das terras estão entre as mãos dos senhores de terras, enquanto que cerca de 40% pertence aos camponeses. No Quiansi, a maior concentração da propriedade verifica-se no distrito de Sueitchuan, onde cerca de 80% das terras estão nas mãos dos senhores de terras. A seguir vem Ionsin com cerca de 70%. Em Van-an, Nincam e Lien-hua há mais camponeses-proprietários, mas os senhores de terras ainda detêm a maior parte das terras, isto é, cerca de 60 % do total, enquanto que os camponeses só possuem uns 40%. No Hunan, cerca de 70% das terras dos distritos de Tchalim e Lincien pertence aos senhores de terras.

A questão da classe intermédia. Dada a situação agrária, é possível conquistar o apoio da maioria da população para o confisco e a redistribuição de toda a terra⁷. Em termos gerais, a população no campo está dividida em três classes: a classe dos grandes e médios senhores de terras, a classe intermédia dos pequenos senhores de terras e camponeses ricos, e a classe dos camponeses médios e pobres. Os interesses dos camponeses ricos estão muitas vezes ligados aos dos pequenos senhores de terras. As terras dos camponeses ricos formam apenas uma pequena percentagem do total mas, se incluirmos as terras dos pequenos senhores de terras, o total é considerável. Provavelmente, esse é mais ou menos o caso em todo o país. A política agrária que se tem seguido nas regiões de fronteira é a do completo con-

fisco c integral redistribuição das terras; assim é que, nas regiões vermelhas, tanto a classe dos déspotas e nobres, como a classe intermédia, encontram-se simultaneamente atacadas. Essa é a nossa política*mas, na sua execução actual, temos encontrado sérios obstáculos, suscitados pela classe intermédia. Nos primeiros dias da revolução, a classe intermédia capitulou aparatosamente frente à classe dos camponeses pobres, mas, na realidade, ela tem-se servido da sua posição social tradicional e da sua autoridade de clã para intimidar os camponeses pobres, no intuito de adiar a distribuição das terras. Quando já não é possível recuar os prazos, ela oculta as suas propriedades reais ou então guarda as terras férteis para si, abandonando aos outros apenas as terras pobres. Nessa fase, os camponeses pobres, que se encontram sob a influência duma opressão secular e não têm confiança na vitória da revolução, cedem geralmente à argumentação da classe intermédia e não ousam agir vigorosamente contra ela. Nas aldeias, tal acção contra a classe intermédia só se realiza quando a revolução atinge o auge, por exemplo, quando o poder político é controlado em um ou mais distritos, quando o exército reaccionário sofre várias derrotas e a potência do Exército Vermelho é repetidamente demonstrada. É assim que, na parte sul do distrito de Ionsin, onde a classe intermédia é mais numerosa, constataram-se os casos mais graves de atraso na re-distribuição das terras e dissimulação da superfície real das propriedades. Com efeito, a redistribuição das terras só começou após a grande vitória do Exército Vermelho em Lom-ivan-cou, a 23 de Junho, quando os órgãos do poder no sub-

distrito puniram alguns indivíduos que tinham retardado essa redistribuição. A organização patriarcal feudal está ainda amplamente generalizada em cada distrito; frequentemente, toda uma aldeia, ou mesmo várias, tem o mesmo nome de família. Assim, torna-se necessário um período bastante longo para que se conclua o processo de diferenciação de classes, e se vença o espírito patriarcal nas aldeias.

A defecção da classe intermédia durante o terror branco. A classe intermédia, que foi objecto de ataques no período de expansão da revolução, vira imediatamente a casaca assim que se desencadeia o terror branco. Nos distritos de Ionsin e Nincam, foram justamente os pequenos senhores de terras e os camponeses ricos que serviram de guias às tropas reaccionárias no incêndio às casas dos camponeses revolucionários. Sob instruções dos reaccionários, os pequenos senhores de terras e os camponeses ricos incendiaram casas e prenderam gente, dando provas duma audácia pouco comum. Quando o Exército Vermelho regressou à região de Nincam, Sintothem, Cutchem e Lonchi, milhares de camponeses fugiram com os reaccionários até Ionsin, enganados que estavam pela propaganda destes últimos, segundo a qual o Partido Comunista massacrá-los-ia uns após outros. Só depois do nosso trabalho de propaganda, sob as palavras de ordem de “não matar os camponeses trânsfugas” e “boas vindas aos camponeses trânsfugas que regressam para fazer a colheita”, é que, pouco a pouco, foi regressando um certo número de camponeses.

Durante o período de refluxo da revolução em todo o país, o problema mais difícil que encontram as

bases revolucionárias é manter a classe intermédia. A principal razão da sua traição reside na dureza excessiva dos golpes que a revolução lhe infligiu. Todavia, quando a revolução está em auge por todo o país, os camponeses pobres sentem-se suficientemente apoiados para agir com mais coragem e a classe intermédia amedronta-se demais para tentar atitudes hostis. Quando a guerra entre Li Tsum-jen e Tam Chem-tchi ameaçava atingir o Hunan, os pequenos senhores de terras do distrito de Tcholim tentaram fazer as pazes com os camponeses, chegando alguns até a oferecer-lhes carne de porco pelo ano novo (muito embora nessa época o Exército Vermelho tivesse já saído de Tcholim para Sueitchuan). Mas tudo isso acabou com o fim da guerra. Agora, nas regiões brancas, com as vagas da contra-revolução rolando por todo o país, a classe intermédia, que sofrera os golpes da revolução, coloca-se quase inteiramente sob a dependência da classe dos déspotas e nobres. A classe dos camponeses pobres está isolada. Esse é de facto um problema dos mais sérios¹⁸. A defecção da classe intermédia sob o golpe das privações materiais. A oposição entre as regiões vermelhas e as regiões brancas transforma-as em dois países inimigos. Em consequência do bloqueio rigoroso estabelecido pelo adversário, e em resultado da nossa atitude inadequada em relação à pequena burguesia, o comércio entre essas duas regiões distintas ficou quase inteiramente interrompido; os artigos e os produtos de primeira necessidade, como o sal, os tecidos e os medicamentos, tornaram-se raros e encareceram, e os produtos agrícolas, como a madeira, o chá e os óleos

comestíveis, já não podem ser enviados para as regiões brancas, de maneira que o dinheiro deixou de ser recebido pelos camponeses, influyendo tudo isso sobre o conjunto da população. Os camponeses pobres podem ainda suportar tais dificuldades, mas a classe intermédia, quando já não aguenta, capitula diante da classe dos déspotas e nobres. Na China, se as cissões e as guerras cessarem no campo dos déspotas, nobres e caudilhos militares, se a revolução não progredir em todo o país, as bases vermelhas de pequena importância serão submetidas a uma pressão económica extremamente forte e a sua existência prolongada tornar-se-á problemática. Com efeito, a classe intermédia não é a única a não poder suportar semelhante pressão eco-nómica; chegará talvez um momento em que até os próprios operários, camponeses pobres e Exército Vermelho não poderão aguentá-la mais. Nos distritos de Ionsin e Nincam, não havia sal, e os tecidos e os medicamentos tinham desaparecido completamente; quanto ao resto, nem vale a pena falar. Actualmente, é possível encontrar sal à venda, mas extremamente caro, continuando a faltar tecidos e medicamentos. Não há sempre maneira de enviar para o exterior a madeira, o chá e os óleos comestíveis que se encontram em abundância em Nincam, no oeste de Ionsin e no norte do Sueitchuan (todas essas regiões fazem actualmente parte da nossa base revolucionária)¹⁹. Os critérios adoptados para a distribuição das terras. Para a distribuição das terras toma-se como unidade a circunscrição. Nas regiões muito montanhosas onde há poucas terras aráveis, por exemplo no sector de Siaoquiam, distrito de Ionsin, três ou

quatro circunscrições são tomadas como uma só unidade. Esses casos, porém, são extremamente raros. As terras são repartidas em partes iguais por todos os habitantes da aldeia — homens e mulheres, jovens e velhos. Actualmente, porém, segundo as modalidades estabelecidas pelo Comité Central, nós adoptámos o critério da capacidade de trabalho: os que são capazes de trabalhar recebem duas vezes mais terras do que os que não são 20.

A questão das concessões aos camponeses-proprietários. Essa questão não foi ainda examinada em detalhe. Entre os camponeses-proprietários, os camponeses ricos fazem a exigência seguinte: no momento da redistribuição das terras, há que tomar como critério as forças produtivas, quer dizer, há que dar mais terras àqueles que têm mais força de trabalho e mais capitais (instrumentos agrícolas, etc). Os camponeses ricos acham que tanto a redistribuição das terras por partes iguais como a que tem em conta a capacidade de trabalho são-lhes desvantajosas. Eles dizem-se prontos a fornecer um maior esforço, o qual, acrescido aos seus capitais, permitir-lhes-ia a obtenção de melhores colheitas. É por isso que não estão de acordo que se lhes atribua uma porção de terra igual a que se atribui aos camponeses em geral, sem aproveitar o seu esforço particular e o seu excedente de capitais (deixados assim sem utilização). Aqui, nós continuamos a conformar-nos às modalidades fixadas pelo Comité Central. A questão, porém, ainda exige exame, pelo que vos será enviado um relatório assim que tenhamos chegado a conclusões.

O imposto sobre as terras. O imposto lançado sobre a terra no distrito de Nincam eleva-se a vinte por cento da colheita, o que ultrapassa em cinco por cento a taxa prevista pelo Comité Central. Seria inoportuno modificá-lo agora, estando a cobrança em curso; a taxa será pois diminuída no próximo ano. Além disso, a parte dos distritos de Sueitchuan, Lincien e Ionsin que pertence à nossa base revolucionária forma uma região montanhosa onde os camponeses levam uma vida muito dura, razão por que convém não lançar aí esse imposto. Nós tomamos aos déspotas locais das regiões brancas as somas necessárias para cobrir as despesas do governo e da Guarda Vermelha. Pelo que respeita ao abastecimento do Exército Vermelho, provisoriamente nós obtemos arroz por meio do imposto lançado sobre a terra no distrito de Nincam; com relação ao dinheiro, faz-se igualmente com que paguem os déspotas locais. Em Outubro, durante uma incursão de guerrilhas no distrito de Sueitchuan, nós recolhemos mais de dez mil yuan. Esse dinheiro permitirá que nos aguentemos um certo tempo; depois, verse-á.

A QUESTÃO DO PODER POLÍTICO

O poder popular foi estabelecido por toda a parte à escala do distrito, do sub-distrito e da circunscrição, mas a sua denominação não corresponde ao que ele é na realidade. Em muitos pontos, não existem conselhos de representantes dos operários, camponeses e soldados. Os comités executivos de circuns

crição, de sub-distrito e mesmo de distrito, são eleitos numa espécie de comícios de massas. Esses comícios, convocados à pressa, não permitem o exame das questões e não podem servir para educar politicamente as massas. Por outro lado, em tais comícios, os intelectuais e os arrivistas levam facilmente a melhor. Em alguns pontos, os conselhos de representantes foram convocados mas não são considerados senão como órgãos provisórios, com a função essencial de eleger os comités executivos; após as eleições, todo o poder fica concentrado nas mãos dos comités e não se fala mais dos conselhos de representantes. Claro que não se pode dizer que não exista um só conselho de representantes dos operários, camponeses e soldados digno desse nome; simplesmente, os que existem são em número muitíssimo reduzido. Isso explica-se precisamente pela insuficiência da propaganda e do trabalho de educação relativo a esse novo sistema político. As más tradições da época feudal, com os seus métodos ditatoriais e arbitrários, estão profundamente enraizadas no espírito das massas e até dos simples membros do Partido, não podendo ser extirpadas de um só golpe. As pessoas querem resolver os problemas sem dores de cabeça, de modo que o sistema democrático, com todas as suas complicações, de maneira nenhuma lhes agrada. O sistema do centralismo democrático não se estabelecerá verdadeiramente por toda a parte, no interior das organizações de massas, senão quando tiver provado a sua eficácia na luta revolucionária, e quando as massas tiverem compreendido que ele pode mobilizar com o maior êxito as forças do povo e prestar-lhes a maior ajuda possível no combate.

Actualmente, nós estamos elaborando em detalhe a lei orgânica dos conselhos de representantes em todos os escalões (conformemente às grandes linhas definidas pelo Comité Central) e estamos a corrigir gradualmente os erros do passado. No Exército Vermelho, em todos os escalões, os conselhos de representantes dos soldados estão em vias de transformar-se em órgãos de funcionamento regular; nós corrigimos o nosso antigo erro de ter apenas comités de soldados e não conselhos de representantes dos soldados.

O que as massas populares entendem geralmente por “Governo dos Operários, Camponeses e Soldados” é o comité executivo, pois elas desconhecem ainda o poder do conselho de representantes e consideram que só o comité representa o poder real. Os comités executivos que não têm conselhos de representantes sobre que apoiar-se resolvem frequentemente as questões sem ter em conta as opiniões das massas; por todo o lado se pode constatar como eles são indecisos e inclinados ao compromisso quanto aos problemas de confisco e distribuição das terras, como esbanjam e desviam os fundos e como, por medo às forças brancas, não ousam combatê-las ou apenas o fazem com hesitações. Além disso, os comités executivos reúnem muito raramente em sessão plenária, sendo o seu comité permanente quem decide e resolve todos os assuntos. Nos comités de sub-distrito e de circunscrição, o próprio comité permanente também se reúne raramente, sendo os assuntos decididos e resolvidos directamente pelo presidente, secretário, tesoureiro ou pelo comandante do destacamento da Guarda Vermelha (ou do desta-

camamento de insurreição), quatro homens que trabalham em permanência no comité. Vê-se assim que, mesmo no trabalho dos órgãos governamentais, o centralismo democrático não entrou ainda nos hábitos.

Inicialmente, os pequenos senhores de terras e os camponeses ricos fazem todos os seus esforços para entrar nos comités governamentais, sobretudo à escala da circunscrição. Eles arvoram braçadeiras vermelhas, mostram-se atarefados, infiltram-se por astúcia nos comités governamentais, tomam tudo nas mãos e reduzem os membros que são camponeses pobres ao papel de simples figurantes. Esses indivíduos só poderão ser eliminados dos referidos comités se forem desmascarados no decorrer da luta e se os camponeses pobres se levantarem contra eles. Se bem que não se tenham generalizado, deram-se no entanto alguns casos desses em muitas localidades.

O Partido goza duma autoridade considerável junto das massas, mas a autoridade dos órgãos governamentais está longe de ser suficiente. Isso resulta do facto de, ao quererem simplificar o seu trabalho, os órgãos do Partido resolverem directamente um grande número de questões, passando por cima dos órgãos do poder. Semelhantes casos são muito frequentes. As organizações do Partido e da Liga da Juventude não existem em todos os órgãos do poder e, quando existem, não são suficientemente utilizadas. No futuro, o Partido deve desempenhar o papel dirigente nos órgãos do poder; salvo no domínio da propaganda, a política e as medidas adoptadas pelo Partido devem realizar-se por intermédio dos órgãos governamentais. Há que evitar a má

prática do Kuomintang de ditar as suas ordens directamente ao governo.

A QUESTÃO DA ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO

A luta contra o oportunismo. No período que precedeu e seguiu o Incidente de 21 de Maio, as organizações do Partido nos distritos da região de fronteira estavam, por assim dizer, inteiramente nas mãos dos oportunistas. Por ocasião da ofensiva da contra-revolução, raramente se lutou contra ela de maneira resoluta. Em Outubro do último ano, quando o Exército Vermelho (1º Regimento da 1ª Divisão do I Corpo do Exército Revolucionário dos Operários e Camponeses) chegou aos distritos da região de fronteira, não havia ali mais do que membros isolados do Partido, que se tinham escondido para escaparem às perseguições, e as organizações do Partido tinham sido completamente destruídas pelo inimigo. De Novembro último a Abril, procedeu-se à respectiva reconstituição e, a partir de Maio, elas registaram um grande desenvolvimento. Ainda mesmo neste último ano era possível encontrar por todo o lado manifestações de oportunismo no seio do Partido: assim que o inimigo se aproximava, um certo número de membros, que acusavam falta de firmeza na luta, iam esconder-se lá longe, nas montanhas, chamando a isso “pôr-se em emboscada”; outros, embora muito activos, lançavam-se em rebeliões sem senso. Tudo isso não era mais do que uma manifestação da ideologia pequeno-burguesa. A medida que a luta, ao prolongar-se, foi temperando as

pessoas, e graças à educação dada pelo Partido, os casos desse tipo diminuíram. Essas manifestações da ideologia pequeno-burguesa também se verificavam no Exército Vermelho. Sempre que o inimigo atacava, o que se propunha era lutar desesperadamente ou, então, fugir. Frequentemente, essas duas ideias eram apresentadas pelo mesmo indivíduo, durante as discussões sobre a acção militar. Foi somente depois duma luta prolongada no interior do Partido e depois que se aprenderam as lições dos factos objectivos — por exemplo, quando a luta desesperada provocou perdas e quando a fuga levou à derrota — que a situação melhorou progressivamente.

O regionalismo. A economia da região de fronteira é de tipo agrícola e, em certos pontos, en-contra-se ainda no estágio do pilão (nas regiões montanhosas, para o descasque de arroz, utiliza-se geralmente o pilão manual, em madeira; nos vales, usa-se frequentemente o pilão de pé, em pedra). Por toda a parte, a organização social tem por unidade de base o clã, que agrupa as famílias que têm um mesmo apelido. Nas organizações do Partido no campo, acontece frequentemente que os membros que têm o mesmo apelido agrupam-se em uma célula, em virtude do lugar onde habitam; a reunião de célula não é então mais do que um conselho de clã. Em tais circunstâncias, torna-se muito difícil formar um “partido bolchevique de combate”. As pessoas não compreendem muito bem como, para o Partido Comunista, não existem fronteiras de país ou de província; igualmente elas não compreendem que, para este, não existem limites de distrito, sub-distrito

ou circunscrição. O regionalismo afecta fortemente as relações entre os distritos, entre os sub-distritos e até entre as circunscrições dum mesmo distrito. Para eliminar o regionalismo, os argumentos podem dar, no máximo, certos resultados limitados, mas a opressão pelas forças brancas, que não se limita apenas a uma única região, faz muito. Por exemplo, só quando as “campanhas conjuntas de aniquilamento”, realizadas pela contra-revolução nas duas províncias, derem ao povo o sentido do interesse comum na luta, é que será possível eliminar progressivamente o regionalismo. É graças a muitas lições desse tipo que as manifestações de regionalismo tendem a diminuir.

O problema da população autóctone e dos imigrantes originários doutras regiões. Nos distritos da região de fronteira, existe ainda um problema particular: é o fosso que separa a população autóctone da população originária doutras regiões. Entre os antigos habitantes da região e os que, há alguns séculos, vieram do Norte para aí se estabelecerem, existe um fosso profundo e até mesmo uma violenta hostilidade, cujas razões são históricas e que degenera, por vezes, em luta encarniçada. Esses imigrantes doutras regiões, disseminados pelas fronteiras do Fuquien e do Quantum, ao longo dos limites do Hunan com o Quiansi, até ao sul do Hupei, chegam a vários milhões. Empurrados para as montanhas e oprimidos pelos autóctones que ocupam as planícies, eles estão, desde o início, privados de direitos políticos. Se acolheram com alegria a revolução nacional de 1926-1927, foi porque acreditavam que iam começar tempos melhores. A revolução, porém, fracassou e eles con

tinham oprimidos pelos autóctones. Na nossa região, nos distritos de Nincam, Sueitchuan, Lincien e Tchalim, choca-se sempre com o problema das relações entre os autóctones e a população que veio de fora; a questão surge com uma acuidade particular no distrito de Nincam. Em 1926-1927, os elementos revolucionários da população autóctone do distrito de Nincam juntaram-se aos elementos originários das outras regiões e, sob a direcção do Partido Comunista, derrubaram o poder político dos déspotas e nobres autóctones e tomaram o poder em todo o distrito. Em Junho do último ano, o governo de Quiansi, dirigido por Tchu Pei-te, voltou-se contra a revolução e, em Setembro, os déspotas e nobres serviram de guias ao exército de Tchu Pei-te na sua “expedição punitiva” contra Nincam e provocaram novos conflitos entre os autóctones e os elementos vindos de fora. Logicamente, o fosso entre autóctones e originários das outras regiões não deveria existir nas fileiras das classes exploradas, dos operários e camponeses e muito menos ainda nas filas do Partido Comunista. Contudo, na realidade, sob o efeito de preconceitos muito antigos, esse fosso continua a existir. Foi assim que, em Agosto, por ocasião da nossa derrota na região da fronteira, os déspotas e os nobres autóctones voltaram a Nincam com as tropas reaccionárias, propagando o rumor de que os originários das outras regiões iam matar os autóctones. Face a isso, a maioria dos camponeses autóctones passou-se para o campo oposto, arvorando braçadeiras brancas e servindo de guia às tropas brancas no incêndio de casas e rusgas nas montanhas. Em contrapartida, quando, em

Outubro e Novembro, o Exército Vermelho esmagou as tropas brancas, os camponeses autóctones fugiram com os reaccionários, e os camponeses originários das outras regiões apossaram-se dos bens dos camponeses autóctones. Essa situação reflectiu-se no seio do Partido onde, muitas vezes, deu lugar a conflitos sem sentido. As nossas medidas para chegar a uma solução consistem por um lado em propagar as palavras de ordem seguintes: “Não matar os camponeses trânsfugas” e “Os camponeses trânsfugas, assim que regressarem, receberão terras como os demais camponeses”. Tudo isso era para ajudá-los a libertar-se da influência dos déspotas e nobres, bem como para ajudá-los a regressar tranquilamente às suas casas. Por outro lado, as medidas adoptadas consistem em ordenar, por intermédio dos nossos governos de distrito, que os camponeses originários das outras regiões restituam os bens confiscados aos seus respectivos proprietários e, ainda por seu intermédio, em afixar avisos dizendo que os camponeses autóctones serão protegidos. No seio do Partido, o nosso trabalho de educação deve ser reforçado, a fim de assegurar a coesão entre os membros do Partido que pertençam a este ou àquele dos dois grupos.

A defecção dos arrivistas. No momento do avanço da revolução (Junho), muitos arrivistas, aproveitando-se do facto de o recrutamento dos membros do Partido se fazer às claras, conseguiram infiltrar-se nas nossas fileiras: os efectivos do Partido na região de fronteira ultrapassaram rapidamente os dez mil. Como os responsáveis das células e dos comités de sub-distrito eram, na sua maioria, membros novos, não foi possível realizar uma boa

educação política no seio do Partido. Com o terror branco, os elementos arrivistas viraram a casaca e entregaram os nossos camaradas aos reaccionários, o que arrastou o desmoronamento dum grande parte das organizações do Partido nas regiões brancas. Depois de Setembro, nós começámos uma depuração enérgica do Partido, e a qualidade de membro foi submetida a condições rigorosas, no que respeita à situação de classe. Nos distritos de Ionsin e Nincam, as organizações do Partido foram todas dissolvidas, efectuando-se uma re-inscrição dos aderentes. O número de membros do Partido diminuiu então consideravelmente, mas a capacidade de combate deste ficou aumentada. Antigamente, todas as organizações do Partido agiam às claras mas, depois de Setembro, começámos a criar organizações clandestinas, capazes de actuar mesmo após a chegada das forças reaccionárias. Ao mesmo tempo, esforçámo-nos por todos os meios em penetrar nas regiões brancas, a fim de actuarmos no próprio campo do inimigo. Todavia, as condições para um estabelecimento das organizações do Partido ainda não existem nas cidades vizinhas; primeiro, porque o inimigo é relativamente forte nas cidades e, segundo, porque quando as nossas tropas ocuparam essas cidades, elas prejudicaram fortemente os interesses da burguesia, de tal maneira que os membros do Partido encontram dificuldades em manter-se aí. Actualmente, nós estamos a corrigir esses erros e esforçamo-nos por criar organizações nas cidades, mas não obtivemos, até agora, mais do que fracos resultados.

Os órgãos dirigentes do Partido. O birô de célula passou a chamar-se comité de célula. Acima da

célula existe um comité de sub-distrito e acima do comité de sub-distrito existe um comité de distrito. Ali onde as circunstâncias particulares o exigem, cria-se um comité de região especial, como elo entre os comités de sub-distrito e os de distrito. É o caso, por exemplo, das duas regiões especiais, uma controlando o norte e a outra, o sudeste do mesmo distrito de Ionsin. Em toda a região de fronteira, existem cinco comités de distrito, em Nincam, Ionsin, Lien--hua, Sueitchuan e Lincien. Antigamente, existia ainda um comité de distrito em Tchalm, mas, como o trabalho aí não avançava, a maior parte das múltiplas organizações criadas durante o Inverno e a Primavera últimos foi destruída pelas forças brancas, limitando--se o trabalho do comité, nos últimos seis meses, às regiões montanhosas contíguas aos distritos de Nincam e Ionsin. Foi por isso que o Comité de distrito de Tchalm foi transformado em comité de região especial. Para atingir os distritos de Lucien e Anjen, há que passar por Tchalm; nós enviámos gente para lá que voltou sem ter obtido sucesso. Quanto ao Comité de distrito de Van-an, com o qual tivemos em Janeiro último uma reunião conjunta, no Sueitchuan, acontece que ficou cortado de nós pelas forças brancas durante mais de meio ano. Apenas conseguimos restabelecer o contacto uma vez, em Setembro, quando, durante as acções de guerrilhas, o Exército Vermelho atingiu Van-an. Houve oitenta camponeses revolucionários que, juntamente com os nossos destacamentos, abandonaram essa região e chegaram às montanhas Tchincam, onde passaram a constituir a Guarda Vermelha de Van-an. No distrito de Anfu não existem organizações do

Partido. O distrito de Qui-an é vizinho do de Ionsin, mas o Comité de distrito em Qui-an apenas contactou por duas vezes connosco e não nos prestou qualquer ajuda, facto que muito nos surpreende. Na zona de Chatien, distrito de Cueitum, a redistribuição das terras foi realizada por duas vezes, em Março e Agosto, tendo-se criado organizações do Partido que se encontram sob a autoridade do Comité Especial para o sul do Hunan, o qual tem como centro Lon-cicheltum. Os comités de distrito estão sob a autoridade do Comité Especial da Região Fronteira Hunan-Quiansi. A 20 de Maio, na aldeia de Maopim, distrito de Nincam, realizou-se a primeira conferência da organização do Partido da região de fronteira. Essa conferência elegeu o primeiro comité especial, composto de vinte e três membros, tendo como secretário Mao Tsetung. Em Julho, o Comité Provincial do Partido no Hunan enviou Iam Cai-mim como secretário interino. Em Setembro, Iam Cai-mim adoeceu e essa função foi atribuída a Tan Tchen-lin. Em Agosto, quando o destacamento principal do Exército Vermelho se dirigiu para o sul do Hunan e as forças brancas começaram a exercer uma forte pressão sobre a região de fronteira, realizámos uma reunião extraordinária em Ionsin. Quando o Exército Vermelho regressou a Nincam, em Outubro, a segunda conferência da organização do Partido da região de fronteira foi convocada para Maopim. Nessa conferência, que se iniciou no dia 14 de Outubro e durou três dias, adoptou-se a resolução “Os Problemas Políticos e as Tarefas da Organização do Partido na Região de Fronteira” e tomaram-se várias decisões. A conferência elegeu o segundo comité especial,

composto de dezanove membros: Tan Tchen-lin, Tchu Te, Tchen Yi, Lom Tchao-tchin, Tchu Tchan-tchie, Liu Tien-tsien, Iuan Pan-tchu, Tan Se-tsum, Tan Pim, Li Tchiué-fei, Som Yi-iue, Iuan Ven-tsai, Vam Tsuo-num, Tchen Djem-jen, Mao Tsetung, Uan Si-sien, Vam Tsuo, Iam Cai-mim e Ho Tim-im. Elegeram-se cinco membros para o comité permanente, ficando Tan Tchen-lin (operário) como secretário, e Tchen Djem-jen (intelectual) como secretário adjunto. No dia 14 de Novembro reuniu-se o Sexto Congresso da Organização do Partido no IV Corpo do Exército Vermelho, o qual elegeu um comité do exército composto de vinte e três membros e um comité permanente de cinco membros, sendo Tchu Te o secretário. O Comité Especial e o Comité do Exército dependem do Comité da Frente. Reorganizado em 6 de Novembro, este compreende cinco membros designados pelo Comité Central: Mao Tsetung, Tchu Te, o secretário da organização local do Partido (Tan Tchen-lin), um camarada operário (Som Tchiao-chem), um camarada camponês (Mao Co-ven), sendo Mao Tsetung o secretário. No seio do Comité da Frente foram criados, provisoriamente, um secretariado, uma secção de propaganda, uma secção de organização, uma comissão para o movimento dos operários e pequenos funcionários, e uma comissão militar. O Comité da Frente dirige as organizações locais do Partido. A necessidade da existência dum comité especial do Partido subsiste, pois acontece que, por vezes, o Comité da Frente se desloca com as tropas. Nós estamos conscientes de que a direcção ideológica do proletariado é de importância capital. As organizações do Partido nos

distritos da região de fronteira compõem-se quase inteiramente de camponeses e, sem uma direcção ideológica do proletariado, elas podem embrenhar-se numa via falsa. Além de ser necessário prestar uma grande atenção ao movimento dos operários e pequenos funcionários nas sedes de distrito e nas vilas, nós devemos aumentar a percentagem dos operários nos órgãos do poder. É igualmente indispensável aumentar a percentagem de representantes dos operários e camponeses pobres em todos os órgãos de direcção do Partido.

A QUESTÃO DO CARÁCTER DA REVOLUÇÃO

Nós estamos inteiramente de acordo com as decisões da Internacional Comunista sobre a China. Actualmente, a China ainda não está, de facto, senão na etapa da revolução democrática burguesa. O programa duma revolução democrática consequente na China compreende, em política exterior, a derrocada do imperialismo e a libertação nacional total, enquanto que, em política interior, compreende a liquidação do poderio e da influência da burguesia compradora nas cidades, a conclusão da revolução agrária, a abolição das relações feudais no campo e a derrocada do governo dos caudilhos militares. Só por meio dessa revolução democrática se poderá estabelecer uma base real para a passagem ao socialismo. Nos combates travados em diversos pontos desde há um ano, nós sentimos profundamente o refluxo da revolução em todo o país. Por um lado, vemos que o

poder vermelho subsiste em uns tantos pequenos territórios e, por outro, vemos que o povo ainda se encontra privado dos direitos democráticos fundamentais: os operários, os camponeses e, inclusivamente, os círculos democráticos da burguesia não têm liberdade de palavra nem de reunião; quanto à adesão ao Partido Comunista, ela é considerada como o maior dos crimes. Quando o Exército Vermelho chega a um lugar, ele encontra as massas numa morna inacção; só depois dum trabalho de propaganda é que se vêem as populações começar a agir. Sejam quais forem as forças inimigas que se nos oponham, nós devemos dar-lhes um encarniçado combate; por assim dizer, não houve a nosso favor um só exemplo de deserção ou amotinação no seio do exército inimigo. A situação é a mesma para o VI Corpo do adversário, muito embora seja este quem tenha recrutado o maior número de “amotinados”, após o Incidente de 21 de Maio. Nós sentimos profundamente o nosso isolamento mas esperamos sair-nos dele a todo o momento. Para que a revolução entre num período de avanço impetuoso à escala nacional, torna-se necessário desencadear uma luta política e económica pela democracia, luta em que também participará a pequena burguesia urbana.

No que respeita à nossa política em relação à pequena burguesia, nós aplicámo-la relativamente bem até Fevereiro do ano corrente. Em Março, o representante do Comité Especial do Partido para o sul do Hunan veio a Nincam e criticou-nos por, segundo ele, termos feito um pronunciado desvio à direita, termos incendiado pouco e termos procedido a muito poucas execuções, bem como por não termos

aplicado a política de “proletarização dos pequeno-burgueses, para constrangê-los a fazer a revolução”. Em resultado disso, a direcção do Comité da Frente foi reorganizada e a nossa política mudou. Sm Abril, assim que o exército chegou à região de fronteira, nós incendiámos e executámos pouco, como no passado, mas procedemos, com rigor extremo, ao confisco dos bens dos negociantes médios, na cidade, assim como à arrecadação de contribuições impostas aos pequenos senhores de terras e aos camponeses ricos, no campo. A palavra de ordem do Comité Especial do Partido para o sul do Hunan: “Todas as empresas para os operários” também foi amplamente difundida. Essa política ultra-esquerdista, que golpeava a pequena burguesia, empurrou a maior parte desta para o campo dos déspotas e nobres. Essa fracção da pequena burguesia arvorou braçadeiras brancas e deu-nos combate. Nos últimos tempos, com as modificações progressivas da nossa política, a situação foi melhorando aos poucos. Nós obtivemos bons resultados, sobretudo no distrito de Sueitchuan, onde os comerciantes da sede do distrito e os dos burgos já não nos temem nem nos evitam; um bom número deles até diz bem do Exército Vermelho. A feira de Tsaolin, que se abre às doze horas em cada três dias, atrai actualmente cerca de vinte mil pessoas, facto que nunca se havia produzido. Isso prova que a nossa política tomou uma direcção justa. Os impostos e as contribuições exigidos às populações pelos déspotas e nobres eram muito pesados: o destacamento de pacificação²¹ de Sueitchuan cobrava cinco portagens num percurso de setenta lis, entre Huam-hao e Tsaolin, e nenhum produto agrícola estava isento disso. Nós

desmantelámos esse destacamento e suprimimos as referidas imposições, em resultado do que nos assegurámos do apoio de todos os camponeses e comerciantes médios e pequenos.

Dado que o Comité Central nos diz que publiquemos um programa político tendo em conta os interesses da pequena burguesia, nós propomos-lhe que elabore, como guia geral para as direcções locais, um programa político para o conjunto da revolução democrática, tendo em conta os interesses dos operários e incluindo a revolução agrária e a libertação nacional.

Um traço específico da revolução na China, país onde predomina a economia agrícola, é o recurso à acção militar para desenvolver a insurreição. Nós sugerimos ao Comité Central que consagre a maior atenção ao problema militar.

A QUESTÃO DA LOCALIZAÇÃO DA BASE REVOLUCIONÁRIA

O território que vai desde o norte do Cuantum, ao longo da fronteira do Hunan com o Quiansi, até ao sul do Hupéi, faz inteiramente parte das montanhas Luocio. Nós percorremos toda essa cadeia de montanhas, e a comparação entre as suas diferentes partes mostrou que a parte central, à volta de Nincam, constituía a região mais favorável ao estabelecimento da nossa base revolucionária armada. A parte norte apresenta um relevo que se presta menos ao ataque ou à defesa do que a parte central; além disso, está muito próxima dos grandes centros políticos. Se não prevemos a ocupação rápida de Tchancha ou de

Vuhan, corre-se um grande risco ao desdobrar a maior parte das nossas forças no território que agrupa os distritos de Liuiam, Lilim, Pinsiam e Toncu. Na parte sul, o relevo é mais favorável do que na parte norte, mas aí nós dispomos duma base de massas que não é tão boa como a da parte central; as nossas possibilidades de aí exercer uma influência política sobre o Hunan e o Quiansi são mais limitadas que no centro, onde cada uma das nossas acções pode ter influência sobre as regiões setentrionais das duas províncias. As vantagens da parte central das montanhas Luocio são as seguintes: (1) Apoio das massas populares com as quais trabalhamos há mais de um ano. (2) Existência duma organização do Partido relativamente forte. (3) Presença de forças armadas locais criadas desde há mais de um ano e possuindo já uma rica experiência de combate, o que constitui um facto raro; com o IV Corpo do Exército Vermelho, tais forças constituem uma força que nenhum adversário poderá destruir. (4) Existência duma base militar muito boa, as montanhas Tchincam, bem como de bases de apoio, em todos os distritos, para as forças armadas locais. (5) Possibilidade de exercer uma influência nas duas províncias como também sobre as suas partes setentrionais; comparada com o sul do Hunan ou com o sul do Quiansi, donde não se pode influenciar mais do que uma só província, e isso apenas no sul e nas regiões mais recuadas desta, a parte central das montanhas Luocio é duma importância política muito maior. A desvantagem da parte central consiste no facto de ter de fazer face a grandes dificuldades económicas, sobretudo a falta de dinheiro líquido, o que se explica pela circun-

stância dessa base existir há muito tempo e o inimigo ter concentrado à volta dela importantes forças de “cerco e aniquilamento”.

No espaço de algumas semanas, em Junho e Julho, o Comité do Partido no Hunan modificou por três vezes a sua posição sobre o plano de acção na nossa região. Primeiro, foi luan Te-chem que veio ver-nos. Ele aprovou o nosso plano relativo ao estabelecimento do poder político na parte central das montanhas Luocio. Depois, tivemos uma segunda visita, Tu Siu-quim e Iam Cai-mim, os quais propuseram que o Exército Vermelho se dirigisse sem hesitações para o sul do Hunan, não deixando mais duma força de duzentas espingardas que, com os destacamentos da Guarda Vermelha, teriam de assegurar a defesa da região de fronteira: essa era, segundo eles, a linha “absolutamente justa”. Posteriormente, apenas dez dias depois, vimos regressar luan Te-chem. Na carta que nos trazia, além das numerosas censuras que nos eram feitas, pedia-se que nos dirigíssemos com o Exército Vermelho para o leste do Hunan, o que, diziam mais uma vez, era a linha “absolutamente justa”, segundo a qual se tornava necessário agir, e “sem a menor hesitação”. Com instruções assim tão categóricas, estávamos diante dum dilema: não obedecer, seria violar instruções; obedecer, seria correr seguramente para a derrota. Quando da recepção da segunda carta, convocou-se uma sessão conjunta do Comité do Exército, do Comité Especial e do Comité do Partido do distrito de Ionsin. A marcha sobre o sul do Hunan foi declarada perigosa e decidiu-se que não se aplicariam as instruções do comité provincial. Alguns dias mais tarde, Tu Siu-quim e

Iam Cai-mim, agarrando-se obstinadamente ao ponto de vista do comité provincial e aproveitando o estado de espírito dos soldados do 29o Regimento, os quais desejavam regressar às suas aldeias de origem, levaram o Exército Vermelho a atacar Tsendjou, o que redundou numa derrota, tanto para a região fronteira como para o Exército Vermelho. O Exército Vermelho perdeu cerca de metade dos seus efectivos, enquanto que na região fronteira foram incendiadas inúmeras casas e massacrada uma quantidade enorme de pessoas. Um após outro, o adversário ocupou os diversos distritos e, até hoje, ainda não conseguimos recuperá-los todos. Quanto a um avanço sobre o leste do Hunan, de nenhuma maneira deveriam empenhar-se nisso as forças principais do Exército Vermelho, enquanto não se produzir uma cissão no regime dos déspotas e nobres no Hunan, no Hupei e no Quiansi. Se não nos tivéssemos deslocado no mês de Julho para o sul do Hunan, não só poderíamos ter evitado a derrota de Agosto, na região fronteira, como também teríamos aproveitado o combate entre o VI Corpo do Kuomintang e as tropas de Vam Tchiun em Tchanchu, no Quiansi, para esmagar as forças do adversário em Ionsin, e ocupar os distritos de Qui-an e Anfu, facto que teria permitido às nossas unidades de vanguarda que atingissem Pinsiam e estabelecessem contacto com o V Corpo do Exército Vermelho, em acção na parte norte da cadeia de montanhas Luocio. Mas mesmo nesse caso, nós deveríamos ter mantido como nosso grande quartel general Nincam, e não enviar para o leste do Hunan mais do que simples destacamentos de guerrilhas. Uma vez que ainda não tinham

começado os combates no campo dos déspotas e nobres, e dado que forças importantes do inimigo ainda se encontravam nos distritos de Pinsiam, Tcholim e Lucien, na fronteira do Hunan, a transferência das nossas forças principais para o Norte teria sido seguramente explorada pelo adversário. O Comité Central exige-nos que consideremos a marcha para o leste ou sul do Hunan, mas a realização desse plano apresentaria graves perigos. É verdade que nós não tentámos realizar a variante do leste, mas a experiência do sul do Hunan foi plenamente convincente. Essa experiência amarga merece não ser esquecida.

No momento actual, ainda não se produziu uma cissão no regime da classe dos déspotas e nobres, e as forças inimigas, que cercam a região de fronteira e se entregam a “expedições punitivas” contra nós, continuam a ultrapassar, no todo, os efectivos de dez regimentos. Contudo, se no futuro conseguirmos resolver o problema do dinheiro líquido (os cereais e as roupas já não constituem um grande problema) poderemos, apoiados nas bases que estabelecemos durante o nosso trabalho na região fronteira, vencer essas forças e mesmo vencer forças inimigas ainda maiores. A partida do Exército Vermelho pode arrastar novas e imediatas devastações para a região fronteira, como aconteceu no mês de Agosto. Mesmo se os destacamentos da Guarda Vermelha não forem totalmente aniquilados, as organizações do Partido e a nossa base de massas serão submetidas a uma destruição selvagem e, excepto em certos sectores, montanhosos, da base revolucionária, deve-

remos passar em todo o lado, nas planícies, à claudestividade, como em Agosto e em Setembro. Mas se, pelo contrário, o Exército Vermelho permanece aqui, nós podemos, apoiados nas bases que lançámos, estender progressivamente o nosso território em todas as direcções, sendo encorajantes as perspectivas a esse respeito. Pelo que respeita ao Exército Vermelho, ele só pode desenvolver-se na medida em que dê um combate prolongado ao adversário na região que rodeia as montanhas Tchincam, onde existe uma base de massas, isto é, nos quatro distritos de Nincam, Ionsin, Lincien e Sueitchuan. Para isso, ele deverá explorar as divergências de interesses entre os grupos inimigos no Hunan e no Quiansi e a impossibilidade em que se encontra o adversário de concentrar as suas forças, em virtude de ter de proteger-se por todos os lados contra o risco dum ataque. Nós podemos aumentar progressivamente as forças do Exército Vermelho, recorrendo a uma táctica justa e não dando combate a não ser quando estamos seguros de vencer, de fazer prisioneiros e capturar material inimigo. Considerado o trabalho preparatório realizado entre as massas populares da região fronteiriça, desde Abril até Julho, o Exército Vermelho poderia ter aumentado seguramente as suas forças, em Agosto, se não tivesse deixado o seu destacamento principal partir para o sul do Hunan. Apesar dessa falta, o Exército Vermelho conseguiu voltar à região fronteiriça, onde o relevo e a população lhe são favoráveis; desta maneira, as perspectivas não são assim tão más. Ele não poderá aumentar o seu armamento e formar bons combatentes se não estiver decidido a lutar, se não tiver a coragem

de se empenhar em combates prolongados numa região como a de fronteira. Faz já um ano que a bandeira vermelha flutua sobre a região fronteiriça; ela suscita o ódio da classe dos déspotas e nobres do Hunan, Hupei, Quiansi e mesmo do país inteiro; mas, ao mesmo tempo, ela transforma-se progressivamente na esperança das massas de operários, camponeses e soldados das províncias vizinhas. O facto de os caudilhos militares considerarem a campanha de “exterminação dos bandidos” na região de fronteira como uma das suas tarefas maiores e fazerem declarações como: “Nós gastámos um milhão de yuan durante um ano de campanha de exterminação dos bandidos” (Lu Ti-pim), “Eles são vinte mil e armados com cinco mil espingardas” (Vam Tchiun), fez com que a atenção dos seus soldados e oficiais subalternos, que não encontram uma saída para a sua situação, se fosse dirigindo progressivamente sobre nós. Assim, esses soldados e oficiais hão-de vir em número cada vez maior para o nosso lado, o que constituirá uma outra fonte de crescimento para os efectivos do Exército Vermelho. Além disso, o facto de a bandeira vermelha continuar a flutuar na região de fronteira, testemunha, não apenas a força do Partido Comunista, mas ainda a falência das classes dominantes, o que é de grande importância na situação política em todo o país. Eis a razão por que temos sempre sustentado que é absolutamente indispensável e justo instaurar e estender o nosso poder político pela parte central das montanhas Luociao.

NOTAS

1 Guerra desenrolada em Outubro dc 1927.

2 Guerra desenrolada em Novembro — Dezembro de 1927.

3 O sistema dc conselhos dc representantes dos soldados e comités dc soldados foi posteriormente abolido. Contudo, a partir dc 1947, foi introduzido o sistema de conferências de militares e comités de soldados dirigidos pelos quadros do exército.

4 Trata-se das tropas que originariamente estavam sob comando dos camaradas Ie Tim (ver nota 14) e Ho Lom, que se tinham sublevado em Nantcham, no dia 1 de Agosto de 1927. Após a derrota dessas tropas na ofensiva contra Tchao-djou e Xantou, uma parte delas, comandada pelos camaradas Tchu Te, Tchen Yi e outros, retirou-se do Cuantum em direcção ao sul do Hunan, via Quiansi, a fim de passar à guerra de guerrilhas. Em Abril de 1928, essas unidades chegaram às montanhas Tchincam e juntaram-se às unidades comandadas peio camarada Mao Tsetung.

5 Na sua maioria, os quadros do Regimento de Guardas do Governo Nacional de Vutcham, na época da revolução em 1927, eram membros do Partido Comunista. Depois que Uam Tsim-vei e outros traíram a revolução, esse regimento, no final de Julho de 1927, saiu dc Vutcham para juntar-se às forças da Insurreição de Nantcham. A meio do caminho, porém, tendo sabido que as unidades sublevadas haviam partido para o Sul, o regimento dirigiu-se para o distrito de Siouchuei, onde sc juntou aos destacamentos camponeses dos distritos de Pinquiam e Liuiam, província de Hunan.

6 Durante a Primavera dc 1927, na região de Pinquiam e Liuiam, província de Hunan, formaram-se vários destacamentos de camponeses armados, relativamente possantes. No dia 21 de Maio, Chiu Quei-siam organizou um motim contra--revolucionário cm Tchancha e massacrou barbaramente as massas revolucionárias. No dia 31 de Maio, os destacamentos camponeses marcharam sobre Tchancha para vibrarem um golpe nos contra-revolucionários, mas a sua progressão foi impedida pelo oportunista Tchen Tu-siu, e arrepiaram caminho. Desses destacamentos camponeses resultou,

a breve trecho, a formação de um regimento independente que passou à guerra de guerrilhas. Após a Insurreição dc Nantcham, a 1 de Agosto de 1927, na região de Siouchuei, Toncu, Pinquiam e Liuiam, esses destacamentos operaram uma junção com o antigo Regimento de Guardas do Governo Nacional de Vutcham. Em co-ordenação com as forças armadas dos mineiros de Pinsiã, eles desencadearam a Insurreição da Colheita de Outono. Em Outubro, conduzidos pelo camarada Mao Tsetung, os destacamentos insurreccionais chegaram às montanhas Tchincam.

7 Nos começos de 1928, quando o camarada Tchu Te dirigia a guerra dc guerrilhas revolucionária no sul do Hunan, constituíram-se destacamentos camponeses nos distritos de Itchan, Tsendjou, Lei-iam, Ioncim e Tsecim, regiões onde se havia já estabelecido uma base para o movimento camponês. Posteriormente, sob a direcção do camarada Tchu Te, os destacamentos atingiram as montanhas Tchincam e jun-taram-se às tropas do camarada Mao Tsetung.

8 Chueicouxan, distrito de Tchannim, província do Hunan, é uma região montanhosa onde existem importantes jazidas de chumbo. Desde 1922 que os mineiros de Chueicouxan tinham organizado, sob direcção do Partido Comunista, um sindicato; eles combateram a contra-revolução durante anos. Depois da Insurreição da Colheita de Outono, em 1927, numerosos foram os mineiros que sc incorporaram no Exército Vermelho.

9 As minas de carvão de An-ian, distrito de Pinsiã, província do Quiansi, faziam parte do complexo siderúrgico Han-Ie-Pim. Nessa época, havia 12.000 mineiros cm An-ian. Desde 1921 que o Comité Provincial do Partido Comunista da China no Hunan tinha enviado para ali vários quadros, a fim de que trabalhassem no seio dos mineiros, sendo posteriormente criada uma organização do Partido e um sindicato.

10 A partir de 1929, os representantes do Partido no Exército Vermelho passaram a chamar-se comissários políticos. Depois, a partir de 1931, os comissários políticos nas companhias passaram a chamar-se instrutores políticos.

11 Era apenas uma medida provisória para cobrir uma parte das despesas do exército. Quando o exército cresceu e o território

se alargou, tornou-se ao mesmo tempo possível e necessário fixar contribuições por parte da população, de maneira a garantir a manutenção das tropas.

12 Essa regra praticou-se durante muito tempo no seio do Exército Vermelho, o que então era muito necessário. Mais tarde, porém, foram introduzidas algumas diferenciações, em ligação com os cargos.

13 Aqui, o camarada Mao Tsetung sublinha muito particularmente a necessidade dum regime democrático no exército revolucionário, pois, sem isso, seria impossível, nos primeiros tempos do Exército Vermelho, despertar o entusiasmo revolucionário dos camponeses incorporados pela primeira vez no exército, bem como dos soldados que, capturados ao exército branco, se tinham juntado às nossas fileiras; e do mesmo modo seria impossível, para os nossos quadros, desembaraçarem-se dos hábitos militaristas característicos do exército reaccionário. Claro que o regime democrático no exército não se admitia fora dos limites traçados pela disciplina militar; ele devia contribuir para o reforço e não para o relaxamento de tal disciplina. É assim que, ao mesmo tempo que se encorajava o espírito democrático indispensável no exército, tornava-se necessário lutar contra as infracções à disciplina engendradas por um espírito ultra-democrático, e cujas manifestações constituíram um sério problema no período inicial do Exército Vermelho. Sobre a luta travada pelo camarada Mao Tsetung contra o ultra-democratismo no exército, ver “Sobre a Eliminação das Concepções Erradas no Seio do Partido”.

14 As unidades sob o comando do camarada Le Tim constituíam, em 1926, por alturas da Expedição do Norte, em cujos combates se ilustraram, um regimento independente em que a ossatura era formada por comunistas. Depois da tomada de Vutcham pelo exército revolucionário, essas unidades aumentaram e transformaram-se na 24a Divisão e, após a Insurreição de Nantcham, passaram a formar o XI Corpo.

15 Com efeito, o que convinha era manter no Exército Vermelho uma proporção de membros do Partido sensivelmente igual ao terço dos efectivos totais; essa foi a proporção que depois se atingiu praticamente, tanto no Exército Vermelho como no Exército Popu-

lar de Libertação.

16 No dia 21 de Maio de 1927, instigados por Tchiang Kai-chek e Uam Tsim-vei, os comandantes dos exércitos contra-revolucionários do Kuomintang no Hunan — Chiu Quei-siam, Ho Quiem e outros — fizeram uma incursão, em Tchancha, contra a União Sindical do Hunan, a Associação Camponesa do Hunan e todas as organizações revolucionárias. Eles entregaram-se a uma repressão selvagem contra os comunistas e as massas de operários e camponeses revolucionários. Esses acontecimentos, conhecidos sob o nome de Incidente de 21 de Maio, foram o sinal da coalizão aberta dos contra-revolucionários do Kuomintang em Vuhan, dirigidos por Uam Tsim-vei, com os contra-revolucionários de Nanquim, comandados por Tchiang Kai-chek.

17 Trata-se duma disposição da Lei Agrária introduzida em 1925 na região fronteiriça Hunan-Quiansi. Posteriormente, o camarada Mao Tsetung indicou que o confisco de todas as terras, não apenas o das terras dos senhores de terras, era um erro devido à falta de experiência na luta agrária. Em Abril de 1929, na Lei Agrária do distrito de Sincuo, a fórmula “confisco de todas as terras” foi substituída pela fórmula “confisco das terras públicas e das terras dos senhores de terras”.

18 Avaliando quão importante era conquistar a classe intermédia das regiões rurais, o camarada Mao Tsetung corrigiu rapidamente a política errada que vibrava a esta golpes muito violentos. Os pontos de vista do camarada Mao Tsetung com respeito à política relativa à classe intermédia estão igualmente expostos nas teses que apresentou ao Sexto Congresso da Organização do Partido no IV Corpo do Exército Vermelho, em Novembro de 1928, teses onde se realçam, em particular, os pontos seguintes: “interdição de passar inconsideradamente a incêndios e a execuções”, “defesa dos interesses dos comerciantes médios e pequenos”; no apelo lançado pelo IV Corpo do Exército Vermelho, em Janeiro de 1929, o qual dizia nomeadamente: “Desde que obedçam às autoridades, é necessário deixar que os comerciantes das cidades que tenham acumulado certa riqueza se consagrem às suas actividades”; na Lei Agrária do distrito de Sincuo, em Abril de 1929 (ver nota 17), etc.

19 Com o desenvolvimento da guerra revolucionária, a am-

pliação da base de apoio e a aplicação da política de protecção da indústria e do comércio pelo governo revolucionário, essa situação podia modificar-se, o que mais tarde se verificou efectivamente. Nessa questão, o essencial era proteger resolutamente a indústria e o comércio nacionais e lutar contra a política ultra-esquerdista.

20 O método de distribuição das terras segundo a capacidade de trabalho não era conveniente. Na realidade, nos territórios vermelhos, durante muito tempo, o princípio aplicado foi o da repartição por igual das terras, por cada habitante.

21 São as forças armadas contra-revolucionárias locais.

NOTAS DO TRADUTOR

(1) Medida chinesa correspondente a 500 metros.

SOBRE A ELIMINAÇÃO DAS CONCEPÇÕES ERRADAS NO SEIO DO PARTIDO*

(Dezembro de 1929)

No seio da organização do Partido no IV Corpo do Exército Vermelho existem todas as espécies de concepções não-proletárias. Isso estorva consideravelmente a aplicação da linha justa do Partido. Se não se eliminam definitivamente tais concepções, o IV Corpo de Exército será seguramente incapaz de cumprir as tarefas que lhe cabem na grande luta revolucionária da China. Como é claro, essas concepções erradas no seio da organização do Partido no IV Corpo de Exército têm por origem o facto de a base dessa organização do Partido compor-se, em grande maioria, de camponeses e outros elementos pequeno-burgueses. Todavia, o facto de os órgãos dirigentes do Partido não terem dado um combate resolutivo e unânime a tais concepções, nem terem

Esse texto é uma resolução redigida pelo camarada Mao Tsetung para o IX congresso da organização no partido IV Corpo do Exército Vermelho. A formação do exército popular da China foi um processo árduo e difícil. O Exér

educado suficientemente os membros do Partido no espírito da linha justa do Partido, constituiu igualmente uma das razões importantes da sua existência e desenvolvimento. Procedendo conforme ao espírito da carta de Setembro do Comité Central, o Congresso indicou as manifestações e a origem das diversas concepções não-proletárias no seio da organização do Partido no IV Corpo de Exército, bem como os meios de eliminá-las, e chamou os camaradas à luta para a sua liquidação total.

O PONTO DE VISTA PURAMENTE MILITAR

O ponto de vista puramente militar está muito difundido entre uma parte dos camaradas do Exército Vermelho. Esse ponto de vista manifesta-se do modo seguinte:

1. Vêem-se como opostos o militar e o político e não se quer reconhecer que o militar constitui

cito Vermelho chinês (transformado durante a guerra contra os invasores japoneses no VIII Exército e no Novo IV Exército e, hoje, em Exército Popular de Libertação) nasceu por ocasião da Insurreição de Nantcham, em 1 de Agosto de 1927. Dessa data a Dezembro de 1929, decorreram mais de dois anos. Lutando contra diversas concepções erradas, as organizações do Partido no Exército Vermelho aprenderam muito e acumularam uma experiência muito rica nesse período. A resolução redigida pelo camarada Mao Tsetung constitui o balanço dessa experiência. Ela colocou por completo o Exército Vermelho numa base marxista-leninista e libertou-o de

apenas um meio para a realização das tarefas políticas. Alguns chegaram mesmo ao ponto de dizer que “se as coisas vão bem no plano militar, necessariamente vão bem no plano político, e que se vão mal no plano militar, não podem ir bem no plano político”, o que é ir ainda mais longe, dando aos assuntos militares uma posição de comando sobre a política.

2. Pensa-se que as tarefas do Exército Vermelho, como as do exército branco, consistem simplesmente em combater. Não se compreende que o Exército Vermelho chinês seja um corpo armado destinado a cumprir as tarefas políticas da revolução. Especialmente no momento actual, o Exército Vermelho não deve, de maneira alguma, limitar-se apenas a combater; além de combater para destruir o poderio militar do inimigo, deve ainda assumir tarefas tão importantes como a de fazer propaganda no seio das massas, organizá-las, armá-las, ajudá-las a instaurar o poder político revolucionário e, inclusivamente, criar organizações do Partido Comunista. O Exército Vermelho não combate só por combater, mas

toda a influência dos exércitos de tipo antigo. Tal resolução foi aplicada não só no IV Corpo de Exército mas também, posteriormente, nas outras unidades do Exército Vermelho chinês, o que permitiu a transformação do conjunto desse exército num verdadeiro exército popular. Nos últimos vinte e poucos anos, o trabalho do Partido e o trabalho político no exército popular da China registaram um grande desenvolvimento e apresentaram muitas inovações. Actualmente, esse duplo trabalho tomou um aspecto bem diferente, mas a sua linha fundamental permanece a mesma, determinada pela referida resolução.

sim para fazer propaganda entre as massas, organizadas, armá-las e ajudá-las a instaurar o poderoolítico revolucionário. Sem esses objectivos, o combate perde o seu sentido e o Exército Vermelho deixa de ter razão de existir.

3. Em consequência, no domínio da organização, subordinam-se os órgãos que asseguram o trabalho político no Exército Vermelho aos órgãos militares e avança-se a palavra de ordem de “extensão da autoridade do comando à actividade exterior ao exército”. Se semelhantes ideias se desenvolvem, corre-se o risco de ficar-se desligado das massas, de se deixar o exército controlar os órgãos do poder, de afastar-se da direcção proletária e, dessa maneira, escorregar-se na direcção daquele militarismo que caracteriza o exército do Kuomintang.

4. Ao mesmo tempo, em propaganda, despreza-se a importância das equipas de agitação. No domínio da organização das massas, descaram-se os comités de soldados no exército e a organização das massas operárias e camponesas nas diversas localidades, o que redundará numa paralisação do trabalho de agitação e organização.

5. Suficiência após as vitórias, abatimento após as derrotas.

6. Egoísmo de grupo: em todas as circunstâncias, não se preocupar senão com o IV Corpo de Exército; não compreender que uma das tarefas importantes do Exército Vermelho é o armamento das massas nas diversas localidades. No fundo, é ainda o mesmo espírito fraccionado, simplesmente numa maior escala.

7. O pensar, por parte dum pequeno número de camaradas que se fecham no quadro estreito do IV Corpo de Exército, que fora deste não existem de modo algum outras forças revolucionárias. Daí essa tendência extre-

mamente pronunciada para conservar as suas forças e evitar as acções militares. Isso é uma sobrevivência do oportunismo.

8. A recusa em ter em conta as condições subjectivas e objectivas, a impaciência revolucionária, a recusa em entregar-se a um trabalho rude, imperceptível e minucioso no seio das massas, a tendência a sonhar unicamente com grandes feitos, a propensão para entregar-se a ilusões. Tudo isso são sobrevivências do putchismo. A origem desse ponto de vista puramente militar é:

1. Um nível político baixo. Daí a incompreensão do papel da direcção política no exército, a incompreensão da diferença radical que existe entre o Exército Vermelho e o exército branco.

2. A mentalidade de mercenário. Em resultado da incorporação no Exército Vermelho, após várias batalhas, dum grande número de prisioneiros que trouxeram essa mentalidade profundamente arraigada consigo, criaram-se nas unidades inferiores condições favoráveis ao nascimento dum ponto de vista puramente militar.

3. Dessas duas razões decorre a terceira — fé exagerada nas forças militares e falta de confiança na força das massas populares.

4. A falta dum atenção concentrada no trabalho militar e a ausência dum discussão activa desse trabalho no Partido estão igualmente na origem do ponto de vista puramente militar que existe em alguns dos nossos camaradas. *

Os meios para eliminar esses defeitos são os seguintes:

1. Elevar o nível político dos membros do Partido

através do trabalho de educação, destruir os fundamentos teóricos do ponto de vista puramente militar e pôr claramente em evidência a diferença radical que existe entre o Exército Vermelho e o exército branco. Convém igualmente liquidar, ao mesmo tempo, as sobrevivências do oportunismo e do putchismo, e acabar com o egoísmo de grupo no IV Corpo de Exército.

2. Reforçar a instrução política dos oficiais e dos soldados, em particular, a educação dos ex-prisioneiros que se encontram nas fileiras do Exército Vermelho. Além disso, fazer tudo para que os órgãos locais do poder escolham elementos operários e camponeses com experiência de combate e os canalizem para o Exército Vermelho, o que, no domínio da organização, enfraquecerá ou até extirpará completamente as raízes do ponto de vista puramente militar.

3. Chamar as organizações locais do Partido para a crítica das organizações do Partido no Exército Vermelho e levar os órgãos do poder popular a criticarem o Exército Vermelho, a fim de influenciar, dessa maneira, as organizações do Partido no Exército Vermelho, assim como os oficiais e soldados.

4. O Partido deve prestar uma atenção incessante ao trabalho militar, e discuti-lo com muito cuidado. Cada tarefa deve ser discutida e decidida pela organização do Partido antes da respectiva realização pelas massas.

5. Elaborar, para o Exército Vermelho, leis e regulamentos que definam claramente as tarefas, as ligações mútuas entre os órgãos militares e políticos, as relações entre o Exército Vermelho e as massas populares, a competência dos comitês de soldados e, enfim, as suas

relações com os órgãos militares e políticos.

O ULTRA-DEMOCRATISMO

Depois que o IV Corpo de Exército recebeu as diretivas do Comité Central, as manifestações de ultra-democratismo passaram a ser muito menos frequentes. Foi assim que, por exemplo, se tornou mais fácil a aplicação das decisões do Partido. Já não se elevam vozes para fazer propostas erradas, como seja, a realização no Exército Vermelho daquilo a que se chama “o centralismo democrático que vai da base ao topo”, ou “a discussão prévia das questões nos escalões inferiores e decisões em seguida pelos escalões superiores”. Na realidade, porém, esse enfraquecimento do ultra-democratismo foi provisório e superficial. Ele não significa, de modo algum, que tal estado de espírito tenha sido completamente eliminado. Dito doutra maneira, o ultra-democratismo ainda está profundamente enraizado no espírito de numerosos camaradas. A prova está, por exemplo, na pouca vontade que se verifica na execução das decisões do Partido.

A maneira de eliminar esse estado de espírito é a seguinte:

1. No campo da teoria, é necessário arrancar as raízes do ultra-democratismo. Primeiro, há que assinalar que o perigo do ultra-democratismo está em prejudicar e mesmo destruir completamente a organização do Partido, em enfraquecer e mesmo minar inteiramente a capacidade combativa do Partido, tornando-o incapaz de cumprir as suas tarefas de luta e arrastando, por consequência, a derrota da revolução. Por último, há também que assinalar que a origem do ultra-democratismo está na aversão individualista da pequena burguesia pela disciplina. Essa aversão, uma vez introduzida no Partido, traduz-se em ideias ultra-democráticas nos planos político e de organização, ideias absolutamente incompatíveis com as tarefas de luta do proletariado.

2. No plano orgânico, é necessário assegurar uma democracia sob direcção centralizada. Isso deve fazer-se conformemente às linhas seguintes:

1) Os órgãos dirigentes do Partido devem definir uma linha directriz correcta e encontrar soluções para os problemas que surgem, de modo a erigirem-se em autênticos centros de direcção.

2) Os órgãos superiores devem conhecer bem a situação existente nos órgãos inferiores, assim como a vida das massas, de modo a disporem numa base objectiva para dirigir correctamente.

3) Seja em que escalão for, nenhum órgão do Partido deve resolver levemente os problemas. Uma vez que se tome uma decisão, ela deve ser firmemente aplicada.

4) Todas as decisões de certa importância tomadas pelos órgãos superiores do Partido devem ser prontamente transmitidas aos órgãos inferiores, bem como à massa dos membros do Partido. Os meios para chegar a isso consistem em convocar reuniões de activistas ou, quando as circunstâncias o permitam, assembleias gerais dos membros do Partido das células ou das colunas assim como em enviar gente para que aí apresente relatórios.

5) Os órgãos inferiores e a massa dos membros do Partido devem discutir em detalhe as directivas dos órgãos superiores, de maneira a compreenderem completamente o respectivo significado e decidirem sobre os métodos a seguir na sua execução.

AS CONCEPÇÕES CONTRÁRIAS AOS PRINCÍPIOS DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO

As concepções contrárias aos princípios de organização do Partido, que existem na organização do Partido no IV Corpo do Exército, manifestam-se como segue: A. A minoria recusa submeter-se à maioria. Assim, por exemplo, logo que uma proposta da minoria é repelida, os seus defensores não aplicam com fidelidade a decisão da organização do Partido. Os meios para remediar isso são os seguintes: 1. Fazer de modo que todos os participantes a uma reunião tenham inteira possibilidade de expressar as suas opiniões. Fazer uma clara distinção entre

a verdade e o erro no exame das questões litigiosas, não admitindo compromissos nem negligências. Se a questão não fica resolvida, convém examiná-la uma segunda vez (se isso não estorva o trabalho), a fim de chegar-se a uma conclusão precisa.

2. Uma das exigências da disciplina do Partido é a submissão da minoria à maioria. Uma vez que o seu ponto de vista seja rejeitado, a minoria deve apoiar a decisão adoptada pela maioria. A não ser em casos de necessidade, em que ela poderá trazer de novo o problema para consideração em reunião posterior, a minoria não deve, de modo algum, agir contrariamente à decisão já adoptada.

B. A crítica sem respeito pelos princípios de organização.

1. A crítica no interior do Partido é uma arma que serve para fortalecer a organização do Partido e elevar a sua capacidade de combate. Contudo, nas organizações do Partido no seio do Exército Vermelho, a crítica não apresenta sempre esse carácter, transformando-se por vezes em ataques pessoais. Disso não só resulta um prejuízo para os indivíduos como também para a própria organização do Partido. É uma manifestação do individualismo pequeno-burguês. O método de correcção consiste em ajudar os membros do Partido a compreender que o objectivo da crítica é elevar a capacidade de combate do Partido de modo a alcançar-se a vitória na luta de classes, não devendo esta ser utilizada como um meio para ataques pessoais.

2. Muitos dos membros do Partido fazem críticas não no interior do Partido mas no exterior. Isso explica-se pelo facto de os membros do Partido, em

geral, não compreenderem ainda a importância da organização do Partido (reuniões, etc.) e imaginarem que a crítica fora da organização em nada difere da realizada no interior. Os meios para remediar isso consistem em educar os membros do Partido, a fim de que compreendam a importância da organização deste, sendo nas reuniões do Partido que devem, em caso de necessidade, criticar os comités do Partido ou os camaradas em particular.

O IGUALITARISMO ABSOLUTO

Num certo período, o igualitarismo absoluto registou um sério desenvolvimento no Exército Vermelho. Assim, por exemplo, quando se distribui o dinheiro para os gastos pessoais dos soldados feridos, alguns exigem que não se faça diferença alguma entre feridos graves e feridos ligeiros e que se entregue a todos a mesma quantia. Se um oficial vai a cavalo, alguns não se dão conta de que isso é necessário para o cumprimento da sua função e não vêem aí mais do que uma marca de desigualdade. Quando se distribuem os abastecimentos, exigem partes rigorosamente iguais, e não aceitam que se possa, em condições particulares, receber uma parte maior. Quando se transporta o arroz, querem que todos levem a mesma carga, as crianças como os adultos, os fracos como os fortes. Nos aquartelamentos, pedem que se atribua a todos um mesmo espaço e, se o Quartel General dispõe dum pouco mais de espaço, chovem os insultos. No serviço,

exigem que cada um tenha rigorosamente o mesmo volume de trabalho, e se alguém tem um pouco mais que fazer, ei-lo que se recusa a cumprir as tarefas. Acontece até que, quando não há mais do que uma maca para dois feridos, prefere-se não transportar ferido algum, a ter de transportar-se um só deles. Tudo isso mostra como são sérias as tendências ao igualitarismo absoluto entre os oficiais e os soldados do Exército Vermelho.

O igualitarismo absoluto tem a mesma origem que o ultra-democratismo em política, é um produto da economia artesanal e da pequena exploração camponesa. A única diferença está no facto de um se manifestar no domínio político e o outro, no da vida material.

Meios para eliminar essas tendências: é preciso mostrar que, antes da abolição do capitalismo, a igualdade absoluta não é mais do que uma ilusão dos camponeses e dos pequenos proprietários, e que, mesmo sob o socialismo, a chamada igualdade absoluta não pode existir de modo algum, pois a repartição dos bens materiais há-de fazer-se segundo o princípio: “de cada um segundo as suas capacidades e a cada um segundo o seu trabalho”, e conformemente às necessidades do trabalho. No essencial, os bens materiais devem ser repartidos duma maneira igual entre os homens do Exército Vermelho, por exemplo, no que respeita ao soldo dos oficiais e soldados, pois a situação actual da nossa luta assim o exige. Contudo, o igualitarismo absoluto, que não considera razões, quaisquer que sejam elas, deve ser combatido, pois não responde às necessidades da luta mas, pelo contrário, estorva-a.

O SUBJECTIVISMO

Alguns membros do Partido estão fortemente imbuídos de subjectivismo, o que é muito prejudicial quando se trata de analisar a situação política e dirigir o trabalho. Uma análise subjectivista da situação política e uma direcção subjectivista no trabalho desembocam necessariamente no oportunismo ou no putchismo. As críticas subjectivistas no Partido, os propósitos inconsiderados e não fundados, bem como a suspeição mútua, resultaram frequentemente em querelas sem princípios e minaram as organizações do Partido.

Um outro ponto que se deve mencionar em ligação com a crítica no interior do Partido é o de certos camaradas que, ao fazerem as suas críticas, descuram as questões principais e confinam a sua atenção em pontos de menor importância. Eles não compreendem que a tarefa principal da crítica é expor os erros políticos e de organização. Com respeito às falhas pessoais, desde que não estejam relacionadas com erros políticos ou de organização, não se torna necessário criticá-las demasiadamente, pois, de contrário, os camaradas em causa ficarão perdidos, sem saber o que fazer. Além disso, se uma tal crítica se desen-volve, a atenção dos membros do Partido passa a concentrar-se exclusivamente em faltas menores, toda a gente se intimida, torna-se cautelosa em excesso e esquece as tarefas políticas do Partido. Isso constitui um grande perigo.

Meios para eliminar esses defeitos: O essencial é educar os membros do Partido de tal maneira que as suas

concepções e toda a vida interior do Partido tomem uma orientação política e científica. Para isso é preciso: 1) ensinar os membros do Partido a fazerem análises da situação política e a apreciarem as forças das classes segundo o método marxista-leninista, em vez de procederem a análises e a apreciações subjectivistas; 2) atrair a atenção dos membros do Partido para as investigações e estudos económicos e sociais, com vistas à determinação da táctica da luta e dos métodos de trabalho; fazer compreender aos camaradas que, sem uma investigação sobre a situação real, eles embrenham-se no abismo das imaginações vãs e da aventura; 3) na crítica dentro do Partido há que saber guardar-se do subjectivismo, da arbitrariedade e da banalização da crítica; todas as afirmações devem basear-se em factos e a crítica deve ter um sentido político.

O INDIVIDUALISMO

As tendências individualistas nas organizações do Partido do Exército Vermelho manifestam-se da maneira seguinte: 1. Espírito de vingança. Um membro do Partido que, dentro deste tenha sido criticado por um soldado, seu camarada, procura vingar-se dele fora do Partido. As ofensas corporais, os insultos, eis o modo de realizar tais vinganças. E igualmente se procura a vingança no seio do Partido: tu criticaste-me na última reunião, na próxima, eu encarregar-me-ei de encontrar um pretexto para vingar-me. Um tal espírito provém

puramente de considerações pessoais. Ele desconhece os interesses de classe e os interesses do conjunto do Partido. Ele não é dirigido contra as classes inimigas mas sim contra as pessoas que estão nas nossas próprias fileiras. Como um corrosivo, ele enfraquece a organização e a sua capacidade de luta.

2. O espírito de grupo. Preocupar-se apenas com os interesses do seu grupinho e não prestar atenção ao interesse geral. Se bem que na aparência não vise interesses pessoais, na realidade trata-se dum individualismo dos mais estreitos. O espírito de grupo exerce igualmente uma possante acção dissolvente e desagregadora. O espírito de grupo esteve sempre em voga no Exército Vermelho; graças à crítica, a situação melhorou um pouco, mas existem ainda sobrevivências desse espírito, convindo por isso fazer novos esforços para vencê-las.

3. A mentalidade de mercenário. Alguns indivíduos não compreendem que o Partido e o Exército Vermelho são instrumentos necessários ao cumprimento das tarefas da revolução e que cada um deles representa um elemento dessas colectividades. Não compreendem que eles próprios são uma força motriz da revolução; imaginam que apenas são responsáveis diante dos seus superiores e não, diante da revolução. Esse espírito passivo, mercenário, relativamente à revolução constitui, igualmente, uma manifestação de individualismo. A existência dum tal estado de espírito explica o facto de não dispormos suficientemente de elementos activos que dêem, sem reservas, todas as suas forças à revolução. Se não liquidarmos essa mentalidade mercenária, não poderá aumentar o número de elementos activos, e as pesadas responsa-

bilidades da revolução cairão sobre os ombros dum pequeno número de camaradas, o que terá uma influência extremamente desfavorável sobre o curso da nossa luta.

4. O gosto dos prazeres. No Exército Vermelho, não são poucos aqueles em quem o individualismo se manifesta pelo gosto dos prazeres. Eles pretendem sempre que as nossas tropas marchem para as grandes cidades, não para o trabalho mas sim para os prazeres. O que mais lhes desagrada é trabalhar nas regiões vermelhas, onde as condições de vida são difíceis.

5. A passividade e a inactividade. Alguns, assim que as coisas não vão como querem, tornam-se passivos e recusam-se a trabalhar. A razão essencial consiste na insuficiência do trabalho educativo; contudo, acontece por vezes que isso é devido ao facto de os dirigentes agirem de maneira inadequada quanto à solução dada a diversas questões, à divisão do trabalho ou ao emprego de medidas disciplinares.

6. O desejo de abandonar o exército. Cada dia se vê engrossar o número dos que pedem para retirar--se do Exército Vermelho e para que lhes sejam atribuídas tarefas civis numa localidade qualquer. Isso nem sempre é devido a razões de carácter pessoal. Isso explica-se igualmente pelo facto de: a) serem muito difíceis as condições materiais de existência do Exército Vermelho; b) sentirem-se fatigados após os longos anos de combate; c) alguns dirigentes actuarem de modo inadequado quanto à solução dada a diversas questões, à divisão do trabalho ou ao emprego de medidas disciplinares. Meios para corrigir esses defeitos: convém, em primeiro lugar, reforçar o trabalho de educação, a

fim de vencer o individualismo no plano ideológico. É preciso, além disso, encontrar soluções correctas para todas as questões, para a divisão do trabalho e para o emprego das medidas disciplinares. Convém, ademais, tomar medidas adequadas para melhorar as condições materiais de existência do Exército Vermelho e utilizar todas as oportunidades que se apresentem para permitir às tropas o repouso e a reorganização, a fim de melhorarem as suas condições materiais. No nosso trabalho de educação, devemos fazer sobressair claramente que, com respeito às suas origens sociais, o individualismo é o reflexo da ideologia pequeno-burguesa e burguesa no seio do Partido.

A MENTALIDADE DE BANDO REBELDE ERRANTE

Em resultado da presença dum grande número de vagabundos nas filas do Exército Vermelho e, além disso, da existência duma massa enorme de elementos do mesmo tipo no país, em particular nas províncias meridionais, surgiu no Exército Vermelho uma mentalidade de bando rebelde errante, no plano político. Essa mentalidade manifesta-se: 1. pela tendência a estender a nossa influência política, não graças a um rude trabalho de criação de bases de apoio e estabelecimento do poder das massas populares, mas unicamente através de acções volantes de guerrilhas; 2. pela tendência a aumentar os efectivos do Exército Vermelho, não multiplicando o número

dos destacamentos locais da Guarda Vermelha e das unidades locais do Exército Vermelho, para engrossar finalmente as forças principais do Exército Vermelho, mas sim “recrutando homens e comprando cavalos”, e “recrutando desertores e aceitando desordeiros”; 3. pela repugnância em travar rudes combates ao lado das massas e pela tendência em querer chegar o mais depressa possível às grandes cidades para entregar-se aos prazeres da mesa. Todas essas manifestações da mentalidade de bando rebelde errante impedem em muito o Exército Vermelho de cumprir as tarefas justas que lhe cabem. Essa a razão por que um dos objectivos principais da luta ideológica no interior das organizações do Partido no Exército Vermelho consiste em eliminar precisamente tal mentalidade. É preciso compreender que essa mentalidade, idêntica à que existia nos tempos de Huam Tchao² e de Li Tchum³, é inadmissível nas condições actuais. Meios para eliminar esse estado de espírito:

1. Liquidar a mentalidade de bando rebelde errante, reforçando o trabalho de educação e criticando as concepções erradas.

2. No seio das unidades fundamentais do Exército Vermelho e dos prisioneiros recentemente incorporados, reforçar o trabalho de educação, a fim de acabar com a mentalidade de lumpen-proletariado.

3. Fazer entrar no Exército Vermelho elementos activos, operários e camponeses, com experiência de luta, a fim de modificar dessa maneira a composição do Exército Vermelho.

4. Criar novas unidades do Exército Vermelho com as massas operárias e camponesas em luta.

AS SOBREVIVÊNCIAS DO PUTCHISMO

Nas organizações do Partido do Exército Vermelho, o putchismo já foi combatido, mas duma maneira ainda insuficiente. Assim, ainda existem nas fileiras do Exército Vermelho sobrevivências dessas tendências putchistas. Elas manifestam-se: i. por acções irreflectidas, empreendidas sem ter em conta as condições subjectivas e objectivas; 2. pela aplicação incompleta e irresoluta da nossa política sobre as cidades; 3. pelo relaxamento da disciplina militar, em particular após as derrotas; 4. pelos incêndios ainda praticados por certas unidades; 5. pela execução dos desertores e aplicação de castigos corporais, que são, afinal, outros tantos actos de carácter putchista. As origens sociais do putchismo estão na combinação da mentalidade lumpen-proletária com a mentalidade pequeno-burguesa.

Meios para eliminar essas sobrevivências:

1. Liquidar o putchismo no plano ideológico.

2. Acabar com as acções putchistas, reforçando as leis e os regulamentos e adoptando medidas políticas adequadas.

NOTAS

1 Durante um curto lapso de tempo, após a derrota da revolução em 1927, manifestaram-se no seio do Partido Comunista tendências putchistas de “esquerda”. Os adeptos do putchismo estimavam que a revolução chinesa tinha o

catáctet duma “revolução ininterrompida”, que se encontrava numa fase de “ascensão ininterrupta”. Por isso se recusavam a uma retirada em ordem e, seguindo um méttido errado, por meio de simples ordens administrativas, apoiando-se unicamente num pequeno número de membros do Partido e numa fracção reduzida da população, procuravam suscitar por todo o país toda uma série de levantamentos locais, que não tinham a menor possibilidade de sucesso. No fim de 1927, essas manifestações putchistas registaram uma larga extensão mas, no início de 1928, diminuíram progressivamente. Contudo, elas ainda subsistiram entre certos membros do Partido. O putchismo é o espírito dc aventura.

2 Huam Tchao, nascido em Iuantchiu, Tsaodjou (distrito dc Hotsé, província de Pim-íuan), dirigiu o levantamento camponês do fim da dinastia dos Tans. No ano 875, Huam Tchao, que reunira à sua volta um grande número de camponeses, aderiu ao levantamento provocado por Vam Sien--tchi. Depois que este último foi morto durante uma das batalhas, Huam Tchao juntou às suas forças a parte que restava dos destacamentos dc Vam Sien-tchi, e proclamou-se “O grande capitão subindo ao assalto do céu”. À testa das forças insurrectas, Huam Tchao realizou duas campanhas para além das fronteiras do Xantum. Durante a primeira, passou primeiro por Honan, depois por Anghuei e Hupei e regressou em seguida ao Xantum. Na segunda, atravessando o Honan, passou do Xantum para o Quiansi, cruzando em seguida o este de Tchquiam, e entrando no Fuquien e no Cuantum, depois no Cuansi e no Hunan e, por fim, no Hupei; de lá ele voltou-se para leste, e penetrou em Anghuei e Tchequiam. Em seguida, cruzando o rio Huai, penetrou na província de Honan, apoderou-se de Luoiam e tomou de assalto a passagem de Tonquan, entrando por fim na cidade de Tcham-an. Huam Tchao criou então o Império dos Tsis, e proclamou-se Imperador. Em consequência de querelas intestinas (o seu general Tchu Uen rendera-se ao Imperador dos Tans), e em virtude da ofensiva das tropas de Li Quei-iom, chefe da tribo dos Chatuos, Huam Tchao perdeu Tcham-an, retirando-se para o Honan e, finalmente, para o Xantum. Vencido, suicidou-se. A guerra que empreendera durou dez anos e é uma das guerras camponesas mais celebres da História da China. Nas

crónicas oficiais, cujos autores pertenciam às classes dirigentes, diz-se de Huam que “todas as pessoas que sofriam em razão do fardo dos impostos corriam para junto dele”. Como Huam Tchao se limitou a acções móveis e não criou bases de apoio, nem sequer bases pouco sólidas, foi qualificado de “rebelde errante”. 3 Li Tchuam, Li Tse-tchem, originário do distrito de Mitche, no Xensi, dirigiu o levantamento camponês que ocorreu no fim da dinastia dos Mins. Em 1628, primeiro ano do reinado do Imperador Setsum, toda uma vaga de levantamentos camponeses varreu o norte de Xensi. Li Tse-tchem juntou-se ao destacamento insurrecto conduzido por Cao Im-siam que, vindo do Xensi, tinha penetrado no Honan e depois no Anghuei, para regressar finalmente ao Xensi. Em 1636, Cao Im-siam morreu e Li Tse-tchem foi proclamado rei, sob o nome de Tchuam-vam. A principal palavra de ordem de Li Tse-tchem com relação às massas populares era: “Os que estão a favor de Tchuam-vam não pagam a talha”. Li Tse-tchem fez reinar uma severa disciplina entre as suas tropas. Ele declarava: “O que mata um homem, eu considero-o como assassino do meu próprio pai. O que viola uma mulher, eu considero-o como se tivesse violado a minha própria mãe”. Por essa razão ele conquistou muitos partidários e os seus destacamentos tornaram-se a força principal das insurreições camponesas dessa época. Contudo, ele não criou bases de apoio, por mais frágeis que fossem, e deslocava-se continuamente, para aqui e para ali. Após ter sido proclamado rei, dirigiu-se com as suas tropas sobre o Sethuan, depois ganhou o sul do Xensi, atravessou o Hupei, e entrou no Honan. Então, apoderou-se de Siam-iam, no Hupei, e, atravessando o Honan, regressou ao Xensi, onde se apoderou de Si-an. Em 1644, atravessou o Xansi e tomou Pequim, sendo pouco depois vencido pelas forças conjugadas do general dos Mins, Vu San-cuci, e dos Tsins que este último chamara em seu socorro.

NOTAS DO TRADUTOR

(1) Uma coluna do Exército Vermelho correspondia a um regimento de infantaria.

UMA FAÍSCA PODE INCENDIAR TODA A PRADARIA*

(5 de Janeiro de 1930)

No nosso Partido, alguns camaradas ainda não compreenderam de maneira correcta a situação actual e não entendem, exactamente, a linha de acção que daí resulta. Acreditam que há-de verificar-se inevitavelmente um auge revolucionário, mas não crêem que tal auge possa ocorrer tão cedo. Essa a razão por que não aprovam o plano de conquista do Quiansi e aceitam, unicamente, a organização de acções volantes de guerrilhas na região fronteira das províncias de Fuquien, Cuanthum e Quiansi. Além disso, não estão realmente convencidos da necessidade de organizar o poder vermelho nas regiões de guerrilhas, nem, por consequência, inteiramente convencidos da necessidade de acelerar a verificação do auge revolucionário no conjunto do país, consolidando e estendendo o poder vermelho. Eles parecem pensar que, num momento em que o auge revolucionário está

A presente carta foi escrita pelo camarada Mao Tsetung, para criticar certas tendências pessimistas que então existiam no partido

ainda longe, seria vão consagrar-se ao trabalho duro do estabelecimento do poder. Eles contam, para começar, estender a nossa influência política pela via relativamente fácil das acções volantes de guerrilhas. E, dizem, quando o trabalho de conquista das massas à escala do país estiver todo acabado ou, ao menos, muito avançado, passar-se-á ao levantamento armado em toda a China, lançar-se-ão na balança as forças do Exército Vermelho, chegando--se depois à grande revolução que abarcará a totalidade do país. Essa teoria da necessidade da conquista prévia das massas em todo o país, isto é, até aos mais pequenos recantos, para só depois se estabelecer o novo poder, não corresponde às condições reais da revolução chinesa. A fonte de tal teoria deve encontrar-se, essencialmente, na incompreensão do facto de a China ser uma semi-colónia que inúmeros Estados imperialistas se disputam. E, no entanto, basta compreender tal facto para que tudo se esclareça: i. então vcr-sc-á claramente porque, dentre todos os países do mundo, só a China regista este fenómeno, tão estranho, de uma guerra intestina prolongada no seio das classes dominantes; porque tal guerra é cada vez mais encarnizada e não cessa de estender-se; e porque as classes dominantes nunca foram capazes de estabelecer um poder único. 2. ver--se-á, claramente, toda a importância da questão camponesa e compreender-se-á por que razão os levantamentos no campo se revestem duma amplitude tal que se estendem hoje a todo o país. 3. compreender--se-á quão justa é a palavra de ordem do poder democrático operário e camponês. 4. compreender-se-á esse outro fenómeno estranho, ligado, aliás, à guerra intestina pro-

longada no seio das classes dominantes — e que constitui por si mesmo um fenómeno único que não existe em parte alguma, a não ser na China — a saber: a existência e o desenvolvimento do Exército Vermelho e dos destacamentos de guerrilhas e, paralelamente, a existência e o desenvolvimento de pequenas regiões vermelhas que crescem no meio do cerco do poder branco (em parte nenhuma, a não ser na China, se observa fenómeno tão estranho). 5. igualmente se compreenderá, de maneira evidente, que a criação e o crescimento do Exército Vermelho, dos destacamentos de guerrilhas e das regiões vermelhas representam, na China semi-colonial, a forma superior da luta dos camponeses sob a direcção do proletariado, o resultado inelutável do desenvolvimento da luta camponesa num país semi-colonial e, sem dúvida alguma, o factor mais importante capaz de acelerar o avanço revolucionário em todo o país. 6. por último, compreender-se-á com evidência que a política exclusiva de acções volantes de guerrilhas não poderá resolver a tarefa da aceleração da progressão revolucionária à escala do país e que, com toda a segurança, a política adoptada por Tchu Te e Mao Tsetung, bem como a do Fuam Tchi-min1, é justa. Essa política prescreve a formação de bases de apoio, a criação metódica dos órgãos do poder, o aprofundar da revolução agrária, o desenvolvimento das forças armadas do povo pela criação de destacamentos da Guarda Vermelha ao nível da circunscrição, do sub-distrito, do distrito, e ainda de forças locais do Exército Vermelho, a fim de se chegar à criação dum exército vermelho regular, a extensão do poder vermelho por vagas sucessivas, etc.

Só assim será possível inculcar nas massas revolucionárias de todo o país a mesma fé que a União Soviética inspira ao mundo. Só assim* se poderão colocar as classes reaccionárias dominantes em face de enormes dificuldades, abalar-lhes o chão sob os pés e acelerar o seu desmoroamento interno. Só assim se poderá criar, enfim, e de maneira efectiva, um exército vermelho que se transforme no instrumento principal da grande revolução que aí vem. Em suma, unicamente assim se poderá acelerar a verificação do auge revolucionário. Os camaradas que sofrem de impetuosidade revolucionária cometem o erro de sobrestimar as forças subjectivas da revolução² e subestimar as da contra-revolução. Na maior parte dos casos, tal apreciação resulta duma concepção subjectivista que os levará, sem dúvida alguma, à via putchista. Em contrapartida, seria igualmente falso subestimar as forças subjectivas da revolução e exagerar as da contra--revolução, já que tal apreciação também levaria, inevitavelmente, a maus resultados, embora de ordem diversa. Assim, torna-se necessário, ao apreciar-se a situação política da China, ter em conta os elementos fundamentais seguintes:

1. Se, por um lado, as forças subjectivas da revolução chinesa, no momento presente, são fracas, também se constata, em contrapartida, que é fraca toda a organização das classes reaccionárias dominantes (o poder, as forças armadas, os partidos, etc.) fundada sobre a estrutura sócio-económica atrasada e frágil da China. Assim se explica que a revolução não possa estar imediatamente nos países da Europa Ocidental, se bem que aí, actualmente, as forças subjectivas da rev-

olução possam ser um pouco maiores do que as forças subjectivas da revolução chinesa. É que, aí, as forças das classes reaccionárias dominantes ultrapassam um bom número de vezes as das classes reaccionárias dominantes na China. Embora as forças subjectivas da revolução chinesa sejam actualmente fracas, como as da contra-revolução também o são correspondentemente, o auge revolucionário verificar-se-á certamente mais cedo na China do que na Europa Ocidental.

2. Depois da derrota da revolução em 1927, é um facto que as forças subjectivas da revolução sofreram um enfraquecimento manifesto. A julgar unicamente por certas manifestações exteriores, a importância muito reduzida das forças restantes pode levar alguns camaradas — os que julgam unicamente pelas aparências — a um estado de espírito pessimista. A questão tem um aspecto completamente diferente, porém, se se vai ao fundo dos problemas. O velho provérbio chinês “Uma fáiça pode incendiar toda a pradaria” é perfeitamente aplicável aqui e significa que, muito embora as forças da revolução sejam no momento reduzidas, elas podem desenvolver-se muito rapidamente. Nas condições da China, aliás, tal desenvolvimento é não somente possível mas até inevitável. Isso está inteiramente confirmado pela experiência do Movimento de 30 de Maio de 1925 e a grande revolução que se lhe seguiu. Quando analisamos uma coisa, devemos atender à sua essência, considerando as aparências apenas como o guia que nos leva até à porta. Uma vez transposta essa porta, há que apreender a essência da coisa. Eis o único método de análise seguro e científico.

3. Igualmente, ao apreciarem-se as forças da contra-revolução, jamais se deverá olhar apenas para as aparências, mas sim analisá-las na sua essência. No início, quando criávamos a base revolucionária na fronteira do Hunan com o Quiansi, alguns camaradas, acreditando seriamente na apreciação incorrecta feita pelo Comité Provincial do Hunan nessa época, reduziam a nada o nosso inimigo de classe; ainda agora se lembram, com um certo sorriso, certas fórmulas, como “abalo a cem por cento” ou “o pânico mais completo”, que o Comité do Partido do Hunan usava na altura (Maio-Junho de 1928) ao apreciar as forças de Lu Ti-pim; i, governador do Hunan. Em política, tais apreciações desembocam inevitavelmente no putchismo. Não obstante, nos quatro meses que vão de Novembro de 1928 a Fevereiro de 1929, quando o inimigo, que realizava a sua terceira “campanha conjunta de aniquilamento”⁴, se aproximava das montanhas Tchincam (antes de re-bentar a guerra⁵ entre Tchiang Kai-chek e a camarilha do Cuansi), alguns dos nossos camaradas manifestaram a seguinte dúvida: “Por quanto tempo poderá manter-se ao alto a bandeira vermelha?” Ora, na China dessa época, a luta entre a Inglaterra, os Estados Unidos e o Japão já tinha tomado, na realidade, uma forma completamente aberta. Quanto à guerra intestina entre Tchiang Kai-chek, a camarilha do Cuansi e Fom Iu-siam, ela estava preparada. Na realidade, nós assistíamos ao começo do refluxo da contra-revolução e ao começo dum novo progresso da revolução. Todavia, mesmo nessa altura, verificava-se um estado de espírito pessimista, não só no Exército Vermelho e nas organizações locais do

Partido, mas também no próprio Comité Central, que se encontrava mais ou menos perplexo por causa de aparências, e se mostrava pessimista no seu tom. A prova disso está na carta de Fevereiro do Comité Central⁶, onde se reflecte uma apreciação pessimista dos acontecimentos. 4. A situação objectiva actual pode facilmente confundir os camaradas que não consideram mais do que o aspecto exterior dos fenómenos e nunca vão à essência das coisas. E isso é particularmente verdade para os camaradas que trabalham no Exército Vermelho. Basta que um destacamento sofra um revés, seja cercado ou perseguido por um adversário poderoso, para que tais camaradas, sem se aperceberem disso, se ponham a generalizar o que não é mais do que uma situação temporária, particular e local, como se a situação no conjunto do país e no resto do mundo não nos promettesse coisa alguma de bom, e como se as perspectivas de vitória da revolução se encontrassem recuadas e desaparecessem numa bruma longínqua. Uma apreciação que apenas tem em conta o aspecto exterior dos fenómenos e lhes ignora a essência, explica-se pelo facto de os camaradas não submeterem o conjunto da situação a uma análise científica que vai até ao fundo das coisas. Se se quiser determinar se o auge revolucionário ocorrerá ou não brevemente na China, nada mais há do que um caminho: verificar cuidadosamente se as diversas contradições que podem provocar o auge revolucionário estão ou não efectivamente a desenvolver-se. Uma vez que, na arena internacional, as contradições se desenvolvem entre os diferentes Estados imperialistas, entre os Estados imperialistas e as respectivas

colónias, entre os imperialistas e o proletariado dos seus próprios países, os imperialistas sentem, duma maneira cada vez mais aguda, a necessidade de lutar entre si pelo domínio da China. E na medida em que essa luta pelo domínio da China se torna mais aguda, vêem-se crescer, simultaneamente, na própria China, as contradições entre os imperialistas e a China no seu conjunto, assim como as contradições entre os próprios imperialistas, o que provoca essas guerras intestinas entre os diferentes grupos das forças reaccionárias dominantes na China, as quais se estão ampliando e agravando dia a dia, c suscita uma crescente agravação das contradições entre esses grupos. A agravação das contradições existentes entre os diferentes grupos das forças reaccionárias dominantes, que encontra a sua expressão nas guerras intestinas entre os caudilhos militares, determina uma agravação dos impostos. Por seu turno, esta conduz a uma nova e cada vez mais séria agravação das contradições existentes entre a massa dos contribuintes e os círculos reaccionários dominantes. As contradições entre o imperialismo e a indústria nacional chinesa fazem com que esta última não possa obter concessões por parte do primeiro, o que agrava as contradições entre a burguesia e a classe operária da China, buscando os capitalistas chineses uma saída na exploração desapiadada dos operários chineses, ao que estes resistem. Da invasão da China pelas mercadorias dos imperialistas, das pilhagens efectuadas pelo capital comercial chinês, do aumento dos impostos pelo governo, etc, resulta uma agravação ainda maior das contradições existentes entre a classe dos senhores de terras e os camponeses,

quer dizer, a exploração através da elevação da taxa das rendas e dos empréstimos usurários torna-se mais pesada e os camponeses passam a nutrir um maior ódio pela classe dos senhores de terras. A invasão do mercado pelas mercadorias estrangeiras, o esgotamento do poder de compra das massas operárias e camponesas e o aumento dos impostos por parte do governo, arruinam um número cada vez maior de negociantes, que fazem comércio de produtos chineses, e de pequenos produtores independentes. O aumento ilimitado dos efectivos do exército a que procede o governo reaccionário, sem ter as suficientes provisões nem dinheiro para mantê-lo, e a repetição cada vez mais frequente das guerras intestinas possibilitada por tal aumento, obrigam os soldados a suportar permanentemente pesadas privações. O aumento dos impostos pelo Estado, a elevação das rendas e dos juros pelos senhores de terras e, ao mesmo tempo, a carga cada vez mais pesada das misérias provocadas pela guerra, arrastam por todo o país a fome e o bandidismo, de tal maneira que os camponeses e a gente pobre das cidades se encontram numa situação sem saída. A falta de fundos necessários à manutenção das escolas ameaça muitos estudantes com a interrupção dos seus estudos; o carácter atrasado da produção rouba a muito jovem diplomado a esperança de encontrar trabalho. Uma vez compreendidas todas estas contradições, pode ver-se quão desesperadamente precária é a situação e quão caótico é o estado em que a China se encontra. Pode ver-se também quão inevitável é a verificação do auge revolucionário contra os imperialistas, caudilhos militares e senhores de terras, e em quão breve prazo

tal auge vai produzir-se. A China está toda junca-da de lenha seca que muito em breve se incendiará. “Uma faísca pode incendiar toda a pradaria”, eis o provérbio que caracteriza, de maneira exacta, o caso do desenvolvimento da situação presente. Basta dar um golpe de vista pelas greves de operários, levantamentos de camponeses, motins de soldados e greves de estudantes, que se multiplicam em várias localidades, para compreender que, indubitavelmente, da “faísca” ao “incêndio” já não há uma grande distância. As ideias fundamentais expostas acima estavam já contidas na carta de 5 de Abril último, enviada pelo Comité da Frente ao Comité Central. Aí se dizia: “Na sua carta (de 9 de Fevereiro do ano passado) o Comité Central fez uma apreciação muito pessimista da situação objectiva e do estado das nossas forças subjectivas. As três ‘expedições punitivas’ realizadas pelo Kuomintang contra as montanhas Tchincam, foram a expressão do apogeu da contra-revolução. Ao mesmo tempo, porém, elas marca-ram o limite para lá do qual se iniciou o refluxo progressivo da contra-revolução e o avanço igualmente progressivo da revolução. Embora a capacidade de combate e de organização do nosso Partido tenha diminuído até ao ponto descrito pelo Comité Central, dado o refluxo progressivo da contra-revolução, o seu restabelecimento produzir-se-á num ritmo necessariamente rápido e a passividade dos quadros do Partido poderá ser rapidamente liquidada. De certeza, as massas seguir-nos-ão. A política de massacre só serve para ‘fazer fugir o peixe para as águas mais profundas’. Quanto ao reformismo, de agora em diante já não

pode atrair as massas. De certeza, as ilusões das massas a respeito do Kuomintang dissipar-se-ão rapidamente. Na situação que vai criar-se, nenhum partido poderá rivalizar com o Partido Comunista na luta pela conquista das massas. A linha política e a linha de organização traçadas pelo VI Congresso Nacional do Partido* são correctas: na etapa actual, a revolução é democrática e não socialista. Actualmente, a tarefa do Partido (aqui seria necessário acrescentar: ‘nas grandes cidades’) consiste na luta pela conquista das massas e não na organização imediata da insurreição. A revolução, porém, desenvolver-se-á muito rapidamente e, no que respeita à propaganda e preparação do levantamento armado, nós devemos adoptar uma atitude activa. No caos enorme que é a situação presente, não se podem dirigir as massas a não ser com a ajuda de palavras de ordem de combate, bem como adoptando uma atitude activa. O restabelecimento da capacidade combativa do Partido não é possível, a menos que se adopte tal atitude activa. . . . Uma direcção proletária é a chave exclusiva da vitória da revolução. Criação da base proletária do Partido, criação de células nas empresas industriais dos centros urbanos, tais são, actualmente, as tarefas importantes do Partido, do ponto de vista da organização. Simultaneamente, porém, o desenvolvimento da luta no campo, a criação do poder vermelho em regiões de pequena extensão, a formação do Exército Vermelho e o aumento das suas fileiras são, em particular, as condições principais que podem ajudar a luta nas cidades e acelerar o avanço revolucionário. *Por isso, a renúncia à luta nas cidades é um erro. Igualmente consideraríamos um

erro se qualquer dos membros do nosso Partido recebesse a expansão das forças camponesas, com medo de que elas ultrapassassem as forças da classe operária e de que isso viesse a ter repercussões desfavoráveis no decurso da revolução. Com efeito, a revolução na China semi-colonial só fracassará se a luta dos camponeses estiver privada duma direcção operária, sendo impossível que o facto de a luta camponesa se tornar mais poderosa que a luta dos operários possa ter repercussões desfavoráveis sobre o curso da revolução.”

No que respeita à tática a seguir pelo Exército Vermelho, dá-se na carta a resposta seguinte:

“Para preservar o Exército Vermelho e mobilizar as massas, o Comité Central propõe que dividamos as nossas forças em pequeninas unidades, as dispersemos duma maneira ampla pelos campos e retiremos do exército os camaradas Tchu Te e Mao Tsetung, a fim de não oferecermos grandes alvos ao inimigo. Esse modo de encarar o problema não é realista. Desde o Inverno de 1927 que nós estabelecemos planos, e realizámo-los várias vezes na prática, de divisão das nossas forças em unidades — companhias ou batalhões — operando independentemente nos campos, a fim de sublevar as massas pela tática de guerrilhas, e escapar ao inimigo, o que, não obstante, fracassou consecutivamente. As razões do fracasso são as seguintes: 1) Diferentemente dos destacamentos locais da Guarda Vermelha, as forças principais do Exército Vermelho não se compõem, na sua maioria, de habitantes da região.; 2) Ao dispersarem-se

as unidades, enfraquece-se a respectiva direcção, e elas perdem a aptidão para encontrar uma saída nas situações difíceis, registando-se facilmente derrotas; 3) O inimigo pode, sem dificuldades, esmagar unidade atrás de unidade; 4) Quanto mais desfavorável é a situação, mais necessário se torna que as tropas sejam concentradas e que os chefes estejam firmes nos seus postos de combate. Só assim se pode alcançar a coesão interna contra o inimigo. A dispersão das tropas para as acções de guerrilhas não é possível a não ser numa situação favorável. Só nas situações favoráveis é que os chefes não necessitam de estar todo o tempo ligados às suas tropas, como devem fazê-lo nas situações desfavoráveis.”

As considerações acima têm um defeito: todos os argumentos sobre a impossibilidade de dispersar as tropas têm um carácter negativo, o que está longe de ser justo. O argumento positivo sobre a vantagem da concentração das nossas forças consiste no facto de não ser possível liquidar forças relativamente importantes do inimigo, nem apoderar-se das cidades e vilas, senão concentrando as nossas tropas. Só destruindo-se as forças comparativamente mais importantes do inimigo e apoderando-se das cidades e vilas se poderão levantar as massas em grande escala e criar os órgãos do poder em territórios que agrupem vários distritos. Só assim se poderá atingir o pensamento e os sentimentos de todo o povo (o que se chama estender a influência política) e chegar a resultados práticos no que respeita à aceleração do avanço revolucionário. Por exemplo, ambos os regimes que

criámos na fronteira Hunan-Quiansi, no ano antepassado, e no Fuquien ocidental⁹, no ano passado, foram o resultado da nossa política de concentração de forças. Eis os princípios gerais. Mas não haverá casos em que seja indispensável dispersar as tropas? Sim, há casos. A carta do Comité da Frente ao Comité Central fala das tácticas de guerrilhas do Exército Vermelho, incluindo a divisão das forças dentro duma curta distância: “A táctica que, ao longo dos últimos três anos, nós elaborámos no decorrer da luta, difere de qualquer outra adoptada nos tempos antigos ou modernos, quer na China quer no estrangeiro. Pela aplicação da nossa táctica, a luta das massas tem progredido dia após dia, de tal maneira que nem o adversário mais poderoso pode vencer-nos. A nossa táctica é a da guerra de guerrilhas, e consiste, no essencial, nos princípios seguintes: ‘Dispersar as tropas para levantar as massas, concentrar as tropas para bater o inimigo.’ ‘O inimigo avança, nós recuamos, o inimigo imobiliza-se, nós flagelamos, o inimigo esgota-se, nós golpeamos, o inimigo retira-se, nós perseguimos.’ ‘Para o estabelecimento de bases de apoio relativamente sólidas, nós adoptamos a táctica da progressão por vagas; quando somos perseguidos por um adversário poderoso, descrevemos um círculo sem nos afastarmos da base.’ ‘Levantar um máximo de massas no mínimo tempo possível e recorrendo aos métodos mais adequados.’ Tal táctica é semelhante à do pescador, que lança a rede no momento mais oportuno e retira-a igualmente no momento mais oportuno. Lançar para a conquista das massas e retirar para fazer face ao inimigo. Eis a

táctica que aplicámos durante os três últimos anos.” Aqui, “lançar a rede” significa dispersar as nossas tropas a pequena distância da base. Por exemplo, quando dominámos pela primeira vez a cidade de Ionsin, na fronteira Hunan-Quiansi, dispersámos o 29o e o 31o Regimentos dentro dos limites do distrito de Ionsin. De novo, quando dominámos pela terceira vez o Ionsin, o 28o Regimento foi enviado para a fronteira do distrito de Anfu, o 29o para Lien-hua e o 31o para a fronteira do distrito de Qui-an. A título de exemplo, pode igualmente citar-se a dispersão das tropas nos distritos de Quiansi meridional, em Abril-Maio de 1929, assim como nos distritos do Fuquien ocidental, em Julho. A dispersão das tropas a uma grande distância da base só é possível em duas condições: situação favorável e existência de órgãos dirigentes relativamente sólidos. Isto porque o objectivo da dispersão das tropas é assegurar-nos uma conquista mais eficaz das massas, aprofundar a revolução agrária, estabelecer os órgãos do poder político, bem como alargar as fileiras do Exército Vermelho e das forças armadas locais. Se, porém, a realização desses objectivos é impossível, ou se a dispersão das tropas provoca a derrota e o enfraquecimento do Exército Vermelho, como sucedeu em Agosto de 1928, por exemplo, quando uma parte das tropas da região fronteira Hunan-Quiansi foi expedida contra a cidade de Tsendjou, então mais vale não recorrer a ela. Mas, se as duas condições que enunciámos são preenchidas, a dispersão é, sem dúvida, desejável, na medida em que, então, se afigura mais vantajosa que a concentração. A carta de Fevereiro do Comité Central era injusta

quanto ao espírito e exerceu uma influência negativa sobre uma parte dos camaradas pertencentes à organização do Partido do IV Corpo do Exército Vermelho. Além disso, na mesma época, o Comité Central sublinhava, numa das suas circulares, que não era seguro que a guerra entre Tchiang Kai-chek e a camarilha de Cuansi viesse a estalar. Posteriormente, porém, as apreciações e directivas do Comité Central foram justas, em geral. A fim de corrigir a apreciação inadequada contida na referida circular, o Comité Central elaborou uma outra. Se bem que a carta dirigida ao Exército Vermelho não tivesse sofrido qualquer rectificação, as directivas ulteriores do Comité Central já não apresentavam as mesmas notas de pessimismo, e o seu ponto de vista sobre os movimentos do Exército Vermelho começou a coincidir com o nosso. Todavia, a influência negativa que a carta do Comité Central exercera em certos camaradas não foi eliminada. Eis porque penso ser ainda indispensável esclarecer essa questão. No mesmo mês de Abril de 1929, o Comité da Frente apresentou ao Comité Central um plano que visava conquistar a província de Quiansi no prazo de um ano. Posteriormente, em Iutu, foi tomada uma decisão nesse sentido. Os argumentos então apresentados foram expostos na carta seguinte, dirigida ao Comité Central: “As forças de Tchiang Kai-chek e da camarilha de Cuansi aproximam-se uma da outra, na região de Quiouquiam, sendo de prever grandes batalhas. A retomada da luta das massas, acrescida à agravação das contradições no interior do campo reaccionário, torna possível, para breve, a verificação dum auge revolucionário. Em tais

circunstâncias, ao elaborarmos os nossos planos, partimos do facto de que em duas das províncias do Sul, Cuantum e Hunan, as forças armadas dos compradores e dos senhores de terras são muito grandes, e que, além disso, em razão dos erros de carácter putchista cometidos pelo Partido, este perdeu, em Hunan, quase todos os seus membros e massas. A situação é porém diferente nas três províncias de Fuquien, Quiansi e Tchequiam. Primeiro, as forças armadas inimigas que aí se encontram são precisamente as mais fracas. Em Tchequiam não há mais do que pequenas guarnições provinciais, sob o comando de Tchiam Po-tchem¹⁰. Em Fuquien, se bem que existam quatorze regimentos sob cinco comandos, a brigada de Cuo Fum-mim está já fora de combate; as unidades comandadas por Tchen Cuo-huei e Lu Sim-pam¹¹ são compostas de bandidos, sendo muito fraca a sua combatividade; as duas brigadas de infantaria de marinha estacionadas ao longo da costa nunca tomaram parte em combates, sendo seguramente reduzida a sua combatividade; as únicas tropas relativamente capazes de bater-se são as de Tcham Tchen¹² mas, segundo a análise feita pelo Comité Provincial de Fuquien, dentre essas tropas só dois regimentos têm capacidade de combate relativamente elevada. Além disso, Fuquien encontra-se actualmente num estado de completa confusão e falta de unidade. Em Quiansi, as tropas de Tchu Pei-te¹³ e de Sium Chi-huei¹⁴ contam, no total, dezasseis regimentos. O seu poder militar ultrapassa o do Fuquien e Tchequiam, mas cede em muito ao do Hunan. Segundo, nessas três províncias, os erros de carácter putchista foram relativamente pouco nu-

merosos. Se deixa-mos de lado o Tchequiam, onde a situação não nos parece bem clara, podemos dizer que as organizações do Partido e a sua base de massas no Quiansi e no Fuquien são um pouco mais fortes do que no Hunan. Quanto ao Quiansi, existe ainda uma base francamente adequada no norte — nos distritos de Te-an, Siouchuei e Toncu. A oeste, nos distritos de Nincam, Ionsin, Lien-hua e Sueitchuan, a força do Partido e dos destacamentos da Guarda Vermelha subsiste como no passado. No sul do Quiansi, as nossas perspectivas são ainda melhores: as forças do 1º e do 4º Regimentos do Exército Vermelho crescem de dia para dia, nos distritos de Qui-an, Ionfom e Sincuo; os destacamentos do Exército Vermelho comandados por Fuam Tchi-min não foram de modo algum aniquilados. Assim se criou uma situação para cercar Nantcham. Nós propomos pois ao Comité Central que, durante a guerra prolongada entre os caudilhos militares do Kuomintang, lutemos contra Tchiang Kai-chek e a camarilha do Cuansi, a fim de conquistar o Quiansi, incluindo também o Fuquien ocidental e o Tchequiam ocidental. Os efectivos do Exército Vermelho seriam alargados nessas três províncias, assim como seria criado um regime de massas independente; o prazo para o cumprimento desse plano será um ano.” Nesse plano, que visa a conquista do Quiansi, o erro está em ter-se fixado o prazo de um ano. Quanto à possibilidade de conquista do Quiansi, nós condicionávamo-la nessa carta, além da situação na própria província, à verificação próxima do auge revolucionário à escala nacional. Efectivamente, se não se está convencido de que o auge revolucionário deve intervir a breve prazo,

não se pode de maneira alguma concluir na possibilidade de conquistar o Quiansi em um ano. O defeito da proposta estava em fixar-se o prazo de um ano, pois isso era, precisamente, dar uma interpretação colorida de impaciência às palavras “para breve”, na expressão “torna possível, para breve, a verificação dum auge revolucionário”. As condições subjectivas e objectivas que existem no Quiansi merecem uma atenção séria. Além das condições subjectivas de que se fala na carta dirigida ao Comité Central, existem condições objectivas de que se podem já mencionar os traços seguintes: primeiro, a economia do Quiansi é essencialmente feudal; o poder da burguesia comercial é relativamente fraco e as forças armadas dos senhores de terras são mais fracas do que em qualquer outra província do Sul. Segundo, o Quiansi não tem tropas provinciais próprias; as tropas que aí estão em guarnição pertencem sempre a outras províncias. Tais tropas, enviadas para a “exterminação dos comunistas” ou para a “exterminação dos bandidos”, não estão familiarizadas com as condições locais e não têm o mesmo entusiasmo, pois estão longe de sentir o mesmo interesse pessoal que as tropas locais sentem em tais acções. Terceiro, o Quiansi, à diferença do Quantum, limítrofe do território de Hong Kong, onde quase tudo está sob controle britânico, afigura-se comparativamente livre da influência do imperialismo. Desde que se tenham em conta esses três factores, podemos explicar como os levantamentos camponeses têm sido mais amplos e o Exército Vermelho e as unidades de guerrilhas mais numerosos no Quiansi do que em qualquer outra província.

A interpretação das palavras “para breve”, na expressão “torna possível, para breve, a verificação dum auge revolucionário”, constitui frequentemente um problema para muitos camaradas. Os marxistas não são oráculos. Quando eles falam dos desenvolvimentos e das modificações que intervirão no futuro, devem e podem indicar unicamente a direcção geral, não devendo nem podendo determinar, mecanicamente, o dia ou a hora. Contudo, a minha afirmação segundo a qual na China se “torna possível, para breve, a verificação dum auge revolucionário” não é de modo algum uma frase vazia, no género das formulações apresentadas por outros: “é possível que intervenha um auge revolucionário”, as quais não expressam em coisa alguma a aspiração à acção e apresentam o auge revolucionário como qualquer coisa de ilusório, de 206 inacessível. O auge revolucionário é como um navio no mar, do qual o cimo dos mastros já é visível à distância, para as pessoas que se encontram à beira da praia; é semelhante ao sol da madrugada que, le-vantando-se radioso a Oriente, pode ser visto de longe pelas pessoas que se encontram no topo das montanhas; é, enfim, semelhante à criança que já se agita no seio materno e há-de ver em breve o dia.

NOTAS

1 O camarada Fuam Tchi-min, natural do distrito de Yi-iam, província de Quiansi, foi eleito membro do Comité Central do Partido Comunista da China pelo Sexto Congresso Nacional. Ele foi o fundador da região vermelha do nordeste do Quiansi e do X Corpo do Exército Vermelho. Em 1954, ele dirigiu a marcha para o Norte das unidades avançadas anti-japonesas do Exército Vermelho. Feito prisioneiro num combate contra as tropas reaccionárias do Kuomintang, em Janeiro de 1935, morreu heroicamente como mártir, em Nantcham, em Julho do mesmo ano.

2 Por “forças subjectivas da revolução”, o camarada Mao Tsetung entende aqui as forças organizadas da revolução. ‘Caudilho militar do Kuomintang e governador do Hunan em 1928.

Trata-se da terceira invasão da base de apoio do Exército Vermelho nas montanhas Tchincam, efectuada pelos caudilhos militares do Kuomintang no Hunan e no Quiansi, em fins de 1928 e começos de 1929.

5 Trata-se da guerra, em Março-Abril de 1929, entre Tchiang Kai-chek, caudilho militar do Kuomintang em Nanquim, e Li Tsum-jen e Bai Tchon-si, caudilhos militares do Kuomintang no Cuansi.

6 Trata-se da carta dirigida ao Comité da Frente pelo Comité Central, a 9 de Fevereiro de 1929. Na carta citada no texto, carta enviada pelo Comité da Frente ao Comité Central do Partido, a 5 de Abril de 1929, o Comité da Frente reproduziu, em linhas gerais, o conteúdo da carta de 9 de Fevereiro, que dizia principalmente respeito aos problemas relativos à apreciação da situação e às tácticas do Exército Vermelho. As opiniões contidas nessa carta do Comité Central eram inadequadas, razão por que o Comité da Frente formulou opinião diferente na referida carta de 5 de Abril.

7 Trata-se do massacre das forças revolucionárias do povo perpetrado pelas forças contra-revolucionárias.

8 O Congresso realizado em Julho de 1928 sublinhou que, a

despeito da derrota de 1927, a revolução chinesa permanecia, pelo seu carácter, uma revolução democrático-burguesa, contra o imperialismo e o feudalismo. Ele sublinhou ainda que se verificaria inevitavelmente um novo auge da revolução mas que, enquanto isso se não verificasse, a linha geral do Partido seguiria sendo a da luta pela conquista das massas. O Congresso rejeitou o capitulacionismo de direita de Tchen Tu-siu de 1927, e criticou o putchismo de “esquerda” surgido no Partido imediatamente após a derrota de 1927, isto é, em fins de 1927 e princípios de 1928.

9 Em 1929, o Exército Vermelho partiu das montanhas Tchincam em direcção ao leste, rumo ao oeste do Fuquien; estabeleceu uma nova base de apoio revolucionária e criou os órgãos do poder político popular revolucionário nos distritos de Lom-iem, Iontim e Chan-ham.

10 Comandante dos corpos de “preservação da paz” do Kuomintang, na província de Tchequiam.

11 Dois chefes locais de bandidos, cujas forças tinham sido incorporadas no exército do Kuomintang.

12 Comandante de divisão do Kuomintang.

13 Caudilho militar e governador do Kuomintang no Quiansi.

14 Comandante de divisão do Kuomintang, no Quiansi.

PRESTAR ATENÇÃO AO TRABALHO ECONÓMICO*

(20 de Agosto de 1933)

O desenvolvimento impetuoso da guerra revolucionária exige que mobilizemos as massas para lançar imediatamente uma campanha na frente económica e empreender todas as tarefas de construção económica que sejam possíveis e necessárias. Por quê? Porque toda a nossa actividade actual deve ser orientada no sentido da vitória na guerra revolucionária e, antes de mais, no sentido da vitória completa na luta para esmagarmos a quinta campanha de “cerco e aniquilamento” lançada pelo inimigo¹; ela deve tender para a garantia das condições materiais que assegurem a alimentação e demais abastecimentos ao Exército Vermelho, para a melhoria da vida das massas populares, estimulando assim a sua mais activa participação na guerra revolucionária, para a organização das grandes massas populares na frente económica e para a educação destas, de modo a

Discurso pronunciado pelo camarada Mao Tsetung em Agosto de 1933 na conferência sobre construção económica dos dezassete distritos no sul do Quiansi

dispormos de novas forças de massas para a guerra, para a consolidação da aliança operário-camponesa e da tadura democrática dos operários e camponeses, bem como para o reforço da direcção do proletariado através da edificação económica. A cons-trução económica é essencial para a realização dc todos esses objectivos. Isto deve ficar claramente compreendido por todos os que estão empenhados no trabalho revolucionário. Alguns camaradas pen-sam que é impossível dispor de tempo para a construção económica, uma vez que a guerra revolucionária mantém as pessoas bastante ocupadas, e chegam mesmo a condenar como “desviationistas de direita” todos os que falem disso. Na opinião deles, a construção económica é impossível em condições de guerra revolucionária, só se tornando possível nas condições de paz e tranquilidade prevalecentes depois da vitória final. Camaradas, esses pontos de vista são errados. Todos os que os defendem não compreenderam ainda que, sem edificação económica, é impossível assegurar as condições materiais para a guerra revolucionária, acabando o povo por ficar esgotado no decorrer da guerra prolongada. Vejamos! O inimigo procede a um bloqueio económico, os comerciantes não escrupulosos e os reaccionários sabotam as nossas finanças e o nosso comércio, e o comércio das nossas regiões vermelhas com o exterior está seriamente comprometido. Acaso não ficará gravemente afectada a nossa guerra revolucionária se não se vencem todas essas dificuldades? O sal é muito caro c, por vezes, impossível de se obter. O arroz é barato no Outono e no Inverno, mas torna-se terrivelmente caro na Primavera e no Verão. Todos esses factos afectam directamente a

vida dos operários e dos camponeses e impossibilitam-lhes uma melhoria de vida. Acaso isso não irá afectar a nossa linha básica — a aliança operário-camponesa? Se os operários e os camponeses ficarem descontentes com as suas condições de vida, então não é evidente que isso afectará a expansão do nosso Exército Vermelho e a mobilização das massas para a guerra revolucionária? Sendo assim, é gravemente errado pensar que não se deve empreender a construção económica nas condições duma guerra revolucionária. Os que pensam desse modo dizem, com frequência, que tudo se deve subordinar à guerra, mas não conseguem compreender que renunciar à construção económica representa mais um enfraquecimento da guerra do que uma subordinação de tudo a essa mesma guerra. Só ampliando o trabalho na frente económica e desenvolvendo a economia das regiões vermelhas se poderá garantir uma base material adequada para a guerra revolucionária, realizar com sucesso as nossas ofensivas militares e vibrar golpes poderosos contra as campanhas de “cerco e aniquilamento” lançadas pelo inimigo; só assim poderemos conseguir os recursos para ampliar o Exército Vermelho e empurrar as pontas da nossa frente milhares de lis para diante, de maneira que, quando as cir-cunstâncias se mostrem favoráveis, o Exército Vermelho esteja pronto a atacar Nantcham e Quiou-quiã sem quaisquer preocupações e, desembaraçado desse modo das tarefas de abastecimento, possa concentrar toda a sua atenção no combate; só assim poderemos satisfazer, dentro de certa medida, as necessidades materiais das grandes massas, de maneira que, com maior entusiasmo ainda, elas se juntem ao

Exército Vermelho e se empenhem em mais actividades revolucionárias. Só essa maneira de agir constitui uma subordinação de tudo à guerra. Entre os que, em distintos lugares, se entregam ao trabalho revolucionário, muitos ainda não compreenderam a importância da construção económica na guerra revolucionária, havendo até muitos governos locais que não levam a sério a discussão dos problemas levantados pela construção económica. Os departamentos de economia nacional dos governos locais ainda não estão bem organizados, alguns deles não têm sequer director e, para outros, designaram-se pessoas incompetentes, apenas para que ficassem preenchidos os postos. O desenvolvimento das cooperativas está ainda na fase inicial e o trabalho de regularização do abastecimento em víveres só começou em uns quantos lugares. Não se tem feito propaganda entre as grandes massas a favor do trabalho de construção económica (propaganda que é de grande importância), e ainda não se criou entre estas um ambiente de entusiasmo pela luta de construção económica. Tudo o que se disse é um resultado do não reconhecimento da importância da construção económica. Com as discussões desta conferência e com as informações que vocês hão-de dar no regresso aos vossos postos, devemos criar um ambiente de entusiasmo pela construção económica no seio de todo o pessoal do governo e entre as grandes massas operárias e camponesas. A importância da construção económica para a guerra revolucionária deve ser tornada bem evidente para todos, de maneira que todos possam fazer tudo o que estiver ao seu alcance na promoção da venda de títulos de dívida pública de con-

strução económica, no desenvolvimento do movimento cooperativo e no estabelecimento, por toda a parte, de celeiros públicos e depósitos de víveres em previsão dos períodos de fome. Cada distrito deve criar um sub-departamento para a regularização do abastecimento de víveres, com ramos nos sub-distritos importantes e nos mercados principais. Nas regiões vermelhas, importa fazer com que os cereais das zonas que disponham de excedentes sejam enviados para as zonas onde estes escasseiem, de modo que não haja acumulações numa zona e falta absoluta noutras, e o respectivo preço não seja muito baixo num ponto e muito elevado noutro; por outro lado, devemos enviar os nossos excedentes de cereais para o exterior das regiões vermelhas, segundo um plano (nunca em quantidades ilimitadas), e conseguir das regiões brancas a mercadoria de que necessitamos, de modo a evitar-se a exploração por parte dos comerciantes sem escrúpulos. Todos devemos fazer o máximo por desenvolver a agricultura e o artesanato e aumentar a produção de alfaias agrícolas e cal, a fim de garantirmos melhores colheitas no próximo ano, tanto como devemos restaurar a produção dos artigos locais, como volfrâmio, madeira, cânfora, papel, tabaco, linho, cogumelos secos e essência de hortelã, e exportá-los em quantidade para os mercados das regiões brancas. A julgar pelo volume, os cereais ocupam o primeiro lugar entre as principais mercadorias de exportação do comércio externo das nossas regiões. Cerca de três milhões de dan de arroz não descascado são exportados anualmente em troca dos bens de consumo que necessitamos, quer dizer, uma proporção de um

dan por cabeça, dentro duma população que conta três milhões de indivíduos — é seguro qífe não pode ser menos do que isso. E quem faz esse comércio? Os comerciantes, que nos exploram cruelmente ao longo de todo o processo. No ano passado, eles compraram arroz não descascado aos camponeses dos distritos de Van-an e Taiho por cinco jiao o dan, e vende-ram-no em Candjou por quatro yuan, o que foi um lucro de setecentos por cento. Tomemos outro exemplo. Por ano, os nossos três milhões de habitantes consomem cerca de nove milhões de yuan em sal e mais ou menos seis milhões em tecidos de algodão, mas nem se torna necessário dizer que esses quinze milhões de yuan, da importação de sal e tecidos, ficam por inteiro nas mãos dos comerciantes, nada tendo nós feito a esse respeito. A exploração por parte dos comerciantes é realmente terrível. Por exemplo, eles compram sal em Mcicien, à razão de um yuan por cada sete jins e vendem-no nas nossas regiões ao preço de um yuan cada doze lians^K Não é pois verdade que se trata duma escandalosa exploração? Não podemos ignorar por mais tempo essa situação; daqui para futuro devemos manejar nós próprios esse comércio. E o nosso departamento de comércio externo deve fazer grandes esforços a tal respeito. Como se aplicarão os três milhões de yuan dos títulos de dívida pública de construção económica? Pensamos aplicá-los da seguinte maneira: um milhão será afectado às despesas de guerra do Exército Vermelho, e dois milhões serão emprestados, como capital, às cooperativas, ao departamento de regularização do abastecimento em víveres e ao departamento de comércio externo.

Da última dita, a maior parte será aplicada na expansão do nosso comércio externo, e o resto na expansão da produção. O nosso objectivo é não só expandir a produção mas também vender os nossos produtos a bom preço nas regiões brancas, comprar então o sal e os tecidos a baixo preço e distribuí-los pelas massas populares, de modo a romper-se o bloqueio inimigo e impedirmos a exploração por parte dos comerciantes. Devemos rea-lizar o desenvolvimento contínuo da economia popular, melhorar bastante as condições de vida das massas e aumentar substancialmente o nosso rendimento público, lançando assim as bases materiais sólidas da guerra revolucionária e da construção económica. Trata-se duma grande tarefa, duma grande luta de classes. E há que perguntar a nós próprios: poderá uma tal tarefa realizar-se nas condições duma guerra encarniçada? Eu penso que sim. Não nos referimos à construção duma linha férrea para Lom-iem nem à construção, em futuro próximo, duma estrada que leve a Candjou. Não dizemos que deva haver um monopólio completo da venda dos cereais, ou que o governo deva realizar, com exclusão absoluta dos comerciantes, todo o comércio de sal e tecidos avaliado nos tais quinze milhões de yuan. Não dizemos nem tentamos fazer isso. Aquilo que dizemos e tentamos fazer é desenvolver a agricultura e o artesanato, e exportar os nossos cereais e o volfrâmio em troca de sal e tecidos, começando provisoriamente com um fundo de dois milhões de yuan, acrescidos das somas investidas pelas massas. Acaso haverá aí algo que se não deva empreender, algo que se não possa empreender e concluir? Nós já iniciámos esse trabalho e alcançámos

alguns resultados. A colheita deste Outono excede em vinte e cinco por cento a do ano passado, quer dizer, mais do que o nosso cálculo inicial de vinte por cento de aumento. Nas indústrias artesanais restabelece-se a produção de alfaias agrícolas e cal e retoma-se a produção de volfrâmio. A produção de tabaco, papel e madeira também está a reanimar-se. Tem-se feito muito na regularização do abastecimento em víveres durante este ano. E começou a fazer-se um certo trabalho quanto à im-portação de sal. É sobre tais realizações que baseamos a nossa firme crença na possibilidade de progresso futuro. Então não será um erro manifesto dizer que a construção económica é impossível agora e que, por consequência, deve esperar pelo fim da guerra? Como é evidente, na fase actual a construção económica deve girar à volta da nossa tarefa central, a guerra revolucionária. Hoje, a guerra revolucionária é a nossa tarefa central, tarefa que a construção económica deve servir, tomar como eixo, e à qual deve subordinar-se. Do mesmo modo seria errado considerar a construção económica como o centro de todo o nosso trabalho actual, e ir até ao ponto de descurar a guerra revolucionária, ou realizar a construção independentemente da guerra. Só depois de acabar a guerra civil, se pode e deve faiar da construção económica como centro de todo o nosso trabalho. Durante a guerra civil, seria pura utopia tentar realizar uma construção económica de tempo de paz, construção apenas necessária no futuro, não no presente, construção unicamente possível nas condições do futuro mas impossível nas condições do presente. As tarefas para o presente são as exigidas com urgência pela guerra.

Cada uma dessas tarefas deve servir a guerra; nenhuma constitui um empreendimento de tempo de paz, separado da guerra. Se algum dos camaradas ainda alimenta a ideia de fazer a construção económica independentemente da guerra, deve desde já corrigir esse erro. Seria impossível conseguir o avanço rápido duma campanha na frente económica sem um correcto estilo de direcção e sem métodos de trabalho correctos. Isso é também uma questão importante que esta conferência tem de resolver. Por consequência, os camaradas aqui presentes terão um enorme trabalho a fazer assim que regressem, e devem fornecer directivas às muitas pessoas com quem vão trabalhar. Em particular, os camaradas que trabalham à escala das circunscções ou municípios, bem como nas cooperativas, departamentos de víveres, departamentos de comércio e repartições de compra, estão pessoalmente empenhados no trabalho prático de mobilização das massas para a criação de cooperativas, na regularização e transporte do abastecimento em víveres e na administração do nosso comércio com o exterior. Se o seu estilo de direcção for errado e não empregarem métodos correctos e eficientes, o trabalho ficará imediatamente afectado, falharemos na conquista do apoio das grandes massas para as diferentes tarefas e, durante o próximo Outono e Inverno, bem como na próxima Primavera e Verão, não seremos capazes de cumprir inteiramente o plano de construção económica do governo central. Assim, gostaria de chamar a atenção dos camaradas para os pontos seguintes:

Primeiro, mobilizar as massas através das organizações. Em primeiro lugar, os camaradas em cada presidium e nos departamentos de economia nacional e de finanças dos governos dos diversos escalões devem, regularmente, inscrever nas suas agendas e discutir, supervisionar e verificar o trabalho de venda de títulos de dívida pública, de desenvolvimento das cooperativas, de regularização do abastecimento em víveres e de incremento da produção e comércio. Em seguida, há que pôr em acção as organizações de massas, sobretudo os sindicatos e as ligas de camponeses pobres. Devemos fazer com que os sindicatos mobilizem todos os seus membros com vistas a uma intervenção na frente económica. As ligas de camponeses pobres constituem poderosas bases de mobilização das massas para a criação de cooperativas e subscrição de títulos de dívida pública. É preciso que os governos de sub-distrito e de circunscricção as dirijam com energia. Além disso, com reuniões nas aldeias ou grupos de famílias, há que fazer toda uma propaganda em favor da construção económica, explicando clara-mente como esta se relaciona com a guerra revolucionária e discutindo, nos termos mais práticos, a maneira de melhorar as condições de vida das massas e aumentar a nossa potência para a luta. Devemos fazer apelo às massas para que subscrevam os títulos de dívida pública, desenvolvam cooperativas, regularizem o abastecimento em víveres, consolidem as finanças e fomentem o comércio. Devemos apelar para que as massas lutem por essas palavras de ordem e devemos aumentar-lhes o seu entusiasmo. Os nossos objectivos não podem ser atingidos se não empregar-

mos as várias organizações na mobilização das massas nem fizermos, como ficou descrito, uma propaganda no seio destas, quer dizer, se cada presidium e cada departamento de economia nacional e de finanças dos órgãos do governo, em todos os escalões, não se esforçar por discutir e verificar o trabalho de construção económica, não se preocupar em pôr em movimento as organizações de massas e em realizar reuniões de propaganda. Segundo, não devemos ser burocratas nos métodos de mobilização das massas. Uma direcção burocrática é tão intolerável na construção económica como em qualquer outro ramo do nosso trabalho revolucionário. O odioso flagelo, detestado por todos, que é a burocracia, deve ser varrido para o lixo. Os métodos que os camaradas devem adoptar são os do apelo às massas, isto é, aqueles métodos que são bem aceites por todos os operários e camponeses. Uma das manifestações de burocracia consiste no relaxamento no trabalho, motivado pela indiferença ou negligência. Devemos combater seriamente esse fenómeno. Outra manifestação de burocracia é o autoritarismo. Aparentemente, as pessoas dadas ao autoritarismo não são relaxadas, e dão até a impressão de serem trabalhadores esforçados. Simplesmente, as cooperativas criadas segundo métodos autoritários não têm êxito e, ainda quando parecem crescer por certo tempo, não podem consolidar-se. No fim, as massas acabam por perder a fé que tinham nelas, o que paralisa o respectivo desenvolvimento. Forçar a venda de títulos de dívida pública através de processos autoritários, impor quotas de maneira arbitrária, sem procurar saber se as massas compreendem a razão

de ser desses títulos nem quantos títulos podem estas comprar, só pode provocar o descontentamento popular e tornar impossível a realização de boas vendas. Há que rejeitar o autoritarismo. O que precisamos é dum propaganda vigorosa para convencer as massas, e dum desenvolvimento das cooperativas, dum promoção da venda de títulos de dívida pública, bem como dum realização de todo o trabalho de mobilização económica, de acordo com as condições concretas e o sentir real das massas. Terceiro, para ampliar a campanha de construção económica necessitamos dum grande número de quadros. E não se trata apenas de dezenas ou centenas de indivíduos, mas sim de milhares, dezenas de milhares de indivíduos, que devemos organizar, treinar e enviar para a frente de construção económica. Eles serão os comandantes, enquanto que as grandes massas serão os soldados dessa frente. Por vezes, as pessoas queixam-se da falta de quadros. Camaradas, será que existe efectivamente essa falta? Inúmeros quadros surgiram dentre as massas, que têm sido temperadas ao longo das lutas agrárias, das lutas económicas e da guerra revolucionária; como se poderá pois dizer que existe uma falta de quadros? Desde que uma pessoa se desembarace desse ponto de vista errado, passa logo a poder ver quadros à sua volta. Quarto, actualmente, a construção económica é não só inseparável da tarefa geral da guerra revolucionária como também doutras tarefas. Só fazendo em profundidade uma campanha de verificação na questão da distribuição das terras² será possível abolir inteiramente o sistema feudal e semi-feudal da propriedade sobre a terra, elevar o entusiasmo dos camponeses pela produção

e canalizar rapidamente as grandes massas camponesas para a frente de construção económica. Só quando as leis do trabalho são resolutamente cumpridas é que se torna possível melhorar a vida das massas operárias, levá-las a participar activa e rapidamente na construção económica e reforçar a sua direcção sobre os camponeses. Só com uma direcção correcta nas campanhas eleitorais e nas campanhas de denúncia³ que acompanham a verificação na questão da distribuição das terras, se torna possível fortalecer os nossos órgãos de governo de maneira que possam dirigir mais vigorosamente a guerra revolucionária e todo o nosso trabalho, incluído o trabalho económico. A elevação do nível político e cultural das massas, por meio do trabalho de educação e cultura, tem igualmente uma grande importância no desenvolvimento da economia nacional. E que a tarefa de expansão do Exército Vermelho não deve ser descurada um dia sequer, nem é preciso dizer. Todos compreendem que, sem as vitórias do Exército Vermelho, o bloqueio económico seria ainda mais cerrado. Por outro lado, o desenvolvimento da economia nacional e a melhoria da vida das massas constituem, indubitavelmente, uma grande ajuda para o trabalho de expansão do Exército Vermelho e uma fonte de inspiração das grandes massas na sua marcha entusiástica para a frente. Resumindo, se conseguirmos preencher todas as condições indicadas acima, incluída essa nova condição, muito importante, que é a construção económica, e as pusermos todas ao serviço da guerra revolucionária, não restam quaisquer dúvidas de que a vitória na guerra nos pertencerá.

NOTAS

1 Entre 1950 e 1934, as tropas de Tchiang Kai-chek realizaram cinco assaltos de grande envergadura contra a região vermelha que tinha como centro Jueiquin, no Quiansi. Esses assaltos foram denominados campanhas de "cerco e aniquilamento". A quinta dessas campanhas começou em Outubro de 1933, sendo a respectiva preparação iniciada activamente por Tchiang Kai-chek logo a partir do Verão desse mesmo ano.

2 A campanha de verificação na questão da distribuição das terras foi realizada na região vermelha depois da reforma agrária, tendo como objectivo certificar se as terras tinham sido correctamente distribuídas.

3 As campanhas de denúncia eram campanhas democráticas em que as grandes massas populares eram encorajadas a denunciar os desmandos perpetrados pelos funcionários do governo democrático.

NOTAS DO TRADUTOR

1 Unidades de peso chinesas. Um jin corresponde a dez lians e um liam, a dez tsiens (na altura, o jin valia dezasseis lians). Um jin equivale a meio quilo.

COMO ANALISAR AS CLASSES NAS REGIÕES RURAIS*

(Outubro de 1933)

I. OS SENHORES DE TERRAS

Os senhores de terras são os indivíduos que dispõem de terras mas não intervêm pessoalmente no trabalho, ou apenas realizam trabalhos insignificantes, vivendo pois da exploração dos camponeses. Cobrar rendas pela terra é, para eles, a forma principal de exploração, podendo, no entanto, realizar além disso uma exploração por meio da usura, emprego de trabalhadores assalariados cu manutenção numa indústria ou comércio. A extorsão da renda da terra aos camponeses constitui a sua forma principal de explorar. A administração das terras públi-

O presente artigo foi escrito pelo camarada Mao Tsetung, em Outubro de 1933 para corrigir os desvios registrados no trabalho de reforma agrária e proporcionar uma solução correcta ao problema de terra. O documento foi adaptado pelo Governo Democrático Central dos Operários e Camponeses da época passando a servir como critério de determinação da situação de classe nas regiões rurais

cas e a arrecadação das rendas sobre as terras das escolas¹ estão igualmente incluídas na categoria de exploração através da renda da terra.

Os senhores de terras arruinados devem continuar a ser classificados como senhores de terras sempre que não estejam pessoalmente empenhados no trabalho e vivam da fraude, do roubo, à custa de pessoas da família ou amigos, e se encontrem em condições de vida melhores que os camponeses médios em geral.

Os caudilhos militares, os burocratas, os déspotas locais e maus nobres são os representantes políticos da classe dos senhores de terras e são elementos particularmente ferozes dessa classe. Entre os camponeses ricos também se podem encontrar, com frequência, déspotas locais e maus nobres, mas de menor importância.

Os indivíduos que trabalham para os senhores de terras na arrecadação das rendas e administração das propriedades destes, e cuja principal fonte de rendimentos depende da exploração dos camponeses pelos senhores de terras, e que, além disso, vivem em melhores condições que os camponeses médios em geral, também devem incluir-se na categoria dos senhores de terras.

Os usurários são indivíduos para quem a exploração pela usura constitui a fonte principal de rendimentos, e vivem em melhores condições do que os camponeses médios em geral, razão por que devem ser incluídos na mesma categoria que os senhores de terras.

II. OS CAMPONESES RICOS

Em regra, os camponeses ricos são proprietários de terras. Alguns camponeses ricos, porém, são apenas proprietários de uma parte das terras que cultivam, a parte restante recebem-na de arrendamento. Outros não são proprietários de quaisquer terras e toda a terra que cultivam possuem-na tomada de arrendamento. Em geral, os camponeses ricos dispõem de instrumentos de produção relativamente bons e em quantidade, bem como de bastante capital líquido, e empenham-se pessoalmente no trabalho, mas, de qualquer modo, mantêm sempre a exploração como garantia de uma parte, a maior mesmo, dos seus rendimentos. A sua forma principal de explorar é o emprego de trabalhadores assalariados (trabalhadores a longo prazo). Além disso, ainda podem servir-se de uma parte das terras para explorar por meio de arrendamentos, podem recorrer à usura e manter uma indústria ou comércio. Muitos dos camponeses ricos também se entregam à administração das terras públicas. As pessoas que possuem uma superfície relativamente considerável de boas terras e as trabalham, pessoalmente, em certa extensão, não empregam assalariados mas exploram os camponeses através das rendas da terra, da usura ou outros processos, devem igualmente ser consideradas como camponeses ricos. Os camponeses ricos mantêm regularmente uma exploração que, para muitos deles, constitui a fonte principal de rendimentos.

III. OS CAMPONESES MÉDIOS

Grande número de camponeses médios são proprietários de terras. Alguns deles são apenas proprietários duma parte das terras que cultivam, possuindo de arrendamento a parte restante. Outros não são proprietários, possuem de arrendamento a totalidade das terras que cultivam. Todos eles têm suficiente disponibilidade de alfaias agrícolas. Os camponeses médios obtêm a totalidade ou a parte principal dos seus rendimentos com trabalho pessoal. Em regra, não exploram outros indivíduos e são, muitos deles, explorados por terceiros, na medida em que têm de pagar pequenas somas como rendas da terra ou juros. Dum modo geral, não vendem a sua força de trabalho. Alguns camponeses médios (os camponeses médios abastados) exploram em pequena escala outras pessoas, mas essa não constitui a sua fonte regular, nem principal, de rendimentos. em que têm de pagar rendas e juros, e vender uma pequena parte da sua força de trabalho. Em geral, os camponeses médios não necessitam de vender a sua força de trabalho, mas os camponeses pobres têm de fazê-lo, embora em pequena medida. Esse é o principal critério de distinção entre camponeses médios e pobres.

IV. OS CAMPONESES POBRES

Entre os camponeses pobres, alguns são proprietários de parte das terras que cultivam, mas não dispõem de alfaias agrícolas em quantidade suficiente; outros não são pro-

prietários de terras, dispondo apenas de alfaias agrícolas, em quantidade também insuficiente. No geral, os camponeses pobres têm de tomar de arrendamento as terras que cultivam e estão sujeitos à exploração, na medida

V. OS OPERÁRIOS

Em geral, os operários (incluídos os assalariados agrícolas) não são proprietários de terras nem possuem alfaias agrícolas, podendo alguns dispor de reduzidas nesgas de terra e dumas quantas alfaias agrícolas. Os operários vivem, total ou principalmente, da venda da sua força de trabalho.

NOTAS

1 No passado existiam várias espécies de terras públicas nas regiões rurais da China — terras pertencentes a governos de subdistrito e circunscrição, aos templos dos antepassados do clã, aos templos budistas ou taoístas, às igrejas católicas e às mesquitas, bem como terras cujo rendimento estava destinado à assistência social ou à satisfação de necessidades públicas, como a luta contra a fome, a construção e conservação de pontes e estradas, e ainda terras pertencentes a escolas. Na prática, a maior parte dessas terras era controlada pelos senhores de terras e pelos camponeses ricos, sendo apenas na administração duma reduzida percentagem das terras que os camponeses podiam intervir.

A NOSSA POLÍTICA ECONÓMICA*

(23 de Janeiro de 1934)

Ninguém mais, a não set os desavergonhados caudilhos militares kuomintanistas que, nas regiões sob seu controle, levaram o povo à miséria e arruinaram a economia, pode propagar diariamente o boato de que as regiões vermelhas se encontram em situação de colapso total. Para os imperialistas, para o Kuomintang, o objectivo é arrasar as regiões vermelhas, destruir o trabalho de construção económica agora em progresso, e acabar com o bem-estar dos milhões de operários e camponeses que já conseguiram atingir a libertação. Assim, eles não só organizam forças tendo em vista campanhas militares de “cerco e aniquilamento”, como também aplicam uma política feroz de bloqueio económico. Não obstante, à testa das grandes massas c do Exército Vermelho, nós não só conseguimos esmagar uma a uma todas as campanhas de “cerco e aniquilamento” lançadas pelo inimigo, como ainda fomos capazes

* Relatório apresentado pelo camarada Mao Tsetung no II Congresso Nacional dos Delegados dos Operários e Camponeses, realizado em Jueiquin, província de Quiansi, em Janeiro de 1934.

de fazer todo o trabalho necessário e possível de construção económica para romper esse pérfido bloqueio. Nesse domínio, igualmente, registámos^ sucessos após sucessos.

O princípio que guia a nossa política económica consiste em: de acordo com o que nos é possível e necessário, prosseguir todo o trabalho de construção económica, concentrar os recursos económicos para a guerra e, ao mesmo tempo, melhorar tanto quanto possível a vida do povo, consolidar a aliança operário-camponesa no plano económico, assegurar a direcção proletária sobre os camponeses e lutar por garantir a direcção do sector estatal da economia sobre o sector privado, criando assim as condições prévias do avanço futuro para o socialismo. O centro da nossa construção económica é o desenvolvimento da produção agrícola e industrial, a expansão do nosso comércio com o exterior e o desenvolvimento das cooperativas. É um facto evidente que, nas regiões vermelhas, a agricultura vai fazendo progressos. Em comparação com o ano de 1932, a produção agrícola de 1933 foi superior em quinze por cento na região Quiansi sul-Fuquien ocidental, e em vinte na região fronteira Fuquien-Tchequiam-Quiansi. A região fronteira Setchuan-Xensi registou uma boa colheita. É frequente que, após o estabelecimento numa região vermelha, a produção agrícola diminua durante o primeiro ou os dois primeiros anos. Contudo, dado o maior entusiasmo com que as massas camponesas trabalham após a distribuição das terras e a fixação dos direitos de propriedade sobre estas, e depois que as encorajamos a produzir, a produção restabelece-

se. Hoje, em certas zonas a produção agrícola já atingiu, ou mesmo ultrapassou, o nível de antes da revolução. Noutras, cultivam-se tanto as terras que foram deixadas sem lavoura durante os levantamentos revolucionários, como as terras virgens. Em muitos pontos foram organizados grupos de ajuda mútua e equipas de trabalho para ajustar o emprego da força de trabalho nas aldeias, assim como se criaram cooperativas para superar a falta de animais de carga. Além disso, as grandes massas de mulheres estão a participar na produção. Nada semelhante poderia ter acontecido na época do Kuomintang. Nessa altura, com a terra nas mãos dos senhores de terras, os camponeses não queriam nem podiam melhorá-la com as forças de que dispunham. Só depois de termos distribuído a terra pelos camponeses e encorajado e recompensado a sua actividade produtiva é que lhes floresceu o entusiasmo pelo trabalho e se alcançaram grandes sucessos na produção. Aqui, importa sublinhar que, nas circunstâncias actuais, a agricultura ocupa o primeiro lugar na nossa construção económica; foi com ela que resolvemos o problema mais importante, o da alimentação, e ainda o problema das matérias primas, como o algodão, o linho, a cana de açúcar e o bambu, necessários à confecção de roupas, à produção de açúcar, papel e outros artigos de primeira necessidade. A protecção das florestas e o aumento do número de animais domésticos constituem também um importante aspecto da agricultura. Dentro do quadro duma economia camponesa de escala reduzida é permitido, e até necessário, elaborar planos adequados de produção

de certos produtos agrícolas importantes, bem como mobilizar os camponeses para o combate pela respectiva realização. Devemos prestar mais atenção e despende o máximo de esforços nesse domínio. Temos que orientar activamente os camponeses na solução dos difíceis problemas que surgem na criação das condições essenciais à produção agrícola, como sejam o da força de trabalho, o dos animais de carga, o dos fertilizantes, o das sementes e o da irrigação. A esse respeito, a nossa tarefa fundamental é ajustar o emprego da força de trabalho em forma organizada, e encorajar as mulheres a fazer o trabalho do campo. As medidas necessárias para resolver o problema da força de trabalho são a organização de grupos de ajuda mútua e equipas de trabalho, bem como a mobilização e encorajamento da totalidade da população rural durante as estações de maior actividade, isto é, na Primavera e Verão. Outro problema importante é o da grande percentagem de camponeses (cerca de 25 por cento) com falta de animais de carga. Devemos velar pela criação de cooperativas de animais de carga, encorajando os camponeses que não dispõem desses animais a comprá-los por subscrição voluntária, com vistas a um uso em comum. A irrigação, factor vital para a agricultura, também merece grande atenção. É evidente que, actualmente, ainda não podemos levantar a questão das granjas de Estado nem a das granjas colectivas, mas é de necessidade urgente criar pequenas granjas experimentais, escolas de investigação agrícola e exposições de produtos agrícolas, em várias localidades, a fim de estimular o desenvolvimento da agricultura. O bloqueio inimigo tem tornado difícil a exportação

dos nossos produtos. Tem-se verificado uma queda na produção de muitas indústrias artesanais nas regiões vermelhas, sobretudo no que respeita ao tratamento do tabaco e ao fabrico de papel. Essas dificuldades de exportação, porém, não são insuperáveis. Em resultado das necessidades das grandes massas, no interior das nossas regiões nós dispomos dum extenso mercado. Devemos restabelecer e desenvolver sistematicamente o artesanato e certas indústrias, primeiro para satisfazer as nossas necessidades e, segundo, para exportação. Nos últimos dois anos, e sobretudo a partir da primeira metade de 1953, muitos estabelecimentos de artesanaria e umas quantas indústrias começaram a restabelecer-se, em resultado de termos começado a prestar-lhes atenção e ainda como consequência do desenvolvimento gradual das cooperativas de produção criadas pelas massas. Os produtos de importância são o tabaco, o papel, o volfrâmio, a cânfora, as alfaias agrícolas e os fertilizantes (a cal, por exemplo). Além disso, na situação actual, precisamos de não descurar a manufactura de tecidos de algodão, medicamentos e açúcar. Na região fronteira Fuquien-Tchequiam--Quiansi estabeleceram-se indústrias que antes não existiam, como por exemplo a do papel, tecidos e refinação de açúcar, as quais estão a desenvolver-se e obtiveram resultados. Para superar a falta de sal, as populações começaram a produzi-lo a partir das terras salgadas. A produção industrial exige uma planificação adequada. É evidente que, com uma indústria artesanal dispersa, não é possível uma planificação detalhada e global. Contudo, para al-

gumas empresas principais, e sobretudo para as empresas do Estado e das cooperativas, torna-se absolutamente essencial elaborar planos de produção bastante detalhados. Cada uma das empresas industriais do Estado e das cooperativas deve, desde o início, prestar atenção ao cálculo rigoroso sobre a produção de matérias primas e possibilidades de mercado, quer nas regiões controladas pelo inimigo quer nas nossas regiões. Actualmente é-nos particularmente necessário organizar, de acordo com um plano, o comércio das nossas populações com o exterior, e o Estado deve tomar directamente em mãos o comércio de certos produtos essenciais, como por exemplo a importação de sal e tecidos de algodão, a exportação de cereais e volfrâmio, e o ajustamento do abastecimento em cereais dentro das nossas próprias regiões. Esse trabalho empreendeu-se primeiro na região fronteira Fuquien-Tchequiam-Quiansi, mas só se iniciou na região central na Primavera de 1933. Com o estabelecimento do departamento de comércio externo e outros órgãos, conquistaram-se já os primeiros sucessos nesse domínio. Hoje, a nossa economia nacional compõe-se de três sectores: empresas de Estado, empresas cooperativas e empresas privadas. Presentemente, o sector das empresas de Estado está limitado ao possível e necessário. A indústria e o comércio geridos pelo Estado já começaram a desenvolver-se e as suas perspectivas são ilimitadas. Quanto ao sector privado da economia, não há que entravá-lo, mas sim encorajá-lo e recompensá-lo, desde que não transgrida os limites legais estabele-

eidos pelo nosso governo. Com efeito, na fase actual, o desenvolvimento da economia privada é essencial aos interesses do Estado e do povo. É desnecessário dizer que a economia privada, actualmente, é preponderante e continuará sem dúvida a ocupar uma posição predominante durante bastante tempo. Hoje, a economia privada nas regiões vermelhas é de pequena envergadura. As empresas cooperativas estão crescendo com muita rapidez. Existem ao todo mil quatrocentas e vinte e três cooperativas de vários tipos, com um capital total superior a trezentos mil yuan, segundo os dados de Setembro de 1933 relativos a dezassete distritos do Quiansi e Fuquien. As cooperativas de consumo e as cooperativas de cereais são as mais desenvolvidas, vindo a seguir as cooperativas de produção. As cooperativas de crédito acabam de entrar em funcionamento. Quando as empresas cooperativas e as empresas de Estado se coordenarem e desenvolverem durante um longo período de tempo, tornar-se-ão numa força enorme na nossa economia, e começarão gradualmente a predominar e a assumir a direcção sobre o sector privado. Por consequência, o maior desenvolvimento possível das empresas de Estado e o desenvolvimento em grande escala das empresas cooperativas devem seguir a par com o encorajamento do desenvolvimento da economia privada. Apoiados pelas massas, nós emitimos títulos de dívida pública para a construção económica no valor de três milhões de yuan, a fim de desenvolver as empresas de Estado e prestar assistência às cooperativas. Essa confiança na força das massas constitui, nesta altura, a única via possível de solução do

problema de fundos para a construção económica. O aumento dos nossos rendimentos através do desenvolvimento da economia nacional constitui um princípio básico da nossa política financeira, o qual nos proporcionou já resultados palpáveis na região fronteiriça Fuquien-Tchequiam-Quiansi, e começa igualmente a conseguir o mesmo na região central. A aplicação resolva desse princípio é um dever de todos os nossos órgãos de economia e finanças. Aqui importa prestar a maior atenção ao facto de a emissão de notas pelo Banco de Estado basear-se em primeiro lugar nas necessidades do desenvolvimento da economia nacional e só depois nas necessidades puramente financeiras. No que se refere às nossas despesas orçamentais, devemos observar uma política de economia. É necessário que todo o pessoal dos organismos governamentais compreenda que a corrupção e o esbanjamento são crimes extremamente graves. A luta contra esses males já deu certos resultados, mas ainda são necessários novos esforços. Economizar cada centavo para a guerra, para a causa da revolução e para a edificação da nossa economia, tal é o princípio que deve orientar a nossa contabilidade. Os nossos métodos de aplicação dos rendimentos do Estado devem ser absolutamente distintos dos do Kuo-mintang. Num momento em que o país está mergulhado no desastre económico, quando centenas de milhões de pessoas sofrem o efeito terrível da fome e do frio, o nosso governo popular lança-se conscienciosamente no avanço da construção económica para favorecer a guerra revolucionária, no interesse da nação, sem recuar qualquer espécie de dificuldade. A situação é

completamente clara — só derrotando o imperialismo e o Kuomintang, e só empreendendo uma construção económica planificada e organizada podemos salvar a totalidade do povo chinês dum desastre sem precedentes.

NOTAS

1 Geralmente, no primeiro ou nos dois primeiros anos após o estabelecimento de cada região vermelha, registava-se uma queda na respectiva produção agrícola, sobretudo em razão de a questão da propriedade das terras não ser imediatamente resolvida, nem a nova ordem económica completamente instaurada durante a distribuição das terras, ressentindo os camponeses um mal-estar que os impedia de devotar-se inteiramente à produção.

2 Os grupos de ajuda mútua e as equipas de trabalho bascavam-se na exploração individual e eram formados por camponeses das regiões vermelhas, a fim de se facilitar a produção através dum melhor ajustamento da força de trabalho. Segundo o princípio da participação voluntária e do benefício mútuo, cada membro proporcionava uma quantidade igual de trabalho aos demais e, quando não fosse possível prestar essa mesma quantidade de trabalho, a diferença podia pagar-se em dinheiro. Além de se ajudarem uns aos outros, os grupos de ajuda mútua davam um tratamento preferencial às famílias dos soldados do Exército Vermelho, e trabalhavam em benefício dos velhos sem amparo, não exigindo destes qualquer pagamento para além das refeições durante as horas em que faziam tais trabalhos. Como as organizações de ajudamútua desempenhavam um papel importante na produção, e como as medidas que adoptavam eram razoáveis, conquistaram o apoio caloroso das massas populares. O camarada Mao Tsetung referiu-se a isso nos artigos: “Investigação na Circunscrição de Tchancam” e “Investigação na Circunscrição de Tsaici”.

MAIOR PREOCUPAÇÃO COM A VIDA
DAS MASSAS E MAIOR ATENÇÃO
AOS MÉTODOS DE TRABALHO*

(27 de Janeiro de 1934)

Eu penso ser necessário tratar especialmente de duas questões que, ao longo dos debates, não mereceram a devida atenção da parte dos camaradas. A primeira é a que diz respeito à vida das massas. A nossa tarefa essencial no momento presente, consiste em mobilizar as grandes massas populares para que participem na guerra revolucionária, em derrotar o imperialismo e o Kuomintang por meio dessa guerra, em estender a revolução a todo o país e expulsar os imperialistas da China. Todo aquele que subestimar essa tarefa fundamental não é um bom militante revolucionário. Se os nossos camaradas compreendessem realmente essa tarefa e se apercebessem da necessidade de, custe o que custar, estender a revolução a todo o país, de maneira nenhuma descuidariam

* O texto constitui uma parte das conclusões apresentadas pelo camarada Mao Tsetung ao II Congresso Nacional dos Delegados dos Operários e Camponeses, realizado em Juei-quin, província de Quiansi, em Janeiro de 1934.

ou subestimariam o problema dos interesses vitais e das condições de vida das grandes massas. Isso é assim porque a guerra revolucionária é uma guerra de massas, só pode realizar-se mobilizando-se as massas e apoiando-se nelas. Acaso poderíamos alcançar o nosso objectivo, que é derrotar o inimigo, se nada mais fizéssemos além da simples mobilização das massas para a realização da guerra? Claro que não. Se queremos vencer, temos que fazer muito mais. Temos de orientar os camponeses na luta pela conquista da terra e devemos distribuir-lhes terras, estimular o entusiasmo dos camponeses pelo trabalho e aumentar a produção agrícola, defender os interesses dos operários, criar cooperativas, desenvolver o comércio exterior, resolver questões tais como a de assegurar às massas vestuário, alimentação, alojamento, abastecimento em lenha, arroz, óleo e sal, resolver-lhes os problemas relativos à saúde e à higiene e ainda os problemas relacionados com o matrimónio. Em suma, todas as questões práticas da vida quotidiana das massas devem constituir objecto da nossa atenção. Se dispensarmos atenção a tais problemas, se os resolvermos e satisfizermos as necessidades das massas, converter-nos-emos em autênticos organizadores da vida do povo, as massas agrupar-se-ão realmente à nossa volta, apoiando-nos com todo o seu calor. E será que poderemos, camaradas, mobilizar as massas para a guerra revolucionária? Claro que podemos. Entre os nossos militantes, registaram-se casos de preocupação exclusiva com o aumento dos efectivos do Exército Vermelho, com o aumento dos destacamentos de transporte, com a cobrança das taxas sobre a terra e com

a promoção da venda de títulos de dívida pública. Tais camaradas não se interessaram pelos restantes problemas, negligenciaram-nos e chegaram mesmo ao ponto de não se ocuparem em absoluto deles. Por exemplo, durante algum tempo, o governo municipal de Tindjou só se ocupou do aumento dos efectivos do Exército Vermelho e da mobilização de homens para os destacamentos de transporte, sem se preocupar um mínimo com a questão do bem-estar das massas. E, no entanto, faltava combustível à população de Tindjou, não se podia comprar sal porque estava sonogado pelos capitalistas, parte da população não dispunha de alojamento onde abrigar-se, o arroz escasseava na cidade e o seu custo era elevado. Esses eram os problemas práticos que enfrentavam as massas populares em Tindjou, problemas para cuja solução elas depositavam grandes esperanças em nós. Mesmo assim, o governo municipal de Tindjou nem sequer os discutiu. Foi por isso que, pouco tempo após as novas eleições para o Conselho de Representantes dos Operários e Camponeses de Tindjou, mais de cem eleitos deixaram de assistir às respectivas sessões, pois a maior parte destas se limitava à questão do aumento dos efectivos do Exército Vermelho e da mobilização de pessoal para os destacamentos de transporte, não se prestando a menor atenção à vida das massas. Assim, a convocação das sessões do Conselho acabou por tornar-se impraticável. Precisamente por isso foram tão insignificantes os resultados do trabalho para o aumento dos efectivos do Exército Vermelho e para a mobilização de pessoal destinado aos destacamentos de transporte, em Tindjou. Isso é um tipo de casos.

Os camaradas leram certamente o folheto que vos foi distribuído sobre as duas circunscrições exemplares. Nelas, a situação é completamente diferente. Que importantes não são as contribuições dadas ao Exército Vermelho pelas circunscrições de Tchancam¹, na província de Quiansi, e Tsaici², na província de Fuquien! Na circunscrição de Tchancam, 80% da juventude e dos homens e mulheres de idade madura ingressou nas fileiras do Exército Vermelho, e, na de Tsaici, 88%. A venda de títulos de dívida pública alcançou igualmente um grande sucesso, tendo sido arrecadados 4.500 yuan em Tchancam, circunscrição que conta uma população de 1.500 habitantes. E obtiveram-se também muito bons resultados noutros sectores do trabalho. Como explicar tal situação? Alguns exemplos far-nos-ão entender. Quando um incêndio destruiu um dos quartos e parte doutro da casa de um camponês pobre da circunscrição de Tchancam, o governo local procedeu a uma colecta entre a população, para acudir ao infortunado. Como três moradores da circunscrição não tivessem meios de subsistência, foram imediatamente socorridos com arroz recolhido pelo respectivo governo e associação de ajuda mútua. Como se tivesse verificado uma falta de cereais no Verão do ano passado, o governo de Tchancam agiu no sentido de fazer vir arroz do distrito de Cunlue³, que está situado a mais de duzentos lis, prestando assim uma ajuda às massas. Diligências semelhantes foram igualmente feitas com êxito na circunscrição de Tsaici. Esses governos são efectivamente exemplares. Os seus métodos de direcção distinguem-se radicalmente dos métodos burocráticos do governo mu-

nicipal de Tindjou. Há que aprender com as circunscrições de Tchancam e Tsaici e lutar contra as direcções burocráticas como a de Tindjou! Proponho seriamente ao Congresso que prestemos uma profunda atenção aos problemas da vida das massas, desde os problemas da terra e do trabalho aos problemas dos combustíveis, do arroz, dos óleos de cozinha e do sal. As mulheres querem aprender a lavrar e a gradar a terra; a quem pedir para ensiná-las? As crianças querem estudar; já estão criadas as escolas primárias? A ponte de madeira ali da frente é tão estreita que em cada momento se corre o risco de cair-se dela para a água; não será já tempo de reconstruí-la? Muitas pessoas sofrem de várias doenças e têm feridas; como curá-las? Todos esses problemas respeitantes à vida das massas devem ser postos na nossa ordem do dia. Devemos discuti-los, tomar decisões e aplicá-las, controlando os respectivos resultados. Devemos fazer com que as grandes massas compreendam que nós representamos os seus interesses, que respiramos o mesmo ar que elas. Devemos ajudá-las a, partindo dessas realidades, chegar à compreensão das tarefas mais elevadas que temos proposto, as tarefas da guerra revolucionária, de maneira que apoiem a revolução, a estendam pelo país inteiro, respondam aos nossos apelos políticos e lutem até ao fim pela vitória da revolução. As massas da circunscrição de Tchancam dizem: “O Partido Comunista é realmente muito bom, pois preocupa-se com tudo quanto se relaciona com o nosso bem-estar.” Os camaradas da circunscrição de Tchancam são um exemplo para todos nós. Como são dignos de respeito! Eles souberam conquistar o amor sincero das grandes

massas e o seu apelo no sentido da mobilização de homens para a guerra encontra o apoio destas. Queremos conquistar o apoio das massas? Queremos que elas consagrem todas as suas forças à frente de combate? Pois bem, vivamos em comum com as massas, estimulemos o seu entusiasmo e iniciativa, interessemo--nos profundamente pelas questões do seu bem-estar, sirvamos os seus interesses com toda a seriedade e sinceridade e resolvamos todos os seus problemas de produção e vida quotidiana, tais como os do sal, do arroz, da habitação, do vestuário, da protecção da maternidade, numa palavra, os seus problemas. Se agirmos assim, as grandes massas conceder-nos-ão infalivelmente o seu apoio, a revolução passará a constituir para elas uma questão vital e será o seu mais glorioso estandarte. E no caso de o Kuomintang atacar as regiões vermelhas, as massas dar-lhe-ão um combate decisivo, incluído o sacrifício da própria vida. Não há qualquer dúvida sobre isso. Acaso não desbaratamos efectivamente a primeira, a segunda, a terceira e a quarta campanhas de “cerco e aniquilamento” lançadas pelo inimigo? O Kuomintang recorre actualmente à tática dos blocos¹, constrói “conchas de tartaruga” em larga escala e pensa que, agindo assim, está a construir muralhas de ferro. Camaradas, serão essas muralhas realmente indestrutíveis? De maneira nenhuma. Vejamos: não é verdade que se mantiveram solidamente, e durante milénios, os palácios rodeados de muralhas e fossos dos imperadores feudais? No entanto, com a sublevação das massas, as muralhas e os palácios foram caindo uns atrás dos outros. O czar da Rússia

era um dos governantes mais cruéis do mundo; acaso ficou algo dele, depois que os proletários e os camponeses se levantaram em revolução? Absolutamente nada. Que aconteceu às suas muralhas indestrutíveis? Foram desmanteladas. Qual é, camaradas, a verdadeira muralha de ferro? São as massas, os milhões e milhões de homens que genuína e sinceramente apoiam a revolução. Essa é a verdadeira muralha de ferro que nenhuma força pode em caso algum destruir. A contra-revolução não pode esmagar-nos; pelo contrário, somos nós quem podemos esmagar a contra-revolução. Unindo os milhões e milhões de homens em torno do governo revolucionário e desenvolvendo a guerra revolucionária, nós liquidaremos toda a contra-revolução e conquistaremos a China inteira. A segunda questão é a que se refere aos métodos de trabalho. Nós somos, simultaneamente, dirigentes e organizadores da guerra revolucionária e da vida das massas. A organização da guerra revolucionária e a melhoria da vida das massas constituem as nossas duas grandes tarefas. É justamente aí que o problema dos métodos de trabalho se nos apresenta em toda a sua gravidade. Não basta formular tarefas; é igualmente necessário resolver o problema dos métodos que permitem cumpri-las. Suponhamos que a nossa tarefa seja a de atravessar um rio; sem ponte nem barca jamais conseguiremos faz-lo. Daí resulta que se a questão da ponte ou da barca não está resolvida, falar em atravessar o rio é palavreado vazio. Enquanto a questão dos métodos não fica resolvida é inútil falar sobre as tarefas. Se não dispensarmos a devida atenção à direcção dos trabalhos que visam aumentar

os efectivos do Exército Vermelho, nem nos preocupamos com os métodos a empregar para tal efeito, ainda que repitamos mil vezes que “é preciso alargar o Exército Vermelho”, não conseguiremos, de modo algum, alcançar os nossos objectivos. Se, na realização de qualquer outro trabalho, quer se trate da verificação na questão da distribuição das terras, da edificação económica, da cultura e educação, ou do nosso trabalho nas regiões novas e nas regiões fronteiriças, em todo o trabalho, nós não fizemos mais do que fixar tarefas, não pensarmos nos métodos próprios para a respectiva execução, não lutarmos contra os métodos burocráticos de trabalho, não adoptarmos métodos práticos e concretos, não rejeitarmos o método autoritarista nem adoptarmos o método da persuasão paciente, seremos incapazes de levar avante qualquer delas. Os camaradas do distrito de Sincuo fizeram um trabalho de primeira ordem e merecem que os distingamos como trabalhadores exemplares. Os camaradas do nordeste da província de Quiansi também fizeram um trabalho importante, de maneira criadora, e merecem igualmente que os qualifiquemos de trabalhadores exemplares. Os camaradas como os do distrito de Sincuo e do nordeste da província de Quiansi, souberam ligar a vida das massas à guerra revolucionária e resolveram ao mesmo tempo as questões do método e das tarefas do trabalho revolucionário. Eles trabalham conscienciosamente, solucionam os problemas com um cuidado minucioso e assumem efectivamente as suas responsabilidades para com a revolução; são organizadores e dirigentes notáveis da guerra revolucionária e organizadores e dirigentes

notáveis da vida das massas. Noutras regiões, os camaradas fizeram também progressos no trabalho e merecem a nossa distinção. Foi o que aconteceu em certos pontos 246 dos distritos de Chan-ham, Tchantim, Iontim, etc, na província de Fuquien, no Siquiam e outras regiões do sul da província de Quiansi, em certos pontos dos distritos de Tchalim, Ionsin e Qui-an, na região fronteiriça Hunan-Quiansi, em certos pontos do distrito de Iansin, na região fronteiriça Hunan-Hupei--Quiansi e, igualmente, nos sub-distritos e circunscrições de muitos distritos da província de Quiansi e do distrito de Jueiquin, que está directamente subordinado ao Governo Central. Em todos os pontos do território sob a nossa administração, há indubitavelmente um grande número de quadros plenos de actividade, excelentes camaradas originários das massas. Esses camaradas têm a responsabilidade de ajudar a melhorar o nosso trabalho nas regiões onde este apresenta fraquezas, bem como de ajudar os camaradas que ainda não estejam aptos a realizar devidamente as suas tarefas. Estamos empenhados numa grande guerra revolucionária, devemos aniquilar a campanha de “cerco e aniquilamento” empreendida em larga escala pelo inimigo, e estender a revolução por todo o país. Uma responsabilidade enorme recai sobre todos os militantes revolucionários. Depois do presente Congresso, devemos adoptar medidas eficazes para melhorar o nosso trabalho, as regiões de vanguarda devem continuar a progredir e as regiões retardatárias devem anular o seu atraso frente àquelas. Precisamos de criar milhares de circunscrições como a de Tchancam e dezenas de distritos como

o de Sincuo. Essas serão as nossas posições sólidas. Dominadas tais posições, será a partir daí que iremos desbaratar as campanhas de “cerco e aniquilamento” do inimigo e derrubar a dominação do imperialismo e do Kuomintang por toda a China.

NOTAS

1 Circunscrição do distrito de Sincuo, província de Quiansi.

2 Circunscrição do distrito de Chan-ham, província de Fuquien.

3 Distrito da região vermelha de Quiansi. Tinha por centro a vila de Tuneu, no sudeste do distrito de Qui-an. A esse distrito foi dado o nome de Cunlue, em memória do camarada Huam Cunlue, comandante do III Corpo do Exército Vermelho, que aí perdeu a vida em Outubro de 1931.

4 Em Julho de 1933, no decurso da conferência militar realizada na montanha Lu, província de Quiansi, Tchiang Kai-chek tomou a decisão de adoptar na sua quinta campanha de “cerco e aniquilamento” uma nova tática militar, a tática da construção de blocausses em redor das regiões vermelhas. Calcula-se em 2.900 o número de blocausses construídos na província de Quiansi, até aos fins de Janeiro de 1934. Essa tática de Tchiang Kai-chek foi retomada depois pelos invasores japoneses, na luta que travaram contra o VIII Exército e o Novo IV Exército. De acordo com a estratégia da guerra popular formulada pelo camarada Mao Tsetung, é inteiramente possível frustrar e vencer a tática contra-revolucionária de blocausses, como ficou, aliás, absolutamente comprovado pelo desenrolar ulterior dos acontecimentos.

SOBRE A TÁCTICA NA LUTA CONTRA O IMPERIALISMO JAPONÊS*

(27 de Dezembro de 1935)

AS PARTICULARIDADES DA SITUAÇÃO POLÍTICA ACTUAL

Camaradas! Grandes modificações se operaram agora na situação política. Na base de tais modificações, o nosso Partido definiu já as suas tarefas.

Qual é a situação actual?

A característica fundamental está em que o imperialismo japonês esforça-se por transformar a China numa colónia.

Todos sabem que, durante quase um século, a China tem sido um país semi-colonial sob a dominação conjunta de toda uma série de Estados imperialistas.

* Este texto é um relatório apresentado pelo camarada Mao Tsetung na conferência dos militantes do Partido, em Uaiopao, no norte de Xensi, após a reunião do Birô Político do Comité Central do Partido Comunista da China, realizada em Dezembro de 1935 nessa mesma cidade. No decurso dessa reunião do Birô Político — reunião excepcionalmente

Graças à luta anti-imperialista do povo chinês e à luta das potências imperialistas entre si, a China pôde conservar uma situação de semi-independência. Por algum tempo, a Primeira Guerra Mundial deu ao imperialismo japonês a oportunidade de estabelecer uma dominação exclusiva sobre a China. Todavia, como resultado da luta do povo chinês contra o imperialismo nipónico e da intervenção das outras potências imperialistas, o tratado das vinte e uma exigências¹, assinado por Iuan Chi-cai², o chefe dos traidores da Pátria naquele tempo, tratado que constrangia a China a capitular frente ao Japão, foi declarado nulo. Em 1922, na conferência das 9 potências, convocada em Washington pelos Estados Unidos, foi

importante do Comité Central do Partido — criticou-se a opinião errônea, que existia então no Partido, segundo a qual a burguesia nacional chinesa seria incapaz de lutar, aliada aos operários e camponeses, contra o imperialismo japonês, e decidiu-se adoptar a tática da Frente Única Nacional. No seu relatório, o camarada Mao Tsetung, na base das decisões do Comité Central, demonstrou plenamente a possibilidade e a importância da criação duma nova Frente Única com a burguesia nacional nas condições da resistência oposta pela China aos invasores japoneses. Ele sublinhou o alcance decisivo do papel dirigente do Partido Comunista e do Exército Vermelho nessa Frente Única, mostrou o carácter de longa duração da revolução chinesa, criticou a estreiteza da atitude de “porta fechada” que por muito tempo se manifestara no Partido, assim como a impaciência com respeito à revolução, causas principais dos sérios reveses sofridos pelo Partido e o Exército Vermelho durante a Segunda Guerra Civil Revolucionária. Ao mesmo tempo, o camarada Mao Tsetung levou o Partido a tirar a lição histórica da derrota da revolução em 1927, derrota devida ao oportunismo de direita de Tchen Tu-siu, e indicou que Tchiang Kai-chek

assinado um pacto³ que colocava de novo a China de baixo da dominação conjunta de vários Estados imperialistas. Ao fim de pouco tempo a situação voltou a mudar. O Incidente de 18 de Setembro de 1931⁴ marca o começo da etapa da transformação da China em colónia japonesa. Como a agressão japonesa ficasse provisoriamente limitada às quatro províncias do Nordeste⁵, teve-se a impressão de que, provavelmente, os imperialistas japoneses não iriam mais longe. Agora a coisa é diferente: o imperialismo nipónico já demonstrou que tem a intenção de penetrar até ao sul de Xanghai⁶ e ocupar todo o país. Actualmente, o imperialismo japonês esforça-se por transformar a China, de semi-colónia que era — onde

se esforçaria certamente por minar as forças da revolução, com o que assegurou ao nosso Partido uma orientação clara na nova situação e permitiu às forças revolucionárias que evitassem as perdas que poderiam ter sofrido em razão dos inúmeros enganos e dos repetidos ataques armados de Tchiang Kai-chek. A reunião alargada do Biró Político do Comité Central do Partido Comunista da China, realizada em Janeiro de 1935 em Tsuen-yi, no Cuedjow, eliminara a antiga direcção oportunista de “esquerda” e formara uma nova direcção central do Partido, tendo à cabeça o camarada Mao Tsetung. Realizada no momento da Grande Marcha do Exército Vermelho, essa reunião não pôde tomar decisões senão sobre as questões militares mais urgentes e as questões de organização, relativamente ao Secretariado e à Comissão Militar Revolucionária do Comité Central. Só após a chegada do Exército Vermelho ao norte de Xensi é que o Comité Central do Partido Comunista da China teve a possibilidade de abordar duma maneira sistemática todos os problemas de tática política. São justamente esses problemas de tática política que o camarada Mao Tsetung submete a uma análise exaustiva no presente relatório.

vários Estados imperialistas tinham, cada um, a sua parte — em colônia sobre a qual o Japão reine com exclusividade. Os acontecimentos que se produziram recentemente no Hopei oriental⁰ e as conversações diplomáticas entre o governo de Tchiang Kai-chek e o Japão confirmam essa tendência e ameaçam a própria existência do povo chinês. Tais circunstâncias puseram a todas as classes, a todos os grupos políticos, a questão de “Que fazer?”. Resistir? Capitular? Vacilar entre uma e outra solução? Vejamos agora como respondem as diferentes classes da China a essa questão. Os operários e os camponeses exigem que se resista. A Revolução de 1924-1927, a revolução agrária que começou em 1927 e que continua presentemente, enfim, a vaga do movimento anti-japonês a partir do Incidente de 18 de Setembro de 1931, testemunham que a classe operária e a classe camponesa na China constituem a força mais decidida da revolução chinesa. A pequena burguesia da China é igualmente pela resistência. Acaso a juventude estudantil e a pequena burguesia urbana não iniciaram já um vasto movimento anti-japonês⁸? Esses elementos da pequena burguesia tomaram parte, no passado, na Revolução de 1924-1927. A sua posição económica, como a dos camponeses, é a de pequenos produtores, c os seus interesses são irreconciliáveis com o imperialismo. Eles sofreram enormemente em consequência do imperialismo e da contra-revolução chinesa, que trouxeram para muitos deles o desemprego e a ruína parcial ou total. Agora que se confrontam com a ameaça directa de conversão em escravos duma nação estrangeira, eles não têm outra saída senão a resistência.

Como respondem a essa questão a burguesia nacional, a burguesia compradora e a classe dos senhores de terras? Como responde o Kuomintang? Os grandes déspotas locais e os grandes maus nobres, os grandes caudilhos militares, os grandes burocratas e os grandes compradores, já há muito que se decidiram a esse respeito. Como sempre, sustentam que toda e qualquer revolução é pior do que o imperialismo. Constituem o campo dos traidores à Pátria. Para eles, a questão não é a de saber se serão ou não escravos do estrangeiro. Já perderam todo o sentido da nacionalidade. Os seus interesses são inseparáveis dos do imperialismo. O seu campeão é Tchiang Kai-chek⁹. Esse campo de traidores à Pátria é o inimigo jurado do povo chinês. Sem essa matilha de traidores, o imperialismo nipónico nunca teria podido lançar-se para diante com tanto cinismo. São os lacaios do imperialismo. No que respeita à burguesia nacional, a questão é complexa. Essa classe participou na Revolução de 1924-1927; posteriormente, assustada pelas chamadas de tal revolução, passou-se para o campo dos inimigos do povo, quer dizer, para o lado da camarilha de Tchiang Kai-chek. A questão está em saber se, nas circunstâncias presentes, há ou não qualquer possibilidade de mudança de atitude nessa classe. Nós pensamos que há. Isso porque a burguesia nacional não é o mesmo que a classe dos senhores de terras ou a burguesia compradora: há uma diferença entre elas. A burguesia nacional é menos feudal que a classe dos senhores de terras e menos compradora que a classe compradora. Uma parte dela, a ala direita, tem mais laços com o capital estrangeiro e com a propriedade

da terra do que a outra. Não especulemos agora sobre a possibilidade ou impossibilidade de modificação da atitude dessa ala. O que nos interessa, diz respeito àquela parte da burguesia nacional que tem poucos ou nenhuns laços desse género. Pensamos que na nova situação, quando a China está em perigo de ser convertida em colónia, essa parte da burguesia nacional pode mudar de atitude. Essa mudança caracterizar-se-á pela vacilação. Tais pessoas, por um lado, têm aversão pelo imperialismo e, por outro, receiam a realização consequente da revolução, hesitando assim entre as duas posições. Isso explica como tomaram parte na Revolução de 1924-1927 e, no final desse período, passaram para o lado de Tchiang Kai-chek. Qual a diferença entre a situação presente e a de 1927, quando Tchiang Kai-chek traiu a revolução? A diferença está no facto de a China, em 1927, continuar a ser uma semi-colónia, ao passo que agora corre o risco de converter-se em colónia. Durante os nove anos passados, a burguesia nacional abandonou o seu aliado, a classe operária, e estabeleceu amizade com os senhores de terras e a classe compradora. Que vantagens obteve? Nenhumas. O que ganhou foi a bancarrota ou a semi-bancarrota da indústria e do comércio nacionais. Por isso julgamos que, na situação presente, a burguesia nacional pode modificar a sua atitude. Até que ponto? O traço geral característico dessa modificação será a vacilação. Todavia, em certos estádios da nossa luta, uma parte (a ala esquerda) poderá intervir na luta, e a outra parte passar da vacilação à neutralidade. Que interesse de classe é representado pelo XIX Exército de Rota sob o comando de Tsai Tim-cai¹⁰ e seus asso-

ciados? O interesse da burguesia nacional, da camada superior da pequena burguesia, dos camponeses ricos e dos pequenos senhores de terras no campo. Mas Tsai Tim-cai e os seus associados não lutaram já, encarnadamente, contra o Exército Vermelho? Sim, mas mais tarde concluíram com este uma aliança anti-japonesa e anti-Tchiang Kai-chek. Eles atacaram o Exército Vermelho no Quiansi, mas mais tarde resistiram ao imperialismo japonês em Xangai e chegaram a um compromisso com o Exército Vermelho no Fuquien, abrindo fogo contra Tchiang Kai-chek. Qualquer que seja a atitude que Tsai Tim-cai e seus associados tomem no futuro, e não obstante o facto de, no seu governo popular do Fuquien, eles terem mantido os velhos procedimentos de não mobilização das massas para a luta, deve considerar-se um acto benéfico à revolução que as suas armas, anteriormente dirigidas sobre o Exército Vermelho, tenham sido voltadas contra o imperialismo japonês e Tchiang Kai-chek. Isso significou uma cisão no campo do Kuomintang. Se esse grupo pôde desligar-se do Kuomintang na situação que se estabeleceu após o Incidente de 18 de Setembro de 1931, por que motivo não poderá verificar-se outra cisão nas circunstâncias actuais? Estão errados os membros do nosso Partido que pensam que todo o campo da classe dos senhores de terras e da burguesia está unido, é permanente, imutável em todas as circunstâncias. Eles tanto falham na compreensão da gravidade da situação actual como esquecem a História. Permita-se-me ainda falar um pouco de História. Em 1926 e 1927, desde o tempo em que o Exército Revolucionário avançava sobre Vuhan ao momento

em que capturou Vuhan e marchou para Honan, Tam Chem-tchi e Fom Iu-siam¹¹ participaram na revolução. Em 1933, Fom Iu-siam colaborou certo tempo com o Partido Comunista na formação do Exército Aliado Anti-japonês, no Tchahar. Outro exemplo gritante: então não foi o XXVI Exército de Rota do Kuomintang, que antes atacara o Exército Vermelho no Quiansi em conjugação com o XIX Exército de Rota, quem desencadeou o Levantamento de Nintu¹², em Dezembro de 1931, e se transformou num Exército Vermelho? Os dirigentes do Levantamento de Nintu, Tchao Po-chem, Tum Tchen-tam e os seus companheiros, converteram-se em camaradas firmes na revolução. As actividades anti-japonesas de Ma Tchan-xan¹³ nas três províncias do Nordeste representam outra cissão no campo das classes dominantes. Todos esses exemplos indicam que, quando as bombas japonesas ameaçam por todos os lados a China, quando a luta muda as suas formas habituais e se lança impetuosamente para a frente, há cissões no campo inimigo. Agora, camaradas, permitam-me apreciar outro aspecto da questão. Acaso será justo atacar o nosso ponto de vista, fundando-se na debilidade política e económica da burguesia nacional chinesa, e argumentando que ela não pode mudar de atitude, não obstante as modificações da situação? Penso que não. Se a burguesia nacional é fraca, e por isso não pode mudar, por que razão, pois, mudou ela de atitude em 1924-1927, não simplesmente oscilando, mas juntando-se inclusivamente à revolução? Será que a debilidade da burguesia nacional é uma enfermidade

contraída após o nascimento, portanto não congenital? Será que a burguesia nacional é fraca hoje e não o era naqueles tempos? Uma das características principais da política e da economia dum semi-colónia é a fraqueza da sua burguesia nacional. Essa é precisamente a razão por que o imperialismo ousa maltratar a burguesia nacional, o que provoca a aversão característica dessa classe pelo imperialismo. É claro que nós não só não negamos, até admitimos inteiramente, que é ainda em razão da sua fraqueza que os imperialistas, a classe dos senhores de terras e a dos compradores podem facilmente conquistá-la com a oferta de alguma vantagem temporária; daí a sua falta de consequência revolucionária. Mas nem por isso podemos dizer que, nas circunstâncias presentes, não há diferença alguma entre a burguesia nacional e a classe dos senhores de terras e a dos compradores. Nós afirmamos categoricamente, pois, que o campo do Kuomintang se cindirá quando a nação tiver de fazer face a uma crise séria. Tal cissão tornou-se manifesta na vacilação da burguesia nacional e nas actividades de certas figuras anti-japonesas como Fom Iu-siam, Tsai Tim-cai e Ma Tchan-xan, que estão gozando dum período de popularidade. Essa cissão é fundamentalmente desfavorável à contra-revolução e favorável à revolução. A possibilidade de mais cissões é aumentada pela desigualdade no desenvolvimento político e económico da China e o conseqüente desenvolvimento desigual da revolução. Camaradas, isto é assim quanto ao lado positivo da questão. Permita-se-me agora apreciar o lado negativo, quer dizer, o facto de certos elementos da

burguesia nacional serem mestres na arte de enganar o povo. O que é que isso significa? Isso significa que além dos defensores genuínos da causa revolucionária do povo, muitos dentre essa classe, pelo facto de se terem apresentado como revolucionários ou semi--revolucionários durante um certo tempo, têm a possibilidade de enganar o povo, o qual dificilmente poderá desmascarar a sua falta de consequência revolucionária e descobrir o engano da sua demagogia. Sendo esse o caso, torna-se imperioso que o Partido Comunista critique os seus aliados, desmascare os falsos revolucionários e conquiste a direcção. Negar que a burguesia nacional pode hesitar e mesmo juntar--se à revolução num período de grandes convulsões, representaria, para o nosso Partido, abandonar ou pelo menos minimizar a sua tarefa de bater-se pela hegemonia. Com efeito, se a burguesia nacional fosse em tudo semelhante aos senhores de terras e aos compradores, e mostrasse a mesma fisionomia odiosa que os traidores à nação, o problema da luta pela direcção não se poria mais ou seria mínimo. Ao fazer uma análise geral da atitude da classe dos senhores de terras e da burguesia da China num período de grandes comoções, deve considerar-se um outro aspecto, que é o de não existir completa unidade mesmo no interior do campo da classe dos senhores de terras e da classe compradora. Isso resulta da situação de scmi-colónia, da situação em que muitas potências imperialistas estão lutando por dominar a China. Quando a nossa luta é dirigida contra o imperialismo japonês, os cães de fila dos Estados Unidos e mesmo da Inglaterra, obedecendo aos vários tons de comando dos seus amos,

podem empenhar-se em lutas veladas e até mesmo em conflitos abertos com os imperialistas japoneses e respectivos lacaios. Houve muitas lutas desse tipo e nós não vamos atardar-nos à volta delas. Mencionaremos somente o facto de o próprio Hu Han-min¹⁴, homem político do Kuomintang, outrora preso por Tchiang Kai-chek, ter apostado recentemente a sua assinatura no documento do nosso programa em seis pontos para a resistência ao Japão e salvação da Pátria¹⁵. Com palavras de ordem enganosas, tais como “recuperar o terreno perdido” e “resistência ao Japão e exterminação dos bandidos simultaneamente”¹⁶, os caudilhos militares das camarilhas de Cuantun e Cuansi¹⁷, em que se apoia Hu Han-min, também se opuseram a Tchiang Kai-chek, cuja palavra de ordem é “exterminação dos bandidos primeiro, e resistência ao Japão depois”. Não será estranho tudo isso? Nada estranho. É simplesmente um interessante caso de luta entre cães grandes e pequenos, cães fartos e famintos. É uma brecha, nem grande nem pequena, uma contradição que provoca comichões e dor. E essa luta, essa brecha, essa contradição, é útil ao povo revolucionário. Devemos tentar conjugar todas essas lutas, brechas ou contradições no campo inimigo e dirigi-las contra o inimigo principal. Fazendo o balanço do problema das relações de classe no país, podemos dizer que a invasão para o sul de Xanghaiquan pelos imperialistas japoneses provocou uma mudança básica na situação e, em consequência, as relações mútuas entre as classes também se modificaram, tornando-se mais forte o campo da revolução nacional e mais fraco o da contra-revolução nacional.

Passemos agora à situação no campo da revolução nacional.

Primeiro, o Exército Vermelho. Como sabem, camaradas, há quase ano e meio, os três contingentes principais do Exército Vermelho chinês efectuaram uma colossal mudança de posições. Em Agosto do ano passado, o camarada Jen Pi-chi¹⁸ e outros conduziram o VI Grupo de Corpos de Exército para a área onde estacionava o exército sob o comando do camarada Ho Lom¹⁹. Nós começámos a nossa mudança de posições em Outubro²⁰. Em Março deste ano, o Exército Vermelho da região fronteiriça Setchuan--Xensi começou também a mudar as suas posições²¹. Assim, os três contingentes do Exército Vermelho abandonaram as posições antigas e deslocaram-se para novas regiões. Em consequência dessas deslocações colossais, as áreas antigas transformaram-se em zonas de guerrilhas. No decurso dessas deslocações, o Exército Vermelho enfraqueceu consideravelmente. Se consideramos sob esse aspecto a situação geral, temos de admitir que o inimigo obteve uma vitória temporária e parcial, enquanto que nós sofremos uma derrota temporária e parcial. Estará correcta essa afirmação? Penso que sim, é um facto. Todavia, algumas pessoas (por exemplo Tcham Cuo-tao²⁻²) dizem que o Exército Vermelho Central²³ foi derrotado. É correcta tal afirmação? Não, pois não é um facto. Ao examinarem uma questão, os marxistas devem atender não só às partes mas também ao todo. Uma rã no fundo dum poço dizia que “o céu era tão grande como a boca do poço”. Isso não era exacto pois o céu não tem o tamanho da boca dum poço. Mas se ela tivesse dito

que “uma parte do céu era tão ampla como a boca do poço”, teria dito uma verdade, já que isso corresponde à realidade. Nós dizemos pois que o Exército Vermelho falhou, em certo sentido (manutenção das suas bases originais), e obteve por outro lado uma vitória (execução do plano da Grande Marcha). O inimigo obteve uma vitória em certo sentido (ocupação das nossas bases originais), mas falhou noutro aspecto (realização do seu plano de “cerco e aniquilamento”, “perseguição e aniquilamento”). Essa é a única afirmação correcta, já que realizámos integralmente a Grande Marcha. Mas pode perguntar-se: que significado tem a Grande Marcha? Nós responderemos que foi o de ter sido a primeira do seu género registada na História, um manifesto, um destacamento de propaganda e uma máquina semeadora. Acaso houve na História, desde que Pan Cu separou o céu da terra, e desde os Sangbuanvuti^{^1\} uma marcha assim longa como a nossa? Durante doze meses estivemos, diariamente, sob o reconhecimento e bombardeio de dezenas de aviões; fomos cercados, perseguidos, detidos e interceptados no terreno por uma força enorme de várias centenas de milhares de homens; encontrámos incontáveis dificuldades e obstáculos pelo caminho, e no entanto seguimos por diante na nossa marcha, fazendo com os nossos próprios pés mais de 20.000 lis e percorrendo de lés a lés onze províncias. Digam, porventura houve na História algo semelhante? Não, nunca houve. A Grande Marcha foi também um manifesto. Ela proclamou ao mundo que o Exército Vermelho é um exército de heróis e que os imperialistas e os seus lacaios, Tchiang Kai-

chek e seus iguais, são de todo impotentes. Proclamou o fracasso completo do cerco, da perseguição, da retenção e interceptação tentadas pelos imperialistas e Tchiang Kai-chek. A Grande Marcha¹ foi também um poderoso destacamento de propaganda. Ela fez saber aos quase duzentos milhões de habitantes de onze províncias que a rota do Exército Vermelho é a via única da sua libertação. Sem a Grande Marcha, como poderiam as grandes massas ter sabido tão rapidamente da existência da sublime verdade incarnada pelo Exército Vermelho? A Grande Marcha foi também uma máquina semeadora que lançou pelas onze províncias muitas sementes que não de germinar, dar folhas, desabrochar em flores e frutificar, garantindo seguramente uma colheita no futuro. Resumindo, a Grande Marcha concluiu-se com a nossa vitória e a derrota do inimigo. Quem dirigiu a Grande Marcha à vitória? O Partido Comunista. Sem o Partido Comunista, uma tal marcha teria sido inimaginável. O Partido Comunista da China, os seus órgãos de direcção, os seus quadros e os seus membros não receiam dificuldades nem privações. Quem quer que duvide da nossa aptidão para dirigir a guerra revolucionária afunda-se no pântano do oportunismo. Assim que terminou a Grande Marcha, criou-se uma nova situação. Na batalha de Tchiluotchen o Exército Vermelho Central e o Exército Vermelho do Noroeste quebraram, em fraterna solidariedade, a campanha de “cerco e aniquilamento” do traidor Tchiang Kai-chek contra a região fronteiriça Xensi-Cansu², lançando assim a pedra angular da tarefa do Comité Central do Partido Comunista: o estabelecimento, no Noroeste,

do Quartel General da revolução de toda a China. Tal é a situação com respeito às forças principais do Exército Vermelho. Mas o que há com a guerra de guerrilhas nas províncias do Sul? Registou alguns reveses, mas não foi extinta. Em vários pontos começa a restabelecer-se, cresce, expande-se²⁵. Nas áreas dominadas pelo Kuomintang, a luta dos operários está a desenvolver-se, para além dos muros das fábricas, de luta económica com luta política. Agora a heróica luta da classe operária contra os imperialistas japoneses e os traidores à Pátria fermenta com força e, a julgar pela situação, em breve arderá em chamas. A luta dos camponeses nunca cessou. Oprimidos pela agressão estrangeira, pela desordem interna e pelas calamidades naturais, os camponeses lançaram-se em lutas de larga escala, sob a forma de guerras de guerrilhas, insurreições de massas, levantamentos originados pela fome, etc. Uma guerra de guerrilhas anti-japonesa desenvolveu-se nas províncias do Nordeste e no leste do Hopei²⁶ em resposta aos ataques do imperialismo japonês. O movimento estudantil avançou a passos largos e desenvolver-se-á ainda mais amplamente no futuro. Todavia, tal movimento só poderá manter-se e romper a lei marcial imposta pelos traidores e a política de sabotagem e massacre realizada pela polícia, pelos agentes dos serviços secretos, pelos pulhas com autoridade nos estabelecimentos de ensino e pelos fascistas, se se coordenar com a luta dos operários, camponeses e soldados. Já nos referimos à vacilação da burguesia nacional, dos camponeses ricos e dos pequenos senhores de

terras no interior do país, bem como à possibilidade da sua participação na luta anti-japonesa. As minorias nacionais, especialmente as da Mongólia Interior que estão directamente ameaçadas pelo imperialismo japonês, levantam-se para a luta. No futuro, as suas lutas ligar-se-ão com a luta popular no Norte da China e as operações do Exército Vermelho no Noroeste. Tudo isso mostra que a situação revolucionária já deixou de estar localizada, ganhou proporções nacionais e passa, gradualmente, dum estágio de desequilíbrio a um estágio de equilíbrio relativo. Nós estamos agora em vésperas de grandes transformações. A tarefa do Partido é formar uma Frente Única Nacional revolucionária, coordenando as acções do Exército Vermelho com a actividade dos operários, camponeses, estudantes, pequena burguesia e burguesia nacional, em todo o país.

A FRENTE ÚNICA NACIONAL

Uma vez examinada a situação da revolução e da contra-revolução, podemos determinar facilmente as tarefas tácticas do Partido. Qual é a tarefa táctica fundamental do Partido? Nada senão a criação dum larga Frente Única Nacional revolucionária. Quando a situação revolucionária muda, as tácticas para a revolução e os métodos de direcção da revolução devem mudar correspondentemente. A

264 tarefa dos imperialistas japoneses, dos colaboracionistas e dos traidores é transformar a China numa colónia, e a nossa, transformar a China num país independente e livre que conserve a sua integridade territorial. Conquistar a independência e a liberdade para a China é uma grande tarefa. Para isso é preciso lutar contra o imperialismo estrangeiro e a contra-revolução chinesa. O imperialismo japonês está decidido a avançar furiosamente e sem rodeios pelo interior da China. As forças da contra-revolução chinesa, da classe compradora e da dos déspotas e nobres, ainda estão mais fortes do que as forças revolucionárias populares. Como a derrota do imperialismo japonês e da contra-revolução chinesa não pode ser realizada num par de dias, devemos estar preparados para dedicar-lhe longo tempo. Como, com pequenas forças, neste caso, não se chega a qualquer resultado, nós devemos acumular grandes forças. Na China, como em todo o mundo, as forças da contra-revolução estão-se tornando mais fracas e as da revolução mais fortes. Essa é uma estimativa correcta, mas parte de um só ângulo. Com efeito, devemos também admitir que na China e em todo o mundo a contra-revolução, no momento, ainda é mais forte do que a revolução — estimativa igualmente correcta, mas feita a partir doutro ângulo. O desenvolvimento desigual da China, no plano político e económico, provoca o desenvolvimento desigual da revolução. Em termos gerais, a revolução começa, desenvolve-se e triunfa onde as forças da contra-revolução são comparativamente mais fracas, enquanto que nos lugares em que tais forças são mais

fortes ela nem sequer começou ou só se desenvolve muito lentamente. Durante muito tempo, no passado, a revolução chinesa encontrou-se nessa situação. Pode antecipar-se que, mesmo em certos momentos do futuro, embora a situação revolucionária geral se desenvolva amplamente, a característica da desigualdade de desenvolvimento permanecerá. A transformação dessa desigualdade em igualdade geral exige longo tempo e grandes esforços, e depende da justeza da linha táctica do Partido. A guerra revolucionária dirigida pelo Partido Comunista da União Soviética²⁷ durou três anos mas, no caso da guerra revolucionária dirigida pelo Partido Comunista da China, devemos desembaraçar-nos da impaciência de que demos mostras no passado, e estar prontos a dedicar-lhe mais tempo além do tempo que já gastámos com ela, de maneira a liquidar completa e definitivamente as forças da contra-revolução interior e exterior. Além disso, é necessário promover uma táctica revolucionária acertada. Marcar passo dentro dum círculo estreito, como fizemos no passado, não nos levará muito longe. Isso não quer dizer que na China as coisas só possam ser feitas a ritmo lento. Não, nós devemos agir com audácia, o perigo da escravização nacional não nos permite afrouxar um só momento. A partir de agora a revolução desenvolver-se-á com rapidez maior do que anteriormente, pois tanto a China como o mundo estão entrando numa nova etapa de guerra e revolução. A guerra revolucionária chinesa será contudo uma guerra prolongada, o que é um resultado da força do imperialismo e do desenvolvimento desigual da revolução. Nós dissemos que a presente situação caracteriza-se

pela iminência dum novo avanço da revolução nacional, que a China está em vésperas duma nova revolução à escala nacional: é uma característica da presente situação revolucionária. É um facto ou um aspecto dos factos. Contudo, queremos sublinhar também que o imperialismo é ainda uma força considerável, a desigualdade no desenvolvimento das forças revolucionárias é ainda uma séria debilidade e, para derrotar os nossos inimigos, devemos estar prontos para uma guerra prolongada: é outra característica da actual situação revolucionária. É também um facto ou outro aspecto dos factos. Essas duas características, esses dois factos, ensinam-nos e apressam-nos a adaptar--nos à situação, a modificar as nossas tácticas e a mudar os nossos métodos de utilizar as forças para prosseguir a guerra. A situação actual exige que renunciemos audazmente à atitude de “porta fechada”, organizemos uma larga Frente Única e nos guardemos do espírito de aventura. Não devemos arriscar-nos cegamente numa batalha decisiva enquanto não chegar o momento oportuno e não tiver-mos forças suficientes para isso. Eu não discutirei aqui as relações existentes entre a atitude de “porta fechada” e o espírito de aventura nem o perigo que este último pode criar assim que a situação geral se desenvolver. Não será tarde se só depois se falar desse assunto. Agora sublinharei unicamente que as tácticas da Frente Única e da atitude de “porta fechada” são diametralmente opostas. A primeira consiste num vasto recrutamento de forças para cercar e aniquilar o inimigo.

A segunda consiste em lutar isolado, como um cavaleiro solitário em desesperado combate contra um formidável inimigo. Uma baseia-se no facto de que sem avaliar cabalmente se a tentativa nipónica de colonização da China modifica o alinhamento entre a revolução e a contra-revolução, é impossível avaliar cabalmente a possibilidade de formação duma ampla Frente Única Nacional revolucionária. Sem uma apreciação cabal da força e da fraqueza da contra-revolução japonesa, bem como da contra-revolução e da revolução na China, seria impossível apreciar cabalmente a necessidade de organizar uma tal Frente Única Nacional revolucionária, tomar medidas enérgicas para acabar com a atitude de “porta fechada”, usar a Frente Única como arma para organizar e congregar milhões e milhões de homens, todas as forças que podem ser amigas da revolução, a fim de marchar em frente e bater no nosso objectivo central — o imperialismo japonês e os seus lacaios, os traidores chineses — bem como aplicar as nossas tácticas contra o objectivo principal, fixando-se, pelo contrário, diversos objectivos, com o resultado de as nossas balas poderem apanhar os nossos inimigos secundários, ou até mesmo os nossos aliados, em vez de atingirem o inimigo principal. Isso é não saber determinar o verdadeiro inimigo, é gastar as próprias munições. Assim, seríamos incapazes de forçar o inimigo até um canto isolado. Seríamos incapazes de arrancar do campo inimigo todos os que aí se juntaram sob coacção, e arrancar da frente de batalha inimiga todos os que ontem nos eram hostis mas que hoje podem ser nossos aliados. Assim, nós

estaríamos a ajudar, na realidade, o inimigo, a fazer marcar passo à revolução, a isolá-la, a reduzi-la, a fazê-la declinar e a conduzi-la, inclusivamente, ao fracasso. A outra baseia-se no pensamento de que tais argumentos são injustos. As forças da revolução devem ser puras, absolutamente puras, e o caminho da revolução deve ser recto, absolutamente recto. Só o que está escrito nos livros sagrados é correcto. A burguesia nacional, na sua totalidade, é e será eternamente contra-revolucionária. Jamais fazer uma pequena concessão aos camponeses ricos. Bater nos sindicatos amarelos com unhas e dentes. Se temos de apertar a mão a Tsai Tim-cai, quando o fazemos devemos chamá-lo contra-revolucionário. Acaso haverá gatos que não gostem de carne e caudilhos militares que não sejam contra-revolucionários? Os intelectuais podem ser revolucionários unicamente durante três dias, e é perigoso aceitá-los nas nossas fileiras. A conclusão é que a atitude de “porta fechada” é a única varinha mágica e a Frente Única é a táctica do oportunismo. Camaradas, qual está certa, a Frente Única ou a “porta fechada”? Qual delas é marxista-leninista? Decididamente eu respondo que a táctica marxista-leninista é a Frente Única Nacional e não a “porta fechada”. Os meninos de três anos podem ter muitas ideias correctas, mas não devem ser encarregados dos negócios importantes do Estado e do mundo, em virtude de os não terem ainda compreendido. O Marxismo-Leninismo opõe-se à enfermidade do infantilismo existente entre as fileiras revolucionárias. Os defensores da táctica da “porta fechada” sofrem exactamente dessa enfermidade. O caminho da revo-

lução, como o de qualquer outra actividade, é sempre tortuoso, nunca é em linha recta. A linha de frente das forças da revolução e da contra-revolução pode mudar assim como podem mudar todas as coisas no mundo. A nova tática do Partido, que consiste em formar uma ampla Frente Única, resulta de dois factos fundamentais que são a determinação do imperialismo japonês em reduzir a China à situação de colónia, e a séria debilidade actual das forças revolucionárias na China. Para atacar a contra-revolução, as forças revolucionárias necessitam, hoje, de organizar milhões e milhões de homens e pôr em acção um poderoso exército revolucionário. É óbvio que só uma tal força pode esmagar os imperialistas japoneses, os colaboracionistas e os traidores à Pátria. Em consequência, a tática da Frente Única é a única tática verdadeiramente marxista-leninista. Pelo contrário, a tática da “porta fechada” é a tática do auto-isolamento deliberado. A maneira dos que “fazem fugir o peixe para as águas mais profundas, e espantam os pássaros para o mais cerrado do bosque”, para satisfação do adversário a atitude de “porta fechada” lançará “milhões e milhões de homens”, um “poderoso exército”, para o lado do inimigo. Os “porta fechada” são de facto os escravos leais dos imperialistas japoneses, dos colaboracionistas e dos traidores à Pátria. O que eles chamam “puro” e “recto” é condenado pelo Marxismo-Leninismo e aclamado pelo imperialismo japonês. Nós rejeitamos em definitivo a atitude de “porta fechada”; o que queremos é a Frente Única Nacional revolucionária que vibre um golpe de morte nos imperialistas japoneses, nos colaboracionistas e traidores à Pátria.

A REPÚBLICA POPULAR²⁸

Se o nosso governo estava, até à data, baseado na aliança dos operários, camponeses e pequena burguesia urbana, de agora em diante deve ser transformado de modo a incluir também os membros de todas as outras classes que querem tomar parte na revolução nacional. Presentemente, a tarefa fundamental desse governo é opor-se à tentativa do imperialismo japonês de anexar a China. Tal governo deverá alargar a sua base de representação de maneira que possam juntar-se não só os representantes dos que estão interessados na revolução nacional, mas não na revolução agrária, como também, se eles o desejarem, os representantes dos que, não se opondo ao imperialismo europeu e norte-americano, em virtude das suas afiliações, podem opor-se ao imperialismo japonês e seus lacaios. Em consequência, o programa desse governo deve ser em princípio adaptado à tarefa fundamental de lutar contra o imperialismo japonês e seus lacaios, razão por que devemos emendar devidamente a política que temos estado a seguir até este momento. Presentemente, a característica especial da revolução consiste na existência dum Partido Comunista e dum Exército Vermelho de boa tèmpera. Essa é

uma vantagem de importância máxima. Poderiam surgir imensas dificuldades se não existisse um Partido Comunista e um Exército Vermelho experimentados. Por quê? Porque os colaboracionistas e os traidores na China são muitos e poderosos e hão--de usar certamente todos os estratagemas para quebrar essa Frente Única, semear a dissensão pela intimidação, corrupção e manobras de frentes e alianças, utilizando a força armada para oprimir e esmagar, separadamente, todas aquelas forças que lhes sejam comparativamente mais fracas e que queiram desligar-se deles e juntar-se a nós na luta contra o Japão. Na ausência desses dois factores — Partido Comunista e Exército Vermelho no seio do governo anti-japonês e do exército anti-japonês — só muito dificilmente poderia ser evitada essa ruptura da Frente Única. A revolução em 1927 fracassou sobretudo porque, na altura, a linha oportunista no Partido Comunista impediu que expandíssemos as nossas filas (expandíssemos o movimento dos operários e camponeses, bem como as forças armadas dirigidas pelo Partido Comunista), confiando-se unicamente num aliado temporário, o Kuomintang. Como resultado, o imperialismo deu ordens aos seus lacaios, a classe dos déspotas e nobres e a classe dos compradores, para que usassem toda a sorte de embustes a fim de atirar primeiramente Tchiang Kai-chek e, depois, Uam Tsim-vei, liquidando desse modo a revolução. A Frente Única revolucionária daquele tempo não tinha um eixo principal, nem forças armadas revolucionárias firmes e poderosas: quando se verificaram defecções por todos os lados, o Partido Comunista, forçado a lutar isolado, foi impotente para aguentar a táctica de liquidação um a

um adoptada pelos imperialistas e pela contra-revolução chinesa. É certo que havia um exército sob o comando de Ho Lom e Le Tim, mas ainda não era um corpo politicamente consolidado e, como além de tudo isso o Partido não sabia dirigi-lo, esse exército acabou por ser derrotado. Essa lição, que pagámos com o nosso próprio sangue, ensinou-nos que a revolução fracassou por falta dum motor das forças revolucionárias. Hoje as coisas são completamente diferentes; agora temos um poderoso Partido Comunista, um forte Exército Vermelho e ainda as bases de apoio desse exército. O Partido Comunista e o Exército Vermelho não serão unicamente os iniciadores da actual Frente Única Nacional Anti-japonesa, eles serão também, e inevitavelmente, o suporte principal do futuro governo anti-japonês e do futuro exército anti-japonês, o qual impedirá os imperialistas japoneses e Tchiang Kai-chek de levarem a cabo a sua política de ruptura dessa Frente Única Nacional. Contudo, devemos estar muito vigilantes pois, indubitavelmente, os imperialistas japoneses e Tchiang Kai-chek recorrerão à intimidação e à corrupção, às manobras de frentes e alianças, assim como a astúcias inimagináveis. Naturalmente não devemos esperar que todos os sectores da ampla Frente Única Nacional Anti-japonesa sejam tão firmes como o Partido Comunista e o Exército Vermelho. No decorrer da sua acção alguns elementos maus poderão ser influenciados pelo inimigo, retirando-se da Frente Única. Mas não há que reçar a perda de tai gente. Influenciados pelo inimigo, eles podem retirar-se pois, sob a nossa

influência, os bons elementos virão juntar-se à Frente Única. Desde que o Partido Comunista e o Exército Vermelho existam e se desenvolvam, a Frente Única Nacional Anti-japonesa também pode existir e desenvolver-se. Tal é o papel de direcção do Partido Comunista e do Exército Vermelho no seio da Frente Única Nacional. Actualmente, os comunistas, que já não são novatos, podem cuidar de si mesmos e tratar com os seus aliados. Se os imperialistas japoneses e Tchiang Kai-chek podem recorrer a medidas de desintegração e utilização disto ou daquilo contra as forças revolucionárias, o Partido Comunista também pode fazer o mesmo contra as forças contra-revolucionárias. Se eles podem atrair os maus elementos das nossas fileiras, nós podemos igualmente atrair os que são “maus elementos” para eles (bons elementos segundo o nosso ponto de vista). Se conseguirmos atrair um maior número de homens pertencentes às suas fileiras o inimigo decresce e nós crescemos. Em suma, as duas forças básicas lutam uma contra a outra, é inevitável que todas as forças intermédias tenham de alinhar-se por este ou aquele lado. As políticas de subjugação e traição à China, prosseguidas respectivamente pelos imperialistas japoneses e Tchiang Kai-chek, trarão inevitavelmente muita gente para o nosso lado, quer directamente para as fileiras do Partido Comunista e do Exército Vermelho, quer para uma Frente Única connosco. Desde que as nossas tácticas não sejam a de “porta fechada”, esse objectivo será realizado. Por que razão devemos substituir a república dos operários e camponeses pela república popular? O nosso governo representa não somente os operários

e os camponeses mas a totalidade da nação. Isso estava originariamente inscrito na palavra de ordem de república democrática de operários e camponeses, em virtude de os operários e camponeses constituírem 80 a 90 por cento da população do país. O programa em dez pontos adoptado pelo VI Congresso Nacional do nosso Partido representa tanto os interesses dos operários e camponeses como os da nação inteira. Contudo, a actual situação exige que mudemos essa palavra de ordem pela de república popular. Isso é assim porque a invasão japonesa alterou as relações entre as classes na China, sendo agora possível, tanto à pequena burguesia como à burguesia nacional, uma adesão à luta anti-japonesa. A república popular não representa, evidentemente, os interesses das classes inimigas. Pelo contrário, a república popular coloca-se em oposição directa à classe dos déspotas e nobres e à classe dos compradores, lacaios do imperialismo, não os abrangendo no conceito de povo. Isso contrasta com o “Governo Nacional da República da China” de Tchiang Kai-chek, que representa unicamente os ricos e não as pessoas comuns, as quais não são contadas como “cidadãos”. Já que 80 a 90 por cento da população da China é constituída por operários e camponeses, a república popular deve, primeiro que tudo, representar os interesses dos operários e dos camponeses. Mas quando a república popular repele a opressão imperialista e torna a China livre e independente, liquida a opressão dos senhores de terras e liberta a China do semi-feudalismo, tudo

isso beneficia não só os operários e os camponeses mas também os demais sectores do povo. O total dos interesses dos operários, dos camponeses e dos demais sectores do povo constitui o interesse da nação chinesa. Embora as classes dos compradores e dos senhores de terras vivam também sobre o solo chinês, elas não se preocupam com os interesses da nação. Os seus interesses chocam com os interesses da maioria da população. Como excluimos unicamente esse pequeno grupo, não nos batemos com outros a não ser com eles, temos o direito de intitular-nos representantes da totalidade da nação. Claro que também há um choque de interesses entre a classe operária e a burguesia nacional. Não poderemos estender com sucesso a revolução nacional se não acordarmos direitos políticos e económicos à sua vanguarda nem tornarmos a classe operária capaz de usar a sua força contra o imperialismo e os seus lacaios que traem a nação. Mas se a burguesia nacional adere à Frente Única anti-imperialista, a classe operária e a burguesia nacional passam a ter interesses comuns. No período da revolução democrático-burguesa a república popular não expropriará qualquer propriedade que não seja imperialista e feudal por natureza, assim como não confiscará as empresas industriais e comerciais pertencentes à burguesia nacional; pelo contrário, ela encorajará o respectivo desenvolvimento. Nós protegeremos a burguesia nacional desde que ela não apoie os imperialistas e os traidores. Na fase da revolução democrática é estabelecido um limite à luta existente entre o trabalho e o capital. Quando a legislação do trabalho da república popular protege os interesses dos operários, ela não

se opõe à realização de lucros pela burguesia nacional nem ao desenvolvimento das respectivas empresas industriais ou comerciais, já que tal desenvolvimento é em detrimento do imperialismo e beneficia o povo chinês. Está pois claro que a república popular representa os interesses de todas as camadas do povo que se opõem ao imperialismo e às forças feudais. O governo da república popular baseia-se primariamente nos operários e camponeses, mas também inclui as outras classes que se opõem ao imperialismo e às forças feudais. E não será perigoso deixar que essas classes se juntem ao governo da república popular? Não. Os operários e os camponeses são os elementos básicos da população da república. Ao darmos à pequena burguesia urbana, aos intelectuais e aos outros elementos que apoiam o programa anti-imperialista e anti-feudal, o direito de expressar o seu pensamento e trabalhar no governo da república popular, o direito de eleger e ser eleito, não devemos pôr em perigo os interesses dos operários e dos camponeses, que são a massa fundamental da população. A parte essencial do nosso programa deve ser a protecção dos interesses dos operários e camponeses, da massa basilar da população. O facto de os representantes dos operários e dos camponeses, a massa basilar, serem a maioria no governo da república popular, e o papel dirigente e a actividade do Partido Comunista em tal governo são uma garantia contra todo o perigo que possa resultar da participação das outras classes. Está bem claro que, no estágio actual, a revolução chinesa ainda é, por natureza, uma revolução

democrático-burguesa e não uma revolução socialista proletária. Só os contra-revolucionárias trotskistas³⁰ poderão argumentar, ridiculamente, que a China já concluiu a sua revolução democrático-burguesa e que toda outra revolução não poderá ser senão socialista. A Revolução de 1924-1927 foi uma revolução democrático-burguesa que falhou na realização do seu objetivo. A revolução agrária que dirigimos desde 1927 até hoje também é uma revolução democrático-burguesa, já que a sua tarefa é a de opor-se ao imperialismo e ao feudalismo e não a de lutar contra o capitalismo. E isso será assim por um período de tempo considerável. As forças motrizes da revolução ainda são constituídas, no essencial, pelos operários, pelos camponeses e pela pequena burguesia urbana, às quais pode juntar-se actualmente a burguesia nacional. A transformação da revolução é uma questão para futuro. No futuro, a revolução democrática transformar-se-á inevitavelmente numa revolução socialista. A questão de saber quando se verificará tal passagem depende do grau de maturação das condições que lhe são necessárias, e para isso será preciso tempo bastante longo. Enquanto todas as condições necessárias, políticas e económicas, não estiverem maduras, enquanto essa transformação não deixar de ser prejudicial e passar a ser benéfica à grande maioria do povo de todo o país, não devemos divagar muito sobre ela. É errado duvidar disso e esperar que a transição se verifique dentro dum lapso de tempo muito curto, como fizeram alguns dos nossos camaradas no passado, sustentando que a transformação da revolução começaria com o tri-

unfo da revolução democrática nas províncias-chave. Eles encararam as coisas assim porque não compreenderam que espécie de país era a China, política e economicamente, e não viram que era muito mais difícil e requeria um bom bocado mais de tempo e de esforços à China do que à Rússia, concluir uma revolução democrática nos planos político e económico.

A AJUDA INTERNACIONAL

Por fim, são necessárias algumas palavras acerca das relações da revolução chinesa com a revolução mundial. Desde que surgiu o monstro do imperialismo, os problemas no mundo tornaram-se tão estreitamente entrelaçados que é impossível separá-los uns dos outros. Nós, a nação chinesa, temos moral para combater o inimigo até à última gota de sangue; estamos determinados a recuperar pelos nossos próprios esforços aquilo que perdemos, e somos capazes de ocupar o nosso lugar entre as nações. Isso não quer dizer, porém, que possamos dispensar a ajuda inter-nacional. Não, a ajuda internacional é necessária para a luta revolucionária dos nossos dias, seja em que país for e trate-se do povo que se tratar. Há um velho ditado que diz: “Não há guerras justas na época de Tchuentsiu”³¹. Isso é ainda mais verdade hoje em dia, com respeito ao imperialismo, já que só as nações e as classes .oprimidas podem fazer guerras justas. No mundo, todas as guerras em que

um povo se levanta para combater o opressor são justas. As Revoluções de Fevereiro e Outubro na Rússia foram guerras justas. As revoluções populares, que nos vários países europeus se seguiram à Primeira Guerra Mundial, foram guerras justas. Na China, a Guerra do Opio³², a Guerra do Reino Celestial dos Taipins³³, a Guerra de Ihotuan³, a Guerra Revolucionária de 1911⁴, a Expedição do Norte de 1926-1927, a Guerra Revolucionária Agrária de 1927 até hoje e a actual guerra contra o Japão e punição dos traidores são, todas, guerras justas. Com o avanço actual da luta à escala nacional contra os invasores japoneses, e o avanço do movimento anti--fascista à escala mundial, as guerras justas estender--se-ão por toda a China e pelo mundo. Todas as guerras justas devem ajudar-se mutuamente e todas as guerras injustas devem ser transformadas em guerras justas — essa é a linha leninista³⁶. A nossa Guerra Anti-japonesa necessita do apoio de todos os povos do mundo e, principalmente, do povo da União Soviética, os quais é seguro que nos ajudarão, pois estamos empenhados numa causa comum. No passado, as forças revolucionárias chinesas estiveram cortadas por algum tempo das forças revolucionárias mundiais, em virtude da acção de Tchiang Kai-chek. Nesse sentido, nós estamos isolados. Agora, porém, a situação modificou-se em nosso benefício e continuará a modificar-se ainda mais em nosso proveito. Não voltaremos a ficar isoladas. Essa é uma condição indispensável da vitória da China na sua Guerra Anti-japonesa e na sua revolução.

NOTAS

1 A 18 de Janeiro de 1915, os imperialistas japoneses propuseram um tratado de vinte e uma exigências ao governo chinês de Luan Chi-cai; a 7 de Maio seguinte, enviaram um ultimatum exigindo que lhes fosse dada uma resposta dentro de quarenta e oito horas. Essas exigências dividiam-se em cinco partes. As quatro primeiras eram as seguintes: transferência para o Japão dos direitos que a Alemanha se tinha arrogado no Xantum, e concessão de novos direitos nessa mesma província; concessão, na Manchúria meridional e na Mongólia oriental, dos direitos de arrendamento ou posse de terras, do direito de aí residir, exercer uma actividade industrial e comercial, assim como do direito exclusivo de aí construir vias férreas e explorar os recursos mineiros; transformação das fábricas de aço de Han-Ie-Pim numa sociedade mista sino-japonesa; aceitação pela China da obediência de não conceder a uma terceira potência os portos e ilhas do litoral chinês. A quinta parte compreendia as exigências do Japão relativas ao controle dos negócios políticos, financeiros, militares e de policia da China, assim como o direito de construir vias férreas vitais ligando as províncias de Hupei, Quiansi e Cuantum. Luan Chi-cai satisfez todas essas exigências com exclusão das que se continham na quinta parte, sobre as quais solicitou “negociações ulteriores”. A oposição unânime do povo chinês, porém, impediu a realização dessas exigências. 2 Luan Chi-cai era o chefe dos caudilhos militares do Norte, nos últimos anos da dinastia Tsim. Depois que esta foi derrubada pela Revolução de 1911, Luan Chi-cai apoiou-se nas forças armadas da contra-revolução e no imperialismo e, utilizando a tendência da burguesia para o compromisso — burguesia que então dirigia a revolução — usurpou a Presidência da República e constituiu o primeiro governo dos caudilhos militares do Norte, que representava os interesses dos grandes senhores de terras e da grande burguesia compradora. Em 1915, como quisesse ser imperador, e a fim de

assegurar-se o apoio do imperialismo japonês, aceitou às vinte e uma exigências através das quais o Japão visava exercer um controle exclusivo sobre a China. Em Dezembro do mesmo ano iniciou-se no Iunnan uma insurreição dirigida contra Iuan Chi-cai que se havia proclamado imperador. A insurreição teve logo grande eco por todo o país. Iuan Chi-cai morreu em Pequim, em Junho de 1916.

3 Em Novembro de 1921, o governo dos Estados Unidos convocou em Washington uma conferência de nove países que, além dos Estados Unidos, compreendia a China, a Inglaterra, a França, a Itália, a Bélgica, a Holanda, Portugal e o Japão. Nessa conferência travou-se uma luta, entre os Estados Unidos e o Japão, pela hegemonia no Extremo Oriente. A 6 de Fevereiro de 1922, foi concluído um pacto entre as nove potências, na base dos princípios da “porta aberta” e “igualdade de oportunidades para todas as nações na China”, propostos pelos Estados Unidos. Esse tratado visava garantir a dominação conjunta da China pelas potências imperialistas, abrindo na realidade o caminho para a conquista exclusiva da China pelos imperialistas norte-americanos em prejuízo do Japão que, igualmente, se esforçava por assegurar para si esse mesmo exclusivo.

4 A 18 de Setembro de 1931, o Exército Japonês de “Quantum”, estacionado no Nordeste da China, atacou e ocupou Chen-iam. As tropas chinesas em Chen-iam e em outros lugares do Nordeste (o Exército do Nordeste) cumpriram a ordem de “não resistência absoluta” de Tchiang Kai-chek, e retiraram-se para o sul do Xanghaiquan. O exército japonês pôde assim ocupar rapidamente as províncias de Liaonim, Quilin e Heilonquiam. Essa acção agressiva do imperialismo japonês é conhecida entre o povo chinês por “Incidente de 18 de Setembro”.

5 As quatro províncias do Nordeste eram Liaonim, Quilin, Heilonquiam e Jehol, que correspondem actualmente às seis províncias de Liaotum, Liaoci, Quilin, Sunquiam, Heilonquiam e Jehol da Região Administrativa do Nordeste e à maior parte da Região Autónoma da Mongólia Interior. Depois do Incidente de 18 de Setembro, as forças de agressão japonesas começaram por ocupar Liaonim, Quilin e Heilonquiam e, mais tarde, em 1933, ocuparam Jehol.

6 A 25 de Novembro de 1935, por instigação dos japone-

ses, o traidor In Ju-gam, membro do Kuomintang, constituiu um governo fantoche que tomou o nome de “governo autónomo anti-comunista do Hopei oriental”, e que controlava vinte e dois distritos do leste do Hopei. Esse acontecimento ficou conhecido por “Incidente do Hopei oriental”.

7 Conversações diplomáticas entre o governo de Tchiang Kai-chek e o governo japonês a respeito dos chamados “três princípios de Hirota”, que são os “três princípios de conduta relativamente à China”, formulados pelo então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Hirota. Tais princípios podem re-sumir-se como se segue: (1) repressão pela China de toda a actividade anti-japonesa; (2) estabelecimento duma cooperação económica entre a China, o Japão e o “Mandjoucou”; (3) defesa comum da China e do Japão contra o comunismo. A 21 de Janeiro de 1936, Hirota declarou na dieta japonesa que “o governo chinês tinha aceitado os três princípios formulados pelo Império”.

8 O ano 1935 foi testemunha dum novo apogeu do movimento patriótico do povo chinês. Os estudantes de Pequim, sob a direcção do Partido Comunista da China, foram os primeiros a organizar manifestações patrióticas, no dia 9 de Dezembro, avançando palavras de ordem de “Cessação da guerra civil e unidade contra a agressão estrangeira!”, “Abaixo o imperialismo japonês!”, etc. A despeito do reino de terror, estabelecido havia muito pelo governo do Kuomintang em ligação com os agressores japoneses, o movimento obteve imediatamente o apoio do povo chinês, e passou a ser conhecido por “Movimento de 9 de Dezembro”. A partir desse momento, produziram-se com toda a clareza novas alterações nas relações entre as diferentes classes do país. A formação duma Frente Única Nacional Anti-japonesa, preconizada pelo Partido Comunista da China, constituiu então a política reclamada abertamente por todos os patriotas, facto que lançou a política de traição do governo de Tchiang Kai-chek num isolamento extremo,

9 Na época em que esse relatório foi apresentado pelo camarada Mao Tsetung, Tchiang Kai-chek andava negociando a venda do Norte da China ao JarMo, depois de já lhe ter vendido o Nordeste, e prosseguia activamente as suas operações militares contra o Exército Vermelho. O Partido Comunista da China devia pois fazer todo o possível por desmascarar a traição de Tchiang Kai-

chek, e, natural-mente, não o incluía na Frente Única Nacional Anti-Japonesa que propunha. Nesse relatório, o camarada Mao Tsetung já encarava a desagregação eventual do campo da classe dos senhores de terras e dos compradores chineses, como resultado das contradições entre as diferentes potências imperialistas. Ora, a ofensiva do imperialismo japonês no Norte da China afectava gravemente os interesses dos imperialistas ingleses e norte-americanos, donde a conclusão do Partido Comunista de que a camarilha de Tchiang Kai--chek, estreitamente ligada a tais interesses, podia, sob ordens dos seus amos, mudar de atitude com respeito ao Japão. A política que o Partido Comunista adoptou foi pois a de fazer pressão sobre Tchiang Kai--chek, a fim de levá-lo a resistir ao Japão. Em Maio de 1936, o Exército Vermelho que vinha do Xansi atingiu o norte do Xensi e exigiu directamente ao governo do Kuomintang de Nanquim a cessação da guerra civil e a resistência comum ao Japão. Em Agosto do mesmo ano, o Comité Central do Partido Comunista da China enviou uma carta ao Comité Executivo Central do Kuomintang, exigindo a organização duma Frente Única dos dois partidos, a fim de resistirem em comum ao Japão, assim como a designação de representantes dos dois partidos com vista à abertura de conversações. Todas essas propostas, porém, foram rejeitadas por Tchiang Kai--chek. Não foi senão em Dezembro de 1936, ao ser preso em Si-an por militares do Kuomintang, partidários da aliança com os comunistas para a resistência ao Japão, que Tchiang Kai--chek foi obrigado a aceitar as exigências formuladas pelo Partido Comunista, isto é, pôr fim à guerra civil e resistir ao Japão. 10 Tsai Tim-cai era o 20 comandante do XIX Exército de Rota do Kuomintang e tinha directamente sob as suas ordens um dos corpos desse exército. Ele partilhava o comando do XIX Exército de Rota com Tchen Mím-chu e Tchiang Cuam-nai. O XIX Exército de Rota tinha operado primeiramente contra o Exército Vermelho no Quiansi, tendo sido posteriormente enviado para Xangai, depois do Incidente de 18 de Setembro. O avanço da luta anti-japonesa que se estendia a Xangai e a todo o país, exerceu uma enorme influência sobre o estado de espirito do XIX Exército de Rota. Na noite do dia 28 de Janeiro de 1932, no momento

em que os fuzileiros navais japoneses atacavam Xangai, o XIX Exército de Rota e a população da cidade resistiram aos invasores. A batalha, porém, perdeu-se, em resultado da traição de Tchiang Kai--chek e Uam Tsim-vei. Mais tarde, o XIX Exército de Rota foi enviado por Tchiang Kai--chek para o Fuquien, para aí prosseguir a luta contra o Exército Vermelho. Os comandantes do XIX Exército de Rota acabaram por compreender que tal luta não oferecia qualquer saída. Em Novembro de 1933, os chefes do XIX Exército de Rota reuniram uma parte das forças do Kuomintang, com Li Tsi-chen e outros à cabeça, e romperam oficialmente com Tchiang Kai--chek, formaram em Fuquien o “Governo Popular Revolucionário da República da China” e concluíram um acordo com o Exército Vermelho no sentido de resistir ao Japão e atacar Tchiang Kai--chek. O XIX Exército de Rota e o governo popular de Fuquien sucumbiram sob a pressão militar de Tchiang Kai--chek. Mais tarde, Tsai Tim-cai e alguns dos seus companheiros passaram gradualmente a colaborar com o Partido Comunista. 11 Em Setembro de 1926, quando o Exército Revolucionário da Expedição do Norte se aproximou de Vuhan, Fom Iu-siam, à testa do seu exército, que se encontrava estacionado em Sui-uan, anunciou a sua ruptura com a camarilha dos caudilhos militares do Norte e juntou-se à revolução. No início de 1927, partindo do Xensi, as suas tropas atacaram o Honan, em colaboração com o Exército da Expedição do Norte. Se bem que Fom Iu-siam tivesse participado em actividades anti-comunistas no tempo em que Tchiang Kai--chek e Uam Tsim-vei traíram a revolução em 1927, os seus interesses encontravam-se em conflito constante com os da camarilha de Tchiang Kai--chek. Após o Incidente de 18 de Setembro, ele pronunciou-se pela resistência ao Japão e, em Maio de 1933, cooperou com o Partido Comunista, organizando em Tchanquiacou um exército aliado popular anti-japonês. Os seus esforços redundaram num fracasso, em Agosto, sob o duplo golpe das forças de Tchiang Kai--chek e do exército de agressão japonês. Nos últimos anos da sua vida, Fom Iu-siam continuou a cooperar com o Partido Comunista.

12 O XXVI Exército de Rota tinha sido enviado por Tchiang Kai-chek a fim de combater o Exército Vermelho, em Quiansi. Em Dezembro de 1931, respondendo a um apelo do Partido Comunista da China, que os incitava a resistir ao Japão, mais de 10.000 homens desse exército, dirigidos pelos camaradas Tchao Po-chem, Tum Tchen-tam e outros, sublevaram-se em Nintu, província de Quiansi, e passaram-se para o lado do Exército Vermelho.

13 Oficial do Exército do Nordeste do Kuomintang. As tropas que ele comandava estavam estacionadas no Heilonquiam. Depois do Incidente de 18 de Setembro, essas tropas resistiram aos agressores japoneses que se dirigiam contra Heilonquiam, a partir da província de Liaonim.

14 Célebre político do Kuomintang oposto à política de Sun Yat-sen de cooperação com o Partido Comunista da China. Ele foi um dos autores do golpe de Estado contra--revolucionário dc 12 de Abril de 1927, organizado por Tchiang Kai-chek. Mais tarde, rival de Tchiang Kai-chek na luta pelo poder, foi preso por este último. Libertado após o Incidente de 18 de Setembro, ele abandonou Nanquim por Cantão, onde incitou os caudilhos militares das camarilhas do Cuantum e do Cuansi a oporem-se durante um longo período ao governo de Tchiang Kai-chek, instalado em Nanquim.

15 “o Programa em Seis Pontos para a Resistência ao Japão e Salvação da Pátria” era o “Programa Fundamental do Povo Chinês para a “Luta Anti-japonesa”¹, apresentado em 1934 pelo Partido Comunista da China c publicado com as assinaturas de Som Tchim-lim e outros. Esse programa compreendia os pontos seguintes: 1) Mobilização geral das forças navais, terrestres e aéreas para a resistência ao Japão; 2) Mobilização do povo inteiro; 3) Armamento geral do povo; 4) Confisco dos bens dos imperialistas japoneses, na China, c dos traidores à nação, a fim de se cobrirem as despesas da Guerra Anti-japonesa; 5) Criação dum comité nacional de auto-defesa armada, para toda a China, e eleito pelos representantes dos operários, camponeses, exército, intelectuais e homens de negócio; 6) Aliança com todas as forças opostas ao imperialismo japonês e estabelecimento de relações dc amizade com todos os países que observassem uma neutralidade bem-intencionada.

16 O bando dc Tchiang Kai-chek qualificava de “bandidos” o povo revolucionário, e de “exterminação dos bandidos” os seus ataques militares e massacres contra o povo revolucionário.

17 Trata-se de Tchen Tsi-tam, de Cuantum, e de Li Tsum-jen e Bai Tchon-si, de Cuansi.

18 O camarada Jen Pi-chi era um dos membros mais antigos do Partido Comunista da China e um dos seus primeiros organizadores. Eleito membro do Comité Central pelo V Congresso do Partido, realizado em 1927, ele foi consecutivamente reeleito pelos Congressos posteriores. Em 1931, na Quarta Sessão Plenária do Comité Central eleito pelo VI Congresso, foi eleito membro do Birô Político. Em 1933, ocupou o posto de secretário do Comité Provincial do Partido na região fronteiriça Hunan-Quiansi, cumulando-o com o posto de comissário político do VI Grupo de Corpos de Exército do Exército Vermelho. Posteriormente, ele foi nomeado comissário político do Exército Vermelho da II Frente, constituído após a junção dos VI e II Grupos de Corpos de Exército. No início da Guerra dc Resistência contra o Japão, ele passou a director do Departamento Político Geral do VIII Exército. A partir de 1940, trabalhou no secretariado do Comité Central do Partido. Na Primeira Sessão Plenária do Comité Central eleito pelo VII Congresso do Partido, realizado em 1945, foi novamente eleito membro do Birô Político, passando a ser um dos secretários do secretariado do Comité Central. Morreu em Pequim, a 27 de Outubro de 1950.

19 O VI Grupo de Corpos de Exército do Exército Vermelho dos Operários e Camponeses da China encontrava-se inicialmente na base de apoio da região fronteiriça Hunan-Quiansi. Em Agosto de 1934, por ordem do Comité Central do Partido Comunista da China, iniciou a ruptura do cerco inimigo e a mudança dc posições. Em Outubro, operou uma junção, a leste de Cueiljou, com o II Grupo de Corpos de Exército comandado pelo camarada Ho Lom. No seu conjunto eles formaram o Exército Vermelho da II Frente e criaram a base revolucionária do Hunan-Hupeí-Setchuan--Cueiljou.

20 Em Outubro de 1934, o I, o III e o V Grupos de Corpos de Exército do Exército Vermelho dos Operários e Camponeses da China (isto é, o Exército Vermelho da I Frente, também chamado Exército Vermelho Central) começaram uma deslocação estratégica geral, a partir de Tchantim e Nin-hua, no oeste do Fuquien, Jueiquin e Iutu e outros lugares, no sul do Quiansi. O Exército Vermelho atravessou onze províncias: Fuquien, Quiansi, Cuantum, Hunan, Cuansi, Cuedjou, Setchuan, Iunnan, Sicam, Cansu e Xensi, franqueando cadeias de montanhas cobertas de neves eternas e vastas planícies pantanosas, onde o Homem nunca tinha por assim dizer penetrado. O Exército Vermelho passou por provas sem fim, reduziu a nada todos os esforços do inimigo para cercá-lo, perseguiu-o, opor-se ao seu avanço ou detê-lo na sua passagem e, em Outubro de 1935, após ter efectuado uma marcha ininterrompida de vinte e cinco mil lis (12.500 quilómetros), chegou vitoriosamente à base revolucionária estabelecida no norte do Xensi.

21 Ele constituía a IV Frente do Exército Vermelho dos Operários e Camponeses da China. Em Março de 1935, abandonando a base de apoio na região fronteira Setchuan-Xensi, começou a deslocação em direcção das fronteiras do Setchuan e Sicam. No mês de Junho, juntou-se, em Maocum, a oeste de Setchuan, ao Exército Vermelho da I Frente, dirigindo-se os dois exércitos para o norte, em duas colunas paralelas. Mas em Setembro, ao chegarem à região de Maelcaí, não longe de Sompan, Tcham Cuo-tao, que fazia parte do Exército da IV Frente, agindo de sua própria iniciativa e em violação das ordens do Comité Central do Partido Comunista da China, arrastou a coluna da esquerda para sul, dividindo assim as forças do Exército Vermelho. Em Junho de 1936, o Exército Vermelho da II Frente, depois de ter quebrado um cerco na região fronteira Hunan-Hupeí-Setchuan-Cuedjou, atravessou o Hunan, o Cuedjou e o Iunnan, juntando-se ao Exército da IV Frente em Cantse, Sicam. Nessa altura, alguns camaradas do Exército da IV Frente, agindo contra a vontade de Tcham Cuo-tao, retomaram a direcção do norte, com o Exército da

II Frente. Em Outubro de 1936, o Exército da II Frente e uma parte do Exército da IV Frente chegaram ao norte do Xensi onde, vitoriosamente, se juntaram ao Exército Vermelho da I Frente.

22 Tcham Cuo-tao, renegado da revolução chinesa. Na sua juventude, especulando com a revolução, aderiu ao Partido Comunista da China. No Partido, ele cometeu um número considerável de erros que degeneraram em verdadeiros crimes. O erro mais conhecido foi o que cometeu em 1935, ao opor-se à marcha do Exército Vermelho para o norte, e preconizando por espírito derrotista e liquidacionista a re-tirada do Exército Vermelho em direcção de regiões povoadas por minorias nacionais, regiões situadas na fronteira do Setchuan e do Sicam; além disso, entregou-se abertamente a uma actividade de traição contra o Partido e respectivo Comité Central, formando um pseudo Comité Central e sapando a unidade do Partido e do Exército Vermelho. Em consequência disso, o Exército Vermelho da IV Frente sofreu pesadas perdas. Mas graças ao paciente trabalho de educação realizado pelo camarada Mao Tsetung e pelo Comité Central do Partido, o Exército Vermelho da IV Frente e a grande massa dos seus quadros voltaram rapidamente a colocar-se sob a justa direcção do Comité Central e desempenharam um papel glorioso nas lutas que se seguiram. Quanto a Tcham Cuo-tao, permaneceu incorrigível. Na Primavera de 1938, sozinho, fugiu da região fronteira Xensi-Cansu-Ninsia e converteu-se num agente dos serviços secretos do Kuomintang.

23 O Exército Vermelho Central ou Exército da I Frente era o Exército Vermelho, criado no Quiansi e Fuquien, que se encontrava sob a direcção imediata do Comité Central do Partido Comunista da China.

24 Em Julho de 1935, as tropas do Kuomintang lançaram a sua terceira campanha de “cerco e aniquilamento” contra a base revolucionária do Xensi-Cansu. No começo, o XXVI Corpo do Exército Vermelho do norte do Xensi derrotou duas brigadas inimigas no sector oriental e atirou o adversário para a margem esquerda do rio Amarelo. Em Setembro, o XXV Corpo do Exército Vermelho, que primitivamente operava na base de apoio do Hupei-Honan-Anghuci, atravessou o sul do Xensi e o leste do Cansu e desembocou

no norte do Xensi onde fez junção com as forças do Exército Vermelho do norte do Xensi, formando assim o XV Grupo de Corpos de Exército do Exército Vermelho. Na batalha de Laoxan, em Cantchiuan, esse grupo de corpos de exército aniquilou a maior parte da 110a Divisão inimiga, matou o respectivo comandante e destruiu pouco depois, em Iulin-quiao, distrito de Cantchiuan, quatro batalhões da 107a Divisão inimiga. O inimigo organizou então novos ataques. Sob as ordens de Tum Im-pin (comandante dum dos corpos de exército no Exército do Nordeste), cinco divisões inimigas passaram ao ataque em duas colunas: a leste, progredia numa divisão em direcção do norte, seguindo o itinerário Luotchuan-Fucien; a oeste, as outras quatro divisões, surgindo de Tchín-iam e Hochuci no Cansu, avançavam ao longo do rio Hulu, em direcção de Fucien, no norte do Xensi. Em Outubro, o Exército Vermelho Central atingiu o norte de Xensi. Em Novembro, em cooperação com o XV Grupo de Corpos de Exército, liquidou em Tchiluotchen, a sudoeste de Fucien, a 109a Divisão inimiga e aniquilou em Heichuissc um regimento da 106a Divisão, durante a perseguição. Assim, a terceira campanha de “cerco e aniquilamento” do inimigo dirigida contra a base de apoio da região fronteira Xensi--Cansu foi completamente desfeita.

25 Em 1934-1935, no momento da deslocação das suas forças principais estacionadas no Sul, o Exército Vermelho deixou nessa região vários destacamentos de guerrilhas que realizaram com tenacidade uma guerra de guerrilhas em catorze regiões repartidas por oito províncias. Essas regiões são: sul do Tchequiam, norte de Fuquien, este de Fuquien, sul de Fuquien, oeste de Fuquien, nordeste de Quiansi, fronteira do Fuquien e do Quiansi, fronteira do Quantum e do Quiansi, o sul do Hunan, fronteira do Hunan e do Quiansi, fronteira do Hunan, do Hupei e do Quiansi, fronteira do Hupei, Honan e do Anghuei, região das montanhas Tompai no sul do Honan e a ilha de Hainan, ao largo da costa do Quantum.

26 Depois que os imperialistas japoneses ocuparam o Nordeste em 1931, o Partido Comunista da China apelou para a resistência armada popular, organizou destacamentos de guerrilhas anti-japone-

sas, bem como o Exército Revolucionário Popular do Nordeste, e prestou ajuda aos diferentes destacamentos voluntários anti-japoneses. Depois de 1934, todas essas forças foram reorganizadas, sob a direcção do Partido, num exército único: o Exército de Coalizão Anti-Japonês do Nordeste, tendo por comandante em chefe o notável comunista Lam Tsim-iu. Durante muito tempo esse exército sustentou uma guerra de guerrilhas anti-japonesa no Nordeste. Quanto à guerra de guerrilhas anti-japonesa no Hopei oriental, trata-se do levantamento camponês contra o Japão, em Maio de 1935.

27 Guerra de 1918 a 1920, durante a qual o povo soviético, sob a direcção do Partido Comunista da União Soviética, repeliu a intervenção armada dos Estados imperialistas, nomeadamente a Inglaterra, Estados Unidos, França, Japão e Polónia, e esmagou a rebelião dos Guardas Brancos.

28 Durante a Guerra de Resistência contra o Japão, o poder político e a política dum república popular, tal como são descritos pelo camarada Mao Tsetung, tornaram-se uma realidade nas regiões populares libertadas que se encontravam sob direcção do Partido Comunista da China. Foi isso que permitiu ao Partido Comunista dirigir o povo na própria retaguarda do inimigo, de modo a que fizesse uma guerra vitoriosa contra os invasores japoneses. Durante a Terceira Guerra Civil Revolucionária, que estalou após a capitulação do Japão, as regiões populares libertadas estenderam-se progressivamente a todo o país, seguindo o desenrolar da guerra; assim nasceu uma república unificada, a República Popular da China, realizando-se à escala nacional o ideal do camarada Mao Tsetung relativo à república popular.

20 Em Julho de 1928, o VI Congresso do Partido Comunista da China adoptou um programa em dez pontos: 1) derrubar a dominação do imperialismo; 2) confiscar as empresas e bancos do capital estrangeiro; 3) unificar a China e reconhecer o direito de auto-determinação nacional; 4) derrubar o governo dos caudilhos militares do Kuomintang; 5) estabelecer o poder das assembleias dos delegados dos operários, camponeses e soldados; 6) instituir a jornada de oito horas de trabalho, aumentar os salários, estabelecer o socorro para os desempregados, assistência social, etc; 7) confiscar todas as terras da classe dos senhores e distribuir ter-

ras aos camponeses; 8) melhorar as condições de vida dos soldados, distribuir-lhes terras e dar-lhes trabalho; 9) abolir todas as taxas e outras contribuições exorbitantes e adoptar um imposto progressivo único; 10) união com o proletariado mundial e com a U.R.S.S.

30 A camarilha trotskista era uma facção anti-leninista no movimento operário da Rússia que mais tarde degenerou por completo num bando contra-revolucionário. Sobre a evolução dessa camarilha traidora, o camarada Estaline, no seu relatório à Sessão Plenária do Comité Central do Partido Comunista (Bolchevique) da União Soviética, em 1937, deu a seguinte explicação: “No passado, há sete ou oito anos atrás, o trotskismo era uma das correntes políticas entre a classe operária; corrente anti-leninista, e por isso profundamente errada, mas ainda era uma corrente política. ... O trotskismo actual, porém, já não é uma facção política entre a classe operária, mas sim uma camarilha sem princípios nem ideias, um bando de sabotadores, de destruidores, de espíões e assassinos, inimigos jurados da classe operária, agindo a soldo dos serviços de espionagem estrangeiros.” Iguualmente, na China, após a derrota da revolução em 1927, apareceram uns quantos trotskistas que se reuniram aos renegados de Tchen Tu-siu. Em 1929, eles formaram uma pequena organização contra-revolucionária, propagando a ideia de que o Kuomintang já tinha realizado a revolução democrático-burguesa. Esses indivíduos tornaram-se, por completo, num vil instrumento do imperialismo e do Kuomintang contra o povo. Os trotskistas chineses trabalharam abertamente nos serviços de espionagem do Kuomintang. Após o Incidente de 18 de Setembro, cumprindo a indicação do bandido Trotski de “não impedir a ocupação da China pelo império japonês”, eles passaram à colaboração com os serviços de espionagem do Japão, recebendo subsídios dos invasores e dedicando-se a várias actividades favoráveis à agressão japonesa.

31 Aforismo de Meneio. Na China da época de Tchen-tsiu (722-481 A.C.), os príncipes feudais guerreavam constantemente pelo poder, donde a observação do filósofo.

32 Em 1840-1842, ante a oposição do povo chinês ao tráfico de ópio, e sob o pretexto de proteger o seu comércio, a Inglaterra enviou tropas de invasão contra a China. As forças

chinesas, comandadas por Lin Tse-siu, resistiram, tendo o povo de Cantão organizado espontaneamente “Corpos de Repressão Anti-Ingleses” que vibraram duros golpes no invasor.

33 Guerra revolucionária camponesa dos meados do século XIX, dirigida contra a dominação feudal e a opressão nacional exercida pela dinastia Tsim. Em Janeiro de 1851, Horn Siu-tchuan, Lam Siu-tchim e outros chefes da revolução organizaram um levantamento na aldeia de Quintien, distrito de Cucipim, província de Cuansi, e proclamaram o “Reino Celestial dos Taipins”. Em 1852, partindo de Cuansi, o exército dos Taipins atravessou o Hunan, o Hupei, o Quansi e o Anghuei, e em 1853 tomou Nanquim. Em seguida, a partir de Nanquim, uma parte do exército foi enviada para o Norte, combatendo até às proximidades de Tientsim. Todavia, em virtude de não ter estabelecido sólidas bases de apoio nos territórios ocupados, e devido a muitos erros políticos e militares cometidos pela sua direcção depois do estabelecimento da capital em Nanquim, o exército dos Taipins foi incapaz de resistir aos ataques combinados das tropas reaccionárias dos Tsim e dos agressores ingleses, norte-americanos e franceses, sofrendo finalmente uma derrota, em 1864.

34 Vasto e espontâneo movimento armado anti-imperialista que os camponeses e artesãos do Norte da China organizaram em 1900, na base de sociedades místicas e secretas. Depois de haver ocupado Pequim e Tientsim, as forças combinadas de oito países imperialistas sufocaram cruelmente esse movimento.

35 Ver nota 3 ao artigo “Relatório sobre uma Investigação Feita no Hunan a respeito do Movimento Camponês”.

36 Ver V. I. Lenine: “O Programa Militar da Revolução Proletária”, e também Compêndio de História do Partido Comunista (Bolchevique) da U.R.S.S., capítulo VI, secção 3.

NOTAS DO TRADUTOR

(1) Pan Cu, um personagem mitológico. Sanghuanvuti, chefes lendários na China antiga.

PROBLEMAS ESTRATÉGICOS DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA NA CHINA*

(Dezembro de 1936)

CAPITULO 1 COMO ESTUDAR A GUERRA

SECÇÃO 1. AS LEIS DA GUERRA SÃO EVOLUTIVAS

As leis da guerra constituem um problema que deve ser estudado e resolvido por todos os que dirigem uma guerra.

As leis da guerra revolucionária constituem um problema que deve ser estudado e resolvido por todos os que dirigem uma guerra revolucionária.

As leis da guerra revolucionária na China cons-

O presente trabalho foi escrito pelo camarada Mao tsteung com o fim de fazer o balanço das experiencias adquiridas no decurso da segunda guerra civil revolucionária e usado nas suas palestras na academia do exército vermelho no norte de Xensi. O como o próprio autor declara, não

tituem um problema que deve ser estudado e resolvido por todos os que dirigem a guerra revolucionária na China. * Actualmente, nós fazemos uma guerra; a nossa guerra é revolucionária e faz-se na China, isto é, num país semi-colonial e semi-feudal. Sendo assim, devemos estudar não só as leis da guerra em geral mas também as leis específicas da guerra revolucionária e ainda as leis particularmente específicas da guerra revolucionária na China. Como todos sabem, sempre que se faz alguma coisa é impossível conhecer as leis que a regem, saber como realizá-la e levá-la a bom fim, se não se lhe compreendem as condições, o carácter e os laços com as outras coisas. A guerra, que existe desde que surgiram a propriedade privada e as classes, é a forma suprema de luta para resolver contradições, em determinada etapa do seu desenvolvimento, entre classes, nações, Estados ou grupos políticos. Se não se compreendem as condições em que a guerra se desenrola, a sua natureza e as suas relações com os outros fenómenos,

lhe foi possível escrever mais do que cinco capítulos. Com efeito, ele não teve tempo para examinar a ofensiva estratégica, o trabalho político e outras questões, em virtude de ter sido distraído pelo Incidente de Si-an. O presente escrito é o resultado de vivas discussões havidas no seio do Partido, durante a Segunda Guerra Civil Revolucionária, entre duas linhas opostas a respeito das questões militares. Nele se expõe a posição dos defensores duma delas. Em Janeiro de 1935, em Tsuen-yi, a reunião alargada do Biró Político do Comité Central do Partido Comunista da China, ao fazer o balanço dessas discussões, confirmou a justeza da

não é possível conhecerem-sc-lhe as leis, não se sabe como conduzi-la e é-se incapaz de alcançar a vitória. A guerra revolucionária, seja uma guerra revolucionária de classe ou uma guerra revolucionária nacional, além das condições e natureza da guerra em geral tem as suas condições e natureza próprias, estando, por isso, submetida às leis da guerra em geral e, igualmente, a leis específicas. Se não se compreendem as condições e a natureza particulares dessa guerra, se não se lhe conhecem as leis específicas, não se pode dirigir a guerra revolucionária e é-se incapaz de vencer. A guerra revolucionária na China, trate-se duma guerra civil ou duma guerra nacional, desenrola-se em condições próprias à China, e distingue-se da guerra em geral e da guerra revolucionária em geral pelas suas condições e natureza particulares. Daí que ela esteja sujeita, além das leis da guerra em geral e das leis da guerra revolucionária em geral, a leis que lhe são próprias. Se não se conhecem to-

linha preconizada pelo camarada Mao Tsetung e rejeitou como errado o ponto de vista contrário. Em Outubro de 1935, o Comité Central do Partido foi transferido para o norte de Xensi. Pouco tempo depois, em Dezembro, o camarada Mao Tsetung apresentou o seu relatório “Sobre a Tática na Luta contra o Imperialismo Japonês”, onde resolveu, de maneira metódica, o problema da linha política do Partido para o período da Segunda Guerra Civil Revolucionária. No ano seguinte, isto é, em 1956, o camarada Mao Tsetung escreveu o presente trabalho, fazendo uma análise sistemática dos problemas estratégicos da guerra revolucionária na China.

das essas leis não pode conquistar-se a vitória na guerra revolucionária na China. Devemos pois estudar as leis da guerra em geral, as leis da guerra revolucionária e, finalmente, as leis da guerra revolucionária na China. Alguns defendem um ponto de vista errado, refutado por nós há já muito: dizem que basta estudar as leis da guerra em geral, isto é, fazendo-a de uma maneira mais concreta, basta seguir os manuais militares publicados na China pelo governo reaccionário ou pelos estabelecimentos de ensino militares reaccionários. Eles não vêem que esses manuais expõem meramente as leis da guerra em geral e são, aliás, inteiramente copiados do estrangeiro, donde resulta que, utilizá-los tal como são, sem lhes modificar a forma e o fundo, equivale a “roer o próprio pé para adaptá-lo ao sapato”, o que nos conduziria à derrota. Para justificar o seu ponto de vista, argumentam da seguinte maneira: por que razão devemos renunciar ao que foi adquirido no passado ao preço do sangue? Eles não compreendem que, se devemos, naturalmente, apreciar no seu justo valor a experiência ganha no passado ao preço de sangue, também devemos apreciar a experiência que pagámos com o nosso próprio sangue. Outros defendem um outro ponto de vista também errado, e que igualmente foi refutado desde há muito: dizem que não é necessário estudar mais do que a experiência da guerra revolucionária na Rússia, isto é, falando mais concretamente, que basta agir conforme as leis que presidiram à condução da guerra civil na União Soviética e seguir os manuais militares 298 publicados pelas instituições militares daquele

país. Eles não compreendem que essas leis e esses manuais reflectem o carácter específico da guerra civil na União Soviética e do Exército Vermelho Soviético e que, aplicá-los tal qual são, sem admitir a mínima modificação, equivale uma vez mais a “roer o próprio pé para adaptá-lo ao sapato”, o que nos conduziria igualmente à derrota. Para justificar o seu ponto de vista, dizem que a União Soviética fez uma guerra revolucionária e que nós também estamos fazendo uma guerra revolucionária; e se a União Soviética obteve a vitória, que outra alternativa poderá haver senão a de seguirmos o seu exemplo? Eles não compreendem que, se devemos, é certo, atribuir um valor particular à experiência de guerra da União Soviética, visto tratar-se da experiência de uma guerra revolucionária da época contemporânea, experiência adquirida sob a direcção de Lenine e Estaline, também devemos apreciar no seu justo valor a experiência da guerra revolucionária na China, uma vez que muitas das condições são particulares à revolução chinesa e ao Exército Vermelho chinês. Outros, enfim, defendem um outro ponto de vista também errado, o qual, igualmente, temos combatido desde há muito: dizem que a experiência mais preciosa é a da Expedição do Norte, em 1926-1927, e que devemos por isso inspirar-nos nela, isto é, para falar mais concretamente, devemos imitar a Expedição do Norte na sua penetração em profundidade e na sua conquista das grandes cidades. Eles não compreendem que, embora devendo estudar a experiência da

Expedição do Norte, não devemos copiá-la mecanicamente, pois a guerra desenvolve-se hoje em condições diferentes. Da experiência da Expedição do Norte não devemos aproveitar senão o que ainda é aplicável actualmente, devendo, conforme a situação presente, elaborar alguma coisa de nosso. Assim pois, as leis de condução duma guerra variam em função das condições da guerra, do tempo, do lugar e da natureza da guerra. Se falamos do factor tempo, vê-se que com o tempo evoluem tanto a guerra como as leis da sua condução; cada fase histórica tem as suas particularidades, donde se segue que as leis da guerra têm as suas particularidades em cada fase, pelo que não devem ser transpostas mecanicamente duma fase para outra. Se se considera a guerra na sua natureza, a guerra revolucionária e a guerra contra-revolucionária têm as suas particularidades, as leis que as regem também têm, por consequência, as suas próprias particularidades, não podendo, por isso, ser transpostas mecanicamente duma guerra para outra. Se encaramos o lugar onde se desenrola a guerra, cada país, cada nação, e em particular um grande país, uma grande nação, tem as suas particularidades e, por consequência, as leis da guerra em cada país, em cada nação, têm também as suas particularidades, não podendo ser transpostas mecanicamente dum país para outro. Ao estudarmos as leis que regem guerras de carácter diferente, conduzidas por nações diferentes e em lugares e fases históricas diferentes, devemos fazer incidir a nossa atenção sobre as suas particularidades e evolução, lutando contra toda a concepção mecanista na questão da guerra.

Mas isso ainda não é tudo. Num comandante, passar da capacidade para comandar uma pequena unidade à capacidade para comandar uma grande unidade, é um sinal de progresso e de desenvolvimento. Comandar num só e mesmo lugar é uma coisa e comandar em vários lugares diferentes é outra. Num comandante, passar da capacidade para combater num lugar que lhe seja familiar, à capacidade para dirigir combates em vários lugares diferentes, é igualmente um sinal de progresso e desenvolvimento. Em virtude da evolução da técnica, da táctica e da estratégia, tanto para nós como para o adversário, as condições próprias de cada guerra variam dum estádio a outro. Se um oficial capaz de exercer o comando num estádio elementar da guerra se mostra igualmente capaz de comandar num estádio superior, isso é sinal de progresso e de desenvolvimento ainda mais marcados. Permanecer unicamente capaz de comandar uma certa unidade, num certo lugar e num determinado estádio de desenvolvimento duma guerra, significa não fazer progresso algum, não registar o menor desenvolvimento. Pessoas há que, satisfeitas com a sua capacidade em certo domínio, e contentando-se com a sua visão limitada, não fazem mais progressos; tais pessoas podem desempenhar um certo papel na revolução, em dado lugar e em dado momento, mas não podem desempenhar um grande papel. Nós temos necessidade de chefes capazes de desempenhar grandes papéis na condução da guerra. Todas as leis de condução da guerra evoluem segundo o desenvolver da História e segundo a evolução da própria guerra. Nada é imutável no mundo.

SECÇÃO 2. O FIM DA GUERRA É SUPRIMIR A GUERRA

A guerra, esse monstro que faz com que os homens se matem, acabará por ser eliminada pelo próprio desenvolvimento da sociedade humana, e há-de sê-lo ainda num futuro que já não está longe. Todavia, para suprimir a guerra só há um meio: opor a guerra à guerra, opor a guerra revolucionária à guerra contra-revolucionária, opor a guerra nacional revolucionária à guerra nacional contra-revolucionária, opor a guerra revolucionária de classe à guerra contra-revolucionária de classe. A História só registou duas espécies de guerras: as guerras justas e as guerras injustas. Nós somos pelas guerras justas e contra as guerras injustas. Todas as guerras contra-revolucionárias são injustas, todas as guerras revolucionárias são justas. Seremos nós quem porá fim, com as nossas próprias mãos, à época das guerras na história da humanidade. Sem dúvida alguma, a guerra que estamos fazendo é uma parte da última das guerras. Sem dúvida alguma também, a guerra a que teremos de fazer face será uma parte da maior e mais cruel de todas as guerras. Ameaça-nos a maior e a mais cruel das guerras injustas contra-revolucionárias, e, se não brandirmos o estandarte da guerra justa, a maior parte da humanidade experimentará os piores sofrimentos. O estandarte da guerra justa da humanidade é o estandarte da salvação da humanidade; o estandarte da guerra justa na China é o estandarte da salvação da China. Uma guerra realizada pela imensa maioria da humanidade e a imensa maioria

do povo chinês é, incontestavelmente, uma guerra justa, é a empresa mais nobre e a mais gloriosa, uma empresa que salvará a humanidade e a China, uma ponte que conduzirá a uma era nova na história do mundo. Quando a sociedade humana chegar à supressão das classes, à supressão do Estado, não haverá mais guerras — nem contra-revolucionárias nem revolucionárias, nem injustas nem justas. Será a era da paz perpétua para a humanidade. Ao estudarmos as leis da guerra revolucionária, nós partimos da aspiração de suprimir todas as guerras. Nisso reside a diferença entre nós, os comunistas, e os re-presentantes de todas as classes exploradoras.

SECÇÃO 3. A ESTRATÉGIA ESTUDA AS LEIS DA GUERRA CONSIDERADA COMO UM TODO

Sempre que há uma guerra, há guerra como um todo. Uma guerra como um todo pode abarcar tanto o mundo inteiro como um país inteiro, ou ainda uma região de guerrilhas independente ou uma ampla frente operacional independente. A guerra como um todo exige a consideração de todos os seus aspectos e de todas as suas fases. Estudar as leis de condução da guerra como um todo é tarefa da estratégia. Estudar as leis de condução das acções militares como parte duma guerra é tarefa da ciência das campanhas ou da táctica. Por que razão se torna necessário que o comandante duma campanha ou acções tácticas conheça, em certa medida, as leis da estratégia? Porque a compreensão do todo permite agir melhor na parte, porque a parte está subordinada ao todo. A ideia

segundo a qual uma vitória estratégica é determinada por sucessos táticos é errada, pois ela desconhece o facto de que o resultado da guerra depende, primeiro e antes de tudo, da maneira como se tem em conta a situação global e todas as fases dessa guerra. Se se cometem erros ou faltas graves nesse domínio, a guerra perde-se inevitavelmente. Quando se diz: “Uma jogada imprudente pode fazer perder toda a partida”, trata-se duma jogada que, pelo seu carácter, se relaciona com o todo e é duma importância decisiva para esse todo, e não duma jogada que apenas tem um carácter parcial, sem importância decisiva para o todo. O que é verdade para o xadrez é-o igualmente para a guerra. Mas o todo não pode existir independentemente, isolado das suas partes; o todo compõe-se de todas as suas partes. Às vezes, a destruição ou derrota duma parte pode não ter consequências sérias para o todo, na medida em que essa parte não tem uma importância decisiva. Se acontece que certas derrotas ou insucessos, nas acções táticas ou nas campanhas, não implicam deterioração do conjunto da situação militar, é porque essas derrotas não são de importância decisiva. Todavia, o fracasso da maior parte das campanhas que constituem a situação militar no seu conjunto, ou o fracasso de uma ou duas campanhas decisivas, muda imediatamente toda a situação. Aqui, a “maior parte das campanhas” ou “uma ou duas campanhas” é de importância decisiva. Na história das guerras, aconteceu algumas vezes que, após toda uma série de vitórias, uma única derrota reduziu a nada os sucessos anteriores; c, igualmente, uma só vitória, após toda uma série de derrotas, modificou completa-

mente a situação. Isso significa que essa “série de vitórias”, ou essa “série de derrotas”, tinha apenas um carácter parcial, não desempenhando qualquer papel decisivo no conjunto da situação, enquanto que essa “única derrota”, ou essa “só vitória”, constituía um factor decisivo. Tudo isto mostra quão importante é ter em conta a situação como um todo. Para aquele que assume o comando da totalidade das acções militares, o mais importante é concentrar a sua atenção sobre o conjunto da situação. Para ele, o essencial deverá ser encarar, segundo a situação, todos os problemas respeitantes à disposição das suas unidades e formações militares, à ligação entre uma e outra campanha, à conexão entre as diferentes fases da acção, à conexão entre o conjunto da actividade no seu próprio campo e o conjunto da actividade no campo do adversário. Tudo isso exige da sua parte os maiores esforços; se ele descursa esses problemas e se perde em considerações secundárias, é-lhe difícil evitar os reveses. Essa relação entre o todo e a parte não vale somente para a relação entre a estratégia e a ciência das campanhas, também é válida para a relação entre esta e a tática. A relação entre a acção duma divisão e a dos seus regimentos e batalhões, ou entre a acção duma companhia e a dos seus pelotões e esquadras, fornece exemplos práticos sobre isso. Todo o comandante, em qualquer escalão, deve concentrar a sua atenção principalmente sobre o problema ou acção que desempenha o papel mais importante, mais decisivo, no conjunto da situação que enfrenta, e não sobre os outros problemas ou acções. Para determinar o que é importante b decisivo não se deve partir das situações gerais ou das situações ab-

stractas, mas sim da situação concreta. No decurso duma acção militar, é preciso escolher a direcção e o ponto de assalto partindo da situação do inimigo, da natureza do terreno e do estado das nossas forças nesse momento. Nas regiões em que os abastecimentos abundam é preciso velar por que os homens não comam demais, enquanto que nas regiões onde são insuficientes importa velar por que os homens não sofram com a fome. Nas regiões brancas, a mínima fuga de informações pode implicar a derrota nos encontros ulteriores, enquanto que nas regiões vermelhas isso não constitui, muitas vezes, o problema mais grave. Em certas campanhas, a participação pessoal dos comandantes de alta patente é necessária, mas noutras não o é. Para uma academia militar, a questão mais importante é a escolha do director e dos instrutores, e a definição dos princípios de ensino. Para um comício popular, o que importa principalmente é fazer vir uma assistência numerosa e formular palavras de ordem justas. Muitos mais exemplos podiam ainda citar-se. Em resumo, o princípio geral é a concentração das atenções sobre os factores importantes de que depende o conjunto. Não se podem estudar as leis da condução duma guerra como um todo sem se reflectir profundamente sobre a questão, pois o que respeita ao conjunto da situação não é logo visível, só podendo ser compreendido depois de séria reflexão. Não se chega lá 306 doutra maneira. O todo, porém, é constituído de partes, e os que possuem uma experiência sobre as partes, a experiência das campanhas e da táctica, são capazes de compreender as questões dc ordem mais el-

evada, desde que queiram reflectir seriamente. Os problemas estratégicos, por exemplo ter em conta a relação entre o inimigo e nós próprios; ter em conta a relação entre as diversas campanhas e entre as diversas fases das operações; ter em conta determinadas partes que são importantes (que têm um valor decisivo) para o conjunto; ter em conta as particularidades da situação geral; ter em conta a relação entre a frente e a retaguarda; ter em conta a distinção, bem como a ligação, entre as perdas ou o desgaste e a respectiva reparação, entre o combate e o repouso, a concentração e a dispersão das forças, o ataque e a defesa, o avanço e o recuo, as posições cobertas e as descobertas, o ataque principal e o ataque de apoio, o assalto e a contenção, a centralização e a descentralização do comando, a guerra prolongada e a guerra de decisão rápida, a guerra de posições e a guerra de movimento, as nossas próprias forças e as forças amigas, tal arma e tal outra arma, os escalões superiores e os inferiores, os quadros e os homens, os veteranos e os novos recrutas, os quadros superiores e os inferiores, os quadros antigos e os novos, as regiões vermelhas e as brancas, as antigas regiões vermelhas e as novas, as regiões centrais e as periféricas, os tempos quentes e os tempos frios, a vitória e a derrota, as grandes unidades e as pequenas unidades, o exército regular e as forças de guerrilhas, o aniquilamento do inimigo e a conquista das massas, o alargamento das fileiras do Exército Vermelho e

a sua consolidação, o trabalho militar e o trabalho político, as tarefas antigas e as presentes, as tarefas presentes e as futuras, as tarefas em tais circunstâncias e as tarefas em tais outras circunstâncias, a frente fixa e a frente móvel, a guerra civil e a guerra nacional, tal fase histórica e tal outra, etc, não são logo visíveis; contudo, se se reflecte com cuidado, chega-se a compreender, a agarrar, a dominar tudo isso, quer dizer, a saber resolver todos os problemas importantes da guerra e da acção militar, no plano superior dos princípios. No estudo dos problemas estratégicos, atingir esse objectivo constitui a nossa tarefa.

SECÇÃO 4. O IMPORTANTE É SABER APRENDER

Por que é que criámos o Exército Vermelho? Para utilizá-lo na liquidação do inimigo. Por que razão estudamos as leis da guerra? Para aplicá-las na guerra. Aprender não é fácil, mas realizar na prática o que se aprendeu é ainda mais difícil. Muitos indivíduos, quando tratam da ciência militar numa sala de aulas ou nos livros, dão a impressão de ser competentes, mas se a guerra chega a estalar, uns conquistam vitórias e outros sofrem derrotas. Isso está confirmado pela história das guerras e pela nossa própria experiência na guerra. Onde está então a chave do problema? Na prática, não podemos exigir que os generais sejam sempre vitoriosos. Generais assim a História conhece muito poucos. O que necessitamos é de generais intrépidos, clarividentes, que se tenham

mostrado geralmente vitoriosos no decurso das guerras — chefes dotados de sagacidade e de coragem. Para transformar-se num desses chefes militares, é necessário assimilar um método. Tal método é indispensável tanto no estudo como na actividade prática. Que método é esse? O método consiste em conhecer a fundo e sob todos os seus aspectos, tanto a situação do adversário como a nossa própria situação, descobrir as leis que regem as acções das duas partes e respeitá-las nas nossas acções. Nos manuais militares de vários países encontram-se recomendações sobre a necessidade de “aplicar os princípios com flexibilidade, segundo a situação”, bem como indicações sobre as medidas a tomar em caso de derrota. As primeiras põem em guarda os comandantes contra as faltas de carácter subjectivo que podem nascer duma obediência cega aos princípios. As segundas dizem como um comandante deve agir quando tenha cometido uma falta de carácter subjectivo ou quando, na situação objectiva, tenham intervindo mudanças imprevistas e inelutáveis. Por que razão se produzem os erros de carácter subjectivo? Porque a maneira como as forças são dispostas e dirigidas, na guerra ou nos combates, não corresponde às condições do momento e do lugar; porque não há harmonia, acordo, entre a direcção subjectiva e as condições existentes na realidade objectiva, ou, noutros termos, porque a contradição entre o subjectivo e o objectivo não foi resolvida. Em toda a actividade é difícil evitar tais situações, mas há pessoas que dão provas de ser mais competentes que outras. Qualquer que seja a tarefa, é necessário que os homens que a tenham de cumprir

sejam, relativamente, os mais competentes. Se se trata do domínio militar, é preciso ter ganho mais vitórias ou ter sofrido menos derrotas. O essencial é fazer corresponder, como convém, o subjectivo e o objectivo. Tomemos um exemplo do domínio da táctica. Suponhamos que escolhemos o ponto de ataque sobre um dos flancos do adversário, que o ponto fraco do adversário se encontre justamente aí e que, por consequência, o nosso assalto tenha êxito. Nesse caso, o subjectivo correspondeu ao objectivo, isto é, as informações de que dispunha o comando, a sua apreciação e decisão, correspondiam à situação real do adversário e ao seu dispositivo de combate. Se, pelo contrário, se optou por levar o ataque sobre o outro flanco ou sobre o centro do adversário e, em consequência, caímos num beco e não pudemos avançar, isso quer dizer que não houve correspondência entre o subjectivo e o objectivo. Se o momento de ataque foi escolhido de maneira justa, se as reservas foram transportadas a tempo e se todas as disposições tomadas no decurso do combate e todas as acções empreendidas foram em nosso favor e desfavoráveis ao inimigo, isso significa que, ao longo do combate, a direcção subjectiva correspondeu inteiramente à situação objectiva. Tais exemplos de correspondência plena, no decurso duma guerra ou combate, são extremamente raros, pois os beligerantes são colectividades de seres vivos armados que operam dissimulando, cada uma, os seus segredos. De maneira nenhuma as coisas se

passam como quando se tem de fazer face a objectos inanimados ou a actos da vida quotidiana. Todavia, se

as directivas dadas pelo comando correspondem nas suas grandes linhas à situação real, isto é, se os seus elementos de importância decisiva correspondem à situação real, as condições da vitória estão realizadas. A correcta disposição das tropas decorre da correcta decisão do comando, a qual é um resultado da justa apreciação da situação, apreciação fundada num minucioso e indispensável reconhecimento, cujas informações passaram pelo crivo duma reflexão sistemática. O comando utiliza todos os meios de reconhecimento possíveis e necessários, pesa as informações recolhidas sobre o inimigo, rejeita a casca e conserva o grão, afasta o que é falso e guarda o verdadeiro, vai duma coisa a outra, do externo ao interno; depois, tendo em conta as suas próprias condições, procede a um estudo comparativo da situação das duas partes e das suas relações mútuas. É assim que ele forma o seu juízo, toma a sua decisão e estabelece o seu plano. Tal é o processo completo de conhecimento duma situação por que deve passar um chefe militar antes de elaborar os seus planos estratégicos, os seus planos de campanha ou combate. Um chefe pouco consciencioso não procede assim. Ele fantasia os seus planos, baseando-se naquilo que deseja; desse modo, tais planos resultam illusórios, não correspondem à realidade. Um chefe impulsivo, que se remete de maneira exclusiva ao seu entusiasmo, cai inevitavelmente nas armadilhas que o adversário lhe prepara; deixa-se abusar pelas informações superficiais e fragmentárias que recolhe sobre este, deixa-se arrastar pelas sugestões irresponsáveis, de curtas vistas e infundadas dos seus subordinados, e

quebra inevitavelmente o pescoço, justamente * porque não sabe ou não quer saber que todo o plano militar deve basear-se em informações indispensáveis e num estudo minucioso da sua própria situação, da do adversário e das suas relações mútuas. Esse processo de conhecimento da situação não intervém somente antes da elaboração do plano militar; ele intervém igualmente depois dessa elaboração. No decurso da execução do plano, desde que se inicia a execução até ao final da acção, desenrola-se um novo processo de conhecimento da situação: o processo de aplicação do plano à realidade. Torna-se então necessário verificar de novo se o plano elaborado no decurso do processo precedente corresponde à situação real. Se não corresponde, ou se apenas corresponde incompletamente à realidade, é preciso, à luz dos novos dados, fazer uma nova apreciação do problema, tomar uma nova decisão e modificar o plano inicial, a fim de que corresponda à nova situação. Em quase cada uma das acções militares intervém uma modificação parcial do plano; e pode mesmo acontecer que o plano se encontre completamente modificado. Um impulsivo, que não sabe ou não quer modificar o seu plano, age às cegas, e bate inevitavelmente com a cabeça na parede. O que acabamos de dizer aplica-se tanto a uma acção estratégica como a uma campanha ou combate. Sendo modesto e estando sempre pronto a aprender, um chefe experimentado será sempre capaz de conhecer perfeitamente as suas próprias forças (os comandantes, os combatentes, o armamento, o reabastecimento, etc, assim como a resultante de todos esses factores),

as forças do inimigo (os comandantes, os combatentes, o armamento, o reabastecimento, etc, e a resultante de todos esses factores), bem como todas as outras condições relacionadas com a guerra: condições políticas, económicas, geográficas, de clima, etc; um chefe assim estará sempre mais seguro de si próprio ao dirigir uma guerra ou ao dirigir qualquer acção militar, e aumentará as suas possibilidades de sucesso. Isto porque, a longo prazo, acabou por conhecer a situação no seu próprio campo e no campo do adversário, descobriu as leis da acção e resolveu as contradições entre o subjectivo e o objectivo. Esse processo de conhecimento é extremamente importante; sem essa experiência adquirida a longo prazo é difícil compreender e dominar as leis que governam a guerra no seu conjunto. Não se pode ser realmente um bom comandante superior enquanto se permanece um noviço ou enquanto se não conhece a guerra a não ser no papel; por isso, é necessário aprender no próprio decorrer da guerra. Todas as leis da guerra e todas as teorias militares que revestem um carácter de princípio são o balanço da experiência feita pelos nossos predecessores ou contemporâneos. É preciso estudar seriamente essas lições, pagas a preço de sangue, que nos legaram as guerras passadas. Essa é uma das nossas tarefas. Mas há ainda uma outra: verificar essas conclusões com a ajuda da nossa própria experiência, assimilar o que elas oferecem de útil, rejeitar o que nelas há de inútil e acrescentar só o que nos é próprio. Essa segunda tarefa é duma grande importância; se não agimos assim não podemos dirigir a guerra.

ler é uma forma de aprender, mas prática* é também uma forma de aprender, sendo até a forma mais importante de aprender. O nosso método principal é aprender a fazer a guerra fazendo-a. Uma pessoa que não tenha tido a possibilidade de ir à escola também pode aprender a fazer a guerra — pode aprender no próprio combate. Uma guerra revolucionária é uma empresa de massas; nela acontece com frequência que as pessoas, em vez de combaterem depois de terem aprendido, começam por combater e depois aprendem. Combater é pois aprender. Existe uma certa distância entre um civil e um militar, mas não há entre eles Grande Muralha, podendo a distância existente ser rapidamente eliminada. A via para eliminar essa distância é tomar parte na revolução, participar na guerra. Quando dizemos que não é fácil aprender e aplicar, queremos dizer que não é fácil aprender a fundo e aplicar com sabedoria. Quando dizemos que os civis podem muito rapidamente transformar-se em militares, queremos significar que não é difícil iniciar-se na arte da guerra. Para resumir essas duas afirmações podemos citar o ditado chinês que diz: “Nada no mundo é difícil para aquele que se decide a agir bem”. Iniciar--se não é difícil, aperfeiçoar-se não é impossível; basta que as pessoas se dediquem e saibam aprender. As leis da guerra, como as leis de todos os outros fenómenos, são o reflexo, no nosso espírito, da realidade objectiva. Tudo o que está fora do nosso espírito é realidade objectiva. Em consequência, a nossa

intenção de aprender e conhecer incide, simultaneamente, sobre o inimigo e sobre nós próprios. São esses

dois aspectos que devem ser considerados como objecto do nosso estudo, enquanto que o sujeito que estuda é unicamente o nosso espírito (a nossa capacidade de pensar). Há pessoas capazes de conhecer--se bem a si próprias, mas incapazes de conhecer o adversário; outras são capazes de conhecer bem o adversário, mas não de se conhecerem a si próprias. Nem umas nem outras estão à altura de dominar o estudo e a aplicação prática das leis da guerra. O preceito contido na obra do grande teórico militar da China antiga, Suen Vu-tse1: “Conhece o teu adversário e conhece-te a ti próprio, que poderás, sem riscos, travar um cento de batalhas”, refere-se às duas fases — a do estudo e a da aplicação prática dos conhecimentos; tal preceito diz respeito tanto ao conhecimento das leis do desenvolvimento da realidade objectiva, como à determinação, na base dessas mesmas leis, da nossa própria acção destinada a vencer o adversário. Não se deve subestimar o valor desse preceito. A guerra é a forma suprema de luta entre nações, entre Estados, entre classes ou grupos políticos; as nações, os Estados, as classes ou os grupos políticos empenhados numa guerra utilizam as leis da guerra a fim de alcançarem a vitória. Não há dúvidas de que a vitória e a derrota na guerra são determinadas principalmente pelas condições militares, políticas, económicas e naturais em que se encontram ambas as partes. Mas isso não é tudo; o resultado da guerra é igualmente determinado pela capacidade

subjectiva de cada parte na condução da guerra. No seu esforço para ganhar a guerra, um estratega não pode

ultrapassar os limites impostos pelas condições materiais. Todavia, dentro desses limites, ele pode e deve fazer o máximo para conquistar a vitória. A cena em que se desenrola a sua acção é constituída pelas condições materiais objectivas mas, nessa cena, ele pode dirigir a representação de muito drama vivo, cheio de som e cor, de poder e de grandeza. É assim que, sobre uma base material objectiva dada, quer dizer, em condições militares, políticas, económicas e naturais dadas, os chefes do nosso Exército Vermelho devem pôr em pleno jogo todo o nosso poderio, dirigindo todas as forças de que dispõem no sentido de esmagar os inimigos da nação, os nossos inimigos de classe, e transformar esse mundo de corrupção. É aí que pode e deve exercer-se a nossa capacidade subjectiva de dirigir a guerra. Não permitiremos que os comandantes do Exército Vermelho se transformem em impulsivos, golpeando a torto e a direito; devemos encorajar cada oficial do Exército Vermelho a tornar-se num herói bravo e clarividente que, além da coragem para ultrapassar todos os obstáculos, tenha ainda a capacidade para dominar todo o curso da guerra, em todas as suas vicissitudes e desenvolvimento. Nadando no oceano próprio da guerra, um chefe militar deve não só evitar afogar-se, mas também saber atingir a margem oposta com toda a segurança e a braçadas medidas. As leis que regem a condução duma guerra integram a arte de nadar no oceano da guerra. Eis em que consiste o nosso método.

CAPITULO II

O PARTIDO COMUNISTA DA CHINA E A GUERRA REVOLUCIONÁRIA NA CHINA

A guerra revolucionária na China, que começou em 1924, já passou por duas fases: a primeira, de 1924 a 1927, e a segunda, de 1927 a 1936; agora começa uma nova fase, a da guerra revolucionária nacional contra o Japão. No decurso dessas três fases, a guerra revolucionária tem-se desenrolado sob a direcção do proletariado chinês e seu respectivo partido, o Partido Comunista da China. Na guerra revolucionária na China, os nossos inimigos principais são o imperialismo e as forças feudais. Em momentos históricos determinados, a burguesia chinesa pode participar na guerra revolucionária; contudo, em razão do seu egoísmo e da sua falta de independência política e económica, ela não quer nem pode conduzir a guerra revolucionária na China à vitória completa. Na China, as massas camponesas e as da pequena burguesia urbana querem participar activamente na guerra revolucionária e conduzi-la à vitória completa. Elas constituem as forças principais na guerra revolucionária; mas pelo facto de serem pequenos produtores, elas têm uma visão política limitada (entre os que não têm trabalho, alguns há que alimentam ideias anarquistas), não podendo portanto dirigir correctamente a guerra. Por consequência, numa época em que o proletariado fez já a sua entrada na arena política, a responsabilidade da direcção da guerra revolucionária na China não pode deixar de repousar sobre os ombros do Partido

Comunista da China. Em tal época, toda a guerra revolucionária que não é dirigida pelo pro-letariado e pelo Partido Comunista ou que escapa à sua direcção está votada à derrota. De todas as camadas sociais da China semi-colonial, de todos os seus agrupamentos políticos, só o proletariado e o Partido Comunista desconhecem a estreiteza de espírito e o egoísmo, têm a visão política mais rasgada, o grau de organização mais elevado e, além disso, são os únicos que podem aceitar com o máximo de sinceridade os ensinamentos da experiência ganha pelo proletariado de vanguarda do mundo inteiro e pelos respectivos partidos políticos, e servir-se disso em benefício da sua própria causa. Por todas essas razões, só o proletariado e o Partido Comunista são capazes de guiar os camponeses, a pequena burguesia urbana e a burguesia, de superar a estreiteza de espírito dos camponeses e da pequena burguesia, a propensão à destruição das pessoas privadas de trabalho e ainda (na condição de o Partido Comunista não cometer erros na sua política) as oscilações e a inconsequência da burguesia, conduzindo a revolução e a guerra até à vitória. A guerra revolucionária de 1924-1927 desenrolou-se, pode dizer-se, em condições em que o proletariado internacional, o proletariado chinês e os seus respectivos partidos exerciam uma influência política sobre a burguesia nacional chinesa e respectivo partido, e estabeleciam com estes uma cooperação de ordem política. Contudo, essa guerra revolucionária falhou no momento crítico, principalmente por causa da traição da grande burguesia e também por causa dos oportunistas dentro das nossas fileiras revolucionárias, que, vol-

untariamente, abandonaram a direcção da revolução. A guerra revolucionária agrária, que começou a partir de 1927, tem-se desenrolado em condições novas. Nessa guerra, o inimigo é não somente o imperialismo mas também a aliança formada pela grande burguesia e os grandes senhores de terras. A burguesia nacional colocou-se a reboque da grande burguesia. Tal guerra é dirigida exclusivamente pelo Partido Comunista, que assegurou, desde agora, uma hegemonia absoluta. Essa hegemonia absoluta por parte do Partido Comunista constitui a primeira condição essencial do prosseguimento firme e consequente da guerra revolucionária. Se o Partido Comunista não exercesse tal hegemonia, seria impensável que a guerra revolucionária pudesse ter esse carácter perseverante. O Partido Comunista da China pôs-se com firmeza e coragem à cabeça da guerra revolucionária na China. Durante quinze longos anos², mostrou a todo o povo que era o seu amigo, combatendo sempre na primeira linha da guerra revolucionária pela defesa dos interesses populares, pela liberdade e emancipação do povo. Na luta difícil, paga com o sangue e a vida de centenas de milhares dos seus membros e dezenas de milhares dos seus quadros heróicos, o Partido Comunista da China desempenhou um grande papel de educador entre as centenas de milhões de homens que compõem a nação. Os grandes sucessos históricos que o Partido obteve no decorrer da luta revolucionária levaram ao resultado seguinte: hoje, no momento crítico em que o inimigo da nação invadiu o país, a China vê assegurada a sua salvação e sobrevivência; a

garantia dessa salvação é a existência dum guia político gozando da confiança da imensa maioria do povo, que o escolheu depois de o ter posto à prova durante um longo período. Actualmente, o povo escuta mais o Partido Comunista do que qualquer outro partido político. Sem essa luta difícil, conduzida pelo Partido Comunista no decurso dos quinze últimos anos, seria impossível salvar a nação do novo perigo de escravização que a ameaça. No decurso da guerra revolucionária, além dos erros de oportunismo de direita de Tchen Tu-siu³ e oportunismo de “esquerda” de Li Li-san¹, o Partido Comunista cometeu dois erros mais. O primeiro, o oportunismo de “esquerda” dos anos 1931-1934, fez sofrer perdas extremamente pesadas à guerra revolucionária agrária: não só não conseguimos vencer o inimigo quando da sua quinta campanha de “cerco e aniquilamento”, como ainda sofremos pela perda das nossas bases de apoio e pelo enfraquecimento do nosso Exército Vermelho. Esse erro foi corrigido na reunião de Tsuen-yi, reunião alargada do Birô Político do Comité Central, em Janeiro de 1935. O segundo, foi o oportunismo de direita de Tcham Cuo-tao⁶, em 1935-1936, que tomou tal amplitude que sapou a disciplina do Partido e do Exército Vermelho, implicando pesadas perdas para uma parte das forças principais desse exército. Contudo, graças à justa direcção do Comité Central e à consciência política dos membros do Partido, dos comandantes e combatentes do Exército Vermelho, essa falta acabou igualmente por ser corrigida. Claro que todos esses erros causaram prejuízo ao nosso Partido, à nossa revolução e à guerra; não obstante, pu-

demos, finalmente, eliminá-los. Dessa maneira, o nosso Partido e o nosso Exército Vermelho ficaram melhor temperados e tornaram-se ainda mais fortes. O Partido Comunista da China dirigiu e dirige a grandiosa guerra revolucionária, guerra gloriosa e vitoriosa que, além de representar o estandarte da libertação da China, reveste-se também duma importância revolucionária internacional. Os olhares dos povos revolucionários do mundo inteiro estão fixados em nós. Na nova etapa de guerra revolucionária nacional contra o Japão, conduziremos a revolução chinesa ao seu fim e exerceremos uma influência profunda sobre o movimento revolucionário no Oriente e no mundo. A nossa guerra revolucionária passada mostrou que não só necessitamos duma justa linha política marxista, como também duma justa linha militar marxista. Em quinze anos a revolução e a guerra já forjaram em nós essa linha política e militar. Nós cremos que, para futuro, com a nova fase da guerra que começa, essa linha acusará um novo desenvolvimento, completará o seu conteúdo, enriquecer-se-á nas novas circunstâncias e conduzir-nos-á ao nosso objectivo: a vitória sobre o inimigo da nação. A História ensina-nos que uma linha política e militar justa não nasce nem se desenvolve por si mesma e pacificamente. Nasce e desenvolve-se no combate contra o oportunismo de “esquerda”, por um lado, e contra o oportunismo de direita, por outro. Se não se luta contra esses desvios perniciosos que sapam a revolução e a guerra revolucionária, se não se vence completamente tudo isso, torna-se impossível elaborar uma linha correcta, bem como conquistar a vitória na guerra revolucionária. É

justamente por essa razão que eu evocarei com frequência, nesta brochura, todas essas concepções erradas.

CAPÍTULO III

AS CARACTERÍSTICAS DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA NA CHINA

SECÇÃO 1. IMPORTÂNCIA DA QUESTÃO

As pessoas que não reconhecem, não sabem ou não querem saber que a guerra revolucionária na China tem as suas características próprias, consideram que as acções do Exército Vermelho contra as tropas do Kuomintang são da mesma natureza que as duma guerra comum ou as da guerra civil na União Soviética. A experiência da guerra civil dirigida por Lenine e Estaline é duma significação mundial. Essa experiência e a respectiva síntese teórica, feita por Lenine e Estaline, servem de bússola a todos os Partidos Comunistas, incluindo o Partido Comunista da China. Contudo, isso não significa que na nossa situação concreta devamos aplicar mecanicamente tal experiência. Em muitos aspectos, a guerra revolucionária chinesa tem os seus traços particulares, que a distinguem da guerra civil na União Soviética. Não ter em conta tais características ou negar-lhes a existência seria, claro está, um erro. Esse ponto foi inteiramente demonstra-

do no decorrer dos dez anos da nossa guerra. O nosso adversário cometeu igualmente faltas semelhantes. Ele não quis reconhecer que, na guerra contra o Exército Vermelho, era necessário recorrer a uma outra estratégia, a outras tácticas, diferentes das utilizadas no combate a outros exércitos. Fundado na sua superioridade em diversos domínios, ele subestimou-nos e apegou-se com obstinação aos seus velhos métodos de condução da guerra. Tal era a situação antes e durante a quarta campanha de “cerco e aniquilamento”, em 1933. O resultado foi que o inimigo sofreu toda uma série de derrotas. O primeiro que, no exército do Kuomintang, sugeriu a esse respeito um ponto de vista distinto, foi o general reaccionário Liu Vei-ian, seguido por Tai Iúé. Tchiang Kai-chek adoptou finalmente esse mesmo ponto de vista. Foi assim que nasceu o Corpo de Instrução de Oficiais, criado na montanha Lu7 por Tchiang Kai-chek, e foram elaborados os novos princípios militares reaccionários⁸ aplicados no decurso da quinta campanha de “cerco e aniquilamento”. No momento em que o adversário modificava desse modo os seus princípios militares, para adaptá-los às condições das acções dirigidas contra o Exército Vermelho, nem por isso deixou de aparecer nas nossas fileiras gente que quisesse regressar ao “velho sistema”. Eles insistiam por que se regressasse aos métodos adaptados às condições usuais, recusavam-se a compreender as particularidades da situação, fossem quais fossem, rejeitavam a experiência ganha pelo Exército Vermelho em batalhas sangrentas, subestimavam as forças do imperialismo e do Kuom-

mintang, subestimavam as forças do exército do Kuomintang e ignoravam, deliberadamente, os novos princípios reaccionários do adversário. Disso resultou a perda de todas as bases revolucionárias, à excepção da região fronteiriça Xensi-Cansu, a queda dos efectivos do Exército Vermelho, de 300.000 homens para apenas algumas dezenas de milhar, a queda dos efectivos do Partido Comunista, de 300.000 para umas poucas dezenas de milhares de membros; quanto às organizações do Partido nas regiões controladas pelo Kuomintang, elas foram quase completamente aniquiladas. Em resumo, sofremos uma terrível punição histórica. Esses indivíduos diziam-se marxistas-leninistas mas, no fundo, não tinham entendido coisa alguma do Marxismo--Leninismo. Lenine dizia que a essência, a alma viva do Marxismo é a análise concreta duma situação concreta⁹. Ora, foi justamente isso que esqueceram os nossos camaradas. Daí se segue que se não se compreendem as características específicas da guerra revolucionária na China, é impossível dirigir e conduzir essa guerra à vitória.

SECÇÃO 2. QUAIS SÃO AS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA NA CHINA?

Quais são pois as características específicas da guerra revolucionária na China?

Eu creio que há quatro principais.

A primeira consiste no facto de a China ser um imenso país semi-colonial que se desenvolve desigualmente, nos

planos político e económico, e que viveu a revolução de 1924-1927.

Essa característica indica que, na China, a guerra revolucionária pode desenvolver-se e triunfar. Nós já assinalámos essa possibilidade (na Primeira Conferência da Organização do Partido da Região Fronteiriça Hunan-Quiansi)¹⁰ quando, pouco tempo depois do começo da guerra de guerrilhas na China, durante o Inverno de 1927 e a Primavera de 1928, certos camaradas das montanhas Tchincam, na região fronteiriça Hunan-Quiansi, fizeram a seguinte pergunta: “Por quanto tempo poderá manter-se ao alto a bandeira vermelha?”, o que era uma questão fundamental. Se não tivéssemos respondido à questão de saber se as bases revolucionárias chinesas e o Exército Vermelho chinês podiam ou não existir e desenvolver-se, não teríamos podido avançar um só passo. Em 1928, o VI Congresso do Partido Comunista da China respondeu de novo a essa mesma pergunta. A partir daí, o movimento revolucionário chinês recebeu uma base teórica justa.

Examinemos mais detalhadamente essa questão.

No plano político e económico, a China desenvolve-se duma maneira desigual — vê-se coexistir uma economia capitalista fracamente desenvolvida e uma economia semi-feudal preponderante; um pequeno número de centros industriais e comerciais modernos e uma vasta região rural cristalizada no seu desenvolvimento; milhões de operários da indústria e centenas de milhões de camponeses e artesãos sob o jugo dum sistema arcaico: grandes caudilhos militares dominando o governo central e pequenos caudilhos militares dominando

as diferentes províncias; duas categorias de tropas reacionárias: o “Exército Central”, submetido a Tchiang Kai-chek, e as “tropas mistas”, submetidas aos caudilhos militares das diversas províncias; um pequeno número de vias férreas, vias fluviais e estradas, e uma multidão de pistas para carros de mão e caminhos por onde apenas se pode transitar a pé, incluindo-se mesmo carreiros onde até a pé se torna difícil circular.

A China é um país semi-colonial — a divisão entre as potências imperialistas implica a divisão entre as diversas camarilhas dominantes na China. Um país semi-colonial dominado por vários Estados é diferente duma colónia dominada por uma só potência. A China é um vasto país — “Quando a noite cai a Leste ainda é dia a Oeste; quando a escuridão ganha o Meio-Dia, o Norte permanece claro”. Não há pois lugar para recluir uma falta de espaço suficiente para manobras. A China passou por uma grande revolução — isso preparou o terreno para a criação do Exército Vermelho, preparou o elemento dirigente desse exército, o Partido Comunista, e preparou as massas populares, dando-lhes a experiência da participação na revolução. Eis porque nós dizemos que a China é um vasto país semi-colonial que se desenvolve duma maneira desigual, nos planos político e económico, e viveu uma revolução. Nisso reside a primeira característica específica da guerra revolucionária na China. Essa característica determina, no essencial, a nossa estratégia e as nossas tácticas, não somente sobre o plano político, mas também no domínio militar. A segunda característica específica da guerra revolu-

cionária na China consiste no facto de o inimigo ser forte. Em que situação se encontra o Kuomintang, o adversário do Exército Vermelho? O Kuomintang é um partido que se apoderou do poder político e que, em certa medida, consolidou o seu poder. Ele beneficia da ajuda de todos os principais países contra-revolucionários. Ele procedeu a uma reforma do seu exército de tal maneira que este se distingue de todos os exércitos que existiram na China, assemelhando-se, nos seus traços essenciais, aos exércitos dos Estados modernos. Pelo seu armamento e demais material militar, esse exército ultrapassa de longe o Exército Vermelho; pelos seus efectivos, ultrapassa qualquer exército conhecido na história da China, bem como os exércitos permanentes de qualquer Estado do mundo; ele não tem comparação alguma com o Exército Vermelho. Na China, o Kuomintang apoderou-se de todas as alavancas de comando e de todas as posições-chave no domínio político e económico, no domínio das vias de comunicação e no domínio da cultura, estendendo-se o seu poder ao conjunto da nação. Esse é o inimigo possante que o Exército Vermelho chinês tem diante de si. Nisso reside a segunda característica específica da guerra revolucionária na China. Daí resulta que, necessariamente e por muitos aspectos, o combate do Exército Vermelho distingue-se das guerras em geral, da guerra civil na U.R.S.S. e da Expedição do Norte. A terceira característica específica da guerra revolucionária na China consiste no facto de o Exército Vermelho ser fraco e pequeno. O Exército Vermelho chinês nasceu dos destacamentos

de guerrilhas formados depois da derrota da primeira grande revolução. Isso produziu-se não só num período de reacção na China, mas igualmente num período de relativa estabilização política e económica dos Estados capitalistas reaccionários no mundo. O nosso poder político encontra-se em regiões montanhosas ou recuadas, dispersas e isoladas, e não recebe qualquer ajuda exterior. Do ponto de vista das condições económicas e culturais, as bases revolucionárias estão atrasadas em relação às regiões do Kuomintang. Elas não contam mais do que aldeias e pequenas cidades. Originariamente, eram extremamente reduzidas quanto ao território, e quase nada aumentaram posteriormente. Mais, elas não são estáveis; o Exército Vermelho não dispõe de bases verdadeiramente sólidas. O Exército Vermelho é pouco numeroso; os seus homens estão mal armados e o reabastecimento em víveres, cobertas, vestuário, etc, faz-se em condições extremamente difíceis. Essa característica contrasta duma maneira chocante com a precedente. A estratégia e a tática do Exército Vermelho estabeleceram-se na base de tal contraste. A quarta característica específica da guerra revolucionária na China consiste no facto de o Partido Comunista assumir a respectiva direcção, e tratar-se da revolução agrária. Essa característica específica decorre necessariamente da primeira. Ela condiciona a situação sob dois aspectos. Por um lado, se bem que a China, tanto como o mundo capitalista, atravessasse um período de reacção, a guerra revolucionária na China pode chegar à vitória,

pois ela é realizada sob a direcção do Partido Comunista e beneficia do apoio dos camponeses. Graças a esse apoio, as nossas bases, se bem que de fraca extensão, constituem uma grande força política, opõem-se firmemente ao poder do Kuomintang que se estende por vastas regiões, criando-lhe, no plano militar, grandes dificuldades na ofensiva. O Exército Vermelho, mau grado os seus reduzidos efectivos, distingue-se por uma grande capacidade de combate, pois os seus homens, dirigidos pelo Partido Comunista, vieram para o nosso lado no decurso da revolução agrária, e lutam pelos seus próprios interesses; além disso, no seu seio, comandantes e combatentes estão politicamente unidos. Por outro lado, o Kuomintang encontra-se numa situação que forma um contraste chocante com a situação em que nos encontramos. Ele é contra a revolução agrária e, por essa razão, não beneficia do apoio dos camponeses. Se bem que o seu exército tenha efectivos elevados, não pode obter da massa dos soldados e dos numerosos oficiais subalternos, pequenos produtores de origem, a oferta voluntária das suas vidas por ele. No plano político, oficiais e soldados estão desunidos, o que enfraquece a Capacidade combativa do exército do Kuomintang.

SECÇÃO 3. DESSAS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS
DECORRE A NOSSA ESTRATÉGIA E A NOSSA
TÁCTICA

Um grande país semi-colonial que viveu uma grande revolução e que se desenvolve numa maneira desigual nos planos político e económico, um inimigo possante, um Exército Vermelho fraco e pequeno, uma revolução agrária, tais são as quatro principais características específicas da guerra revolucionária na China. Essas características determinam a linha directriz e os numerosos princípios estratégicos e táticos que presidem à condução da guerra revolucionária na China. A primeira e a quarta dessas características específicas dão ao Exército Vermelho chinês a possibilidade de desenvolver-se e vencer os seus inimigos. A segunda e a terceira explicam a impossibilidade em que se encontra o Exército Vermelho chinês de desenvolver-se e vencer rapidamente os seus inimigos; por outras palavras, elas determinam o carácter prolongado da guerra e a possibilidade desta terminar numa derrota, se não for correctamente conduzida.

Tais são os dois aspectos da guerra revolucionária na China. Esses dois aspectos coexistem, o que quer dizer que, ao lado de condições favoráveis, existem também dificuldades. Tal é a lei fundamental da guerra revolucionária na China, lei de que resultam muitas outras. A história dos dez anos de guerra demonstrou a validade dessa lei. Aquele que não quiser ter em conta essa lei fundamental não será capaz de dirigir a guerra revolucionária na

China, nem de conduzir o Exército Vermelho à vitória. Como é evidente, determinar correctamente a nossa orientação estratégica, lutar contra o espírito de aventura na ofensiva, contra o espírito conservador na defensiva e contra a tendência para a fuga nas deslocações; lutar contra o espírito de guerrilhas no Exército Vermelho, muito embora reconhecendo a este o seu carácter de exército de guerrilhas; opor-se às campanhas de longa duração e à estratégia de decisão rápida, e pronunciar-se por uma estratégia de guerra prolongada e campanhas de decisão rápida; lutar contra as linhas de operações fixas e contra a guerra de posições, e pronunciar-se pelas linhas de operações móveis e pela guerra de movimento; lutar contra a acção que visa simplesmente derrotar o inimigo, e pronunciar-se por aquela que visa o seu aniquilamento; lutar contra a estratégia que visa bater com dois punhos simultaneamente e em duas direcções, e pronunciar-se pela estratégia que visa bater com um só punho e em uma só direcção; lutar contra a manutenção dum serviço de retaguarda embaraçante, e pronunciar-se por um serviço de retaguarda ligeiro*1*; lutar contra a centralização absoluta do comando, e pronunciar-se pela centralização relativa do comando; lutar contra o ponto de vista puramente militar, contra a mentalidade de bando rebelde errante11, e reconhecer que o Exército Vermelho desempenha o papel de propagandista e de organizador da revolução chinesa; lutar contra o banditismo12, e pronunciar-se por uma estrita disciplina política; lutar contra as tendências militaristas, e pronunciar-se, simultaneamente, pela democracia, dentro de certos limites, no seio do exército, e por

uma disciplina militar fundada na autoridade; lutar contra a política incorrecta, sectária, no que respeita ao problema dos quadros, e pronunciar-se pela política justa nesse domínio; lutar contra a política de auto-isolamento, e reconhecer a necessidade de ganhar todos os aliados possíveis para o nosso lado; lutar, enfim, contra os que pretendem que o Exército Vermelho permaneça no seu antigo estádio de desenvolvimento, e bater-se por que ele passe a um novo estádio são todas questões de princípio que exigem uma solução correcta. Ao abordarmos aqui os problemas da estratégia, nós propomo-nos expor em detalhe essas questões, à luz da experiência adquirida nos dez anos de guerra revolucionária e sangrenta na China.

CAPITULO IV

AS CAMPANHAS DE “CERCO E ANIQUILAMENTO” E AS CONTRA-CAMPANHAS -FORMA ESSENCIAL DA GUERRA CIVIL NA CHINA

Durante os dez últimos anos, e desde o primeiro dia da guerra de guerrilhas, cada destacamento de guerrilhas vermelhas que agia independentemente, cada unidade do Exército Vermelho e cada base revolucionária teve de fazer face, constantemente, a campanhas de “cerco e aniquilamento” lançadas pelo inimigo. Este considera o Exército Vermelho como um monstro a quem procura capturar mal ele se

mostra. Ele segue-lhe sempre no encalço e tenta incessantemente cercá-lo. Essa forma de operações não variou nos dez últimos anos e, a menos que uma guerra nacional venha a substituir a guerra civil, ela permanecerá inalterada até ao dia em que o adversário se torne a parte fraca e o Exército Vermelho a parte forte. A actividade do Exército Vermelho traduz-se em contra-campanhas. Para nós, a vitória é essencialmente a vitória em cada contra-campanha, quer dizer, uma vitória no plano estratégico e operacional. As operações dirigidas contra cada uma das campanhas de “cerco e aniquilamento” do adversário constituem uma campanha que se traduz, o mais frequentemente, em toda uma série — por vezes até várias dezenas — de grandes e pequenos combates. Enquanto uma campanha de “cerco e aniquilamento” não é praticamente desfeita, mesmo que obtenhamos muitas vitórias nos nossos diferentes combates, estas não podem ser consideradas como uma vitória estratégica, isto é, como uma vitória que influi no conjunto da campanha. A história dos dez anos de guerra do Exército Vermelho é a história da luta dirigida contra as campanhas de “cerco e aniquilamento” do inimigo. O inimigo, no decurso das suas campanhas de “cerco e aniquilamento”, e o Exército Vermelho, no decurso das suas contra-campanhas, recorrem a duas formas de combate: a ofensiva e a defensiva. Nenhuma diferença existe, nesse aspecto, em relação às demais guerras, quer modernas quer antigas, tanto na China como no resto do mundo. Todavia, uma característica específica da guerra civil na China está na alternância repetida dessas duas formas de com-

bate, no decurso dum período prolongado. Em cada campanha de “cerco e aniquilamento”,[^] adversário opõe a sua ofensiva à defensiva do Exército Vermelho e este opõe a sua defensiva à ofensiva do adversário; é a primeira fase duma contra-campanha. Depois, o adversário opõe à ofensiva do Exército Vermelho a sua defensiva, enquanto o Exército Vermelho opõe a sua ofensiva à defensiva do adversário; é a segunda fase da contra-campanha. Cada campanha de “cerco e aniquilamento” compreende essas duas fases que alternam no decorrer dum período prolongado. Por alternância repetida num período prolongado, entendemos a repetição desse tipo de guerra e dessas duas formas de combate. Isto constitui um facto de que cada um pode convencer-se à primeira vista. Uma campanha de “cerco e aniquilamento” à qual se opõe uma “contra-campanha” — tal é o tipo de guerra que se repete. Em cada campanha, as formas de combate que se alternam constituem a primeira fase — o adversário recorre à ofensiva contra a nossa defensiva e nós opomos a nossa defensiva à sua ofensiva — e a segunda fase — o adversário recorre à defensiva contra a nossa ofensiva e nós opomos a ofensiva à sua defensiva. Quanto ao conteúdo da guerra e dos combates, ele não se repete pura e simplesmente, varia de caso para caso. Esse é também um facto de que cada um pode convencer-se à primeira vista. Aqui, observa-se a lei seguinte: em cada nova campanha e contra-campanha, as operações ganham em amplitude, a situação torna-se mais complexa e os combates são mais encarniçados. Isso não quer dizer, porém, que não haja altos e baixos.

os. Depois da quinta campanha de “cerco e aniquilamento”, como o Exército Vermelho estivesse extremamente enfraquecido e as suas bases meridionais perdidas por completo, e como se tivesse deslocado para o Noroeste, não ocupando mais uma posição vital que ameaçasse gravemente o inimigo interior, como acontecia no Sul do país, as campanhas de “cerco e aniquilamento” tiveram um pouco menos de amplitude, a situação simplificou-se um pouco e os combates revestiram-se dum carácter menos encarniçado. O que é a derrota para o Exército Vermelho? No plano estratégico, não pode qualificar-se como derrota senão o fracasso total duma contra-campanha. Além disso, essa derrota não é mais do que parcial e temporária, já que só o aniquilamento completo do Exército Vermelho constituiria uma derrota total na guerra civil, o que nunca se verificou. A perda dum número importante de bases de apoio e a deslocação do Exército Vermelho para uma outra região, constituíram uma derrota temporária e parcial mas nunca uma derrota definitiva e total, muito embora tal derrota parcial tenha implicado uma redução de noventa por cento, quer dos efectivos do Partido e do Exército, quer das bases de apoio. Nós consideramos tudo isso como a continuação da nossa defensiva, sendo a perseguição efectuada pelo adversário a continuação da sua ofensiva. Por outras palavras, na luta que opõe a nossa contra-campanha à campanha de “cerco e aniquilamento” do inimigo, não conseguimos passar da defensiva à ofensiva; pelo contrário, uma vez rompida pelo adversário a nossa defensiva, tivemos de retirar, transformando-se a ofensiva do in-

inimigo em perseguição. Todavia, quando o Exército Vermelho chegou a uma nova região, por exemplo, quando passámos do Quiansi e outras regiões para o Xensi, a alternância das campanhas de “cerco e aniquilamento” recomeçou. Por isso dizemos que a retirada estratégica do Exército Vermelho (a Grande Marcha) foi a continuação da sua defensiva estratégica, e a perseguição estratégica realizada pelo adversário foi a continuação da ofensiva estratégica deste. A guerra civil na China, como qualquer outra guerra dos tempos antigos ou modernos, quer na China quer nos demais países, não apresenta mais do que duas formas fundamentais de combate: a ofensiva e a defensiva. A característica específica da guerra civil na China reside na alternância prolongada, tanto das campanhas de “cerco e aniquilamento” e das contra-campanhas como das duas formas de combate, a ofensiva e a defensiva; durante essa alternância, efectuámos uma grandiosa deslocação estratégica de mais de dez mil quilómetros de distância, a Grande Marcha”. O mesmo acontece no que respeita à derrota do adversário. A sua derrota estratégica consiste no facto de termos desfeito a sua campanha de “cerco e aniquilamento”, no facto de a nossa defensiva ter-se transformado em ofensiva e no facto de o adversário ter passado por seu turno à defensiva, vendo-se constrangido a reconstituir as suas forças antes de desencadear uma nova campanha. O adversário não teve de recorrer a uma deslocação estratégica de mais de dez mil quilómetros, como aconteceu connosco, porque governa todo o país e é bem mais forte do que nós. Contudo, houve deslocações de parte das

suas forças. Nos pontos de apoio brancos cercados pelo Exército Vermelho no interior de certas bases revolucionárias, houve casos em que o inimigo teve de efectuar uma perfuração e retirar-se para as regiões brancas, a fim de organizar novas ofensivas. Se a guerra civil se prolonga e as vitórias do Exército Vermelho atingem maior grandeza, tais factos multiplicar-se-ão. O adversário, porém, não poderá obter os mesmos resultados que o Exército Vermelho porque não beneficia do apoio popular e porque lhe falta a unidade entre os seus oficiais e soldados. Se seguisse o exemplo do Exército Vermelho, deslocando-se através de grandes distâncias, seria com certeza aniquilado. Em 1930, no momento em que predominava a sua linha, o camarada Li Li-san não compreendeu o carácter prolongado da guerra civil na China e, em consequência, não viu que ela se desenvolvia segundo a lei da alternância prolongada das campanhas de “cerco e aniquilamento” e das contra-campanhas que as faziam fracassar (nessa época já se tinham desenrolado três campanhas de “cerco e aniquilamento” na região fronteiriça Hunan-Quiansi, duas no Fuquien, etc). Por isso ordenou, ao então bastante jovem Exército Vermelho, que marchasse sobre Nulian, e decidiu o levantamento armado em todo o país, no intuito de fazer triunfar rapidamente a revolução. Foi assim que caiu no erro do oportunismo de “esquerda”. Os oportunistas de “esquerda” dos anos 1931-1934 também não acreditavam na lei da alternância das campanhas de “cerco e aniquilamento” e das contra-campanhas. Na base revolucionária da região fronteiriça Hupei-Honan-Anghuei, a teoria dita das “forças

auxiliares” fez a sua aparição; alguns ftamaradas dirigentes dessa região pensavam que as forças do Kuomintang, depois do seu fracasso na terceira campanha de “cerco e aniquilamento”, não constituíam mais do que forças auxiliares, sendo impossível uma nova ofensiva contra o Exército Vermelho, a menos que os imperialistas interviessem pessoalmente, na qualidade de forças principais. A estratégia fundada em tais considerações consistia em lançar o Exército Vermelho ao assalto de Vuhan. Em princípio, isso correspondia ao pensamento de certos camaradas do Quiansi, que reclamavam o ataque de Nantcham pelo Exército Vermelho, pronunciavam-se contra os esforços tendentes a fazer das bases revolucionárias uma região sem solução de continuidade e eram contra a tática de levar o inimigo a penetrar pro-fundamente nas nossas bases de apoio; julgavam que a tomada da capital e das principais cidades duma província asseguraria a vitória em toda a província, e consideravam que “a luta contra a quinta campanha de ‘cerco e aniquilamento’ representava uma batalha decisiva entre a via revolucionária e a via colonial”, etc. Esse oportunismo de “esquerda” estava na origem da linha errada aplicada na altura da luta contra a quarta campanha de “cerco e aniquilamento” na região fronteiriça Hupei-Honan-Anghuei e contra a quinta campanha de “cerco e aniquilamento” na base central do Quiansi. Isso tornou o Exército Vermelho impotente face às furiosas campanhas de “cerco e aniquilamento” lançadas pelo adversário e causou enormes perdas à revolução chinesa. Directamente ligado ao oportunismo de “esquerda”, que nega a alteração das campanhas de “cerco e

aniquilamento” do inimigo com as nossas contra-campanhas, existe um outro ponto de vista, errado de todo, segundo o qual em nenhum caso o Exército Vermelho deve recorrer à defensiva. As revoluções e as guerras revolucionárias são ofensivas — essa afirmação é com certeza justa, em certo sentido. Quando as revoluções e as guerras revolucionárias surgem e se desenvolvem, vão do pequeno ao grande, da ausência do poder à tomada do poder, da ausência de exército vermelho à criação do exército vermelho, da ausência de bases revolucionárias à criação de bases revolucionárias; elas são, pois, necessariamente ofensivas, não devem marcar passo, sendo imprescindível lutar contra a tendência para o conservantismo. As revoluções e as guerras revolucionárias são ofensivas mas conhecem igualmente a defensiva e a retirada. Esta é a única afirmação inteiramente justa. Defender-se a fim de atacar, retirar-se a fim de avançar, dirigir um ataque de flanco a fim de operar um ataque de frente e fazer desvios a fim de tomar o caminho recto — tudo isso é inevitável no processo de desenvolvimento de numerosos fenómenos e, com maior razão, nas questões militares. A primeira das duas afirmações precedentes, que poderia ser justa no domínio político, mostra-se falsa quando transposta para o domínio militar. Mesmo no domínio político, não é justa senão em condições determinadas (quando a revolução progride), mostrando-se igualmente falsa quando aplicada noutras condições (quando a revolução está em período de retrocesso: recuo geral na Rússia de 1906^{*} e na China de 1927; recuo parcial na Rússia quando da con-

clusão do Tratado de Brest-Litovsk em §91815). Só a segunda afirmação é inteiramente justa. O ponto de vista dos oportunistas de “esquerda”, nos anos 1931-1934, que se opunha mecanicamente ao recurso à defensiva na guerra, não era mais do que ingenuidade pueril. Mas então quando findará essa alternância das campanhas de “cerco e aniquilamento” com as contra-campanhas? Em meu entender, se a guerra civil se prolonga, essa alternância cessará quando se produzir uma mudança radical na relação de forças entre o inimigo e nós. Ela cessará desde o instante em que o Exército Vermelho se torne mais forte que o adversário. Então seremos nós quem organizará campanhas para cercar e aniquilar o inimigo e será ele quem se esforçará por organizar contra-campanhas. Todavia, nem as condições políticas nem as militares lhe proporcionarão uma posição semelhante à do Exército Vermelho nas suas contra--campanhas. É lícito afirmar que se terá então posto um fim à alternância das campanhas de “cerco e aniquilamento” com as contra-campanhas, senão inteiramente, pelo menos no essencial.

CAPÍTULO V

A DEFENSIVA ESTRATÉGICA

Sob este título, deter-me-ei nos problemas seguintes:

1) a defesa activa e a defesa passiva; 2) a prepa-

ração duma contra-campanha; 3) a retirada estratégica; 4) a contra-ofensiva estratégica; 5) o início da contra-ofensiva; 6) a concentração das forças; 7) a guerra de movimento; 8) a guerra de decisão rápida; 9) a guerra de aniquilamento.

SECÇÃO 1. A DEFESA ACTIVA E A DEFESA PASSIVA

Por que razão começamos pela defensiva? Depois da derrota da primeira frente única nacional em 1924-1927, a revolução na China tomou o carácter duma guerra de classes das mais intensas e encarniça-das. O nosso adversário detinha o poder em todo o país, enquanto que nós não tínhamos mais do que reduzidas forças armadas. Foi por isso que, desde o início, tivemos de lutar contra as campanhas de “cerco e aniquilamento” do adversário. As nossas possibilidades de ofensiva estavam estreitamente ligadas ao esmagamento dessas campanhas, e o nosso desenvolvimento ulterior dependia inteiramente da nossa capacidade para fazê-las fracassar. A marcha das operações para desfazer uma campanha de “cerco e aniquilamento” segue frequentemente uma linha sinuosa, não se efectua a direito, segundo os nossos desejos. O primeiro e o mais grave dos problemas que se nos apresenta é o de preservar as nossas forças, esperando o momento propício para esmagar o adversário. É assim que a defensiva estratégica é o problema mais complexo e o mais importante que surge ao Exército Vermelho durante as operações. No decurso destes dez anos de guerra, verificaram-se frequentemente dois desvios quanto aos proble-

mas da defensiva estratégica: o primeiro consistiu na subestimação do adversário, o segundo, em ficar-se aterrorizado por ele. \ Como resultado da subestimação do inimigo, muitas das unidades de guerrilhas sofreram derrotas e, em várias ocasiões, o Exército Vermelho foi incapaz de romper as campanhas de “cerco e aniquilamento” do inimigo. Quando se formaram as unidades revolucionárias de guerrilhas, os seus chefes fracassavam frequentemente na análise correcta tanto da situação do inimigo como da do seu próprio campo. Como tivessem obtido êxito na organização de repentinas insurreições armadas em certas localidades, ou de motins entre as tropas brancas, eles só viam as circunstâncias momentaneamente favoráveis, ou falhavam na apre-ciação da gravidade da situação com que na altura se defrontavam, acabando assim por subestimar geralmente o inimigo. Além disso, eles não compreendiam a sua própria fraqueza (a sua falta de experiência e a pequenez das suas forças). Era um facto objectivo que o inimigo era forte e nós fracos, mas mesmo assim havia gente que se recusava a tomar isso em conta, falando apenas em ataque, e nunca em defesa ou em retirada, o que as desarmava moralmente em matéria de defesa e as levava, portanto, a erros nas suas acções. Muitas unidades de guerrilhas foram derrotadas por essa razão. Exemplos de casos em que o Exército Vermelho, por esse motivo, foi incapaz de romper as campanhas de “cerco e aniquilamento” do inimigo, são a sua derrota de 1928, na região de Haifom-Lufom, na província de Cuantum¹⁶, e a sua perda de liberdade de

acção em 1932, na quarta contra-campanha contra o “cerco e aniquilamento” inimigo, na região fronteira Hupei-Honan-Anghuei, quando o Exército Vermelho agiu de acordo com a teoria de que o exército do Kuomintang era apenas uma força auxiliar. Há muitos exemplos de fracassos devidos ao terror inspirado pelo inimigo. Ao contrário dos que subestimavam o inimigo, alguns camaradas sobrestimavam-no e subestimavam gravemente as suas próprias forças. Eles acabaram por optar pela retirada, quando teriam podido evitá-la, privando-se também, moralmente, dessa arma que constitui a defensiva. Tudo isso implicou a derrota de destacamentos de guerrilhas, a derrota do Exército Vermelho em certas campanhas e, finalmente, a perda de bases de apoio. O exemplo mais chocante de perda duma base de apoio foi a perda da nossa base de apoio central do Quiansi, durante a quinta contra-campanha. Dessa vez, os nossos erros foram devidos a concepções direitistas. Os dirigentes estavam aterrorizados pelo adversário como se este fosse um tigre, estabeleciam defesas por toda a parte e resistiam-lhe passo a passo; não ousavam lançar uma ofensiva que golpeasse a retaguarda do inimigo, o que nos teria sido proveitoso, nem ousavam levar o inimigo a penetrar profundamente nas nossas bases, para cercá-lo e aniquilá-lo. Por fim, a base inteira ficou perdida e o Exército Vermelho foi obrigado a efectuar a Grande Marcha, numa distância de mais de 12.000 quilómetros. Esses erros, porém, eram geralmente precedidos duma subestimação esquerdista do adversário. O espírito

de aventura no plano militar, que se tinha manifestado em 1932 pela ofensiva contra as cidades-chave, foi o que esteve na origem dessa linha de defesa passiva, aplicada posteriormente durante a quinta campanha de “cerco e aniquilamento” lançada pelo inimigo. A tendência para o recuo da “linha de Tcham Cuo-tao” é um exemplo típico perfeito do terror paralisante inspirado pelo inimigo. A derrota, sofrida a oeste do rio Amarelo pela coluna oeste do Exército Vermelho da IV Frente¹⁷, sancionou a falência completa dessa linha. A defesa activa é também conhecida por defesa ofensiva ou defesa por meio de choques decisivos. Pode-se também qualificar a defesa passiva de defesa puramente defensiva ou defesa pura. Efectivamente, a defesa passiva não é mais do que uma pseudo defesa. Só a defesa activa constitui uma verdadeira defesa, defesa com o fim de contra-atacar e passar à ofensiva. Que eu saiba, nenhum manual militar válido, nenhum chefe militar, mesmo o menos sensato, tanto nos tempos antigos como nos nossos dias, quer na China quer nos demais países, se pronuncia em favor da defesa passiva, seja no plano estratégico seja no plano táctico. Só os imbecis incorrigíveis, ou os loucos varridos, podem crer que a defesa passiva é um talismã que garante o sucesso. Todavia, há quem recorra a isso. Na guerra, isso é um erro, é uma manifestação de conservantismo em matéria militar, que devemos combater com resolução. Certos especialistas militares dos jovens países imperialistas em rápida expansão, nomeadamente a Alemanha e o Japão, fazem uma ruidosa propaganda em favor da ofensiva estratégica e contra a defensiva

estratégica. Essa concepção não convém de maneira alguma à guerra revolucionária na China. Tais especialistas militares sublinham que a defensiva comporta um grave inconveniente: em vez de galvanizar a população do país, desmoraliza-a. Isso aplica-se aos países em que as contradições de classe se agudizaram, em que a guerra só favorece as camadas reaccionárias dominantes, ou os grupos políticos reaccionários no poder. No nosso país, a situação é distinta. Sob as palavras de ordem de defesa das bases revolucionárias e defesa da China, nós podemos unir a imensa maioria do povo e marchar em bloco para o combate, na medida em que somos vítimas de opressão e agressão. O Exército Vermelho, da União Soviética também recorreu à defensiva durante a guerra civil, e venceu o inimigo. Quando os Estados imperialistas organizaram a ofensiva dos Guardas Brancos, ele combateu sob a palavra de ordem de defesa dos Sovietes e, mesmo no período da preparação da Insurreição de Outubro, a mobilização militar fez-se sob a palavra de ordem de defesa da capital. Em qualquer guerra justa, a defensiva tem o efeito de paralisar a actividade dos elementos politicamente estranhos, sendo igualmente susceptível de mobilizar as camadas atrasadas do povo e fazê-las participar na guerra. Quando Marx dizia que, desde o instante em que um levantamento armado era desencadeado, não se devia parar a ofensiva, nem que fosse por um minuto¹⁸, ele pensava que as massas, tendo apanhado o adversário desprevenido com a sua insurreição, não deviam deixar às forças dominantes reaccionárias qualquer possibilidade de conservar o poder, ou de

retomá-lo, devendo, pelo contrário* aproveitar-se desse momento propício para esmagar a reacção, sem dar-lhe tempo para agir, e nunca contentar-se com as vitórias já ganhas, subestimar o adversário, relaxar o ritmo da ofensiva ou hesitar em lançar-se para a frente e deixar passar a ocasião para aniquilar o adversário, o que conduziria a revolução à derrota. Isto é justo, mas não significa que os revolucionários não devam tomar medida alguma de carácter defensivo quando as duas partes já entraram em conflito armado e o adversário beneficia da superioridade e exerce uma forte pressão. Só um perfeito imbecil poderia raciocinar assim. Até ao momento presente, no conjunto, a nossa guerra tem sido uma ofensiva contra o Kuomintang mas, no plano das acções militares, ela tem tomado a forma de contra-campanhas para romper as campanhas de “cerco e aniquilamento” do inimigo. Militarmente falando, temos feito alternar a defensiva com a ofensiva. Pode dizer-se também que, para nós, a ofensiva sucede à defensiva ou precede-a, pois o essencial é fazer fracassar a campanha de “cerco e aniquilamento”. Antes de ser rompida a campanha de “cerco e aniquilamento”, a defensiva continua, começando a ofensiva a partir do momento em que se verifica esse rompimento. Elas não são mais do que duas fases duma mesma e única operação; e as campanhas de “cerco e aniquilamento” sucedem-se umas atrás das outras. Dessas duas fases, a defensiva é a mais complexa e importante. Ela implica inúmeros problemas relativos à maneira de fazer fracassar a campanha de “cerco e aniquilamento”. Nessa fase, o princípio básico é a adop-

ção da defesa activa e a rejeição da defesa passiva. Na guerra civil, quando as forças do Exército Vermelho se assegurarem da superioridade sobre o adversário, duma maneira geral não teremos mais de recorrer à defensiva estratégica. Então, o nosso princípio será exclusivamente o da ofensiva estratégica. Essa mudança dependerá do conjunto das alterações surgidas na relação de forças entre o inimigo e nós. Nesse momento, a defensiva só intervirá parcialmente.

SECÇÃO 2. A PREPARAÇÃO DUMA CONTRA-CAMPANHA

Se não fizermos os preparativos necessários e suficientes para repelir uma campanha de “cerco e aniquilamento” metodicamente preparada pelo inimigo, seremos de certeza reduzidos a uma posição passiva. Quando se tem de aceitar à pressa o combate, de maneira nenhuma a vitória está assegurada. Assim, é absolutamente indispensável que, no momento preciso em que o adversário prepara a sua campanha de “cerco e aniquilamento”, preparemos a nossa contra-campanha. As objecções levantadas antigamente nas nossas fileiras contra tais preparativos são simultaneamente ingénuas e ridículas. Aqui surge um problema difícil e que dá facilmente lugar a discussão: quando devemos concluir a ofensiva e passar à fase preparatória da nossa contra-campanha? Quando estamos vitoriosamente na

ofensiva e o adversário na defensiva, os seus preparativos para a próxima campanha de “cerco e aniquilamento” são realizados em segredo, sendo--nos por consequência difícil conhecer o momento em que começará a sua ofensiva. Se começamos prematuramente a preparação da nossa contra-campanha, arriscamo-nos a perder uma parte das vantagens que nos valeu a ofensiva, o que pode, por vezes, exercer uma influência nefasta sobre o Exército Vermelho e a população civil. Com efeito, na fase preparatória da contra-campanha, as medidas principais a tomar são os preparativos militares com vistas à retirada, e a mobilização política que estes exigem. Se os preparativos começam prematuramente, podem transformar-se, por vezes, numa espera do adversário; se tivermos de esperá-lo muito tempo, sem que ele se mostre, seremos obrigados a desencadear uma nova ofensiva, podendo acontecer que o início desta coincida com o desencadear da ofensiva do adversário, o que nos colocaria numa situação difícil. Por isso, a escolha do momento em que devemos começar os preparativos reveste-se duma grande importância. O momento exacto deve determinar-se tendo em conta a nossa situação, a situação do inimigo e as relações entre as duas situações. Para conhecermos a situação do inimigo, é necessário recolher informações sobre a sua posição política, militar e financeira, e ainda sobre o estado da opinião pública nas regiões que ele controla. Ao procedermos à análise desses dados, importa considerar inteiramente as forças do adversário na sua totalidade, sem exagerar a importância das suas derrotas anteriores; por outro lado, porém, é indispensável levar plenamente em conta as

contradições que existem no campo adversário, as suas dificuldades financeiras, as repercussões das derrotas que sofreu, etc. Pelo que nos respeita, não devemos exagerar a amplitude das nossas vitórias anteriores nem deixar de considerar inteiramente as respectivas repercussões. Contudo, quanto à questão do momento em que se devem realizar os preparativos, duma maneira geral pode dizer-se que é melhor começá-los muito cedo do que muito tarde, pois o primeiro caso envolve perdas mais reduzidas e oferece a vantagem de prevenir-nos contra perigos, colocando-nos numa posição praticamente invencível. Os principais problemas que surgem durante a fase preparatória são: os preparativos para a retirada do Exército Vermelho, a mobilização política, o recrutamento das tropas, as medidas preparatórias no domínio das finanças e do reabastecimento, as medidas a tomar em relação aos elementos politicamente estranhos, etc. Por preparativos de retirada do Exército Vermelho, queremos dizer que este não se deve deslocar numa direcção que comprometa a sua retirada, nem avançar para muito longe nos seus ataques nem fatigar-se excessivamente. São estas as disposições a tomar pelas forças principais do Exército Vermelho nas vésperas duma ofensiva em grande escala do adversário. Nesse período, o Exército Vermelho deve concentrar principalmente a sua atenção na escolha e preparação dos sectores de operações, na acumulação dos seus meios materiais, no aumento e instrução dos seus efectivos. Na luta contra as campanhas de “cerco e aniquilamento” do adversário, a mobilização política reveste--se duma importância primordial. Isso significa que é necessário

dizer claramente, resolutamente e sem nada esconder, aos combatentes do Exército Vermelho e às populações das bases de apoio, que a ofensiva do adversário é inevitável e iminente, que ela vibrará um golpe sério no povo, sendo contudo necessário falar-lhes também dos pontos fracos do adversário, das vantagens do Exército Vermelho, da nossa vontade de vencer a todo o custo, da direcção que deve tomar o nosso trabalho, etc. É imprescindível chamar o Exército Vermelho e toda a população à luta contra a campanha de “cerco e aniquilamento” do adversário e à defesa das bases de apoio. A não ser nas questões de segredo militar, a mobilização política deve fazer-se abertamente, englobando todos os que são susceptíveis de defender os interesses da revolução. A questão-chave está em convencer os nossos quadros. Para o recrutamento das tropas devemos ter em vista dois elementos: por um lado, há que ter em conta o nível de consciência política da população e a sua importância numérica; por outro lado, há que considerar o estado do Exército Vermelho nesse momento, e as perdas que poderá sofrer durante toda a contra-campanha. Não se torna necessário dizer que as questões financeiras e os problemas de reabastecimento têm grande importância para uma contra-campanha. Há que ter em conta o facto de o inimigo poder prolongar a sua campanha. É preciso calcular o mínimo indispensável para satisfazer as necessidades materiais — principalmente as do Exército Vermelho, mas também as da população da base revolucionária — durante todo o tempo da contra-campanha. Em relação aos elementos politicamente estranhos, é

necessário mostrar-se vigilante, evitando-se contudo as medidas de precaução exageradas por excessivo receio de traições da sua parte. Há que agir de maneira distinta, segundo se trata de senhores de terras, comerciantes ou camponeses ricos. O essencial é explicar-lhes a nossa política, obter a sua neutralidade e organizar as massas para que os vigiem. Somente em relação aos poucos elementos mais perigosos é que se torna necessário recorrer a métodos de maior rigor, como as detenções. A importância do sucesso numa contra-campanha depende directamente do estado de realização das tarefas na sua fase preparatória. A negligência nos preparativos, motivada pela subestimação do adversário, bem como o pânico suscitado pelo receio da sua ofensiva, são tendências nocivas que devem ser combatidas resolutamente. O que precisamos é dum estado de espírito entusiasta mas calmo, e duma actividade intensiva mas bem ordenada.

SECÇÃO 3- A RETIRADA ESTRATÉGICA

A retirada estratégica é uma medida estratégica adoptada segundo um plano por um exército que deve fazer face a um adversário de força superior, cuja ofensiva o primeiro não se julga capaz de romper no imediato, e que tem como fim preservar as próprias forças e esperar o momento oportuno para

derrotar o inimigo. Os defensores da aventura no plano militar, porém, pronunciavam-se resolutamente contra a adoção duma tal medida, recomendando que “se detenha o inimigo para lá das nossas portas”. Todos sabemos que num combate de boxe, geralmente, o jogador mais avisado recua um passo, enquanto o seu estúpido adversário investe furiosamente e usa, desde o início, todos os recursos, de tal maneira que, por fim, é o que recua quem acaba por vencer. No romance Chuei Hu Tcbuani⁹, o mestre de boxe Horn, que vive em casa de Tchai Tzin, lança o “venha, venha!” de desafio a Lin Tchum. Este último começa por recuar e, depois, ao primeiro descuido de Horn, atira-o por terra com um pontapé. Na época de Tchuentzi, rebentou uma guerra entre os principados de Lu e de Tsi²⁰. O duque Tchuam, que reinava em Lu, quis atacar sem esperar que o exército de Tsi se fatigasse, no que foi retido por Tsao Cuei. O duque aplicou então o princípio seguinte: “O inimigo esgota-se nós golpeamos”, e esmagou o exército de Tsi. Na história militar da China, esse facto tornou-se um modelo clássico de vitória ganha por um exército fraco sobre um exército forte. Eis a descrição do historiador Tsuotchio Mim²¹: Na Primavera, o exército de Tsi invadiu-nos. O duque ia dar batalha quando Tsao Cuei lhe pediu audiência. Os contrários de Tsao disseram-lhe: “A guerra é negócio de dignatários, porque te metes pois tu nisso?”, ao que Tsao lhes respondeu: “Os dignatários são gente medíocre, não podem ver longe”. Apresentando-se ao duque, Tsao perguntou-lhe: “Em que te apoias, oh príncipe?”, ao que este lhe respondeu: “Eu nunca gozei sozinho das roupas

e alimentos, sempre os partilhei com os outros”. Tsao replicou: “Tu não distribuíste por todos esses pequenos favores, o povo não te seguirá, oh príncipe!”. Este disse-lhe: “Eu ofereci sempre aos deuses tantos animais, jade e seda quanto havia prometido; sempre actuei com fidelidade”. Tsao Cuei replicou: “Com essa reduzida fidelidade não obterás a sua confiança; os deuses não te abençoarão”. O duque disse-lhe: “Ainda que esteja para lá do meu alcance ocupar-me pessoalmente dos detalhes de todos os processos, quer grandes quer pequenos, julgo sempre de maneira equitativa”. Então Tsao Cuei respondeu-lhe: “Isso demonstra o cumprimento fiel do teu dever, podes ir dar batalha! Quando partires, oh príncipe, permite-me que te acompanhe”. O duque levou-o no seu carro e deu batalha em Tchanchao. Ia o duque tocar o tambor para o ataque quando Tsao Cuei lhe disse: “Ainda não!”. Por três vezes os tambores de Tsi tocaram. Tsao Cuei declarou então: “O momento chegou!”. As tropas de Tsi cederam e o duque preparou-se para persegui-las. Tsao Cuei disse-lhe: “Ainda não!”. Tsao desceu do carro, examinou o traçado dos carros inimigos e, depois, voltando a subir para a balaustrada, olhou ao longe e disse: “Chegou o momento!”. Começou então a perseguição das tropas de Tsi. Após a vitória, o duque interrogou Tsao Cuei sobre as razões do seu comportamento, ao que este respondeu: “A guerra é questão de coragem. Ao primeiro rufar do tambor levanta-se o moral; ao segundo rufar, baixa; com o terceiro, cai. O inimigo já não tinha mais coragem, enquanto que nós estávamos cheios dela. Foi por isso que ganhámos. Todavia, ao travar-se combate contra um grande prin-

cipado, é difícil conhecerem-se-lhe as forças. Eu receei uma emboscada, por isso observei o traçado dos carros inimigos e vi que se entrecruzava confusamente; observei os seus estandartes e vi que eles estavam caídos, nós podíamos começar a perseguição”. Foi um caso em que um Estado fraco resistiu a um Estado forte. No relato fala-se da preparação política para a guerra — assegurar-se da confiança do povo; campo de batalha propício à passagem à contra-ofensiva (Tchanchao); momento favorável ao desencadeamento da contra-ofensiva — quando o inimigo já não tinha mais coragem e nós estávamos cheios dela; momento em que foi desencadeada a perseguição — quando o traçado dos carros inimigos se entrecruzava confusamente e os estandartes estavam caídos. Muito embora não se tivesse tratado duma grande batalha, nessa descrição estão expostos os princípios da defensiva estratégica. A história militar da China abunda em exemplos de vitórias obtidas graças à aplicação de tais princípios: A batalha de Tchengao, entre os Tchu e os Han²², a batalha de Cuen-iam, entre os Sin e os Han²³, a batalha de Cuantu, entre Iuan Chao e Tsoo Tsao²⁴, a batalha de Tchipi, entre os Vu e os Vei²⁵, a batalha de Ilim, entre os Vu e os Chu²⁶, a batalha da ribeira Fei, entre os Tchín e os Tzin²⁷, etc. Em todas essas batalhas célebres, empenhando dois exércitos desiguais, vê-se o mais fraco começar por recuar, para só golpear e vencer depois de o mais forte ter golpeado. A nossa guerra começou no Outono de 1927. Nessa época não tínhamos a menor experiência. A Insurreiçao de Nantcham²⁸ e a Insurreiçao de Cantão²⁹ tin-

ham falhado. O Exército Vermelho na região fronteira Hunan-Hupeí-Quiansi, no momento da Insurreiçao da Colheita de Outono³⁰, tinha sofrido igualmente várias derrotas e passara às montanhas Tchincam, na fronteira do Hunan com o Quiansi. No mês de Abril seguinte, as unidades que sobreviveram ao fracasso da Insurreiçao de Nantcham chegaram igualmente às montanhas Tchincam, passando pelo sul do Hunan. Desde Maio de 1928, porém, os princípios fundamentais da guerra de guerrilhas, princípios rudimentares mas que correspondiam à situação da época, estavam já elaborados. Eles exprimiam-se nesta fórmula em dezasseis caracteres: “O inimigo avança, nós recuamos; o inimigo imobiliza-se, nós flagelamos; o inimigo esgota-se, nós golpeamos; o inimigo retira-se, nós perseguimos”. Esses princípios militares foram aprovados pelo Comité Central antes que surgisse a linha Li-san. Posteriormente, os nossos princípios de condução da guerra receberam um novo desenvolvimento. Quando da nossa primeira campanha na base revolucionária de Quiansi, o princípio de “levar o inimigo a penetrar profundamente no nosso território” foi formulado e aplicado com sucesso. Quando a terceira campanha de “cerco e aniquilamento” do inimigo foi rompida pelo Exército Vermelho, já tinham sido elaborados os princípios que regem a nossa acção. Era uma nova fase na evolução dos nossos princípios militares. Eles encontravam-se consideravelmente enriquecidos quanto ao conteúdo e notavelmente modificados na forma; traço essencial: eles tinham quebrado os quadros da sua formulação anterior que se revestia dum carácter rudimentar. Con-

tudo, os princípios fundamentais permaneciam os mesmos, tal como na fórmula que acaba de ser enunciada. Esta engloba os princípios fundamentais das contra-campanhas e as duas fases — a defensiva estratégica e a ofensiva estratégica. Na defensiva, ela indicava igualmente duas fases: a retirada estratégica e a contra-ofensiva estratégica. O que se seguiu depois não foi mais do que o desenvolvimento desses princípios. Contudo, a partir de Janeiro de 1932, assim que foi publicada a “Resolução para a vitória da revolução, primeiro que tudo em uma ou em várias províncias, após o esmagamento da terceira campanha de ‘cerco e aniquilamento’ “, resolução do Partido que continha graves erros de princípio, os oportunistas de “esquerda” empreenderam uma luta contra os princípios justos, os quais acabaram por ser rejeitados e substituídos por toda uma série de princípios contrários, por eles chamados “novos princípios” ou “princípios regulares”. Desde aí, deixaram de considerar-se os velhos princípios como princípios regulares; era a expressão do “espírito de guerrilhas” que se impunha rejeitar. Durante três anos completos reinou uma atmosfera de luta contra o “espírito de guerrilhas”. A primeira fase da luta desenvolveu-se sob o signo do espírito de aventura militar; a segunda orientou-se pelo conservantismo militar; finalmente, na terceira, foi o “salve-se quem puder”. A justeza da velha linha só foi reafirmada quando o Comité Central realizou a reunião alargada do seu Birô Político, em Tsuen-yi, província de Cuidjou, em Janeiro de 1935, onde se proclamou a falência daquela linha errada. Mas que preço tudo isso nos custou!

A argumentação dos camaradas que se tinham encarniçado contra o “espírito de guerrilhas” era a seguinte: é um erro levar o inimigo a penetrar profundamente nas nossas bases, pois, assim, abandonamos-lhe um vasto território. É verdade que, aplicando esse método, alcançámos anteriormente vitórias, mas acaso a situação actual não é bem diferente da do passado? Além disso, não é melhor vencer o inimigo sem abandonar-lhe territórios? Não é melhor vencê-lo no seu próprio campo, ou nas regiões limítrofes do nosso e do seu território? Os velhos princípios não tinham nada de regular. Eram métodos de acção para destacamentos de guerrilhas. Actualmente, criámos o nosso próprio Estado, e o nosso Exército Vermelho já se tornou num exército regular. A guerra que Tchiang Kai-chek nos faz é uma guerra entre dois Estados, entre dois grandes exércitos. A História não deve repetir-se, é preciso rejeitar completamente o “espírito de guerrilhas”. Os novos princípios são “absolutamente marxistas”, ao passo que os velhos nasceram entre os destacamentos de guerrilhas nas montanhas, e nas montanhas não há Marxismo. Os novos princípios eram o oposto dos velhos. Ei-los: “Um contra dez, dez contra cem, agir com audácia e resolução, explorar a vitória perseguindo o inimigo até ao fim”, “atacar em toda a frente”, “apoderar-se das cidades-chave”, “golpear simultaneamente com os dois punhos e em duas direcções”. Quando o inimigo atacava, os métodos utilizados contra ele eram os seguintes: “Deter o inimigo para lá das nossas portas”, “vencer o inimigo golpeando antes dele”, “não permitir que se venha quebrar a louça no nosso campo”, “não perder um palmo de terreno”,

“dividir as nossas forças em seis colunas”. A guerra transformava-se numa “batalha decisiva entre a via revolucionária e a via colonial”, uma guerra feita de ataques breves e súbitos, guerra de bloqueios, guerra de desgaste, uma “guerra prolongada”, a que se juntava a política de manutenção dum retaguarda enorme, e uma centralização absoluta do comando — tudo se terminando como se sabe, por uma vasta “mudança”. E aqueles que não reconhecessem esses novos princípios eram punidos, tratados de “oportunistas”, etc. Claro que todas essas teorias e práticas eram erradas. Era subjectivismo. Nas circunstâncias favoráveis, esse subjectivismo manifestava-se sob a forma de fanatismo e impetuosidade revolucionária pequeno-burguesa; nas circunstâncias difíceis, porém, e à medida que a situação piorava, ele passava sucessivamente à atitude do arrisca-tudo, depois ao conservantismo e ao “salve-se quem puder”. São as teorias e as práticas dos impulsivos e dos ignorantes, em nada respiram Marxismo, na realidade são anti-marxistas. Falemos apenas da retirada estratégica. No Quíansi, chamava-se a isso “levar o inimigo a penetrar profundamente no nosso território”, e, no Setchuan, “encurtar a linha de frente”. Todos os teóricos e práticos militares do passado admitem igualmente que esse constitui um princípio que deve ser aplicado na fase inicial da guerra por um exército fraco em luta contra um exército forte. Um perito militar estrangeiro dizia: “Quando se passa à defensiva estratégica, começa-se, em geral, por evitar a decisão em condições desfavoráveis, para só a procurarmos quando a situação se nos tenha tornado favorável”,

o que é perfeitamente justo, e nada temos a acrescentar. O fim da retirada estratégica é conservar as forças do exército e preparar a contra-ofensiva. A retirada é necessária face a ofensiva dum adversário poderoso, pois, se não se recua, colocam-se inevitavelmente em perigo as próprias forças. No passado, porém, muitos estavam obstinadamente contra a retirada, considerada por eles como uma “linha oportunista meramente defensiva”. Ora, a nossa História mostrou que as suas objecções eram inteiramente erradas. Durante a preparação da contra-ofensiva, é indispensável escolher e criar condições que nos sejam favoráveis e desfavoráveis ao adversário, a fim de obter uma modificação da relação de forças existente entre nós e o inimigo. Isso feito, pode passar-se à contra-ofensiva. Como mostra a nossa experiência anterior, no decorrer da etapa da retirada, geralmente, devemos assegurar-nos, pelo menos, de duas das condições abaixo indicadas, para podermos considerar como adquirida a vantagem sobre o inimigo e passarmos à contra-ofensiva:

1. A população civil ajuda activamente o Exército Vermelho;
2. O terreno é favorável ao desenrolar da acção militar;
3. Foram concentradas as forças principais do Exército Vermelho;
4. Foram descobertos os pontos fracos do adversário ;
5. O inimigo foi reduzido a um estado de cansaço moral e físico;
6. O inimigo foi induzido em erro. Para o Exército Vermelho, a primeira condição é a mais importante de todas. Ora, uma base de apoio oferece justamente essa

condição. Uma vez satisfeita tal condição, é fácil criar ou encontrar o que preenche a quarta, a quinta e a sexta condições. Eis porque, quando o adversário desencadeia uma grande ofensiva contra o Exército Vermelho, geralmente este retira-se das regiões brancas para o território das bases, onde as populações civis se entregam o mais activamente a ajudar o Exército Vermelho a combater o exército branco. No próprio interior das bases existe uma diferença entre regiões periféricas e regiões centrais. Para impedir que as informações cheguem ao inimigo, como para as missões de reconhecimento, transportes e participação nos combates, a população das regiões centrais convém mais do que a das regiões periféricas. Assim é que, quando nos foi necessário determinar o “termo da retirada” no Quiansi, por ocasião das lutas contra as três primeiras campanhas de “cerco e aniquilamento” lançadas pelo inimigo, escolhemos sempre as regiões em que, do ponto de vista da primeira condição, a situação era a melhor ou, pelo menos, relativamente boa. Em razão dessa característica, isto é, pelo facto de possuir bases de apoio, o Exército Vermelho opera segundo métodos que diferem consideravelmente dos métodos habituais. Essa é, aliás, a razão essencial por que o inimigo teve de recorrer depois à guerra de bloqueios.

Um exército em retirada pode escolher posições favoráveis e impor a sua vontade ao atacante; aí está uma das vantagens da acção realizada no interior das linhas. Para vencer um inimigo poderoso, um exército fraco não pode deixar de interessar-se pela escolha de posições. Essa condição, porém, por si só é insuficiente. Ela deve acompanhar-se doutras. A mais importante

é a do apoio das populações. Além disso, convém determinar que destacamento inimigo é mais fácil de golpear, por exemplo, um destacamento que esteja cansado, que tenha cometido uma falta, ou então um destacamento que, progredindo numa direcção dada, apresente uma combatividade relativamente fraca. Se essas condições não se verificam, vale mais abandonar as posições vantajosas e continuar a retirada, a fim de se assegurarem as condições desejadas. Nas regiões brancas também se podem encontrar posições vantajosas, mas falta a condição favorável que é o apoio das populações. E se outras condições não estão ainda dadas, ou desobertas, o Exército Vermelho deve retirar-se para as bases de apoio. As mesmas observações são válidas, em geral, para a distinção a fazer entre as regiões periféricas e as regiões centrais das bases de apoio. Em princípio, todas as nossas forças de choque devem ser concentradas, à excepção dos destacamentos locais e das forças destinadas a reter o inimigo. Todavia, quando o Exército Vermelho ataca um adversário que teve de passar à defensiva no plano estratégico, ele opera, geralmente, em ordem dispersa. Pelo contrário, em caso de grande ofensiva do adversário, o Exército Vermelho executa uma “retirada convergente”. Em regra, para termo dessa retirada é escolhido o centro da base de apoio, sendo, por vezes, também escolhida a sua frente ou ainda a retaguarda, tudo isso em função da situação concreta. A retirada convergente permite a concentração completa de todas as forças principais do Exército Vermelho. Uma outra condição indispensável, que deve ser obser-

vada por um exército fraco em luta contra um inimigo poderoso, é a de golpear os pontos em que o adversário é vulnerável. Ora, acontece frequentemente que, no momento em que o adversário lança a sua ofensiva, nós ignoramos qual, dentre as suas colunas que progridem em diversas direcções, é a mais forte, um pouco menos forte, a mais fraca ou precisa-mente um pouco menos fraca, o que nos obriga a um processo de reconhecimento que, ao ser feito, leva geralmente muito tempo. Eis uma razão mais em favor da necessidade da retirada estratégica. Se o adversário que ataca é muito superior, tanto em efectivos como em potência, só existe um meio para modificar a relação de forças: esperar o momento em que ele tenha penetrado profundamente nas bases de apoio e esteja esmagado sob o fardo de todas as dificuldades que o esperam nessas regiões. Foi assim que, na terceira campanha de “cerco e aniquilamento”, o chefe de Estado Maior duma das brigadas de Tchiang Kai-chek, teve de declarar: “Dos gordos eles fizeram magros, e dos magros eles fizeram cadáveres”; e o comandante em chefe do exército de “cerco e aniquilamento” do Kuomintang, no sector oeste, Tchen Mim-chu, afirmou: “O Exército Nacional tacteia no escuro por toda a parte, enquanto que o Exército Vermelho marcha continuamente em plena luz”. Em tal situação, mesmo que o adversário seja possante, as suas forças enfraquecem consideravelmente, as suas tropas cansam-se, o seu moral baixa e o volume dos seus pontos fracos aparece, enfim, em toda a claridade. Em contrapartida, embora fraco, o Exército Vermelho vai acumulando energias, aprestando-se calmamente a fazer face a um inimigo esgotado. Nesse

momento, chega-se geralmente a estabelecer um certo equilíbrio ou a reduzir a superioridade absoluta do adversário a uma superioridade relativa, enquanto que a nossa fraqueza absoluta já não é mais do que fraqueza relativa, podendo mesmo acontecer que o adversário se torne mais fraco do que nós e o nosso exército passe a ser superior ao do inimigo. No Quiansi, no decurso da luta contra a terceira campanha de “cerco e aniquilamento”, o Exército Vermelho recuou ao máximo (concentrando-se nos confins da retaguarda da base). Só assim é que pôde vencer um adversário que tinha lançado nessa campanha efectivos dez vezes e pouco superiores aos nossos. Suen Tse disse: “Evita o combate quando o inimigo está cheio de alento; golpeia-o quando, enfraquecido, ele retira”. Com isso ele pretendia que era necessário esgotar moral e fisicamente o adversário, a fim de diminuir-lhe ou eliminar-lhe a superioridade. O último objectivo da retirada é o de incitar o adversário a cometer faltas, ou descobri-las. Por muito hábil que seja um comandante inimigo, é-lhe impossível deixar de cometer faltas no decorrer dum longo período, pelo que existe sempre uma*possibilidade de utilizarmos as faltas do adversário. Este último pode cometer um erro, da mesma maneira que nós podemos, por vezes, enganar-nos e dar-lhe ocasião para aproveitar-se disso. Ademais, podemos agir intencionalmente, de modo a provocar faltas do inimigo, por exemplo, fazendo o que Suen Tse chamava “criar aparências” (aparentar que se quer golpear a leste e lançar o ataque a oeste, dito de outra maneira, fazer demonstrações dum lado para atacar por outro). Por esse motivo, o termo da nossa retirada

não deve limitar-se a uma região determinada. Por vezes, tendo-nos já retirado para a região escolhida, não nos é ainda possível encontrar a ocasião para tirar proveito das falhas do adversário, sendo por isso obrigados a retirar-nos um pouco mais, esperando que este as cometa. Tais são, nas suas linhas gerais, as condições favoráveis que pode provocar a nossa retirada. Isso não significa, porém, que devemos esperar que todas essas condições se apresentem para passar então à contra-ofensiva. É impossível e desnecessário reunir, ao mesmo tempo, todas essas condições. De todas as maneiras, um exército fraco, que realize acções no interior das linhas contra um exército poderoso, deve procurar assegurar-se de certas condições indispensáveis, segundo a situação concreta das forças inimigas no momento dado. A esse respeito, toda a apreciação contrária seria errada. Quando se pretende determinar o termo da retirada, importa examinar a situação no seu conjunto. Seria um erro fixar a nossa escolha sobre um ponto que, embora favorecendo a passagem à nossa contra-ofensiva, relativamente apenas a uma parte da situação, não fosse igualmente favorável à situação geral. Efectivamente, no início da contra-ofensiva, há que ter em conta as modificações que, ulteriormente, podem intervir na situação. A nossa contra-ofensiva, aliás, começa sempre por contra-ofensivas parciais. Algumas vezes convém escolher, como termo de retirada, as posições situadas na frente da nossa base de apoio — foi, por exemplo, o caso das nossas segunda e quarta contra-campanhas no Quiansi, e da nossa terceira contra-campanha na região fronteiriça Xensi-Cansu; por vezes, vale mais escolher

o centro — foi o caso da primeira contra-campanha no Quiansi; por vezes, enfim, é necessário fixar esse termo mesmo na retaguarda da base de apoio, como na terceira contra-campanha no Quiansi. Tudo isso depende da relação entre a situação particular e a situação geral. Durante a quinta contra-campanha no Quiansi, o nosso exército recusou-se categoricamente a retirar, não querendo ter em conta nem a situação particular nem a geral, o que foi uma pura imprudência. Uma situação é constituída por toda uma série de factores, daí que convém assegurar-se, ao serem examinados os laços entre a situação particular e a geral, de que os factores que condicionam no momento dado a nossa situação e a do inimigo, quer particular quer geral, favoreçam, em certa medida, a nossa passagem à contra-ofensiva. Duma maneira geral, o termo da nossa retirada no interior da base de apoio pode situar-se em três sectores: à frente, ao centro e na retaguarda. Acaso isso significa que tenhamos renunciado completamente à acção nas regiões brancas? Não. Só renunciamos a isso quando temos de fazer face às grandes campanhas de “cerco e aniquilamento” do inimigo. Nesse caso existe uma grande desproporção de forças entre o inimigo e nós; e é com o fim de preservar as nossas forças e esperar o momento oportuno para derrotá-lo que nos pronunciamos pela retirada em direcção às nossas bases de apoio, pela acção que visa levar o inimigo a penetrar profundamente no nosso território. Com efeito, só assim podemos criar ou verificar as condições que favorecem a nossa contra-ofensiva. Se a situação não é tão grave ou se, pelo contrário, é tal que impede que o Exército

Vermelho passe à contra-ofensiva mesmo no seu próprio território, ou ainda se a contra-ofensiva resulta num fracasso, sendo necessário prosseguir a retirada a fim de obter uma mudança na situação, então pode admitir-se, ao menos teoricamente, que o termo da retirada seja fixado nas regiões brancas, embora não tenhamos até hoje senão uma pequena experiência a esse respeito. No que respeita à localização do termo da nossa retirada nas regiões brancas, podem apresentar-se igualmente, em geral, três casos: (1) diante da nossa base de apoio, (2) sobre os seus flancos, (3) por detrás dela. Por exemplo, durante a nossa primeira contra-campanha no Quiansi, teria sido possível fixar-se o termo da nossa retirada diante da nossa base de apoio. Se naquela época não se tivesse registado uma divisão no seio do Exército Vermelho e uma cisão nas organizações locais do Partido, noutros termos, se não tivéssemos que resolver dois problemas difíceis — a linha de Li-san e o grupo A-B31 — seria permitido pensar que, concentradas no triângulo formado por Qui-an, Nanfom e Tchanchu, as nossas forças teriam podido desencadear a contra-ofensiva. Com efeito, o inimigo que então avançava por entre os rios Can e Fu não era muito mais forte que o Exército Vermelho (100.000 homens contra 40.000). Se bem que, do ponto de vista do apoio da população civil, as condições não fossem tão boas como nas nossas bases de apoio, tínhamos ainda assim posições vantajosas; teríamos podido, além disso, aproveitar-nos do avanço inimigo por colunas isoladas, para esmagá-las uma após outra. Teria sido possível, por exemplo, fixar o termo da nossa retirada sobre um dos flancos da nossa

base de apoio, durante a nossa terceira contra-campanha no Quiansi, nas condições seguintes: se a ofensiva do adversário não fosse dum tamanho tão considerável, se uma das colunas inimigas tivesse partido da região de Quien-nim-Litchuan-Tainim, na fronteira do Fuquien com o Quiansi, e se a sua importância tivesse permitido que lhe vibrássemos um golpe, o Exército Vermelho teria podido concentrar-se na região branca do oeste de Fuquien, e esmagar em primeiro lugar essa coluna, sem ter de fazer um grande desvio de 1.000 lis para atingir Jueiquin e depois Sincuo. Tomemos, por último, um exemplo do terceiro caso, em que o termo da retirada é fixado na retaguarda da nossa base de apoio. Se na nossa terceira contra-campanha no Quiansi, as forças principais do adversário tivessem marchado, não em direcção do oeste, mas em direcção do sul, poderíamos ter sido contrangidos a recuar até à região de Hueitcham-Siunvu-An-ium (em território branco), a fim de atrair o adversário para mais longe, em direcção do sul, e o Exército Vermelho teria podido golpear em seguida do sul para o norte, para o interior da nossa base de apoio, em cuja parte norte as forças do adversário não teriam sido nesse momento muito numerosas. Os exemplos que acabam de ser dados, porém, constituem simples hipóteses, pois não se baseiam na experiência; nós podemos considerá-los como casos excepcionais e não como princípios gerais. Quando o adversário lança uma grande campanha de “cerco e aniquilamento”, para nós, a regra geral deve consistir em levá-lo a penetrar profundamente na nossa base de apoio, retirarmos para o nosso território a fim de prosseguirmos aí

o combate, pois esse é o método que nos oferece as melhores garantias para romper a ofensiva adversária. Os que pensavam que era necessário “deter o inimigo para lá das nossas portas”, pronunciavam-se contra a retirada estratégica. Eles justificavam a sua oposição com o facto de a nossa retirada implicar uma perda de território, causar prejuízos à população (o que se chama: deixar o inimigo “quebrar a louça” na nossa própria casa), e ter repercussões desfavoráveis no exterior. Durante a nossa quinta contra-campanha, puseram-se a afirmar que a cada passo à retaguarda que fizéssemos, a linha de fortificações inimiga avançava outro tanto, que o território da nossa base de apoio diminuía dia a dia, sendo-nos impossível reconquistar o terreno perdido. Se outrora tínhamos tido vantagens em levar o adversário a penetrar profundamente no nosso território, essa tática tornava-se inútil no decorrer da quinta contra-campanha de “cerco e aniquilamento”, em que o inimigo se entregava a uma guerra de blocauses. Acrescentavam que não se podia lutar contra tal campanha a não ser por meio duma defesa com forças dispersas e ataques breves e súbitos. É fácil responder a todas essas afirmações. Aliás, a nossa história já respondeu a tudo isso. A respeito da perda de território, acontece frequentemente o seguinte: não é possível evitar perdas sem nada perder. É o princípio de “dar para depois receber”. Se abandonamos terreno mas conquistamos em seguida a vitória, recuperamos o que perdemos e aumentamos o nosso território, o negócio é daqueles que rendem. Nas operações comerciais, o comprador não pode adquirir uma mercadoria sem

ceder o seu dinheiro; reciprocamente, o vendedor não pode ganhar dinheiro sem ceder a sua mercadoria. Na revolução, o que se cede é constituído pelas destruições, e o que se ganha, pela construção no sentido do progresso. Quando se dorme e se repousa, perde-se tempo, mas recupera-se energia para o trabalho do dia seguinte. Se o imbecil que não compreendesse isso se recusasse a dormir, sentir-se-ia fatigado no dia seguinte. Seria singularmente deficitário. Ora, foi justamente isso que provocou o nosso défice durante a quinta campanha de “cerco e aniquilamento” do inimigo. Porque não quisemos ceder uma porção do nosso território, perdemo-lo por inteiro. A Abissínia também perdeu todo o seu território porque se lançou de cabeça baixa na guerra, embora, entenda-se, isso esteja longe de ter sido a única razão da sua derrota. O mesmo se passa com respeito aos prejuízos causados à população civil. Não aceitar que se venha quebrar a louça, durante pouco tempo, numa parte dos nossos lares, significa aceitar que se venha quebrar a louça de toda a população cPurante um longo período. Por medo de provocar repercussões políticas desfavoráveis durante um tempo limitado, fica-sc condenado a provocar essas mesmas repercussões durante um tempo ilimitado. Se os bolcheviques russos, após a Revolução de Outubro, se tivessem alinhado pelo ponto de vista dos “comunistas de esquerda”, e tivessem repellido o Tratado de Paz com a Alemanha, o Poder dos Soviètes, que acabava justamente de nascer, teria perecido³². Essas concepções esquerdistas, aparentemente revolucionárias, decorrem da impetuosidade revolucionária própria dos intelectuais pequeno-burgueses e do con-

servantismo estreito dos pequenos produtores camponeses. Ao examinarem uma questão, só vêem uma parte, e são incapazes de compreendê-la no seu conjunto; eles não querem ligar os interesses de hoje aos de amanhã, os interesses particulares aos do conjunto. Aferrando-se ao que é parcial, temporário, não querem largá-lo a preço algum. Com certeza que não se devem abandonar os elementos parciais, temporários, que aparecem vantajosos nas circunstâncias concretas do momento, particularmente os que parecem revestir-se duma importância decisiva para o conjunto e para todo o período; se o fizéssemos, transformar-nos-íamos em partidários do deixa-andar, ou do deixa-fazer. Assim, a retirada deve ter um termo. Todavia, não devemos, em caso nenhum, deixar-nos conduzir pelas concepções míopes dos pequenos produtores, mas sim adquirir a sabedoria bolchevique. Quando os nossos olhos se afiguram insuficientes, é necessário recorrer ao binóculo e ao microscópio. O método marxista é, ao mesmo tempo, um binóculo e um microscópio quer no plano político quer no domínio militar. Naturalmente, a retirada estratégica apresenta dificuldades. A escolha do momento inicial, do seu termo, o trabalho de explicação política entre os quadros e a população civil, para convencer uns e outros da necessidade da retirada, tudo isso são tarefas difíceis que precisam, porém, de ser levadas a bom fim. A questão do momento em que deve iniciar-se a retirada é muito importante. Se durante a nossa primeira contra-campanha no Quiansi o começo da retirada não tivesse sido fixado no bom momento, quer dizer, se a

retirada tivesse começado mais tarde, isso teria tido repercussões, pelo menos na grandeza da nossa vitória. É evidente que é prejudicial começar a retirada muito cedo, ou muito tarde. Todavia, duma maneira geral, uma retirada tardia provoca mais perdas do que uma retirada prematura. Uma retirada executada no momento oportuno permite assenhorear-se inteiramente da iniciativa, o que facilita consideravelmente a passagem à contra-ofensiva, quando, atingido o termo da retirada, se reconstituíram já as nossas forças e pode calmamente esperar-se que o adversário se fatigue por completo. Durante as operações que nos permitiram romper a primeira, segunda e quarta campanhas de “cerco e aniquilamento” do inimigo, no Quiansi, pudemos escolher tranquilamente o momento de enfrentar o adversário. Só no decurso da terceira campanha é que o Exército Vermelho foi obrigado a reagrupar-se à pressa, por meio de desvios, ficando esgotados os seus combatentes; isso deu-se porque não esperávamos de maneira alguma que o adversário, depois da sua pesada derrota na segunda campanha, conseguisse organizar tão depressa uma nova campanha (tínhamos terminado a segunda contra-campanha a 29 de Maio de 1931, e Tchiang Kai-chek desencadeou a sua terceira campanha em 1 de Julho). A escolha do momento da retirada é feita da mesma maneira que a escolha do início da fase preparatória duma contra-campanha, como referimos anteriormente, isto é, inteiramente na base das informações indispensáveis que foi possível recolher e da apreciação da situação geral, nossa e do inimigo. Convencer os nossos quadros e a população civil da

necessidade da retirada estratégica é tarefa das mais árduas, se eles não têm experiência dessa retirada, e se a direcção militar não atingiu um grau de autoridade tal que possa confiar a decisão da retirada estratégica a um pequeno número de pessoas, ou a uma só, e gozar, ao mesmo tempo, da confiança dos quadros. Foi porque os nossos quadros tinham falta de experiência e não acreditavam na retirada estratégica que encontramos enormes dificuldades a esse respeito, no início da primeira e da quarta contra-campanhas e durante toda a quinta contra-campanha. Durante a nossa primeira contra-campanha, sob a influência da linha Li-san, certos quadros não eram pela retirada mas sim pelo ataque, até ao momento em que acabámos por convencê-los do contrário. No decorrer da nossa quarta contra-campanha, sob a influência do espírito de aventura militar, alguns dos nossos quadros pronunciaram-se contra a preparação da retirada estratégica. Na nossa quinta contra-campanha, a começo, certos quadros ainda permaneciam fiéis às concepções da aventura militar, erguendo-se contra a tentativa de levar o adversário a penetrar profundamente na nossa base de apoio, tornando-se depois partidários do conservantismo militar. Os partidários da linha de Tcham Cuo-tao não reconheciam a impossibilidade de criar bases de apoio nas regiões povoadas por tibetanos e por hueis³³, só se rendendo à evidência quando eles próprios bateram com a cabeça na parede. Isso é também um exemplo concreto. A experiência é indispensável aos quadros; a derrota é realmente a mãe do sucesso. Contudo, não se torna menos necessário aceitar, com modéstia, a experiência dos outros. Se, em

todas as ocasiões, somos teimosos, recusamos aceitar a experiência alheia e baseamo-nos somente na nossa, chegamos à forma mais pura desse “empirismo estreito” que tanto mal nos causou no decorrer da guerra. Por falta de experiência, nunca a população esteve tão pouco convencida da necessidade duma retirada estratégica como quando da nossa primeira contra-campanha no Quiansi. As organizações locais do Partido e as massas populares dos distritos de Qui-an, Sincuo e Ionfom, naquela altura, protestaram unanimemente contra a retirada do Exército Vermelho. Mas uma vez que elas adquiriram a experiência necessária na primeira contra-campanha, esse problema não voltou a surgir no decorrer das contra-campanhas seguintes. Todos compreenderam que as perdas de território e os sofrimentos do povo eram temporários, e todos se convenceram de que o Exército Vermelho era capaz de romper as campanhas de “cerco e aniquilamento”. Contudo, a confiança do povo está estreitamente ligada à confiança que experimentam os nossos quadros. Por esse motivo, a nossa tarefa principal, primordial, é convencer os nossos próprios quadros. A retirada estratégica é inteiramente orientada no sentido da passagem à contra-ofensiva; ela é apenas a primeira fase da defensiva estratégica. O problema decisivo de toda a estratégia é o de saber se a vitória pode ser obtida no decurso da fase seguinte, a da contra-ofensiva.

SECÇÃO 4. A CONTRA-OFENSIVA ESTRATÉGICA

Como já se disse precedentemente, não é possível romper a ofensiva dum adversário que possui uma superioridade absoluta a não ser que a situação que se cria no decurso da retirada estratégica se torne favorável para nós e desfavorável para o adversário, e seja diferente da que existia no início da ofensiva inimiga; essa situação resulta, aliás, de diversos factores. A existência de condições e a existência duma situação que nos seja favorável mas desfavorável ao adversário, não basta para infligir a este uma derrota. Tais condições e tal situação tornam possível a nossa vitória e a derrota do inimigo, mas não constituem, por si sós, essa vitória e essa derrota; elas não dão logo, a qualquer dos exércitos em presença, a vitória ou a derrota reais. Para transformar em realidade essa possibilidade de vitória ou derrota, é necessária uma batalha decisiva, único facto que poderá estabelecer qual dos exércitos é o vitorioso. Aí está toda a tarefa reservada à fase da contra-ofensiva estratégica. A contra-ofensiva representa um longo processo, constitui a fase mais

exaltante e a mais dinâmica da defensiva, de que aliás é a última fase. Por defesa activa entende-se principalmente uma contra-ofensiva estratégica de carácter decisivo. Essas condições e essa situação não se formam unicamente no decurso da fase da retirada estratégica, elas continuam a constituir-se por ocasião da contra-ofensiva. No decorrer desta, elas não permanecem absolutamente idênticas, nem na forma nem no carácter, ao que eram no decurso da fase anterior. Aquilo que na forma e no carácter pode permanecer idêntico na segunda fase, por exemplo, o esgotamento crescente do adversário e as suas perdas cada vez maiores em forças vivas, não é mais do que a continuação do que se passou na primeira fase. Inevitavelmente, porém, surgem condições e uma situação inteiramente novas. Por exemplo, quando o exército inimigo sofre uma ou várias derrotas, as condições que nos são favoráveis e desfavoráveis ao adversário já não se limitam ao esgotamento do inimigo, etc, junta-se-lhes também um novo factor, a saber, o facto de ele ter sofrido derrotas. A situação, aliás, regista também novas modificações: quando o exército inimigo se desloca em desordem e faz falsas manobras, a potência relativa dos dois exércitos em luta fica naturalmente modificada. Admitamos que é o nosso exército e não o do adversário quem sofre a derrota ou as derrotas: nesse caso, as condições e a situação mudam no outro sentido. Quer dizer que há menos condições desfavoráveis ao adversário e que, em compensação, começam a aparecer, e até mesmo a agravar-se, condições que nos são desfavoráveis. Aí está mais um fenómeno completa-

mente novo, diferente do que vimos precedentemente. A derrota duma das partes conduz directa e rapidamente o campo vencido a fazer novos esforços para tentar sair do perigo, desembaraçar-se da nova situação e das novas condições que lhe são desfavoráveis, mas favoráveis ao adversário, e voltar a criar umas condições e uma situação que lhe sejam favoráveis e desfavoráveis ao adversário, a fim de poder exercer uma pressão sobre este. Pelo contrário, os esforços despendidos pelo campo vencedor visam a ampliação da sua vitória, a imposição ao adversário de perdas ainda mais importantes, e o aumento ou o desenvolvimento de condições e duma situação que lhe sejam favoráveis, ao mesmo tempo que impedem o adversário de desembaraçar-se das condições desfavoráveis e sair da situação perigosa. Assim, qualquer que seja o campo a considerar, é na fase da batalha decisiva que a luta resulta mais encarnçada, mais complexa, mais rica em vicissitudes e, ao mesmo tempo, a mais difícil e árdua de toda a guerra ou de toda a campanha, sendo também, do ponto de vista do comando, o momento mais delicado. No decorrer da contra-ofensiva surge um grande número de problemas. Os principais são os seguintes: o início da contra-ofensiva, a concentração das forças, a guerra de movimento, a guerra de decisão rápida e a guerra de aniquilamento. Para resolver esses problemas, aplicam-se, no essencial, os princípios que se aplicam para a ofensiva. Nesse sentido, pode dizer-se que a contra-ofensiva é uma ofensiva. Todavia, não se trata em absoluto da mesma coisa. Os princípios da contra-ofensiva são aplicados quando o

adversário ataca, enquanto que os da ofensiva se aplicam quando ele se defende. Nesse sentido existem certas diferenças entre a contra-ofensiva e a ofensiva. Por esta razão, embora vários problemas relativos à acção militar tenham sido incluídos no estudo da contra-ofensiva neste capítulo da defensiva estratégica, e que, para evitar repetições, só outros problemas sejam abordados no capítulo da ofensiva estratégica, também não podemos perder de vista as semelhanças e as diferenças entre a contra-ofensiva e a ofensiva, quando da sua aplicação prática.

SECÇÃO 5- O INÍCIO DA CONTRA-OFENSIVA

O problema do início da contra-ofensiva é o problema da “primeira batalha”, ou da “batalha inicial”. Muitos dos especialistas militares burgueses consideram que é necessário avançar com muita prudência para a primeira batalha, tanto no que respeita à defensiva estratégica como no que se refere à ofensiva estratégica. Isso respeita em particular à defensiva. Nós também considerámos seriamente esse problema no passado. As operações desenvolvidas contra as cinco campanhas de “cerco e aniquilamento” do inimigo, no Quiansi, deram-

nos uma rica experiência que não é inútil examinar. Na sua primeira campanha, o adversário, dispondo de cerca de cem mil homens, avançava em oito colunas a partir da linha Qui-an-Quienim, sobre o sul, em direcção da base de apoio do Exército Vermelho. Este, dispondo de cerca de quarenta mil homens, estava concentrado na região Huampi-Siaopu, distrito de Nintu, no Quiansi. A situação era a seguinte:

1) As forças da “expedição punitiva” não ultrapassavam cem mil homens, que nem sequer pertenciam às tropas pessoais de Tchiang Kai-chek, e a situação geral não era muito grave.

2) A divisão inimiga comandada por Luo Lin encontrava-se só, na defesa de Qui-an, a oeste do rio Can.

3) Três divisões inimigas — as de Cum Pim-fan, Tcham Huei-tsan e Tan Tao-ian — instalavam-se na região de Futien-Tuncu-Loncam-Iuantou, a sudeste de Qui-an e a noroeste de Nintu. As forças principais de Tcham Huei-tsan encontravam-se em Loncam, e as de Tan Tao-ian em Iuantou. Como, em dado momento, a população de Futien e Tuneu, enganada pelo grupo A-B, não tinha confiança no Exército Vermelho, chegando a mostrar-se-lhe hostil, não era recomendável escolher esses dois pontos como teatro de operações.

4) A divisão inimiga de Liu Ho-tim estava blongue, em Quienim, no território branco de Fuquien, sendo pouco provável que entrasse no Quiansi.

5) Duas outras divisões inimigas — as de Mao Pim-ven e Chiu Quei-siam — avançavam na região de Toupi-Luocou-Tunchao, entre Cuantcham e Nintu. Toupi estava em território branco, e Luocou situava-se numa região de guerrilhas; em Tunchao operava o grupo A-B, sendo difícil manter aí o segredo sobre a nossa acção. Lançar as nossas forças contra as divisões de Mao Pim-ven e de Chiu Quei-siam, para avançar em seguida para oeste, teria sido perigoso pois as três divisões, as de Tcham Huei-tsan, Tan Tao-ian e Cum Pim-fan, instaladas a oeste, podiam reagrupar-se e seria difícil vencê-las; tal plano não poderia, feitas todas as contas, resolver o problema.

6) A divisão de Tcham Huei-tsan e a de Tan Tao-ian, que constituíam as forças principais da campanha de “cerco e aniquilamento”, pertenciam às tropas pessoais do governador do Quiansi, Lu Ti-pim, comandante em chefe da campanha, estando a direcção das operações sobre a frente confiada a Tcham Huei-tsan. Liquidar essas duas divisões teria significado, praticamente, fazer fracassar a campanha. Essas duas divisões dispunham, cada uma, de cerca de quatorze mil homens e, além disso, a divisão de Tcham Huei-tsan estava acantonada em dois pontos distintos. Atacando de cada vez uma só dessas duas divisões, obtinha-mos uma superioridade numérica absoluta.

7) A região de Loncam-Iuantou, onde estavam instaladas as forças principais constituídas pelas divisões de Tcham Huei-tsan e Tan Tao-ian, encontrava-se cerca do ponto

de concentração das nossas tropas. Além disso, nessa legião, as condições eram-nos favoráveis em virtude do apoio das populações; essa a razão por que podíamos aproximar-nos do inimigo sem que ele o soubesse.

8) Em Loncam, dispúnhamos dum terreno que nos oferecia vantagens. E não era fácil atacar Iuan-tou. Se o inimigo nos atacasse em Siaopu, teríamos igualmente um terreno vantajoso.

9) Podíamos concentrar o máximo de tropas no sector de Loncam. Além disso, tínhamos a algumas dezenas de lis a sudoeste de Loncam, em Sincuo, uma divisão independente de cerca de mais dc mil homens que, por meio dum movimento envolvente, poderia desembocar sobre a retaguarda do adversário.

10) Depois de terem feito uma penetração no centro e aberto uma brecha nas posições inimigas, as nossas tropas podiam cortar em dois grupos as colunas inimigas, ficando um grupo a leste e o outro, bastante longe, a oeste. Tudo considerado, decidimos travar a nossa primeira batalha contra as forças principais comandadas por Tcham Huei-tsan e conseguimos esmagar duas brigadas e mais o Quartel General da divisão, liquidando inteiramente forças de nove mil homens e aprisionando o próprio comandante da divisão. Ninguém escapou. Após a vitória, tomadas de pânico, a divisão de Tan Tao-ian fugiu para Tunchao, e a divisão de Chiu Quei-siam fugiu em direcção de Toupi. As nossas tropas, lançadas na perseguição da divisão de Tan Tao-ian, destruíram-lhe metade dos seus efectivos. Em

cinco dias (dc 27 de Dezembro de 1930 a 1 de Janeiro de 1931) travámos duas batalhas, depois do que as forças adversárias, receando ser esmagadas, apressaram-se a evacuar a região de Futien, Tuneu e Toupi. Assim terminou a primeira campanha de “cerco e aniquilamento”. Na segunda, a situação era a seguinte:

1) Os efectivos da “expedição punitiva” subiam a duzentos mil homens, o comandante em chefe era Ho In-tchin, cujo Quartel General se encontrava em Nantcham.

2) Nessa campanha, como acontecera na primeira, nenhuma das unidades inimigas fazia parte das tropas pessoais de Tchiang Kai-chek. Os elementos fortes, ou relativamente fortes, eram constituídos pelo XIX Exército de Rota dc Tsai Tim--cai, o XXVI Exército de Rota de Suen Lien-tchom e o VIII Exército de Rota dc Tchu Chao-liam. Tudo o mais era relativamente fraco.

3) O grupo A-B estava liquidado e toda a população da base apoiava o Exército Vermelho.

4) O V Exército de Rota de Vam Quin-iu acabava justamente de ser transferido do Norte, e tinha-nos medo. Quase o mesmo sucedia com as duas divisões de Cuo Hua-tsum e de Hao Mom--lim, transformadas na ala esquerda de Vam Quin-iu.

5) Começando as operações a partir de Futien e repelindo o inimigo sobre o leste, nós podíamos alargar a nossa base dc apoio na região de Quienim--Litchuan-Tainim,

nos confins do Fuquien e do Quiansi, acumulando assim recursos materiais para derrotar a campanha seguinte do adversário; se vibrássemos o nosso golpe de leste para oeste, só poderíamos atingir o rio Can, c nenhuma possibilidade de expansão se nos ofereceria depois das operações. O voltarmo-nos para leste após a batalha teria significado o esgotamento das nossas tropas e uma perda de tempo.

6) Em comparação com a primeira campanha, os nossos efectivos tinham diminuído um pouco (apenas contavam um pouco mais de trinta mil homens) mas, cm contrapartida, tinham beneficiado dum repouso completo de quatro meses que lhes recuperara as energias. Tendo em conta todos esses elementos, decidimos dar a primeira batalha contra as unidades de Vam Quin-iu e Cum Pim-fan, instaladas no sector de Futien (num total de onze regimentos). Depois dc termos ganho essa batalha, atacámos sucessivamente as forças de Cuo Hua-tsum, Suen Licn-tchom, Tchu Chao-liam e Liu Ho-tim. Em quinze dias (de 16 a 30 de Maio de 1931), percorremos setecentos lis, tra-vámos cinco batalhas e arrancámos mais de vinte mil espingardas ao inimigo, sendo a nossa campanha um sucesso completo e estimulante. Durante a operação contra Vam Quin-iu, nós encontrávamo-nos entre as unidades de Tsai Tim-cai e de Cuo Hua--tsum, a uns quarenta lis das primeiras e a umas dezenas de lis das segundas. Alguns diziam que “tentávamos passar pelo fundo duma agulha”, mas no fim dc contas, conseguimos fazê-lo. Isso explica-se essencialmente por duas razões: operávamos no nosso

território e as tropas inimigas acusavam falta de coordenação entre si. Depois da derrota da divisão de Cuo Hua-tsum, a de Hao Mom-lim escapou ao desastre, retirando-se de noite para Ionfom. Durante a terceira campanha de “cerco e aniquilamento”, a situação era a seguinte:

1) Tchiang Kai-chek dirigia pessoalmente a campanha na qualidade de comandante em chefe, tendo sob as suas ordens três chefes de coluna: Ho In-tchin, comandando a coluna central e instalado com Tchiang Kai-chek em Nantcham; Tchen Mim-chu, comandando a coluna direita e com Quartel General em Qui-an; Tchu Chao-liam co-mandando a coluna esquerda e com Quartel General em Nanfom.

2) As forças da “expedição punitiva” atingiam os trezentos mil homens. As forças principais compunham-se dc cinco divisões pertencentes às tropas pessoais de Tchiang Kai-chek: essas divisões eram comandadas por Tchen Tchem, Luo Tchuo-im, Tchao Cuan-tao, Vei Li-huam e Tchiam Tim-ven. Cada uma dessas divisões compreendia nove regimentos, o que dava um total de cerca de cem mil homens. Participavam ainda na campanha mais três divisões: as de Tchiam Cuam-nai, Tsai Tim-cai e Han Te-tchin, totalizando quarenta mil homens, ao que é ainda necessário acrescentar as tropas comandadas por Suen Lien-tchom, ou seja, vinte mil homens. Além disso, havia ainda outras tropas, que também não pertenciam às forças pessoais de Tchiang Kai-chek, com uma capacidade de combate relativamente fraca.

3) O plano estratégico da “expedição punitiva” visava a realização duma “penetração em profundidade”, a fim de liquidar o Exército Vermelho, empurrando-o contra o rio Can, o que diferia completamente da estratégia de “consolidação a cada passo” aplicada na segunda campanha.

4) Entre o fim da segunda campanha e o começo da terceira, não decorreu mais do que um mês. Saído de rudes combates, o Exército Vermelho não tivera ainda tempo de repousar-se e recompletar-se (contava cerca de trinta mil homens). Ele acabava apenas de fazer o seu desvio de mil lis para reagrupar-se em Sincuo, na parte oeste da sua base de apoio no Quiansi meridional, quando o inimigo marchou ao seu encontro, a partir de diferentes direcções.

Nessas condições, o nosso plano primitivo era o seguinte: sair de Sincuo e fazer uma penetração no Futien, passando por Van-an, para avançar rapidamente de oeste para leste, através das linhas de comunicação do adversário, na sua própria retaguarda, e deixar as forças principais do inimigo penetrar profundamente na nossa base de apoio do Quiansi meridional sem que pudessem desempenhar qualquer papel. Isso deveria constituir a primeira fase das operações. Quando o inimigo tivesse de voltar para o norte, as suas tropas estariam nessa altura fortemente esgotadas, pelo que poderíamos aproveitá-las na ocasião, golpeando as suas unidades vulneráveis. Isso deveria constituir a segunda fase das operações. A ideia central do nosso plano era a seguinte: evitar os recontros com as forças principais do adversário e vibrar golpes

nos seus pontos vulneráveis. Quando as nossas unidades começaram a progressão sobre Futien, não lhes foi possível escapar à atenção do inimigo, o qual enviou ao seu encontro as divisões de Tchen Tchem e de Luo Tchuo-im. Foi-nos necessário modificar o nosso plano e regressar a Caocinsiu, no oeste de Sincuo. Nesse momento, dispúnhamos apenas desse ponto de apoio e dos seus arredores, isto é, algumas dezenas de lis quadrados para nos reagruparmos. No dia seguinte ao nosso reagrupamento, decidimos avançar para leste, em direcção de Lientam (na parte este do distrito de Sincuo), Liantuen (na parte sul do distrito de Ionfom) e Huampi (na parte norte do distrito de Nintu). No mesmo dia, cobertos pela noite, passámos por um corredor de quarenta lis de largo, entre a divisão de Tchiam Tim-ven e as unidades de Tchiam Cuam-nai, de Tsai Tim-cai e de Han Te-ichin, e desembocámos em Lientam. No dia seguinte, tivemos alguns contactos com os destacamentos de vanguarda das forças de Chancuan lun-siam (este comandava na altura a sua própria divisão e a de Hao Momlim). No terceiro dia, dirigimos os nossos golpes contra a divisão de Chancuan lun-siam: foi a nossa primeira batalha; no quarto dia, contra a divisão de Hao Momlim: foi a segunda batalha; em seguida, após uma marcha de três dias, desembo-cámos em Huampi e atacámos a divisão de Mao Pim-ven: terceira batalha. As três batalhas foram vitoriosas e conseguimos apoderar-nos de mais de dez mil espingardas. Nesse momento, as forças principais do adversário, progredindo em direcção do oeste e do sul, orientaram-se para o leste e concentraram toda a sua atenção sobre Huampi, para onde

se dirigiram a marchas forçadas, com o fito de obrigar-nos ao combate. Executando uma ampla operação de envolvimento em ordem compacta, elas aproximaram-se das nossas forças. Nós esgueiramo--nos por um corredor de vinte lis de largo, numa região de altas montanhas, entre as tropas de Tchiam Cuam-nai, Tsai Tim-cai e de Han Te-tchin, por um lado, e as de Tchen Tchem e Luo Tchuo-im, por outro, e reagrupámo-nos no distrito de Sincuo, após termos feito um desvio de leste para oeste. Até que o adversário tivesse podido descobri--nos e regressar em direcção do oeste, passaram-se quinze dias, o que permitiu um repouso para as nossas tropas. Quanto ao adversário, esfaimado, esgotado, desmoralizado, não podendo mais, decidiu retirar-se. Aproveitando essa retirada, vibrámos golpes nas unidades de Tchiam Cuam-nai, Tsai Tim-cai, Tchiam Tim-ven e Han Te-tchin, liquidando uma brigada de Tchiam Tim-ven e a divisão de Han Te-tchin. Sendo--nos impossível obter a decisão nos combates com as divisões de Tchiam Cuam-nai e Tsai Tim-cai, acabámos por deixá-las partir. Durante a quarta campanha de “cerco e aniquilamento”, a situação era a seguinte: o adversário marchava em três colunas sobre Cuantcham. As suas forças principais constituíam a coluna oriental. Duas divisões que formavam a coluna ocidental apareceram diante de nós, dirigindo-se para a região em que procedíamos ao nosso reagrupamento. Nessas circunstâncias, começámos por golpear essa coluna, a sul do distrito de Ihuam, e conseguimos destruir de um só golpe as duas divisões de Li Mim e Tchen Chi-tsi. O adversário retirou então duas divisões da

coluna oriental, que transferiu em direcção do centro, e prosseguiu no seu avanço. Conseguimos ainda des-truir-lhe uma divisão no sul do distrito de Ihuam. No decorrer dessas duas batalhas, apoderámo-nos de mais de dez mil espingardas, ficando desfeita, no essencial, a campanha do adversário. Na quinta campanha de “cerco e aniquilamento”, durante a sua progressão, o inimigo adoptou uma nova estratégia, fundada na guerra de blocausses, e apoderou-se antes de mais de Litchuan. Pelo nosso lado, tentando recuperar Litchuan e defender-nos fora da nossa base de apoio, atacámos Siaoichi, a norte de Litchuan, que era uma posição solidamente estabelecida e que, além disso, estava situada em território branco. Fracassado esse ataque, dirigimos os nossos golpes contra Tscquiao, a sudeste de Litchuan, quer dizer, de novo contra uma posição fortificada situada em região branca, registando um novo fracasso. Então, procurámos o combate operando entre as forças principais do adversário e as suas posições fortificadas, sendo reduzidos a uma situação de total passividade. Durante todo o ano em que se desenrolou a quinta contra-campanha, fomos incapazes de manifestar a menor iniciativa, acabando por ser obrigados a abandonar a base de apoio de Quiansi. A experiência militar adquirida ao longo das cinco contra-campanhas mostra que se o Exército Vermelho, ao encontrar-se numa posição defensiva, pretender esmagar uma poderosa “expedição punitiva”, a primeira batalha na contra-ofensiva revestese duma importância extrema. O resultado dessa primeira batalha exerce uma influência consid-

erável sobre o conjunto da situação e essa influência faz-se sentir, inclusivamente, até ao último combate. Pbdem tirar-se daí as conclusões seguintes: Primeiro, é indispensável ganhar a primeira batalha. Antes de se encetar o combate importa estar perfeitamente seguro de que a situação do adversário, o terreno, a população são-nos favoráveis e desfavoráveis ao adversário. No caso contrário, é preferível retirar, agir com circunspeção e esperar a ocasião. A ocasião apresentar-se-á sempre; há que não aceitar o combate com ligeireza. Durante a nossa primeira contra-campanha, tínhamos pensado, antes de mais, em atacar as tropas de Tan Tao-ian, mas como o adversário não se decidia a abandonar as posições elevadas que ocupava em Iuantou, o nosso exército aproximou-se dele por duas vezes e, também por duas vezes, retirou-se pacientemente; alguns dias mais tarde apareceu-nos a divisão de Tcham Huei-tsan, que nos foi mais fácil atacar. Durante a segunda contra-campanha, o nosso exército avançou até Tuneu e, rejeitando todas as propostas, ditadas pela impaciência, que visavam o ataque imediato, foi instalar-se bem perto do inimigo, com risco de trair a sua própria presença, e unicamente com o fim de esperar que Vam Quin-iu abandonasse as suas posições fortificadas do Futien; nessa posição, o nosso exército esperou pacientemente durante vinte e cinco dias, acabando por obter o resultado desejado. Na terceira contra-campanha, encontrando-nos numa situação perigosa, no momento em que regressávamos à nossa base de apoio após um desvio de 1.000 lis, e tendo o adversário percebido que queríamos contorná-lo, procedem-

os pacientemente a uma retirada, modificámos o nosso plano inicial e praticámos uma penetração sobre o centro para, finalmente, alcançarmos o nosso primeiro sucesso na batalha de Lientam. Na quarta contra-campanha, após a derrota da nossa ofensiva sobre Nanfom, retirámo-nos sem hesitar e, finalmente, desembocámos sobre o flanco direito do adversário, reagrupámo-nos na região de Tunchao c demos uma batalha que nos valeu uma grande vitória, no sul do distrito dc Ihuam. Somente no decurso da nossa quinta contra-campanha é que descurámos completamente a importância da primeira batalha. Alarmados pela simples perda de Litchuan, capital do distrito, diri-gimo-nos para o norte, à frente do inimigo, na intenção de recuperá-la. Depois, em vez de considerarmos o recontro imprevisto diante de Siuncou, em que obtivemos a vitória (uma divisão inimiga aniquilada), como sendo a primeira batalha, e termos em conta as modificações que tal batalha deveria necessariamente implicar, empreendemos inconsideradamente a ofensiva sobre Siao-chi, cujo sucesso era duvidoso. Desde o primeiro passo, a iniciativa estava perdida. Esse é o pior, o mais estúpido dos métodos de combate. Segundo, o plano da primeira batalha deve ser o prólogo do plano de conjunto da campanha, constituindo uma das suas partes orgânicas. Sem um bom plano para toda a campanha, é absolutamente impossível travar com sucesso real a primeira batalha. Isso significa que se a vitória alcançada na primeira batalha se mostra prejudicial ao conjunto da campanha em vez de lhe ser útil, não pode ser considerada como um sucesso mas sim como um insucesso

(como exemplo podemos citar a batalha de Siuncou, durante a quinta campanha de “cerco e aniquilamento”). É por isso que, antes de travarmos a primeira batalha, importa encarar nas grandes linhas o modo como daremos a segunda, a terceira, a quarta e mesmo a última, que modificações surgirão na situação geral do adversário depois de cada uma das nossas vitórias ou cada um dos nossos insucessos. É indispensável tentar prever tudo isso com cuidado e realismo, partindo da situação geral, tal como ela se apresenta para as duas partes, muito embora o curso normal dos acontecimentos não deva necessariamente, de facto não pode em absoluto, coincidir em todos os detalhes com aquilo que esperamos. Numa partida de xadrez, sem um plano de conjunto é impossível realizar uma jogada realmente boa. Terceiro, é necessário também pensar na maneira como iremos operar no decurso da fase estratégica seguinte. Seria cumprir mal o dever de estratégia, ter apenas em conta a contra-ofensiva, e não encarar o que há a emprender após o resultado vitorioso dessa contra-ofensiva ou, sendo esse o caso, após a respectiva derrota que pode surgir inesperadamente. Numa fase estratégica, a estratégia deve encarar as fases posteriores ou, pelo menos, a fase seguinte. Embora seja difícil prever as modificações que hão--de vir, já que quanto mais longe se olha mais vagas aparecem as coisas, é possível calcularem-se-lhe as grandes linhas e é indispensável encarar as perspectivas futuras. Na guerra, como na política, o método de dirigir que consiste em só encarar um novo passo depois de se ter dado o passo anterior é prejudicial. Uma vez dado um passo, torna-se necessário ter

390 em conta as alterações concretas que este tenha provocado, e, nessa base, corrigir ou desenvolver os planos estratégicos e os planos de campanha anteriormente estabelecidos; a não ser assim, corre-se o risco de aventura inconsiderada. Por outro lado, é absolutamente indispensável dispor dum plano que abarque toda uma fase estratégica, e mesmo várias fases estratégicas, um plano concebido em linhas gerais e para um período prolongado. Sem isso, fica-se na incerteza, marca-se passo a passo, na realidade, servem-se as intenções estratégicas do adversário, condenando-se a si próprio à passividade. É necessário lembrar que o comando supremo do adversário também tem uma certa perspectiva estratégica. Não podemos vencer estrategicamente se não ultrapassamos o adversário de uma cabeça. A direcção estratégica exercida tanto pelos partidários do oportunismo de “esquerda”, na quinta campanha do adversário, como pelos partidários da linha de Tcham Cuo-tao, era fundamentalmente errada pelo facto de não se ter observado essa condição. Em resumo, desde a fase da retirada, torna-se necessário encarar de antemão a fase da contra-ofensiva; durante a contra-ofensiva, encarar a fase da ofensiva e, finalmente, durante a ofensiva, encarar de novo a fase da retirada. Não proceder desse modo, limitar as suas considerações exclusivamente à fase do momento, é correr em linha recta para a derrota. Ganhar a primeira batalha, enquadrá-ia no conjunto da campanha, encarar a fase estratégica seguinte, tais são os três princípios que nunca devemos esquecer no momento em que desencadeamos a contra-ofensiva, isto é, quando damos a primeira batalha.

SECÇÃO 6. A CONCENTRAÇÃO DAS FORÇAS

À primeira vista, a concentração das forças parece coisa fácil, mas na prática não o é. Qualquer pessoa compreende que o melhor é vencer forças inferiores com forças numericamente superiores. Não obstante, acontece frequentes vezes que não se procede assim: muitos dos chefes militares, pelo contrário, dividem as suas forças. Isso verifica-se porque a visão estratégica de tais chefes não é suficientemente desenvolvida, eles perdem-se numa situação complexa e, por isso mesmo, tornam-se escravos desta, deixando escapar a iniciativa, e não se preocupando mais do que com o tapar os furos.

Embora na mais complexa, na mais crítica e penosa das situações, um chefe militar deve, sobretudo, saber organizar e utilizar as suas forças de maneira independente. Frequentemente, acontece ser-se forçado pelo adversário à passividade. Em tais casos, o importante é retomar rapidamente a iniciativa. Se não se consegue isso, corre-se inevitavelmente para a derrota.

A iniciativa não é um conceito abstracto, mas sim alguma coisa de concreto, de material. Aqui, o que importa sobretudo é conservar e reunir o máximo de forças activas.

Na realidade, é fácil perder a iniciativa na defensiva, o que está longe de ser o caso nas acções ofensivas, onde se pode desenvolvê-la plenamente. É contudo possível dar

à defensiva, que é passiva na sua forma, um conteúdo activo, passar do estado em que ela é passiva na forma ao estado em que ela se torna activa na forma e no conteúdo. Uma retirada estratégica, absolutamente prevista pelo plano, pode parecer forçada na aparência, mas, do ponto de vista do conteúdo, tem por fim conservar as nossas forças, esperar pelo momento propício para derrotar o adversário, levá-lo a penetrar no nosso território, e preparar a nossa contra-ofensiva. Só quando se rejeita a retirada ou se aceita à pressa o combate (o que ocorreu por exemplo em Siao-chi), é que se perde na prática a iniciativa, muito embora se dê, na aparência, a impressão de se lutar por conservá-la. No caso da contra-ofensiva estratégica, a iniciativa não se manifesta apenas no conteúdo, ela manifesta-se também na forma, quer dizer, na recusa em permanecer na passividade que acompanha a retirada. Para o adversário, a nossa contra-ofensiva significa um esforço das nossas tropas no sentido de fazer com que ele perca a iniciativa, no sentido de obrigá-lo à passividade.

As condições indispensáveis para atingir plenamente esse objectivo são as seguintes: concentração das forças, guerra de movimento, guerra de decisão rápida, guerra de aniquilamento; dessas condições, a concentração das forças aparece como a primeira e a mais importante. A concentração das forças é necessária na medida em que deve implicar uma inversão da situação das duas partes. Primeiro, ela deve conduzir a uma inversão dos papéis das duas partes no que respeita ao avanço e à retirada. Até então, era o adversário

quem avançava e nós, quem retirava; agora, tentamos fazer de modo que sejamos nós quem avança e o adversário, quem retira. Se, depois de termos concentrado as nossas forças, lançamo-las na batalha e conquistamos a vitória, essa batalha por si só já nos terá permitido atingir o nosso objectivo; além disso, ela exercerá uma influência sobre todo o decorrer da campanha. Segundo, a concentração das forças deve levar a uma inversão dos papéis entre as duas partes relativamente à ofensiva e à defensiva. Na defensiva, a retirada prossegue até ao seu termo liga-sc, no essencial, à fase passiva, isto é, à fase da “defesa”. A contra-ofensiva diz respeito à fase activa, à fase do “ataque”. Embora a contra-ofensiva mantenha um carácter defensivo durante toda a fase da defensiva estratégica, comparativamente à retirada, ela constitui uma viragem, tanto na forma como no conteúdo. Ela constitui a passagem da defensiva estratégica à ofensiva estratégica; é como que o prelúdio da ofensiva estratégica. É esse o fim que a concentração das forças visa. Terceiro, a concentração das forças deve conduzir a uma inversão dos papéis das duas partes relativamente à acção no interior e no exterior das linhas. Um exército que, no plano estratégico, se bate no interior das linhas, tem inúmeras desvantagens; esse é o caso particular do Exército Vermelho que tem de lutar contra as campanhas de “cerco e aniquilamento” que se lançam contra ele. Contudo, durante as campanhas e combates, podemos e devemos, em absoluto, modificar essa situação. Devemos transformar a grande campanha de “cerco e aniquilamento” que o exército inimigo nos lança, numa série de pequenas campanhas isoladas de cerco e aniquila-

mento, realizadas pelas nossas tropas contra o exército do adversário; transformar o ataque convergente que o exército inimigo realiza contra nós em escala estratégica, numa série de ataques convergentes no plano das campanhas e dos combates, lançados pelo nosso exército contra o adversário; transformar a superioridade estratégica do adversário em superioridade da nossa parte sobre ele, no plano das campanhas e dos combates; tornar o adversário, que é mais forte do que nós no plano estratégico, em mais fraco no plano das campanhas e dos combates, e passar ao mesmo tempo da nossa posição de fraqueza estratégica a uma forte posição no plano das campanhas e dos combates. A isso chama-se realizar uma acção no exterior das linhas dentro duma acção no interior das linhas, empreender campanhas de cerco e aniquilamento no interior da campanha de “cerco e aniquilamento”, realizar um bloqueio no interior do bloqueio, lançar ataques durante a defensiva, obter a superioridade na inferioridade, manifestar força num estado de fraqueza, criar condições favoráveis em condições desfavoráveis, dar provas de iniciativa durante a passividade. Na defensiva estratégica, a vitória depende essencialmente da concentração das forças. Na história militar do Exército Vermelho chinês, esse problema deu várias vezes lugar a importantes controvérsias. Na batalha de Qui-an, a 4 de Outubro de 1930, o nosso avanço e o nosso ataque começaram antes que as nossas forças estivessem completamente concentradas. Felizmente, o adversário (a divisão de Tem ím) fugiu por sua própria iniciativa; na realidade, o nosso ataque não dera qualquer resultado.

A partir de 1952, a palavra de ordem de “atacar em toda a frente” exigia que fossem vibrados golpes a partir do interior da base de apoio e em todas as direcções, sobre o norte, sobre o sul, assim como sobre o leste e o oeste. Isso constitui um erro, tanto no caso da defensiva estratégica como no caso da ofensiva estratégica. Enquanto não sobrevêm uma modificação radical na relação geral entre as nossas forças e as do inimigo, tanto em estratégia como em táctica existirá a defensiva e a ofensiva, a fixação e o assaio; quanto ao “atacar em toda a frente”, isso só se vê muito raramente na prática. Uma tal palavra de ordem reflectia o igualitarismo militar que acompanha geralmente a aventura militar.

Os partidários do igualitarismo militar lançaram em 1933 uma outra fórmula: “golpear simultaneamente com os dois punhos e em duas direcções”. Com o fim de obterem a vitória simultaneamente em duas direcções estratégicas, eles dividiram as forças principais do Exército Vermelho em duas partes. O resultado foi ter ficado um dos dois punhos inactivo enquanto que o outro se esgotava no combate, e, o que é mais, perdeu-se a ocasião de alcançar na altura a maior das vitórias. Em minha opinião, quando temos de fazer face a um inimigo poderoso, num período determinado, devemos utilizar as nossas forças, seja qual for a sua importância, em uma só direcção principal e não em duas direcções simultaneamente. Nada tenho contra a existência de duas ou mais direcções operacionais, mas num momento dado, não deve haver mais do que uma direcção principal. Se o Exército Vermelho chinês, que apareceu na arena da guerra civil como um exército pouco numeroso e fraco,

pôde infligir repetidas derrotas a um inimigo possante e espantar o mundo com as suas vitórias, isso deve-se em grande medida ao emprego que ele fez da concentração das forças. Cada uma das grandes vitórias prova isso. “Um contra dez, dez contra cem”, é uma fórmula de estratégia que se aplica ao conjunto da guerra, à relação existente entre o conjunto das nossas forças e as forças do adversário. É bem assim que as coisas se têm passado connosco. Todavia, essa fórmula não é válida no plano das campanhas nem no plano táctico, onde não devemos de todo aplicá-la. Na contra-ofensiva como na ofensiva, nós concentramos sempre grandes forças para golpear uma fracção do exército inimigo. Na acção contra Tan Tao-ian, na região de Tunchao (distrito de Nintu, Quiansi), em Janeiro de 1931, na acção realizada contra o XIX Exército de Rota na região de Caocinsiu (distrito de Sincuo, Quiansi), em Agosto de 1931, na acção contra Tchen Tsi-tam, na região de Chueicouciu ^distrito de Nansium, Cuanthum), em Julho de 1932, na acção contra Tchen Tchem, na região de Tuan-tsuen (distrito de Litchuan, Quiansi), em Março de 1934, os nossos fracassos explicam-se pelo facto de não termos concentrado as nossas forças. Acções como as de Chueicouciu e Tuantsuen são consi-deradas, em geral, como vitórias, mesmo como grandes vitórias (vinte regimentos de Tchen Tsi-tam e doze de Tchen Tchem derrotados na primeira e na segunda, respectivamente), todavia não nos contentamos com tais vitórias e, em certo sentido, podemos até classificá-las como derrotas. Do nosso ponto de vista, tais vitórias têm uma importância mínima quando não nos trazem qualquer pressa, ou

quando esta não excede as nossas perdas. A nossa estratégia consiste em combater na proporção de “um contra dez”, mas a nossa tática é a de “dez contra um”. Essa é uma das leis fundamentais que garantem a nossa vitória sobre o inimigo.

O igualitarismo militar atingiu o seu ponto culminante durante a nossa quinta contra-campanha, em 1934. Pensava-se que “dividir as nossas forças em seis colunas” e “resistir em toda a frente” permitiria vencer o inimigo mas, por fim, foi o inimigo quem levou a melhor, tudo por causa do nosso medo de abandonar algum terreno. Quando as forças principais se concentram em uma dada direcção, e nas demais não ficam senão simples unidades para fixar o inimigo, é evidente que se perdem inevitavelmente alguns territórios. Essas perdas, porém, são temporárias, parciais, e é graças a elas que se pode alcançar a vitória na direcção em que se vibra o golpe de choque. Depois que se alcançou essa vitória, é possível recuperar o terreno perdido nas direcções de fixação do inimigo. Durante a primeira, segunda, terceira e quarta campanhas de “cerco e aniquilamento” do inimigo, sobretudo na terceira, em que a base do Exército Vermelho no Quiansi foi quase inteiramente ocupada, perdemos terreno. Finalmente, porém, acabámos não só por recuperar o terreno perdido, mas ainda por alargar os nossos territórios. A subestimação da força do povo nas nossas bases de apoio leva muitas vezes a reear, sem qualquer fundamento, a deslocação do Exército Vermelho para pontos muito distantes das suas bases. Foi o que se passou quando o Exército Vermelho, vindo do Quiansi,

atacou Tchandjou, no Fuquien, em 1932, ou ainda quando ele fez um movimento envolvente para lançar uma ofensiva contra o Fuquien, após a vitória alcançada na nossa quarta contra-campanha, em 1933. No primeiro caso, receava-se que o adversário se apoderasse de toda a base de apoio, enquanto que, no segundo, receava-se que este se apoderasse duma parte da base, razão por que se preconizava, contra a concentração das forças, a divisão das mesmas para a defesa da base. Os resultados, porém, demonstraram que tais receios não eram fundados. Para o inimigo, é arriscado penetrar no interior da nossa base de apoio, mas o perigo principal, para ele, está no facto de o Exército Vermelho penetrar nas regiões brancas para aí mesmo travar batalha. Assim, ele concentra sempre toda a sua atenção sobre o ponto onde se encontram as forças principais do Exército Vermelho. É raro que descure a presença de tais forças e invista em direcção da nossa base de apoio. Mesmo quando o Exército Vermelho está na defensiva, é ele que retém principalmente a atenção do inimigo. A redução do nosso território entra naturalmente no plano geral do inimigo mas, se o Exército Vermelho concentra as suas forças principais e aniquila uma das colunas adversas, o Alto Comando do exército inimigo fica constringido a concentrar ainda mais a sua atenção sobre o Exército Vermelho e a enviar contra este forças ainda mais importantes. É por essa razão que se torna possível frustrar os planos do adversário que visem reduzir o território das nossas bases de apoio. Era igualmente falso afirmar que “no período da quinta campanha de ‘cerco e aniquilamento’ do inimigo, con-

duzida segundo o método da guerra de bloqueios, era impossível operar com as forças concentradas; tudo o que podíamos fazer era dividir as forças para defender-nos e lançar ataques breves e súbitos”. A tática, praticada pelo inimigo, de construção de bloqueios após uma progressão de três, cinco, oito ou dez dias, era inteiramente devida ao facto de o Exército Vermelho resistir, sucessivamente, em cada ponto. Se o nosso exército, que operava no interior das linhas, tivesse renunciado à tática de resistência nesses pontos sucessivos e tivesse contornado o adversário, no momento em que isso era necessário e possível, para golpeá-lo no interior das suas linhas, a situação ter-se-ia necessariamente apresentado de maneira completamente diferente. O princípio da concentração das forças é justamente o meio de vencer a guerra de bloqueios. A concentração das forças que nós preconizamos não implica, de maneira alguma, o abandono da guerra popular de guerrilhas. Como foi demonstrado há já muito, a linha de Li-san, que rejeitava a “pequena” guerra de guerrilhas e exigia que “tudo, até ao último fuzil, fosse concentrado nas mãos do Exército Vermelho”, era errada. Considerada a guerra revolucionária no seu conjunto, a guerra popular de guerrilhas e o Exército Vermelho, como força principal, completam-se entre si como a mão esquerda e a mão direita. Se tivéssemos apenas a força principal que é o Exército Vermelho e não dispuséssemos da guerra popular de guerrilhas, seríamos como um guerreiro que só tivesse um braço. Em termos concretos, e especialmente com relação às operações militares, quan-

do nós falamos das populações das bases de apoio como um factor, queremos dizer que dispomos dum povo armado. Essa é a principal razão por que o inimigo receia aproximar-se das nossas bases de apoio. É igualmente necessário colocar unidades do Exército Vermelho nas direcções operacionais secundárias; nada de concentrar a totalidade das forças do Exército Vermelho. A concentração das forças que reclamamos baseia-se na necessidade de nos assegurarmos da superioridade absoluta ou relativa no campo de batalha. Contra um adversário poderoso ou num sector-chave, devemos travar a batalha dispondo duma superioridade absoluta de forças. No dia 30 de Dezembro de 1930, por exemplo, para a primeira batalha da primeira contra-campanha, opusemos quarenta mil homens aos nove mil soldados de Tcham Huei-tsan. No caso de acções desenvolvidas contra um adversário fraco, ou num sector pouco importante, basta dispor duma superioridade relativa. Por exemplo, no dia 29 de Maio de 1931, para a última batalha da segunda contra-campanha, o Exército Vermelho que atacava Quienim tinha apenas um pouco mais de dez mil homens face aos sete mil da divisão de Liu Ho-tim. Isso tão-pouco significa que seja necessário ser superior em forças em todas as circunstâncias. Em alguns casos, pode afrontar-se o inimigo com forças relativas ou absolutamente inferiores. Para darmos um exemplo duma situação em que o afrontamos com forças relativamente inferiores, suponhamos que, em dado sector, o Exército Vermelho não dispõe senão de forças pouco importantes (não se trata aqui do caso em que dispondo de muitas forças não as tenha,

porém, concentrado), situação em qua, para romper com maiores possibilidades de vitória o ataque dum adversário mais forte, num caso em que a população, o terreno e o tempo nos são bem favoráveis, se torna evidentemente necessário fixar o adversário no centro da frente e ainda sobre uma das alas, por meio de destacamentos de guerrilhas ou pequenas unidades, e concentrar todas as forças disponíveis do Exército Vermelho de maneira a desencadear um ataque de surpresa contra uma parte da outra ala inimiga. Quando atacamos de surpresa uma parte qualquer de uma das suas alas, a força que opomos ao inimigo obedece ainda ao princípio da superioridade numérica, ao princípio da vitória do grande número sobre o pequeno número. Como exemplo de caso em que as nossas forças são absolutamente inferiores às do adversário, temos a incursão súbita dum destacamento de guerrilhas contra um forte destacamento de tropas brancas. As guerrilhas não atacam mais do que uma pequena parte das forças do adversário, aplicando exactamente o princípio que formulámos atrás. À afirmação segundo a qual a concentração dum grande exército, com vista ao combate num lugar determinado, está submetida a limitações impostas pelo terreno, caminhos, reabastecimentos, problemas de acantonamento, etc, convém dar uma resposta diferenciada, segundo as circunstâncias. Tais limitações diferem em grau, segundo se trata do Exército Vermelho ou do exército branco, dado que o nosso suporta melhor as provas do que o exército branco. Nós vencemos efectivos superiores com efectivos inferiores — eis o que declaramos a todas as forças domi-

nantes da China. Ao mesmo tempo, porém, vencemos efectivos inferiores com efectivos superiores — eis o que declaramos a essa parte das forças inimigas com quem nos medimos no campo de batalha. Isso já não constitui segredo e, em geral, o adversário está familiarizado com os nossos hábitos. Todavia, ele não pode impedir-nos de conquistar vitórias nem pode evitar as suas perdas, uma vez que ignora quando e onde golpearemos segundo esse método. Isso, nós manteremos secreto. Em geral, as acções empreendidas pelo Exército Vermelho são ataques de surpresa.

SECÇÃO 7. A GUERRA DE MOVIMENTO

Guerra de movimento ou guerra de posição? Nós responderemos: guerra de movimento. Enquanto não tivermos um grande exército ou reservas de munições, enquanto só existir uma unidade do Exército Vermelho para combater em cada base, a guerra de posição, dum modo geral, é-nos inútil. Para nós, quer se trate de defensiva ou ofensiva, a guerra de posição é geralmente inaplicável. Uma das características mais marcantes das acções desenvolvidas pelo Exército Vermelho, característica que decorre do facto de o adversário ser forte e o Exército Vermelho fraco em equipamento técnico, é a ausência duma frente estável. A linha de frente do Exército Vermelho é determinada pelas suas direcções operacionais. A ausência

de direcções operacionais estáveis provoca a instabilidade das linhas de frente. Se bem que a direcção geral permaneça inalterada para um período dado, as diferentes direcções parciais, cujo conjunto constitui a direcção geral, modificam-se constantemente: quando uma direcção determinada se encontra bloqueada, convém passar a uma outra. Se ao cabo dum período determinado, a própria direcção geral fica bloqueada, é necessário mudá-la também.

No período da guerra civil revolucionária, as linhas de frente não podem ser estáveis; essa situação apresentou-se também na História da União Soviética. A situação do exército soviético difere da nossa unicamente porque a instabilidade, para ele, nunca atingiu um grau tão elevado como entre nós. Em nenhuma guerra podem existir linhas de frente absolutamente estáveis; as próprias modificações da guerra — vitórias ou derrotas, avanços ou retiradas — a isso se opõem. Todavia, constata-se frequentemente a existência de linhas de frente relativamente estáveis nas guerras comuns. As excepções só surgem quando um exército enfrenta um inimigo muito forte, como acontece actualmente com o Exército Vermelho chinês.

A instabilidade das linhas de frente provoca a instabilidade do território das nossas bases de apoio. Estas aumentam ou diminuem, reduzem-se ou ampliam-se constantemente, verificando-se frequentes vezes o aparecimento e o desaparecimento de bases isoladas. Uma tal variabilidade do território é inteiramente devida à mobilidade da guerra.

A mobilidade da guerra e a variabilidade do território

provocam, por sua vez, a inconstância de todo o trabalho de edificação no interior das nossas bases de apoio. Para um período de vários anos, são inconcebíveis os planos de edificação. As modificações frequentes dos nossos planos tornaram-se um fenómeno banal.

É útil ter-se em conta essa particularidade. É sobre ela que devemos fundar os nossos planos para as tarefas futuras, não nos iludindo a nós próprios a respeito duma guerra puramente ofensiva, duma guerra sem retiradas; não devemos recluir as modificações temporárias do território e da nossa retaguarda, nem tentar estabelecer planos concretos para um período prolongado. Devemos adaptar o nosso pensamento e as nossas actividades à situação, estar tão aptos a permanecer como a partir, ter sempre a mochila nas costas. Só pelo esforço despendido na actual vida errante é que poderemos assegurar, no futuro, uma menor mobilidade e, finalmente, a estabilidade.

Quando entre nós reinava a linha estratégica fundada na “guerra regular”, durante a quinta contra-campanha, tal mobilidade era rejeitada nas nossas fileiras, lutando-se contra o que se chamava o “espírito de guerrilhas”. Os camaradas que se pronunciavam contra a mobilidade agiam como se fossem dirigentes dum grande Estado. Por fim, teve-se de recorrer a uma mobilidade duma amplitude absolutamente extraordinária: a Grande Marcha de 25.000 lis.

A nossa República Democrática de Operários e Camponeses é um Estado mas, actualmente, ainda não o é em todo o sentido da palavra. Na guerra civil, ainda estamos no período da defensiva estratégica e o nosso

Poder está ainda longe de ter uma forma estatal acabada. Quanto aos efectivos e aos meios técnicos, o nosso exército é ainda muito inferior ao exército do adversário; o nosso território ainda é muito pequeno, o adversário só pensa em liquidar-nos e não se dará por satisfeito enquanto o não tiver conseguido. Em tais condições, ao definirmos a nossa política, não devemos, em regra geral, lutar contra o espírito de guerrilhas, mas antes reconhecer honestamente que o Exército Vermelho tem o carácter dum exército de guerrilhas. Não há razão para ter vergonha. Pelo contrário, a natureza de guerrilhas do nosso exército constitui a nossa característica, o nosso ponto forte, o nosso meio de vencer o inimigo. Devemos preparar-nos para renunciar um dia a esse carácter, mas por agora é impossível. No futuro, esse carácter de guerrilhas tornar-se-á para o nosso exército qualquer coisa de vergonhoso a que será necessário renunciar, mas por agora é algo precioso a que devemos apegar-nos com força.

“Se podemos ganhar, batemo-nos, senão vamo-nos embora”, tal é a fórmula popular para explicar o princípio da guerra de movimento que fazemos na actualidade. Não existe especialista militar no mundo que pense que só há que combater e nunca que retirar; simplesmente só raras vezes se retira assim tanto como nós o fazemos. Entre nós, as deslocações tomam geralmente mais tempo que os combates. Se em média travamos um combate importante por mês, já está bem. Todavia, sempre que “nos retiramos”, fazemo-lo com a intenção de “nos batermos”. Toda a nossa estratégia e todas as nossas tácticas baseiam-

na vontade de “nos batermos”. Em certos casos, porém, não é vantajoso bater-se: primeiro, é inoportuno bater-se se o adversário dispõe de forças superiores; segundo, por vezes também é inoportuno bater-se se as forças do adversário, muito embora pouco importantes, estão muito próximo das suas unidades vizinhas; terceiro, é geralmente contra-indicado bater-se contra um inimigo que não esteja isolado e ocupe posições muito sólidas; quarto, não é indicado prosseguir um combate cujo resultado seja incerto. Em todos os casos que acabam de ser enumerados devemos estar prontos a retirar-nos. Em tais condições, retirar-se é admissível e necessário. Efectivamente, o reconhecimento da necessidade de retirar-se funda-se, com relação a nós, no reconhecimento da necessidade de nos batermos. É justamente aí que reside a característica essencial da guerra de movimento realizada pelo Exército Vermelho. A nossa guerra é essencialmente uma guerra de movimento, mas isso não significa que rejeitemos a guerra de posição quando se nos afigure necessária e possível. Em período de defensiva estratégica, quando se pretende defender firmemente certos pontos-chave no decorrer de acções que visam a retenção das tropas inimigas, e em período de ofensiva estratégica, quando se enfrenta um adversário isolado, privado de todo o socorro, convém admitir a necessidade do recurso à guerra de posição. Já temos uma experiência que não é para desprezar na utilização desses métodos da guerra de posição para obter a vitória: tomámos bastantes cidades, blocausses e fortalezas, e penetrámos posições de campanha relativamente bem fortificadas. Para futuro, precisamos

ainda de dobrar de esforços nesse sentido, remediar as insuficiências a esse respeito. Devemos pro-nunciar-nos sem reserva pelo ataque ou defesa das posições fortificadas sempre que a situação o exija e permita. Actualmente, nós apenas nos opomos ao uso generalizado da guerra de posições, ou à ideia de dar--lhe a mesma importância que à guerra de movimento; é isso que consideramos inadmissível.

Mas será que, no decorrer dos dez anos de guerra civil, não se produziu qualquer modificação no carácter de guerra de guerrilhas do Exército Vermelho, na ausência de linhas de frente estáveis, na variabilidade do território das nossas bases de apoio e na inconstância dos planos de edificação dessas mesmas bases? Sim, produziram-se modificações. Na primeira fase, que vai da luta nas montanhas Tchincam ao início da primeira contra-campanha no Quiansi, o carácter de guerra de guerrilhas, a instabilidade, a variabilidade e a inconstância manifestaram-se com vigor. O Exército Vermelho estava então na sua infância, e as nossas bases de apoio não eram ainda mais do que simples regiões de guerrilhas.

Na segunda fase, que vai da primeira contra-campanha à terceira, os traços assinalados atrás diminuíram nitidamente de importância. Os exércitos da frente já tinham sido criados e as nossas bases de apoio já contavam vários milhões de habitantes. Na terceira fase, que vai do fim da terceira contra-campanha à quinta, esses traços resultaram ainda menos acentuados. Já se tinha criado um governo central e uma comissão militar revolucionária. A Grande Marcha constituiu a quarta fase. O erro de rejeitar a guerra de guerrilhas e a variabilidade

em pequena escala, levou-nos à guerra de guerrilhas e à variabilidade em grande escala. Estamos actualmente na quinta fase. Como a quinta campanha de “cerco e aniquilamento” não tinha sido desfeita, e por causa dessa grande variabilidade, o Exército Vermelho e as nossas bases de apoio ficaram consideravelmente reduzidos. Todavia já nos instalámos solidamente no Noroeste; a nossa base de apoio da região fron-reiriça Xensi-Cansu-Ninsia foi consolidada e alargada; e os exércitos das três frentes que constituem as forças principais do Exército Vermelho encontram--se já sob um comando único, o que não se verificava anteriormente.

Quanto ao carácter da nossa estratégia, pode dizer-se que o período que vai da luta nas montanhas Tchincam à quarta contra-campanha constituiu a primeira fase, a quinta contra-campanha, a segunda, e o período que vai do começo da Grande Marcha aos nossos dias, a terceira. No decurso da quinta contra-campanha, a nossa antiga linha estratégica, que era correcta, foi rejeitada sem razão; hoje, tivemos razão em rejeitar, por nosso turno, a linha errada que foi aplicada durante essa quinta contra-campanha e em ressuscitar a linha justa anterior. Ainda assim, não rejeitámos tudo da quinta contra-campanha, assim como não ressuscitámos tudo o que existia anteriormente. Só ressuscitámos o melhor, assim como só rejeitámos o que havia de errado na quinta contra-campanha.

O espírito de guerrilhas tem dois aspectos. Um, é o seu carácter irregular, quer dizer, a ausência de centralização, de unidade, a falta duma rigorosa disciplina, os métodos simplistas de trabalho, etc. Tudo isso foi her-

dado pelo Exército Vermelho do período da sua infância e, nesse tempo, alguns dos seus traços característicos eram justamente o que nos fazia falta. Contudo, na fase superior do desenvolvimento do Exército Vermelho, convém desembaraçar-se disso progressiva e conscienciosamente, de modo que este seja mais centralizado, mais unido, mais disciplinado, mais perfeito no trabalho, numa palavra, que tenha um carácter mais regular. No domínio da direcção da acção, convém igualmente reduzir progressiva e conscientemente o que caracteriza a guerra de guerrilhas e se torna inútil na fase superior de desenvolvimento. A recusa em progredir a esse respeito e a obstinação em apegar-se à fase anterior são inadmissíveis e prejudiciais, são desvantajosas para a condução duma acção de grande envergadura.

O outro aspecto do espírito de guerrilhas é o princípio de guerra de movimento, o carácter de guerra de guerrilhas da nossa acção, que ainda permanece necessário na escala estratégica e operacional, a variabilidade ainda inevitável do território das nossas bases de apoio, a elasticidade dos planos de edificação nas nossas bases de apoio, e a recusa em dar prematuramente um carácter regular ao Exército Vermelho ao longo da sua fase de edificação. Nesse domínio, é igualmente inadmissível e prejudicial, igualmente desvantajoso para a condução das acções militares no período actual, negar os factos históricos, recusar-se a conservar o que é útil, abandonar inconsideradamente a fase actual para correr às cegas atrás dessa “nova fase” ainda essível e destituída, no momento, de qualquer interesse real.

Estamos actualmente em vésperas duma nova fase no que respeita ao equipamento técnico e à organização do Exército Vermelho. Devemos preparar-nos para a passagem a essa nova fase. Não o fazer seria falso e desvantajoso para o desenvolvimento ulterior da guerra. No futuro, quando as condições técnicas e de organização se tiverem modificado no seio do Exército Vermelho, e quando este último tiver entrado numa fase nova da sua edificação, as direcções operacionais e as linhas de frente tornar-se-ão mais estáveis; a guerra de posição atingirá maiores proporções; a mobilidade da guerra, a variabilidade do território das nossas bases de apoio e a instabilidade dos nossos planos de edificação diminuirão numa larga medida e acabarão por desaparecer completamente; nessa altura, nós não seremos mais prejudicados por tudo o que actualmente limita a nossa acção, como seja a superioridade numérica do inimigo e as suas posições solidamente fortificadas.

Presentemente, nós lutamos por um lado contra os métodos errados utilizados na época em que reinava o oportunismo de “esquerda” e, por outro lado, contra a ressurreição de todos esses traços de irregularidade que caracterizavam o Exército Vermelho ainda na sua infância, e que hoje em dia nos são já inúteis. Contudo, nós fazemos renascer com resolução todos esses inúmeros princípios válidos que respeitam à edificação do exército, bem como à estratégia e à táctica, e cuja utilização valeu sempre a vitória ao Exército Vermelho. Devemos fazer sempre o balanço de tudo o que conhecemos de melhor no passado e extrair disso uma linha militar sis-

tematizada, mais desenvolvida, mais rica, a fim de vencermos actualmente o inimigo, e prepararmo-nos para abordar uma nova fase no futuro. O domínio da guerra de movimento abraça numerosos problemas, como as missões de reconhecimento, a apreciação da situação, a tomada de decisões, a disposição das forças para o combate, a direcção do combate, a camuflagem, a concentração das forças, a marcha, o desdobramento das forças, o ataque, a perseguição, os golpes de surpresa, o ataque de posições, a defesa de posições, os recontros, a retirada, o combate de noite, os combates especiais, as manobras para evitar um adversário poderoso e desferir golpes contra um adversário fraco, o cerco de cidades para liquidar os reforços enviados em socorro, os ataques simulados, a D.C.A., as manobras entre vários grupos inimigos, as acções que visam evitar o combate contornando o inimigo, os combates sucessivos, as acções militares sem retaguarda, a necessidade de refazer-se e de acumular forças. Na história do Exército Vermelho, todas essas formas de acção apresentaram inúmeras particularidades; elas devem ser expostas metodicamente, e generalizadas na ciência das campanhas. Não falarei disso aqui.

SECÇÃO 8. A GUERRA DE DECISÃO RÁPIDA

Guerra prolongada no plano estratégico e campanhas e combates de decisão rápida são dois aspectos de uma única e mesma coisa, dois princípios

aos quais convém atribuir uma importância igual na guerra civil, e que podem igualmente aplicar-se a uma guerra anti-imperialista. O carácter prolongado da guerra explica-se pelo facto de as forças da reacção serem possantes, enquanto que as da revolução só crescem gradualmente. Aqui, a impaciência é prejudicial, como é errado exigir uma “decisão rápida”. Fazer, como nós o fizemos, uma guerra revolucionária durante dez anos, poderia surpreender se se tratasse dum outro país mas, para nós, esses dez anos de guerra não representam mais do que a “introdução”, a “exposição do tema” e as “teses gerais da dissertação”, no plano clássico das dissertações em oito partes³⁴, pois outros capítulos apaixonantes se seguirão ainda. Sob a influência dos factores internos e externos, é natural que o desenvolvimento no futuro seja num ritmo bem mais rápido do que no passado. Como já se verificaram modificações na situação interna e internacional, e como ainda se verificarão maiores modificações no futuro, pode dizer-se que deixámos para trás a situação de outrora, cuja evolução era lenta, e onde tínhamos de combater no isolamento. Não devemos, porém, contar que a vitória possa vir dum dia para o outro. “Aniquilar o inimigo ainda em jejum” é uma aspiração louvável em si mesma, mas sobre ela não podemos basear planos concretos de acção. Dado que as forças da reacção na China beneficiam do apoio de muitos Estados imperialistas, a nossa guerra revolucionária conservará o seu carácter prolongado por tanto tempo quanto o necessário para que a revolução chinesa acumule forças suficientes para quebrar as posições fundamentais dos inimigos do

exterior e do interior, por tanto tempo quanto o necessário para que as forças revolucionárias internacionais repilam ou contenham a maior parte das forças da reacção internacional. Definir a partir daí a nossa estratégia de guerra de longa duração constitui um dos princípios importantes da nossa direcção estratégica. Mas nas campanhas e nos combates aplicamos o princípio directamente oposto: não a longa duração, mas sim a decisão rápida. Procurar uma decisão rápida no plano operacional e tático é próprio de todas as épocas e de todos os países. Numa guerra, tomada no seu conjunto, procura-se, por toda a parte e em todos os tempos, uma decisão rápida; sempre se considerou a guerra de longa duração como desvantajosa. Só na China é que importa dar mostras duma maior paciência e recorrer à guerra prolongada. Na época da linha de Li-san, alguns riam-se da “nossa táctica de pugilista” (quer dizer, a táctica que consiste em não se apoderar das grandes cidades a não ser depois de grandes trocas de golpes); riam-se, dizendo que assistiríamos à vitória da revolução quando tivéssemos os cabelos todos brancos. Desde há muito que ficou demonstrado que uma tal impaciência é errada. Contudo, se se fazem essas observações críticas não à estratégia mas sim ao problema das campanhas e dos combates, elas são inteiramente justas. Isso porque, em primeiro lugar, o Exército Vermelho não dispõe de fontes que lhe permitam aprovisionar-se em armas e sobretudo em munições; em segundo lugar, porque há numerosos exércitos brancos contra um só Exército Vermelho, devendo o nosso exército estar pronto a realizar rapidamente, e sem interrupções, toda uma série de op-

erações que visam romper uma campanha de “cerco e aniquilamento”; em terceiro lugar, porque na maioria dos casos, a despeito do facto de os exércitos brancos avançarem isoladamente, os intervalos entre as suas colunas são relativamente reduzidos, de tal maneira que se atacamos uma delas sem obtermos rapidamente a decisão, corremos o risco de ver outras colunas vir-lhe em socorro. Por todas essas razões devemos realizar acções de decisão rápida. Para nós é coisa habitual terminar uma batalha em algumas horas, em um ou dois dias. Só quando o nosso plano consiste “no cerco das cidades para liquidação dos reforços enviados em socorro”, o nosso objectivo não é portanto a liquidação do inimigo cercado mas sim o aniquilamento dos reforços, só nesses casos é que devemos estar prontos a acções relativamente prolongadas contra o inimigo cercado, mas procurando sempre obter uma decisão rápida no ataque aos reforços que lhe são enviados. Durante a defensiva estratégica, quando defendemos firmemente os nossos pontos de apoio nos sectores em que efectuamos acções de fixação, ou durante a ofensiva estratégica, quando vibramos golpes num adversário isolado e privado de socorros, ou quando procedemos à eliminação dos pontos de apoio das forças brancas no território das nossas bases de apoio, geralmente aplicamos o princípio de acções prolongadas no plano das campanhas e dos combates. Contudo, tais acções ajudam mais do que entram a acção de decisão rápida das forças principais do Exército Vermelho. Para obter uma decisão rápida, não basta simplesmente desejá-la, é necessário ainda reunir toda uma série de condições concretas de que as principais são:

preparar-se bem, aproveitar o momento oportuno, concentrar forças superiores, utilizar a tática de cerco e movimento torneante, escolher uma boa posição, golpear o inimigo em marcha ou um inimigo que se deteve sem ter tido ainda tempo para consolidar a sua posição. Na ausência de tais condições é impossível obter uma decisão rápida no plano das campanhas e dos combates.

O esmagar duma campanha de “cerco e aniquilamento” é uma operação de grande envergadura, contudo, é ainda o princípio de decisão rápida que convém aplicar e não o princípio de acções prolongadas. Com efeito, as condições oferecidas por uma base de apoio — reservas em homens, recursos financeiros, potência militar — não são propriamente as que permitem acções prolongadas. Embora observando em geral o princípio duma decisão rápida, convém lutar contra as pressas injustificadas.

É absolutamente necessário que a direcção militar e política suprema da base de apoio revolucionária, tendo em conta as condições acima mencionadas e a situação do campo inimigo, não se deixe intimidar pelo ar feroz do adversário, nem perca a coragem em face das dificuldades que afinal são suportáveis, nem se desespere diante das derrotas ocasionais, mas, pelo contrário, dê provas da paciência e da resistência indispensáveis. No Quiansi, quando desfizemos a primeira campanha de “cerco e aniquilamento”, desde o primeiro ao último combate não precisámos mais do que de uma semana; a segunda campanha de “cerco e aniquilamento” foi

416 desfeita em quinze dias; a terceira, só ao fim de três meses; a quarta, em três semanas; na quinta, a luta arrastou-se durante um ano. Contudo, essa quinta campanha não pôde ser desfeita e, quando fomos obrigados a romper o cerco, manifestou-se uma pressa injustificada. Nessa situação, teríamos podido aguentar ainda dois ou três meses e utilizar essa pausa para repousar as nossas tropas, instruí-las e consolidá-las. Se isso tivesse sido feito, e se depois da ruptura do cerco a direcção tivesse agido com um pouco mais de sabedoria, a situação teria podido ser bem diferente, posteriormente.

Contudo, o princípio que consiste em esforçar-se por reduzir no máximo a duração duma campanha, princípio de que falámos mais atrás, permanece válido. Nos planos de campanha e de combate, de-vemos, evidentemente, esforçar-nos por concentrar as nossas forças, por recorrer à guerra de movimento, etc, para destruir as forças vivas do adversário no interior das linhas (quer dizer nas nossas bases de apoio) e romper rapidamente a sua campanha de “cerco e aniquilamento”; todavia, nos casos em que é manifestamente impossível romper a sua campanha no interior das nossas linhas, convém utilizar as forças principais do Exército Vermelho para romper o cerco e passar para o exterior das nossas linhas, quer dizer para o interior das linhas adversas, com vista a atingir aquele mesmo objectivo. Agora que a guerra de bloqueios alcançou uma tal difusão, esse procedimento tornar-se-á o procedimento habitual na condução das operações. Dois meses após o início da nossa quinta contra-campanha, na altura em que se verificou o Incidente de Fuquien, as

forças principais do Exército Vermelho deveriam certamente ter penetrado na região formada pelas províncias de Quiansu, Tchequiam, Anghuei e Quiansi, tendo Tchequiam como centro, desenvolver activamente uma acção entre Handjou, Sudjou, Nanquim, Vuhu, Nantcham e Fudjou, passar da defensiva estratégica à ofensiva estratégica, ameaçar os centros vitais do inimigo e procurar a batalha em extensas regiões desprovidas de blocausses inimigos. Dessa maneira teria sido possível obrigar o adversário, que atacava o sul do Quiansi e o oeste do Fuquien, a arrepiar caminho para defender os seus centros vitais; assim ter-se-ia podido romper a sua ofensiva dirigida contra a nossa base do Quiansi e, ao mesmo tempo, aliviar a situação do Governo Popular do Fuquien, que teríamos seguramente podido ajudar agindo desse modo. A rejeição desse plano impediu-nos de romper a quinta campanha, tornando-se inevitável a queda do referido governo.

Depois de todo um ano de combates passou a ser desvantajoso penetrar no Tchequiam; no entanto, ainda era possível orientar a nossa ofensiva estratégica numa direcção, isto é, dirigir-mo-nos sobre o Hunan com as nossas forças principais, não para passar para o Cueidjou mas sim para progredir em direcção do centro do próprio Hunan, a fim de atrair dessa maneira o adversário para fora do Quiansi, sobre o Hunan, e liquidá-lo aí mesmo. Tendo sido igualmente rejeitado esse plano, a esperança de romper a quinta campanha desfez-se definitivamente, de tal maneira que não nos ficou mais do que uma saída: a Grande Marcha.

SECÇÃO 9- A GUERRA DE ANIQUILAMENTO

É inoportuno preconizar uma “prova de desgaste” para o Exército Vermelho chinês. Ver rivalizar em tesouros não dois Rcis-Dragões mas um Rei-Dragão e um mendigo, seria cómico. Para o Exército Vermelho, que se abastece quase em tudo através do próprio adversário, a linha de acção principal permanece a guerra de aniquilamento. Só destruindo as forças vivas do adversário é que se podem romper as suas campanhas de “cerco e aniquilamento” e aumentar o território das bases de apoio revolucionárias. Infligir perdas ao adversário é um processo para aniquilá-lo, doutra maneira isso não faria qualquer sentido. Ao infligir perdas ao adversário sofremos desgastes, mas ao liquidar o inimigo podemos completar as nossas forças. Assim, não só compensamos os desgastes, como ainda reforçamos o nosso exército. Numa guerra contra um adversário poderoso, as acções que visam derrotá-lo não podem determinar de maneira radical o respectivo resultado, enquanto que os combates de aniquilamento produzem imediatamente profundas repercussões no inimigo, seja ele quem for. Numa peleja, mais vale arrancar um dedo ao adversário do que ferir-lhe dez; na guerra, mais vale aniquilar uma divisão ao adversário do que derrotar-lhe dez. Durante a primeira, a segunda, a terceira e a quarta campanhas de “cerco e aniquilamento” do inimigo, adoptámos a guerra de aniquilamento. As forças que aniquilámos em cada campanha consti-

tuíam somente uma parte dos efectivos do inimigo, mas, mesmo assim, todas essas campanhas foram desfeitas. Durante a nossa quinta contra-campanha, aplicou-se uma linha contrária, o que na realidade ajudou o adversário a atingir os seus objectivos.

A guerra de aniquilamento implica a concentração de forças superiores e a adopção da táctica dos cercos e dos movimentos torneantes; sem isso ela é impossível. O apoio das populações, um terreno favorável, um adversário vulnerável, o ataque de surpresa, etc, são outras tantas condições indispensáveis para aniquilar o inimigo.

Derrotar o inimigo ou permitir que ele fuja só tem sentido quando, considerado o combate ou a campanha como um todo, as nossas forças principais realizam acções de aniquilamento contra uma outra parte das forças inimigas, doutro modo não tem qualquer sentido. Aqui, as perdas são justificadas pelos ganhos.

Ao criarmos a nossa própria indústria de guerra, devemos evitar ser dependentes dela. A nossa política fundamental consiste em apoiarmo-nos sobre a indústria de guerra do imperialismo e do nosso inimigo no interior do país. Temos direito à produção dos arsenais de Londres e de Han-iam, encarregando-se as unidades do inimigo do respectivo transporte. Isto não é brincadeira nenhuma, é a pura verdade.

NOTAS

1 Suen Vu-tse (Suen Vu), celebre teórico militar chinês do século V A.C., autor do Tratado de Suen Tse em 13 capítulos. A citação é

extraída do “Plano do Ataque”, Suen Tse, capítulo III.

2 No momento em que a obra foi escrita (em 1936), tinham--se passado quinze anos desde a fundação do Partido Comunista da China (Julho de 1921).

3 Tchen Tu-siu era um professor da Universidade de Pequim que ganhou fama na redacção da revista Sintchingnien (Nova Juventude). Sendo um dos fundadores do Partido Comunista da China, chegou a exercer o cargo de secretário--geral graças ao renome obtido no período do Movimento de 4 de Maio e à ingenuidade do Partido nos seus primeiros tempos. No último período da Revolução de 1924-1927, as ideias direitistas dentro do Partido, representadas por Tchen Tu-siu, transformaram-se numa linha capitulacionista. Naquela altura, “Os capitulacionistas renunciaram voluntariamente à hegemonia sobre as massas camponesas, pequena burguesia urbana e média burguesia e, particularmente, sobre as forças armadas, o que causou a derrota da revolução” (Mao Tsetung, “A Situação Actual e as Nossas Tarefas”). Depois da derrota da revolução em 1927, Tchen Tu-siu e um punhado de capitulacionistas caíram no pessimismo, perderam a confiança no futuro da revolução e tornaram-se liquidacionistas. Eles adoptaram a posição reaccionária dos trotskistas e, em conluio com estes, estabeleceram um grupo anti-partido, o que determinou a expulsão de Tchen Tu-siu do seio do Partido, em Novembro de 1929. Ele morreu em 1942. No que se refere ao oportunismo de direita representado por Tchen Tu-siu, ver, no presente tomo, a apresentação dos artigos “Análise das Classes na Sociedade Chinesa” e “Relatório sobre uma Investigação Feita no Hunan a respeito do Movimento Camponês”, bem como “Apresentação de ‘O Comunista’”, Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Tomo II.

4 Trata-se da linha oportunista de “esquerda”, geralmente chamada “linha de Li-san”, que reinou durante cerca de quatro meses no Partido, a partir de Junho de 1930, na altura em que o camarada Li Li-san era o principal dirigente do Comité Central do Partido Comunista da China. A linha de

Li-san tinha as características seguintes: violava a política definida pelo VI Congresso do Partido; negava a necessidade de preparar as massas para a revolução e negava o desenvolvimento desigual da revolução; considerava a concepção do camarada Mao Tsetung, de fazer incidir durante um longo período o esforço principal na criação de bases de apoio no campo, a fim de apoiar-se nelas para cercar as cidades e apressar a expansão da revolução em todo o país, como “regionalismo e espírito conservador dos mais errados, provocados pela mentalidade camponesa”, e pronunciava-se pela preparação de levantamentos imediatos por todo o país. Segundo essa linha errada, o camarada Li Li-san elaborou um plano aventureiro que visava a organização imediata de levantamentos armados nas grandes cidades da China. Além disso, os partidários dessa linha não reconheciam a desigualdade do desenvolvimento da revolução mundial, sustentando que desde que rebentasse a revolução geral na China, rebentaria necessariamente uma revolução mundial geral, e que a revolução chinesa não poderia vencer senão na condição de que rebentasse a revolução mundial geral; não reconheciam o carácter prolongado da revolução democrático-burguesa na China, sustentando que as primeiras vitórias da revolução em uma ou em várias províncias marcariam o começo da passagem ao socialismo, e estabelecendo, por consequência, um certo número de medidas políticas inoportunas, aventureiras e esquerdistas. O camarada Mao Tsetung lutou contra essa linha errada; a grande massa dos quadros e dos membros do Partido exigiu igualmente a respectiva rectificação. Em Setembro de 1930, na Terceira Sessão Plenária do Comité Central eleito pelo VI Congresso do Partido, o camarada Li Li-san reconheceu os erros que se lhe apontavam e deixou o posto dirigente que ocupava no Comité Central do Partido. Tendo, ao fim dum longo período, conseguido desembaraçar--se das suas concepções erradas, foi reeleito membro do Comité Central, no VII Congresso do Partido.

5 O Comité Central eleito pelo VI Congresso do Partido Comunista da China, na sua Terceira Sessão Plenária, em Setembro de 1930, e no período que se seguiu, tomou uma série de medidas positivas destinadas a pôr fim à linha de Li-san. Após a

sessão, porém, um certo número de camaradas, que tinham falta de experiência prática de luta revolucionária, encabeçados por Tchen Chao-iu (Vam Mim) e Tchin Pam-sien (Po Cu), opuseram-se às medidas do Comité Central. Numa brochura publicada sob um ou outro dos dois títulos: Duas Linhas ou Luta por uma Bolchevização mais Avançada do Partido Comunista da China, esses camaradas faziam sobressair muito particularmente que, na época, o perigo principal para o Partido não era o oportunismo de “esquerda”, mas sim o de “direita”; e para justificar as suas próprias actividades, eles “criticavam” a linha de Li-san como linha de “direita”.

Eles propuseram um outro programa político que, sob uma forma nova, continuava, restabelecia ou desenvolvia a linha de Li-san e as outras concepções e medidas políticas de “esquerda”, opondo-as à linha justa do camarada Mao Tsetung. Este escreveu a presente obra principalmente para criticar as faltas cometidas no domínio militar pelos defensores dessa nova linha oportunista de “esquerda”. Essa linha de “esquerda” reinou no Partido durante o período que vai da Quarta Sessão Plenária (Janeiro de 1931) do Comité Central eleito pelo VI Congresso do Partido, à reunião do Birô Político do Comité Central, que teve lugar em Tsuen-yi (Cueidjou) em Janeiro de 1935. Essa reunião acabou com a linha errada e designou uma nova direcção central, encabeçada pelo camarada Mao Tsetung. A linha errada de “esquerda” reinou muito tempo no Partido (quatro anos) e causou perdas extremamente graves ao Partido e à revolução.

As consequências funestas da aplicação dessa linha exprimem-se no facto de se terem perdido 90 por cento dos efectivos do Partido Comunista da China e do Exército Vermelho chinês, assim como do território das bases de apoio do Exército Vermelho, e ainda no facto de, nas bases revolucionárias, terem sido submetidas a feroz repressão, pelo Kuomintang, dezenas de milhões de pessoas. Tudo isso travou o progresso da revolução. A maior parte dos camaradas que tinham cometido faltas desviacionistas de “esquerda”, ao fim duma longa experiência, convenceram-se desses erros, corrigiram-nos e prestaram serviços úteis ao Partido e ao povo. Na

base de concepções políticas comuns, e sob a direcção do camarada Mao Tsetung, esses camaradas fundiram--se com a grande massa dos membros do Partido.

6 Ver notas 21 e 22 ao artigo “Sobre a Tática na Luta contra o Imperialismo Japonês”.

7 Trata-se duma organização criada por Tchiang Kai-chek, em Julho de 1933, na montanha Lu (distrito de Quiouquiam, província do Quiansi), destinada à formação de quadros militares anticomunistas. Os oficiais do exército de Tchiang Kai-chek recebiam aí, rotativamente, uma preparação militar e política, administrada em termos fascistas por instrutores alemães, italianos e norte-americanos.

8 Por novos princípios militares da quinta campanha de “cerco e aniquilamento”, entende-se essencialmente “a tática de blocos” realizada pela camarilha de Tchiang Kai-chek, a qual previa a construção de fortificações à medida que as tropas iam progredindo.

9 Criticando o dirigente comunista húngaro Bela Kun, Lenine dizia: “Ele descurava aquilo que é o mais essencial, a alma viva do Marxismo, a análise concreta duma situação concreta.” Ver Lenine, “O Comunismo” (12 de Junho de 1920).

10 A Primeira Conferência da Organização do Partido da Região Fronteiriça Hunan-Quiansi foi convocada a 20 de Maio de 1928, em Maopim, distrito de Nincam.

11 Para mais detalhes ver as notas 2 e 3 a “Sobre a Eliminação das Concepções Erradas no Seio do Partido”.

12 Actos de pilhagem cometidos por falta de disciplina, de organização e de objectivo político definido.

13 Trata-se da Grande Marcha de 25.000 lis, realizada pelo Exército

Vermelho, desde o Quiansi ao norte do Xensi. Ver nota 20 ao artigo “Sobre a Tática na Luta contra o Imperialismo Japonês”.

14 Após a derrota da Insurreição de Dezembro de 1905, a revolução recuou gradualmente na Rússia. Ver Compêndio de História do Partido Comunista (Bolchevique) da U.R.S.S., capítulo III, secções 5 e 6

15 Trata-se do Tratado de Paz concluído pela Rússia Soviética e a Alemanha, em Março de 1918. Era um recuo provisório das forças revolucionárias ante a superioridade evidente das forças inimigas, e tinha por fim impedir o imperialismo alemão de atacar a República dos Sovietcs, que acabava de formar-se e não dispunha ainda dum exército. A assinatura do Tratado de Brest-Litovsk permitiu à República dos Sovietcs ganhar tempo para consolidar o poder proletário, regularizar a economia e criar o Exército Vermelho. Ademais, permitiu ainda ao proletariado a conservação da sua direcção sobre os camponeses e a conjugação de forças para derrotar, em 1918-1920, os Guardas Brancos e os intervencionistas ingleses, norte-americanos, franceses, japoneses, polacos e outros.

16 A 30 de Outubro de 1927, os camponeses de Haifom e de Lufom, no Quantum, sublevaram-se pela terceira vez, sob a direcção do Partido Comunista da China, e ocuparam a região de Haifom e Lufom, organizaram uma parte do Exército Vermelho e estabeleceram o poder democrático operário e camponês. Tendo subestimado as forças do inimigo, porém, eles fracassaram posteriormente.

17 No Outono de 1936, as forças do Exército Vermelho da IV Frente operaram uma junção com as forças do Exército Vermelho da II Frente e marcharam em direcção do norte, partindo do nordeste de Sicam. Durante esse período, Tcham Cuo-tao persistiu na sua posição anti-partido e manteve-se obstinadamente agarrado à sua tendência para a retirada e liquidação. No mês de Outubro desse mesmo ano, quando os Exércitos Vermelhos das II e IV Frentes tinham já penetrado no Cansu, Tcham Cuo-tao ordenou que, com as unidades de vanguarda do Exército Vermelho da IV

Frente (mais de vinte mil homens), se formasse a Coluna Oeste que atravessaria o rio Amarelo e marcharia para oeste, na direcção de Tsinghai. Essa coluna ficou virtualmente derrotada depois de ter sido golpeada nas batalhas de Dezembro de 1936, e foi definitivamente esmagada em Março de 1937.

18 Ver a carta de Marx a L. Kugelmann sobre a Comuna de Paris.

19 Chuei Hu Tchuan (A Borda d'Água), célebre romance chinês sobre a guerra camponesa, atribuído a Chi Nai-an, que viveu nos fins da dinastia dos Iuans e começos da dinastia Mim (séc. XIV). Lin Tchum e Tchai Tzin são dois grandes heróis desse romance. Horn é mestre de boxe junto de Tchai Tzin.

20 Principados da época de Tchuentziu (722-481 A.C.). O grande principado de Tsi situava-se no centro da actual província de Xantum, e o principado de Lu, mais pequeno que o primeiro, encontrava-se no sul da mesma província. O duque Tchuan reinou em Lu, desde 693 a 662 A.C.

21 Tsuotchio Mim, autor do Tsuo Tchuan, célebre crónica da época dos Tchous. A passagem citada é extraída da secção intitulada "Ano X do Reinado do Duque Tchuan".

22 Tchengao, cidade antiga situada no noroeste do actual distrito de Tchengao, no Honan. Na Antiguidade era um ponto estratégico importante. Foi aí que, em 203 A.C., se desenrolou uma batalha entre o rei de Han, Liu Pam, e o rei de Tchu, Siam Iu. Este último apoderou-se de Sim-iam e de Tchengao, derrotando quase todas as tropas de Liu Pam. Esperando pelo momento favorável, porém, Liu Pam vibrou um golpe terrível contra as tropas de Tchu, enquanto estas atravessavam o rio Se, e retomou a cidade de Tchengao.

23 Cuen-iam, cidade antiga que se situava no actual distrito de Iecien, no Honan. Foi aí que Liu Siu (imperador Cuanvu, fundador da dinastia dos Han de Leste) destruiu no ano 23 as tropas de Vam Mam. O desequilíbrio das forças em presença era particularmente sensível. Liu Siu não dispunha de mais de oito a nove mil homens, enquanto que Vam Mam controlava quatrocentos mil soldados. Aproveitando a negligência de Vam Siun e Vam Yi, generais de

Vam Mam, que subestimavam as forças do adversário, Liu Siu lançou contra eles três mil homens das suas tropas de elite, derrotando assim o núcleo das forças de Vam Mam; de seguida, explorando o sucesso, Liu Siu passou ao ataque e esmagou completamente as tropas inimigas.

24 Quanto situava-se no nordeste do actual distrito de Tchunmou, na província do Honan. Foi aí que se travou, no ano 200, uma batalha entre as tropas de Tsao Tsao e de Iuan Chao. Este último dispunha dum exército de cem mil homens, enquanto que Tsao Tsao, com os víveres já esgotados, apenas dispunha de efectivos bastante reduzidos. Aproveitando, porém, a negligência de Iuan Chao que subestimava as forças do adversário, Tsao Tsao lançou com as suas tropas ligeiras um ataque de surpresa e incendiou-lhe as bagagens. As tropas de Iuan Chao foram tomadas de pânico. Tsao Tsao vibrou-lhes então um golpe violento e aniquilou-lhes as forças principais.

25 As tropas de Vu eram dirigidas por Suen Tchiuan e as de Vei, por Tsao Tsao. Tchipi está na margem sul do rio Yangtsé, no nordeste do actual distrito de Quiaiu, na província do Hupei. Foi aí que, em 208, dispondo dum exército de mais de quinhentos mil homens, que ele fez passar por oitocentos mil, Tsao Tsao atacou Suen Tchiuan. Este último, aliado a Liu Pei, um outro inimigo de Tsao Tsao, pôs em linha trinta mil homens. Tirando partido duma epidemia que assolava as tropas de Tsao Tsao e da sua incapacidade paracombater em água, as forças aliadas de Suen Tchiuan e Liu Pei queimaram a frota de Tsao e esmagaram o seu exército.

26 Ilim encontra-se no leste do actual distrito de Itcham, província do Hupei. Foi aí que, em 222, Lu Siun, general do reino de Vu, infligiu uma severa derrota às tropas de Liu Pei, rei de Chu. A princípio, Liu Pei obteve vitória sobre vitória; ele chegou até Ilim, embrenhando-se 500 a 600 lis no interior do reino de Vu. Mas Lu Siun, que defendia Ilim, recusou todo o combate durante uns sete a oito meses; tendo esperado o momento em que Liu Pei "já não sabia o que fazer, visto o esgotamento e a desmoralização completos das

suas tropas”, Lu Siun aproveitou-se do vento que se tinha levantado para incendiar o campo de Liu Pei, e destruiu-lhe as forças.

27 Em 383, Sie Siuãft, general dos Tzin de Leste, infligiu sobre as margens da ribeira Fci (província do Anghuei) uma pesada derrota a Fu Quien, que reinava sobre os Tchín. Este último dispunha de mais de 600.000 peões, de 270.000 cavaleiros e duma guarda de mais de 30.000 homens, enquanto que as tropas dos Tzin de Leste (compreendida a frota) não excediam 80.000 homens. Os dois exércitos estavam separados pela ribeira Fei. Especulando sobre a arrogância e a suficiência do seu adversário, Sic Siuan pediu a Fu Quien que lhe concedesse um espaço sobre a margem norte, onde se encontrava o Exército dc Tchín, para que as suas tropas pudessem desembarcar e dar a batalha decisiva. Fu Quien aceitou mas, desde que ele deu a ordem de retirar, as suas tropas foram tomadas de pânico e tornou-se impossível contê-las. Aproveitando a ocasião, as tropas de Sie Siuan atravessaram a ribeira e esmagaram o exército de Fu Quien.

28 A 1 de Agosto de 1927, a fim de combater as forças contra-revolucionárias de Tchiang Kai-chek e dc Uam Tsimvei, e prosseguir a Revolução de 1924-1927, o Partido Comunista da China desencadeou a célebre Insurreição de Nantcham, capital do Quiansi. Forças armadas totalizando mais de 30.000 homens tomaram parte nessa insurreição, dirigidas pelos camaradas Chou En-lai, Tchu Te, Ho Lom, Ie Tim e outros. A 5 de Agosto, as tropas insurrectas, aplicando um plano elaborado de antemão, deixaram Nantcham e marcharam sobre Cuantum. Contudo, diante de Tchaodjou e Xantou, sofreram reveses. Uma parte dentre elas, sob o comando dos camaradas Tchu Te, Tchen Yi e outros, conseguiu em seguida abrir uma passagem para alcançar as montanhas Tchincam, onde se juntou à ia Divisão do I Corpo do Exército Revolucionário dos Operários e Camponeses conduzido pelo camarada Mao Tsetung.

29 Ver nota 8 ao artigo “Porque Pode Existir na China o Poder Vermelho?”.

30 Em Setembro de 1927, sob a direcção do camarada Mao Tsetung, os destacamentos armados das populações da região situada na fronteira do Hunan com o Quiansi, isto é, dos distritos de Siouchuei, Pinsiam, Pinquiam e Liuiam, desentendaram a célebre Insurreição da Colheita de Outono e formaram a ia Divisão do I Corpo do Exército Revolucionário dos Operários e Camponeses. O camarada Mao Tsetung conduziu essas forças para as montanhas Tchincam, onde criou a base revolucionária da região fronteiriça Hunan--Quiansi.

31 O grupo A-B, organização de espionagem contra-revolucionária do Kuomintang, operava clandestinamente nas regiões vermelhas. A-B são as iniciais da palavra “anti-bolchevique”.

32 Ver V.I. Lenine, “Teses sobre a Conclusão Imediata duma Paz Separada e Anexionista”, “Estranho e Monstruoso”, “Lição Séria e Séria Responsabilidade”, “Relatório sobre a Guerra e a Paz”, ver também Compêndio de História do Partido Comunista (Bolchevique) da U.R.S.S., capítulo VII, secção 7.

33 Trata-se dos Tibetanos, que vivem no Sicam, e dos Hueis que vivem no Cansu, Tsinghai, Sinquiam e outras províncias.

34 Dissertação especial que o sistema dos exames imperiais previa na China feudal, do século XV ao século XIX. A dissertação compreendia oito partes: introdução, exposição do tema, teses gerais da dissertação, passagem à exposição, começo da exposição, meio da exposição, fim da exposição e conclusão. A “introdução” compunha-se apenas de duas frases explicativas do tema. A “exposição do tema” eram três ou quatro frases que se seguiam à explicação dada na introdução. As “teses gerais da dissertação” apresentavam, em resumo, o tema, marcando o começo do comentário. A “passagem à explicação” era uma fórmula de transição que se seguia às teses gerais. As últimas quatro partes — começo da exposição, meio da exposição, fim da exposição e conclusão — constituíam o comentário propriamente dito; o meio da exposição era a essência do trabalho. Cada uma dessas quatro partes compunha-se duma

tese e duma anti-tese, o que, no total, perfazia oito secções, donde a designação de “dissertação em oito partes” ou “dissertação em quatro pares”. O camarada Mao Tsetung refere-se aqui à exposição consequente do tema duma “dissertação em oito partes”, para mostrar duma maneira imagética o desenvolvimento das diferentes fases da revolução. Geralmente, porém, recorre-se à expressão “dissertação em oito partes” como metáfora irónica, subentendendo-se por isso o dogmatismo.

NOTAS DO TRADUTOR

(1)Por “um serviço de retaguarda embaraçante” entende-se o serviço de retaguarda bastante complicado e inadequado à situação de guerra. Por “um serviço de retaguarda ligeiro” entende-se um serviço de retaguarda simplificado, eficaz e combativo.

DECLARAÇÃO A PROPÓSITO DUMA DECLARAÇÃO DE TCHIANG KAI-CHEK

(28 de Dezembro de 1936)

Em Si-an, Tchiang Kai-chek aceitou a exigência de resistência ao Japão feita pelos generais Tcham Siue--íam e lam Hu-tchem e pelas populações do Noroeste, e, como primeiro passo, ordenou às suas forças de guerra civil que se retirassem das províncias de Xensi e Cansu. Tal facto marca o começo da viragem de Tchiang relativamente à sua política errada desta última década¹. Tudo isso representa um golpe vibrado contra as intrigas forjadas pelos imperialistas japoneses e pelo grupo chinês de “punição”², no sentido de maquinarem uma guerra civil, fomentarem a dissensão e eliminarem fisicamente Tchiang no decorrer do Incidente de Si-an. O desapontamento destes é já evidente. O despertar de consciência que se manifesta em Tchiang Kai-chek pode considerar--se um sinal do desejo, por parte do Kuomintang, de pôr um fim à política errada que tem realizado nestes dez anos. A 26 de Dezembro, em Luoiang, Tchiang Kai-chek fez uma declaração tão ambígua e evasiva, a chamada

“admoestação a Tcham Siue-liam c lam Hu-tchem”, que há-de ficar como um exemplar curioso entre os documentos políticos chineses. Se Tchiang deseja extrair uma seria lição do incidente, se deseja esforçar-se por revitalizar o Kuomintang e pôr um fim à errada política tradicional de compromisso nos assuntos externos, guerra civil no interior do país e opressão sobre o povo, a fim de conduzir o Kuomintang por um caminho que não vá mais contra a vontade popular, se deseja realmente isso, como garantia de boa-fé deve apresentar uma melhor prova escrita, declarando-se arrependido do seu passado político e abrindo perspectivas novas para o futuro. A declaração de 26 de Dezembro não pode satisfazer a reivindicação das grandes massas populares chinesas. Tal declaração, porém, apresenta uma passagem digna de elogio, quando Tchiang afirma que “as promessas devem ser respeitadas e a acção deve ser resoluta”. Isso significa que, embora não tenha assinado as condições formuladas em Si-an por Tcham e lam, ele está pronto a aceitar tais exigências, na medida em que são benéficas para o Estado e para a nação, e não irá faltar à palavra dada sob o pretexto de não ter procedido à respectiva assinatura. Todos iremos ver se, depois de ter retirado as suas tropas, Tchiang vai ou não vai manter a palavra e observar as condições que se prontificou a aceitar. Essas condições são:

1) Reorganização do Kuomintang e do governo nacional, expulsão do grupo pró-japonês e aceitação de elementos anti-japoneses;

2) Libertação dos líderes patrióticos de Xangai e dos demais presos políticos, e garantia, ao povo, do seu direito à liberdade;

3) Cessação da política de “exterminação dos comunistas” e aliança com o Exército Vermelho para a resistência ao Japão;

4) Convocação duma conferência de salvação nacional em que participem os representantes de todos os partidos e grupos políticos, de todos os sectores sociais e forças armadas, a fim de decidir-se sobre a política de resistência ao Japão e salvação da nação;

5) Cooperação com os países que simpatizem com a resistência da China ao Japão;

6) Adopção doutras medidas concretas para a salvação da nação.

O preenchimento dessas condições requer acima de tudo boa-fé e, igualmente, uma certa coragem. Nós haveremos de julgar Tchiang de acordo com o seu comportamento futuro.

A sua declaração, porém, contém a observação de que o Incidente de Si-an foi provocado sob a pressão de “reaccionários”. É pena que não explique que espécie de pessoas ele entende serem “reaccionários”, e não possa saber-se que sentido tem a expressão “reaccionários” no dicionário de Tchiang. E, no entanto, está bem evidente que o incidente ocorreu sob a influência dos seguintes factores:

1) Indignação crescente contra o Japão no próprio seio das forças de Tcham c lam, bem como entre as populações revolucionárias do Noroeste;

- 2) Indignação crescente contra o Japão no seio do povo por todo o país;
- 3) Desenvolvimento das forças ce esquerda no interior do Kuomintang;
- 4) Reclamação no sentido da resistência ao Japão e da salvação da nação, por parte dos grupos que dispõem realmente de força no interior das várias províncias;
- 5) Posição assumida pelo Partido Comunista em favor duma Frente Única Nacional Anti--Japonesa;
- 6) Desenvolvimento da frente mundial de paz.

Tudo isto são factos indiscutíveis. Os “reaccionários” de que Tchiang Kai-chek fala não são outros senão esses factores; enquanto as demais pessoas os chamam revolucionários, Tchiang Kai-chek qualifica--os de reaccionários. Dado que em Si-an declarou que lutaria seriamente contra o Japão, é provável que não retome os ataques violentos contra as forças revolucionárias logo a seguir à sua partida de Si-an, pois não é apenas a sua própria vida política e a do seu grupo que dependem da sua boa-fé, visto que, agora, eles têm a confrontá-los e a barrar-lhes a estrada política uma força que cresceu em seu detrimento — o grupo de “punição”, que tentou liquidá-lo fisicamente durante o Incidente de Si-an. Sendo assim, aconselhamos a Tchiang Kai-chek que corrija o seu dicionário político, substituindo a expressão “reaccionário” pela expressão “revolucionário”, pois tal correcção de palavras tanto convém como corresponde aos factos.

Tchiang precisa de lembrar-se que deve a sua partida a são c salvo de Si-an, à mediação do Partido Comunista,

bem como aos esforços dos generais Tcham e Lam, chefes no Incidente de Si-an. No desenrolar desse incidente, o Partido Comunista bateu-sc por uma solução pacífica e fez múltiplos esforços para chegar a esse fim, agindo apenas no interesse da sobrevivência da nação. Se a guerra civil se tivesse generalizado e Tcham e Lam tivessem mantido Tchiang por muito tempo sob prisão, o incidente só poderia ter-se desenvolvido em benefício dos imperialistas japoneses e do grupo chinês de “punição”. Foi ante tais circunstâncias que o Partido Comunista denunciou resolutamente as intrigas dos imperialistas japoneses, de Uam Tsim-wei4, Ho In--tchin0 e outros membros do grupo chinês de “punição”, assim como defendeu com firmeza a busca duma solução pacífica do incidente, o que coincidiu com os pontos de vista dos generais Tcham e Lam, e de membros do Kuomintang como Som Tse-venc. Isso era exactamente o que o povo por todo o país reclamava, pois o povo detesta profundamente a actual guerra civil.

Tchiang foi posto em liberdade porque aceitou as condições de Si-an. Daqui para diante a questão está em saber se ele manterá ou não fielmente a sua palavra, segundo a qual “as promessas devem ser respeitadas e a acção deve ser resoluto”, e cumprirá ou não com vigor todas as condições para a salvação da nação. O povo todo não lhe permitirá mais hesitações, nem há-de deixá-lo regatear no preenchimento de tais condições. Se ele oscila a respeito da resistência ao Japão ou se se atrasa no cumprimento da sua promessa, a maré revolucionária do povo varre--o da estrada. Tanto Tchiang como o seu

grupo devem ter bem presente no espírito *o velho ditado que diz: “Se um homem não respeita a sua própria palavra, para que coisa poderá então servir?”

Se Tchiang puder lavar a mancha que é a política reacionária do Kuomintang nestes últimos dez anos e corrigir radicalmente os seus erros básicos de compromisso nos assuntos externos, guerra civil no interior do país e opressão sobre o povo, se puder aderir imediatamente à frente anti-japonesa que une todos os partidos e grupos políticos e adoptar realmente medidas militares e políticas capazes de salvar a nação, então, como é evidente, o Partido Comunista apoiá-lo-á. Já em 25 de Agosto, o Partido Comunista prometeu esse mesmo apoio a Tchiang e ao Kuomintang na carta que dirigiu a este último⁷. Por todo o país o povo já reconheceu, ao longo destes quinze anos, que o Partido Comunista respeita a máxima segundo a qual “as promessas devem ser respeitadas e a acção deve ser resolvida”. Está fora de dúvida que o povo confia mais nas palavras e acções do Partido Comunista do que nas de qualquer outro partido ou grupo político no país.

NOTAS

1 Sob influência do Exército Vermelho chinês e do movimento popular anti-japonês, o Exército do Nordeste do Kuomintang, comandado por Tcham Siue-liam, e o XVII Exército de Rota do Kuomintang, dirigido por Iam Hu-tchem, aderiram à Frente Única Nacional Anti-japonesa proposta pelo Partido Comunista da China, e exigiram de Tchiang Kai-

chek a realização da unidade com os comunistas e a resistência ao Japão. Rejeitando tudo, Tchiang Kai--chek lançou-se ainda mais activamente contra essa tendência histórica, preparou-se com grande afã para “exterminar os comunistas” e massacró em Si-an a juventude anti-japonesa. A 12 de Dezembro de 1936, em acção combinada, Tcham Siue-liam e Iam Hu-tchem prenderam Tchiang Kai-chek, acontecimento que ficou conhecido sob a designação de Incidente de Si-an. Então, aceitando as condições de unidade com os comunistas e resistência aos agressores japoneses, Tchiang Kai-chek foi posto em liberdade, e regressou a Nanquim.

2 O grupo chinês de “punição” era formado por elementos pró-japoneses no interior do governo kuomintanista de Nanquim, elementos que tentaram arrancar o poder das mãos de Tchiang Kai-chek durante o Incidente de Si-an. Com Uam Tsim-wei e Ho In-tchin como líderes, eles defendiam a realização duma “expedição punitiva” contra Tcham Siue-liam e Iam Hu-tchem. Explorando o incidente, eles prepararam-se para desencadear uma guerra civil de grande envergadura, a fim de abrir caminho aos invasores japoneses e arrancar o poder político a Tchiang Kai-chek.

3 Em Novembro de 1936, foram presos pelo governo de Tchiang Kai-chek sete líderes do movimento patriótico anti-japonês de Xangai. Esses líderes eram Chen Tchun-ju, Tcham Nai-tchi, Tsou Tao-fen, Li Cum-pu, Cha Tchien-li, Chi Liam e Vam Tsao-chi. Eles foram mantidos sob prisão até Julho de 1937.

4 Uam Tsim-wei era o chefe do grupo pró-japonês no Kuomintang. Ele defendeu invariavelmente o compromisso com os imperialistas japoneses logo após a invasão de 1931. Em Dezembro de 1938, Uam Tsim-wei deixou Tchuntchim, capitulou abertamente frente aos invasores japoneses e forjou um governo fantoche em Nanquim.

5 Ho In-tchin, caudilho militar kuomintanista, era outro líder do grupo pró-japonês. Durante o Incidente de Si-an, ele conspirou activamente no sentido da guerra civil, dispo-

tropas kuomintanistas ao longo da via férrea de Lom-hai, com vistas ao ataque de Xensi. No intuito de vir a ocupar o lugar de Tchiang, planeou matá-lo por meio* dum bombardeamento contra Si-an.

6 Som Tse-ven era pró-ianque. Campeão dos interesses norte-americanos, cie favoreceu igualmente uma solução pacífica do Incidente de Si-an, dado o facto de o imperialismo norte-americano estar a braços com o imperialismo japonês na sua disputa pela hegemonia no Extremo Oriente.

7 A carta criticava justa e severamente a dominação reaccionária do Kuomintang e as decisões da Segunda Sessão Plenária do seu Comité Executivo Central. Nela se definia também a política do Partido Comunista de formação duma Frente Única Nacional Anti-japonesa e restabelecimento da cooperação com o Kuomintang. O essencial da carta era o seguinte:

“Ao falar de ‘centralização e unificação’, a Segunda Sessão Plenária do Comité Executivo Central do vosso partido confunde na realidade as causas com os efeitos. Há que sublinhar que a guerra civil e a desunião dos últimos dez anos foram inteiramente causadas pela de-sastrosa política, seguida pelos vossos partidos e governo, de dependência frente ao imperialismo e, sobretudo, pela vossa política sistemática de não-resistência ao Japão, desde o Incidente de 18 de Setembro de 1951. Sob a palavra de ordem de ‘pacificação interna primeiro e resistência ao invasor estrangeiro depois’, o vosso partido e o vosso governo mantêm ininterruptamente uma guerra civil, lançaram numerosas campanhas de cerco contra o Exército Vermelho e despenderam todos os esforços para reprimir todo o movimento patriótico e todo o movimento democrático do povo em todo o país. Nestes últimos meses, inclusivamente, vocês, cegos ante o facto de que o imperialismo japonês é o maior inimigo da China, não tiveram quaisquer escrúpulos em abandonar o Nordeste e o Norte do país, usaram toda a vossa força para combater o Exército Vermelho e desencadear lutas faccionistas dentro do vosso próprio partido, bloquearam com todas as forças o Exército Vermelho na sua marcha de encontro

aos japoneses e flagelaram-lhe a sua retaguarda anti-japonesa, desprezaram as exigências da totalidade do povo no sentido da resistência ao Japão, assim como privaram o povo do seu direito à liberdade. O amor à Pátria é um crime e as pessoas inocentes são presas por toda a parte, enquanto que a traição é recompensada e os traidores rejubilam com as suas novas nomeações e honras. Pretender uma centralização e unificação através dessa política errada é o mesmo que ‘buscar peixe no interior duma árvore’, atitude que produzirá exactamente o resultado contrário ao esperado. Nós gostaríamos de prevenir-vos, senhores, de que se não mudam radicalmente essa política errada, se não dirigem o vosso ódio contra os imperialistas japoneses, se continuam a dirigi-lo contra os vossos próprios compatriotas, vocês acabarão por ver-se impossibilitados até de manter a vossa posição actual, e todo o palavreado sobre a centralização, a unificação e chamado ‘Estado moderno’, não será mais do que conversa fiada. O que a nação inteira exige é a centralização e a unificação para combater o Japão e salvar a Pátria, e não para adular o estrangeiro e perseguir o nosso próprio povo. Actualmente, o povo exige ardentemente um governo que seja realmente capaz de salvar o país e o povo, uma república realmente democrática. O povo exige um governo republicano democrático que lhe sirva os interesses próprios. O essencial do programa de tal governo deve prever: primeiro, a resistência à agressão estrangeira; segundo, os direitos democráticos para o povo; terceiro, o desenvolvimento da economia nacional e a diminuição ou até mesmo a eliminação dos sofrimentos do povo. Se o que vocês dizem sobre o ‘Estado moderno’ tem algum sentido, aquele é o único programa que satisfaz realmente as necessidades da China colonial e semi-colonial de hoje. Com ardente esperança e firme determinação, o povo está lutando pela realização desses objectivos. Não obstante, o vosso partido e o governo do vosso partido estão prossequindo uma política que vai contra as esperanças do povo, razão por que jamais conquistarão a sua confiança. Por consequência, o Partido Comunista da China e o Exército Vermelho chinês declaram solenemente: nós somos pelo estabelecimento duma república democrática unificada para todo o país, bem como pela convocação dum parlamento eleito por sufrágio

universal, e estamos a favor dum congresso de resistência ao Japão e salvação nacional em que participem os representantes da totalidade do povo e das forças armadas anti-japonesas, bem como dum governo único de defesa nacional, para a totalidade do país. Consequentemente, declaramos: assim que seja estabelecida uma república democrática unificada para a totalidade da China, as regiões vermelhas transformar-se-ão numa das suas partes componentes, os representantes do povo das regiões vermelhas participarão no parlamento de toda a China, e o mesmo sistema de-mocrático será instaurado nas regiões vermelhas como nas demais regiões do país. Nós sustentamos que o conselho de defesa nacional, que a Segunda Sessão Plenária do Comité Executivo Central do vosso partido decidiu organizar, e a assembleia nacional, a cuja convocação o vosso partido e o governo do vosso partido estão procedendo, não podem cumprir a tarefa de centralização e unificação para resistir ao Japão e salvar a Pátria. Segundo a regulamentação do conselho de defesa nacional aprovada pela Segunda Sessão Plenária do Comité Executivo Central do vosso partido, esse conselho limitar-se-á a uns quantos funcionários que detêm o poder no vosso partido e respectivo governo, e as suas tarefas são apenas as de servir como corpo de consulta. Está bem claro que tal conselho não poderá obter quaisquer êxitos nem conquistar a menor confiança do povo. A assembleia nacional que os senhores pretendem convocar, de acordo com o “Projecto de Constituição da República da China” e a “Lei Orgânica e Lei Eleitoral da Assembleia Nacional” aprovados pelo governo do vosso partido, tão-pouco poderá alcançar quaisquer êxitos nem conquistar a menor confiança do povo. Ela será apenas um órgão manipulado por uns quantos funcionários do vosso partido e respectivo governo, constituindo para eles um simples apêndice ou objecto de decoração. Um conselho de defesa nacional e uma assembleia nacional dessa natureza nada têm em comum com o congresso de toda a China para a resistência ao Japão e a salvação da nação — o conselho de defesa nacional — e a república democrática chinesa e respectivo parlamento propostos pelo nosso Partido. Nós sustentamos que um conselho de defesa nacional para a resistência ao Japão e a salvação nacional deve incluir representantes de todos os partidos e grupos políticos, de

todos os sectores sociais e forças armadas, a fim de constituir um órgão real de autoridade, capaz de decidir sobre a política fundamental de resistência ao Japão e salvação da nação, assim como sustentamos que um governo unificado de defesa nacional deve ser formado a partir de tal conselho. A assembleia nacional deve ser um parlamento eleito por sufrágio universal e um órgão supremo de autoridade da república democrática da China. Só um tal conselho de defesa nacional e parlamento de toda a China poderão conquistar a aprovação, o apoio e a participação do povo por todo o país, bem como assentar a grande causa da salvação do país e do povo numa base sólida e inabalável. Puras palavras bonitas não podem ter qualquer valor real e jamais conquistarão a aprovação do povo todo. O fracasso das várias conferências realizadas pelo vosso partido e respectivo governo constitui a melhor prova disso. Na declaração da Segunda Sessão Plenária do Comité Executivo Central do vosso partido diz-se: ‘São de prever perigos e obstáculos mas, por causa das dificuldades e conflitos que assaltam a nação, nós nunca relaxaremos o cumprimento dos nossos deveres’ e, ‘com respeito à sobrevivência da nação, é óbvio que o nosso partido há-de trabalhar para isso de corpo e alma, e com persistência’. Na verdade, uma vez que domina na maior parte da China, o vosso partido deve arcar com a responsabilidade política de todos os actos passados. E como o governo kuomintanista é uma dita-

dura de um só partido, o Kuomintang jamais poderá fugir a essa responsabilidade. O vosso partido não pode, de maneira nenhuma, transferir sobre outros a responsabilidade pela perda de quase metade da Chiría, perda que resultou da política absolutamente errada que, sobretudo desde o Incidente de 18 de Setembro, vem prosseguindo em oposição à vontade de todo o povo e contra os interesses da totalidade da nação. Como nós e o povo todo vemos, uma vez que metade da China foi abandonada pelo vosso partido, ele não deve certamente fugir ao dever de recuperar esse território e restaurar aí a soberania chinesa. Por outro lado, mesmo no interior do vosso partido há muitos elementos conscientes que estão agora claramente despertos quanto aos horrores da subjugação nacional e à inviolabilidade da vontade popular, e come-çam a voltar-se para

uma nova direcção, bem como a sentir-se descontentes e indignados com aqueles que, no seu seio, provocaram o desastre do seu próprio partido e da nação. O Partido Comunista da China sente uma profunda simpatia por essa nova viragem e aplaude calorosamente a nobreza de espírito e o despertar desses patrióticos e conscientes membros do Kuomintang, tanto como a sua disposição para o sacrifício na luta e a sua coragem em introduzir reformas neste momento em que a nação está à beira da subjugação. Nós sabemos que são realmente muitos, e aumentam diariamente, os indivíduos despertados e os patriotas no seio do Comité Central e nos quartéis provinciais do vosso partido, nos vossos governos central e provinciais, nos círculos ligados à educação, à ciência, às artes, ao jornalismo, à indústria e comércio, entre as mulheres e nos meios ligados à religião e à medicina, no interior dos serviços de polícia, entre os diversos tipos de organizações populares e, em particular, entre as extensas filas do exército e entre os velhos e os novos membros do Kuomintang, assim como entre os líderes kuomintanistas nos diferentes escalões. Isso é algo muito consolador. O Partido Comunista da China está sempre pronto a unir-se a esses membros do Kuomintang e a formar com eles uma sólida Frente Única Nacional para combater o maior inimigo da nação, o imperialismo japonês. Nós esperamos que esses membros se transformem rapidamente numa força dominante no seio do Kuomintang e prevaleçam sobre os outros, os piores e mais vergonhosos membros do Kuomintang, aqueles que abandonaram a defesa dos interesses da nação e se converteram realmente em agentes e colaboracionistas dos imperialistas japoneses — kuomintanistas que são uma ofensa ao Dr. Sun Yat-sen — e esperamos que sejam capazes de fazer reviver o espírito dos Três Princípios do Povo revolucionários do Dr. Sun Yat-sen, reafirmar as suas três grandes políticas de aliança com a Rússia, cooperação com o Partido Comunista e ajuda aos camponeses e operários, ‘trabalhar persistentemente, de corpo e alma’ para a realização dos Três Princípios do Povo revolucionários e das três grandes políticas, do testamento revolucionário do Dr. Sun Yat-sen. Esperamos que, junta-mente com os líderes patrióticos de todos os partidos, grupos políticos e sectores sociais, juntamente com todo o povo patriota, resolutamente eles assumam a

responsabilidade de continuar a causa revolucionária do Dr. Sun Yat-sen e se lancem na luta para expulsar os imperialistas japoneses e salvar a China da subjugação, na luta para conquistar direitos democráticos para o povo, desenvolver a economia nacional chinesa e libertar do sofrimento a grande maioria do povo, bem como para converter em realidade a República Democrática da China, dotada dum parlamento e dum governo democráticos. O Partido Comunista da China declara a todos os membros do Kuomintang: se vocês actuarem de facto assim, nós apoiar-vos-emos resolutamente e estamos dispostos a formar convosco uma sólida Frente Única revolucionária entre os nossos dois partidos, como no período da grande Revolução de 1924-1927 contra a opressão estrangeira e feudal, pois essa é, hoje em dia, a única via correcta para salvar a nação da subjugação e assegurar-lhe a sobrevivência.”

AS TAREFAS DO PARTIDO
COMUNISTA DA CHINA NO
PERÍODO DA RESISTÊNCIA
AO JAPÃO

(3 de Maio de 1937)

A ETAPA ACTUAL
DO DESENVOLVIMENTO
DAS CONTRADIÇÕES
INTERNAS E EXTERNAS
DA CHINA

1. Como a contradição entre a China e o Japão passou a ser a contradição principal e as contradições internas da China passaram para um plano secundário e subordinado, produziram-se alterações nas relações internacionais e nas relações entre as classes na China, o que deu lugar a uma nova etapa no desenvolvimento da presente situação.

Relatório apresentado pelo camarada Mao Tsetung em maio de 1937 na Conferência Nacional do Partido Comunista da China em Ien-an

2. Há muito que a China vem sofrendo de duas contradições agudas e fundamentais: a contradição entre a China e o imperialismo e a contradição entre o feudalismo e as massas populares. Em 1927, a burguesia, representada pelo Kuomintang, traiu a revolução e vendeu os interesses nacionais da China ao imperialismo, criando assim uma situação em que o poder dos operários e camponeses passou a contrariar, em antagonismo agudo, com o poder do Kuomintang e, por consequência, a tarefa de fazer a revolução democrática nacional recaiu exclusivamente sobre os ombros do Partido Comunista da China.

3. A partir do Incidente de 18 de Setembro de 1931, e especialmente desde o Incidente do Norte da China em 1935, verificaram-se nessas contradições as alterações seguintes:

(a) A contradição entre a China e o imperialismo em geral cedeu o lugar a uma contradição particularmente acentuada e aguda entre a China e o imperialismo japonês. O imperialismo japonês está levando a efeito uma política de conquista total da China. Assim, as contradições entre a China e certas potências imperialistas foram relegadas para segundo plano, e alargaram-se as brechas entre essas potências e o Japão. Por consequência, o Partido Comunista da China e o povo chinês encontram-se diante da tarefa de ligar a Frente Única Nacional Anti-japonesa da China com a frente mundial de paz. Isso significa que a China não somente deve unir-se à União Soviética, que tem sido invariavelmente uma boa amiga do povo chinês, mas também, e tanto quanto possível, lutar por realizar a oposição co-

mun ao imperialismo japonês, ao lado daqueles países imperialistas que actualmente desejam manter a paz e estão contra uma nova guerra de agressão. O objectivo da nossa Frente Única deve consistir na resistência ao Japão e não na oposição simultânea a todas as potências imperialistas.

(b) A contradição entre a China e o Japão alterou as relações entre as classes no interior do país e colocou a burguesia e até mesmo os caudilhos militares ante a questão da sobrevivência, de tal maneira que tanto eles como os respectivos partidos têm estado a proceder a uma mudança gradual de atitude política. Isso coloca o Partido Comunista e o povo da China ante a tarefa de organizar uma Frente Única Nacional Anti-japonesa. A nossa Frente Única abrange a burguesia e todos aqueles que estão de acordo em defender a Pátria; representa a solidariedade nacional contra o inimigo estrangeiro. Tal tarefa não só pode como deve ser inteiramente cumprida.

(c) A contradição entre a China e o Japão modificou a situação das massas populares de todo o país (proletariado, camponeses e pequena burguesia urbana), bem como a situação e a política do Partido Comunista. O povo levanta-se em escala ainda mais vasta para lutar pela salvação da Pátria. A política proclamada pelo Partido Comunista depois do Incidente de 18 de Setembro foi a da conclusão de acordos com aquelas fracções do Kuomintang que desejassem cooperar conosco na resistência ao Japão, sob três condições (cessação dos ataques às bases de apoio revolucionárias, garantia do direito do povo à liberdade e armamento do povo), a

qual se transformou agora numa política de criação duma Frente

Única Anti-Japonesa à escala nacional. Essa a razão para as seguintes medidas sucessivas adoptadas pelo nosso Partido: em 1935, declaração de Agosto² e resolução de Dezembro³; em Maio de 1936, abandono da palavra de ordem de luta contra Tchiang Kai-chek⁴, carta ao Kuomintang em Agosto⁵, resolução sobre a república democrática em Setembro⁶ e insistência sobre uma solução pacífica do Incidente de Si-an em Dezembro; finalmente, em Fevereiro de 1937, telegrama à Terceira Sessão Plenária do Comité Executivo Central do Kuomintang⁷.

(d) Em virtude da contradição entre a China e o Japão, verificou-se ainda uma mudança nos regimes independentes dos caudilhos militares chineses e nas guerras civis entre eles, o que é um produto da política de esferas de influência do imperialismo, bem como das condições económicas duma China semi-colonial. O imperialismo japonês favorece todos esses regimes independentes e essas guerras civis com o fim de facilitar a dominação exclusiva da China pelo Japão. Dados os seus interesses particulares, algumas das outras potências imperialistas estão temporariamente pela unidade e pela paz na China. Por seu turno, o Partido Comunista da China e o povo chinês despendem os seus maiores esforços contra as guerras civis e as divisões, e em favor da paz e da unidade.

(e) Em termos de importância política, o desenvolvimento da contradição nacional entre a China e o Japão reduziu a um plano secundário e subordinado as contra-

dições internas entre as classes e entre os grupos políticos. Todavia elas ainda existem e de maneira nenhuma diminuíram ou desapareceram. O

mesmo é verdade para as contradições entre a China e as potências imperialistas, à parte o Japão. Assim, o Partido Comunista da China e o povo chinês estão diante da tarefa de fazer os ajustamentos convenientes com respeito às contradições internas e externas que podem e devem ser actualmente ajustadas, de maneira a enquadrá-las na tarefa geral de união contra o Japão. Essa é a razão da política praticada pelo Partido Comunista de paz, unidade, democracia, melhoria das condições de vida do povo e negociações com os países estrangeiros que se opõem ao Japão.

4. A primeira etapa do novo período da revolução chinesa começou no dia 9 de Dezembro de 1935 e terminou em Fevereiro de 1937, quando o Comité Executivo Central do Kuomintang realizou a sua Terceira Sessão Plenária. Os acontecimentos importantes dessa etapa foram os movimentos para a salvação nacional entre os estudantes e os círculos de cultura e imprensa; a entrada do Exército Vermelho no Noroeste; o trabalho de propaganda e organização do Partido Comunista em execução da sua política de Frente Única Nacional Anti-japonesa; as greves anti-japonesas em Xangai e Tsintao⁸; a tendência da Inglaterra para adoptar uma política relativamente dura com relação ao Japão⁹; o Incidente de Cuantun--Cuansi¹⁰; a guerra em Sui-ian e o movimento em seu favor¹¹; a relativa firmeza da atitude de Nanquim nas negociações sino-japonesas¹²; o Incidente de Si-an e, finalmente, a Terceira Sessão Plenária

do Comité Executivo Central do Kuomintang em Nanquim¹³. Esses acontecimentos giraram todos à volta da con-tradição básica que é o antagonismo entre a China e o Japão; directamente, giraram todos à volta da exigência histórica da criação duma Frente Única Nacional Anti-japonesa. A tarefa básica da Revolu-ção, nessa etapa, era lutar pela paz interna e pela cessação dos conflitos armados internos, de modo a que pudesse realizar-se a unidade contra o Japão. Durante essa etapa, o Partido Comunista lançou o seu apelo de “cessação da guerra civil e unidade contra o Japão”, apelo que no essencial foi posto em prática, criando-se assim a primeira condição necessária à formação actual duma Frente Única Nacional Anti--Japonesa.

5. Devido à presença do grupo pró-japonês no seio do Kuomintang, a Terceira Sessão Plenária do respectivo Comité Executivo Central não fez qualquer modificação clara e completa na sua política, nem resolveu concretamente qualquer dos problemas existentes. Contudo, em virtude da pressão popular e da evolução nas suas próprias fileiras, o Kuomintang teve de começar a modificar a política errada seguida nos últimos dez anos, isto é, teve de abandonar a política de guerra civil, de ditadura e não resistência ao Japão, e mover-se em direcção da paz, da democracia e da resistência ao Japão, assim como teve de começar a aceitar a política duma Frente Única Nacional Anti-japonesa; essa alteração inicial reve-lou-se na própria Terceira Sessão Plenária do Comité Executivo Central do Kuomintang. De futuro, a exigência deve ser no sentido duma modificação radical da política do Kuomintang. Para atingir esse objectivo,

o nosso Partido e o povo de todo o país devem desenvolver ainda mais amplamente o movimento em favor da resistência ao Japão e pela

democracia, avançar um passo mais na crítica ao Kuomintang, empurrá-lo para a acção e mantê-lo sob pressão; devem unir-se a todos os que, no seio do Kuomintang, estão pela paz, pela democracia e pela resistência ao Japão, bem como devem ajudar os hesitantes, os indecisos, a marchar para diante e eliminar os elementos pró-japoneses.

6. A etapa presente é a segunda do novo período. Tanto a etapa anterior como a actual são etapas de transição para a resistência armada à escala nacional contra o Japão. Se na etapa anterior a tarefa principal era a luta pela paz, agora, na etapa presente, a tarefa principal é a luta pela democracia. É preciso compreender que uma Frente Única Nacional Anti-japonesa sólida e genuína não pode ser formada sem uma paz interna e sem uma democracia interna. Em consequência, na etapa actual de desenvolvimento, a luta pela democracia é o elo principal das tarefas revolucionárias. Se nós não conseguimos ver com clareza a importância da democracia e relaxamos os nossos esforços por ela, ficamos incapazes de estabelecer uma sólida e genuína Frente Única Nacional Anti-japonesa.

A LUTA PELA DEMOCRACIA E LIBERDADE

7. Neste momento, o imperialismo japonês está intensificando os seus preparativos de invasão para sul

da Grande Muralha. De concerto com Hitler e Mussolini, que estão preparando febrilmente uma guerra de rapina no Ocidente, o Japão está a aplicar todas as suas energias no Oriente, a fim de preparar o terreno para a subjugação da China ao primeiro golpe, segundo um plano previamente estabelecido —• criação das condições militares, políticas, económicas e ideológicas no interior do seu próprio país, criação das condições diplomáticas no plano internacional, e apoio das forças pró-japonesas na China. A propaganda japonesa acerca da “colaboração sino-japo-nesa” e o relativo afrouxar da tensão nas suas medidas diplomáticas, são ditados precisamente por exigências tácticas da sua política de agressão, em vésperas de guerra. A China está-se aproximando agora do momento crítico de decisão entre a sobrevivência e a extinção, pelo que deve preparar-se em passo de corrida para resistir ao Japão e salvar a Pátria. Nós não estamos, evidentemente, contra a preparação. Com o que não estamos de acordo é com essa teoria de preparação prolongada e vida frívola, indolente e desleixada, dos quadros civis e militares, que põe em perigo a nação. Tal estado de coisas ajuda efectivamente o inimigo e deve ser por isso rapidamente liquidado.

8. Os preparativos políticos, militares, económicos e de educação com vistas à defesa nacional são todos necessários para a resistência pela salvação da Pátria, e nenhum deles deve ser descurado um só momento. Contudo, o elo principal que garante a vitória da nossa resistência é a conquista da democracia e liberdade políticas. A resistência requer paz e unidade internas; c a paz já conquistada não pode consolidar-se nem a uni-

dade interna reforçar-se sem democracia nem liberdade. A resistência requer a mobilização do povo; e não há maneira de mobilizar o povo sem democracia e liberdade. A menos que a paz e a unidade sejam consolidadas, a menos que o povo seja mobilizado, a nossa resistência armada terá o mesmo destino que a da Abissínia. A Abissínia foi derrotada principalmente em virtude do regime feudal não ter logrado uma sólida unidade interna e despertado a iniciativa do seu próprio povo. Sem democracia, uma Frente Única Nacional Anti-japonesa, verdadeira e sólida, não poderá ser criada na China e as suas tarefas não poderão ser cumpridas.

9. A China deve começar imediatamente a realizar reformas democráticas nos dois domínios seguintes: primeiro, no que se refere ao sistema político, a ditadura reaccionária kuomintanista de um só partido e uma só classe deve ser mudada para um governo democrático baseado na cooperação de todos os partidos e todas as classes. A esse respeito, é preciso começar por mudar os processos não democráticos de eleição e convocação da assembleia nacional, e realizar eleições democráticas para a assembleia, bem como garantir a liberdade na condução das suas sessões, até que se chegue à elaboração duma constituição verdadeiramente democrática, à convocação dum Parlamento verdadeiramente democrático, à eleição dum governo verdadeiramente democrático e à aplicação duma política genuinamente democrática. Só assim pode ser verdadeiramente consolidada a paz interna, pôr-se um fim às rivalidades armadas internas e reforçar-se a unidade interna, habilitando a totalidade da nação a unir-se e resistir ao inimigo estrangeiro. JÉ

possível que o imperialismo japonês nos ataque antes de estarem concluídas todas essas reformas. Em consequência, a fim de estarmos capazes de resistir e esmagar completamente o ataque japonês, qualquer que seja o momento em que ocorra, nós devemos acelerar as reformas e estar preparados para concluí-las no próprio decurso da resistência armada. O povo de todo o país e os patriotas de todos os partidos devem abandonar a sua anterior indiferença com relação à questão duma assembleia nacional e duma constituição, e concentrar-se no movimento em favor duma assembleia nacional e duma constituição, movimento que é realmente significativo para a defesa nacional; eles devem submeter a uma crítica rigorosa o Kuomintang, que é o partido no Poder, e pressioná-lo e impeli-lo a abandonar a sua ditadura de um só partido e de uma só classe, e a agir de acordo com a opinião popular. Nos próximos meses deste ano, deve organizar-se um vasto movimento democrático por todo o país, com o objectivo imediato de democratizar completamente a assembleia nacional e a Constituição. O segundo domínio respeita à liberdade de palavra, de reunião e de associação para o povo. Sem essas liberdades, será impossível realizar a reforma democrática do sistema político, mobilizar o povo para a guerra de resistência e, vitoriosamente, defender a Pátria e recuperar os territórios perdidos. Nos próximos meses o movimento democrático à escala nacional deve resultar pelo menos numa relativa realização dessas liberdades, o que deve incluir a libertação dos prisioneiros políticos, a remoção da interdição dos partidos políticos, etc. A reforma democrática do sistema político e as

liberdades populares constituem uma parte importante do programa da Frente Única Nacional Anti-japonesa, e são, ao mesmo tempo, condições necessárias para o estabelecimento duma Frente Única Nacional Anti-japonesa genuína e sólida.

10. Os nossos inimigos — os imperialistas japoneses, os colaboracionistas, as facções pró-japonesas e os trotskistas — têm estado a fazer o máximo para sabotar todo o movimento em favor da paz, da unidade, da democracia e liberdade na China, assim como em prol da guerra de resistência ao Japão. No passado, enquanto lutávamos denodadamente pela paz e unidade, eles faziam o que podiam para fomentar a guerra civil e as divisões. Actualmente, e no futuro próximo, enquanto nós lutarmos denodadamente pela democracia e liberdade, não há dúvidas de que eles voltarão mais uma vez às sabotagens. O seu objectivo geral é romper os nossos esforços no sentido da resistência em defesa da Pátria, e realizar o seu plano agressivo de subjugação da China. De agora em diante, na luta pela democracia e liberdade, devemos não somente superar-nos na propaganda, agitação e crítica dirigidas aos obstinados do Kuo-mintang e às fracções retardadas da população, mas também fazer o possível por denunciar e combater com firmeza as intrigas dos imperialistas japoneses, das facções pró-japonesas e trotskistas que funcionam como seus cães de fila na invasão da China.

II. No interesse da paz interna, da democracia e da resistência, e no interesse da criação da Frente Única Nacional Anti-japonesa, o Partido Comunista da China, no seu telegrama enviado à Terceira Sessão Plenária do

Comité Executivo Central do Kuomintang, assumiu os quatro compromissos seguintes:

(1) O governo da base revolucionária de Xensi--Cansu-Ninsia, que é dirigido pelo Partido Comunista, passará a chamar-se Governo da Região Especial da República da China, e o Exército Vermelho passará a considerar-se como uma parte do Exército Revolucionário Nacional, colocando-se, respectivamente, sob a orientação do Governo Central de Nanquim e do Conselho Militar deste;

(2) Será aplicado um sistema completamente democrático nos territórios sob jurisdição do Governo da Região Especial;

(3) Cessação da política de derrubar o Kuomintang pelas armas;

(4) Cessação do confisco das terras dos senhores de terras.

Esses compromissos eram necessários e admissíveis. Só assim podemos transformar o antagonismo entre os dois regimes distintos existentes no país e realizar a unidade para a acção comum contra o inimigo, tendo em conta as alterações verificadas na importância política relativa das contradições internas e externas da China.. Trata-se de concessões baseadas em princípios e em condições determinadas, feitas com o fim de obter em troca aquilo de que a nação inteira necessita — paz, democracia e resistência. As concessões, porém, têm limites. A preservação da direcção do Partido Comunista sobre a região especial e sobre o Exército Vermelho, bem como o respeito da independência do Partido Comunista e da liberdade de crítica nas suas relações com o Kuomintang

são limites para lá dos quais não é permitido avançar. Concessão significa concessão pelas duas partes: o Kuomintang abandona a política de guerra civil, de ditadura e de não-resistência ao inimigo estrangeiro, e o Partido Comunista abandona a política de antagonismo entre os dois regimes. Nós trocamos a primeira pela última e restabelecemos a nossa cooperação com o Kuomintang para combatermos pela salvação da Pátria. Descrever tudo isso como capitulação do Partido Comunista é Ah Q-ismo17 puro e simples ou calúnia malévola.

12. Está ou não o Partido Comunista de acordo com os Três Princípios do Povo? A nossa resposta é: sim, estamos de acordo15. Os Três Princípios do Povo sofreram alterações ao longo da sua história. Os Três Princípios do Povo revolucionários do Dr. Sun Yat-sen conquistaram a confiança popular e transformaram-se na bandeira vitoriosa da Revolução de 1924-1927 porque foram resolutamente aplicados, no seguimento da cooperação de Sun Yat-sen com o Partido Comunista da China. Em 1927, porém, o Kuomintang pôs de parte o Partido Comunista (a “depuração do partido”16 e a guerra anti-comunista) e adoptou uma política inteiramente contrária, o que conduziu a revolução à derrota e fez perigar a nação; consequentemente, o povo perdeu a confiança, nos Três Princípios do Povo. Agora que se atravessa uma crise nacional extremamente grave e o Kuomintang já não pode continuar a dominar segundo os mesmos velhos processos, o povo de todo o país e os patriotas no seio do Kuomintang exigem de novo e urgentemente a cooperação entre os dois partidos. Por consequência, revivificar o espírito dos Três Princípios do Povo e, segundo o princí-

pio do nacionalismo, que visa a conquista da independência e libertação, em política externa, segundo o princípio da democracia, que visa a realização da democracia e liberdade, em política interna, e segundo o princípio do bem-estar do povo, que visa a realização da prosperidade do povo, reestabelecer a cooperação entre os dois partidos para que dirijam resolutamente o povo na realização de tais princípios, e algo que está inteiramente de acordo com as exigências históricas da revolução chinesa e precisa de ser bem compreendido por cada um dos membros do Partido Comunista. Os comunistas jamais abandonarão o seu ideal de socialismo e comunismo, ideal que eles atingirão passando pela etapa da revolução democrático-burguesa. O Partido Comunista da China tem o seu próprio programa político e económico. O seu programa máximo é o socialismo e o comunismo, o que é diferente dos Três Princípios do Povo. Mesmo o seu programa para o período da revolução democrática é mais radical que o de nenhum outro partido chinês. Todavia, o programa do Partido Comunista da China para o período da revolução democrática e o programa dos Três Princípios do Povo tal como foi proclamado pelo Primeiro Congresso Nacional do Kuomintang não estão fundamentalmente em conflito. Por consequência, longe de rejeitarmos os Três Princípios do Povo, nós estamos resolutamente decididos a pô-los em prática; mais, exigimos que o Kuomintang os aplique connosco, e fazemos um apelo ao conjunto da nação para que efectivamente os ponha em prática. Nós sustentamos que o Partido Comunista, o Kuomintang e todo o povo chinês devem unir-se para lutar por esses três grandes objec-

tivos de independência nacional, democracia, liberdade e bem-estar do povo.

13. Acaso era incorrecta a nossa palavra de ordem dum república democrática de operários e camponeses? Não, não era incorrecta. Desde que a burguesia e, particularmente, a grande burguesia abandonaram a revolução, entregaram-se ao imperialismo e às forças feudais e se converteram em inimigos do povo, apenas se mantiveram como forças motrizes da revolução o proletariado, o campesinato e a pequena burguesia urbana, e como partido revolucionário o Partido Comunista, recaído inevitavelmente sobre os ombros do Partido Comunista, único partido que permaneceu revolucionário, a responsabilidade de organizar a revolução. Só o Partido Comunista continuou a erguer ao alto a bandeira da revolução, a preservar a tradição revolucionária, a seguir por diante com a palavra de ordem dum república democrática de operários e camponeses e a combater arduamente por ela durante muitos anos. Essa palavra de ordem não estava em conflito com a tarefa da revolução democrático-burguesa, pelo contrário, significava que estávamos a realizá-la com decisão. Nem um só aspecto da política adoptada na nossa luta prática estava em desacordo com essa tarefa. A nossa política, incluído o confisco das terras dos senhores de terras e a imposição da jornada de oito horas de trabalho, nunca ultrapassou os limites da propriedade privada capitalista; a nossa política não era a de aplicar naquela altura o socialismo. Qual será a composição da nova república democrática? Será o proletariado, o campesinato, a pequena burguesia urbana, a burguesia e todos aqueles que, no nosso país, estejam

de acordo com a revolução democrática nacional; será a aliança dessas classes na revolução democrática nacional. A nota característica dessa aliança é a inclusão da burguesia. A razão disso Consiste no facto de, nas circunstâncias presentes, existir uma possibilidade de a burguesia cooperar uma vez mais conosco e aderir à resistência contra o Japão, pelo que o Partido do proletariado não deve repeli-la mas antes aceitá-la e restabelecer com ela a aliança para a luta comum, de maneira a contribuir para o avanço da revolução chinesa. A fim de acabar com o conflito armado interno, o Partido Comunista está desejoso de pôr um termo à política de confisco violento das terras dos senhores de terras e está preparado para resolver o problema da terra pela via legislativa e demais processos adequados, no decurso da construção da nova república democrática. A primeira questão a ser decidida é a de saber se o solo chinês deve pertencer à China ou ao Japão. Uma vez que o problema da terra dos camponeses está subordinado à questão fundamental da defesa da China, torna-se absolutamente necessário abandonar o método de confisco violento e passar a novos e apropriados métodos.

Foi correcto, no passado, levar por diante a palavra de ordem de república democrática dos operários e camponeses, e é correcto, no presente, adiar essa palavra de ordem.

14. Para criar uma Frente Única Nacional de resistência conjunta ao inimigo, é necessário resolver correctamente certas contradições internas, seguindo o princípio de que a solução deve reforçar e ampliar a Frente Única Nacional Anti-japonesa e nunca enfraquecê-la ou

restringi-la. Durante o período da revolução democrática, é impossível evitar contradições e lutas entre as classes, partidos e grupos políticos no país, mas é ao mesmo tempo possível e essencial pôr fim às lutas perniciosas à unidade e à resistência anti-japonesa (como a guerra civil, o antagonismo entre os partidos políticos, o separatismo provincial, e a opressão feudal no plano político e económico, por um lado, e a política de insurreição e exigências económicas excessivas que prejudicam a resistência, por outro lado, etc, etc), bem como continuar aquelas lutas que beneficiam a unidade e a resistência ao Japão (como a liberdade de crítica, a independência dos partidos políticos, a melhoria das condições de vida política e económica do povo, etc, etc).

15. De acordo com a tarefa geral de luta por uma Frente Única Nacional Anti-japonesa e uma república democrática unificada, as tarefas do Exército Vermelho e das bases de apoio anti-japonesas são:

(1) Adaptando-se às condições da guerra contra o Japão, o Exército Vermelho deve ser imediatamente reorganizado em Exército Revolucionário Nacional, e transformar-se num exército modelo nessa guerra, através duma elevação da sua preparação militar, política e cultural.

(2) As nossas bases de apoio devem transformar-se numa parte componente do Estado, aplicando o seu sistema democrático de acordo com as novas condições, reorganizando os seus corpos de segurança pública, liquidando os colaboracionistas e sabotadores, e converter-se em regiões que sejam efectivamente um modelo de resistência e democracia.

(3) Nessas regiões deve ser realizado o necessário tra-

balho de edificação económica e melhoria de condições de vida das populações.

(4) Deverá ser realizado o necessário esforço de edificação cultural.

A NOSSA RESPONSABILIDADE NA DIRECÇÃO

16. É uma lei confirmada pela história da China, que a burguesia chinesa, que pode tomar parte na luta contra o imperialismo e o feudalismo em determinadas circunstâncias históricas, vacila e trai noutras circunstâncias, em virtude da sua fraqueza económica e política. Assim, é um veredicto histórico que, na China, a revolução democrático-burguesa contra o imperialismo e o feudalismo é uma tarefa que não pode ser realizada sob a direcção da burguesia, mas sim e só sob a direcção do proletariado. Por outro lado, só fazendo intervir a perseverança e a decisão do proletariado na revolução democrática se conseguirá superar a inconsequência e a indecisão inerentes à burguesia e, consequentemente, fazer triunfar a revolução. É o proletariado que deve seguir a burguesia ou é a burguesia que deve seguir o proletariado? Esta questão da responsabilidade de direcção na revolução chinesa é factor-chave de que depende a vitória ou a derrota da revolução. A experiência de 1924-1927 mostra como a revolução avançou sempre que a burguesia seguiu a direcção política do pro-

letariado, e como sofreu derrotas sempre que o proletariado se transformou num apêndice político da burguesia (o que é da responsabilidade do Partido Comunista)¹⁷. Não pode permitir-se que esse facto histórico se repita. Nas circunstâncias presentes, sem uma direcção política do proletariado e seu partido, é impossível estabelecer uma Frente Única Nacional Anti-Japonesa, alcançar os objectivos de paz, democracia e resistência, bem como defender a Pátria e implantar uma república democrática unificada. Hoje, a burguesia representada pelo Kuomintang ainda é muito passiva e conservadora, sendo prova disso a sua longa hesitação em aceitar a Frente Única Nacional Anti-japonesa iniciada pelo Partido Comunista. Tal situação aumenta grandemente a responsabilidade do proletariado e seu partido, quanto à direcção política. Funcionar como Estado Maior Geral na resistência ao Japão e salvação da Pátria, é uma responsabilidade que o Partido Comunista não pode abandonar ou recusar. 17. Como é que o proletariado pode exercer, através do seu partido, uma direcção política em relação a todas as classes revolucionárias dentro do país? Primeiro, formulando palavras de ordem políticas fundamentais que estejam de acordo com o curso do desenvolvimento histórico, e palavras de ordem de acção para cada fase de desenvolvimento e cada grande viragem nos acontecimentos, a fim de transformar tais palavras em realidade. Por exemplo, nós formulámos as palavras de ordem fundamentais de “Frente Única Nacional Anti-japonesa” e “república democrática unificada”, mas nós lançámos também as palavras de ordem de “cessação da guerra civil”, “luta pela democracia” e “efectivação da

resistência”, como objectivos específicos duma acção concertada da totalidade da nação; sem esses objectivos específicos, a direcção política fica posta fora de questão. Segundo, o proletariado e, especialmente, a sua vanguarda, o Partido Comunista, devem constituir um exemplo através do seu entusiasmo e da sua lealdade sem limites na realização dos objectivos específicos, no momento em que a nação inteira se põe em marcha para realizá-los. Na luta para cumprir todas as tarefas da Frente Única Nacional Anti-japonesa e da república democrática, os comunistas devem ser os mais clarividentes, sacrificados, resolutos e capazes de apreciar uma situação sem ideias preconcebidas; eles devem basear-se na maioria das massas e conquistar o apoio destas. Terceiro, o Partido Comunista deve estabelecer relações correctas com os seus aliados e desenvolver e consolidar a aliança com eles, ao mesmo tempo que adere ao princípio de não abandonar de modo algum os objectivos políticos já definidos. Quarto, o Partido Comunista deve desenvolver as suas fileiras e manter a sua unidade ideológica e disciplina estrita. Só assim é que o Partido Comunista concretiza, eficazmente, a direcção política sobre todo o povo chinês. Isso constitui a base que assegura a nossa direcção política, garante a vitória completa da revolução e impede que esta seja vítima das vacilações dos nossos aliados.

18. Quando já se tiver atingido a paz interna, e estabelecido a cooperação entre os dois partidos, há que introduzir modificações nas formas de luta, de organização e trabalho adoptadas por nós, quando a linha era a da manutenção de um regime antagónico

ao do Kuomintang. Fundamentalmente, haverá uma mudança que consistirá na passagem das formas de luta armada às formas pacíficas, e das formas ilegais às legais. Não será fácil realizar todas essas mudanças, pelo que devemos aprender desde agora. A preparação dos nossos quadros converte-se assim em elo principal.

19. Muitos camaradas têm estado a fazer perguntas sobre o carácter da república democrática e o seu futuro. A nossa resposta é a seguinte: com respeito à sua natureza de classe, a república será uma aliança de todas as classes revolucionárias e, no que se refere ao seu futuro, ela deverá caminhar em direcção ao socialismo. A nossa república democrática vai estabelecer-se enquanto se realiza a tarefa de resistência nacional, sob a direcção do proletariado, e em novas circunstâncias internacionais (socialismo vitorioso na União Soviética, véspera dum novo período na revolução mundial). Em consequência, embora essa república seja ainda um Estado democrático-burguês do ponto de vista social e económico, ela será já diferente do geral das repúblicas burguesas visto que, dadas as condições políticas concretas, terá de ser um Estado baseado na aliança da classe operária, campesinato, pequena burguesia e burguesia. Assim, sobre o futuro da república democrática, embora ela possa virar-se para uma direcção capitalista, existe também a possibilidade de encaminhar-se para o socialismo, devendo portanto o Partido do proletariado lutar o mais esforçadamente por este último objectivo.

20. A luta contra a atitude de “porta fechada” e o espírito de aventura, bem como contra o seguidismo, é condição necessária do cumprimento das tarefas do Par-

tido. Nos movimentos de massas populares, o nosso Partido tem uma tendência tradicional para a grave atitude da “porta fechada”, para o sectarismo arrogante e para a aventura; essa horrível tendência impede que o Partido estabeleça uma Frente Única Nacional Anti-japonesa e que ganhe para si a maioria das massas populares. É absolutamente necessário extirpar essa tendência em cada um dos diversos campos de trabalho. O que nós propomos é: apoiar-se na maioria e ter em conta o conjunto da situação. Não se pode permitir um renascimento do tipo seguidismo de Tchen Tu-siu, reflexo do reformismo burguês nas fileiras do proletariado. Enfraquecer a posição de classe do Partido, obscurecer os seus traços característicos, sacrificar os interesses dos operários e camponeses às necessidades do reformismo burguês é, seguramente, conduzir a revolução à derrota. O que proclamamos é: adoptar medidas políticas revolucionárias decisivas e combater pela vitória completa da revolução democrático-burguesa. Para vencer as tendências prejudiciais que descrevemos, é absolutamente necessário elevar o nível teórico marxista-leninista em todo o Partido, já que só o Marxismo-Leninismo pode servir como bússola capaz de guiar a revolução chinesa para a vitória.

NOTAS

1 Trata-se duma série de acontecimentos ocorridos em 1935, quando os agressores japoneses invadiram o Norte da China e o governo do Kuomintang, encabeçado por Tchiang Kai-

chek, vendeu a soberania nacional sobre as províncias do Norte e sujeitou o país inteiro à humilhação. Em Maio do mesmo ano, os invasores japoneses exigiram que o governo do Kuomintang lhes garantisse o exercício da autoridade administrativa no Norte da China. Em Junho, Ho In-tchin, representante do governo do Kuomintang no Norte da China, aceitou essa exigência e assinou um acordo com Yoshijiro Umezú, comandante em chefe das forças armadas japonesas no Norte da China; foi o “Acordo Ho-Umezú”. Com esse acordo, a China perdeu a maior parte dos poderes de soberania nas províncias de Hopei e Tchahar. Em Outubro, os agressores japoneses incitaram os colaboracionistas a uma revolta no Sianho, província de Hopei, e ocuparam a cidade. Em Novembro, os japoneses tramaram com os colaboracionistas o “movimento para a autonomia das cinco províncias do Norte da China”, movimento que conduzia à instauração no Hopei oriental do “governo autónomo anti-comunista” fantoche. O governo do Kuomintang ordenou a Som Tchc-ian e outros que formassem o “Conselho dos Negócios Políticos do Hopei e Tchahar” de modo a garantir a exigência japonesa de “administração política especial do Norte da China”.

2 Declaração do Partido Comunista da China publicada em 1 de Agosto de 1935. Os pontos essenciais eram os seguintes: “Neste momento em que a nação e o povo estão ameaçados de destruição iminente, o Partido Comunista, mais uma vez, apela para todos os compatriotas: quaisquer que sejam as divergências de opinião política e de interesses, passadas ou presentes, existentes entre os diferentes partidos, quaisquer que sejam as diferenças de pontos de vista e de interesses entre as distintas camadas sociais e quaisquer que sejam as acções hostis, passadas ou presentes, entre os distintos exércitos, todos elevem efectivamente despertar e compreender que “os irmãos em disputa no interior do lar devem unir as suas forças frente aos ataques do exterior”. Antes de mais, todos devem esforçar-se por acabar a guerra civil de maneira que o potencial humano, os recursos materiais e financeiros e a força armada do país possam ser inteiramente devotados à causa sagrada da resistência armada e salvação nacional. Solenemente, o Partido Co-

munista declara mais uma vez que, se as tropas do Kuomintang cessarem os seus ataques contra o Exército Vermelho, ou se qualquer das unidades armadas do Kuomintang combater o Japão, o Exército Vermelho, não obstante os velhos ódios e divergências a respeito das questões nacionais, não só cessará imediatamente as suas acções hostis contra essas forças como também ficará pronto a trabalhar de mãos dadas com elas para salvar a Pátria.” “O Partido Comunista está disposto a tomar a iniciativa da criação dum governo de defesa nacional e a negociar imediatamente a respectiva constituição com todos os partidos e grupos políticos, todas as organizações (sindicatos, associações de camponeses, de estudantes, câmaras de comércio, associações de ensino, de jornalistas, de professores, associações de conterrâneos, Chincuntam, associação para a defesa armada nacional, associações anti-japonesas, associação para a salvação nacional, etc), todas as personalidades eminentes, todos os intelectuais e homens políticos e todos os organismos administrativos e militares locais que queiram participar da causa da resistência ao Japão e salvação da Pátria. O governo de defesa nacional estabelecido como resultado das negociações deverá ser um órgão provisório de direcção para a salvação nacional e sobrevivência do país. Tal governo deverá tomar todas as medidas necessárias à formação dum órgão representativo que expresse verdadeiramente a vontade de todos os nossos compatriotas (compor-se-á de representantes eleitos democraticamente pelos operários, camponeses, militares, funcionários, comerciantes, intelectuais, por todos os partidos e grupos políticos, todas as organizações dispostas a resistir ao Japão e a salvar a nação, todos os chineses do ultramar e todas as nacionalidades da China) de maneira que sejam discutidos mais concretamente todos os problemas relativos à luta contra a invasão japonesa e a salvação da Pátria. O Partido Comunista compromete-se em absoluto a fazer os maiores esforços para ajudar a convocar esse órgão representativo de todo o povo, tanto como se compromete a aplicar integralmente as respectivas decisões.” “Um exército de aliança anti-japonesa deve ser integrado por todas as tropas que queiram resistir ao Japão. O seu quartel general deve ser organizado sob a direcção do governo de defesa nacional.

A questão de saber se o quartel general deve compor-se de delegados eleitos pelos oficiais e soldados anti-japoneses das várias unidades militares, ou constituir-se de forma diferente, deverá decidir-se segundo os representantes de todas as camadas sociais e a vontade pública da totalidade da nação. Para cumprir a sua missão sagrada de resistência ao Japão e salvação da Pátria, o Exército Vermelho compromete-se a ser o primeiro a integrar esse exército de aliança. Para que o governo de defesa nacional e o exército de aliança anti-japonesa sejam realmente capazes de desempenhar-se das suas pesadas responsabilidades, o Partido Comunista lança o seguinte apelo ao conjunto da nação: que os que têm dinheiro contribuam com dinheiro, que os que têm armas contribuam com armas, que os que têm víveres contribuam com víveres, que os que têm força de trabalho contribuam com força de trabalho e que os que têm alguma capacidade especial contribuam com essa capacidade especial, de maneira que todos os compatriotas sejam mobilizados e todas as armas antigas e modernas se usem para armar por milhões a população.”

3 “Resolução sobre a Situação Política Actual e as Tarefas do Partido”, adoptada na reunião do Biró Político do Comité Central do Partido,, em Uaiapao, norte do Xensi, a 25 de Dezembro de 1935. Nela se fazia uma análise sistemática da situação interna e internacional, bem como das modificações ocorridas nas relações de classe, e definia-se a política do Partido. Eis uma parte da resolução: “A situação actual mostra que a tentativa japonesa de anexação da China escandalizou o país e o mundo inteiro. Na vida política chinesa já ocorreram, ou estão» ocorrendo, modificações nas relações entre todas as classes, camadas sociais, partidos políticos e forças armadas. Reorganizam--se a frente revolucionária nacional e a frente contra--revolucionária nacional. Consequentemente, a linha táctica do Partido consiste em mobilizar, unir e organizar todas as forças revolucionárias da China, a nação inteira, para combater o principal inimigo com que se defrontam — o imperialismo japonês e o arqui-traidor Tchiang Kai-chek. Todos os indivíduos, partidos, forças armadas e classes opostos ao imperialismo japonês e ao traidor Tchiang Kai-chek devem unir-se para ampliar a sagra-

da guerra revolucionária nacional, expulsar os invasores japoneses, liquidar a dominação dos seus lacaios, conseguir a emancipação completa da China e salvaguardar a independência e integridade territorial. O imperialismo japonês e o seu laiaio Tchiang Kai-chek só poderão ser derrotados com o estabelecimento duma Frente Única Nacional Anti-Japonesa que seja a mais larga quanto possível (tanto no topo como na base). Naturalmente, os diferentes indivíduos, organizações, classes e camadas sociais, bem como as unidades armadas, podem aderir à revolução nacional anti-japonesa por diversos motivos e a partir de diferentes posições de classe. Alguns aderirão para manter a sua posição actual, outros para conseguir a hegemonia no movimento, de modo que este não ultrapasse os limites que toleram, e outros ainda para trabalhar sinceramente pela libertação completa da nação chinesa. Exactamente por essa diferença de motivos e posições de classe, alguns não--de vacilar ou trair logo no início da luta, outros tornar-se--ão passivos ou retirar-se--ão da frente a meio da luta, e outros ainda haverá que estarão dispostos a lutar até ao fim. A nossa tarefa não é apenas a de unir todas as possíveis forças básicas anti-japonesas, ela visa também unir todos os que podem converter-se em nossos aliados na luta contra o Japão, quer dizer, fazer com que, no país, todos os que têm força de trabalho dêem força de trabalho, os que têm dinheiro dêem dinheiro, os que têm armas dêem armas, os que têm conhecimentos dêem conhecimentos, e todo o patriota chinês se integre na frente anti-japonesa. É essa a linha geral táctica do Partido para a mais larga Frente Única Nacional. Só seguindo essa linha poderemos mobilizar as forças da nação inteira para enfrentar o inimigo comum do povo — o imperialismo japonês e o traidor Tchiang Kai-chek. A classe operária e os camponeses da China continuam a ser as principais forças motrizes da revolução chinesa. As grandes massas da pequena burguesia e os intelectuais revolucionários são o aliado mais seguro na revolução nacional.

A sólida aliança entre os operários, camponeses e pequena burguesia representa a força fundamental para a derrota do imperialismo japonês, dos colaboracionistas e dos traidores. Embora desapro- vando a revolução agrária e o regime vermelho, certo sector da

burguesia nacional e dos caudilhos militares pode contribuir para a ampliação da frente anti-japonesa desde que passe a mostrar sim- patia ou mantenha uma neutralidade amistosa em relação à luta contra o Japão, à luta contra os colaboracionistas e os traidores, ou ainda se participar directamente nessa luta. Isso arrancá-lo-á ao campo das forças contra-revolucionárias e aumentará o conjunto das forças revolucionárias. Com esse objectivo em vista, o Partido deve empregar todos os meios e todos os processos adequados para ganhar forças para a frente anti-japonesa. Ademais, no próprio campo dos senhores de terras e da classe dos compradores não existe unidade completa, pois são muitas as potências imperialistas que até hoje lutam pela China, daí resultando a formação de diferentes grupos de traidores ao serviço desta ou daquela potência imperialista, grupos que mantêm contradições e conflitos entre si. O Partido tem pois de valer-se de todos os meios para, ainda que temporariamente, manter algumas dessas forças contra-revolucionárias fora da oposição activa à frente anti-japonesa. E as mesmas tácticas devem ser observadas com relação às outras potências imperialistas, à parte do Japão. Ao mobilizar, unir e organizar as forças do conjunto da nação contra o inimigo comum, o Partido deve combater resoluta e implacável- ment todas as tendências à hesitação, ao compromisso, à capitulação e à traição no seio da Frente Única Anti-japonesa. Todos os que sabotam o movimento popular anti-japonês são colaboracioni- stas e traidores, razão por que todos nós temos o dever de combatê- los. O Partido Comunista deve fazer por ganhar a direcção da frente anti-japonesa através de propostas e acções consequentes e correc- tas contra o imperialismo japonês, contra os colaboracionistas e contra os traidores. O movimento popular anti-japonês só pode conquistar a vitória completa se estiver dirigido pelo Partido Co- munistas. Com respeito às grandes massas populares na guerra anti-japonesa, é necessário satisfazer as suas reivindicações fundamen- tais, como seja a reivindicação de terra por parte dos camponeses e a exigência de melhoria de vida por parte dos operários, soldados, cidadãos pobres e intelectuais. Só quando as suas reivindicações estiverem satisfeitas é que nós poderemos mobilizar ainda mais as grandes massas populares para a frente anti-japonesa, poderemos

manter o movimento anti-japonês e levá-lo até à vitória total. Só assim poderemos conquistar a direcção da Guerra Anti-japonesa.” Ver “Sobre a Tática na Luta contra o Imperialismo Japonês”.

4 Ver telegrama expedido a 5 de Maio de 1936 pelo Exército Vermelho ao governo de Nanquim, contendo a exigência de que este pusesse fim à guerra civil e concluísse um acordo de paz com o Partido Comunista com vista à unidade para a resistência ao Japão. O texto integral era o seguinte: “Ao Conselho Militar do Governo Nacional, Nanquim, a todas as forças de terra, mar e ar, a todos os partidos, a todos os grupos, a todas as organizações, a todos os jornais e a todos os com-patriotas que não aceitam ser escravos duma nação estrangeira: Depois que cruzou o rio Amarelo em expedição para leste, a vanguarda anti-japonesa do Exército Vermelho do povo chinês, organizada pela Comissão Militar Revolucionária do Exército Vermelho chinês, venceu todas as batalhas e causou desse modo uma repercussão à escala nacional. Contudo, assim que ela ocupou a via férrea Tatom-Pudjou e se preparou activamente para uma marcha, em direcção de leste, sobre Hopei, com vistas a empreender operações directas contra os imperialistas japoneses, Tchiang Kai-chek enviou mais de dez divisões para o Xansi a fim de ajudarem Ien Si-xan a travar o referido avanço. Além disso, se ordenou às tropas de Tcham Siue-liam e Iam Hu-tchem, assim como às tropas acantonadas no norte do Xensi, que penetrassem na região vermelha Xensi-Cansu para embaraçar a nossa retaguarda anti-japonesa. Para alcançar o seu objectivo de recontro directo com os japoneses, a vanguarda anti-japonesa do Exército Vermelho do povo chinês deveria ter concentrado as suas forças para esmagar todas as tropas de Tchiang Kai-chek que impediam o seu avanço. Após reflectida deliberação, porém, a Comissão Revolucionária do Exército Vermelho chegou à seguinte conclusão: na presente situação de crise nacional, uma batalha decisiva entre as duas partes, não importa em favor de quem possa terminar, só reduzirá o poderio chinês de defesa nacional e regozijará os imperialistas japoneses. Além disso, entre as tropas de Tchiang Kai-chek e Ien Si-xan não são poucos os oficiais e soldados patriotas que querem acabar com a guerra

civil e estabelecer uma unidade contra o Japão; ao executarem as ordens, de Tchiang e Ien, de bloqueio ao Exército Vermelho no seu combate aos japoneses, eles estão praticamente a agir contra a sua própria consciência. Nesses termos, para manter intacto o poderio de defesa nacional de maneira a facilitar a prossecução, dentro em breve, da Guerra Anti-japonesa, a fim de executar resolutamente a declaração que temos repetido ante a nação, de cessação da guerra civil e unidade contra o Japão, e também para acelerar o despertar final de Tchiang Kai-chek e dos oficiais e soldados patriotas no interior do seu exército, a Comissão Militar Revolucionária do Exército Vermelho retirou a vanguarda anti-japonesa do povo para oeste do rio Amarelo, não obstante as numerosas vitórias obtidas no Xansi. Com essa atitude, que é uma prova de boa-fé para com o governo de Nanquim, para com todas as forças de terra, mar e ar, e para com o povo do país inteiro, nós queremos, dentro dum mês, tornar efectivo um cessar-fogo com relação a todas as unidades armadas que atacam o Exército Vermelho anti-japonês e iniciar com todas elas negociações de paz para pôr termo à guerra civil e resistir ao Japão. A Comissão Militar Revolucionária do Exército Vermelho aconselha pois solenemente os senhores do governo de Nanquim, neste momento crítico em que a nação se vê sob ameaça de destruição total, a romper com o seu passado e, de harmonia com a máxima “os irmãos em disputa no interior do lar devem unir as suas forças frente aos ataques do exterior”, a cessar a guerra civil à escala nacional, primeiro que tudo a guerra no Xensi, Cansu e Xansi, de modo que ambas as partes possam enviar delegados para a discussão das medidas específicas de resistência ao Japão e salvação da Pátria. Isso será uma felicidade tanto para vós como para a nação inteira. Se os membros do governo se recusam obstinadamente a ouvir a voz da razão, se preferem agir como co-laboracionistas e traidores, o vosso regime acabará sem dúvida por desmoronar-se e, com toda a certeza, serão repudiados e derrubados pela totalidade do povo do país. Há um velho ditado que diz: “Apontado por um milhar de dedos acusadores, um homem morre mesmo em estado de perfeita saúde”. E outro afirma: “O carniceiro transforma-se em buda a partir do momento em que deixa cair o facão”. Essas são palavras para ponderar e assimilar. A Comissão

Militar Revolucionária do Exército Vermelho apela para que todas as organizações, partidos e povo de todo o país que não aceitam ser escravos duma nação estrangeira, apoiem a nossa proposta de cessar-fogo, de negociações de paz e unidade contra o Japão, de organização dum comité que acelere a cessação da guerra civil e de enviode delegados que se instalariam entre as duas linhas de fogo, promovendo e inspeccionando a realização de tal política.”

5 Ver a nota 7 ao artigo “Declaração a propósito duma Declaração de Tchiang Kai-chek”.

6 Na “Resolução sobre a Situação Política Actual e as Tarefas do Partido”, aprovada em Dezembro de 1935 pelo Birô Politico do Comité Central do Partido Comunista da China e no relatório do camarada Mao Tsetung, “Sobre a Tática na Luta contra o Imperialismo Japonês”, o nosso Partido avançou a palavra de ordem de república popular. Posteriormente, por exigências da situação, o Partido adoptou a política de forçar Tchiang Kai-chek a resistir ao Japão, e, considerando que a palavra de ordem de república popular podia ser rejeitada pela camarilha de Tchiang Kai-chek, substituiu-a pela de república democrática, como se lê na carta dirigida ao Kuomintang, em Agosto de 1936. Em seguida, em Setembro do mesmo ano, esclareceu duma maneira concreta essa palavra de ordem na “Resolução sobre a Nova Situação no Movimento de Resistência ao Japão e Salvação da Pátria e sobre a República Democrática” aprovada pelo Comité Central do Partido. O conteúdo da segunda palavra de ordem era essencialmente o mesmo da primeira, embora expresso em forma distinta. A seguir dão-se dois trechos sobre os problemas da república democrática, extraídos da resolução aprovada pelo Comité Central do Partido em Setembro de 1936:

“O Comité Central do Partido pensa que, na presente situação, torna-se necessário propor a palavra de ordem de estabelecimento duma república democrática, visto ser esse o melhor meio de unir todas as forças anti-japonesas, a fim de se garantir a integridade territorial da China e prevenir a calamidade de extermínio do povo e subjugação do país, e ainda por ser essa a palavra de ordem mais

adequada a uma frente única baseada nas reclamações democráticas de grandes sectores do povo. A república democrática significa uma democracia que, geograficamente, é muito mais extensa que a ditadura democrática dos operários e camponeses sobre uma parte do território chinês, assim como um sistema político muito mais progressista que a ditadura do Kuomintang de um único partido sobre as regiões mais importantes do território chinês. Por consequência, ela poderá garantir melhor a mobilização geral e a vitória completa na Guerra Anti-japonesa. Além disso, a república democrática tornará possível a intervenção dum máximo de sectores dentre as massas populares na vida política do país, elevando-se desse modo a sua consciência política e aumentando-se a sua força organizada, ao mesmo tempo que abrirá um campo de livre acção para o proletariado chinês e respectivo líder, o Partido Comunista, na sua luta pela vitória futura do socialismo. Essa a razão por que o Partido Comunista da China declara apoiar activamente o movimento em favor duma república democrática. Mais declara o Partido que, a partir do momento do estabelecimento da república democrática em todo o país e a partir da convocação dum Parlamento eleito por sufrágio universal, as regiões vermelhas passarão a constituir parte integrante dessa república, o povo que nelas vive elegerá os seus representantes ao Parlamento e o mesmo sistema democrático será nelas introduzido.”

“O Comité Central sublinha enfaticamente que só continuando a ampliar o movimento popular chinês de resistência ao Japão e salvação da Pátria, só alargando a Frente Única Nacional Anti-japonesa de todos os partidos, grupos políticos, camadas sociais e forças armadas, só reforçando o papel dirigente, no plano político, do Partido Comunista da China no seio da Frente Única Nacional, só consolidando ao máximo o poder político vermelho e o Exército Vermelho, só travando um combate decidido contra todas as palavras e acções que vendam a nossa soberania, humilhem a nação e enfraqueçam a força da Frente Única Nacional, só assim, poderemos compelir o governo de Nanquim do Kuomintang a resistir ao Japão e criar as condições prévias para a instauração duma república democrática. Sem uma luta árdua e prolongada, sem uma

mobilização de todo o povo chinês e sem um auge revolucionário, a república democrática não pode ser estabelecida. No decorrer da luta pela república democrática, o Partido Comunista da China deve agir de modo que a república democrática comece pela realização do Programa em Dez Pontos para a Resistência ao Japão e Salvação da Pátria proposto pelo nosso Partido e cumpra até ao fim as tarefas básicas da revolução democrático-burguesa da China.”

7 O telegrama foi expedido a 10 de Fevereiro de 1937. O texto integral era o seguinte:

“Aos senhores delegados à Terceira Sessão Plenária do Comité Executivo Central do Kuomintang:

A solução pacífica do Incidente de Si-an foi festejada por todo o país; é realmente uma fortuna para o país e para a nação que, daqui para diante, a linha de unificação pacífica e unidade contra a agressão estrangeira possa ser realizada. Neste momento em que os invasores japoneses atacam com frenesi a nação chinesa não tem mais do que uma pádua possibilidade de sobrevivência, o nosso Partido espera ansiosamente que, de acordo com essa linha, a Terceira Sessão Plenária do Comité Executivo Central do vosso Partido adopte como política nacional os pontos seguintes:

- (1) Acabar com toda a guerra civil e dedicar a totalidade das forças nacionais à resistência contra a agressão estrangeira;
- (2) Garantir a liberdade de palavra, reunião e as-sociação, e libertar todos os prisioneiros políticos;
- (3) Convocar uma conferência de representantes de todos os partidos, grupos políticos, camadas sociais e forças armadas, e concentrar todas as capacidades da nação na luta comum de salvação da Pátria;
- (4) Concluir com brevidade todos os preparativos de resistência ao Japão;
- (5) Melhorar as condições de vida do povo. Se a Terceira Sessão Plenária do vosso Comité Executivo Central aplica resoluto e firmemente essa política nacional, o nosso Partido, a fim de comprovar a nossa boa fé na unidade contra a agressão estrangeira, garantirá o que se segue:

(1) Cessação, em todo o país, da política de insurreição armada para derrubar o governo nacional;

(2) Substituição da designação de Governo Democrático dos Operários e Camponeses pela de Governo da Região Especial da República da China e consideração do Exército Vermelho como uma parte do Exército Revolucionário Nacional, ficando ambos, respectivamente, sob as instruções directas do Governo Central de Nanquim e do Conselho Militar deste;

(3) Introdução, nas regiões sob autoridade do governo especial, dum sistema democrático autêntico baseado no sufrágio universal;

(4) Cessação da política de confisco das terras dos senhores de terras e aplicação resoluto do programa comum da Frente Única Nacional Anti-japonesa.

8 Em Novembro e Dezembro de 1956, desencadeou-se uma grande greve entre os 45.000 operários de 26 fábricas têxteis chinesas e japonesas de Xangai. Em Dezembro, os operários de todas as fábricas têxteis japonesas de Tsintao entraram solidariamente em greve. Os operários de Xangai alcançaram a vitória de um aumento de cinco por cento no seu salário, a partir de Novembro, e os patrões foram obrigados a acabar com os despedimentos arbitrários, os abusos e as ofensas corporais sobre os operários. A greve em Tsintao foi re-primida pela Infantaria de Marinha Japonesa.

9 A Inglaterra e os Estados Unidos mudaram de atitude frente ao Japão assim que os seus interesses no Norte e no Centro da China ficaram directamente prejudicados, com a ocupação japonesa do Xanghaiquan e a penetração japonesa no Norte da China, em 1933, e, especialmente, depois do “Acordo Ho-Umezu”, em 1935. Eles passaram a influenciar, nesse sentido, a política do governo de Tchiang Kai-chek em relação a Japão. Quando se produziu o Incidente de Si-an em 1936, a Inglaterra recomendou ao governo de Nanquim que rejeitasse as exigências japonesas que prejudicavam os interesses britânicos na China, sugerindo, inclusivamente, e desde que Tchiang Kai-chek mantivesse um controle sobre o povo chinês, a possibilidade de “formação duma espécie de aliança com o Partido Comunista”, para que se golpeasse a política de agressão

japonesa.

10 Em Junho de 1936, sob pretexto de “resistir ao Japão e salvar a Pátria”, Li Tsum-jcn e Bai Tchou-si, caudilhos militares de Cuansi, e Tchen Tsi-tam, caudilho de Cuantun, declararam-se conjuntamente em oposição a Tchiang Kaichek. Em Agosto, por suborno c intrigas de Tchiang Kaichek, a oposição desfez-se.

11 Em Agosto de 1936, as tropas japonesas e as tropas fantoches chinesas começaram a invasão de Sui-ian. Em Novembro, as tropas chinesas aquarteladas nessa província passaram à resistência e o povo do país inteiro iniciou um movimento de apoio ao combate.

12 Depois do “Acordo Ho-Umezu” de 1935, sob a pressão do crescente sentimento anti-japonês do povo chinês, e em virtude da influência dum política mais coesa, por parte da Inglaterra e dos Estados Unidos, contra o Japão, o governo kuomintanista de Nanquim tornou-se um pouco mais firme na sua atitude frente ao Japão. Nas negociações de Setembro a Dezembro de 1936, o governo do Kuomintang recorreu a medidas dilatórias, suspendendo-se as negociações sem que se chegasse a quaisquer resultados.

13 Reunião do Comité Executivo Central do Kuomintang, em Nanquim, a 15 de Fevereiro de 1937, após a solução pacífica do Incidente de Si-an.

14 Ah Q, personagem central de A Verdadeira História de Ah Q, célebre novela do grande escritor chinês Lu Sun. Com Ah Q, o autor retrata o tipo dos que buscam compensar os fracassos e reveses da vida real considerando-os como “vitórias morais”.

15 Os Três Princípios do Povo de Sun Yat-sen são os princípios e programa formulados por este, relativamente a três problemas: o nacionalismo, a democracia e o bem-estar do povo. Isso, porém, não representa a sua concepção do mundo ou sistema teórico. No período da revolução democrático-burguesa na China, os comunistas aceitaram os pontos fundamentais dos princípios e do programa formulados por Sun Yat-sen. Embora cooperando com

Sun Yat-sen, eles discordavam com a visão do mundo e com o sistema teórico burguês e pequeno-burguês em que este se baseava. Os comunistas chineses, como vanguarda do proletariado chinês, diferiam dele por completo, no que respeitava à visão do mundo e ao sistema teórico, bem como quanto à análise teórica da questão nacional e outras questões. Ver “Sobre a Democracia Nova” do camarada Mao Tsetung.

16 Reorganizado em 1924 por Sun Yat-sen, o Kuomintang passou a ser uma aliança revolucionária de várias classes, onde os comunistas intervinham a título individual. Depois de ter traído a revolução em 1927, o Kuomintang começou por todo o país um massacre de comunistas e vários dos seus membros de esquerda que apoiavam realmente as três grandes políticas de Sun Yat-sen. Foi a esse massacre que o Kuomintang chamou a “depuração do partido”. A partir de então o Kuomintang converteu-se no partido político contra-revolucionário dos grandes senhores de terras e da grande burguesia.

17 Situação criada pela direcção oportunista do Comité Central do Partido na primeira metade de 1927.

LUTEMOS PARA INCORPORAR AS MASSAS POR MILHÕES NA FRENTE ÚNICA NACIONAL ANTI-JAPONESA

(7 de Maio de 1937)

Camaradas! No decurso das nossas discussões destes últimos dias, vocês mostraram-se de acordo com o meu relatório “As Tarefas do Partido Comunista da China no Período de Resistência ao Japão”. Apenas uns quantos camaradas expressaram pontos de vista discordantes. Como essa discordância é bastante importante, eu vou discuti-la logo de entrada nas minhas conclusões, sendo só depois que tratarei de certos outros problemas.

A QUESTÃO DA PAZ

Há quase dois anos que o nosso Partido vem lutando pela paz interna. Após a Terceira Sessão

Conclusões apresentadas pelo camarada Mao Tsetung na Conferência Nacional do Partido Comunista da China, em Maio de 1937

Plenária do Comité Executivo Central do Kuomintang, nós declaramos que a paz tinha sido alcançada, que a fase da “luta pela paz” já tinha passado e a nova tarefa era “consolidar a paz”, sublinhámos igualmente que essa nova tarefa estava ligada à “luta pela democracia”, quer dizer, uma consolidação da paz através da luta pela democracia. Não obstante, para certos camaradas, a nossa opinião é insustentável. De certeza que a conclusão de tais camaradas ou é a oposta à nossa ou oscila entre as duas. Efectivamente, eles objectam: “O Japão recua e Nanquim vacila mais do que nunca; a contradição entre os dois países enfraquece e a que existe no interior do nosso próprio país torna-se mais aguda.” De acordo com tal apreciação, é evidente que não há nova fase nem nova tarefa, e a situação regressou ao seu velho estádio ou até mesmo se deteriorou. Eu considero esse ponto de vista incorrecto.

Quando dizemos que se alcançou a paz, não queremos dizer que esta se consolidou; pelo contrário, afirmámos que a paz não está consolidada. Fazer a paz e consolidar a paz são duas coisas diferentes. A História pode alterar o seu curso por um momento e a paz pode esbarrar com dificuldades, já que existem o imperialismo japonês, os traidores, o grupo pró-japonês. A realidade, porém, é que a paz foi alcançada após o Incidente de Si-an; e essa situação foi um resultado de vários factores (a política básica de invasão por parte do Japão, a atitude favorável da União Soviética, e também da Inglaterra, Estados Unidos e França, sobre a paz interna na China, a pressão por parte do povo chinês, a política de paz do Partido Comunista da China durante o Incidente de Si-an, bem

como a política deste visando pôr fim ao antagonismo entre os dois regimes, a diferenciação no seio da burguesia, a diferenciação no seio do Kuomintang, etc), por si só Tchiang Kai-chek não podia fazer nem romper a paz interna.

Para rompê-la, ele teria de lutar contra várias forças e chegar-se aos imperialistas japoneses e ao grupo pró-japonês. Não há dúvida de que os imperialistas japoneses e o grupo pró-japonês ainda tentam prolongar a guerra civil na China. E é justamente por isso que a paz ainda não se consolidou. Sendo assim, chegamos à conclusão de que, em vez de voltar às velhas palavras de ordem de “acabar com a guerra civil” e “lutar pela paz”, devemos dar um passo em frente e adoptar a nova palavra de ordem de “combater pela democracia”, pois só dessa maneira poderá consolidar-se a paz interna e transformar em realidade a Guerra de Resistência contra o Japão.

Por que razão avançamos a tripla palavra de ordem de “consolidar a paz”, “lutar pela democracia” e “fazer a guerra de resistência”? A resposta é que queremos empurrar para a frente a roda da revolução, e as circunstâncias permitem que isso se faça. Se se nega o novo estádio e a nova tarefa, se se nega que o Kuomintang “começou a mudar” e, seguindo a mesma lógica, se negam os êxitos alcançados por todas as forças que, há ano e meio, vêm lutando pela paz, fica-se num mesmo lugar, não se avança um só passo. E por que razão tais camaradas fazem essa apreciação inadequada? Porque, ao examinarem a situação actual, não partem do que é fundamental, mas sim de vários fenómenos parciais e temporários (a diplomacia de Sato, o julgamento de Sudjou2, a repressão

das greves, a transferência para : leste do exército do Nordeste³, a partida do general Lam Hu-tchem para o estrangeiro⁴, etc). Daí o seu quadro sombrio.

Nós dizemos que o Kuomintang começou a mudar mas, ao mesmo tempo, dizemos que ainda não mudou por completo.

É inconcebível que a política reaccionária do Kuomintang destes últimos dez anos mude completamente sem que se despendam novos esforços — sem mais e maiores esforços — tanto da parte do povo como da nossa. Não são poucos os homens de “esquerda”, que em muitas ocasiões condenaram violentamente o Kuomintang e, durante o Incidente de Si-an, defenderam a ideia de executar Tchiang Kai-chek e “abrir caminho pelo Tonquan”⁵, que ficam agora surpreendidos quando acontecimentos como o julgamento de Sudjou se verificam logo após a realização da paz, e perguntam a si próprios: “Por que razão Tchiang Kai-chek continua ainda a fazer tais coisas?” Eles deveriam compreender que tanto os comunistas como Tchiang Kai-chek não são génios celestes nem indivíduos isolados, e sim membros dum partido e duma classe.

O Partido Comunista é capaz de fazer avançar a revolução passo a passo, mas não pode eliminar dum dia para outro todos os demónios que existem no país. Tchiang Kai-chek e o Kuomin-tang já começaram a mudar, mas a lama dos últimos dez anos não será seguramente removida em uma só manhã, sem maiores esforços por parte da totalidade do povo. Nós afirmamos que a tendência é no sentido da paz, da democracia e da resistência, mas isso não implica que os velhos diabos

— a guerra civil, a ditadura e a não-resistência — sejam eliminados sem qualquer esforço. Só com luta e esforços, luta e esforços durante um longo período, poderemos eliminar os velhos diabos, a velha lama, e evitar falhas ou mesmo possíveis retrocessos na revolução.

“Eles estão determinados a destruir-nos.” Isso é verdade, eles tentam a todo o momento destruir-nos. Eu aceito inteiramente essa apreciação que está correcta, e acho que é preciso estar-se de olhos fechados para não ver isso. Mas a questão está em saber se tem, ou não, havido mudança no modo como eles tentam destruir-nos. Penso que sim. A mudança consiste na passagem duma política de guerra e massacre para uma política de reforma e engano, duma política de dureza para uma política de doçura, duma política de solução militar para uma política de solução política. Por que é que se verificou essa mudança? Confrontados com o imperialismo japonês, a burguesia e o Kuomintang estão temporariamente obrigados a procurar um aliado no proletariado, assim como nós buscamos um aliado na burguesia.

Há que partir desse ponto ao apreciar-se a questão. Por razão semelhante, no plano internacional, o governo francês passou duma atitude hostil a uma atitude de aliança frente à União Soviética.

A nossa tarefa interna passou de militar a política. Não necessitamos de conspirações nem fraudes; o nosso objectivo é derrotar o imperialismo japonês num esforço comum, por meio da união com todos os elementos da burguesia e do Kuomintang que estejam a favor da resistência.

A QUESTÃO DA DEMOCRACIA

“Pôr o acento na democracia é errado, o acento deve recair apenas sobre a resistência ao Japão. Sem acção directa contra o Japão não pode haver movimento pela democracia. A maioria do povo quer apenas a resistência ao Japão, não quer democracia, e o que estaria certo seria um outro ‘Movimento de 9 de Dezembro.’”

Antes de mais, permitam-me fazer algumas perguntas. Acaso poderá dizer-se que o que a maioria do povo queria no período que passou (desde o Movimento de 9 de Dezembro de 1935 à Terceira Sessão Plenária do Comité Executivo Central do Kuomintang, em Fevereiro de 1937) era apenas a resistência ao Japão e não a paz interna? Acaso terá sido errado sublinhar naquela altura a questão da paz interna? Era porventura impossível a existência dum movimento para a paz interna sem uma acção directa contra o Japão (o Incidente de Si-an e a Terceira Sessão Plenária do Comité Executivo Central do Kuomintang verificaram-se depois da cessação da resistência em Sui-ian, e hoje, igualmente, não há nada equivalente à resistência de Sui-ian nem ao Movimento de 9 de Dezembro)? Toda a gente sabia que, para resistir ao Japão, era necessária a paz interior, que sem paz interior não podia haver resistência ao Japão, e que a paz interna era condição da resistência. Todas as actividades anti-japonesas do período anterior, directas ou indirectas (a começar pelo Movimento de 9 de Dezembro e terminando com

à Terceira Sessão Plenária do Comité Executivo Central do Kuomintang), tinham como eixo a luta pela paz interna, que era na altura o elo central, a questão mais essencial do movimento anti-japonês desse período.

Do mesmo modo, no novo período, a democracia é a questão mais essencial para a resistência ao Japão, e lutar pela democracia é lutar pela resistência ao Japão. A resistência e a democracia condicionam-se mutuamente, tal como se condicionam a resistência e a paz interna, a democracia e a paz interna. A democracia é a garantia da resistência, e a resistência pode proporcionar condições favoráveis para o de-senvolvimento do movimento democrático.

Nós pensamos que, no novo período, hão-de registar-se — registrar-se-ão de certeza — muitas lutas directas e indirectas contra o Japão, e isso vai impulsionar a guerra de resistência e ajudar considera-velmente o movimento democrático. Contudo, o central, o essencial da tarefa revolucionária que a História nos impõe é conseguir a democracia. Democracia! Será errado insistir na democracia? Penso que não.

“O Japão recua, a Inglaterra e o Japão estão virtualmente inclinados a estabelecer um compromisso, e Nanquim hesita mais do que nunca.” A ignorância das leis do de-senvolvimento histórico deu lugar a essa inquietação inútil. Se houvesse uma revolução no Japão e este se retirasse de facto da China, isso ajudaria a revolução chinesa, seria exactamente o que desejamos e marcaria o começo do colapso da frente mundial de agressão. Que outra razão poderia

então existir para inquietações? A realidade, porém, é que não é isso que se está verificando; a diplomacia de Sato é a preparação para uma guerra de grande escala, e estamos face a face com tal guerra. A política de hesitação da Inglaterra não a levará a resultado algum, o seu choque de interesses com o Japão fornece a certeza disso. Se Nanquim continuar a hesitar por muito tempo, transformar-se-á no inimigo da totalidade do povo; simplesmente os seus interesses não lhe permitirão isso. Um recuo temporário não pode mudar as leis gerais da História. Assim, ninguém pode negar a existência da nova fase nem a necessidade de fixar como tarefa a luta pela democracia. Aliás, em qualquer caso a palavra de ordem de democracia é adequada, pois é evidente que ao povo chinês tem faltado sempre democracia, nunca gozou dela em excesso. E a situação actual já mostrou que definir a nova fase e estabelecer como tarefa a luta pela democracia, é avançar um passo mais no sentido da resistência. A situação já andou para a frente, não a puxemos para trás.

“Por que razão insistimos na questão da assembleia nacional?” Porque isso pode afectar todos os aspectos da vida, porque se trata duma ponte que vai da ditadura reaccionária à democracia, está ligada à defesa nacional e é uma instituição legal. Recuperar o Hopei oriental e o Tchahar setentrional, combater o contrabando, opor-se à “colaboração económica”(1), etc., como houve camaradas que propuseram, está inteiramente correcto, antecedendo até que isso e a luta pela democracia e pela assembleia nacional não estão de modo algum em contradição, pelo contrário,

completam-se mutuamente; mas o essencial é a assembleia nacional e a liberdade para o povo.

Está inteiramente certo e é indiscutível que a luta diária contra o Japão e a luta pela melhoria de vida do povo devem ligar-se ao movimento pela democracia. Mas na fase presente, a questão central, essencial, é a democracia e a liberdade.

A QUESTÃO DO FUTURO DA REVOLUÇÃO

Alguns camaradas fizeram essa pergunta, mas eu não posso dar mais do que uma resposta breve. Ao escrever-se um artigo, a segunda parte só deve ser redigida depois que a primeira esteja terminada. A direcção firme da revolução democrática é uma condição da vitória do socialismo. Nós lutamos pelo socialismo e, nesse domínio, somos diferentes daqueles que se limitam aos Três Princípios do Povo revolucionários. O socialismo é o grande objectivo futuro para o qual se dirigem os nossos esforços actuais; se perdemos esse objectivo de vista, deixamos de ser comunistas. E igualmente deixamos de ser comunistas se relaxamos os nossos esforços actuais. Somos partidários da teoria da transição da revolução e estamos pela transição da revolução democrática para o socialismo. A revolução democrática há-de desenvolver-se através de várias etapas, tudo sob a palavra de ordem duma república democrática. A

passagem do domínio da burguesia para o domínio do proletariado é um longo processo de luta, de luta pela direcção, e depende do trabalho do Partido Comunista na elevação do nível da consciência política e organização do proletariado, na elevação do nível da consciência política e organização do campesinato e da pequena burguesia urbana.

O aliado mais firme do proletariado é o campesinato, vindo a seguir a pequena burguesia urbana. É a burguesia quem nos disputará a direcção.

Para vencer as hesitações da burguesia e a sua falta de firmeza revolucionária, devemos apoiar-nos na força das massas e na justeza da nossa política pois, doutro modo, será a burguesia quem vencerá o proletariado.

Uma transição não sangrenta é o que desejaríamos e constitui aquilo por que devemos esforçar-nos, simplesmente o resultado desses esforços depende da força das massas.

Somos partidários da teoria da transição da revolução e não da tese trotskista da “revolução permanente”⁸. Somos pela realização do socialismo através de todas as etapas necessárias da república democrática. Somos contra o seguidismo, e também somos contra o espírito de aventura e a impetuosidade.

Rejeitar a burguesia com fundamento no facto de a sua participação na revolução ser temporária, e descrever a aliança com os sectores anti-japoneses da burguesia (num país semi-colonial) como sendo capitulacionismo, é uma abordagem trotskista com a qual não podemos estar de acordo. Hoje, tal aliança constitui na realidade a ponte necessária que leva ao socialismo.

A QUESTÃO DOS QUADROS

Para dirigir uma grande revolução necessita-se dum grande partido e muitos quadros de excelente qualidade. Na China, com uma população de 450 milhões de habitantes, será impossível levar por diante esta grande revolução sem precedentes na História, se a direcção se compuser dum grupo reduzido e estreito e os líderes e quadros do Partido forem pequenos de espírito, de curtas vistas e incompetentes. Desde há muito que o Partido Comunista da China é um grande partido, e continua a sê-lo não obstante as perdas sofridas no período da reacção; ele dispõe de numerosos líderes e quadros que são bons, muito embora isso ainda não seja suficiente. As organizações do nosso Partido devem estender-se por todo o país, e nós devemos formar, conscienciosamente, dezenas de milhares de quadros e centenas de dirigentes de massas de primeira qualidade. Eles devem ser quadros e dirigentes sabedores do Marxismo-Leninismo, com uma visão política ampla, competentes no trabalho, penetrados de espírito de sacrifício, capazes de, por si próprios, solucionar os problemas, inabaláveis diante das dificuldades, e leais e devotados no serviço da nação, da classe e do Partido. É nesses quadros e nesses dirigentes que o Partido se apoia na sua ligação com os demais membros e as massas, e é apoiando-se na firme direcção desses membros sobre as massas que o Partido pode alcançar o objectivo de derrotar o inimigo. Tais quadros e dirigentes devem

ser destituídos de todo o egoísmo, de todo o heroísmo individualista, ostentação, indolência, passividade e sectarismo arrogante; elevem ser desinteressados heróis da sua própria nação e da sua classe. Essas são as qualidades e o estilo de trabalho exigidos aos membros, quadros e dirigentes do nosso Partido. Tal é o legado espiritual que nos deixaram as dezenas de milhares de membros e os milhares de quadros e dezenas de líderes de excelente qualidade que deram a vida em benefício da causa. Não resta qualquer dúvida de que devemos adquirir essas qualidades, fazer ainda mais pela nossa própria reeducação e elevar-nos a um nível revolucionário mais alto. Mas nem mesmo isso será suficiente: devemos considerar também como tarefa a descoberta dum grande número de novos quadros e líderes no interior do Partido e no país. A nossa revolução depende dos quadros. Como dizia Estaline, “os quadros decidem tudo.”⁹

A QUESTÃO DA DEMOCRACIA NO INTERIOR DO PARTIDO

Para atingir esse objectivo, a democracia no seio do Partido é necessária. Se queremos tornar forte o Partido, temos de praticar o centralismo democrático para estímulo da iniciativa em todo o Partido. Havia mais centralismo durante o período da reacção e guerra civil. No novo período, o centralismo deve estar estreitamente ligado à democracia. Apliquemos pois a democracia, para fomentar assim a iniciativa no interior de todo o nosso Partido. Estimulemos

a iniciativa de todos os membros do Partido para, dessa maneira, treinarmos novos quadros em grande número, eliminarmos os resíduos de sectarismo, e unirmos, com uma solidez de aço, a totalidade do nosso Partido.

UNIDADE DA CONFERÊNCIA E DA TOTALIDADE DO PARTIDO

Após as explicações, as opiniões dissidentes expressas nesta conferência em matéria política foram postas de acordo, e a velha divergência entre a linha do Comité Central e a linha de retirada adoptada sob a direcção de certos camaradas, também ficou liquidada¹⁰; isto prova que o nosso Partido já alcançou uma unidade bem sólida. Essa unidade constitui a base mais importante para a actual revolução nacional e democrática, pois a unidade do conjunto da classe e a unidade da nação inteira só podem atingir--se através da unidade do Partido Comunista; e só com a unidade do conjunto da classe e da totalidade da nação se poderá derrotar o inimigo e concluir a tarefa da revolução nacional e democrática.

LUTEMOS PARA INCORPORAR AS MASSAS POR MILHÕES NA FRENTE ÚNICA NACIONAL ANTI-JAPONESA

O objectivo da nossa correcta linha política e da nossa sólida unidade é lutar para incorporar as mas-

sas por milhões na Frente Única Nacional Anti-Japonesa. As grandes massas do proletariado, do campesinato e da pequena burguesia urbana necessitam do nosso trabalho de propaganda, agitação e organização. Mais esforços da nossa parte são ainda necessários para estabelecer uma aliança com aqueles sectores da burguesia que se opõem ao Japão. Fazer da política do Partido a política das massas é algo que exige esforço, esforço prolongado e persistente, inflexível, enérgico, árduo, tenaz, paciente e decidido. Sem esse esforço nada poderemos conseguir. A formação e consolidação da Frente Única Nacional Anti-japonesa, o cumprimento da tarefa que isso implica e o estabelecimento duma república democrática na China são absolutamente inseparáveis desse esforço de conquista das massas. Se com tal esforço alcançamos a vitória de colocar os milhões e milhões de homens sob nossa direcção, a nossa tarefa revolucionária poderá ser rapidamente cumprida. Com os nossos esforços, seguramente que haveremos de derrotar o imperialismo japonês e atingir a libertação total da nação e da sociedade.

NOTAS

1 Depois do Incidente de Si-an, os imperialistas japoneses adoptaram provisoriamente uma posição aparentemente moderada, na esperança de levarem as autoridades do Kuomintang a romper a paz interna na China, paz que nessa época já tinha começado a estabelecer-se, e ainda no intuito de romperem a Frente Única Nacional Anti-japonesa que então se formava progressivamente. Em Dezembro de 1956, e em Março de 1937, sob instigação dos agressores japoneses, o governo autónomo, fantoche, da Mongólia Inte-

rior expediu dois telegramas públicos ao governo kuomintanista de Nanquim, manifestando-lhe o seu apoio. Desejoso de seduzir Tchiang Kai-chek, Sato, ministro dos negócios estrangeiros do Japão, declarou hipocritamente que o seu país ia mudar de atitude com relação à China e contribuir para a unificação e renascimento desta. Por outro lado, deslocou-se à China uma pretensa “missão de inquérito sobre a situação económica”, conduzida por magnates japoneses da finança, como Kendji Kodams, e afirmando querer ajudar a China a “concluir a sua organização em Estado moderno”. Eram esses esquemas de agressão que se designavam por “a diplomacia de Sato”, e certas pessoas, enganadas pelas falsas manobras dos imperialistas japoneses, diziam tratar-se de “recuo do Japão”.

2 Em Novembro de 1936, o governo do Kuomintang prendeu, em Xangai, Chen Tchun-ju e mais seis líderes do movimento de salvação nacional e resistência ao Japão, e, em Abril de 1937, o procurador do Supremo Tribunal, kuomintanista, de Sudjou, instaurou-lhes um processo público. Esses líderes eram acusados de “atentado à segurança da República”, acusação reaccionária, sistematicamente dirigida pelas autoridades kuomintanistas contra todos os movimentos patrióticos.

3 Antes do Incidente de Si-an, o Exército do Nordeste estava na fronteira de Xensi e do Cansu, em ligação directa com o Exército Vermelho, acantonado no Norte de Xensi. Fortemente influenciado por este último, o Exército do Nordeste provocou o Incidente de Si-an. Em Março de 1937, no intuito de quebrar os laços que se tinham estabelecido entre os dois exércitos e explorar a situação para criar divisões no seio do Exército do Nordeste, a camarilha reaccionária do Kuomintang ordenou categoricamente a este último que se transferisse para o Honan e o Anghuei.

4 Iam Hu-tchem era um chefe militar do Noroeste da China que, juntamente com Tcham Siue-liam, provocou o Incidente de Si-an. É daí que os dois nomes passaram a aparecer sempre ligados, sendo conhecidos por “Tcham-Iam”. Depois de Tchiang Kai-chek ter sido

posto em liberdade, Tcham Siue-liam acompanhou-o a Nanquim, onde foi imediatamente detido por Tchiang. Em Abril de 1937, sob ordens da camarilha reaccionária do Kuomintang, Lam Hu-tchem foi igualmente destituído e obrigado a sair para o estrangeiro. Com o eclodir da guerra de resistência ele regressou ao país, no intuito de participar na acção de resistência ao Japão, vindo a ser igualmente detido por Tchiang Kai-chek, que o deixou por muito tempo na prisão. Em Setembro de 1949, quando o Exército Popular de Libertação se aproximava de Tchunchim, Lam Hu-tchem foi assassinado num campo de concentração.

5 Tonquan é um importante ponto estratégico situado na fronteira do Xensi, Honan e Xansi. Na altura do Incidente de Si-an, as tropas do Kuomintang estavam fundamentalmente acantonadas a Leste do Tonquan. Algumas pessoas reputadas de “esquerda”, como Tcham Cuo-tao, sustentavam que se devia “abrir caminho pelo Tonquan”, o que significava que o Exército Vermelho deveria lançar um ataque contra as tropas do Kuomintang. Essa proposta ia contra a política de solução pacífica do Incidente de Si-an, defendida pelo Comité Central do Partido.

6 Depois da Revolução de Outubro, e durante muito tempo, o imperialismo francês seguiu uma política de hostilidade frente à União Soviética. Pouco após a Revolução de Outubro, o governo francês participou activamente na intervenção armada dos 14 países contra a União Soviética (1918-1920), prosseguindo na sua política reaccionária de isolamento da União Soviética, não obstante as derrotas sofridas durante aquela intervenção. Só em Maio de 1935 é que a França concluiu com a União Soviética um pacto de assistência mútua, graças à influência exercida sobre o povo francês pela política exterior de paz defendida por esta última, e graças às ameaças que a Alemanha fascista fazia pairar sobre ela. O governo reaccionário francês, porém, não cumpriu fielmente esse pacto.

7 Ver Karl Marx e Frederich Engels, Manifesto do Partido Comunista, parte IV; V. I. Lenine, Duas Tácticas da Social-Democracia na Revolução Democrática, partes XII e XIII; Compêndio de

História do Partido Comunista (Bolchevique) da U.R.S.S., capítulo III, secção 3.

8 Ver J. V. Estaline, “Fundamentos do Leninismo”, parte III; “A Revolução de Outubro e as Tácticas dos Comunistas Russos”, parte II; “Questões do Leninismo”, parte III.

9 Ver J. V. Estaline, “Discurso Pronunciado no Palácio do Kremlin na Promoção dos Alunos das Academias do Exército Vermelho”, em Maio de 1935, onde diz: “. . . entre todos os capitais preciosos existentes no mundo, o mais precioso e o mais decisivo é o homem, os quadros. É preciso compreender que, nas nossas condições actuais, os quadros decidem tudo.”

10 Trata-se das divergências entre a linha do Comité Central do Partido Comunista da China e a linha de recuo preconizada por Tcham Cuo-tao em 1935-1936. Ver, no presente tomo, “Sobre a Táctica na Luta contra o Imperialismo Japonês”, nota 22. Ao dizer que a “divergência . . . ficou liquidada”, o camarada Mao Tsetung referia-se à reunião do Exército Vermelho da IV Frente com o Exército Vermelho Central. Quanto à traição aberta de Tcham Cuo-tao degenerou em contra-revolucionário — trata-se duma traição que ocorreu posteriormente, e é algo que já não diz respeito à questão da linha directora, é um acto de traição individual.

NOTAS DO TRADUTOR

II) É a chamada “colaboração económica sino-japonesa”, palavra de ordem ilusória, avançada pelo imperialismo japonês com o fim de pilhar e agredir economicamente a China.

SOBRE A PRÁTICA

Sobre a relação entre o conhecimento e a prática
— A relação entre conhecer e agir

(Julho de 1937)

O materialismo pré-marxista considerava os problemas do conhecimento sem ter em conta a natureza social dos homens nem o desenvolvimento histórico da humanidade e, por essa razão, era incapaz de compreender que o conhecimento depende da prática social, quer dizer, depende da produção e da luta de classes.

Os marxistas pensam, acima de tudo, que a actividade dos homens na produção constitui justamente a base da sua actividade prática, o determinante de todas as outras actividades. O conhecimento do homem depende essencialmente da sua actividade de produção material, durante a qual vai compreendendo progressivamente os fenómenos da Natureza, as suas

No nosso partido houve camaradas dogmáticos que rejeitaram durante muito tempo a experiência da revolução chinesa, negado essa verdade segundo a qual “o Maxismo não é um dogma mas antes um guia para a acção”, e não fazendo mais do que amedrontar as gentes com palavras e

propriedades, as suas leis, assim como as relações entre ele próprio, homem, e a Natureza; ao mesmo tempo, pela sua actividade de produção, ele aprende a conhecer em graus diversos, e também duma maneira progressiva, certas relações que existem entre os próprios homens. Todos esses conhecimentos não podem ser adquiridos fora da actividade de produção. Na sociedade sem classes, todo o indivíduo isolado, enquanto membro dessa sociedade, colabora com os demais, entra em determinadas relações de produção com estes e entrega-se a uma actividade de produção orientada para a solução dos problemas relativos à vida material dos homens. Nas diferentes sociedades de classes, os membros dessas sociedades, que pertencem às diferentes classes e que, sob formas diversas, entram em determinadas relações de produção, também se entregam a uma actividade de produção orientada para a solução dos problemas relativos à vida material dos homens. Aí está a fonte principal do desenvolvimento do conhecimento humano. A prática social dos homens não se limita à actividade de produção. Ela apresenta ainda muitas outras formas:

frases isoladas, extraídas à sorte dos textos marxistas. Igualmente existiram outros camaradas, empíricos, que durante muito tempo se reduziram à sua fragmentária experiência pessoal, sem compreenderem a importância da teoria para a prática revolucionária nem verem a situação da revolução no seu conjunto. Por mais zelosamente que trabalhassem, o seu trabalho fazia-se às cegas. As concepções erradas desses dois grupos de camaradas, em particular as concepções dogmáticas, causaram um prejuízo enorme à revolução chinesa, durante os anos 1931-1934. Além disso, os dogmáticos, envolvidos na toga marxista, induziram em erro muitos dos nossos cama-

luta de classes, vida política, actividade desenvolvida no domínio da ciência e da arte; em resumo, o homem social participa em todos os domínios da vida prática da sociedade. É por essa razão que o homem, na sua actividade cognitiva, apreende em graus diversos as relações distintas que existem entre os homens, não somente na vida material, mas igualmente na vida política e cultural (que está estreitamente ligada à vida material). Entre essas relações, as diversas formas de luta de classes exercem uma influência particularmente profunda sobre o desenvolvimento do conhecimento humano. Numa sociedade de classes, cada indivíduo existe como membro duma classe determinada, e cada forma de pensamento está invariavelmente marcada com o selo duma classe. Os marxistas pensam que a actividade de produção da sociedade humana desenvolve-se passo a passo, dos graus inferiores aos superiores; por essa razão, o conhecimento dos homens, quer no que respeita à Natureza quer sobre a sociedade, desenvolve-se também passo a passo, dos graus inferiores aos superiores, isto é, do simples ao complexo, do unilateral ao multila-

radas. O presente artigo foi escrito com o fim de desmascarar, partindo da teoria marxista do conhecimento, os erros de carácter subjectivista cometidos pelos partidários do dogmatismo e do empirismo, sobretudo os primeiros, no interior do nosso Partido. Neste trabalho, o acento está posto na denúncia dessa variedade de subjectivismo que menospreza a prática — o dogmatismo; e é por isso que se intitula “Sobre a Prática”. As ideias desenvolvidas aqui pelo camarada Mao Tsetung, foram oportunamente expostas numa conferência que fez na Academia Militar e Política Anti-Japonesa de Ien-an.

teral. Durante um período histórico muito longo, os homens não puderam compreender a história da sociedade a não ser duma maneira unilateral; isso foi assim porque, por um lado, os preconceitos das classes exploradoras deformavam constantemente a história da sociedade e, por outro lado, porque a escala reduzida da produção limitava o horizonte dos homens. Somente quando com a formação de forças produtivas gigantescas — a grande indústria — surgiu o proletariado moderno, é que os homens puderam chegar a uma compreensão completa c histórica do desenvolvimento histórico da sociedade, e transformar os seus conhecimentos sobre a sociedade numa ciência, a ciência do Marxismo. Os marxistas pensam que só a prática social dos homens pode constituir o critério da verdade dos conhecimentos que o homem possui sobre o mundo exterior. Com efeito, só chegando, na prática social (no processo da produção material, da luta de classes, da experimentação científica), aos resultados esperados é que os homens recebem a confirmação da verdade dos seus conhecimentos. Se se pretende obter êxito no trabalho, isto é, atingir os resultados previstos, é necessário proceder de maneira que as ideias correspondam às leis do mundo exterior objectivo; sem essa correspondência, fracassa-se na prática. Depois de se ter fracassado, há que tirar daí a respectiva lição e modificar as ideias de maneira a fazê-las concordar com as leis do mundo objectivo, podendo-se desse modo chegar a converter o fracasso num triunfo. É o que se quer dizer com: “A derrota é a mãe da vitória” c “Cada revés torna-nos mais experimentados”. A teoria materialista-dialéctica do conhecimento põe

a prática em primeiro lugar, sustentando que o conhecimento humano não pode estar, em nenhum grau, desligado da prática, e rejeitando todas as teorias erradas que negam a importância da prática e deslizam o conhecimento da prática. Lenine dizia: “A prá-r.ca é superior ao conhecimento (teórico), pois ela tem r.lo somente a dignidade do geral, mas também a do real imediato.”¹ O materialismo dialéctico da filosofia marxista tem duas particularidades mais evidentes. Uma é o seu carácter de classe: afirma abertamente que o materialismo dialéctico serve o proletariado; a outra é o seu carácter prático: sublinha o facto de a teoria depender da prática, de a teoria basear-se na prática e, por sua vez, servir a prática. A verdade dum conhecimento ou duma teoria é determinada não por uma apreciação subjectiva, mas sim pelos resultados da prática social objectiva. O critério da verdade não pode ser outro senão a prática social. O ponto de vista da prática é o ponto de vista primordial, fundamental, da teoria materialista-dialéctica do conhecimento². Mas de que maneira o conhecimento humano nasce da prática e como serve, a seu turno, essa mesma prática? Para compreender isso basta examinar o processo de desenvolvimento do conhecimento. Com efeito, no processo da sua actividade prática, os homens não vêem, ao começo, senão o aspecto exterior dos diferentes fenómenos encontrados ao longo desse processo; eles vêem aspectos isolados dos fenómenos, a ligação externa dos fenómenos isolados. É assim que, por exemplo, as pessoas vindas do exterior para investigar em Ien-an viram, no primeiro ou segundo dia, a configuração, as ruas e as casas da

região; entraram em contacto com muita gente, assistiram a recepções, saraus, reuniões, ouviram distintas intervenções, leram diversos documentos; tudo isso são os aspectos exteriores dos fenómenos, aspectos isolados desses fenómenos, a sua ligação externa. Esse grau do processo do conhecimento chama-se grau da percepção sensível, isto é, o grau das sensações e das representações. Esses diferentes fenómenos, encontrados em Ien-an, actuando sobre os órgãos dos sentidos dos senhores dos grupos de investigação, suscitaram neles sensações determinadas; na sua consciência surgiu toda uma série de representações e estabeleceu-se um laço aproximativo, exterior, entre essas representações: tal é o primeiro grau do conhecimento. Nesse grau, os homens ainda não podem elaborar conceitos profundos nem proceder a conclusões lógicas. A continuação da prática social implica a múltipla repetição de fenómenos que suscitam sensações e representações no homem. É então que se produz na consciência humana uma mutação súbita (um salto) no processo do conhecimento: o aparecimento dos conceitos. O conceito já não reflecte mais os aspectos exteriores dos fenómenos, os seus aspectos isolados, a sua ligação externa; ele capta a essência dos fenómenos, os fenómenos no seu conjunto, a ligação interna dos fenómenos. Entre o conceito e a sensação, a diferença não é somente quantitativa, ela é também qualitativa. O desenvolvimento que intervém ulteriormente nessa direcção, o emprego dos métodos de juízo, de dedução, podem desembocar em conclusões lógicas. Quando, no Romance dos Três Reinos, se diz “Basta um franzir de sobrolho para

que um estratagema venha à mente”, ou ainda quando nós dizemos, correntemente, “Deixe-me reflectir”, isso significa que o homem opera intelectualmente usando conceitos, a fim de fazer juízos e proceder a deduções. Esse é o segundo grau do conhecimento. Os senhores dos grupos de investigação que vêm até nós, depois de reunirem um material variado e “reflectirem” sobre ele, podem fazer o juízo seguinte: “A política de Frente Única Nacional Anti-japonesa, aplicada pelo Partido Comunista, aparece consequente, sincera e honesta”. E se, com a mesma honestidade, eles são partidários da unidade a fim de assegurar a salvação da Pátria, após um tal juízo poderão ir ainda mais longe e extrair a conclusão seguinte: “A Frente Única Nacional Anti-japonesa pode ter êxito”. No processo geral do conhecimento de qualquer fenómeno pelos homens, esse grau dos conceitos, dos juízos e das deduções aparece como um grau ainda mais importante, o grau do conhecimento racional. A verdadeira tarefa do conhecimento consiste em elevar-se da sensação ao pensamento, em elevar-se até à elucidação progressiva das contradições internas nos fenómenos que existem objectivamente, até à elucidação das suas leis, da ligação interna dos diferentes processos, isto é, consiste em atingir o conhecimento lógico. Nós repetimos: o conhecimento lógico difere do conhecimento sensível na medida em que o conhecimento sensível abraça aspectos isolados dos fenómenos, os seus aspectos exteriores, a ligação externa dos fenómenos, enquanto que o conhecimento lógico, fazendo um enorme passo em frente, abarca os fenómenos por inteiro, a sua essência e a ligação interna

dos fenómenos, eleva-se até ao ponto de evidenciar as contradições internas do mundo objectivo e, por isso mesmo, pode chegar a dominar o desenvolvimento desse mundo na sua integridade, com as suas ligações gerais internas. Uma tal teoria materialista-dialéctica do processo de desenvolvimento do conhecimento, fundada na prática, indo do superficial ao profundo, era desconhecida antes do Marxismo. Foi o materialismo marxista que, pela primeira vez, resolveu correctamente esse problema, pôs em evidência, duma maneira materialista e dialéctica, o movimento do conhecimento segundo a linha do seu aprofundar contínuo, o movimento progressivo do conhecimento dos homens, como seres sociais, na prática complexa e constantemente repetida da produção e da luta de classes; o movimento do conhecimento sensível ao conhecimento lógico. Lenine dizia: “As abstracções de matéria e de lei natural, a abstracção de valor, etc, numa palavra, todas as abstracções científicas (justas, sérias, não arbitrarias) reflectem a Natureza mais profundamente, mais fielmente, mais completamente.”¹ O Marxismo-Leninismo considera que os traços distintivos dos dois graus do processo do conhecimento consistem no facto de o conhecimento intervir, no grau inferior, enquanto conhecimento sensível, ao passo que intervém, no grau superior, como conhecimento lógico. Todavia, esses dois graus constituem os graus dum processo único do conhecimento. O conhecimento sensível e o conhecimento racional diferem pelo seu carácter, mas não estão separados um do outro, estão unidos na base prática. A nossa prática testemunha que os fenómenos de que temos uma percepção

sensível, não podem ser imediatamente compreendidos por nós, e só os fenómenos compreendidos podem ser sentidos duma maneira mais profunda. A sensação não pode resolver mais do que o problema dos aspectos exteriores dos fenómenos; o problema da essência não pode ser resolvido senão pelo pensamento teórico. A solução desses problemas não pode separar-se em grau nenhum da prática. Todo aquele que quiser conhecer um fenómeno não poderá consegui-lo sem pôr-se em contacto com esse fenómeno, isto é, sem viver (entregar-se à prática) no seu próprio seio. Era impossível conhecer de antemão as leis da sociedade capitalista enquanto se estava vivendo a sociedade feudal, dado que o capitalismo ainda não tinha surgido e faltava a prática correspondente. O Marxismo só podia ser produzido pela sociedade capitalista. Na época do capitalismo liberal, Marx não podia conhecer concretamente, de antemão, certas leis próprias da época do imperialismo, dado que o imperialismo, estado supremo do capitalismo, ainda não tinha feito a sua aparição, e faltava a prática correspondente; só Lenine e Estaline puderam assumir essa tarefa. Marx, Engels, Lenine e Estaline puderam criar a sua teoria não só em razão do seu génio mas, sobretudo, porque tomaram pessoalmente parte na prática, correspondente a essa época, da luta de classes e das experiências científicas; sem essa última condição, nenhum génio teria podido chegar ao sucesso. A expressão “O bacharel, sem atravessar o umbral da sua porta, pode conhecer tudo o que se passa na terra” era uma frase vazia dos tempos antigos em que a técnica não estava ainda desenvolvida, e se na nossa época de técnica desenvolvida isso

aparece realizável, apenas os indivíduos ligados à prática do “que se passa na terra” podem possuir conhecimentos autênticos, adquiridos graças à sua experiência pessoal; esses indivíduos, na sua prática, adquirem “conhecimentos” que, graças à escrita e à técnica, podem ser transmitidos ao bacharel, dando-lhe a possibilidade de conhecer, indirectamente, “tudo o que se passa na terra”. Para conhecer directamente um fenómeno ou fenómenos, é indispensável participar em pessoa na luta prática que visa modificar a realidade, esse fenómeno ou esses fenómenos, pois só participando pessoalmente em tal luta prática se torna possível entrar em contacto com o aspecto exterior do fenómeno ou fenómenos, só assim é possível descobrir a essência do fenómeno ou fenómenos, e compreendê-los. Tal é o processo de conhecimento que os homens seguem na realidade; só que alguns deformam deliberadamente os factos e pretendem o contrário. Os mais ridículos são os chamados “sabc-tudo”, que, cheios de conhecimentos ocasionais, fragmentários, consideram-se “autoridades número um do mundo”, o que comprova justamente a sua fatuidade desmesurada. O conhecimento é uma questão de ciência, não admite a menor desonestidade ou presunção. O que se requer é precisamente o contrário — honestidade e modéstia. Se se deseja adquirir conhecimentos, há que tomar parte na prática que transforma a realidade. Se se quer conhecer o gosto duma pêra há que transformá-la, prová-la. Se se quer conhecer a estrutura e as propriedades do átomo, há que entregar-se a experiências físicas e químicas, modificar o estado do átomo. Se se quer conhecer a teoria e os métodos da revolução, há que par-

ticipar na revolução. Todos os conhecimentos autênticos resultam da experiência directa. Mas o homem não pode ter uma experiência directa de tudo, razão por que a maior parte dos nossos conhecimentos é, na realidade, o produto duma experiência indirecta, são conhecimentos que nos vêm de todos os séculos passados, ou conhecimentos que foram adquiridos por homens doutros países. Esses conhecimentos são o produto da experiência directa dos nossos antepassados, ou da experiência directa de estrangeiros. Se, durante a experiência directa dos nossos antepassados e estrangeiros, esses conhecimentos respondiam à condição de que falava Lenine, quer dizer, se eram o resultado duma “abstracção científica”, se eram o reflexo científico de fenómenos com existência objectiva, tais conhecimentos são seguros; no caso contrário, não o são. É por isso que os conhecimentos do homem se compõem de duas partes: os dados da experiência directa e os dados da experiência indirecta. Contudo, o que para mim é experiência indirecta, permanece para os outros experiência directa. Segue-se daí que, falando dos conhecimentos no seu conjunto, pode dizer-se que nenhum conhecimento pode ser desligado da experiência directa. A fonte de todo o conhecimento são as sensações recebidas do mundo exterior objectivo, pelos órgãos dos sentidos do homem. Os que negam a sensação, a experiência directa, a participação pessoal na prática que modifica a realidade, não são materialistas. Essa a razão por que os “sabe-tudo” são tão ridículos. Os chineses têm um velho provérbio que diz: “Se não se penetra no covil do tigre não se lhe podem apanhar as crias.” Esse provérbio é verdadeiro para a prática humana

e, na mesma medida, para a teoria do conhecimento. O conhecimento desligado da prática é inconcebível.

Para pôr em evidência o movimento materialista dialético do conhecimento, que surgiu na base da prática modificadora da realidade — movimento do conhecimento segundo a linha do aprofundar progressivo — vamos dar ainda alguns exemplos concretos. No período inicial da sua prática, período da destruição das máquinas e da luta espontânea, o proletariado, no seu conhecimento da sociedade capitalista, apenas se encontrava no grau do conhecimento sensível e não conhecia mais do que os aspectos isolados e a ligação externa dos diferentes fenómenos do capitalismo. Nessa época, o proletariado ainda não era mais do que aquilo a que se chama uma “classe em si”. Assim que começou, porém, o segundo período da prática do proletariado, período da luta económica e política consciente e organizada, quando a experiência múltipla resultante da prática, a experiência adquirida ao longo duma luta prolongada, foi generalizada cientificamente por Marx e Engels, e nasceu a teoria marxista utilizada para esclarecer o proletariado, teoria que ensina o proletariado a compreender a essência da sociedade capitalista, a compreender as relações de exploração entre as classes sociais, a compreender as tarefas históricas do proletariado, este tornou-se numa “classe para si”. Esse foi o caminho que seguiu o povo chinês no seu conhecimento do imperialismo. O primeiro grau foi o do conhecimento sensível, superficial, o da luta indiscriminada contra os estrangeiros, a época do Movimento do Reino Celestial dos Taipins, do Movimento de Ihotuan

e outros. Só o segundo grau é que foi o do conhecimento racional, quando o povo chinês divisou as diferentes contradições internas e externas do imperialismo, quando viu a essência da opressão e da exploração das grandes massas populares da China pelo imperialismo aliado à burguesia compradora chinesa e à classe feudal chinesa, conhecimento racional que começou com o período do Movimento de 4 de Maio de 1919. Vejamos agora a guerra. Se a guerra fosse dirigida por pessoas sem experiência militar, no começo, elas não poderiam compreender as leis profundas que regem o desenrolar duma dada guerra concreta (por exemplo, o desenrolar da nossa Guerra Revolucionária Agrária dos últimos dez anos). No início, elas não poderiam adquirir senão a experiência da participação pessoal em numerosas batalhas, das quais um número importante se terminaria em derrotas. Contudo, essa experiência (a experiência das vitórias e, sobretudo, a das derrotas) dar-lhes-ia a possibilidade de compreender os elementos de ordem interna que marcam toda a guerra no seu conjunto, quer dizer, as leis dessa guerra concreta, de compreender a estratégia e a tática e, em consequência, dar-lhes-ia a possibilidade de dirigir a guerra com segurança. Se se confiasse nesse momento a direcção da guerra a um homem desprovido de experiência, ele não poderia compreender as leis reais da guerra senão depois de ter sofrido uma série de derrotas (isto é, depois de ter adquirido experiência). Com frequência, ouvem-se certos camaradas, que não se decidem a ocupar-se de tal ou tal trabalho, declarar que não estão certos de poder desempenhar

-se da tarefa. Por que é que pensam assim? Porque não têm uma ideia sistemática do conteúdo e das condições desse trabalho, nunca tiveram ocasião de realizar um trabalho semelhante ou só raramente o fizeram. Eis porque, com relação a cics, nem sequer se pode falar de conhecimento das respectivas leis. Só depois de se ter analisado em detalhe, na sua presença, o estado e as condições desse trabalho, é que começam a experimentar mais confiança em si próprios e aceitam a responsabilidade da respectiva realização. Se essas pessoas se consagram durante um certo tempo a essa tarefa, adquirem experiência e, se tentarem honestamente ir ao fundo da situação concreta, em vez de considerar as coisas duma maneira subjectiva, unilateral e superficial, tiram por si só as conclusões relativas à maneira como convém efectuar--la, e metem-se com maior segurança ao trabalho. Só as pessoas que têm uma visão subjectivista, unilateral e superficial dos problemas, se lançam presunçosamente a dar ordens e instruções assim que chegam a um novo lugar, sem se informarem primeiro sobre as circunstâncias, sem procurarem ver as coisas no seu conjunto (a sua história e o seu estado actual considerado como um todo) nem apreender-lhes a essência (a sua natureza e a sua ligação interna com as outras coisas). É inevitável que tal gente tropece e caia. Em consequência, o primeiro passo no processo do conhecimento é o primeiro contacto com os fenómenos do mundo exterior: o grau das sensações. O segundo é a síntese dos dados fornecidos pelas sensações, a sua ordenação e elaboração: o grau dos conceitos, dos juízos e das deduções. É somente em presença dum

grande número de dados fornecidos pelas sensações (não dados fragmentários, incompletos), e só no caso de elas corresponderem à realidade (quer dizer no 512 caso de não serem o resultado dum erro dos sentidos), que se torna possível, na base desses dados, elaborar conceitos correctos e formular uma teoria correcta. Há aqui dois elementos importantes que convém especialmente destacar. Já se falou no primeiro, mas é necessário voltar a falar uma vez mais: é o problema da dependência em que se encontra o conhecimento racional, com relação ao conhecimento sensível. Os que consideram que o conhecimento racional pode deixar de vir do conhecimento sensível são idealistas. Na história da filosofia houve uma escola, chamada “racionalista”, que só reconhecia a realidade da razão, negava a realidade da experiência, afirmava que não se podia fazer confiança a não ser na razão e nunca na experiência fornecida pela percepção sensível; o erro dessa tendência consiste na inversão que faz dos factos. Se é possível apoiarmos nos dados do conhecimento racional, é justamente porque estes se originam nos dados da percepção sensível; de contrário, tais dados do conhecimento racional tornar-se-iam num rio sem nascente, uma árvore sem raízes, seriam algo em que nada poderia apoiar-se, algo que nascesse de maneira exclusivamente subjectiva. Do ponto de vista da ordem do processo do conhecimento, a experiência sensível é o primeiro dado, e nós sublinhamos a importância da prática social no processo do conhecimento porque o conhecimento humano só pode surgir baseado na prática social do homem, assim como somente baseado nessa prática é que o homem

pode adquirir a experiência sensível proveniente do mundo objectivo exterior. Se o homem fechasse os olhos, tapasse as orelhas e se desligasse em absoluto do mundo exterior, não se poderia sequer, com relação a ele, falar de conhecimento. O conhecimento começa com a experiência, e nisso reside o materialismo da teoria do conhecimento. * O segundo elemento é a necessidade de aprofundar o conhecimento, a necessidade de passar do grau do conhecimento sensível ao grau do conhecimento racional: nisso está a dialéctica da teoria do conhecimento⁴. Pensar que o conhecimento pode deter-se no grau inferior, no grau do conhecimento sensível, pensar que podemos apoiar-nos simplesmente sobre o conhecimento sensível e não sobre o conhecimento racional, significa repetir o erro, assinalado pela História, dos “empíricos”. O erro dessa teoria consiste na incompreensão do facto de que, embora os dados da percepção sensível sejam, sem dúvida alguma, o reflexo de certas realidades do mundo exterior objectivo (eu não abordarei aqui o empirismo idealista que limita a experiência ao que se chama introspecção), eles são unilaterais, superficiais, sendo aquele reflexo um reflexo incompleto, que não reflecte a essência dos fenómenos. Para reflectir plenamente um fenómeno na sua totalidade, para reflectir a sua essência e as suas leis internas, é preciso criar um sistema de conceitos e teorias, depois de se terem submetido os múltiplos dados da percepção sensível a uma elaboração mental que consiste em rejeitar a casca para guardar o grão, em eliminar o que é falso para conservar o verdadeiro, em passar dum aspecto dos fenómenos a outro,

do externo ao interno; é preciso saltar do conhecimento sensível ao conhecimento racional. Essa elaboração não torna os nossos conhecimentos menos ricos, menos seguros. Pelo contrário, tudo o que, após ter surgido no processo do conhecimento na base da prática, foi submetido a uma elaboração científica, reflecte como dizia Lenine o mundo objectivo numa maneira mais profunda, mais justa, mais completa. É justamente isso que não compreendem os “práticos” vulgares. Eles inclinam-se diante da experiência e desprezam a teoria, em consequência do que não podem abarcar o processo objectivo no seu conjunto, sofrem de falta de clareza de orientação, de perspectiva larga, e embriagam-se com os seus sucessos ocasionais e as suas vistas curtas. Se esses indivíduos dirigissem a revolução, conduzi-la-iam a um beco sem saída. O conhecimento racional depende do conhecimento sensível e este deve desenvolver-se em conhecimento racional. Assim é a teoria materialista-dialéctica do conhecimento. O “racionalismo” e o “empirismo”, em filosofia, não compreendem o carácter histórico ou dialéctico do conhecimento; embora cada uma dessas tendências ofereça um aspecto da verdade (trata-se do racionalismo e do empirismo materialistas, não idealistas), ambas se afiguram erradas, quando consideradas do ponto de vista da teoria do conhecimento no seu conjunto. O movimento materialista dialéctico do conhecimento do sensível ao racional intervém tanto no processo do conhecimento do pequeno (por exemplo, o conhecimento dum objecto, dum trabalho qualquer) como no processo do conhecimento do grande (por exemplo, o conheci-

mento de tal ou tal sociedade, de tal ou tal revolução). Todavia, o movimento do conhecimento não se termina aí. Se o movimento materialista dialéctico do conhecimento se detivesse no conhecimento racional, só metade do problema ficaria esgotado; e o que é mais, do ponto de vista da filosofia marxista, essa não seria a metade mais importante. A filosofia marxista sustenta que a questão mais importante não é compreender as leis do mundo objectivo e pótier, por isso, explicá-lo, mas sim utilizar o conhecimento dessas leis para transformar activamente o mundo. Do ponto de vista marxista, a teoria é importante, e a sua importância exprime-se plenamente na seguinte frase de Lenine: “Sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário.”⁵ Contudo, o Marxismo atribui uma grande importância à teoria, justa e unicamente porque ela pode guiar a actividade prática. Se, quando conhecemos uma teoria justa, contentamo-nos em fazer dela um simples tema de conversação e, em vez de a pormos em prática, deixamo-la de lado, essa teoria, por mais bela que seja, não poderá ter qualquer significação. O conhecimento começa pela prática; e uma vez adquirido o conhecimento teórico através da prática, há que levá-lo de novo à prática. A função activa do conhecimento não se exprime somente no salto activo do conhecimento sensível ao conhecimento racional, mas também, e o que ainda é mais importante, no salto do conhecimento racional à prática re-volucionária. Uma vez adquirido o conhecimento das leis do mundo, deve-se dirigi-lo para a prática da transformação do mundo, aplicá-lo na prática da produção, na prática da luta de classes e da luta

nacional revolucionárias, assim como na prática da experimentação científica. Tal é o processo de verificação e de desenvolvimento da teoria, a continuação de todo o processo do conhecimento. A questão de saber se uma proposta teórica corresponde à verdade objectiva não é, nem pode ser, inteiramente resolvida no movimento do conhecimento sensível ao conhecimento racional de que acima falámos. Para resolver completamente essa questão é necessário, a partir do conhecimento racional, regressar à prática social; aplicar a teoria na prática e verificar se ela pode conduzir ao objectivo fixado. Muitas das teorias das ciências da Natureza foram reconhecidas como verdadeiras, não só por terem sido elaboradas por sábios que se devotam a essas ciências, mas também por terem encontrado confirmação na prática científica ulterior. Do mesmo modo, o Marxismo-Leninismo é reconhecido como verdade não só pelo facto de essa doutrina ter sido cientificamente elaborada por Marx, Engels, Lenine e Estaline, mas também por ter sido confirmada pela prática ulterior da luta de classes e da luta nacional revolucionárias. O materialismo dialéctico é uma verdade universal porque é impossível, na prática, sair-se desse quadro. A história do conhecimento humano mostra que a verdade de muitas teorias não era suficientemente completa mas, em consequência da verificação na prática, essa insuficiência foi eliminada. Muitas teorias eram erradas mas, em consequência da sua verificação na prática, os seus erros foram corrigidos. É por isso que a prática é o critério da verdade, e “o ponto de vista da vida, da prática, deve ser o ponto de vista primordial, fundamental, da teoria do conhecimento.”⁶ Es-

taline exprimiu-se duma maneira notável a esse respeito: “A teoria resulta sem objecto se não for ligada à prática revolucionária, exactamente como a prática resulta cega se a teoria revolucionária não ilumina o seu caminho.”⁷ É aí que se conclui o movimento do conhecimento? Nós respondemos sim e não. O homem, enquanto membro da sociedade que participa na prática da modificação dum processo objectivo determinado num determinado estágio do seu desenvolvimento (seja da prática da modificação dum processo produzindo-se na Natureza, seja da prática da modificação dum processo social qualquer), recebe, sob a influência do reflexo do processo objectivo e da sua própria actividade subjectiva, a possibilidade de passar do conhecimento sensível ao conhecimento racional e de criar ideias, teorias, planos ou projectos que correspondem, em geral, às leis desse processo objectivo; e se na aplicação ulterior dessas ideias, teorias, planos e projectos, na prática do mesmo processo objectivo, se chega ao objectivo fixado, isto é, se se consegue, na prática desse processo, transformar em realidade as ideias, teorias, planos e projectos previamente elaborados, ou se se chega a realizá-los nas suas linhas gerais, o movimento do conhecimento desse processo objectivo pode considerar-se terminado. Por exemplo, no processo duma modificação da Natureza, a realização do plano duma construção, a confirmação duma hipótese científica, a criação dum mecanismo, a recolha duma planta cultivada ou então, no processo duma modificação da sociedade, o sucesso duma greve, a vitória numa guerra, a execução dum programa de ensino, tudo isso significa que o objectivo fixado foi at-

ingido. Contudo, dum modo geral, tanto na prática da modificação da Natureza como na da modificação da sociedade, é extremamente raro que as ideias, teorias, planos e projectos previamente elaborados pelos homens, se realizem sem sofrer a mínima alteração. Isso produz--se porque as pessoas que modificam a realidade encontram-se geralmente condicionadas por múltiplas limitações: elas encontram-se limitadas não somente pelas condições científicas e técnicas, mas ainda pelo desenvolvimento do próprio processo objectivo e pelo grau em que ele se manifesta (por ainda não terem sido completamente esclarecidos os diferentes aspectos e a essência do próprio processo objectivo). Em tal situação, dada a formação na prática de circunstâncias imprevistas, as ideias, as teorias, os planos e os projectos resultam, muitas vezes, parcialmente modificados e, em alguns casos, até mesmo completamente. Isso significa que existem casos em que as ideias, teorias, planos e projectos, tal como tinham sido originariamente elaborados, não correspondem em parte ou no todo à realidade, resultam parcial ou totalmente errados. Em muitos casos, só depois de falhanços repetidos se consegue eliminar o erro, obter a correspondência com as leis do processo objectivo e transformar assim o subjectivo em objectivo, quer dizer, chegar na prática aos resultados esperados. Em todo o caso, é nesse momento que o movimento do conhecimento pelos homens dum processo objectivo determinado, num grau determinado do seu desenvolvimento, pode considerar-se acabado. Todavia, se se considera o processo no seu desenvolvimento, o movimento do conhecimento humano não

se termina aí. Quer na Natureza quer na sociedade, todos os processos, em consequência das suas contradições e lutas internas, progridem e desenvolvem--se. E o processo do conhecimento humano deve igualmente progredir e desenvolver-se com eles. Se se fala dum movimento social, os verdadeiros dirigentes revolucionários devem não só ser capazes de corrigir os erros existentes nas suas ideias, teorias, planos e projectos, como se disse anteriormente, mas ainda, por ocasião da passagem desse processo objectivo determinado de um grau a outro do seu desenvolvimento, tornar-se, a si próprios e a todos os de-mais participantes da revolução, capazes de seguir essa passagem no seu conhecimento subjectivo, isto é, chegar a fazer corresponder as novas tarefas revolucionárias, os novos planos de trabalho, às novas modificações surgidas na situação. Num período revolucionário, a situação modifica-se muito rapidamente; se a consciência dos revolucionários não chega a seguir com rapidez tais modificações, estes são impotentes para conduzir a revolução à vitória. Acontece frequentemente, porém, que as ideias se atrasam em comparação com a realidade. Isso dá-se porque o conhecimento humano está limitado por várias condições sociais. Nós lutamos contra os obstinados nas fileiras revolucionárias porque as suas ideias não seguem o ritmo das modificações da situação objectiva, o que na História se tem manifestado sob a forma de oportunismo de direita. Esses indivíduos não vêem que a luta dos contrários já fez avançar o processo objectivo, enquanto que o seu conhecimento permanece ainda no grau precedente. Essa particularidade é car-

acterística das ideias de todos os obstinados. As suas ideias estão desligadas da prática social, não podem colocar-se à frente do carro do progresso social e servir de guias; eles não sabem mais do que ficar atrás e queixar-se de que o carro vai muito depressa, tentando puxá-lo para trás ou fazê-lo correr em sentido contrário. Nós lutamos igualmente contra os frascadores de “esquerda”. As suas ideias aventuram-se para lá dum etapa determinada do desenvolvimento do processo objectivo; uns tomam as suas ilusões por realidades, outros tentam realizar à força, no presente, ideais que só são realizáveis no futuro; desligadas da prática corrente da maioria das pessoas, desligadas da realidade actual, as suas ideias tra-duzem-se, na prática, em espírito de aventura. A ruptura entre o subjectivo e o objectivo, o separar o conhecimento da prática, são características do idealismo e do materialismo mecanista, do oportunismo e do espírito de aventura. A teoria marxista-leninista do conhecimento, que se caracteriza pela prática social científica, não pode deixar de lutar com resolução contra tais concepções erradas. Os marxistas reconhecem que no processo geral, absoluto, de desenvolvimento do Universo, o desenvolvimento de processos concretos particulares é relativo. É por isso que, na corrente infinita da verdade absoluta, o conhecimento que os homens têm de processos concretos particulares, em etapas determinadas do seu desenvolvimento, não contém mais do que verdades relativas. A verdade absoluta é constituída pela soma de incontáveis verdades relativas. O desenvolvimento dum processo objectivo é um desenvolvimento pleno de contradições e de lu-

tas. O desenvolvimento do processo do conhecimento humano é igualmente um desenvolvimento pleno de contradições e de lutas. Todo o movimento dialéctico do mundo objectivo pode, tarde ou cedo, encontrar o seu reflexo no conhecimento humano. Na prática social, o processo do nascimento, desenvolvimento e morte, é infinito; igualmente infinito é o processo do nascimento, desenvolvimento e morte do conhecimento humano. É justamente porque a prática que modifica a realidade objectiva na base de ideias, teorias, planos e projectos determinados, está em progressão constante que o conhecimento humano da realidade objectiva se aprofunda sem cessar. O movimento de modificação do mundo real, objectivo, é eterno e ilimitado; igualmente eterno e ilimitado é o conhecimento que os homens obtêm da verdade no processo da prática. O Marxismo-Leninismo não põe de maneira alguma fim à descoberta da verdade; pelo contrário, ele abre sem cessar as vias do conhecimento da verdade no processo da prática. A nossa conclusão é que nós somos pela unidade histórica, concreta, do subjectivo e do objectivo, da teoria e da prática, do conhecimento e da acção; nós somos contra todas as concepções erradas — de “esquerda” e de direita — desligadas da história concreta. Na época actual do desenvolvimento social, a História encarregou o proletariado e o seu Partido da responsabilidade de conhecer o mundo duma maneira exacta e transformá-lo. Na China, como no mundo inteiro, o processo da prática de transformação do mundo, determinado na base do conhecimento científico, já atingiu um momento histórico de alta importância, um momento

como a história da humanidade ainda não conheceu: o momento que vê dissiparem-se completamente as trevas na China e no mundo inteiro e a transformação deste mundo num mundo novo, radioso. A luta do proletariado e dos povos revolucionários pela transformação do mundo implica a realização das tarefas seguintes: a transformação do mundo objectivo, como a do próprio mundo subjectivo de cada um — a transformação das próprias capacidades cognitivas de cada um, como a da relação existente entre o mundo subjectivo e o mundo objectivo. Numa parte do globo terrestre, na União Soviética, os homens realizaram já essas transformações e aceleraram-lhes actualmente o processo. O povo chinês e os povos do mundo inteiro estão hoje igualmente empenhados, ou estarão empenhados no futuro, no processo de tais transformações. O mundo objectivo a transformar inclui igualmente todos os adversários dessa transformação; eles devem no início passar pela etapa da transformação, pela coacção, depois do que poderão abordar a etapa da reeducação consciente. A época em que a humanidade inteira passará conscientemente à sua própria transformação e à transformação do mundo, será a etapa do comunismo no mundo inteiro. Pela prática, descobrir as verdades e, igualmente pela prática, confirmá-las e desenvolvê-las. Passar activamente do conhecimento sensível ao conhecimento racional, depois, passar do conhecimento racional à direcção activa da prática revolucionária, para transformar o mundo subjectivo e objectivo. A prática, o conhecimento, e novamente a prática e o conhecimento, essa forma, na sua repetição cíclica, é infinita. Além

disso, o conteúdo de cada um desses ciclos de prática e de conhecimento vai-se elevando a um nível cada vez mais alto. Tal é, no seu conjunto, a teoria materialista-dialéctica do conhecimento, tal é a concepção materialista-dialéctica da unidade do conhecimento e da acção.

NOTAS

1 V. I. Lenine: “Resumo do Livro de Hegel A Ciência da Lógica”.

2 Ver K. Marx: Teses sobre Feuerbach; V. I. Lenine: Materialismo e Empiriocriticismo, capítulo II, secção 6.

3 V. I. Lenine: “Resumo do Livro de Hegel A Ciência da Lógica”.

4 Ver V. I. Lenine: “Resumo do Livro de Hegel A Ciência da Lógica”. Lenine dizia: “Para compreender, há que começar a compreender, a estudar duma maneira empírica, a elevar-se do empírico ao geral.”

5 V. I. Lenine: Que fazer?, capítulo I, secção 4. GV. I. Lenine: Materialismo e Empiriocriticismo, capítulo II, secção 6.

7.V. Estaline: “Fundamentos do Leninismo”, parte III. 8 Ver V. I. Lenine: Materialismo e Empiriocriticismo, capítulo II, secção 5.

SOBRE A CONTRADIÇÃO*

(Agosto de 1937)

A lei da contradição inerente aos fenómenos, ou lei da unidade dos contrários, é a lei fundamental da dialéctica materialista. Lenine dizia: “No sentido próprio, a dialéctica é o estudo da contradição na própria essência dos fenómenos.”¹ Sobre essa lei, Lenine dizia com frequência que era a essência da dialéctica, afirmando também que era o núcleo da dialéctica². É assim que, ao estudarmos tal lei, somos obrigados a abordar um amplo círculo de problemas, um grande número de questões filosóficas. Se formos capazes de esclarecer todas essas questões, nós compreenderemos nos seus verdadeiros fundamentos a dialéctica materialista. Essas questões são: as duas concepções do mundo, a universalidade da contradição, a particularidade da contradição, a contradição

Obra filosófica escrita pelo camarada Mao Tsetung no seguimento de “Sobre a Prática” e com a mesma finalidade que esta última: eliminar as erradas concepções dogmáticas existentes no seio do Partido. O camarada Mao Tsetung apresentou-a como uma aconferência na Academia Militar e acrescentamentos, supressões e cirreções ai incluí-la no presente tomo

principal e o aspecto principal da contradição, a identidade e a luta dos aspectos da contradição, o lugar do antagonismo na contradição. A crítica a que, nos círculos filosóficos soviéticos, foi submetido nestes últimos anos o idealismo da escola de Deborine, suscitou um grande interesse entre nós. O idealismo de Deborine exerceu uma influência das mais perniciosas no seio do Partido Comunista da China, não se podendo dizer que as concepções dogmáticas existentes no nosso Partido não tenham coisa alguma a ver com tal escola. É por isso que, actualmente, o objectivo principal do nosso estudo da filosofia é extirpar as concepções dogmáticas.

I. AS DUAS CONCEPÇÕES DO MUNDO

Na história do conhecimento humano existiram sempre duas concepções acerca das leis do desenvolvimento do mundo: uma metafísica, outra dialéctica. Elas constituem duas concepções opostas sobre o mundo. Lenine dizia: “As duas concepções fundamentais (ou as duas possíveis? ou as duas dadas pela história?) do desenvolvimento (da evolução) são: o desenvolvimento como diminuição e aumento, como repetição, e o desenvolvimento como unidade de contrários (desdobramento do que é um em contrários que se excluem mutuamente, e relações entre eles)”³. Aí, Lenine referia-se justamente às duas concepções distintas sobre o mundo.

Na China, à Metafísica também se chama Suansiué. O modo de pensar metafísico, próprio da concepção idealista do mundo, ocupou durante um longo período da História um lugar predominante no espírito das gentes, quer na China quer na Europa. Na Europa, o próprio materialismo foi metafísico nos primeiros tempos da existência da burguesia. Em resultado de toda uma série de Estados europeus, ao longo do seu desenvolvimento económico-social, terem entrado na fase dum capitalismo altamente desenvolvido, e de as forças produtivas, a luta de classes e a ciência, terem atingido um nível de desenvolvimento sem precedente na História, e ainda em resultado de o proletariado industrial se ter transformado na maior força motriz da História, nasceu a concepção materialista-dialéctica, marxista, do mundo. A partir de então, ao lado dum idealismo reaccionário patente e de nenhum modo camuflado, viu-se aparecer, no seio da burguesia, um evolucionismo vulgar, oposto à dialéctica materialista. A metafísica, o evolucionismo vulgar, considera todos os fenómenos do mundo como isolados e em estado de repouso; considera-os unilateralmente. Uma tal concepção do mundo faz ver todos os fenómenos, formas e categorias, como eternamente isolados uns dos outros, como eternamente imutáveis. E se se reconhecem as mudanças, é apenas como aumento ou diminuição quantitativos, como simples deslocação, residindo as causas dum tal aumento, diminuição e deslocação, não nos próprios fenómenos, mas sim fora deles, isto é, na acção de forças exteriores. Os metafísicos sustentam que os diferentes fenómenos do

mundo, assim como o seu carácter específico, permanecem imutáveis desde o começo da sua existência, sendo as modificações ulteriores apenas aumentos ou diminuições quantitativos. Pensam que um fenómeno não pode fazer mais do que reproduzir-se indefinidamente, sendo incapaz de transformar-se em fenómeno diferente. Segundo eles, tudo o que caracteriza a sociedade capitalista, quer dizer, a exploração, a concorrência, o individualismo, etc, encontrava-se igualmente na sociedade escravagista da antiguidade, inclusive na própria sociedade primitiva, e há-de continuar a existir de modo eterno, imutável. As causas do desenvolvimento da sociedade, explicam--nas por condições exteriores a esta, como o meio geográfico, o clima, etc. Duma maneira simplista, tentam encontrar as causas do desenvolvimento fora dos próprios fenómenos, negando essa tese da dialéctica materialista segundo a qual o desenvolvimento dos fenómenos é determinado pelas respectivas contradições internas. Por isso são incapazes de explicar a diversidade qualitativa dos fenómenos, bem como a transformação duma qualidade em uma outra. Na Europa, esse modo de pensar encontrou a sua expressão no materialismo mecanista dos séculos XVII e XVIII e, posteriormente, nos fins do século XIX e começos do XX, no evolucionismo vulgar. Na China, o pensamento metafísico, que se exprimia na afirmação “O céu é imutável, imutável é o Tao”¹, foi defendido durante muito tempo pela classe feudal, decadente, no poder. Quanto ao materialismo mecanista e ao evolucionismo vulgar, importados da Europa nos últimos cem anos, encontraram os seus defensores na burguesia.

Contrariamente à concepção metafísica do mundo, a concepção materialista-dialéctica entende que, no estudo do desenvolvimento dum fenómeno, deve partir-se do seu conteúdo interno, das suas relações com os outros fenómenos, quer dizer, deve considerar--se o desenvolvimento dos fenómenos como sendo o seu movimento próprio, necessário, interno, encontrando-se aliás cada fenómeno, no seu movimento, em ligação com os outros fenómenos que o rodeiam. A causa fundamental do desenvolvimento dos fenómenos não é externa, mas interna; ela reside no contraditório do interior dos próprios fenómenos. No interior de todo o fenómeno há contradições, daí o seu movimento e desenvolvimento. O contraditório no seio de cada fenómeno é a causa fundamental do respectivo desenvolvimento, enquanto que a ligação mútua e a acção recíproca entre os fenómenos não constituem mais do que causas secundárias. Assim, a dialéctica materialista combate energicamente a teoria da causa externa, da impulsão exterior, característica do materialismo mecanista e do evolucionismo vulgar metafísicos. É evidente que as causas puramente externas são apenas capazes de provocar o movimento mecânico dos fenómenos, isto é, modificações de volume, de quantidade, não podendo explicar porque os fenómenos são duma diversidade qualitativa infinita, a razão por que passam duma qualidade a uma outra. Com efeito, mesmo o movimento mecânico, provocado por uma impulsão exterior, realiza-se por intermédio das contradições internas dos fenómenos. No mundo vegetal e animal, o simples crescimento, o desenvolvimento quantitativo,

são também provocados fundamentalmente pelas contradições internas. Do mesmo modo, o desenvolvimento da sociedade é devido, sobretudo, a causas internas, e não externas. Há muitos países que se encontram em condições geográficas e de clima quase idênticas e, no entanto, desenvolvem-se de maneira bem diferente, desigual. Num só e mesmo país produzem-se grandes modificações na sociedade sem que, no entanto, se tenha modificado o meio geográfico ou o clima. A Rússia imperialista transformou-se na União Soviética socialista e o Japão feudal, fechado ao mundo exterior, transformou-se no Japão imperialista, sem que a geografia e o clima desses países tivessem sofrido alteração. A China, durante muito tempo submetida ao regime feudal, registou grandes alterações no decurso dos últimos cem anos, e agora evolui em direcção a uma China nova, emancipada e livre, sem que para isso se tivessem modificado a sua geografia e o seu clima. É certo que no conjunto do globo terrestre, e em cada uma das suas partes, se produzem modificações quanto à geografia e ao clima, simplesmente, comparadas às modificações da sociedade, essas modificações são insignificantes. As primeiras exigem dezenas de milhares de anos para manifestar-se, enquanto que para as segundas bastam apenas alguns milénios, alguns séculos, umas décadas ou mesmo alguns anos, ou meses inclusivamente (em período de revolução). Segundo o ponto de vista da dialéctica materialista, as modificações na Natureza são devidas fundamentalmente ao desenvolvimento das contradições internas desta. Na sociedade, as mudanças são devidas principalmente ao desenvolvimento das contradições

que existem no seu seio, isto é, a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, a contradição entre as classes e a contradição entre o novo e o velho; é o desenvolvimento dessas contradições que faz avançar a sociedade e cietermina a substituição da velha sociedade por uma nova. Mas será que a dialéctica materialista exclui as causas externas? De maneira nenhuma. Ela considera que as causas externas constituem a condição das modificações, que as causas internas são a base dessas modificações e que as causas externas operam por intermédio das causas internas. O ovo que recebe uma quantidade adequada de calor transforma-se em pinto, enquanto que o calor não pode transformar uma pedra em pinto, já que as respectivas bases são diferentes. Os diversos povos agem constantemente uns sobre os outros. Na época do capitalismo, sobretudo na época do imperialismo e das revoluções proletárias, a acção e os efeitos dos diferentes países, agindo uns sobre os outros nos domínios da política, da economia e da cultura, são enormes. A Revolução Socialista de Outubro abriu uma era nova não apenas na história da Rússia, mas também na história de todo o mundo; ela influiu nas modificações internas nos diferentes países, e também, com uma profundidade particular, nas modificações internas na China. Todavia, as modificações que dela resultaram produziram-se por intermédio das leis internas próprias a esses países, ou próprias à China. De dois exércitos em luta, um vence e o outro é derrotado: isso é determinado por causas internas. A vitória é devida ou ao poderio do exército ou à justeza de vistas do seu comando; a derrota deve-se ou à fraqueza do exército ou

aos erros cometidos pelo seu comando. É por intermédio das causas internas que actuam as causas externas. Na China, se a grande burguesia venceu em 1927 o proletariado, foi graças ao oportunismo que então se manifestava no próprio seio do proletariado chinês (no interior do Partido Comunista da China). Assim que acabámos com esse oportunismo, a revolução chinesa tornou a expandir-se. Mais tarde, ela voltou a sofrer seriamente com os golpes que lhe desferiu o inimigo, desta vez em resultado das tendências aventuradas surgidas no nosso Partido. Mas assim que liquidámos o espírito de aventura, a nossa causa voltou a progredir. Daí se conclui que, para conduzir a revolução à vitória, um partido político deve apoiar-se na justeza da sua linha política e na solidez da sua organização. A concepção dialéctica do mundo, na China e na Europa, vem desde a antiguidade. A dialéctica dos tempos antigos, porém, era algo de espontâneo, de primitivo; em virtude das condições sociais e históricas de então, ela não podia ainda constituir um sistema teórico completo, era incapaz de explicar o mundo em todos os seus aspectos, sendo posteriormente substituída pela metafísica. O célebre filósofo alemão, Hegel, que viveu nos fins do século XVIII e começos do XIX, prestou uma importante contribuição à dialéctica, mas a sua dialéctica era idealista. Só depois que Marx e Engels, os grandes protagonistas do movimento proletário, generalizaram os resultados positivos obtidos pela humanidade na história do conhecimento humano, e depois que, em particular, retomaram com espírito crítico os elementos racionais da dialéctica de Hegel e criaram a grande teoria

do materialismo dialéctico e histórico, é que se produziu uma revolução sem precedentes na história do conhecimento humano. Essa grande teoria foi desenvolvida mais tarde por Lenine e Estaline. Ela provocou imensas modificações no mundo do pensamento chinês assim que penetrou na China. A concepção dialéctica do mundo ensina-nos sobretudo a observar e a analisar o movimento das contradições nos diferentes fenómenos, bem como a determinar, na base dessa análise, os métodos próprios para resolver tais contradições. Eis porque a compreensão concreta da lei da contradição inerente aos fenómenos é duma importância extrema para nós.

II. A UNIVERSALIDADE DA CONTRADIÇÃO

Por comodidade de exposição, deter-me-ei primeiramente na universalidade da contradição e, depois, na sua particularidade. Com efeito, a partir da descoberta da concepção materialista-dialéctica do mundo, realizada pelos grandes fundadores e continuadores do Marxismo, Marx, Engels, Lenine e Estaline, a dialéctica materialista foi aplicada com máximo êxito à análise de numerosos aspectos da história humana e da história natural, assim como à transformação de numerosos aspectos da sociedade e da Natureza (por exemplo, na U.R.S.S.); a universalidade da contradição está pois largamente reconhecida, bastando portanto umas quantas palavras para explicar bem a questão. Quanto à questão da par-

particularidade da contradição é que muitos camaradas, em especial os dogmáticos, ainda não vêem claro. Eles não compreendem que, nas contradições, o universal existe no particular. Igualmente não compreendem como é importante, para dirigirmos o curso da nossa prática revolucionária, o estudo do particular nas contradições inerentes aos fenómenos concretos face aos quais nos encontramos. Nós devemos pois estudar com atenção especial a particularidade da contradição, reservando espaço suficiente ao seu exame. Essa a razão por que, na nossa análise da lei da contradição inerente aos fenómenos, começaremos por examinar o problema da universalidade da contradição, depois veremos mais especialmente a sua particularidade, para voltar finalmente ao problema da universalidade. A universalidade ou carácter absoluto da contradição tem um duplo significado: primeiro, que as contradições existem no processo de desenvolvimento de todos os fenómenos; segundo, que no processo de desenvolvimento de cada fenómeno, o movimento contraditório existe desde o princípio até ao fim. Engels dizia: “O próprio movimento é uma contradição.”⁵ A definição, dada por Lenine, da lei da unidade dos contrários diz que esta “reconhece (descobre) tendências contraditórias, opostas e ex-cluindo-se raútuamente, em todos os fenómenos e processos da Natureza {incluídos o espírito e a sociedade}”⁶. Acaso são justas tais afirmações? Sim, são justas. Em todos os fenómenos, a interdependência e a luta dos aspectos contrários que lhes são próprios determinam a sua vida e animam o seu desenvolvimento. Não há fenómeno que não contenha

contradição. Sem contradições o mundo não existiria. A contradição é a base das formas simples do movimento (por exemplo, o movimento mecânico) e, por maior razão ainda, das formas complexas do movimento. Engels explicou assim a universalidade da contradição: “Se a simples mudança mecânica de lugar contém já em si mesma uma contradição, com maior razão ainda hão-de contê-la as formas superiores de movimento da matéria e, muito particularmente, a vida orgânica e o seu desenvolvimento. ... a vida, antes de mais, consiste justamente no facto de um ser, em cada instante, ser o mesmo e, não obstante, um outro também. Assim, a vida é igualmente uma contradição que, existindo nas próprias coisas e processos, surge e resolve-se constantemente. E desde que a contradição cessa a vida cessa, a morte intervéem. Do mesmo modo, nós vimos que no domínio do pensamento não podemos igualmente escapar às contradições e que, por exemplo, a contradição entre a faculdade humana de conhecer, interiormente infinita, e a sua existência real nos homens, que são todos limitados externamente e no pensamento, resolve-sc na série de gerações humanas — série que, para nós, pelo menos praticamente, não tem fim — no movimento do progresso sem fim.”

“. . . um dos fundamentos principais das matemáticas superiores é a contradição. . .”

“É as próprias matemáticas inferiores também já estão cheias de contradições.”⁷

Por seu turno, Lenine ilustrava a universalidade da contradição com os exemplos seguintes: >

“Na Matemática, + e —. Diferencial e integral. Na Mecânica, acção e reacção. Na Física, electricidade positiva e negativa. Na Química, combinação e dissociação dos átomos.

Nas ciências sociais, as lutas de classes.”⁸

Na guerra, a ofensiva e a defensiva, o avanço e a retirada, a vitória e a derrota, são outros tantos pares de contrários em que o um não pode existir sem o outro. Os dois aspectos estão simultaneamente em luta e em interdependência, o que constitui o todo que é a guerra, dá lugar ao desenvolvimento desta e resolve os respectivos problemas.

Há que considerar toda a diferença nos nossos conceitos como um reflexo de contradições objectivas. A reflexão das contradições objectivas no pensamento subjectivo forma o movimento contraditório dos conceitos, o qual estimula o desenvolvimento das ideias, resolve continuamente os problemas que se põem ao pensamento humano.

Oposição e luta entre concepções diferentes surgem constantemente no seio do Partido; é o reflexo, no Partido, das contradições de classes e das contradições entre o novo e o velho existentes na sociedade. Se no Partido não houvesse contradições e lutas ideológicas para resolver as contradições, a vida do Partido cessaria.

Em toda a parte, em todo o processo, há pois contradições, tanto nas formas simples do movimento como nas formas complexas, nos fenómenos objectivos como nos fenómenos do pensamento: esse ponto está

agora esclarecido. Mas será que a contradição existe igualmente na etapa inicial de cada processo? O processo de desenvolvimento de cada fenómeno, acaso apresentará ele um movimento contraditório desde o começo ao fim?

Segundo os artigos em que os filósofos soviéticos a submetem a críticas, a escola de Deborine considera que a contradição não aparece logo desde o início do processo, mas apenas numa certa etapa do seu desenvolvimento. Daí segue-se que, até esse momento, o desenvolvimento do processo produz-se não sob acção de causas internas mas sim sob a acção de causas externas. Deborine regressa assim às teorias da causa externa e mecanista próprias à metafísica. Aplicando essa maneira de ver à análise dos problemas concretos, a escola de Deborine chega à conclusão de que, nas condições da União Soviética, entre os camponeses ricos e os camponeses em geral apenas existem diferenças e não contradições, e aprova inteiramente Bukarine. Analisando a Revolução Francesa, tal escola sustenta que, antes da revolução, no seio do Terceiro Estado, composto de operários, camponeses e burguesia, igualmente apenas existiam diferenças e não contradições. Esses pontos de vista da escola de Deborine são anti-marxistas. Essa escola não compreende que em toda a diferença já há uma contradição, e que a própria diferença é uma contradição. A contradição entre o trabalho e o capital existe desde o nascimento da burguesia e do proletariado, mas no início não era uma contradição aguda. Entre os operários e os camponeses, mesmo nas condições sociais da União Soviética, existe uma diferença; essa

diferença é uma contradição que, no entanto, contrariamente à contradição entre o trabalho e o capital, não pode acentuar-se até converter-se num antagonismo ou revestir a forma duma luta de classes; os operários e os camponeses selaram uma sólida aliança durante a edificação do socialismo, e resolvem progressivamente a contradição em causa no processo de desenvolvimento que vai do socialismo ao comunismo. Trata-se aí de diferentes espécies de contradições, mas não da presença ou ausência de contradições. A contradição é universal, absoluta; existe em todos os processos de desenvolvimento dos fenómenos, penetrando cada processo desde o começo até ao fim.

Que significa a aparição dum novo processo? Significa que a antiga unidade e os contrários que a constituíam cederam o lugar a uma nova unidade, aos seus novos contrários, começando então o novo processo, que substituiu o antigo. O processo velho conciu-se, o novo surge. E como o novo processo contém novas contradições, ele começa a sua própria história de desenvolvimento das contradições.

Lenine sublinha que Marx, em O Capital, deu um modelo de análise do movimento contraditório que atravessa todo o processo de desenvolvimento dum fenómeno, desde o começo até ao fim. Esse é o método a seguir sempre que se estuda o processo de desenvolvimento de qualquer fenómeno. E o próprio Lenine também utilizou rigorosamente esse método, o qual impregna todos os seus escritos.

“Marx, em O Capital, analisa primeiramente a relação mais simples, mais habitual, mais fundamental, mais

frequente e mais ordinária, o que se encontra milhares de vezes na sociedade burguesa (de mercado): a troca de mercadorias. A sua análise faz ressaltar nesse fenómeno elementar (nessa ‘célula’ da sociedade burguesa) todas as contradições (ou embriões de todas as contradições) da sociedade moderna. O seguimento da exposição mostra-nos o desenvolvimento (crescimento e movimento) dessas contradições e dessa sociedade na £ [soma] das suas diversas partes, desde o começo ao fim.” E Lenine acrescenta: “Tal deve ser também o método de exposição (de estudo) da dialéctica em geral. . .”⁹ Os comunistas chineses devem assimilar esse método, pois só assim poderão analisar correctamente a história e a situação actual da revolução chinesa, e deduzir-lhe as perspectivas.

III. A PARTICULARIDADE DA CONTRADIÇÃO

As contradições existem no processo de desenvolvimento de todos os fenómenos, e penetram o processo de desenvolvimento de cada fenómeno, desde o começo ao fim. Nisso está a universalidade ou carácter absoluto da contradição, de que falámos anteriormente. Tratemos agora da particularidade ou relatividade das contradições.

Convém estudar essa questão em vários planos.

Em primeiro lugar, as contradições das diferentes formas de movimento da matéria revestem todas um carácter específico. O conhecimento da matéria pelo homem é o

conhecimento das suas formas de movimento, uma vez que, no mundo, não há mais do que matéria em movimento, e o movimento da matéria reveste sempre formas determinadas. Ao debruçar-mo-nos sobre cada forma de movimento da matéria, nós devemos dirigir a nossa atenção sobre aquilo que ela tem de comum com as demais formas de movimento. E o que é mais importante ainda, o que serve de base ao nosso conhecimento dos fenómenos, é notar aquilo que essa forma de movimento tem propriamente de específico, isto é, aquilo que a diferencia qualitativamente das outras formas de movimento. Só desse modo se pode distinguir um fenómeno de outro fenómeno. Toda a forma de movimento contém em si as suas próprias contradições específicas, as quais constituem aquela essência específica que diferencia um fenómeno dos outros. É essa a causa interna, a base, da diversidade infinita dos fenómenos no mundo. Existe na Natureza uma imensidade de formas de movimento: o movimento mecânico, o som, a luz, o calor, a electricidade, a dissociação, a combinação, etc. Todas essas formas de movimento da matéria estão em interdependência, mas distinguem-se umas das outras na essência. A essência específica de cada forma de movimento é determinada pelas suas próprias contradições específicas. É assim não apenas para a Natureza, mas também para os fenómenos da sociedade e do pensamento. Cada forma social, cada forma de pensamento, contém as suas contradições específicas e possui a sua essência específica. A delimitação das diferentes ciências funda-se justamente nas contradições específicas contidas no objecto de estudo de cada uma. Assim, as contradições

próprias à esfera dum fenómeno criado constituem o objecto de estudo dum ramo determinado da ciência. Por exemplo, + e — em Matemática; acção e reacção em Mecânica; electricidade positiva e negativa em Física; combinação e dissociação em Química; forças produtivas e relações de produção, classes e lutas de classes nas ciências sociais; ataque e defesa na ciência militar; idealismo e materialismo, metafísica e dialéctica em Filosofia — tudo isso constitui objecto de estudo de diferentes ramos da ciência, em virtude precisamente da existência de contradições específicas e duma essência específica em cada ramo. É claro que, sem um conhecimento do que há de universal nas contradições, é impossível descobrir as causas gerais ou as bases gerais do movimento, do desenvolvimento dos fenómenos. Mas se não se estuda o que há de particular nas contradições, é impossível determinar essa essência específica que distingue um fenómeno dos outros, impossível descobrir as causas específicas ou as bases específicas do movimento, do desenvolvimento dos fenómenos e, por consequência, impossível distinguir os fenómenos e delimitar os domínios da investigação científica. Se se considera a ordem seguida pelo movimento do conhecimento humano, vê-se que este parte sempre do conhecimento do individual, do particular, para alargar-se gradualmente até atingir o conhecimento do geral. Os homens começam sempre por conhecer primeiramente a essência específica duma imensidade de fenómenos diferentes, antes de chegarem a poder passar à generalização e conhecer a essência comum dos fenómenos. Uma vez atingido esse conhecimento, isso

serve-lhes de guia para avançar no estudo dos diferentes fenómenos concretos que não tenham ainda sido estudados ou que o tenham sido insuficientemente, de maneira a encontrar-se-lhes a essência específica; só assim eles podem completar, enriquecer e desenvolver o seu conhecimento sobre a essência comum dos fenómenos e evitar que tal conhecimento desseque ou se petrifique. Essas as duas etapas do processo do conhecimento: a primeira vai do particular ao geral e a segunda, do geral ao particular. O desenvolvimento do conhecimento humano representa sempre um movimento em espiral e (se se observa rigorosamente o método científico) cada ciclo pode elevar o conhecimento a um grau superior e incessantemente mais profundo. O erro dos nossos dogmáticos a esse respeito consiste no seguinte: por um lado, não compreendem que só depois de se ter estudado o que há de específico na contradição e se ter tomado conhecimento da essência específica dos fenómenos individualizados, se pode atingir o pleno conhecimento da universalidade da contradição e da essência comum destes; por outro lado, não compreendem que, depois de se ter tomado conhecimento da essência comum dos fenómenos, há que ir mais adiante e estudar os fenómenos concretos que não foram profundamente estudados ou que aparecem pela primeira vez. Os nossos dogmáticos são preguiçosos; recusam-se a qualquer esforço no estudo dos fenómenos concretos, consideram as verdades gerais como algo que cai do céu, fazem delas fórmulas puramente abstractas, inacessíveis ao entendimento humano, negam totalmente e invertem a ordem normal que os homens seguem para atingir o conhe-

cimento da verdade. Tão-pouco eles compreendem a ligação recíproca entre as duas etapas do processo do conhecimento humano: do particular ao geral e do geral ao particular; não entendem coisa alguma sobre a teoria marxista do conhecimento.

É preciso estudar não somente as contradições específicas de cada um dos grandes sistemas de formas de movimento da matéria e a essência determinada por essas contradições, mas também as contradições específicas e a essência de cada uma dessas formas de movimento da matéria em cada etapa do longo caminho que segue o desenvolvimento destas. Toda a forma de movimento, em cada processo de desenvolvimento que seja real e não imaginário, é qualitativamente diferente. No nosso estudo, convém dispensar a isso uma atenção particular, havendo até que começar por aí.

Contradições qualitativamente distintas só podem ser resolvidas por métodos qualitativamente distintos. Por exemplo, a contradição entre o proletariado e a burguesia resolve-se pelo método da revolução socialista; a contradição entre as grandes massas populares e o sistema feudal resolve-se pelo método da revolução democrática; a contradição entre as colónias e o imperialismo resolve-se pelo método da guerra revolucionária nacional; a contradição entre a classe operária e a classe camponesa na sociedade socialista resolve-se pelo método da colectivização e mecanização da agricultura; as contradições no seio do Partido

Comunista resolvem-se pelo método da crítica autocrítica; a contradição entre a sociedade e a Natureza resolve-se pelo método do desenvolvimento das forças

produtivas. Os processos mudam, os antigos processos e as antigas contradições desaparecem, surgem novos processos e novas contradições, sendo, por consequência, igualmente diferentes os respectivos métodos de resolução. As contradições resolvidas pela Revolução de Fevereiro e as contradições resolvidas pela Revolução de Outubro na Rússia, bem como os métodos usados para resolvê-las, foram radicalmente diferentes. O princípio de usar métodos distintos para resolver contradições distintas é um princípio que os marxistas-leninistas devem observar rigorosamente. Os dogmáticos não observam esse princípio; eles não compreendem que as condições em que se desenrolam as distintas revoluções não são idênticas, assim como não compreendem que contradições diferentes devem resolver-se por métodos diferentes. Invariavelmente, adotam aquilo que julgam ser uma fórmula imutável e aplicam-na mecanicamente a todos os casos, o que não pode senão causar reveses à revolução ou comprometer o que poderia ser um êxito. Para fazer ressaltar a particularidade das contradições consideradas no seu conjunto ou na sua ligação mútua ao longo do processo de desenvolvimento dum fenómeno, quer dizer, para fazer sobressair a essência do processo, é necessário fazer ressaltar o carácter específico dos dois aspectos de cada uma das contradições desse processo; doutro modo é impossível fazer sobressair a essência do processo. Isso também exige a maior atenção no nosso estudo.

No processo de desenvolvimento dum fenómeno importante, há toda uma série de contradições. Por exemplo, no processo da revolução democrático-burguesa

na China, existe nomeadamente uma contradição entre as classes oprimidas da sociedade chinesa e o imperialismo; uma contradição entre as massas populares e o regime feudal; uma contradição entre o proletariado e a burguesia; uma contradição entre os camponeses e a pequena burguesia urbana por um lado, e a burguesia por outro lado; contradições entre as diversas camarilhas reaccionárias dominantes. A situação é pois extremamente complexa. Todas essas contradições não podem ser tratadas da mesma maneira, já que cada uma tem o seu carácter específico; e, por sua vez, os dois aspectos de cada contradição apresentam particularidades próprias a cada um deles, não sendo possível encará-los dum mesmo modo. Nós, que trabalhamos pela causa da revolução chinesa, devemos não somente compreender o carácter específico de cada uma dessas contradições, considerada no seu conjunto, isto é, na sua ligação mútua, mas ainda estudar os dois aspectos de cada contradição, único meio para chegarmos a compreender o conjunto. Compreender cada aspecto da contradição é compreender a posição particular que cada um deles ocupa, as formas concretas em que estabelece relações de interdependência e relações de contradição com o seu contrário, os métodos concretos que utiliza na sua luta com o outro quando os dois se encontram ao mesmo tempo em interdependência e em contradição, bem como após a ruptura da sua interdependência. O estudo dessas questões é de muito grande importância, e o que Lenine tinha em vista quando dizia que a substância, a alma viva do Marxismo, era a análise concreta duma situação concreta¹⁰. Contrariamente aos ensinamentos

dc Lenine, os nossos dogmáticos nunca usam a cabeça para analisar os fenómenos de maneira concreta; os seus artigos e os seus discursos não fazem mais do que repisar de maneira vã, vazia, esquemas estereotipados, fazendo nascer no Partido um estilo de trabalho dos mais nefastos.

No estudo duma questão é preciso guardar-se de ser subjectivo, de fazer exames unilaterais, de ser superficial. Ser subjectivo é não saber encarar uma questão objectivamente, quer dizer, dum ponto de vista materialista. Eu já falei disso em “Sobre a Prática”. O exame unilateral consiste em não saber encarar as questões sob todos os seus aspectos. É o que acontece, por exemplo, quando se considera apenas a China e não o Japão, apenas o Partido Comunista e não o Kuomintang, apenas o proletariado e não a burguesia, apenas os camponeses e não os senhores de terras, apenas as situações favoráveis e não as situações difíceis, apenas o passado e não o futuro, apenas a parte e não o conjunto, apenas as falhas e não os êxitos, apenas o que acusa e não o que se defende, apenas o trabalho revolucionário na clandestinidade e não o trabalho revolucionário legal, etc, numa palavra, sempre que não se vêem os traços característicos dos dois aspectos duma contradição. É a isso que se chama encarar as questões dc maneira unilateral, ou pode ainda dizer-se que é ver a parte e não o todo, ver a árvore e não a floresta. Se se procede assim, é impossível encontrar o método para resolver as contradições, cumprir as tarefas da revolução, levar a bom termo o trabalho que se faz e desenvolver correctamente a luta ideológica no seio do Partido. Quando Suen Tse, ao tratar da arte militar, dizia:

“Conhece o teu adversário e conhece-te a ti próprio que poderás, sem riscos, travar um cento de batalhas”¹¹, ele referia-se às duas partes beligerantes. Na dinastia Tam, Vei Tchem¹² também via o erro dum exame unilateral, quando dizia: “Quem escutar as duas partes ficará com o espírito esclarecido, quem não escutar mais do que uma permanecerá nas trevas”. Não obstante, os nossos camaradas vêem frequentemente os problemas duma maneira unilateral, razão por que lhes acontece darem muitas vezes com a cabeça na parede. Na novela Chuei Hu Tchuan, conta-se que Som Quiam atacou por três vezes Tchuquiatchuam¹³!, fracassando duas vezes por não ter considerado as condições locais, e ainda por ter aplicado um método de acção incorrecto. Posteriormente, Som Quiam mudou dc método e procurou informar-se sobre a situação. Desde então ficou a conhecer todos os segredos do labirinto, quebrou a aliança das três aldeias, Liquiatchuam, Huquiatchuam e Tchuquia-tchuam, enviou alguns homens para que se escondessem no campo inimigo e preparassem aí uma emboscada, no esquema dum estratagema semelhante ao do cavalo de Tróia de que fala uma lenda estrangeira, sendo o seu terceiro ataque coroado de sucesso. Cbuei Hu Tchuan contém muitos exemplos de aplicação da dialéctica materialista, dos quais um dos melhores é precisamente o episódio dos três ataques a Tchuquia-tchuam. Lenine dizia: “Para conhecer realmente um objecto, é necessário abarcar e estudar todos os seus aspectos, todas as suas ligações e ‘mediações’. Nos nunca o conseguiremos de maneira integral, mas a necessidade de considerar todos os aspectos evita-nos erros e rigidez”¹⁴.

Devemos lembrar-nos das suas palavras. Ser superficial é não ter em conta as características da contradição no seu conjunto, nem as características de cada um dos seus aspectos, negar a necessidade de ir ao fundo dos fenómenos e estudar minuciosamente as características das respectivas contradições, contentar-se com ver de longe e, após uma observação aproximativa de alguns traços superficiais dessas contradições, tentar imediatamente resolvê-las (responder a uma pergunta, decidir sobre um diferendo, solucionar um problema, dirigir uma operação militar). Essa maneira de agir leva sempre a consequências funestas. A razão de os nossos camaradas caírem no erro do dogmatismo e empirismo é o facto de encararem os fenómenos duma maneira subjectiva, unilateral e superficial. Encarar os fenómenos de modo unilateral e superficial é ainda subjectivismo, pois, no seu ser objectivo, os fenómenos estão de facto ligados uns aos outros e possuem leis internas; no entanto, há pessoas que, em vez de reflectirem os fenómenos tal como são, consideram-nos de modo unilateral ou superficial, desconhecendo-lhes a ligação mútua e as leis internas. Um tal método é pois subjectivo.

Devemos ter em vista não apenas as particularidades do movimento dos aspectos contraditórios considerados na sua ligação mútua e nas condições de cada um deles no decorrer do processo geral de desenvolvimento dum fenómeno, mas também as particularidades próprias a cada etapa do processo de desenvolvimento.

Nem a contradição fundamental, no processo de desenvolvimento dum fenómeno, nem a essência desse pro-

cesso, determinada por essa contradição, desaparecem antes da conclusão do processo. Contudo, as condições diferem geralmente umas das outras, em cada etapa do longo processo de desenvolvimento dum fenómeno. Eis a razão: se bem que a natureza da contradição fundamental no processo de desenvolvimento dum fenómeno, bem como a essência do processo, permaneçam sem modificação, a contradição fundamental agudiza-se progressivamente em cada etapa desse longo processo. Por outro lado, entre tantas contradições, grandes e pequenas, que são determinadas pela contradição fundamental ou se encontram sob a sua influência, algumas agudizam-se, outras resolvem-se ou atenuam-se temporária ou parcialmente, enquanto que outras vão nascendo. Eis a razão por que há diferentes etapas no processo. Não é possível resolver correctamente as contradições inerentes a um fenómeno se não se presta atenção às etapas do processo do seu desenvolvimento.

Por exemplo, quando o capitalismo da época da livre concorrência se transformou em imperialismo, nem a natureza de classe das duas classes radicalmente contrárias — o proletariado e a burguesia — nem a essência capitalista dessa sociedade sofreram qualquer mudança; contudo, a contradição entre essas duas classes agudizou-se, a contradição entre o capital

monopolista e o capital liberal surgiu, a contradição entre as potências colonialistas e as colónias tornou-se mais aguda, a contradição entre os países capitalistas, contradição provocada pelo desenvolvimento desigual desses países, manifestou-se com uma acuidade particular; desde então começou um estágio par-

ricular do capitalismo — o estádio do imperialismo. O Leninismo é o Marxismo da época do imperialismo e da revolução proletária, precisamente porque Lenine e Estaline deram uma explicação justa dessas contradições e formularam correctamente a teoria e a tática da revolução proletária chamadas a resolvê-las. Se se considera o processo da revolução democrático-burguesa na China, que começou com a Revolução de 1911, igualmente se distinguem aí várias etapas específicas. Em particular, o período da revolução em que a direcção era burguesa e o período em que a direcção foi assumida pelo proletariado representam duas etapas históricas cuja diferença é considerável. Por outras palavras, a direcção exercida pelo proletariado mudou radicalmente a fisionomia da revolução, conduziu a um reajustamento das relações entre as classes, implicou um grande desenvolvimento da revolução camponesa, imprimiu à revolução diri-gida contra o imperialismo e o feudalismo um carácter radical, criou a possibilidade de passagem da revolução democrática à revolução socialista, etc. Tudo isso era impossível na época em que a direcção da re-volução era burguesa. Se bem que a natureza da contradição fundamental do processo tomado no seu conjunto, quer dizer, o carácter de revolução democrática anti-imperialista e anti-feudal do processo (o outro aspecto da contradição era o carácter semi-feudal e semi-colonial do país) não tivesse sofrido qualquer mudança, no decurso desse longo período produziram--se acontecimentos tão importantes como a derrota da Revolução de 1911 e o estabelecimento da dominação dos caudilhos militares do Norte, a criação da primeira Frente

Única Nacional e a Revolução de 1924-1927, a ruptura da Frente Única e a passagem da burguesia para o campo da contra-revolução, as guerras entre os novos caudilhos militares, a Guerra Revolucionária Agrária, a criação da segunda Frente Única Nacional e a Guerra de Resistência contra o Japão — outras tantas etapas de desenvolvimento no espaço de vinte e poucos anos. Essas etapas são caracterizadas nomeadamente pelo facto de certas contradições se terem agudizado (por exemplo, a Guerra Revolucionária Agrária e a invasão das quatro províncias do Nordeste pelo Japão), pelo facto de outras se terem parcial ou provisoriamente resolvido (por exemplo, a liquidação dos caudilhos militares do Norte, o confisco, a que procedemos, das terras dos senhores de terras) e ainda pelo facto de outras terem surgido de novo (por exemplo, a luta entre os novos caudilhos militares, a recuperação das terras pelos senhores de terras após a perda das nossas bases de apoio revolucionárias, no Sul), etc. Quando se estuda a particularidade das contradições em cada etapa do processo de desenvolvimento dum fenómeno, é preciso não só considerar essas contradições na sua ligação mútua ou no seu conjunto, mas também encarar os dois aspectos de cada contradição. Por exemplo, o Kuomintang e o Partido Comunista. Tomemos um dos aspectos dessa contradição: o Kuomintang. Como, no período da primeira Frente Única, seguiu as três grandes políticas de Sun Yat-sen (aliança com a Rússia, aliança com o Partido Comunista e ajuda aos operários e camponeses), o Kuomintang conservou o seu carácter revolucionário e o seu vigor, representando a aliança das diferentes classes na revolução

democrática. Após 1927, porém, transformou--se no seu contrário, tornando-se num bloco reaccio-nário dos senhores de terras e da grande burguesia. Depois do Incidente de Si-an, em Dezembro de 1936, uma nova mudança começou a produzir-se no seu seio, orientada no sentido da cessação da guerra civil e aliança com o Partido Comunista, com vistas a uma luta em comum contra o imperialismo japonês. Tais são as particularidades do Kuomintang nessas três etapas. Claro que elas resultaram de causas múltiplas. Vejamos agora o outro aspecto: o Partido Comunista da China. No período da primeira Frente Única, o Partido estava ainda na infância. Ele dirigiu corajosamente a Revolução de 1924-1927, mas de-monstrou a sua falta de maturidade no modo como compreendeu o carácter, as tarefas e os métodos da revolução, razão por que o tchentusiuiismo, surgido no último período dessa revolução, teve a possibilidade de exercer a sua acção e conduzir a revolução à derrota. A partir de 1927, o Partido Comunista passou a dirigir corajosamente a Guerra Revolucionária Agrária, criou um exército revolucionário e bases de apoio revolucionárias, mas cometeu erros de carácter aventureiro, em consequência do que o exército e as bases sofreram pesadas perdas. Depois de 1935, o Partido corrigiu esses erros e dirigiu a nova Frente Única de resistência ao Japão, uma grande luta que está em vias de desenvolvimento. Na etapa actual, o Partido Comunista é um partido que já sofreu a prova de duas revoluções e possui uma experiência rica. Tais são as particularidades do Partido Comunista da China nas três etapas. Igualmente, isso deveu--se a causas múltiplas. Se não se

estudam tais particularidades, fica-se impossibilitado de compreender as relações específicas entre o Kuomintang e o Partido Comunista nas diversas etapas do seu desenvolvimento: criação duma Frente Única, ruptura dessa frente, criação de nova Frente Única. Para estudar as diversas particularidades dos dois partidos, porém, torna-se indispensável estudar a base de classe desses mesmos partidos e as contradições que daí resultam, nos diferentes períodos, entre cada um deles e as demais forças. Por exemplo, no período da primeira aliança com o Partido Comunista, o Kuomintang en-contrava-se em contradição com os imperialistas estrangeiros, o que o levava a opor-se ao imperialismo; por outro lado, ele encontrava-se em contradição com as massas populares no interior do país — muito embora fizesse de boca toda a espécie de promessas miríficas aos trabalhadores, na prática dava-lhes muito pouco, ou mesmo nada lhes dava. Durante a sua guerra anti-comunista, o Kuomintang colaborou com o imperialismo e o feudalismo para opor-se às massas populares, e suprimiu duma penada todas as vantagens que estas haviam conquistado na revolução, tornando assim mais agudas as suas contradições com tais massas. No período actual de resistência ao Japão, em virtude das contradições com o imperialismo japonês, ele tem necessidade de aliar-se ao Partido Comunista, sem contudo pôr um freio à luta contra este e contra o povo, nem à opressão que exerce sobre ambos. Quanto ao Partido Comunista*» ele esteve sempre, em qualquer dos períodos, ao lado das massas populares, para lutar contra o imperialismo e o feudalismo; todavia, no actual período de resistência ao

Japão, adoptou uma política moderada com relação ao Kuomintang e às forças feudais do país, na medida em que o Kuomintang se pronunciou pela resistência. Essas circunstâncias deram lugar tanto a uma aliança como a uma luta entre os dois partidos, estando estes, aliás, mesmo cm período de aliança, numa situação complexa de aliança e luta simultâneas. Se não estudarmos as particularidades desses aspectos contrários, não poderemos compreender nem as relações respectivas dos dois partidos com as demais forças, nem as relações entre os dois partidos.

Daí se segue que quando estudamos o carácter específico de seja que contradição for — a contradição própria a cada forma de movimento da matéria, a contradição própria a cada forma de movimento em cada um dos seus processos de desenvolvimento, os dois aspectos da contradição em cada processo de desenvolvimento, a contradição em cada etapa dum processo de desenvolvimento, e os dois aspectos da contradição em cada uma dessas etapas — numa palavra, sempre que estudamos o carácter específico de todas essas contradições, nunca devemos mostrar-nos subjectivos, arbitrários, mas sim fazer sobre tudo isso uma análise concreta. Sem análise concreta, torna-se impossível conhecer o carácter específico de seja que contradição for. Devemos lembrar-nos sempre das palavras de Lenine: análise concreta numa situação concreta.

Marx e Engels foram os primeiros a dar-nos magníficos exemplos desse género de análise concreta.

Quando Marx e Engels aplicaram a lei da contra-

dição inerente aos fenómenos ao estudo do processo da história da sociedade, descobriram a contradição existente entre as forças produtivas e as relações de produção, a contradição entre a classe dos exploradores e a classe dos explorados, assim como a contradição, daí resultante, entre a base económica e a superestrutura (política, ideologia, etc); e descobriram como essas contradições engendraram, inevitavelmente, diferentes espécies de revoluções sociais nas diferentes espécies de sociedades de classes.

Quando Marx aplicou essa lei ao estudo da estrutura económica da sociedade capitalista, ele descobriu que a contradição fundamental dessa sociedade era a contradição entre o carácter social da produção e o carácter privado da propriedade. Tal contradição manifestase pela contradição entre o carácter organizado da produção nas empresas isoladas e o carácter não organizado da produção à escala da sociedade inteira. E, nas relações de classes, manifesta-se na contradição entre a burguesia e o proletariado.

Como os fenómenos são duma diversidade prodigiosa, e como não existe qualquer limite ao seu desenvolvimento, o que é universal em determinado contexto pode passar a particular noutro contexto; e, inversamente, o que é particular num contexto pode passar a ser universal noutro contexto. A contradição, em regime capitalista, entre o carácter social da produção e a propriedade privada dos meios de produção,

é comum a todos os países onde existe e se desenvolve o capitalismo. Para o capitalismo, isso constitui a universalidade da contradição. Todavia, essa contradição do

capitalismo apenas pertence a uma etapa histórica determinada do desenvolvimento da sociedade de classes em geral, e, do ponto de vista da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção na sociedade de classes em geral, isso constitui o carácter específico da contradição. Ao dissecar o carácter específico de todas as contradições da sociedade capitalista, Marx elucidou numa maneira ainda mais aprofundada, mais ampla, mais completa, a universalidade da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção na sociedade de classes em geral.

A unidade do particular e do universal, a presença, em cada fenómeno, tanto daquilo que a contradição tem de universal como daquilo que ela tem de particular, o universal existindo no particular, obriga-nos, ao estudarmos um fenómeno determinado, a descobrir o particular e o universal assim como a sua ligação mútua, a descobrir o particular e o universal no próprio interior do fenómeno, assim como a sua ligação mútua, a descobrir a ligação que mantém com os muitos outros fenómenos exteriores a ele. Ao explicar as raízes históricas do Leninismo, Estaline, na sua célebre obra “Fundamentos do Leninismo”, analisa a situação internacional que deu origem ao Leninismo, analisa as contradições do capitalismo que atingiram um ponto extremo nas condições do imperialismo, mostra como essas contradições fizeram da revolução proletária uma questão de prática imediata e criaram as condições favoráveis a um assalto directo contra o capitalismo. Além disso, ele analisa as razões por que a Rússia se tornou no berço do Leninismo, explicando como a Rússia czarista constituía então

o ponto crucial de todas as contradições do imperialismo, e a razão por que foi justamente o proletariado russo aquele que pôde transformar-se na vanguarda do proletariado revolucionário internacional. Assim, Estaline analisou a universalidade da contradição própria ao imperialismo, mostrando que o Leninismo era o Marxismo da época do imperialismo e da revolução proletária, mas também analisou o carácter específico do imperialismo da Rússia czarista nessa contradição geral, mostrando como a Rússia se transformara na pátria da teoria e da tática da revolução proletária e como esse carácter específico continha em si a universalidade da contradição. A análise de Estaline constitui para nós um modelo de conhecimento da particularidade e da universalidade da contradição, bem como da sua ligação mútua. Tratando da questão do emprego da dialéctica no estudo dos fenómenos objectivos, Marx e Engels, e igualmente Lenine e Estaline, indicaram sempre que era necessário guardar-se de todo o subjectivismo, de todo o arbitrário, que era preciso partir das condições concretas do movimento real objectivo para descobrir nesses fenómenos as contradições concretas, a situação concreta de cada aspecto da contradição e a relação, mútua, concreta das contradições. Como não observam essa atitude no estudo, os nossos dogmáticos nunca têm uma ideia justa a respeito dos fenómenos. Nós devemos extrair uma lição dos seus fracassos e adoptar essa atitude, a única atitude correcta no estudo. A relação entre a universalidade e a particularidade da contradição é a relação entre o geral e o particular. O geral reside no facto de as contradições existirem em to-

dos os processos e penetrarem todos os processos, desde o princípio até ao fim; movimento, coisa, processo, pensamento — tudo é contradição. Negar a contradição nos fenómenos é negar tudo. Eis aí uma verdade universal, válida para todos os tempos e para todos os países, sem excepção. É por isso que a contradição é geral, absoluta. Todavia, esse geral não existe e não ser no particular; sem particular não há geral. Se se exclui todo o particular, o que poderá então restar do geral? É o facto de cada contradição ter o seu carácter específico próprio que dá origem ao particular. A existência de todo o particular é condicionada, passageira, portanto relativa. Essa verdade respeitante ao geral e ao particular, ao absoluto e ao relativo, é a quinta-essência da questão das contradições inerentes aos fenómenos. Não compreender essa verdade é fugir à dialéctica.

IV. A CONTRADIÇÃO PRINCIPAL E O ASPECTO PRINCIPAL DA CONTRADIÇÃO

Na questão do carácter específico da contradição, restam dois elementos que requerem uma análise particular, a saber: a contradição principal e o aspecto principal da contradição.

No processo, complexo, de desenvolvimento dum fenómeno existe toda uma série de contradições; uma delas é necessariamente a contradição principal, cuja existência e desenvolvimento determinam a existência e o desenvolvimento das demais contradições ou agem sobre elas.

Por exemplo, na sociedade capitalista, as duas forças em contradição, o proletariado e a burguesia, formam a contradição principal; as outras contradições, por exemplo, a contradição entre os restos da classe feudal e a burguesia, a contradição entre a pequena burguesia camponesa e a burguesia, a contradição entre o proletariado e a pequena burguesia camponesa, a contradição entre a burguesia liberal e a burguesia monopolista, a contradição entre a democracia e o fascismo no seio da burguesia, as contradições entre os países capitalistas e as contradições entre o imperialismo e as colónias, todas são determinadas pela contradição principal ou sujeitas à influência desta.

Num país semi-colonial como a China, a relação entre a contradição principal e as contradições secundárias forma um quadro complexo.

Quando o imperialismo lança uma guerra de agressão contra um tal país, as diversas classes desse país, exceptuado o pequeno número de traidores à nação, podem unir-se temporariamente numa guerra nacional contra o imperialismo. A contradição entre o imperialismo e o país considerado passa então a ser a contradição principal e todas as contradições entre as diversas classes no interior do país (incluída a que era a contradição principal, a contradição entre o regime feudal e as massas populares) passam temporariamente para um plano secundário, para uma posição subordinada. Foi esse o caso da China na Guerra do Ópio de 1840, na Guerra Sino-Japonesa de 1894, na Guerra de Ihotuan de 1900 e na actual Guerra Sino-Japonesa.

Noutras circunstâncias, porém, as contradições mudam

de posição. Quando o imperialismo não recorre à guerra como meio de opressão, mas utiliza formas de opressão mais moderadas, políticas, económicas e culturais, a classe dominante do país semi-colonial capitula diante do imperialismo; então, forma-se entre eles uma aliança para oprimirem em conjunto as massas populares. Nesse momento, as massas populares recorrem frequentemente à guerra civil para lutar contra a aliança dos imperialistas e da classe feudal. Quanto ao imperialismo, em vez de recorrer à acção directa, usa geralmente meios indirectos, para ajudar os reaccionários do país semi-colonial a oprimirem o povo, donde a acuidade especial das contradições internas. Foi o que aconteceu na China durante a Guerra Revolucionária de 1911, durante a Guerra Revolucionária de 1924-1927, durante a Guerra Revolucionária Agrária começada em 1927 e prosseguida ao longo de dez anos. As guerras intestinas entre os diferentes grupos reaccionários no poder no interior dos países semi-coloniais, como as que os caudilhos militares fizeram na China, pertencem a essa mesma categoria. Quando, num país, a guerra revolucionária ganha uma envergadura que ameaça a própria existência do imperialismo e seus lacaios, os reaccionários do interior, o imperialismo recorre frequentemente a outros meios para manter a sua dominação: fomento de divisões no seio da frente revolucionária ou envio directo de tropas em socorro da reacção interior. Nesse momento, o imperialismo estrangeiro e a reacção interior colocam-se completa e abertamente num pólo e as massas populares no outro pólo, o que constitui a contradição principal que determina o desen-

volvimento das outras contradições ou age sobre esse desenvolvimento. A ajuda prestada pelos diferentes países capitalistas aos reaccionários russos, após a Revolução de Outubro, é um exemplo de tal intervenção armada. A traição de Tchiang Kai-chek em 1927 é um exemplo de divisão da frente revolucionária. Seja em que caso for, não cabe qualquer dúvida que, em cada uma das etapas do desenvolvimento do processo, apenas existe uma contradição principal, que desempenha o papel director. Assim pois, se um processo comporta várias contradições, existe necessariamente uma delas que é a principal e desempenha o papel director, determinante, enquanto que as outras ocupam apenas uma posição secundária, subordinada. Por consequência, no estudo dum processo complexo, em que há duas ou mais contradições, devemos fazer o máximo por determinar a contradição principal. Uma vez dominada a contradição principal, todos os problemas se resolvem facilmente. Tal é o método que ensina Marx no seu estudo da sociedade capitalista. Esse é o método que igualmente nos ensinam Lenine e Estaline nos seus estudos sobre o imperialismo e a crise geral do capitalismo, bem como no seu estudo da economia da União Soviética. Milhares de sábios e homens de acção não chegam a compreender esse método; o resultado é que, perdidos nas brumas, eles são incapazes de ir ao nó dos problemas e, por consequência, não podem encontrar o método para resolver as contradições. v

Nós já afirmámos mais atrás que não se devem tratar as contradições dum processo como se fossem todas

iguais, sendo necessário distinguir a contradição principal das contradições secundárias, e mostrar-se particularmente atento na descoberta da contradição principal. Nas diferentes contradições, porém, trate--se da contradição principal ou das contradições secundárias, acaso poder-se-ão abordar os dois aspectos contrários considerando-os como iguais? Não, também não. Em qualquer contradição os aspectos contrários desenvolvem-se de maneira desigual. Acontece que, por vezes, estabelece-se um equilíbrio entre eles, mas isso não é mais do que um estágio passageiro e relativo; a situação fundamental é o desenvolvimento desigual. Dos dois aspectos contrários, um é necessariamente principal e o outro, secundário. O principal é aquele que desempenha o papel dominante na contradição. O carácter dos fenómenos é sobretudo determinado por esse aspecto principal da contradição, o qual ocupa a posição dominante.

Essa situação, porém, não é estática. O aspecto principal e o aspecto secundário da contradição convertem-se um no outro, mudando conseqüentemente o carácter dos fenómenos. Se, num processo determinado ou numa etapa determinada do desenvolvimento da contradição, o aspecto principal é A e o aspecto secundário é B, numa outra etapa ou num outro processo do desenvolvimento, os papéis invertem-se. Essa mudança é função do grau de acréscimo ou decréscimo atingido pela força de cada aspecto na sua luta contra o outro, ao longo do desenvolvimento do fenómeno.

Frequentemente falamos da "substituição do velho pelo novo". Tal é a lei geral e imprescritível do Universo. A

transformação dum fenómeno noutra, por saltos cujas formas variam segundo o carácter do próprio fenómeno e segundo as condições em que ele se encontra, eis o processo de substituição do velho pelo novo. Seja em que fenómeno for, há sempre uma contradição entre o velho e o novo, o que determina uma série de lutas de curso sinuoso. Dessas lutas resulta que o novo cresce e eleva-se à posição dominante, enquanto que o velho, pelo contrário, decresce e acaba por morrer. Assim que o novo conquista uma posição dominante sobre o velho, o fenómeno velho transforma-se qualitativamente num novo fenómeno. Daí resulta que a qualidade dum fenómeno é sobretudo determinada pelo aspecto principal da contradição, o qual ocupa a posição dominante. Logo que o aspecto principal da contradição, o aspecto cuja posição é dominante, muda, a qualidade do fenómeno sofre uma mudança correspondente.

O capitalismo, que ocupava na antiga sociedade feudal uma posição subordinada, tornou-se na força dominante dentro da sociedade capitalista; o carácter da sociedade sofreu a transformação correspondente, isto é, de feudal passou a capitalista. Quanto à feudalidade, de força dominante que era no passado, passou, na época da nova sociedade capitalista, a uma força subordinada que morre progressivamente. Foi o que aconteceu, por exemplo, na Inglaterra e na França. Com o desenvolvimento das forças produtivas, a própria burguesia, de classe nova que desempenhava um papel progressista, passou a classe velha, desempenhando um papel reaccionário e, finalmente, foi derrubada pelo proletariado, convertendo-se numa classe destituída do direito a pro-

priedade privada dos meios de produção, desprovida de poder c que desaparecerá com o tempo. O proletariado, que de longe é superior em número à burguesia, que cresceu ao mesmo tempo que esta mas que se encontra sob a sua dominação, constitui uma força nova; ocupando, no período inicial, uma posição dependente com relação à burguesia, ele reforça-se progressivamente, trans-forma-se numa classe independente, desempenhando o papel dirigente na História, e há-de acabar por dominar o poder e transformar-se na classe dominante. Daí resulta que o carácter da sociedade há-de mudar — a velha sociedade capitalista transformar-se-á numa nova sociedade, socialista. Tal é o caminho já percorrido pela União Soviética e que, inevitavelmente, há-de ser percorrido por todos os restantes países.

Vejamos a situação da China. Na contradição em que a China se encontrou reduzida ao estado de semi--colónia, o imperialismo ocupa a posição principal e oprime o povo chinês, enquanto a China, de país in--dependente, transformou-se numa semi-colónia. A situação, porém, há-de modificar-se fatalmente. Na luta entre as duas partes, a força do povo chinês, força que cresce sob a direcção do proletariado, há-de transformar inevitavelmente a China de país semi--colonial em país independente, enquanto que o imperialismo será derrubado, e a velha China transformada inevitavelmente numa China nova. A transformação da velha China numa China nova implica igualmente uma transformação nas relações entre as forças velhas, feudais, e as forças novas, populares. A velha classe feudal dos senhores de terras será derrubada; de classe dominante passará a classe dominada, e morrerá

progressivamente. Quanto ao povo, agora dominado, acederá, sob a direcção do proletariado, a uma posição dominante. Desse facto o carácter da sociedade chinesa modificar-se-á, a velha sociedade semi-colonial e semi-feudal tornar--se-á numa sociedade nova, democrática. Semelhantes transformações já se verificaram no passado. A dinastia dos Tsim, que reinou durante cerca de trezentos anos na China, foi derrubada pela Revolução de 1911, e o Quemintonmenghwei, dirigido por Sun Yatsen, alcançou em dado momento a vitória. Na Guerra Revolucionária de 1924-1927, as forças revolucionárias do Sul, nascidas da aliança entre o Partido Comunista e o Kuomintang, de fracas passaram a fortes e conquistaram a vitória na Expedição do Norte, enquanto que os caudilhos militares do Norte, que tinham sido por um tempo os senhores do país, foram derrubados. Em 1927, as forças populares dirigidas pelo Partido Comunista diminuíram muito sob os golpes da reacção do Kuomintang, mas, depois que expurgaram as suas fileiras do oportunismo, mais uma vez cresceram progressivamente. Nas bases de apoio revolucionárias dirigidas pelo Partido Comunista, os camponeses dominados tornaram-se nos dominadores, enquanto que os senhores de terras sofreram a transformação inversa. Assim aconteceu sempre no mundo: o novo bate o velho, o novo substitui-se ao velho, o velho morre para dar lugar ao novo, o novo emerge do velho.

Em certos momentos da luta revolucionária, as dificuldades superam as condições favoráveis, nesse caso as dificuldades constituem o aspecto principal da contradição, e as condições favoráveis, o aspecto secundário.

Contudo, os revolucionários podem, mediante os seus próprios esforços, vencer progressivamente as dificuldades e criar uma nova situação, que seja favorável. Assim, a situação difícil cede o lugar a uma situação favorável. Foi o que se passou na China após a derrota da revolução em 1927, e durante a Grande Marcha do Exército Vermelho. Na actual Guerra Sino-Japonesa, a China encontra-se de novo numa situação difícil, mas nós podemos mudá-la e transformar radicalmente a situação da China e do Japão. De modo inverso, as condições favoráveis podem transformar-se em dificuldades se os revolucionários cometem erros. A vitória conquistada na Revolução de 1924-1927 transformou-se numa derrota. As bases de apoio revolucionárias, criadas a partir de 1927 nas províncias meridionais, sofreram todas uma derrota, em 1934.

O mesmo acontece no estudo, no que respeita à contradição entre a ignorância e o conhecimento. No começo do nosso estudo do Marxismo, existe uma contradição entre a nossa ignorância, ou o nosso conhecimento limitado do Marxismo, e o conhecimento do Marxismo. Todavia, se nos aplicamos, chegamos a transformar essa ignorância em conhecimento, o conhecimento limitado em conhecimento profundo, a aplicação às cegas do Marxismo numa aplicação sábia. Alguns pensam que não acontece assim com relação a certas contradições. Para eles, na contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, por exemplo, o aspecto principal é constituído pelas forças produtivas; na contradição entre a teoria e a prática o aspecto principal é constituído pela prática; na contra-

dição entre a base económica e a superestrutura o aspecto principal é constituído pela base económica; e as posições respectivas desses aspectos não se convertem umas nas outras. Essa concepção é a do materialismo mecanista e não a do materialismo dialéctico. E certo que as forças produtivas, a prática e a base económica desempenham em geral o papel principal, decisivo, de tal maneira que quem quer que o negue não é materialista; contudo, há que reconhecer que, em circunstâncias determinadas, as relações de produção, a teoria e a superestrutura podem desempenhar, por sua vez, o papel principal, decisivo. Sempre que, por falta duma modificação nas relações de produção, as forças produtivas não podem continuar a desenvolver-se, a modificação dessas relações de produção desempenha o papel principal, decisivo. Quando se está no caso em que falava Lenine: “Sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário”¹⁰, a criação e a propagação da teoria revolucionária desempenham o papel principal, decisivo. Quando se tem de cumprir uma tarefa (seja qual for), e não se fixou ainda uma orientação, um método, um plano ou uma política, o que há de principal, de decisivo, é definir uma orientação, um método, um plano ou uma política. Quando a superestrutura (política, cultura, etc.) entrava o desenvolvimento da base económica, as transformações políticas e culturais convertem-se no principal, no decisivo. Acaso iremos nós contra o materialismo quando falamos” assim? Não, pois ao mesmo tempo que reconhecemos que no curso geral do desenvolvimento histórico o material determina o espiritual, o ser social determina a consciência

social, reconhecemos e devemos reconhecer a reacção do espiritual sobre o material, da consciência social sobre o ser social, da superestrutura sobre a base económica. Procedendo assim, não contradizemos o materialismo, pelo contrário, evitando cair no materialismo mecanista, nós atemo-nos ao materialismo dialéctico. Se, no estudo do carácter específico da contradição, não consideramos as duas situações que aí se apresentam — a contradição principal e as contradições secundárias dum processo, bem como o aspecto principal e o aspecto secundário da contradição — quer dizer, se não consideramos o carácter distintivo dessas duas situações na contradição, caímos na abstracção e não podemos compreender concretamente em que ponto se encontra essa contradição nem, por consequência, descobrir o método correcto para resolvê-la. O carácter distintivo ou o carácter específico dessas duas situações representa a desigualdade das forças em contradição. No mundo nada se desenvolve de maneira absolutamente igual, devendo nós combater a teoria do desenvolvimento igual, a teoria do equilíbrio. É nessas situações concretas das contradições, e nas modificações a que estão sujeitos o aspecto principal e o aspecto secundário da contradição no processo de desenvolvimento, que se manifesta precisamente a força do novo que vem substituir o velho. O estudo dos diferentes estados de desigualdade das contradições, da contradição principal e das contradições secundárias, do aspecto principal e do aspecto secundário da contradição, constitui o método importante de que se serve um partido revolucionário para determinar, correctamente, a sua estratégia e a sua táctica em matéria política e mili-

tar. Todos os comunistas devem prestar atenção a isso.

V. A IDENTIDADE E A LUTA DOS ASPECTOS DA CONTRADIÇÃO

Depois de termos esclarecido o problema da universalidade e particularidade da contradição, devemos passar ao estudo da questão da identidade e da luta dos aspectos da contradição. A identidade, a unidade, a coincidência, a interpenetração, a impregnação recíproca, a interdependência (ou o condicionamento mútuo), a ligação recíproca ou a cooperação mútua, são termos que têm todos uma mesma significação e referem-se aos dois pontos seguintes: primeiro, cada um dos dois aspectos dum contradição, no processo de desenvolvimento dum fenómeno, pressupõe a existência do outro aspecto, que constitui o seu contrário, e ambos aspectos coexistem numa mesma unidade; segundo, cada um dos dois aspectos contrários tende, em condições determinadas, a transformar-se no contrário. É o que significa identidade. Lenine dizia: “A dialéctica é a teoria que mostra como os contrários podem ser e são habitualmente (e tornam-

-se) idênticos — em que condições eles são idênticos ao converterem-se um no outro —, por que razão o entendimento humano não deve tomar esses contrários por mortos, petrificados, mas sim por vivos, condicionados, móveis, convertendo-se um no outro.”¹⁶ Que significa essa passagem de Lenine? Os aspectos contrários em qualquer processo ex-cluem-se um ao outro, estão em luta um contra o outro, opõem-se um ao outro. No processo de desenvolvimento de qualquer fenómeno, também no pensamento humano, existem esses aspectos contrários, e isso não tem excepções. Um processo simples não contém mais do que um par de contrários, enquanto que um processo complexo contém mais do que um par. Esses pares de contrários, por sua vez, estão em contradição entre si. Assim são todos os fenómenos do mundo objectivo, assim é todo o pensamento humano, é assim que entram em movimento. Sendo assim, os contrários estão longe de estar em estado de identidade e unidade; porque falamos então da sua identidade e unidade? O que acontece é que os aspectos contrários não podem existir isoladamente, um sem o outro. Se falta um dos aspectos opostos, contrários, as condições de existência do outro aspecto desaparecem igualmente. Pensemos: acaso poderá suceder que qualquer dos dois aspectos contrários dum conceito surgido no espírito dos homens exista independentemente do outro? Sem vida, não há morte; sem morte, não há vida. Sem alto, não há baixo; sem baixo, não há alto. Sem infelicidade, não há felicidade; sem felicidade, não há infelicidade. Sem fácil, não há difícil; sem difícil, não há fácil. Sem senhores de

terras, não há rendeiros; sem rendeiros, não há senhores de terras. Sem burguesia, não há proletariado; sem proletariado, não há burguesia. Sem opressão nacional pelo imperialismo, não há colónias nem semi-colónias; sem colónias e semi-colónias, não há opressão nacional pelo imperialismo. O mesmo se passa com relação a todos os contrários; em determinadas condições, por um lado, eles opõem-se um ao outro e, por outro lado, estão ligados mutuamente, impregnam-se reciprocamente, interpenetram-se e dependem um do outro; é a esse carácter que se chama identidade. Todos os aspectos contrários possuem, em condições determinadas, o carácter da não-identidade, sendo por isso que se lhes chama contrários. Mas entre eles existe também uma identidade, sendo por isso que estão ligados mutuamente. É o que entende Lenine, ao dizer que a dialéctica estuda “como os contrários podem ser . . . idênticos”. Por que podem sê-lo? Porque cada um deles é a condição de existência do outro. Tal é o primeiro sentido da identidade. Mas será porventura suficiente dizer apenas que cada um dos dois aspectos da contradição é a condição de existência do outro, que existe identidade entre eles e que, por consequência, coexistem na unidade? Não, isso não basta. A questão não se limita ao facto de os dois aspectos da contradição se condicionarem mutuamente. O que é ainda mais importante é o facto de eles se converterem um no outro. Dito doutro modo, cada um dos dois aspectos contrários dum fenómeno tende, em condições determinadas, a transformar-se no seu oposto, a tomar a posição ocupada pelo seu contrário. Tal é o segundo sentido da identidade. v

Por que razão também há aí identidade? Vejamos: pela revolução, o proletariado passa de classe dominada a classe dominante, enquanto que a burguesia, que dominava até então, se transforma na classe dominada, tomando portanto cada um a posição originariamente ocupada pelo adversário. Isso já se verificou na União Soviética e há-de verificar-se igualmente no mundo inteiro. Se não existisse entre esses contrários nem ligação nem identidade em condições determinadas, como poderiam produzir-se tais modificações?

O Kuomintang, que desempenhou um certo papel positivo em determinada etapa da história moderna da China, transformou-se num partido da contra-revolução, a partir de 1927, em virtude da sua própria natureza de classe e em consequência das promessas aliantes do imperialismo (essas as condições), vendo--se no entanto constringido a pronunciar-se pela resistência contra o Japão, em virtude da agudização das contradições sino-japonesas e da política de Frente Única seguida pelo Partido Comunista (o que são outras condições). Entre contrários que se transformam um no outro existe pois uma determinada identidade.

A nossa revolução agrária registou e registará o processo seguinte: a classe dos senhores de terras, que possui a terra, transforma-se numa classe despossuída de terras, enquanto que os camponeses despojados das suas terras se convertem em pequenos proprietários que receberam terra. A possessão e a desposseção, a aquisição e a perda, estão mutuamente ligadas em condições determinadas, e existe entre elas uma identidade. Nas condições do socialismo, a propriedade privada dos camponeses, por

seu turno, transformará-se em propriedade social na agricultura socialista; isso já se realizou na União Soviética e há-de realizar-se igualmente no mundo inteiro. Há uma ponte que leva da propriedade privada à propriedade social. Em Filosofia, a isso chama-se identidade ou transformação recíproca, interpenetração.

Consolidar a ditadura do proletariado, ou a ditadura do povo, é preparar exactamente as condições para pôr fim a essa ditadura e passar a um estágio superior em que o próprio Estado, como tal, desapareça. Fundar e desenvolver o Partido Comunista é justamente preparar as condições para suprimir o Partido Comunista e todos os outros partidos políticos. Criar um exército revolucionário dirigido pelo Partido Comunista, fazer uma guerra revolucionária, é precisamente preparar as condições para acabar definitivamente com as guerras. Eis toda uma série de contrários que, não obstante, se completam mutuamente. A guerra e a paz, como todos sabem, convertem-se uma na outra. A guerra transforma-se em paz; por exemplo, a Primeira Guerra Mundial transformou-se na paz do pós-guerra. Actualmente, a guerra civil cessou na China e estabeleceu-se a paz no país. A paz transforma-se em guerra; em 1927, por exemplo, a cooperação entre o Kuomintang e o Partido Comunista transformou-se em guerra. É possível também que a paz actual no mundo se transforme num segundo conflito mundial. Por quê? Porque na sociedade de classes, entre os aspectos contrários como a guerra e a paz existe uma identidade, em determinadas condições.

Todos os contrários estão ligados entre si; não somente eles coexistem na unidade dentro de condições determinadas, mas também se convertem um no outro em condições determinadas, eis o sentido pleno da identidade dos contrários. É justamente disso que fala Lenine: “como os contrários ... são habitualmente (e se tornam) idênticos — em que condições eles são idênticos ao converterem-sc um no outro . . .”

“... o entendimento humano não deve tomar esses contrários por mortos, petrificados, mas sim por vivos, condicionados, móveis, convertendo-se um no outro.” Por quê? Porque é precisamente assim que são os fenómenos na realidade objectiva. A unidade ou a identidade dos aspectos contrários dum fenómeno que existe objectivamente nunca é morta, petrificada, mas sim viva, condicionada, móvel, passageira, relativa; todo o aspecto contrário converte-se, em condições de-terminadas, no seu contrário. O reflexo disso no pensamento humano é a concepção materialista-dialéctica do mundo, a concepção marxista. Só as classes dominantes reaccionárias de ontem e de hoje, bem como os metafísicos, que estão ao seu serviço, não consideram os contrários como vivos, condicionados, móveis, convertendo-se um no outro, mas sim como mortos, petrificados, propagando por toda a parte essa falsa concepção para enganarem as massas populares, a fim de perpetuarem a sua dominação. A tarefa dos comunistas consiste em denunciar as ideias enganosas dos reaccionários e dos metafísicos, propagar a dia-léctica inerente aos fenómenos, contribuir para a transformação dos fenómenos, de maneira que se atinjam os objectivos da revolução.

Quando dizemos que, em condições determinadas, existe identidade entre os contrários, consideramos que esses contrários são reais e concretos, e que a transformação do um no outro é igualmente real e concreta. Se se tomam as numerosas transformações que se encontram na mitologia, por exemplo, o mito da perseguição do sol por Cuafu, em Xan Hai QuimP, o mito da destruição dos nove sóis pelas flechas do herói Yi, em Huai Nan Tsei8, o mito das setenta e duas metamorfoses de Suen Vu-com, em Si Ion QuiiQ ou o da metamorfose dos demónios c das almas-rapo-sas cm seres humanos, no Liao Tchai Tchi Yi20, etc, constata-se que as conversões dum contrário no outro não são, aí, transformações concretas reflectindo contradições concretas; trata-se de transformações ingénuas, imaginárias, concebidas subjectivamente pelos homens, transformações a estes inspiradas pelas inúmeras conversões dos contrários complexos e reais. Marx dizia: “Toda a mitologia abarca, domina, as forças da Natureza no plano da imaginação e pela imaginação, e dá-lhe uma forma, desaparecendo portanto quando essas forças são dominadas realmente.”²¹ As descrições das inúmeras metamorfoses que figuram na mitologia (e também nos contos para crianças) podem encantar-nos quando nos mostram, entre outras, as forças da Natureza dominadas pelo homem. Os mais belos dos mitos possuem um “encanto eterno” (Marx), mas não se formaram a partir de situações determinadas pelas contradições concretas, não são portanto um reflexo científico da realidade. Por outras palavras, nos mitos ou nos contos para crianças, os aspectos que constituem uma contradição não têm identidade real mas sim imag-

inária. Em contrapartida, a dialéctica marxista reflecte cientificamente a identidade nas transformações reais. Por que razão o ovo pode transformar-se em pinto e a pedra não? Por que razão existe uma identidade entre a guerra e a paz, e não entre a guerra e a pedra? Por que razão o homem pode engendrar o homem e não qualquer outra coisa? A única razão consiste no facto de a identidade dos contrários existir apenas em condições determinadas, indispensáveis. Sem essas condições determinadas, indispensáveis, não pode haver qualquer identidade. Por que razão a Revolução Democrática Burguesa de Fevereiro de 1917, na Rússia, está directamente ligada à Revolução Socialista Proletária de Outubro, e a Revolução Burguesa Francesa não está directamente ligada a uma revolução socialista, e por que razão, em 1871, a Comuna de Paris terminou numa derrota? Por que razão o regime nómada na Mongólia e na Asia Central passou directamente ao socialismo? Por que razão, enfim, a revolução chinesa pode evitar a via capitalista e passar directamente ao socialismo, sem seguir a velha via histórica dos países do Ocidente, sem passar pelo período da ditadura burguesa? Tudo isso não pode explicar-se a não ser pelas condições concretas de cada um dos períodos considerados. Quando as condições determinadas, indispensáveis, estão reunidas, aparecem contrários determinados no processo de desenvolvimento dum fenómeno, e esses contrários (dois ou mais que dois) condicionam-se mutuamente e convertem-se um no outro. Doutro modo, tudo isso seria impossível. O que se disse respeita à identidade. E quanto à luta? Que relação existe entre a identidade e a luta? Lenine dizia:

“A unidade (coincidência, identidade, equipolência) dos contrários é condicionada, temporária, passageira, relativa. A luta dos contrários que se excluem mutuamente é absoluta, tal como a evolução, tal como o movimento.”²² Qual é o significado dessa passagem de Lenine? Todos os processos têm um começo e um fim, todos os processos se transformam nos seus contrários. A permanência de todos os processos é relativa, enquanto que a sua variabilidade, expressa na transformação de um processo em um outro, é absoluta. No seu movimento, todo o fenómeno apresenta dois estados, um estado de repouso relativo e um estado de modificação evidente. Esses dois estados são provocados pela luta mútua dos dois elementos contrários que se contêm no próprio fenómeno. Quando, no seu movimento, o fenómeno se encontra no primeiro estado, sofre modificações simplesmente quantitativas, e não qualitativas, manifesta-se num repouso aparente. Quando o fenómeno, no seu movimento, se encontra no segundo estado, as modificações quantitativas que sofreu no primeiro estado já atingiram o ponto máximo, o que provoca uma ruptura da unidade do fenómeno e, por consequência, uma modificação qualitativa; daí a manifestação duma mudança evidente. A unidade, a coesão, a união, a harmonia, a equipolência, a estabilidade, a estagnação, o repouso, a continuidade, o equilíbrio, a condensação, a atracção, etc, que observamos na vida quotidiana, são as manifestações dos fenómenos que se encontram no estado das modificações quantitativas, enquanto que a ruptura da unidade, a destruição desses estados de coesão, união, harmonia, equipolência, esta-

bilidade, estagnação, repouso, continuidade, equilíbrio, condensação, atracção, etc, e a passagem respectiva aos estados opostos, são as manifestações dos fenómenos que se encontram no estado das modificações qualitativas, quer dizer, que se transformam passando dum processo a outro. Os fenómenos transformam-se continuamente passando do primeiro ao segundo estado, e a luta dos contrários, que prossegue nos dois estados, desemboca na solução da contradição, no segundo. Eis a razão por que a unidade dos contrários é condicionada, passageira, relativa, enquanto que a luta dos contrários que se excluem mutuamente é absoluta. Mais atrás, dissemos que existia uma identidade entre dois fenómenos opostos e que, por esse motivo, eles podiam coexistir numa mesma unidade e mesmo converter-se um no outro; tudo está pois nas condições, isto é, em condições determinadas, eles podem chegar à unidade e converter-se um no outro, e sem essas condições, é-lhes impossível constituir uma contradição ou coexistir na mesma unidade, tal como transformar-se um no outro. A identidade dos contrários apenas se forma em condições determinadas, razão por que a identidade é condicionada, relativa. Acrescentemos ainda que a luta dos contrários penetra todo o processo desde o princípio até ao fim e conduz à transformação dum processo no outro, que ela está presente em toda a parte e que, por consequência, é incondicionada, absoluta. A identidade condicionada e relativa unida à luta incondicionada e absoluta forma o movimento contraditório de todo o fenómeno. Nós, os chineses, dizemos frequentemente: “As coi-

sas opõem-se umas às outras e completam-se umas às outras.”²³ Isso significa que há identidade entre as coisas que se opõem. Essas afirmações são dialécticas e opõem-se à metafísica. “As coisas opõem-se umas às outras” significa que os dois aspectos contrários se excluem um ao outro ou que lutam um contra o outro; “as coisas completam-se umas às outras” significa que, em condições determinadas, os dois aspectos contrários unem-se e ganham identidade. E na identidade há luta; sem luta não há identidade. Na identidade há luta, no específico há universal, no particular há geral. Para retomar as palavras de Lenine, “o absoluto existe no relativo”²⁴.

VI. O LUGAR DO ANTAGONISMO NA CONTRADIÇÃO

No problema da luta dos contrários está incluída a questão de saber o que é o antagonismo. A nossa resposta é que o antagonismo constitui uma das formas, e não a única forma, da luta dos contrários. Na história da humanidade o antagonismo entre as classes existe como expressão particular da luta dos contrários. Consideremos a contradição entre a classe dos exploradores e a dos explorados: essas duas classes em contradição coexistem durante um longo período na mesma sociedade, quer se trate de socie-

dade escravagista, quer se trate de sociedade feudal ou capitalista, e lutam entre si; mas só quando a contradição entre as duas atinge um certo estado de desenvolvimento é que ela toma a forma dum antagonismo aberto e desemboca na revolução. O mesmo acontece com a transformação da paz em guerra na sociedade de classes. Numa bomba, antes da explosão, os contrários, em virtude de condições determinadas, coexistem numa mesma unidade. Só com o aparecimento de novas condições (ignição) é que se produz a explosão. Situação análoga encontra-se em todos os fenómenos da Natureza onde, finalmente, a solução duma antiga contradição e o nascimento duma nova se produzem sob a forma dum conflito aberto. É extremamente importante conhecer tal facto. Isso ajuda-nos a compreender que, na sociedade de classes, as revoluções e as guerras revolucionárias são inevitáveis, que sem elas é impossível um salto no desenvolvimento da sociedade, é impossível derrubar as classes dominantes reaccionárias, ficando o povo impossibilitado de conquistar o poder político. Os comunistas devem denunciar a propaganda mentirosa dos reaccionários quando, por exemplo, afirmam que a revolução social não é necessária nem possível; eles devem ater-se firmemente à teoria marxista-leninista da revolução social e ajudar o povo a compreender que a revolução social não só é absolutamente necessária como inteiramente possível, e que a história de toda a humanidade e a vitória da União Soviética confirmam essa verdade científica. Todavia, devemos estudar de maneira concreta as diferentes situações em que se encontra a luta dos contrários

e evitar uma aplicação despropositada a todos os fenómenos do termo mencionado acima. As contradições e a luta são universais, absolutas, mas os métodos para resolver as contradições, quer dizer as formas da luta, variam segundo o carácter dessas contradições. Certas contradições revestem o carácter dum antagonismo aberto, outras não. Segundo o desenvolvimento concreto dos fenómenos, certas contradições, primitivamente não antagonicas, desenvolvem-se em contradições antagonicas, enquanto que outras, primitivamente antagonicas, desenvolvem-se em contradições não antagonicas. Como se disse mais atrás, enquanto existirem as classes, as contradições entre as ideias correctas e as ideias erradas dentro do Partido Comunista são o reflexo, no seio do Partido, das contradições de classes. No início, ou em certas questões, nada assegura que tais contradições se manifestem imediatamente como antagonicas. Contudo, com o desenvolvimento da luta entre as classes, elas podem tornar-se antagonicas. A história do Partido Comunista da U.R.S.S. mostra--nos que as contradições entre as concepções correctas de Lenine e Estaline e as concepções erradas de Trotsky, Bukarine e outros, não se manifestaram de começo sob a forma do antagonismo mas, posteriormente, tornaram-se antagonicas. Casos semelhantes se verificaram na história do Partido Comunista da China. As contradições entre as concepções correctas de numerosos camaradas do nosso Partido e as concepções erróneas de Tchen Tu-siu, Tcham Cuotao e outros, tão-pouco se manifestaram logo sob a forma do antagonismo mas, posteriormente, tornaram-se

antagónicas. Actualmente, as contradições entre as concepções correctas e as concepções erróneas no seio do nosso Partido nao assumiram a forma do antagonismo, e não irão até ao antagonismo se os camaradas que cometeram erros os souberem corrigir. Eis porque o Partido deve, por um lado, travar uma luta séria contra as concepções erróneas e, por outro lado, dar aos camaradas que cometeram erros a plena possibilidade de tomar consciência disso. Nessas circunstâncias, uma luta levada ao excesso é evidentemente inadequada. Todavia, se os que cometeram erros persistirem na sua atitude e os agravarem, essas contradições podem tornar-se antagónicas. As contradições económicas entre a cidade e o campo são dum antagonismo extremo, tanto na sociedade capitalista (onde a cidade, controlada pela burguesia, pilha desapidadamente o campo), como nas regiões controladas pelo Kuomintang na China (onde a cidade, controlada pelo imperialismo estrangeiro e pela grande burguesia compradora chinesa, pilha o campo com uma ferocidade inaudita). Num país socialista, porém, ou nas nossas bases de apoio revolucionárias, essas contradições antagónicas tornam-se não antagónicas, e hão-de desaparecer na sociedade comunista. Lenine dizia: “Antagonismo e contradição não são de maneira alguma uma e a mesma coisa. No socialismo, o primeiro desaparecerá e a segunda subsistirá.”²⁰ Isso significa que o antagonismo não é mais do que uma das formas, e não a única forma, da luta dos contrários, não se devendo empregar esse termo por todo o lado, sem discernimento.

VII. CONCLUSÃO

Nós podemos agora concluir com poucas palavras. A lei da contradição inerente aos fenómenos, quer dizer, a lei da unidade dos contrários, é a lei fundamental da Natureza e da sociedade, por consequência a lei fundamental do pensamento. Ela está em oposição à concepção metafísica do mundo. A descoberta dessa lei foi uma grande revolução na história do pensamento humano. Segundo o ponto de vista do materialismo dialéctico, a contradição existe em todos os processos dos fenómenos objectivos, bem como no pensamento subjectivo, e penetra todos os processos, desde o início até ao fim; é nisso que reside a universalidade e o carácter absoluto da contradição. Cada contradição e cada um dos seus aspectos tem as suas particularidades; é nisso que reside a particularidade e o carácter relativo da contradição. Em condições determinadas, há identidade dos contrários, eles podem pois coexistir na mesma unidade e transformar-se um no outro; é nisso igualmente que reside a particularidade e o carácter relativo da contradição. Contudo, a luta dos contrários é ininterrupta, prossegue tanto durante a sua coexistência como no momento da sua conversão recíproca, momento em que se manifesta com uma evidência particular. De novo é nisso que reside a universalidade e o carácter absoluto da contradição. Quando estudamos a particularidade e o carácter relativo da contradição, devemos prestar atenção à diferença entre a contradição principal e as contradições secundárias, entre o aspecto principal e o aspecto secundário da contradição;

quando estudamos a universalidade da contradição e a luta dos contrários, devemos prestar atenção à diferença entre as diversas formas de luta. Doutra modo cometeremos erros. Se, através do nosso estudo, ficarmos com uma ideia realmente clara dos pontos essenciais acima expostos, poderemos bater em brecha as concepções dogmáticas que violam os princípios fundamentais do Marxismo-Leninismo e prejudicam a nossa causa camaradas experimentados a sistematizar as suas experiências, a elevá-las à categoria de princípios e a evitar a repetição dos erros do empirismo. Tal é a breve conclusão a que nos conduz o estudo da lei da contradição.

NOTAS

1 V. I. Lenine: “Notas sobre o livro de Hegel Lições de História da Filosofia”, Tomo I, “Escola dos Eleatas”, em “Resumo do Livro de Hegel Lições da História da Filosofia”.

2 Ver V. I. Lenine: “Sobre a Questão da Dialéctica”, onde ele diz: “O desdobramento do que é um e o conhecimento das suas partes contraditórias constituem o fundo da dialéctica.” e “Resumo do Livro de Hegel A Ciência da Lógica”, onde Lenine diz: “Pode definir-se brevemente a dialéctica como sendo a teoria da unidade dos contrários. Com isso domina-se o cerne da dialéctica, mas tornam-se necessárias explicações e um desenvolvimento.”

3 V. I. Lenine: “Sobre a Questão da Dialéctica”.

4 Palavras de Tum Tchom-chu (179-104 A.C.), célebre representante do confucioismo na dinastia dos Han, dirigidas ao imperador Vuti: “O grande Tao vem do próprio céu, o céu é imutável, é imutável o Tao”. Tao, expressão usual entre os filósofos da China antiga, significa “caminho” ou “razão”, c pode

traduzir-se como “princípio” ou “lei”.

5 F. Engels: “Dialéctica. Quantidade e qualidade”, Anti--Duhring, parte I, secção 12.

6 V. I. Lenine: “Sobre a Questão da Dialéctica”.

7 F. Engels: “Dialéctica. Quantidade e qualidade”, Anti--Duhring, parte I, secção 12.

8 V. I. Lenine: “Sobre a Questão da Dialéctica”. 9V. I. Lenine: “Sobre a Questão da Dialéctica”.

10 Ver V. I. Lenine: “O Comunismo” (12 de Junho de 1920). Ver nota 9 ao artigo “Problemas Estratégicos da Guerra Revolucionária na China”.

11 Ver “Plano de Ataque”, Suen Tse, capítulo III.

12 Vei Tchem (580-643), homem político e historiador dos começos da dinastia Tam. O trecho foi extraído do Tse Tchi Tom Quien, Tomo 192.

13 Chuei Hu Tchuan (A Borda d'Água), romance que descreve uma guerra camponesa dos últimos anos da dinastia dos Som do Norte. Som Quiam é o personagem principal desse romance. A aldeia de Tchuquatchuam não se encontrava longe da Lianxampo, base dessa guerra camponesa. O governador dessa aldeia era um despota, grande senhor de terras, chamado Tchu Tchao-fum.

14 V. I. Lenine: “Uma Vez mais sobre os Sindicatos, a Situação Actual e os Erros de Trotsky e Bukarine”.

15 Ver V. I. Lenine: Que fazer?, capítulo I, secção 4.

16 V. I. Lenine: “Resumo do Livro de Hegel A Ciência da Lógica”.

17 Xan Hai Quim (O Livro dos Montes e dos Mares), obra da época dos Reinos Combatentes (403-221 A.C.). Cuafu é uma divindade descrita em Xan Hai Quim. Aí diz-se: “Cuafu perseguiu o sol. Quando chegou ao sol, sentiu sede e foi beber no rio Amarelo e na ribeira Uei. Como esses dois cursos de água não lhe bastassem, correu para o norte a fim de beber no Grande Lago, mas morreu de sede antes de lá chegar. O bastão que deixou transformou-se numa floresta” (“Hai Uei Pei Quim”).

18 Yi, herói lendário na antiguidade chinesa. “Frechar os sóis” é uma história famosa que descreve a mestria de Yi no manejo do arco. Em Huai Nan Tse, da autoria de Liu An (nobre do século II A.C.) da dinastia Han, lê-se: “Nos tempos de Yao, dez sóis aparecer-

am ao mesmo tempo nos céus. As searas murchavam, as plantas definhavam e o povo sofria com a fome. . . . Yao ordenou que Yi . . . abatesse os sóis . . .” Na dinastia Han de Leste, nas notas aos versos de Qui luan, Tien Ven, Vam Yi (escritor do século II) afirma: “Conforme ao Huai Nan Tse, nos tempos de Yao, dez sóis apareceram ao mesmo tempo, murchando as plantações. Yao ordenou que Yi frechasse os dez sóis. Yi abateu nove, . . . deixou um.”

19 Si lou Qui (A Peregrinação a Oeste), romance fantástico chinês do século XVI. O personagem principal do romance, Suen Vu-com, é um macaco divino capaz de operar sobre si próprio setenta e duas metamorfoses. Ele podia transformar-se em pássaro, fera, insecto, peixe, erva, objectos de madeira ou mesmo tomar forma humana.

20 Liao Tchai Tchi Yi (Contos Estranhos da Sala sem Preocupações), compilação de contos composta no século XVII, durante a dinastia Tsim, por Pu Sun-lim, na base de lendas populares. A obra contém 431 narrativas onde a maior parte trata de almas-raposas, fantasmas e outros seres sobrenaturais.

21 K. Marx: “Introdução à Crítica da Economia Política”.

22 V. I. Lenine: “Sobre a Questão da Dialéctica”.

23 Frase dos anais de Tsien Han Chu (Tomo 30, “Yi Ven Tchi”). redigidos por Ban Cu, célebre historiador chinês do século I. Posteriormente passou a empregar-se na linguagem corrente.

24 V. I. Lenine: “Sobre a Questão da Dialéctica”.

25 V. I. Lenine: “Notas sobre o livro de N. I. Bukarine — A Economia do Período Transitório”.